Compra
-4. SET. 2[illegible]8
Rev. 76 FH

ARCHIVO HISTORICO

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

1.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 600 réis; Series de 52 numeros... 1$100 réis. O pagamento é adiantado. | SETEMBRO — 1889 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 1

AOS NOSSOS LEITORES

CIRCULAR. — *Ex.mo Sr.* — Temos a honra de apresentar a v. ex.ª os 4 primeiros numeros do *Archivo Historico*, sollicitando o assignalado favor da sua assignatura.

Crêmos que esta obra merece a sympathia popular, por isso que é, — embora a ligeiros traços, — a verdadeira historia patria, em que se narra a parte com que cada cidade, villa, etc., tem contribuido para a grande obra das nossas passadas glorias e para a consolidação da independencia e autonomia nacional.

Procederemos em seguida á immediata cobrança da primeira serie de 26 numeros. O nosso intuito é averiguar o numero de assignaturas realisado, por isso que muitas pessoas se julgam dispensadas da obrigação de devolver as publicações que lhes são enviadas, não querendo muitas satisfazel-as, o que causa sempre consideraveis prejuizos ás emprezas editoras.

Já temos em nosso poder todo o original para esta obra, assim como cincoenta e duas gravuras, o que deve tranquillisar aquelles cavalheiros que duvidem da viabilidade d'esta publicação; entretanto, não temos duvida em enviar a obra a quem declarar por escripto que toma a assignatura, satisfazendo só á sua importancia no fim dos periodos porque ella é realisada.

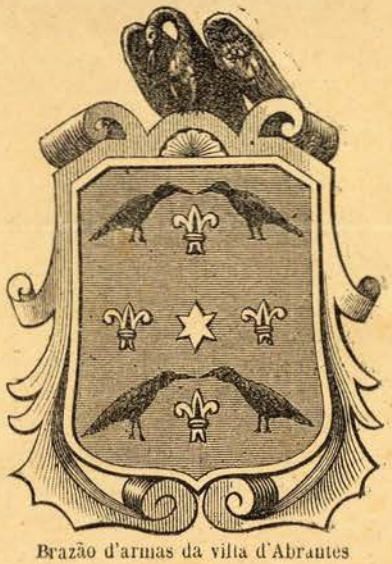
Esperamos do cavalheirismo das pessoas a quem nos dirigirmos e que não queiram dar-nos a honra da assignatura, a fineza da prompta devolução dos exemplares agora expedidos.

Para termos tempo de apurar o resultado da cobrança das assignaturas, a publicação regular começará no dia 20 do corrente mez, sahindo duas folhas por semana. Com esta demora não são prejudicados os assignantes, por isso que a assignatura é paga por series de 26 ou 52 numeros e não por periodos de tempo.

As pessoas que recebam os primeiros quatro exemplares e não os devolvam com a mesma cinta, no praso de oito dias, serão consideradas assignantes do *Archivo*.

Aos cavalheiros que nos dispensarem a sua valiosa coadjuvação cordealmente agradece

A EMPREZA.



Brazão d'armas da villa d'Abrantes

O ARCHIVO HISTORICO contêm, a traços largos,—por ser impossivel reunir n'uma publicação, que deve fazer-se rapidamente, com minudencia,—a historia de todas as cidades e villas do reino.

E' decerto inutil encarecer a importancia d'esta publicação, que, depois de completa, representará, sem duvida, um valiosissimo peculio de apontamentos de variada ordem; é util a todos os cidadãos que desejem avaliar as glorias do paiz e apreciar as causas do seu engrandecimento e decadencia; por ella ficam sabendo desde quando existe cada concelho, as tradições que os acompanham, as origens dos nominativos que os distinguem, e outros factos curiosos e interessantes, como batalhas dadas n'essas localidades, monumentos, etc., etc., etc.

Como se vê, pois, é uma obra unica no seu genero, que para a tornar mais completa possivel nos obriga a ir desentranhar dos archivos e bibliothecas importantes documentos, que jazem esquecidos, uns, outros, completamente ignorados, e que são preciosos elementos para a reconstituição dos usos e costumes dos tempos passados.

Acompanha a historia de cada municipio o respectivo brazão de armas; dos que o não possuirem, daremos o timbre de que usam, que são ordinariamente as armas nacionaes.

Aos nossos respeitaveis collegas da imprensa periodica saudamos cordealmente, pedindo-lhes a fineza de noticiar o apparecimento do ARCHIVO HISTORICO, e desde já lhes agradecemos as palavras de recommendação com que se dignarem acompanhar a noticia, em prova de boa camaradagem.

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Emquanto a nós, corresponderemos ao favor publico, com que contâmos, e para merecel-o envidaremos esforços para que esta publicação possa sobresahir em todos os pontos, mórmente no tocante ao titulo e promessas.

Devemos accrescentar que a obra completa formará apenas um grosso volume, porque as narrativas serão o mais synthéticas possivel.

A VILLA DE ABRANTES

Introducção — Fundação da villa — Brazão d'armas — Sua historia — Notas.

Nota-se que os povos antigos occupavam de preferencia duas posições chorographicas: as margens dos rios ou as costas banhadas pelos mares e os cumes dos montes. N'estes, construiam fortalezas; n'aquellas, agrupavam-se pleiades laboriosas, por isso as povoações de mais remota origem occupam algumas d'estas situações.

Abrantes está nos dois casos: metade da povoação occupa o cerro, a outra metade desceu para as margens do Tejo, mas a parte mais antiga é aquella que se estende em torno da fortaleza.

Fundação da villa

Attribue-se geralmente a fundação da villa aos gallos (1) e celtas (2), que invadiram a peninsula hispanica 308 annos antes da vinda de Christo, ou ha 4312 annos; dominada pelos romanos e depois pelos barbaros do norte, quando estes se apoderaram de todas as povoações que tinham pertencido ao povo-rei, como emphaticamente se denominou o romano.

Pelos godos (3) foi denominada «Auran-te», em rasão de nas visinhanças d'ella se colher ouro nas areias do Tejo, e os mouros quando succederam aos godos deram-lhe o nome de «Libia», voltando a usar o anterior depois que D. Affonso Henriques a conquistou aos serracenos; por corrupção d'esse nominativo, adquiriu o nome porque é hoje conhecida, apparecendo nos foraes com esta orthographia: — «Avrantes e Ablantes».

D. Affonso Henriques concedeu-lhe muitos privilegios em recompensa de haver sustentado briosamente um apertado cêrco, posto por Aben Jacob, filho do Miramolim de Marrocos, durante o qual os habitantes obraram prodigios de valor, conseguindo desbaratar o inimigo, e obrigal-o a levantar os arraiaes.

Brazão d'armas

As armas da villa constam de quatro flôres de liz e quatro corvos, alternados, tendo ao centro uma estrella, tudo em campo azul e por timbre um pelicano. As flôres de liz, que denotam origem franceza, proveem do primeiro alcaide, sob o dominio christão, haver sido um dos cruzados que auxiliaram D. Affonso I na conquista de Lisboa e ficaram em Portugal; os corvos figuram em suas armas por possuir a villa um dente de S. Vicente, que foi para ali quando se procedeu á trasladação das reliquias d'aquelle martyr, e a estrella dizem uns auctores ser memoria do dominio mauritano, outros, de ter sido o primeiro templo christão da villa consagrado a Nossa Senhora da Conceição; o pelicano foi adoptado em commemoração da muita piedade do primeiro alcaide.

Sua historia

Os factos mais notaveis que a historia registra, com respeito a esta villa, são os que passamos a referir.

Em 1281 foi doada por D. Diniz a sua esposa, a rainha Santa, que em seguida a visitou, lançando os fundamentos da egreja de S. João Baptista, em memoria da paz assignada entre D. Diniz e o infante D. Affonso, seu irmão; mandando tambem n'essa occasião o rei construir a torre de menagem, de cujo pavimento superior se avistava Santarem. Esta torre, arruinada em parte pelo terremoto de 1535, foi reparada convenientemente em 1860, ficando porém mais baixa do que na primitiva.

Quando falleceu o rei D. Fernando, «o Formoso», o povo de Abrantes foi um dos primeiros que pretendeu oppôr-se á regencia de D. Leonor, por ser geral a suspeita de que a regente pretendia entregar o reino a Castella; todavia, as auctoridades e um padre, grande patriota, Alvar Esteves, que exercia grande influencia sobre o povo, conseguiram apazigual-o, convictos de que as revoltas parciaes só poderiam servir de precipitar os acontecimentos e aconselhar a regente a chamar o estrangeiro em seu auxilio, pelo que os habitantes reconheceram a regencia de D. Leonor em 25 de outubro de 1383.

Breve e ephemera duração esse juramento devia ter, porque em 30 de dezembro d'esse mesmo anno o valido da rainha

João Fernandes Andeiro, cahia sob o punhal do Mestre de Aviz, que o povo de Lisboa acclamou regente e defensor do reino.

Enviando o Mestre de Aviz cartas aos governadores das praças, que tinha por mais amigos, Abrantes foi das primeiras sollicitadas a adherir ao movimento; mas o povo não esperou pela deliberação das auctoridades, porque dirigindo-se á casa do concelho içou o estandarte da camara e começou a soltar as vozes de «real por D. João, rei de Portugal».

E' pois Abrantes uma das primeiras villas onde foi dado o titulo de real áquelle principe, que mais tarde tão brilhantemente se havia de assignalar sob o nome de D. João I.

Desde 9 de junho até 8 de agosto de 1385 esteve D. João em Abrantes, sahindo d'ahi a dar a batalha de Aljubarrota, onde os portuguezes derrotaram e desbarataram completamente um exercito seis vezes superior em numero.

No reinado de D. Affonso V deu-se a lamentavel batalha de Alfarrobeira, onde pereceu victima das intrigas palacianas o infante D. Pedro, filho de D. João I, que regera o reino na menoridade de seu sobrinho. Como é sabido, o corpo do desditoso principe ficou alguns dias insepulto, no logar onde perecera, até que mãos piedosas o recolheram e fizeram conduzir para Abrantes, onde muito tempo residira, sendo annos depois trasladado para o convento da Batalha. E' de D. Affonso V que data a creação do titulo de conde de Abrantes, com que amerceiou o filho do alcaide-mór da villa, quando morto este, o investiu na successão do cargo; chamava-se o primeiro conde D. Lopo de Almeida, e d'elle nasceu o viso-rei das Indias, D. Francisco de Almeida, que tão larga e brilhante figura occupou na historia colonial.

Em julho de 1483 assentou residencia em Abrantes D. João II, «o Principe Perfeito»; ahi recebeu a embaixada do papa Xisto IV, que vinha emprazar o rei a dar rasão do seu comportamento, por se ter intromettido nas cousas da egreja, o que elle cumpriu, nomeando procuradores para este fim; ainda Abrantes foi theatro de um acto da «real justiça», a execução em effigie do marquez de Montemór, D. João, (irmão do duque de Bragança), o qual se tinha refugiado em Hespanha, temeroso de que o sombrio monarcha,—que na peninsula só teve rival em Filippe II, o «demonio do meio dia»,—lhe mandasse cortar a cabeça, como fizera a D. Fernando. Não eram infundados seus receios, porque em effigie lhe succedeu o que temera lhe fosse feito em pessoa.

Succedeu a D. João II, morto sem herdeiros, o filho do duque de Vizeu, D. Manuel, o qual tambem residiu em Abrantes, nascendo-lhe ahi dois filhos do segundo matrimonio, os infantes D. Luiz e D. Fernando; em Abrantes nascera tambem o infante D. Jorge, que foi duque de Coimbra e tronco da casa dos duques de Aveiro, ao qual D. João II no leito da morte quiz nomear successor e herdeiro da corôa, para que esta não fosse cahir na cabeça do descendente do seu odiado primo.

Resam as chronicas da grande amizade que a esposa de D. João III votava ás freiras do convento da Graça, sendo estas que forneciam camisas aos monarchas, n'essa epoca.

O rei D. Sebastião, quando contava 15 annos, esteve em Abrantes uma semana, e assignalou essa visita ordenando a reparação do templo de S. Vicente, que estava em ruinas, decretando «fintas» com essa applicação e doando toda a pedra necessaria, que seria arrancada das reaes pedreiras de Thomar. Para a desgraçada jornada de Africa contribuiu a villa com um importante contingente, que foi, commandado pelo alcaide-mór D. João de Almeida, perecer na desastrosa batalha de Alcacerquibir; só consta que dos abrantinos regressasse o alcaide, depois de soffrer muitos trabalhos no captiveiro, vindo, resgatado, a morrer em Lisboa, quatorze annos depois d'aquella batalha.

Morto D. Henrique sem successão, ignorado o destino do louco aventureiro, que fôra á Africa humilhar as nacionaes tradições, desencadeiou-se uma tempestade de candidaturas á corôa, mas os principaes pretendentes eram D. Antonio, prior do Crato, e D. Filippe, de Hespanha. Abrantes, que foi sempre ciosa da independencia, pronunciou-se a favor de D. Antonio, acclamando-o ruidosamente, o que lhe valeu uma devassa rigorosa, ordenada pelo usurpador, que ardia em desejos de punir todas as villas e cidades que se lhe haviam mostrado hostis, e se Abrantes não soffreu punição rigorosa,, foi porque não se tendo levantado auto algum da acclamação, não foi possivel averiguar quem promovera o facto. Mais

tarde o monarcha mostrou-se favoravel á villa, concedendo-lhe privilegios e favores, certamente por ter sido festivamente recebido, quando se dirigia a Lisboa.

Durante os sessenta annos da dominação hespanhola os abrantinos soffreram muitas exacções e violencias, e em 1638, quando foi creado o imposto do real d'agua, a villa esteve a ponto de imitar a heroica Evora, e se não houve uma completa revolta, os conflictos foram quotidianos, sendo necessario prohibir a camara que de noite estivesse alguem parado nas ruas.

Quando os conjurados de 1640 ergueram o grito da Independencia, no dia 1.º de dezembro, Abrantes foi a primeira villa que lhe seguiu o exemplo, em premio do que, nas côrtes reunidas em 1641, foi-lhe dado o titulo de «Notavel».

No reinado de D. José distinguiu-se o municipio abrantino pelo cordeal empenho que tomou em concorrer para o desenvolvimento da sericicultura, promovido pelo marquez de Pombal, e passados sete annos de ser posta em pratica aquella idéa, a colheita de seda orçava por dez mil arrateis, e era de tão boa qualidade que foi elogiada pelos directores da Real Fabrica e louvada pelo Principe Regente.

E' grande o numero de vexames que soffreu Abrantes, como todas as terras do reino, desde a louca expedição ao Roussillon; as occupações militares devastaram os campos, arruinaram as propriedades e custaram um dinheiro louco ao municipio.

(*Conclue no proximo numero*).

(1) Nome dos sacerdotes de Cybele, na Phrygia. Eram eunuchos e andavam vestidos de mulher. Deu-lhes origem «Gallo», primeiro sacerdote de Cybele, a quem seguiram os exemplos. Os «Gallos» viajavam continuamente, pedindo esmola, para representar a viagem de Cybele. Gozavam de pessima reputação. O seu chefe, denominado archi-gallo, era escolhido sempre n'uma familia patricia, rodeiado de grande veneração, e usava tiara e vestes de purpura. Uma tradição diz que os «Gallos» ou padres de Cybele tiram o seu nome do rio «Gallo», da Asia Menor, na Phrygia, affluente do Sangario. Segundo a fabula, as aguas d'este rio faziam insensato e furioso quem d'ellas bebia.

(2) Este povo, que nos tempos antigos occupou grande parte da Europa occidental, constituiu um ramo considerabilissimo da grande familia ariana.

A antiguidade attribuia ao nome de «Celtas» uma origem curiosissima. E' Diodoro de Sicilia quem conta que Celtina, filha do rei Britanno, era uma princeza altamente presumida não só da sua formosura mas tambem da sua robustez e valentia, em consequencia do que desdenhava e escarnecia de quantos pretendentes se apresentavam a requestal-a.

Mas a sua presumpção de insensibilidade cedeu perante o famoso Hercules. Vendo aquelle heroe, Celtina apaixonou-se loucamente por elle, e no intuito de ser correspondida recorreu ao estratagema de lhe roubar os bois de Geryon, os quaes só consentiu em lhe restituir perante a promessa que Hercules fez de amal-a.

Celtina teve pois um filho de Hercules, que se chamou Celto; e d'elle se derivam, segundo esta tradição lendaria, os «celtas».

Deu-se mais particularmente o nome de «celtas» ao povo que occupava a parte das Gallias comprehendida entre o Senna e o Garonna, povo que durante muitos annos resistiu energicamente ás legiões de Julio Cesar.

Mas, além dos celtas gaulezes, outras subdivisões houve tambem d'este grande povo da raça indo-européa, taes como celtas ibericos, que atravessaram os Pyreneus e se fixaram na Hespanha; os celtas bretões, que constituiram os mais antigos habitantes da Bretanha; os celtas belgas, que foram os primeiros habitantes da Gallia belga, e que mais tarde se misturaram consideravelmente com os germanos; os celtas italianos, que atravessaram os Alpes em diversas epocas, e occuparam eventualmente a maior parte da Italia septentrional chamada «Gallia Cisalpina»; os celtas dos Alpes e das margens do Danubio; os celtas illyrios; os celtas macedonios e thracios, que chegaram a invadir a Macedonia e a Grecia; e os celtas asiaticos, que atravessando o Hellesponto, passaram para a Asia Menor, e lá fundaram o estado da Galacia.

Os celtas eram homens de elevada estatura, robusta compleição, e cabellos loiros ou ruivos. Constituiam um povo eminentemente guerreiro, fero e turbulento. Dedicavam-se tambem á agricultura e á criação de gados. A sua industria consistia especialmente no fabrico das armas ou dos utensilios de metal que empregavam nos mestéres domesticos.

Foram durante muito tempo o terror dos romanos.

Da antiga lingua dos celtas não existe hoje monumento algum concreto e synthetico. O que ha é um grande numero de vocabulos isolados, reconheciveis ainda nas linguas em que se introduziram.

(3) A identidade de raça das povoações barbaras designadas confusamente, pelos historiadores primitivos, com o nome de «dacios», «getas» e de «godos», foi proclamada no seculo XVIII por Grimm, e estudos recentes parecem confirmar a opinião do philologo allemão. Outros auctores consideram os getas como pertencentes á raça slava, e os godos como uma fracção da nação teutonica, fracção que decahiu muito, emquanto que seus irmãos, depois de terem invadido a Germania, se iam fazer esmagar por Mario, no sul das Gallias. Estas questões ethnologicas ainda estão hoje em estado de problemas.

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

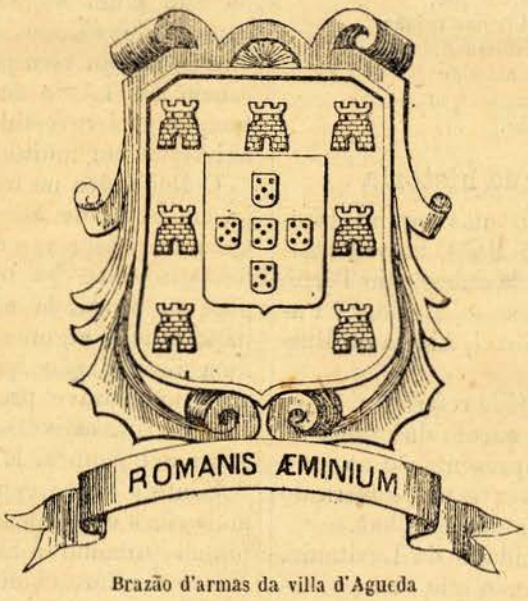
I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 600 réis; Series de 52 numeros... 1$100 réis. O pagamento é adiantado. | SETEMBRO — 1889 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 2

A VILLA DE ABRANTES

(Conclusão do numero antecedente)

Abrantes, como praça de guerra, foi occupada pelos soldados do duque de Lafões, depois pelos de Junot, e comquanto essas hostes ahi passassem pacificamente, semelharam-se a uma verdadeira praga; o dia 16 d'agosto de 1808 ficará, porém, sempre lembrado para os abrantinos, porque desbarataram completamente as forças francezas, que occupavam o castello e guarneciam a villa, tomando 117 prisioneiros.

Quando Junot, em 24 de novembro de 1807, tomou esta villa sem resistencia, o seu exercito vinha tão desprovido de calçado que a pilhagem circumscreveu-se a este artigo de «toilette»; botas e sapatos foram todos apprehendidos, de maneira que em seguida á passagem do general francez os abrantinos estavam completamente descalços, com grande gaudio dos sapateiros da terra, que não tiveram mãos a medir.



Brazão d'armas da villa d'Agueda

Em seguida á occupação franceza veiu a britannica, não menos nefasta, de que nos libertou a gloriosa revolução portuense de 1820, á qual Abrantes foi uma das primeiras a adherir; comquanto a opinião publica fosse favoravel aos principios liberaes, a villa passou por todas as variantes de governos que se succederam, soffreu as perseguições miguelistas, até que em 20 de maio de 1834, depois da retirada das tropas realistas, foi inaugurado o governo constitucional.

Sempre affecta aos principios liberaes, prestou decidido appoio ao governo da junta do Porto, pelo que padeceu bastante, pois como praça de guerra estava constante e alternativamente recebendo forças, ora de um ora de outro, dos grupos que se degladiavam. Felizmente o movimento de 1851, tranquillisando o paiz, permittiu que as camaras d'aquelle concelho tenham podido occupar-se dos melhoramentos locaes.

Pela sua situação topographica, como praça militar, pela riqueza agricola do seu termo, pelas suas recordações historicas, Abrantes é, pois, uma das villas portuguezas que maior jus tem ao titulo de «Notavel», com que em 1641 foi agraciada.

D. Affonso Henriques deu-lhe «foral», o qual foi reformado em 1510 pelo rei D. Manuel.

O castello d'Abrantes é de remota construcção; D. Pedro II mandou juntar-lhe fortificações modernas e recentemente ainda estas foram augmentadas.

Os alcaides-móres da villa tiveram o titulo de marquezes e ainda ali existe o seu solar.

A historia d'Abrantes está, finalmente, resumida na inscripção gravada, ha poucos annos, por debaixo da abobada da parte principal do castello. Essa inscripção diz:

Foi este castello fortificado
por Decio Junio Bruto,
Consul Romano, no anno
CXXX antes de Christo.
Em 8 de dezembro de 1148
foi tomado de assalto aos
mouros por D. Affonso Henriques.
Em 1179 foi novamente
fortificado pelo mesmo rei.
Em consequencia de ficar arruinado

do cerco que lhe
pozeram os mouros, capi-
taneados por Aben Jacob,
filho do Miramolim, rei
de Marrocos — e lhe foi
dado foral, pela valorosa
resistencia que fizeram
seus defensores. Em 1195
foi desbaratado outro exer-
cito de mouros, pela sua
guarnição.
Foram levantados seus muros
por D. Affonso III, e continuados
por D. Diniz, que o deu, em
24 de abril de 1281, á rainha
Santa Isabel.
Em 5 de janeiro de 1372
constituio parte do dote
da rainha D. Leonor Telles
de Menezes.
Em 1809 foi de novo mandado
fortificar, assim como a villa,
pelo governo do principe regente
Em 11 de outubro de 1857
veio governador o general
Barão da Batalha, que,
desejando levantal-o das ruinas
a que se ia reduzindo,
tratou de lhe mandar
fazer as reparações que
hoje tem.

Freguezias e sua historia

Divide-se este concelho nas seguintes freguezias: S. Vicente e S. João, na villa; Alvega, Tramagal, Rio de Moinhos, Rio Torto, Souto, Mouriscas, Panascoso, Rocio, S. Facundo, Bemposta, Martinxel, Aldeia do Matto, Aboboreira e Pêgo.

Eis o que d'ellas se póde referir:

Aldeia do Matto foi curato da ordem de Malta, competindo a apresentação ao grão prior do Crato. E' talvez a unica terra do reino onde se fabrica pão de lentilhas.

Alvega é a antiga cidade da Luzitania, chamada Ayre ou Aritio, o que está provado pelas riquissimas preciosidades archeologicas ali encontradas, como alicerces de sumptuosas casas e sepulturas, aqueductos, galerias subterraneas com porticos de mosaico. Alguns auctores tambem lhe dão o nome de «Euricia».

Pelos vestigios das muralhas que a cingiam suppõe-se que não teria menos de 4:000 familias.

Entre as antiguidades notaveis é distinguivel a serie de pilares em que assentava um cano conductor de aguas para a cidade.

Em 1659 foi ali encontrada uma lamina de bronze, que indicava ter estado pregada em logar publico; a inscripção latina, longa, diz que fôra lavrada a inscripção no anno do imperador Caligula.

Destruida successivamente pelos vandalos, suevos, alanos e godos, ainda era importante no tempo dos arabes, de cuja dominação restam em memoria grandes e sumptuosos edificios subterraneos. O actual nome tambem é um legado da dominação dos arabes.

Diz a tradição que foi rei de Alvega o santo martyr Leuciano.

Bemposta é uma terra pouco fertil e pobre, apenas recentemente animada por ter uma estação do caminho de ferro. Antigamente pertencia a Thomar e eram seus donatarios os marquezes de Abrantes. A maior parte das casas são feitas de terra e cobertas de cortiça.

Mouriscas: Provêm o nome de passagem proxima da estrada mourisca. Os vestigios de antiguidade são duvidosos, apenas existe no alto d'um monte, cercado de mattos, a capella de «Nossa Senhora dos Mattos», que se festeja com grande pompa e concorrencia no 1.º de outubro. O interior d'este templo está revestido de formosos azulejos; ahi viveu por muito tempo um eremitão.

O Rocio fica na margem esquerda do Tejo, em frente de Abrantes; é de recente data. Quando se escreveu o «Portugal sacro e profano» não se fez menção d'esta freguezia porque, ou ainda não existia, ou não tinha importancia alguma. Em 1876 houve ali uma innundação que destruiu muitos predios; não houve predio no Rocio, por mais elevado que estivesse, onde a agua não chegasse a 7 palmos. E' uma villa prospera.

Souto é uma freguezia muito antiga e das mais ricas e populosas da comarca. Em um pinhal proximo á aldeia existe a ermida de Nossa Senhora chamada do Tojo, por dizer a lenda que a imagem fôra encontrada n'um tojal; não se sabe por quem, nem quando foi fundada.

Das demais freguezias nada ha digno de mencionar-se.

A VILLA DE AGUEDA

Introducção — Fundação e antiguidade — Historia moderna — Notas — Freguezias.

O concelho d'esta denominação é de recente data; a villa capital, de que tomou o nome, é porém antiquissima.

Suppõe-se que a sua primeira denomina-

ção foi «Anegia» e depois «Agatha», com o qual nome se fallou d'ella no concilio de Toledo, no anno 609.

O actual nominativo «Agueda» vem, pois, de «Agatha», nome proprio de mulher romana, ou de uma pedra assim chamada.

Comtudo, diz tambem Plinio na sua «Historia Natural», e Antonino Pio no «Itenerario», que o nome de Agueda deriva do seu rio, a quem os romanos chamaram «Eminio» ou «Aeminium».

Está situada na margem do rio, conhecido pela mesma denominação; assenta em amphitheatro sobre tres pequenos outeiros e cercam-na por todos os lados extensas campinas, que constituem por assim dizer um formoso e variado oceano de verdura; dista da capital do districto, Aveiro, 20 kilometros.

A área, que compõe hoje este concelho, creado por decreto de 6 de novembro de 1836, dividia-se outr'ora em diversos municipios: Agueda de Cima, Aguieira, Assequins, Barrô, Brunhido, Casal do Alvaro, Castanheira do Vouga, Ois da Ribeira, Recardães, Prestimo, Segadães, Serem e Trofa, concelhos microscopicos, que com o andar dos tempos foram annexados uns aos outros, sendo a ultima annexação decretada em 31 de dezembro de 1853.

Fundação e antiguidade

Attribuem alguns auctores a fundação da villa aos celtas, turdulos (1) e gregos, 370 annos antes de J. C., os quaes logo ali fizeram uma ponte.

Na epoca do imperador Augusto, «Aeminium», era classificada «cidade» (2), e maritima por demorar nas margens do rio, assim como Vouga, Feira e outras, e os habitantes consta terem figurado nas hecatombes e jogos de gladiadores, realisados por occasião da morte d'aquelle imperador.

No «Mappa breve da Luzitania» affirma o padre Francisco N. da Silveira que «Aeminium» foi tomada e destruida 137 annos antes de J. C. pelo consul Decio Junio Bruto, abrindo-se em seguida um largo interregno nas referencias historicas, o que faz suppôr que ficou reduzida a um montão de ruinas, como outras muitas cidades e villas em que o conquistador punia com a destruição a resistencia desesperada.

462 annos depois, isto é 325 da era christã, era já outra vez consideravel, pois que foi elevada a cabeça de bispado, no concilio de Nicêa. Diz-se que o seu primeiro bispo foi Elarzo, e que tomou parte no concilio bracarense, mas não é acceitavel tal versão, porque este concilio teve logar no anno 412, sendo o bispado supprimido em 569, no concilio de Lugo, pelo rei godo Theodomiro; comtudo, vinte annos depois, no terceiro concilio de Toledo, apparece ainda Possidonio, bispo de «Eminium», o que parece que, só depois da morte d'este, chegou a ser effectiva esta suppressão.

Segundo alguns auctores, foi S. Pedro de Rates, bispo de Braga, quem lhe nomeou o primeiro bispo, no anno 44. O que parece mais acceitavel é que o seu primeiro bispo fosse Possidonio, no anno 589, isto é, no tempo em que reinava na Luzitania o godo Flavio Ricaredo, irmão do martyr Santo Hermenegildo.

Affirma ainda um auctor, que no anno de J. C., 40 ou 41, veiu á Luzitania o apostolo S. Thiago e pozera por bispo de Braga a S. Pedro de Rates, e que este fizera bispos no Porto, «Eminio» e Tuy; que no concilio bracarense, 412, se vê assignado «Pantonio» bispo de «Eminio», que veiu pois a ser o terceiro bispo de «Eminio».

O certo é que o primeiro bispo de que ha noticia em Agueda é Elarzo, que em 412 dizem ter assistido ao concilio bracarense.

«Alboacem-Hiben-Allamar», que foi regulo de Coimbra, elevou a conde de Agueda um christão que governava a povoação; custou-lhe a mercê um tributo.

O conde de Agueda, D. Arias e sua mulher D. Aldara ou Ilduara, foram os paes de S. Rozendo e progenitores da muito antiga familia dos Sousas. S. Rozendo foi canonisado em 1195.

Tem havido contestação sobre ser ou não ser a «Aeminium» dos romanos a moderna Agueda, porém a versão mais auctorisada e seguida é a que assim o affirma, como se prova no brazão d'armas adoptado no municipio aguedense, que consiste no escudo das armas nacionaes, tendo infra o distico: «Romanis Aeminium».

A duvida, pois, só deve subsistir simplesmente sobre a posição occupada pela villa, que póde não ter sido aquella em que hoje se acha, o que parece confirmar-se, por não coincidir a distancia assignada nos documentos antigos entre «Aeminium» e as cidades proximas, e a que hoje se conhece; e porque segundo o «Itenerario» de Antonino, a cidade romana deveria demorar na margem esquerda do rio Agueda e não na di-

reita, onde actualmente existe. Consta tambem de diversos documentos antigos a existencia de uma cidade, denominada Agada, em identica situação corographica, e é de suppôr que d'estas duas se formasse a actual Agueda, corrompendo-se aquelle nome, que absorveu o antigo.

Em 716 achava-se Agueda quasi arrazada pelos arabes, até que D. Affonso, rei de Oviedo, e seu irmão D. Frucio, a resgataram em 739.

Historia moderna

A historia moderna d'este concelho divide-se na dos que hoje o constituem; d'esses, os mais notaveis foram: Recardães, Serem, Trofa, Castanheira do Vouga e Vouga; os demais são de antiga data, pois todos tiveram foral de D. Manuel, em 3 de agosto de 1515.

Castanheira do Vouga foi notavel por ter ali passado «os melhores annos da sua vida» o nosso immortal Castilho, que se refere a esta parochia com singular enthusiasmo e ali produziu as suas mais notaveis composições.

Serem é uma pequenissima villa, visinha do Vouga, notavel por ser ahi que o celebre Estevão Gonçalves, que foi abbade da parochia, deu começo e realisou a maior parte do seu celebre «Missal», o mais esplendido monumento de arte, que possuimos.

Recardães é de remota origem, talvez fundada pelos mosarabes, isto é, senhores christãos, que se submetteram ao dominio musulmano; foi doada por D. Affonso Henriques aos Templarios e passou á ordem de Christo quando D. Diniz a creou com as reliquias da dos Templarios, abolida por Bonifacio IV a instancias de Philippe Augusto, de França. Em Recardães existe ainda uma torre cuja construcção é attribuida aos Templarios, no reinado de D. Sancho I.

O notavel estadista José da Silva Carvalho exerceu ali o cargo de juiz de fóra, quando o general Massena invadiu o territorio portuguez, prestando ahi relevantes serviços.

Trofa foi povoação fronteira no tempo da dominação mauritana. Um dos senhorios notaveis da villa foi Duarte de Lemos, de quem D. Antonio, prior do Crato, disse que fôra um dos que sempre o acompanharam em Portugal, ainda depois da sorte das armas lhe ser adversa; e é certo que foi este um dos portuguezes que mais tenazmente defenderam o unico candidato nacional á corôa ambicionada por Filippe, de Castella, pelo que foi preso, recuperando a liberdade por uma das amnistias decretadas só depois da completa occupação do reino pelo usurpador. Não filho, mas um dos cidadãos notaveis de Recardães foi Rodrigo Tudella, coronel do regimento de milicias de Tondella, que se distinguiu no ataque ás posições do Alto da Bandeira, nas linhas do Porto, onde foi ferido e havido por morto.

Vouga está situada no logar onde outr'ora esteve Vacca, cidade romana.

Pertencia a este concelho, e hoje ao de Agueda, a famosa ponte de Marnel, onde as tropas liberaes se bateram denodadamente, no dia 26 de junho de 1828, sendo afinal vencidas pelas forças realistas, o que extinguiu o movimento constitucional n'aquella epoca. O Marnel tambem foi occupado pelas tropas do general Povoas, quando D. Pedro realisou o seu desembarque no Mindello, entrando em seguida no Porto; e para ali retiraram quando o tenente coronel Schwalbach atacou Villa Nova de Gaia. Em 1846, rendeu-se aos habitantes de Agueda e Vouga, na ponte de Marnel, o batalhão de caçadores 8, que pretendia conservar-se fiel ao governo, e sahiu de Coimbra quando esta cidade se pronunciára a favor da Junta do Porto.

Até 1834 teve Agueda juiz ordinario, que era da universidade de Coimbra.

A egreja parochial é de construcção antiga, mas regular. A éste da parochia está um cruzeiro muito antigo, chamado dos «mortos», com uma inscripção já illegivel. Mais adiante ha outro mais moderno, chamado do «Calvario»; é de boa construcção.

Tem Misericordia e hospital, cuja instituição se deve aos duques de Aveiro.

(*Conclue no proximo numero*).

---

(1) Dava-se o nome de cidade no tempo dos romanos a villas de limitada população, porque o vocabulo não significava o que hoje significa, derivando apenas das franquias que o logar usofruia.

(2) Antigo povo de Hespanha, na Betica, entre os Oretanos a sul e os Turdetanos a nordeste.

Os Turdulos occuparam o territorio onde se encontra hoje Sevilha e Cordova.

As suas principaes cidades eram Illiturgis, Cordoba e Astapa.

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

1.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 600 réis; Series de 52 numeros .. 1$100 réis; O pagamento é adiantado. | SETEMBRO — 1889 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreiriubo, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 3

A VILLA DE AGUEDA

(Conclusão do numero antecedente)

Depois de constituido o concelho de Agueda, a sua historia limita-se á referencia dos serviços que lhe teem prestado as suas vereações, a que presidiram os seguintes cidadãos: Visconde da Borralha (Albano Caldeira Pinto de Albuquerque), João José Pereira Guimarães, Antonio Nogueira, João de Sousa Ribeiro, José Ribeiro de Macedo da Camara e Motta, Rodrigo de Sousa Tudella de Castilho, José Bruno de Cabedo e Lencastre, João Ribeiro da Rosa e Magalhães, José Ribeiro de Sousa de Figueiredo, José Henriques Ferreira, Gonçalo Caldeira Cid Leitão Pinto de Albuquerque (conde da Borralha), José Bruno de Cabedo Henriques de Almada e Lencastre, José Correia de Miranda, Fernando Affonso Giraldes Caldeira, Joaquim Alvaro Telles de Figueiredo Pacheco (visconde da Aguieira), Joaquim José Ferreira Baptista, João Camossa Nunes Saldanha e Albano de Mello Ribeiro Pinto.

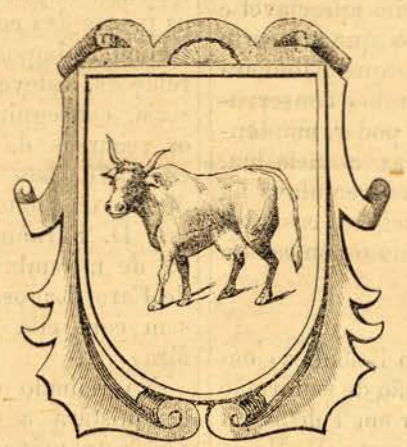
Estas vereações emprehenderam e realisaram melhoramentos importantes, construindo ou reparando pontes e fontes, abrindo ruas e estradas, dotando as freguezias com escolas, cemiterios, etc., distinguindo-se a do anno de 1840, que decretou a construcção do cemiterio, na cabeça do concelho, e a dos annos de 1860 e 1863, que emprehenderam e concluiram a construcção do magnifico edificio dos paços do concelho.

Em frente da villa, ao sul, fica a povoação do Sardão, que no arabe quer dizer lagarto, a qual communica com ella por uma ponte de pedra.

Em 1880 ultimou-se, pelas obras publicas, a ponte que liga as duas povoações, que formam a villa.

Em 18 de maio de 1852 foi o concelho visitado pela rainha D. Maria II, em companhia do rei artista e dos principes D. Pedro e D. Luiz, hospedando-se no magnifico solar dos condes da Borralha, onde a camara os foi cumprimentar, constando das actas d'esta corporação haver sua magestade a rainha proferido uma allocução, geralmente classificada de apocrypha e attribuida ao sr. D. Antonio da Costa de Sousa de Macedo, que n'essa occasião acompanhava os regios visitantes.

Freguezias



Brazão d'armas da villa de Albufeira

Formam actualmente o concelho de Agueda as seguintes freguezias: Aguada de baixo, Aguada de cima, Agadão, Barrô, Bellazaima, Castanheira, Espinhel, Lamas, Macieira, Macinhata, Ois da Ribeira, Prestimo, Recardães, Segadães, Travassô, Trofa e Vallongo.

Macinhata é antiquissima e foi tão importante que teve outr'ora regulo mouro, conforme a historia ref re, quando se occupa da viagem de D. Ramiro I ao sitio de Lorvão.

Varões illustres, nascidos em Macinhata, recorda-nos o dr. Manuel Pereira da Graça, filho de um carpinteiro; era tão talentoso que D. João VI mandou que o capello lhe fosse concedido de graça, conferindo-lhe ao mesmo tempo o habito de Christo.

A VILLA DE ALBUFEIRA

Topographia—Antiguidades—Historia—Curiosidades—Freguezias—Cataclismos—Barão de Albufeira.

Topographia

Na costa do Algarve, districto administrativo de Faro, ao fundo de um valle

formado por pequenos outeiros e dominado por encostas pedregosas, que vão terminar em altos e escarpados rochedos, cujas bases são de continuo fustigadas pelo Oceano Atlantico, está situada a villa de Albufeira.

O terreno abrangido pela área do concelho, por ser em demasia pedregoso e alcantilado, é menos fertil que o do resto do Algarve, sendo a principal industria ali exercida a da pescaria, que por mais d'uma vez tem promovido a sua regeneração, detendo-lhe a decadencia.

Antiguidades

A fundação da villa perde-se na noite dos tempos, pois não ha memorias seguras para assignalar a epoca em que teve logar; suppõe-se, porém, que deva a origem aos romanos, quando occuparam a peninsula, e que seja esta a que n'esse tempo tinha a denominação de «Baltum».

Na muralha que domina a villa ha tres portas chamadas do Norte, da Praça e de Sant'Anna. E' praça de armas muito antiga, e no tempo dos mouros muito apreciavel e considerada inexpugnavel, o que até certo ponto não era infundado, porque Albufeira foi uma das praças que os arabes conservaram por mais tempo em seu poder, mantendo ainda nas suas muralhas a meia lua, quando o pendão das quinas tremulava ha muito nas ameias dos principaes castellos do reino do «Al-gharb», como o nomeavam os agarenos.

Historia

Quando D. Affonso III «o Bolonhez» occupou o throno pela destituição de seu irmão D. Sancho II, que foi morrer em Toledo, rei sem corôa e esposo sem consorte (D. Mecia Lopes de Haro o abandonára ingratamente), já parte do Algarve cahira em poder dos christãos; os spatharios e os hospitalarios, ordens militares, salteiavam frequentemente as terras que ainda estavam sob o dominio mauritano, mas detinham-se sempre ante as fortes muralhas de Albufeira e Faro, que pareciam desafial-os e escarnecel-os. D. Affonso resolveu então a expulsão dos mouros d'esta parte da peninsula, e para este fim conduziu para o Algarve as grandes forças que pozera em armas para debellar os partidarios de seu infeliz irmão, que em Coimbra e Celorico protestaram por largo tempo contra a usurpação.

Depois da conquista de Faro, a situação de Albufeira era quasi insustentavel, porque estavam ali os mouros cercados de inimigos por todos os lados, e por isso a praça cahiu em poder de D. Affonso III, que immediatamente a doôu á ordem de Aviz, cujo grão mestre, Martim Fernandes, muito valiosamente o auxiliára n'aquella empreza.

Parece que os portuguezes não foram n'esta occasião tão generosos para com os vencidos, como o haviam sido em muitas outras, especialmente no reinado do primeiro rei portuguez, que — comquanto os tratasse como infieis e descridos, a mais grave culpa n'aquellas epocas de intransigencia ardente em questões de consciencia — não deixava de lhes fazer certas concessões para se conservarem nos logares que habitavam.

Os mouros foram perseguidos de tal fórma, que só escaparam ao furor dos vencedores os que fugiram e se refugiaram n'uma caverna, denominada a «Cova do Xorino», e que fica por baixo das rochas delimitantes da villa pelo lado do sul.

Era então a terra rica e commercial, entretendo largas e importantes relações com os portos das costas africanas; a conquista, tornando impossivel a continuação d'estas relações, esteve a ponto de a reduzir á miseria, conseguindo restaurar-se apenas com os recursos da pescaria; era porém ainda em 1376, isto é, cento e vinte seis annos depois da conquista, tão pouco abastada que D. Fernando I, por cartas patentes de 29 de novembro, mandou que os concelhos de Faro, Lagos, Tavira e Silves, «repartissem com ella do pão que lhes viesse de fóra».

No reinado de D. Manuel já a villa reconquistára a sua antiga importancia, pois que este monarcha lhe concedeu foral em 20 de agosto de 1504.

O nome Albufeira provém-lhe da nominação arabe, porque este povo guerreiro, quando se assenhoreou d'ella em 716, em rasão da lagôa proxima ou da visinhança do oceano, começou a chamar-lhe «Al-buhar» ou «Albuhera», que queria dizer «castello do mar».

Resta ainda um monumento na villa, construido pelos mouros, a mesquita, que é hoje egreja da Misericordia.

Ainda depois de cahir em poder dos christãos, Albufeira e o Algarve não passaram á posse absoluta de D. Affonso III; Ibn-Mahfot, wali de Niebla, que dominava n'esta região e a defendera com ardor, vendo-se perdido, quiz ao menos deixar acceso o facho

da discordia entre os inimigos, o que realisou, fazendo doação do Algarve ao principe Affonso de Castella, que a acceitou, travando-se a lucta entre este e o conquistador, lucta que se prolongou com largas e variadas peripecias até 1267, em que foi reconhecida a soberania plena do rei portuguez.

Curiosidades

A villa de Albufeira é dividida em duas partes pelo rio do mesmo nome, communicando uma com outra margem por uma ponte de pedra de um só arco; o seu porto é seguro para navios de pequena lotação; o castello é habitado, e estão n'elle os edificios onde se alojam as repartições publicas. A egreja matriz seria a mais notavel do Algarve, se estivesse concluida; foi começada pelo bispo d'aquella diocese, D. Francisco Gomes de Avellar. O hospital é igualmente notavel edificio e de antiga construcção.

Merece ser tambem visitada pelos curiosos a caverna do «Xorino», a que já nos referimos. e a capella de Nossa Senhora da Orada, no centro de uma formosa alameda, onde no dia 15 de agosto ha uma feira annual, muito concorrida; ha ali dois tumulos magnificos, mandados fazer por D. Maria Michaela de Brito.

Não se póde fallar de Albufeira sem recordar as façanhas do celebre guerrilheiro «o Remechido», João Joaquim de Sousa Reis, de bem triste memoria.

Nasceu este heroe em Escombar, em 1796, e era filho de lavradores abastados. Ficando orphão foi para Faro, onde entrou no seminario e chegou a receber ordens, mas apaixonando-se por uma rapariga, deixou as aulas e a batina, casando em seguida com o objecto de seus enlevos. Teve de sustentar tão tenaz lucta com o tio, que o patrocinava, e com outros obstaculos para realisar o consorcio, que d'ahi lhe ficou o cognome de «Remechido»; regressando então á terra da naturalidade, foi nomeado capitão de ordenanças e recebedor do concelho, repudiando o cargo de alferes do batalhão realista de Faro, para não estar longe de sua casa.

Quando o duque da Terceira, então conde de Villa Flôr, desembarcou no Algarve, Remechido, com alguns homens decididos, fugiu para a serra, d'onde hostilisava os liberaes; pedindo o auxilio do general Mollelos e vendo que este o despresava, decidiu-se a fazer a guerra por sua conta e com effeito conseguiu espalhar o terror no Alemtejo e Algarve, ainda depois de D. Miguel haver sahido de Portugal. Era um valente, como prova a força que foi necessario empregar para subjugal-o e o tempo que sustentou a lucta, ainda depois de estabelecido o governo constitucional, isto é, desde 1834 até 1838.

N'este ultimo anno, em 28 de julho, foi assaltado por uma força composta de cavallaria 5, caçadores 4 e 5, infanteria 8 e guarda nacional de S. Bartholomeu de Messines, e depois de um combate que durou algumas horas e em que elle e os seus homens, 248 apenas, se bateram como leões, foi aprisionado pelo capitão Cabral, de caçadores 5. Levado para Faro, foi julgado em conselho de guerra no dia 1 de agosto e fuzilado a 2 no campo da Trindade, deplorando-lhe a sorte até os mesmos que o haviam combatido.

O filho, Manuel Joaquim da Graça Reis, um moço de 18 para 20 annos, ainda quiz continuar a lucta, mas colhido pelas tropas do governo, já semi-morto, em 10 de novembro do anno seguinte, morreu no hospital de Faro em 11 de dezembro de 1839—ha cincoenta annos. Ainda assim foi digno herdeiro do valor que seu pae demonstrára. O nome do «Remechido», glorificado por actos de bravura, enodoou-se por outros de crueldade.

Albufeira tem fóros de villa só desde o reinado de D. Manuel, que lhe deu foral, mas D. Affonso IV conferiu-lhe privilegios de visinhança com o concelho de Loulé.

O brazão d'armas é uma vacca de ouro em campo azul; suppomos que derive este symbolo da abundancia de gados.

No mappa de fortificação e defeza das costas do Algarve citam-se no quarto grupo as fortalezas dependentes de Albufeira, incluindo sob esta designação as de Pera, Registo, Vallongo e Quarteira.

Albufeira tem já hoje muitas construcções delineadas segundo o gosto moderno, estação telegraphica e todos os demais melhoramentos com que a civilisação vae dotando os povos por onde passa.

Freguezias

As do concelho de Albufeira são tres: a da villa, Paderne e Guia.

Além da principal, a unica digna de menção é a segunda, cujo orago é Nossa Senhora das Esperanças. Situado no monte do mesmo nome, cujas faldas são banhadas

pela ribeira da Quarteira e a dois kilometros da povoação, fica o castello, outr'ora fortissimo. Foi tomado aos mouros em 1248 e por D. Diniz doado á ordem de S. Bento de Aviz.

Junto a Paderne ha uma fonte chamada «Santa», de excellente agua, e a que são attribuidas diversas virtudes therapeuticas. A egreja matriz é um bello templo de tres naves, construido em 1500.

Cataclismos

Além do terremoto de 1755 ainda mais dois anteriores causaram estragos em Albufeira e seu termo, taes foram o de 6 de março de 1719 e o de 27 de dezembro de 1722; o primeiro arruinou bastantes edificios e causou muitas calamidades, mas o segundo, começando das 5 para as 6 horas, no cabo de S. Vicente, estendeu-se pelo resto do Algarve, sendo Albufeira uma das povoações que mais soffreu. Attribuiu-se este cataclismo a um tufão submarino, rebentado entre Faro e Tavira, cujas chammas muita gente chegou a ver surdir á flôr das aguas.

O terremoto de 1755 fez consideraveis estragos: o mar invadiu a villa, attingindo uns 10 metros de altura, destruindo quasi todos os edificios, de que só ficaram de pé 27 habitações, e estas mesmas muito arruinadas. A egreja matriz, onde a população se rufugiára pedindo misericordia, desabou, fazendo 227 victimas.

Depois d'este terremoto continuou todo o Algarve a soffrer abalos violentos até 20 de agosto do anno seguinte.

Barão de Albufeira

Com este titulo foi agraciado em 1826 o bravo militar José de Vasconcellos e Sá, um dos mais antigos soldados do partido liberal.

Nascido em Lisboa a 19 de março de 1775, sentou praça de cadete no regimento de infanteria de Gomes Freire, a quem se affeiçoou do coração. Em 1804, depois de ter ido observar os postos hespanhoes, para verificar as forças de que dispunham, e depois de ter feito a guerra do Roussillon, é que foi nomeado coronel do regimento de Lagos, onde fundou uma academia para ensinar aos officiaes subalternos e inferiores as linguas, as mathematicas puras e as artes e traços bellicos.

Esta instituição, unica em todo o reino, bem prova a illustração do barão d'Albufeira.

Na guerra peninsular distinguiu-se em todas as batalhas, mórmente na de Orthez, em que resistiu corajosamente a todos os ataques da cavallaria franceza, com o seu regimento quasi anniquillado, mas sempre firme.

Em 1817, commandando a brigada da côrte, fez quantos esforços era possivel para salvar Gomes Freire á sorte que o esperava, avisando-o a tempo do perigo que corria; Gomes Freire de Andrade não fez caso da prevenção, e o dever de soldado obrigou o barão de Albufeira a desempenhar a triste missão de commandar a brigada que assistiu no campo de Sant'Anna á trucidação dos infelizes liberaes, que ambicionavam libertar a patria do jugo inglez.

Foi deputado e senador, e morreu no dia 3 de outubro de 1842.

Militar brioso e austero cumpridor dos seus deveres, honrou a terra de que usava o titulo.

OS ALANOS

Os alanos, povo da raça scythya, habitavam primitivamente entre o Ponto-Euxino e o mar Caspio. Estenderam as suas conquistas desde o Volga até ao Tamaïs, penetraram pelo norte até á Siberia, e pelo sul levaram as suas invasões até ás fronteiras da Persia e da India. A mistura das raças sarmatas e germanicas tinha modificado um pouco as feições e caracter dos alanos.

Eram mais escuros que o resto dos tartaros, menos disformes e menos selvagens que os hunos, sem em nada lhes serem inferiores pelo lado da bravura. Apaixonados enthusiastas pela liberdade, os alanos não imaginavam estar a gloria e felicidade do genero humano senão na pilhagem e nos combates. Um alfange desembainhado, pregado na terra, era o objecto do seu culto. As suas forças militares, como as de quasi todos os tartaros, compunham-se de uma numerosa cavallaria; jaezavam os seus cavallos com os craneos de seus inimigos, e despresavam os guerreiros pusillanimes, que esperavam pacientemente as enfermidades da idade, ou soffriam as dôres de uma longa doença. Assim, n'este diluvio de hordas barbaras, que cêrca do V seculo innundaram o mundo civilisado, os alanos mostraram-se os mais crueis e os mais sanguinarios.

Typ. Lealdade — Rua do Ferreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 600 réis; Series de 52 numeros .. 1$100 réis. O pagamento é adiantado. | SETEMBRO — 1889 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza — Rua do Terreirinho, 17, 1.º — Lisboa. | NUM.º 4

A VILLA DE ALCACER DO SAL

Tradições—Historia moderna—Preciosidade—Brazão d'armas — Freguezias e sua historia — Tomada de Alcacer—Combate de Alcacer.

Tradições

A fundação da villa de Alcacer do Sal é geralmente attribuida aos luzitanos, pelos annos 30 antes de Christo, posto que outros a considerem edificada por Tubal, na mesma epoca (2203 A. C.), em que igualmente lhe attribuem a edificação de Setubal, fundando esta ultima hypothese no ligeiro argumento de que a palavra Setubal é uma corrupção de Sedes Tubal ou residencia de Tubal.

A mais antiga tradição de que se encontra noticia com respeito a esta povoação é a de que Bogud, rei mouro da Africa, atravessando o estreito com um poderoso exercito, n'aquelle referido anno 30 A. C., entrou na Luzitania, assolando tudo na passagem até ás margens do Sado, onde terminou a expedição, profanando o templo consagrado a «Salacia» ou Diana, em seguida ao que embarcou para Africa, carregado de despojos, perecendo porém com todos os seus companheiros na viagem, o que foi considerado castigo da profanação. Redobrou este acontecimento a devoção pela deusa, cujo templo foi logo reedificado, fundando se então nas suas visinhanças a villa, a que foi dado o nome da divindade.



Brazão d'armas da villa de Alcacer do Sal

Que este foi o primeiro nome da povoação é indubitavel, pois que os arabes a denominaram «Alcacer de Salacia», que corrompendo-se com o andar dos tempos, se reduziu ao que hoje conhecemos.

O mais natural, porém, é que este nome lhe proviesse das grandes salinas que lhe estão visinhas, denominando-a os sarracenos «Cacer» ou «Al-kassar», em rasão do seu castello, porque este termo arabe significa «residencia fortificada» ou «palacio acastellado».

Antes, porém, de possuida pelos arabes, o fôra pelos romanos, em cujo tempo era já villa muito populosa e considerada, porque Augusto Cesar a elevou á cathegoria de «municipio do antigo direito latino», dando-lhe o titulo de «Urbs-imperatoria» ou cidade imperial.

Sob o dominio romano floresceu e prosperou, chegando a ser séde episcopal, de que foi primeiro bispo S. Januario, ali martyrisado com seus tres companheiros sacerdotes, Felix, Septimnio e Fortunato, no anno 305, sendo imperador o feroz Diocleciano e pretor das Hespanhas, Daciano.

Todavia, não foi muito além d'esta epoca a prosperidade, porque Plinio exaltando a grandeza e opulencia de outr'ora, já no seu tempo a considerava decadente.

As invasões dos povos do norte, nos ultimos periodos do dominio romano, acabou de arruinal-a, passando os moradores a habitarem só o castello, onde melhor podiam defender-se dos ataques dos invasores.

Em 715 foi occupada pelos arabes, que só pensando nas vantagens defensivas que lhes proporcionava a parte fortificada, augmentaram esta, construindo uma nova cêrca em deredor do castello. Em 753 o rei de Oviedo, Fruela ou Froilaz I, investindo pela Extremadura com um forte exercito, tomou «Al-kassar», mas pouco tempo a manteve em sua posse, pois em 760 Abd-el-Rhaman, kalifa de Cordova, a reconquistou.

Sob o poderio d'este monarcha, amante

das lettras, pacifico e tão humanitario quanto o podia ser um principe em taes epocas, que mereceu o cognome de «Justo», Alcacer prosperou, tornou-se cidade florescentissima e capital da provincia, abrangendo na sua circumscripção Grandola, S. Thiago de Cacem, Villa Nova de Milfontes, Odemira, Torrão, etc. Houve ali um arsenal, do qual sahiram formidaveis esquadras.

Historia moderna

Tomada Lisboa em 1147, D. Affonso Henriques começou a lançar as suas vistas conquistadoras para a margem esquerda do Tejo e para as ricas paragens que além d'elle demoravam. Em 1158, pois, assediou Alcacer, mas só depois de dois mezes de cerco e constante lucta conseguiu arriar das ameias o pendão da meia lua. Reconquistada pelo miramolim de Marrocos, em 1191, só veiu á definitiva posse dos christãos em 1217, em que foi tomada por D. Affonso II, «o Gordo».

A batalha que determinou a entrega da praça foi uma das mais notaveis d'aquelle reinado; travou-se n'um logar que desde então se ficou chamando «Valle da Matança» e empenharam-se n'ella os caudilhos mouros de Badajoz, Jaen, Cordova, Sevilha e Xerez, que accudiam em soccorro d'aquella sua formidavel posição; dois d'esses walis morreram no conflicto e com elles mais de 15:000 combatentes. A entrada dos christãos na villa teve logar no dia 18 de outubro e a batalha em Valle da Matança em 11 de setembro.

Esta expedição foi dirigida por D. Soeiro Viegas, bispo de Lisboa, e auxiliada pela esquadra de cruzados flamengos e inglezes, commandada pelo conde Guilherme de Hollanda e conde Withe. Esta batalha e a de «Navas de Tolosa», no mesmo reinado, são notaveis porque n'ellas figuraram pela primeira vez ás tropas dos concelhos, a peonagem municipal, que até então desapparecera sempre na sombra da fidalga cavallaria.

Ficára a villa em deploraveis condições e a sua prosperidade tornou de novo a decahir; o rei mandou-a reedificar, mas desde então a população tendeu a occupar a planicie, junto ao rio Sado.

O castello, que foi considerado o mais forte da peninsula, e de que ainda hoje restam as ruinas d'onde se avista um extenso e formoso panorama, tinha duas portas e trinta torres de cantaria, a mais alta das quaes media 27 metros de altura por 22 de circumferencia. Foi reparado por D. Diniz, em 1289. No seu recinto houve paços reaes, habitados por D. Manuel, antes da sua elevação ao throno, e tambem um convento de franciscanas, denominado de «Ara Cœli».

A villa foi doada por D. Affonso II á ordem de S. Thiago, cujo notavel mestre, D. Paio Peres Correia, fundou ali o convento da ordem, que teve em Alcacer assento por muito tempo. O primeiro foral de Alcacer foi dado por D. Affonso Henriques, em março de 1170, e confirmado por D. Affonso II, em dezembro de 1217, logo depois da reconquista. Entre os privilegios concedidos ás gentes de Alcacer nota-se o de não pagarem direitos do que compravam ou vendiam em todo o reino.

Entre os factos historicos de que esta villa tem sido theatro, devem mencionar-se o casamento, ali celebrado, de D. Manuel com sua cunhada a infante de Hespanha, D. Maria, e a derrota das tropas liberaes pelo general miguelista Lemos, em 1833, derrota devida á impericia ou imprudencia do coronel Florencio José da Silva, que abandonou os entrincheiramentos, embora ligeiros, para offerecer batalha ao inimigo, forte em cavallaria, dispondo apenas de um limitado numero de infantes; o resultado foi ser envolvido e massacrada toda a força de que dispunha.

Alcacer tem dois hospitaes: o da Misericordia, fundado por D. Ruy Salema, commendador da ordem militar de Nosso Senhor Jesus Christo, em 1530; e o do Espirito Santo, que está a cargo da camara.

A villa faz muito negocio em sal, elevando-se o numero de marinhas a mais de 900; tem tres lezirias, tres grandes montados de sobro, carvalho e azinho, por entre os quaes correm duas caudalosas ribeiras.

A área principal do concelho, comquanto se estenda em plano, está cercada pelas serras do Penedo, do Frade, de Villa João, dos Mendes e do Penique.

Tinham solares em Alcacer do Sal as familias nobres Roboredo e Rodoval, de que se formou o appellido Rodovalho. A primeira provém dos Roboledos de Aragão, a segunda era oriunda da Normandia.

Em Alcacer nasceu, em 1492, Pedro Nunes, o grande mathematico; tambem ahi nasceram Mem Rodrigues de Vasconcellos, filho de Vasco Mendes, mestre da ordem de S. Thiago, e D. Nuno de Mendonça, primeiro conde de Valle de Reis, um dos governado-

res do reino durante a usurpação dos Filippes, assim como muitos outros homens notaveis.

Preciosidade

Na capella da egreja de Santo Antonio, que pertenceu aos frades franciscanos, foi achada uma pedra tumular com sua inscripção em lettra gothica, que diz assim—(traducção): «Sinticio, famulo de Deus, por sobrenome Paterno — casa de Deus — descendente dos getas, jaz n'este grosseiro tumulo, — o qual (Sinticio) viveu n'este seculo 12 lustros e entregou em paz o espirito a Deus no dia 7 das kalendas de agosto, da era de 660 (622 de J. C.). A paz te seja dada por Deus.»

Esta reliquia archeologica foi transferida para Setubal; é do tempo do rei godo «Swintilla».

Brazão d'armas

As armas da villa são: uma nau sobre ondas, e por timbre as armas de Portugal; em alguns escudos encontra-se sob as armas a legenda: «salatiæ, urbs, imperatoria». A nau deriva da sua importancia commercial, as quinas de ter sido conquistada pelo fundador da monarchia, e a legenda rememora a sua antiguidade e nobreza. Outros auctores attribuem a origem diversa estes emblemas: a nau e as quinas unem-se em memoria da conquista haver sido realisada, quer da primeira, quer da segunda vez, com o concurso dos cruzados.

Freguezias e sua historia

De dezoito freguezias se compunha o concelho de Alcacer do Sal, a saber: duas na villa, Santa Maria do Castello e S. Thiago; Monte Vil, Palma, Sitimos, Santa Suzana, Valle de Guizo, Valle de Reis, Cabrella, Landeira, S. Martinho, Azinheira dos Bairros, Grandola, Sadão (são duas freguezias do mesmo nome), Serra, Odivellas e Torrão.

A elevação de Grandola a concelho levou-lhe esta freguezia e as de Azinheira e Serra, e as duas Sadão; assim como Cabrella e Landeira passaram para o concelho de Montemór-o-Novo.

A egreja de Santa Maria do Castello foi mandada edificar por D. Affonso II, em 1217; e a de S. Thiago data do reinado de D. João V, que para ella concorreu com donativos avultados. Ambas estas egrejas tiveram beneficiados curados e simples, thesoureiros, etc., que eram pagos pelas rendas da commenda do mestrado de S. Thiago.

Palma foi condado, creado por Filippe IV, que com este titulo agraciou D. Vasco Mascarenhas; esta casa anda hoje annexa á do Sabugal.

A freguezia de Palma constituiu uma commenda da ordem de S. Thiago. Antes de ser condado foi morgado e a instituição data de 1500, tendo-a vinculado o primeiro capitão de ginetes, D. Fernando Martins Mascarenhas, depois viso-rei da India. Junto da egreja parochial ainda resta, em mau estado, a casa nobre, em que viveu o fundador do morgado.

E' abundante em caça.

Santa Suzana é notavel pela mina de zinco argentifero ali descoberta no chamado «Corte do Pereira».

Valle de Reis é tambem notavel por ter dado o nome porque se distinguiu uma das mais illustres familias de Portugal.

Entre outros varões notabilissimos, troncos d'essa arvore, citaremos o ultimo finado duque de Loulé, que foi habil ministro, flôr da fidalguia, cortezão na mais fina accepção da palavra e chefe de partido respeitavel, fundador do partido historico, que pela fusão com o reformista, veiu a constituir o partido progressista.

Outro distincto membro da familia dos condes de Valle de Reis foi D. Rodrigo de Moura Telles, bispo e depois arcebispo de Braga, que restaurou o santuario do «Bom Jesus» e fez outras obras importantes, que bastam para lhe perpetuar o nome. Morreu em 1728, a 4 de setembro, em conceito de santidade. Além de muito bom christão e sacerdote piedoso, era muito douto.

Por nenhuma outra circumstancia se distingue a freguezia de Valle de Reis, assim como as restantes nada teem digno de mencionar-se.

Tomada de Alcacer

Já Alcacer do Sal fôra conquistada por D. Affonso Henriques, mas reconquistada pelos mouros, ficára-lhes pertencendo já quando o Alemtejo era todo christão, até que em 1217, no reinado de D. Affonso II, se emprehendeu contra essa cidade uma expedição, que foi das mais gloriosas de que se podem ufanar as armas portuguezas, na longa lucta contra os mouros.

Foram mais uma vez os cruzados que auxiliaram os portuguezes n'esta conquista. A' voz de Honorio III uma nova cruzada, a do rei da Hungria, se arrojára ainda para o Oriente. Da foz do Rheno partira tambem uma expedição, comman-

dada por Guilherme, conde da Hollanda, e pelo conde de Withe, que viera, segundo o costume, arribar a Lisboa. Era bispo d'esta cidade o celebre Soeiro, habil negociador, e ao mesmo tempo da raça d'aquelles prelados militantes, que vestiam com mais gosto a couraça do que a estola. Resolveu elle os cruzados a demorarem-se em Portugal para começarem já na Europa a cumprir o seu voto de guerra aos infieis. Nem todos os cruzados accederam comtudo, muitos teimaram em continuar a viagem, mas os que ficaram, capitaneados pelos dois chefes principaes, foram julgados sufficientes para o fim proposto. Estava então em Lisboa o bispo de Evora. Este e o bispo Soeiro começaram logo a prégar a guerra santa, os cavalleiros das ordens militares vieram, obedientes ao chamado, agrupar-se em torno dos balsões sagrados, fidalgos e peonagem reuniram em massa compacta a sua cavallaria coberta de ferro e a sua infanteria já experimentada pela heroica lide de Navas de Tolosa. O exercito portuguez, pouquissimo numeroso, é verdade, reuniu-se em breve tempo e a expedição contra Alcacer partiu por mar e por terra, achando-se reunidos estrangeiros e portuguezes no dia 3 de agosto de 1217, diante dos muros da cidade arabe.

Governava-a um dos celebres chefes musulmanos, Abu-Abdallah, o mesmo que em 1189 defendera heroicamente Silves, o mesmo que em 1191 a retomára, e que adquirira sempre gloria ou nas victorias ou nas derrotas. Apesar do revez que o esperava, não tinha de marcar mas sim de illustrar ainda mais a sua antiga reputação.

Os limites d'esta obra não nos permittem narrar circumstanciadamente o cerco; quem quizer ver essa narração procure-a na obra de A. Herculano, de que fórma de certo um dos mais brilhantes episodios. Basta-nos dizer que ali adquiriram as nossas armas uma gloria immortal, porque, tendo vindo em soccorro da praça sitiada todas as forças disponiveis da Hespanha arabe, formando um exercito de 40:000 homens de pé e 15:000 de cavallo, sahiu ao seu encontro só o exercito portuguez, porque os estrangeiros ficaram vigiando a praça. Para se avaliar quanto era enorme a desproporção dos combatentes, basta dizer se que a cavallaria, composta dos freires das ordens militares, dos fidalgos portuguezes e de alguns cavalleiros de Leão, subia apenas a 800 homens. A lembrança, ainda fresca, da formidavel derrota de Navas de Tolosa, affrouxava talvez um pouco o impeto dos musulmanos e augmentava o brio dos christãos, mas o que é certo é que a derrota d'aquelles foi completissima. A guarnição musulmana, immovel no alto das muralhas de Alcacer, poude ver esvairem-se ao longe em turbilhão de pó as reliquias do exercito auxiliar, como se desfazia tambem em fumo a esperança da salvação. Não desanimou comtudo o valente Abdallah; no dia 11 de setembro derrotaram os portuguezes o exercito musulmano, pois só a 18 de outubro se rendeu a praça.

Combate de Alcacer

Já os constitucionaes tinham occupado Lisboa, e feito retirar os miguelistas que haviam voltado a cercar a capital, quando no dia 3 de novembro de 1833 houve em Alcacer um combate desastroso para as tropas de D. Pedro, e que não concorreu pouco para prolongar a lucta, animando os miguelistas, que estavam já n'essa epoca bastante desalentados com as suas successivas derrotas.

Estava no Alemtejo o general miguelista Lemos congregando reforços para enviar ao exercito do general Mac-Donall, concentrado e fortificado na magnifica e quasi inexpugnavel posição de Santarem. Os constitucionaes tambem para esse lado faziam as suas diversões, e, tendo o general Lemos abandonado Alcacer do Sal, foi logo esta villa occupada por uma força das tropas de D. Pedro, debaixo do commando do coronel Florencio José da Silva. Mas Lemos voltou atraz subitamente, e o general Florencio teve a desastrosa ideia de abandonar as ligeiras fortificações que tinha em Alcacer para ir esperar o inimigo em campina rasa, apoiando os flancos da sua linha exclusivamente de infanteria n'uns terrenos cobertos, por onde parte da cavallaria inimiga facilmente o torneou, ao passo que outros esquadrões o atacavam de frente. Uma linha de infanteria, envolta assim de subito de todos os lados por uns poucos de esquadrões de cavallaria, é infallivelmente posta em debandada. Foi o que succedeu, mas com tão má ventura que, fugindo para o lado de uns pantanos, ali foram acutilados ou aprisionados pelos miguelistas, ao passo que outros fugitivos, encontrando no Sado as lanchas da fragata «D. Maria II», que estava em Setubal, fugiram com ellas pelo rio abaixo, deixando os marujos, que tinham saltado em terra para entrar em combate, expostos á furia do inimigo.

A perda dos constitucionaes foi bastante grave, em relação ás poucas tropas que entraram em combate, porque, subiu, entre mortos, feridos e prisioneiros, a 436 homens.

O coronel Florencio respondeu em conselho de guerra por este desastre, devido incontestavelmente á sua impericia, mas o conselho absolveu-o. Por outro lado Lemos, o vencedor, foi promovido a tenente general e recebeu a commenda de Christo.

A victoria foi effectivamente muito profícua á causa miguelista, assegurára-lhe a posse do Alemtejo, d'onde tiravam largos recursos, e levantava o moral das tropas, bastante abatido pelos infortunios da campanha.

EXPEDIENTE

☞ Apesar de termos promettido na circular, inserta no n.º 1 d'esta obra, que a distribuição regular começaria no dia 20 de setembro, somos forçados a addial-a para os primeiros dias do mez de outubro, em consequencia de termos de aguardar o resultado da cobrança das assignaturas, para sabermos o numero de subscriptores com que podemos contar e assim fixarmos a tiragem de exemplares.

A EMPREZA.

Typ. Lealdade — Rua do Ferreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros .. 1$000 réis. O pagamento é adiantado. | OUTUBRO — 1889 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 5

A VILLA DE AGUIAR DA BEIRA

Rectificação —Versões—Curiosidade—Monumentos —Acção municipal—Foraes—Freguezias e sua historia.

Rectificação

Dá-se quasi geralmente esta villa por assente n'uma planura da serra da Lapa, todavia o cerro que lhe serve de pedestal é apenas uma ramificação, mas não propriamente a da Lapa, pois d'ella está dividida por um profundo valle, que decorre das margens do Tavora até ás do Coja, acompanhando-as. A attitude do cerro é porém igual á da serra da Lapa, o que tem permittido a confusão. Da villa disfructa-se esplendido panorama, que só é limitado pelas serras da Estrella e do Caramulo; n'esse panorama estão comprehendidas as margens do Mondego, a cidade da Guarda, Gouveia, Trancoso, Mangualde e outras muitas villas.

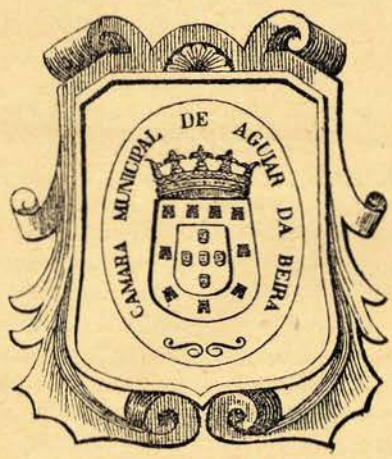
Versões

A procedencia do nome da villa, assim como a sua fundação, perdem-se nas grandes sombras da historia antiga. Consta que já existia no tempo em que os romanos occuparam a peninsula, porque assim o fazem suppôr os dois castellos, hoje desmantellados, e é fóra de duvida que foi dominada pelos arabes.

Deve ter sido, porém, de limitada importancia a villa nos tempos antigos, porque não conta tradições, sendo tão pobre d'ellas que não lhe forneceram elementos para o brazão d'armas, o qual consta apenas do escudo nacional, tendo em vez de sete, nove castellos; augmento que, emquanto a nós, se fez em memoria dos dois que a villa possuia.

Presumimos, pois, que os romanos houvessem fortificado aquella altura pela sua magnifica posição estrategica, dominando vastissima extensão, como fizeram em outros logares, estabelecendo-se em seguida nas visinhanças das fortificações a povoação, que com o andar dos tempos se opulentou ao ponto de se tornar consideravel villa.

O nome, que adoptou, derivam-no uns auctores de haver possuido o castello um cavalheiro de appellido Aguiar; outros, de abundarem as aguias n'aquella altura, assim como o valle proximo tomou o nome das aves de rapina, chamadas açores; contra esta versão milita, porém, a circumstancia de não haver memoria de apparecerem aguias n'aquella região.



Brazão d'armas da villa de Aguiar da Beira

Comquanto o respeitavel antiquario Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, no seu «Elucidario», sustente esta versão,—salvo o respeito devido,—julgamol-a pouco acceitavel, pois não teriam esquecido de a fazer lembrada na linguagem heraldica, incluindo a aguia no brazão, ainda mesmo que só fosse adoptada por timbre; é pois a nosso ver mais acceitavel a primeira.

A supposição de que no tempo dos romanos apenas existissem n'aquelle logar algumas fortificações sem povoação importante, deriva de não encontrarmos o seu nome na historia respectiva, nem haver noticia de o haver tido romano. Na povoação não se encontra um unico vestigio, inscripção, objecto ou construcção, que denuncie o dominio d'aquelle povo guerreiro, tão cuidadoso aliás em deixar de si memoria nas cidades que occupava.

Naturalmente a villa só começou a prosperar sob o dominio arabe, existindo ainda hoje uma fonte, cuja construcção é devida áquelles dominadores, como attesta a inscri-

pção, que n'ella se vê, do lado do poente, á qual correspondem no lado opposto as armas antigas de Portugal, que devem ter sido insculpidas mais tarde.

No tempo de D. Affonso Henriques era já villa importante e cabeça de concelho, pois em 1120 lhe foi dado foral, confirmado mais tarde por D. Affonso II, «o Gordo». Além d'este teve igualmente foraes de D. Affonso III, D. Diniz e D. Manuel; em qualquer d'estes eram concedidos aos povos de Aguiar muitos privilegios e isenções.

Foi Aguiar da Beira terra muito commercial, especialmente durante os reinados da primeira dynastia. Attendendo a essa circumstancia D. Diniz, que foi um dos monarchas mais empenhados no progredimento dos povos, concedeu-lhe uma feira mensal, que durava tres dias, tendo começo no primeiro domingo de cada mez, feira que foi muito concorrida até 1408, em que o bispo de Vizeu prohibiu que se realisassem as operações mercantis no dia santificado; recorreram os «homens bons», e a administração do municipio para o rei, que em 1446 terminou a pendencia, decretando que a feira começasse na primeira segunda feira de cada mez, não conseguindo jámais attingir a importancia que tivera, já por ser ao domingo que a população campesina podia affluir áquelle ponto sem prejuizo de seus trabalhos; já porque no longo periodo que o conflicto se manteve sem solução, os povos e homens de negocio perderam o habito de comparecerem em Aguiar da Beira.

De então para cá as vereações teem por vezes procurado restaurar o antigo esplendor d'este mercado, que muito influia para a riqueza do municipio, mas sempre sem resultado valioso. Em 1837 a camara chegou a decretar a obrigação para os habitantes do concelho, de concorrerem e frequentarem a feira, impondo aos infractores a multa de 240 réis; mas todos esses esforços foram infructiferos, e hoje é apenas uma simples lembrança do que fôra outr'ora; dura um só dia — a segunda-feira immediata á feira annual de Mangualde.

Aguiar fez parte dos antigos bens, denominados da casa do infantado, por ser d'elles que se fazia os dotes dos filhos e filhas dos reis, sendo portanto áquelles que pertencia nomear as justiças e auctoridades concelhias; teve pois sempre — e desde os mais remotos tempos da monarchia — dois juizes ordinarios, e capitão-mór, com seis companhias de ordenanças de villa e termo. Além d'estas havia ali as seguintes auctoridades administrativas: tres vereadores, um procurador do concelho e escrivão da camara; e judiciaes: juiz dos orphãos, tabelliães, almotacé e alcaide. A villa estava sob a jurisdicção da corregedoria de Linhares.

Foi em tempos Aguiar habitada por algumas familias fidalgas, mas talvez por ser de difficil accesso, emigraram para outros pontos do concelho, de maneira que mesmo no tempo em que tudo estava sujeito á nobreza, o governo do municipio encontrava-se já nas mãos dos lavradores mais abastados, tendo com isto lucrado as regalias populares, mas talvez mingoado a importancia da villa, porque durante seculos só eram concedidos melhoramentos locaes ao sabor dos grandes que os sollicitavam. A esta causa se deve attribuir a falta de ligação com certos pontos de importancia capital para o commercio da provincia, contribuindo esta circumstancia para derivar o valor, que teve a villa, para a de Trancoso e outras.

A instrucção publica tem tomado um incremento bastantemente apreciavel n'este concelho, pois que nas suas freguezias conta quinze escolas, sendo nove sustentadas a expensas do municipio e seis pelas forças de um legado, devido ao civismo de um filho benemerito da freguezia de Soito, o capitão Alexandre José de Faria, que por sua morte legou uma inscripção de 1:000$000 réis a cada uma das freguezias de Coruche, Eirado, Gradiz, Pinheiro, Sequeiros e Valle Verde, e 2:000$000 réis á de Soito, obrigando as juntas de parochia respectivas a applicarem o rendimento do legado á gratificação dos professores. Este legado é administrado por uma commissão, á qual preside o administrador do concelho.

Curiosidade

Existe no archivo da camara de Aguiar uma curiosidade preciosa: um marco de bronze, de figura conica, com o peso d'uma arroba, dividido em diversas fracções, e que deve ter servido de padrão aos povos do concelho, cousa rarissima na epoca em que foi confeccionado aquelle, isto é, no reinado de D. Manuel, como se vê da inscripção que o circumda:—«Me mandou fazer D. Emmanuel, rei de Portugal. Anno de 1499».

Tem gravados na cobertura dois brazões d'armas, como os que a camara usa, sendo a aza ligada por duas espheras, signal que

se encontra em muitas obras realisadas no reinado de D. Manuel.

Ha quem tenha repugnancia em acceitar a hypothese de que o referido marco haja servido de padrão ás medidas de peso. Em primeiro logar é de suppôr que este padrão deva a existencia a circumstancias excepcionaes, como por exemplo a variedade de bases para a permutação de generos, em um local muito mercantil; segundo, dever-se a conservação d'este á maior necessidade de recorrer a elle. A duvida não procede tambem por saber-se que D. Manuel fez mais d'estes padrões. (Vide «Alemquer»).

Monumentos

Os monumentos notaveis da villa são: além dos templos, a torre do relogio, a fonte da praça e os paços do concelho. A torre, de construcção phantasiosa, é antiquissima, talvez do tempo dos mouros, que certamente a utilisavam para accender as almenaras, com que davam signal da visinhança de inimigos, ao que muito se prestava pela posição elevada; é quadrada, de quinze metros de altura, com porta alta e estreita, em fórma de arco, o que tambem denota origem mauritana, e encimada por uma especie de platibanda com ameias de pedra. O relogio, que foi reparado em 1777, acha-se em excellente estado de conservação, apesar da sua idade secular.

A fonte da praça está collocada sob uma arcaria, de fórma oval, encimada por um renque de ameias que a circumdam, e em uma das quaes se vê a inscripção e n'outra as armas, a que já nos referimos.

O castello está desmantellado e as pedras teem sido aproveitadas para outros edificios, calcetamento de ruas, etc.

Acção municipal

Aguiar da Beira deve muito ás administrações, que teem gerido os negocios do municipio e que a teem dotado com uma boa rede de estradas vicinaes, rasoavel instrucção publica e outros melhoramentos, augmentados especialmente nos ultimos annos. Em 1783, a municipalidade, a instancia dos povos, requereu a D. Maria I a construcção de uma ponte sobre o rio Coja, entre as freguezias de Coruche e Pinheiro, afim de ligar a estrada real, que do Porto conduzia á praça de Almeida e d'ali a Hespanha. Esta estrada, como bem póde suppôr-se, era muito frequentada e o rio pouco accessivel á passagem a vau, especialmente no inverno, em que o Coja se torna caudaloso, o que dava logar a repetidos desastres e não pequena perda de vidas annualmente; a petição foi deferida, construindo-se em seguida a ponte, que ainda hoje ali se vê e conta 296 palmos de comprido, tendo apenas as guardas arruinadas, porque os francezes as destroçaram, quando realisaram a segunda invasão no paiz.

Ao zelo das vereações deve Aguiar ter hoje os terrenos baldios cobertos de pinhaes. Em 1841 a camara deliberou compellir as juntas de parochia a semearem nos baldios das respectivas freguezias, pelo menos tres alqueires de pinhão, impondo a multa de 3$000 réis a quem não cumprisse, prohibindo igualmente que fossem cortados com podôa os estrumes e lenhas de baldio, sob pena de multa pecuniaria e perda dos mattos. Estas deliberações deram o proficuo resultado de estar hoje o concelho largamente sortido de pinhaes e mattos.

Ha na villa tres templos: o da parochia, sob a invocação de Santo Eusebio, a egreja da Misericordia e a capella de Nossa Senhora do Castello. A primeira foi começada a construir em 1762 e completada em 1842, tendo a anterior, de remota origem, cahido em ruinas; a da Misericordia é de edificação recente e a capella de Nossa Senhora do Castello é tão antiga como a construcção de que tomou o nome.

Foraes

Entre os privilegios concedidos nos foraes a Aguiar da Beira, é digno de menção o que se exprime n'estes termos:

«Et dono uobis foro qui non habeatis alium seniorem nisi Regem, aut suo filio, aut qui uos consilio quisieritis». E concedo-vos, como fôro, que não tenhaes como senhor senão o rei ou seu filho ou aquelle que em vosso concelho escolherdes.

Foral de D. Affonso II, de 22 de julho de 1206, confirmando o de D. Thereza, como regente, durante a menoridade de D. Affonso Henriques, outhorgado no anno de 1120.

Freguezias e sua historia

O concelho de Aguiar da Beira consta actualmente das seguintes freguezias, além da capital: Carapito, Cortiçada, Coruche, Dornellas, Eirado, Forninhos, Gradiz, Penna Verde, Pinheiro, Sequeiros, Souto e Valle Verde.

«Carapito», villa, foi municipio e D. Manuel lhe deu foral a 10 de maio de 1514; o orago é Nossa Senhora das Candeias.

E' anterior á fundação da monarchia, pois que nos seus limites existiu uma torre, de que hoje restam ainda vestigios e que se chamava de Almançor (1), por dizer a tradição que n'ella residiu o rei d'este nome.

Mohamed-ben-Abdallah-ben-abi-Ahmer-el-Moaferi, cognominado Almançor, era kalifa de Cordova, e tão bravissimo capitão que a si mesmo dava o titulo de «açoite de Deus». Invadiu Portugal em 985, tomando grande numero de villas, cidades e povoações, e entre ellas Coimbra, Braga, Lamego e Vizeu, e na Hespanha apoderou-se de Zamora, Leão, Barcelona, Pamplona, Compostella e Gormaz.

Fez-se forte n'aquella serra onde Carapito está situada, e por isso ficou sendo chamada serra de Almançor.

Este valente general foi morrer em Catalanazor, junto a Osma, mortalmente ferido na batalha em que com elle se mediram os reis de Leão, Castella e Navarra.

«Cortiçada» (freguezia do Espirito Santo da), villa, que pertenceu á casa do infantado; é de antiga data, pois o primeiro foral foi-lhe dado por D. Sancho II em 26 de setembro de 1242 e addicionou-o D. Manuel em 1 de julho de 1512.

Tem de notavel haver sido berço do famoso jesuita Fonseca, cognominado «o Aristoteles portuguez», professor em Evora e Lisboa e foi nomeado membro do conselho de ministros por D. Filippe II. O papa Gregorio XIII tambem o encarregou de varias negociações. São obras memoraveis as suas «Instituições de Dialectica» e «Commentarios á metaphysica de Aristoteles», em latim.

«Coruche». Pequena freguezia hoje, como sempre foi, e não se saberia d'ella, salvo pelos mappas, senão se tivesse dado aqui um recontro, em 9 de janeiro de 1827, entre as forças realistas de Magessy e as tropas liberaes. As perdas foram de parte a parte insignificantes, mas os realistas tiveram de retirar para Trancoso.

«Eirado» (Nossa Senhora da Conceição do) pequena freguezia; faz-se n'ella uma romaria, designada por um nome muito esquisito e cambronico a valer; anda-lhe annexa a seguinte tradição: sonharam uns lavradores de Aldeia Velha que no logar d'Ancinho, d'esta freguezia, estava em uma gruta, entre dois grandes penhascos, uma imagem de Christo crucificado, e dirigindo-se ali, effectivamente encontraram uma pedra tosca, a que attribuiram alguma semelhança, pelo que a mandaram talhar por fórma mais parecida com gente, pondo-lhe o nome do Senhor do Castellinho, por ser este o nome do logar, onde o acharam.

Foram tantas as offertas que logo chegaram para a fundação d'um templo. Como, porém, os directores da obra pozessem n'elle uma lapide com o nome do principal influente, o povo zangou-se e cessaram as offertas e a devoção. Mais pôde a vaidade que os sentimentos piedosos!

«Gradiz» (Nossa Senhora das Neves). Povoação muito antiga, mas de pouca importancia, pois que D. Sancho I quando a doôu ao convento de Tarouca, apenas lhe chamava «Granja» de Gradiz; foi emprasada pelos frades em 1197.

Aqui nasceu nos fins do seculo XVII ou começo do XVIII o celebre e sabio antiquario Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, auctor do immortal «Elucidario», escripto no convento da Fraga, em Ferreira de Aves, onde morreu e jaz o seu auctor.

«Penna Verde» (Nossa Senhora das Candeias). Foi villa consideravel, pois lhe andaram annexas tres parochias e teve foraes de D. Sancho I, D. Sancho II e D. Manuel.

Em 985 o feroz Almançor, a que já nos referimos, deu nas proximidades da villa uma batalha aos christãos, sendo tão consideravel o numero de mortos que ao logar onde ella se feriu se ficou chamando Valle de Matança.

«Pinheiro» (Santo Antonio). Antiga villa, que tambem foi theatro de horriveis carnificinas na passagem do terrivel Almançor, que martyrisou todas as freiras do convento de Sisneiro, em cujo logar existe hoje a ermida de Nossa Senhora do Mosteiro.

«Souto» (S. Sebastião). Deu-se aqui uma batalha entre mouros e christãos em 985, sendo estes derrotados; a tradição vive na localidade, porque ao logar onde os christãos soffreram este desastre ainda se chama «Campo do Desbarate».

J. Garcia de Lima.

(1) Al-mançor ou Almansor — palavra arabe — significa o victorioso ou vencedor. D. Affonso I era pelos mouros chamado assim.

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros .. 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | OUTUBRO — 1889 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza — Rua do Terreirinho, 17, 1.º — Lisboa. | NUM.º 6

A VILLA DE ALBERGARIA A VELHA

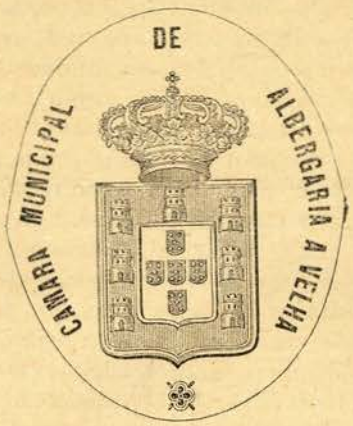
O que eram as antigas albergarias—Notas historicas—Freguezias e sua historia.

O que eram as antigas albergarias

Antes de começar a nossa narrativa daremos noticia do que fossem as antigas albergarias, d'onde esta villa tirou o nome, e tambem uma familia illustre de Portugal, que por muito prolifica e muito antiga conta hoje numerosos ramos.

Nos primeiros seculos da monarchia soffriam grandes magoas os viandantes em Portugal; além de menos habitado, o que dava logar a existirem largos tratos de terreno em estado bravio, succedia tambem que os desconhecidos se viam sempre com receio e terror, porque a todo o passo se temia recolher um malfeitor, ou um espia dos mouros.

Movidas d'uma santa piedade, não só a rainha D. Thereza, mulher do conde D. Henrique, mas tambem a esposa do primeiro rei—a virtuosa D. Mafalda—começaram de fundar em diversos pontos do paiz, onde era mais frequente a passagem de viandantes, uns hospicios, a que se deu o nome de albergarias e nas quaes o caminheiro não só recebia pousada, mas, se o carecia, algum auxilio para continuar sua jornada.



Timbre de que se serve a camara de Albergaria

Eram edificios simples, sem pompa alguma, mas utilissimos, e nem hoje se póde fazer ideia do enorme serviço que prestavam aos viajantes, posto que em algumas apenas houvesse camas sem mais agasalho algum e ainda estas em pequeno numero, mas só que fosse o abrigo acoberto para passar a noite, os viandantes da epoca erguiam as mãos ao ceu, agradecendo o beneficio de lho deparar.

Tambem D. Mafalda, santa filha de D. Sancho I, não cedendo na virtude de caridade a sua avó e bisavó, fundou diversas albergarias, das quaes ainda hoje se podem ver algumas, posto que muito desmanteladas e em ruinas.

Aqui tambem encontraremos a inspiração dos albergues nocturnos, piedosa fundação do sr. D. Luiz I, que comquanto sejam muito mais ricos, não prestam mais valioso serviço aos seus hospedes que as antigas albergarias.

O exemplo de principes nunca deixa de ter imitadores, uns por espirito adulador, outros por simples sympathia e ainda alguns por se inspirarem na mesma ideia. Os tempos mudam mais que os homens e que as paixões humanas; assim, em torno do fundador do albergue nocturno reuniu-se um nucleo de capitalistas e opulentos, que o coadjuvaram no seu emprehendimento, e a imitar o exemplo das princezas, cujos nomes temos citado, se propozeram muitos homens ricos e bons d'aquelles tempos. Um d'esses foi D. Payo Delgado, que em 1154 fundou em Lisboa a albergaria denominada de S. Bartholomeu, a maior e mais ricamente dotada, erigindo-a de seguida em morgado de sua casa, impondo a seus herdeiros a expressa e rigorosa obrigação de a conservarem no mesmo pé em que o fundador lha deixava. A estes se começou a designar pelo pseudo «os da albergaria» e de tanta maneira se identificaram com esta alcunha que a adoptaram por appellido, sendo o primeiro que o usou D. Soeiro Fernandes, bisneto d'aquelle fundador.

Para se ver quanto eram exiguos os beneficios prestados—além da pousada—pelas

antigas albergarias, basta dizer que n'aquella que deu origem á villa de que vamos tratar, aos viajantes pobres que trouxessem guia se dava de subsidio para continuação da jornada «um vintem», e sendo padres «meio tostão»; se estivessem doentes se tratavam e se não podessem andar se lhes dava cavalgadura até á misericordia mais proxima.

Havia no hospicio ou albergaria quatro camas e mais dois enxergões, esteiras, lume, agua e sal, para quem ali quizesse pernoitar, e aos que ali morriam se dava mortalha e enterramento com officio, missa e outros beneficios espirituaes.

Uma das obrigações do individuo encarregado da guarda d'estes estabelecimentos era durante o dia tocar de quando em quando uma buzina a advertir os passageiros de que havia ali um albergue e para que — dizem as cartas de fundação—«os não comam os lobos».

Ainda ha pouco tempo, á entrada da villa, existiam as ruinas d'este edificio, sobre a porta do qual se lia este distico: «Albergaria de pobres e passageiros da rainha D. Thereza».

Eis pois de que deriva o nome da villa, a qual se chama «velha» para a distinguir da aldeia do mesmo nome, do concelho de Oliveira de Azemeis, a que se dá o nome de «nova».

Notas historicas

Já existia a villa ao fundar-se a albergaria, mas qual era seu nome, quem a fundára e desde quando existia, são problemas impossiveis de resolver agora.

Presume-se que fosse fundada pelos arabes em rasão de passar por ali a estrada mourisca, por elles construida, desviando-se da estrada ou «via militar» dos romanos.

Dizem, porém, alguns escriptores que quando D. Thereza mandou construir a albergaria era ali um atalho deserto onde os moradores de Valle Maior vinham roubar e assassinar os passageiros e que para evitar estes roubos e mortes edificou a rainha o hospicio.

A ser isto verdade está explicado tudo; a povoação cresceu nas visinhanças de Albergaria e d'ella tomou o nome, versão mais acceitavel que a de existir já de seculos uma outra povoação de que não restasse nem vestigio.

Os documentos antigos, referentes a esta povoação, consistem n'uma carta de doação com suas disposições de foral, datada de 1124 e referendada por D. Thereza; commummente attribue-se a este documento a singularidade de ser o primeiro em que a doadora se intitulou rainha. Esse predicado, porém, tem sido e é muito contestado.

Albergaria tem ultimamente progredido mais rapidamente, em primeiro logar pelo desenvolvimento industrial e fabril, em segundo por se cruzarem na villa estradas importantes como a de Lisboa ao Porto e de Aveiro a Lisboa.

O movimento industrial consiste na exploração de mineraes com importantes estabelecimentos mineiros como são os do Palhal, Telhadella, Carvalhal, Malhada, Braçal e Covão da Mó.

Ha tambem no concelho um certo movimento fabril, que já lhe tem dado incremento e lhe vae proporcionando cada dia melhor futuro; existem em laboração: uma officina mechanica para serrar madeiras, uma fabrica de papel para cujo motor é aproveitada a agua do rio Caima, uma fabrica de louça no sitio do Biscaia, etc.

A iniciativa municipal vae contribuindo consideravelmente para o progredimento do concelho, porque o tem dotado de boas vias de communicação, abastecimento de aguas e outras obras.

Todo o concelho de Albergaria a Velha comprehende 3:360 fogos e 13:205 habitantes.

Não tem brazão de armas, servindo-se do escudo real como timbre para authenticar os documentos camararios.

Freguezias e sua historia

As freguezias de que se compõe o concelho de Albergaria-a-Velha são: Santa Cruz (na villa), Alcorobim, Angeja, Frossos, Branca, S. João de Loure, Ribeira de Fragoas e Valle Maior.

«Alcorobim» é povoação muito antiga, bonita, fertil e rica. Tem por orago Santa Marinha.

Deriva-se o nome da palavra arabe «alcorbin», rasão porque se deve escrever Alcorobim e não Alquerubim, como muitos usam.

No anno de 1085, isto é, cincoenta e quatro annos antes da fundação da monarchia, já existia, pois n'essa data fez doação de tudo quanto n'este logar possuia, ao convento de Pedroso, D. «Flamula» ou D. Cha-

ma, filha de Honorigo. No anno de 1139 tambem foram doadas ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, por Mendo Bernardo e sua mulher Godinha Paes, varias propriedades e «tres partes» da egreja d'esta freguezia.

«Angeja», villa e freguezia, cujo orago é Nossa Senhora das Neves. Está situada proximo á margem direita do rio Vouga—sobre o qual tem uma boa ponte além da do caminho de ferro—em posição um pouco elevada, ficando-lhe ao sul uma extensa e feracissima veiga, denominada «Campo de Angeja», dividida por numerosas vallas, obrigando a fazer-se todo o movimento por meio de barcos, o que lhe dá um aspecto phantastico e magnifico.

A villa é antiga, mas conhecida nos annaes da monarchia pelo titulo de Terras da Feira e Terras de Santa Maria.

Foi-lhe dado foral por D. Manuel, em 15 de agosto de 1514.

Não daremos noticia das egrejas, capellas e ermidas, que existem nos limites da villa e freguezia de Angeja, porque nos parece absolutamente esteril a menção toda a vez que nenhuma particular circumstancia as recommende. Luiz Cardoso, no seu «Diccionario Geographico» dedica-se especialmente a estas referencias, o que póde justificar-se pela sua qualidade de frade da congregação do Oratorio. Pinho Leal, no «Portugal Antigo e Moderno», seguiu-lhe o exemplo e confessamos sinceramente que sem grande vantagem para o estudioso.

Ignacio Vilhena Barbosa, na sua relação das «Cidades e Villas que teem brazão de armas», tambem ommittiu Angeja, assim como ommittiu as da villa da Feira, que são identicas, isto é, a imagem de Nossa Senhora entre duas torres.

O concelho de Angeja, um dos mais antigos de Portugal, foi supprimido por decreto de 24 de outubro de 1855. O ultimo censo da população dá-lhe 580 fogos e 2:235 habitantes.

Apesar do conjuncto de circumstancias naturaes que deveriam fazer prosperar esta villa, é pobre e parece ter mais tendencias para continuar decahindo que para prosperar. Ainda ha poucos annos a villa tinha «apenas uma rua, torta e por calçar, com casas insignificantes, a maior parte terreas, as melhores feitas de tijolo e as outras construidas de adobes», quer dizer tijolos seccos ao sol.

Angeja foi marquezado, que andou na familia do immortal Camões. Os marquezes d'este titulo foram todos mais ou menos notaveis.

O primeiro foi D. Pedro Antonio de Noronha de Albuquerque e Sousa, conde de Villa Verde, um dos vice-reis mais notaveis na sua epoca de decadencia, para cujo governo o nomeou D. Pedro II em 1692. Esforçou-se por levantar o prestigio do nome portuguez n'aquellas paragens e ainda logrou impôr-se aos chefes indigenas, obrigando o Samorin a pedir paz depois d'uma lucta porfiada.

Regressando a Portugal participou da gloriosa campanha do marquez das Minas com a Hespanha, entrando com este em Madrid. Em 1714 tomou o governo do Brazil, onde praticou muitos actos de boa administração. Voltou ao reino em 1718 e morreu treze annos depois. Jaz na parochial de S. João da Praça, em Lisboa.

Do segundo marquez apenas ha a noticia de que foi governador das armas da provincia do Minho.

D. Pedro José de Noronha e Camões, terceiro marquez de Angeja, nasceu em Lisboa a 17 de agosto de 1716.

Foi talvez o unico homem que logrou illudir o habil ministro de D. José I, que confessava ser entre todos os membros da nobreza aquelle em cujos pensamentos e intenções não conseguira nunca penetrar. Teve fama de erudito, mas parece que o seu melhor talento consistia na habilidade de dissimular os sentimentos, porque detestando cordealmente o marquez de Pombal, logrou conseguir que elle jámais o suspeitasse.

Subindo ao throno D. Maria I o marquez de Angeja foi nomeado presidente do real erario; o seu itenerario no ministerio foi uma completa reacção contra o governo do marquez, sendo uma das primeiras medidas mandar suspender todas as obras publicas na cidade. Regeu de tal maneira que deu logar ao seguinte proloquio popular: «mal por mal antes Pombal».

Como homem de sciencia fez plantar o primeiro jardim botanico que houve em Portugal, e reuniu em seu palacio um rico museu, que foi admirado como uma das maiores curiosidades que havia no reino n'essa epoca. Morreu em 11 de março de 1788, accumulado de honras, algumas das quaes elle proprio se concedeu.

O quarto marquez, D. José Xavier, seguiu a carreira das armas e foi conselheiro d'estado e do supremo conselho militar e de jus-

tiça no Rio de Janeiro, presidente do desembargo do Paço, da Mesa da Consciencia e Ordens e governador das armas da Côrte. Falleceu em 1811, a 27 de dezembro.

O quinto marquez d'este titulo, D. Pedro, foi coronel de cavallaria do Caes e morreu antes de seu pae, em 1804.

O sexto, D. João de Noronha, irmão do anterior, tambem militou e foi marechal do exercito; tomou parte na guerra da Peninsula, assistindo á batalha do Bussaco e Albufeira e aos sitios de Castello Rodrigo e Badajoz. Em 1820 recebeu o governo das armas do reino do Algarve, d'onde foi transferido para o Minho e ahi se achava quando rebentou a revolução absolutista em 1826. Lançou-se logo em perseguição das guerrilhas e unido ao conde de Villa Flôr derrotou as tropas realistas em Ponte da Barca e na ponte do Prado, fallecendo quasi logo em seguida, a 23 de junho de 1827. A sua morte foi uma das mais sensiveis perdas soffridas n'essa occasião pelo partido liberal, por ser um militar muito instruido e distincto.

Recentemente o titulo de marquez de Angeja foi conferido ao conde de Peniche, notavel por ser o principal vulto das ultimas conspirações forjadas em Portugal. Durante tres mezes foi ministro do gabinete sahido da emboscada de 19 de maio de 1870. Finou-se ha poucos annos.

«Branca», orago S. Vicente, martyr; é terra muito fertil em cereaes, fructas, legumes e vinho verde; tem 510 fogos e 2:073 habitantes, segundo as mais recentes estatisticas. Em portuguez antigo significava «bouça», brenha tapada. Presume-se dever o nome a uma dona (senhora nobre), chamada Branca, que a possuiu antigamente; outros presumem que derive o nominativo de alguma grande tapada. E' berço do illustrado jurisconsulto dr. Pereira Pinto.

Pertence a esta freguezia o logar de Albergaria a Nova, onde em 10 de maio de 1809 se travou um d'esses combates de vanguarda, em que as tropas anglo-portuguezas, do commando de sir Arthur Wellesley, depois duque de Wellington, fizeram recolher ao Porto as tropas que Soult collocára em observação entre esta cidade e Coimbra. A unica circumstancia importante d'este combate é ter sido o primeiro em que entraram as tropas portuguezas depois de disciplinadas por Beresford, mostrando logo as brilhantes qualidades militares que as distinguiram durante toda a guerra da peninsula.

«Frossos», orago S. Paio; fogos 189, habitantes 663. Foi villa. E' terra bonita, fertil, e abundante em peixe do rio e do mar.

Nos antigos documentos figura com o titulo de villa de Foróços e por este nome a designa o foral que D. Manuel lhe concedeu em Lisboa, a 22 de março de 1514.

«Ribeira de Fragoas», orago S. Thiago; fogos 240, habitantes 1:029. E' notavel pela abundancia de minas que ahi existem desde remotos tempos, sendo algumas contemporaneas dos arabes. As principaes são as denominadas do Palhal e as de Talhadella. O poço principal nas primeiras é o mais fundo que existe em Portugal e as galerias chegam a ter treze kilometros de extensão.

Em 1769 houve aqui uma grande innundação, causada pelo engorgitamento do rio Caima, que invadiu as minas do Palhal e por muitos annos impediu a exploração. Estas minas produzem cobre e alguma prata e ha quem diga que tambem ouro.

Presume-se que o nome da povoação provenha de em tempos affastados ter ali havido alguma fundição de ferro.

«Valle Maior», orago Santa Eulalia; fogos 225, habitantes 922. Nos primeiros tempos da monarchia tinham fama os habitadores d'esta povoação de propensos ao roubo e assassinato dos viandantes; hoje mudou a reputação, que é de gente honesta, laboriosa e activa.

Ha aqui minas importantes e que foram accusadas ha tempo de haverem sido causadoras da esterilidade dos campos marginaes do rio Caima, dando logar a «meetings» no concelho, em virtude dos quaes se mandou proceder a indagações scientificas. Do relatorio respectivo deduz-se que effectivamente os campos estão prejudicados pela infiltração de elementos chimicos e metallurgicos; todavia, para resalvar os interesses dos exploradores das minas, attribue-se a infiltração ao arrastamento de materias e oxidos metalicos, pelas aguas pluviaes.

A gente da localidade denomina veneno das minas os residuos que se teem deposto e infiltrado nas terras, tornando-as estereis e incapazes para cultura.

Ha tambem em Valle Maior uma fabrica de papel, que Pinho Leal classifica uma das melhores, senão a melhor no seu genero. E' propriedade do sr. barão do Cruzeiro.

J. Garcia de Lima.

Typ. Lealdade — Rua do Ferreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros .. 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | OUTUBRO — 1889 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza — Rua do Terreirinho, 17, 1.º — Lisboa. | NUM.º 7

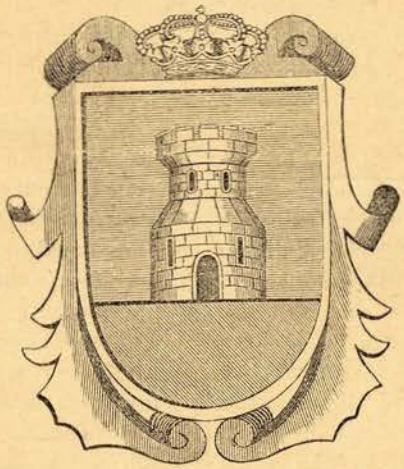
A VILLA DE ALMADA

Introducção — Actualidades — Freguezias — Menções historicas — Os Almadas — Bravura dos almadenses.

Introducção

É uma das mais pittorescas villas dos arredores da capital aquella a que nos vamos referir, e certamente está reservado ao concelho, de que é cabeça, um futuro prospero, para o que ha de consideravelmente contribuir a realisação dos melhoramentos do porto de Lisboa, cujas obras já vão obrigando a affluir para a margem esquerda do Tejo a grande população transitoria, que na epoca balnear costumava residir em Pedrouços, Bom Successo e outros pontos da margem direita.

O arsenal da marinha, estaleiros e dokas, teem necessariamente mais tarde ou mais cedo de se estabelecerem d'aquelle lado, o que augmentará o movimento e vida do municipio, que possue já bons rendimentos, porque o concelho é dos que se podem chamar ricos e de dia para dia iniciam-se novas industrias como a da conserva de peixe e armações de pescarias, que recentemente ali se estabeleceram.



Brazão d'armas da villa de Almada

Almada é villa e séde de concelho, situada na margem esquerda do Tejo, em frente de Lisboa.

Antiguidades

D. Affonso Henriques, tendo sido ajudado por uma armada de cruzados na conquista de Lisboa, com elles repartiu varios despojos e terras. N'esta repartição procurava D. Affonso Henriques separar as nacionalidades, de sorte que aos inglezes, que eram muitos, coube maior numero de terras, uma das quaes foi o monte fronteiro a Lisboa, onde veiu a sentar-se a villa de Almada.

Na etymologia da palavra divergem os auctores. Uns entendem ser Almada corrupção de «Vimadel», denominação que seria imposta pelos primeiros fundadores, e significava «terra de muitos»; outros opinam que anteriormente á tomada de Lisboa já ali havia uma pequena povoação de mouros, que a retomaram aos inglezes, sendo depois reconquistada por um descendente d'estes ultimos, de nome Almada; finalmente, querem alguns que effectivamente havia ali uma povoação mourisca, com o nome de «Al-Maden», a qual foi tomada, reedificada e povoada pelos cruzados inglezes.

Entre as diversas versões que correm sobre a etymologia do nome, convem citar a referida por J. A. de Almeida no seu «Diccionario de Corographia, Topographia e Archeologia de Portugal», que é de ter sido fundada por um arabe de nome Almadez ou Almadão.

Emittindo este parecer está o auctor em antagonismo com o proprio escripto, porque no começo do artigo diz que a esta villa deram os antigos os nomes de «Cœtobrix» ou «Cetobrica». Mas isto é um erro crasso, por isso que «Cetobrica» ou «Cetobriga» é a antiga villa hoje vulgarmente chamada Troia. Almeida tomou a margem esquerda do Sado por margem esquerda do Tejo e d'ahi derivou o seu erro.

Os escriptos de Caio Plinio segundo, que viveu algum tempo na antiga Betica, e os de Strabão e Ptolomeu não deixam a menor duvida de que Almada nada tem com a Cetobriga dos latinos, que pelos annos de 420 a 425 de J. C. foi anniquilada por uma alluvião.

D. Sancho I deu-lhe foral e doou-a aos

cavalleiros de S. Thiago, dos quaes D. Diniz a houve para encorporal-a na corôa, a troco de algumas villas e castellos.

Actualidades

O actual castello é de moderna data, e nenhum vestigio resta do que os inglezes levantaram.

Tem duas egrejas parochiaes: de Nossa Senhora da Assumpção, vulgo Santa Maria do Castello, e de S. Thiago.

Tem misericordia, fundada no seculo XVI.

Para o occidente e proximo da villa, fica o convento de S. Paulo, da extincta ordem dominicana, e junto d'elle o cemiterio.

Do Passeio, junto ao castello, goza-se um formoso panorama sobre Lisboa.

Na encosta do monte, em que se acha a villa e perto da praia, está a fonte chamada «da Pipa», onde os navios, que entram o porto de Lisboa, costumam fazer aguada.

Ha nos arredores muitas quintas notaveis, taes são: a do Alfeite, que é da corôa, e a da Amora, que ultimamente pertenceu á sr.ª infante D. Izabel Maria, e agora era propriedade do fallecido D. Augusto.

Tem um estaleiro, uma doka, dois diques e algumas fabricas importantes.

«Adiça»—Entre Almada e Cezimbra ficam o logarejo e as minas d'este nome. Desde D. Sancho I até D. Manuel extrahiu-se ouro «com grande utilidade publica», dizem os coevos. Era a principal mina de ouro em Portugal, por isso a todos os que no reino trabalhavam nas minas d'este metal se dava commummente o nome de adiceiros. No tempo de D. Miguel ainda houve ali trabalhos de exploração, mas com tão pequeno resultado que foram abandonados por não cobrirem as despezas. A tentativa foi improficua, pois por estar esgotado o filão é que haviam terminado os trabalhos anteriormente.

As areias do Tejo nas visinhanças d'este logar continham tambem muito ouro, em tempos que já lá vão. D. Diniz teve uma corôa e um sceptro magnificos—diz a tradição—feitos do ouro ali achado, e do mesmo se fez tambem um outro sceptro para D. João III.

Freguezias

O concelho de Almada abrange apenas duas freguezias: a de S. Thiago, que é a principal, e a de Nossa Senhora do Monte de Caparica ou simplesmente de Caparica.

Duas versões existem a respeito d'este nome, uma pouco acceitavel, outra mais racional.

Diz a primeira que morrendo um devoto da Senhora, que já então existia mas em pequena ermida, legou-lhe uma capa para com o producto d'ella se construir um templo. Examinado o legado achou-se que tinha de recheio boas moedas de ouro e em tanta quantidade que chegou para a construcção.

A outra diz que á imagem da referida Senhora fôra dada uma capa tão magnifica que se lhe ficou chamando Senhora da «Capa-rica» e d'ahi derivou o nome.

Tem diversos portos, sendo o chamado da Costa banhado pelo oceano e os outros sobre o rio; estes são: Porto Brandão, Benatega (e não Banatica, como muitos lhe chamam), Paulina, Portinho da Costa e Trafaria.

Na Costa, quando em 1823 ali esteve D. João VI, só existia uma casa de cantaria onde o rei pousou e comeu a bella caldeirada, que valeu ao preparador o titulo de mestre das caldeiradas e a tença de 800 réis diarios.

A aldeia de Mofacem, limites d'esta freguezia, é notavel pelas formidaveis cisternas, obra dos arabes, em numero de trinta e tantas, de dispendiosa construcção. A palavra Mofacem ou Mo-hacem é arabe e significa barbeiro.

Proximo do Monte ha o convento dos capuchos arrabidos, fundado por D. Lourenço Pires de Tavora, senhor de Caparica, que n'elle morreu em 15 de fevereiro de 1573.

Foi este Tavora que respondeu a Carlos V quando o rei lhe disse impertinentemente: «eu sei quantos riôs e pontes tem Portugal»; —«os mesmos que em 14 d'agosto de 1385», alludindo á derrota dos castelhanos em Aljubarrota.

Havia na freguezia de Caparica diversas torres destinadas á defeza do rio. Uma d'estas torres está hoje aproveitada para lazareto, outras duas são no bonito logar da Trafaria; estas foram mandadas construir por D. Pedro II e com o destino de fazerem fogo ao lume de agua.

O verdadeiro nome de Trafaria é Tarrafaria, que significa abundancia de redes chamadas tarrafas. E' uma povoação maior que muitas villas e actualmente está sendo muito procurada pelos banhistas. Fica situada na margem esquerda do Tejo e junto á restinga de areia, chamada Ponta da Golada, que vae até junto da torre de S. Lourenço — Bugio. Foi começada a edificar a torre, por ordem

de D. Sebastião, e lançados os fundamentos em 1578, quando o rei já estava em Africa e continuada pelos successores, vindo a terminar no reinado de D. João IV, sob a direcção e risco de fr. João Turriano, que teve grande fama como constructor.

Fica situada n'um cabeço secco do ilheu de rochedos em frente da torre de S. Julião, mediando entre as duas um espaço de 2:500 metros ou meia legua metrica, ficando ahi os cachopos que dividem a barra em dois canaes chamados «Carreira de Alcaçova» ou barra grande e «Corredor» ou barra pequena; da torre do Bugio para oeste estende-se um banco de areia, onde tem havido bastantes naufragios.

Menções historicas

Na villa de Almada morreu em 1583 o elegante escriptor e viajante Fernão Mendes Pinto, auctor de um livro de jornadas, que por contar cousas mui singulares apodavam de mentiroso, chegando a formar-lhe com o nome o seguinte trocadilho: Fernão mentes? Minto. Afinal veiu a reconhecer-se que não fôra exagerado em nada do que relatava nas suas «Peregrinações».

No anno de 1660 tambem morreu n'esta villa o celebre litterato Paiva de Andrade, que foi collocado entre os nossos classicos, pelo seu poema latino «Chauleidos» (Lisboa, 1628), o qual tem por assumpto o cerco de Chaul, e tambem pelas suas aggressões a fr. Bernardo de Brito, no «Exame de antiguidades», livro publicado em 1616.

Aqui nasceu D. Leonor Mascarenhas, que veiu a ser aia do principe Filippe, que mais tarde tão sombrio papel havia de desempenhar na historia do seu tempo, que o designa por «Demonio do Meio-Dia».

Na Cova da Piedade, no dia 23 de julho de 1833, bateram-se os dois exercitos, liberal e realista, commandando aquelle o bravo conde de Villa Flôr, depois duque da Terceira, e o miguelista o odiosamente celebre Telles-Jordão. Em memoria d'essa batalha, que deixou livre a capital para o desembarque das tropas libertadoras, em 1873 os moradores ajardinaram o centro do bonito local, collocando no pavilhão-coreto uma lapide com esta inscripção:

Em memoria do feito heroico de 23 de julho de 1833—alguns cavalheiros residentes n'este sitio e cercanias—mandaram aformosear este largo e avenidas a expensas suas—auxiliados pela vedoria da Casa Real. Dedicado pela amizade a tão prestantes cidadãos—em 23 de julho de 1873.

Tambem nos limites do concelho fica a bonita quinta e palacio do Alfeite, que foi propriedade de D. Leonor Telles e por ella doada ao judeu David Negro, almoxarife das alfandegas do Reino, a cuja viuva veiu a compral-a o condestavel D. Nuno Alvares Pereira, apesar de el-rei D. João I lhos haver doado, como bens sequestrados, porque o haviam sido ao judeu, em castigo de ter tomado partido contra o mestre de Aviz, quando este defendia a integridade da patria das traições da «barregã» e das armas dos castelhanos.

Ha n'esta propriedade a fonte da Biquinha, a que se attribue a virtude de curar dôr de pedra e doenças de bexiga.

O brazão de armas contêm: uma torre de prata assente em terreno accidentado; n'alguns escudos ha tambem duas oliveiras aos lados da torre.

Os Almadas

O appellido Almada recorda os varões doutos, soldados valorosos, patriotas dedicados, que tantos tem havido em Portugal, porque todas estas qualidades prestigiosas se encontram nos que o teem usado.

Em primeiro logar deve notar-se Antão Vasques de Almada, um dos heroes de Aljubarrota, citado por Luiz de Camões nos «Luziadas» e que muito contribuiu para o completo desbarato dos castelhanos n'aquella famosa batalha, sendo quem se apoderou do estandarte real de Castella, que lançou aos pés de D. João I, findo o combate.

Alvaro Vaz de Almada, da casa dos condes de Pombeiro, em torno do qual se condensa uma lenda poetica de valor e lealdade incomparaveis. Foi irmão de armas do infante D. Pedro, duque de Coimbra, victima das intrigas palacianas. Militou muito tempo em Inglaterra e nos exercitos do imperador Segismundo, de maneira que se falava d'este cavalleiro na Europa como n'um dos doze pares de França, que se mediam com gigantes e desbaratavam exercitos de muitos milhares de soldados. Sabedor das machinações contra o infante D. Pedro, regressou logo a Portugal e nunca mais o deixou na vida nem na morte, pois que travada a batalha de Alfarrobeira, D. Alvaro Vaz de Almada pelejava como um leão, longe do in-

fante, quando um pagem lhe foi dizer, chorando: «Que fazeis, senhor? o infante D. Pedro é morto». D. Alvaro recebeu a noticia com semblante sereno, como se aquellas palavras, annunciando-lhe o passamento do amigo, não proferissem tambem a sua sentença. «Cala-te, e não o digas a ninguem», acudiu elle, e, sem mais demora, correu á sua tenda, tomou pão e vinho para cobrar esforço, que lhe prometesse morrer vingando-se. Logo se lançou onde mais revolta andava a peleja. Apenas os inimigos o conheceram, todos os seus esforços convergiram contra elle, mas Alvaro Vaz, immovel entre as ondas dos inimigos, traçando em torno de si com a larga espada um circulo relampejante, derribava a seus pés todos quantos lhe passavam ao alcance do braço destruidor. Cançado de vencer, deixou pender o braço e disse com tristeza: «O' corpo, já sinto que não pódes mais: e tu, minha alma, já tardas». Depois, estendendo-se no chão e offerecendo o peito ás espadas ardentes de vingança, que anciavam por se cravar n'elle, exclamou: «Ora fartar rapazes» ou «ora vingar villanagem!» Não foi necessario repetil-o, vinte espadas e lanças se enterraram a um tempo n'aquelle heroico peito, onde pulsava tão nobre coração. O dia 20 de maio de 1449 viu assombrosa lealdade cahir victima da mais requintada má fé.

D. Antão de Almada, tronco da casa dos condes d'este titulo, é porém o mais popular de quantos usaram este appellido, que parece ter sido bemfadado; foi um dos fidalgos que mais contribuiram para o feliz resultado da conjuração promovida por João Pinto Ribeiro para restaurar, em 1640, a autonomia de Portugal. Arriscou a vida, porque Miguel de Vasconcellos certamente lhe teria feito pagar caro o trama se o houvera descoberto. Era em sua casa que se reuniam os conjurados; foi ahi que se planeou o arrojado golpe de mão; foi elle quem conseguiu resolver a duqueza de Mantua a assignar-lhe uma ordem para o governador do castello de S. Jorge entregar a fortaleza aos sublevados.

Coroada de tão feliz successo a patriotica revolução, ainda D. Antão foi um dos emissarios enviados a todas as côrtes europeas para obterem o reconhecimento da nova situação politica do paiz, competindo-lhe a côrte ingleza, onde foi bem acolhido por Carlos II, que mais tarde veiu a desposar uma filha do novo rei, a qual em dote lhe levou a chave das Indias. Morreu em 1644.

Francisco de Almada e Mendonça, a quem o Porto deve a sua prosperidade e os seus mais preciosos monumentos. Foi classificado por um auctor o «Pombal do norte».

E outros muitos. Estes citâmos por constituirem glorias nacionaes; não são filhos de Almada, mas ramos da familia que ali teve seu solar e que não podem ser esquecidos, tratando-se da historia local.

Bravura dos almadenses

Vamos terminar este trabalho referindo um facto que anda ligado á historia da villa e teve a honra de ser cantado pelo immortal Camões nos seus «Luziadas».

Occorreu o facto em 1384, isto é, quando os castelhanos invadiram o reino para sentarem no throno portuguez a rainha de Castella, D. Beatriz, a quem decerto pertenceria a corôa se não houvesse desposado um principe estrangeiro.

Os defensores de Almada passaram os tormentos da fome, e os tormentos ainda mais pungitivos da sêde, porque tinham de beber com muita economia uma agua fetida, que nem servia para lavagens, e tinham de amassar com vinho o pão, de fórma que o não podiam comer senão quente.

Entretanto o aperto era grande; a fome e a sêde ainda infligiam mais atrozes soffrimentos que as lanças e os petardos dos castelhanos; n'este lance sahiram da praça a buscar viveres dezesete dos da guarnição, mas sendo presentidos pelos sitiantes viram-se assaltados por quatrocentos, obrando prodigios de valor para recolherem ao castello.

Apesar de todas estas contrariedades só se renderam quando o mestre de Aviz lhes mandou dizer por um heroico filho de Almada, que atravessou o rio a nado, que, não podendo elle soccorrel-os, era melhor que se entregassem.

J. Garcia de Lima.

Havendo alguns concelhos que não possuem brazões d'armas, servindo-se as camaras do escudo real como timbre para authenticar os documentos officiaes, resolvemos, quando nos referirmos a esses concelhos, não publicar os respectivos timbres, que nada interessam aos nossos leitores, e podem fazer ideia do que elles são pela gravura do numero antecedente.

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | OUTUBRO — 1889 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 8

A VILLA DE ALEMQUER

Fundação e conquista—Topographia e monumentos —Dependencias—Curiosidades.

O concelho de Alemquer, cuja séde existe na villa do mesmo nome, abrange uma superficie bastante extensa e populosa, sendo actualmente dividido por 14 freguezias.

A villa principal foi outr'ora muito mais povoada do que hoje é, attribuindo-se-lhe cerca de 5:000 habitantes só do sexo masculino.

Fundação e conquista

A—Alemquer ou Alanquer—dão-se variadas etymologias; uns a derivam de «Alan-kerke», que significa «templo dos alanos», attribuindo consequentemente a fundação ao povo assim denominado; outros do vocabulo suevo «Alen-kerkana», dando como fundadores estes guerreiros. A lenda popular, porém, deriva este termo da phrase «Alão-quer», provindo de uma tradição adiante referida.



Brazão d'armas da villa de Alemquer

Eram os alanos um povo da raça scythya, habitante primitivamente na região que demora entre o mar Caspio e Ponto-Euxino, estendendo d'ali a conquista primeiramente pela Siberia, para um lado, e para outro, até ás fronteiras da Persia e da India; foram os mais crueis sanguinarios das differentes hordas de barbaros que no seculo V devastaram a Europa. Não professavam religião, o objecto do seu culto era um alfange desembainhado, cravado no chão. A Hespanha invadiram estes barbaros quando, já decadentes, formaram alliança com os suevos e vandalos. A' familia do appellido Alão assignalam os genealogistas a origem em individuos d'essa raça guerreira, mas esta versão é muito contestavel.

O que é certo é que Alemquer foi occupada pelos romanos, porque assim o attesta o grande numero de cippos, inscripções, lapides e medalhas, que se teem encontrado na villa e visinhanças. Quando os arabes se apoderaram da Luzitania, em 715, já era fortificada e as muralhas que ainda em parte cingem a villa são contemporaneas do castello.

Em 1148 D. Affonso I, que, tendo conquistado Lisboa no anno anterior, anciava por banir os mouros das suas visinhanças, seguiu Tejo acima e foi pôr cerco a Alemquer, que era uma preza cubiçosa em rasão da fertilidade dos terrenos circumdantes, e uma boa posição estrategica, segundo a arte bellica d'aquelle tempo; defenderam-se os assediados corajosamente e durante mais de dois mezes; D. Affonso levou em vão ás muralhas da villa os seus experimentados e corajosos guerreiros. Não era, porém, o primeiro rei portuguez capitão que desesperasse, nem cedesse perante difficuldades d'esta ordem, e quando a força das armas não bastava, a astucia lhe fornecia elementos para o combate de que resultasse a victoria. Costumavam banhar-se os mouros em a noite de S. João e este costume utilisou D. Affonso para cahir sobre a praça na madrugada de 24 de junho e tomal-a de assalto. A credulidade popular aproveitou o ensejo para tecer uma lenda, de que se fez depois originar o nome da villa e até mesmo as suas armas, que são: em campo de prata um cão pardo, preso a uma arvore com grilhão de ouro. Diz a lenda que na noite de S. João um dos cães, que os mouros tinham nas vigias, veiu ter com o monarcha, acarician-

do-o sem ladrar, o que pareceu ao rei ser um aviso do ceu e por isso ordenou o assalto, dizendo: «O alão quer».

Ha ainda mais duas versões d'esta lenda: uma diz que os mouros deixaram a villa entregue a um cão pardo, o qual veiu com caricias e affagos convidar el-rei D. Affonso a entrar na praça; a segunda affiança que estando o monarcha olhando para as muralhas viu um cão com as chaves na bocca e que elle lh'as deitou aos pés. Em qualquer d'estas lendas figura a tal phrase do rei: «Alão quer», para harmonisar ou antes para justificar o successo com o nome da villa, o qual é muito mais natural que provenha de um termo arrevezado, corrompido com o andar dos tempos.

É mais logico, porém, que seja o brazão ainda uma reminiscencia dos barbaros, especialmente dos alanos, que tinham por insignia um gato pintado nas bandeiras e escudos, mas tão mal representado que bem podia ser confundido com o animal que hoje se vê no escudo.

Se durante o dominio romano e dos barbaros, Alemquer foi importante villa, os arabes, mais dados á agricultura que qualquer d'aquelles povos, aproveitaram a riqueza d'aquelle terreno e semearam os campos de veigas e vergeis, que embellezaram e enriqueceram o termo, prejudicado em seguida pelo cerco e mais tarde pelas tentativas da reconquista mauritana, sempre infructiferas, sendo a mais notavel a expedição do imperador de Marrocos em 1185, a que já nos temos referido, tratando de outros concelhos e castellos.

Apesar de ser numeroso o exercito do Miramolim, não foi afortunada a expedição, pois quasi por toda a parte soffreu derrota e foi repellido; em Alemquer conseguiu apenas devastar os campos e trucidar os habitantes das cercanias, lançando a villa no caminho da decadencia, pronunciada de tal maneira no reinado de D. Sancho I, que este rei mais inclinado em augmentar o reino por uma boa administração que pela conquista, a mandou povoar e reedificar, fazendo em seguida doação d'ella a sua filha D. Sancha, em 1240, sendo d'esta data o primeiro foral.

Além d'este, teve-os tambem de D. Diniz, em 31 de maio de 1302; outro de 9 de janeiro de 1305, datado de Santarem; e D. Manuel concedeu-lh'o ainda em 1 de junho de 1510.

D. Affonso II tentou espoliar suas irmãs das villas e castellos que D Sancho I lhes doára e por isso esta soffreu prolongado cerco, que se manteve durante quatro mezes, sem resultado para o sitiante.

D. Sancha, a infanta santa, ali residiu em palacio real, que foi depois convertido no convento de S. Francisco; por morte d'aquella princeza a villa voltou á propriedade da corôa e foi doada a D. Brites por D. Affonso III, dizendo-se na doação que os rendimentos seriam para os chapins da rainha, nome que se deu á villa e termo; desde esta epoca andou encorporada quasi constantemente nos bens que constituem a chamada casa das rainhas.

Mais tarde D. João I tentou apoderar-se d'ella, quando se travaram as dissenções com D. Leonor Telles. Alemquer conservou-se fiel á sua senhoria, a rainha, viuva de D. Fernando, e tão despeitado ficou o mestre de Aviz, por ser esta a unica praça, cuja resistencia não poude vencer, que depois de acclamado rei mandou arrancar os cunhaes da fortaleza, pelo que em breve cahiu em ruinas.

Ainda em outra epoca foi o termo de Alemquer cortado pelos flagellos das pugnas civis, quando por morte de D. Duarte, a regencia do reino, durante a menoridade de D. Affonso V, foi disputada entre a mãe d'este monarcha, D. Leonor, e seu cunhado o infante D. Pedro. De então para cá tem sido mais pacifica a sua existencia.

A rainha Santa Izabel habitou por muito tempo e por diversas vezes em Alemquer. Ainda hoje se designa uma fonte, que existe proximo da ermida do Espirito Santo, como sendo ali que a piedosa esposa de D. Diniz vinha pessoalmente lavar os pannos, que no hospital serviam ao curativo dos enfermos. A ermida e hospital foram fundados por aquella soberana.

Tambem por muitas vezes tiveram residencia na villa a rainha D. Leonor Telles, el-rei D. Manuel, D. Catharina, regente na menoridade de D. Sebastião, D. João I e D. Duarte.

Topographia e monumentos

Está Alemquer situada no declive de um monte, pelo qual vae descendo até ao fundo do valle, onde corre o rio do mesmo nome, atravessado em todo o percurso por nove pontes, sendo as cinco ainda na villa denominadas: da Panca, da Couraça, junto a

uma torre alta, que deve ter sido occupada pelas almenaras mauritanas; de Triana, junto á ermida de Nossa Senhora da Assumpção (denominada de «Trans-Annem» ou «além rio»; a do Espirito Santo e a de Santa Catharina, visinha do «Oratorio», onde residiram os discipulos de S. Francisco de Assis, emquanto se construia o convento. Estes discipulos são conhecidos no Agiologio pelo cognome de cinco martyres de Marrocos, porque soffreram supplicio n'aquelle imperio, quando foram prégar a fé na Berberia.

A ponte do Espirito Santo é de construcção solida e data do tempo de D. Sebastião, que a mandou edificar; n'esta ponte existe uma lapide, que assignala a terminação da obra no dia 28 de abril de 1571. Tambem ha n'ella um emblema heraldico em que se vêem as armas reaes portuguezas, antigas, e por baixo o cão, symbolico do escudo alemquerense.

Entre as memorias gloriosas de Alemquer orgulha-se a villa de ter sido berço de homens notaveis como Damião de Goes, o classico chronista, um dos mais notaveis e infelizes talentos, que floresceram na nossa terra. Nasceu em Alemquer, em 1501. Foi camareiro e guarda-roupa de el-rei D. Manuel e embaixador de Portugal em Polonia, Dinamarca e Suecia. Era muito estimado dos soberanos estrangeiros com quem tratou e dos homens eminentes do seu tempo, particularmente do celebre Erasmo, com quem viveu e privou em Friburgo.

Viajou quatorze annos e escreveu varias obras latinas, taes como: «Historia do primeiro e segundo cerco de Diu», «Descripção de Lisboa», «Embaixada de Preste João», etc. Estava em Louvains (Paizes Baixos), quando os francezes a cercaram e tomou brilhante parte na defeza. Ali foi aprisionado, tendo de pagar pelo resgate 2:000 ducados.

Em 1546, D. João III nomeou-o guarda-mór da Torre do Tombo e chronista-mór do reino.

Os inquisidores, movidos de inveja, fizeram-lhe guerra sem treguas e apoderando-se d'elle o encerraram no convento da Batalha. Morreu em 1573, pouco depois de restituido á liberdade, correndo a versão de que fôra envenenado pelos padres, que se não atreveram a queimar um varão de tanto renome, estimado do papa e de muitos soberanos europeus.

Os seus restos mortaes estão depositados na egreja de Santa Maria da Varzea, na capella-mór, em uma sepultura embebida na parede do lado da epistola.

Este templo foi destruido, no seculo XV, por um incendio, attribuido aos judeus, que por esse motivo foram expulsos da villa, depois de obrigados a reconstruil-o á sua custa.

Filho de Alemquer era conjecturalmente tambem um dos homens que mais poderosamente contribuiu para a grande epopêa naval, que Camões eternisou. Pero de Alemquer já em 1486 tão conhecido estava como habil e intelligente piloto, que foi escolhido para dirigir a nau, em que Bartholomeu Dias sahiu a descobrir novas terras na Africa, e n'esta expedição duas vezes dobrou o Cabo da Boa Esperança; a elle se refere Damião de Goes, na sua chronica, como «homem mui esperto nas cousas do mar» e por isso o nomearam piloto da expedição de Vasco da Gama, sahindo a barra em 8 de julho de 1497, a bordo da nau «S. Gabriel», que era a almirante. Sendo Vasco da Gama ignorante das artes nauticas, é indubitavel que grande parte da gloria d'aquella empreza deve ser reivindicada para o arrojado piloto, sem quebra da que cabe áquelle heroe, pela sua audacia e coragem. E', porém, notavel a ingratidão da historia, que não nos dá indicação alguma da sorte que teve o nauta, pois nem o nomeia mais depois da partida.

Dependencias

Fazem parte do concelho de Alemquer diversas povoações, dignas de especial menção; taes são:

«Abrigada».—É hoje uma das mais florescentes freguezias do concelho; era ainda ha poucos annos pobrissima e mais conhecida pelo nome da sua povoação mais importante: «Athouguia das Cabras».

A egreja matriz foi reedificada em 1768, por a haver maltratado o terremoto de 1755. Ao lado da sachristia d'esta egreja, cujo orago é Nossa Senhora da Graça, ha uma campa com a inscripção quasi de todo apagada e o brazão d'armas dos Araujos, familia portugueza, oriunda da Galliza: aspa azul, carregada de cinco besantes de ouro em campo de prata; timbre: um mouro, sem braços, vestido de azul, com um capello de cassiz na cabeça. No fim do seculo passado foi ali encerrada, como fallecida, uma menina de sete annos, filha do administrador do

morgado, a qual, dias depois, abrindo-se o carneiro, encontraram morta—então de vez —nos degraus do tumulo.

Ao visconde da Abrigada, que ali possuiu magnificas propriedades e incrementou o commercio local, deve em parte a população a sua actual florescencia.

«Aldeiagallega da Merceana».—Está situada proximo da ribeira do mesmo nome; foi elevada á cathegoria de villa, sob a denominação de «Montes de Alemquer», por D. Diniz, que lhe deu foral em 1305; quando, porém, D. Manuel o reformou em 1 de outubro de 1513, já a denominou como hoje é conhecida, vindo-lhe o nome «Gallega» de ser assente em terreno bravo e pouco productivo. Esta villa deve ao esforço dos «homens bons» do municipio a importancia e a autonomia que usofruiu.

Tendo D. Diniz dado á povoação os fóros de julgado com justiça propria, em 1282, como recompensa de haverem os seus habitantes ajudado a expulsar do reino os ismaelitas. no reinado de D. Sancho II, o povo estimulado por esta mercê comprou o direito de municipio, desistindo, a favor do reino, da parte que tinha na leziria chamada «Córte dos cavallos», remindo ao mesmo tempo o fôro que pagava aos mordomos de el-rei e differentes terras pertencentes ao «arabimór» dos judeus. O arabi era um magistrado, que governava os homens da sua religião; havia um em cada comarca, com jurisdicção annual; era nomeado pelo rei e usava sello com as armas do reino.

As despezas feitas pela gente da villa para terem autonomia, teem sido computadas em 36:000 libras.

A rainha D. Leonor, esposa de D. João II, fez construir um magnifico templo para séde da freguezia, do qual porém já não resta mais do que o bastante para se ajuizar da sua architectura; ha n'elle quadros de merito e azulejos de valor. Houve, no termo e villa, egrejas e ermidas pomposas, de que hoje só existem as paredes, taes são as da Misericordia, N. S. dos Anjos e Espirito Santo.

«Aldeia Gavinha».—Esta freguezia, segundo a tradição, data do seculo XV; é porém de crer que tenha mais remota existencia, pois que não distante teem sido encontrados alicerces de casas e cippos com inscripções romanas.

Parece que em 1448 grassou no reino uma terrivel epidemia que victimou todos os habitantes da antiga povoação, escapando apenas os moradores de um casal situado onde hoje se encontra a aldeia, em torno do qual se foram em seguida agrupando novas habitações.

A egreja parochial, cujo orago é Santa Maria Magdalena, data de 1550; ha tambem no logar uma capella do Espirito Santo e ainda se vêem as ruinas da de Nossa Senhora da Conceição e da de S. Sebastião, destruidas pelo terremoto.

«Carnota».—E' apenas notavel n'esta freguezia a quinta e logar da Boa-furia, provindo-lhe o nome de haver pertencido ao bravo capitão Antonio Lobo da Gama, que em 1651, em batalha naval, proximo a Mascate, vendo que não era possivel luctar contra os muitos inimigos, que de todos os lados o apertavam, lançou fogo ao paiol do seu navio, indo navio, elle, os seus e os inimigos pelos ares.

«Meca».—Santa Quiteria de Meca ou Espiçandeira é o logar mais conhecido e popularisado do concelho de Alemquer, porque em todo o paiz se falla d'elle.

Segundo a tradição, no anno de 1248 appareceu em um espinheiro, na quinta de S. Braz, uma pequena imagem de Santa Quiteria, advogada contra a hydrophobia, e edificou-se logo ali uma capellinha para collocar a imagem. Começou a concorrencia a este templo e a devoção dos povos cresceu tanto que dentro em pouco se construiu com o producto das esmolas uma outra capella mais ampla, no sitio onde está hoje a actual.

No seculo XVII formou-se uma confraria, que contava membros em todo o paiz, vindo a ser tambem filiada n'esta instituição a rainha D. Maria I, com cujo concurso se realisou a construcção do magnifico templo, que hoje ali existe, e para o qual a mesma senhora alcançou do papa Pio VI que fosse declarada pertença da basilica de S. João de Latrão, de Roma, gosando por isso das grandes indulgencias e graças espirituaes d'esta famosa basilica.

«Olhalvo».—E' importante pela riqueza agricola, pelas preciosidades archeologicas que se lhe teem encontrado, attestando que já existia e «era villa» no tempo dos romanos, e pela sua egreja, onde se acham sepultadas muitas pessoas illustres e entre outras diversos membros da familia Tristão da Cunha.

(*Conclue no proximo numero*).

Typ. Lealdade—Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

1.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | OUTUBRO — 1889 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 9

A VILLA DE ALEMQUER

(*Concluido do numero antecedente*)

O nome «Olhalvo» é uma corrupção de «Olho Alvo» e provêm-lhe de ter ali vivido em tempos remotos um individuo possuidor de um olho todo branco, pelo que a sua casa se dava a nominação de «A-do-Olho Alvo», que depois se corrompeu em «Adilhalvo», e por fim na actual. Este facto é comprovado não só pela tradição, mas tambem por documentos antigos.

«Palhacana».—Já existia no tempo de D. Affonso I, que a doôu ao convento de Tarouca.

Nasceu aqui Gaspar Rodrigues de Riba Fria, que foi porteiro da camara de D. Manuel e tronco da casa dos condes de Penamacôr.

«Ventosa».—Aldeia muito antiga; é rica e possue uma preciosidade rara: uma associação protectora de meninas pobres, que presta relevantissimos serviços á indigencia; foi fundada, em 30 de junho de 1874, pela sr.ª viscondessa de Chancelleiros.

Curiosidades

Na casa da camara ainda existem os padrões dos pesos e medidas, mandados fazer por el-rei D. Manuel em 1499, segundo uma inscripção que existe no peso de arroba, todo de bronze. O padrão dos cereaes, tambem de bronze, foi mandado fazer por D. Sebastião em 1575, segundo a inscripção. O dos liquidos (de almude a meio quartilho), de bronze lavrado, é obra do mesmo rei e do anno de 1576.

O padre Luiz Cardoso, no seu «Diccionario Geographico de Portugal», vol. I, pag. 258, diz que Alemquer é a povoação mais parecida que ha com a cidade santa de Jerusalem, reportando-se á opinião dos peregrinos. O rio, na profundidade do valle, se parece com o Cedron; o monte, sobre que foi fundado o convento de S. Francisco, lembra o monte Sião, e nas correspondencias de outros muitos logares e bairros da villa se está vendo uma perfeita estampa da cidade santa.

Note-se que este diccionario, offerecido pelo auctor a D. João V, foi publicado em 1747.

D. Antonio, prior do Crato, no seu testamento, allude á fidelidade dos alemquerenses, que foram seus partidarios dedicadissimos, e recommenda que o sepultem no côro da egreja de S. Francisco de Alemquer uo então «no capitulo, em sepultura raza com o chão». Este pedido nunca foi satisfeito e as reliquias d'este infeliz principe ficaram no estrangeiro.

Esta villa pagava de «tributo» 1:300$000 réis; igual quantia de «usual»; 500$000 rs. de «renda das correntes»; 250$000 réis de «real d'agua»; igual quantia de «imposto dos vinhos» e 1:600$000 réis de «jugadas» (esta verba era para as rainhas); ao todo 5:200$000 réis.

Em 1750, D. José I ou o marquez de Pombal, por sollicitações da Academia Real de Historia Portugueza, recommendou que se cuidasse da conservação da praça, «visto ser indubitavelmente obra dos alanos», mas essa recommendação não teve cumprimento.

As pedras das antiquissimas muralhas foram empregadas em obras municipaes e mais ainda em particulares. Um lanço da cortina, que ainda estava de pé, foi arrombado para abrir uma estrada da «Porta da Conceição» para a «Praça da Camara».

Conventos e templos

Em 1280, D. Brites, esposa de D. Affonso III, comprou uma porção de terreno, que deu aos frades do convento de S. Francisco para acrescentarem a cêrca.

D. Margarida Henriques, camareira-mór da rainha D. Leonor, viuva de D. João II, deu-lhes tambem uma grande quantidade de terreno, com o qual os frades augmentaram a cêrca até ao sitio então chamado «Mazagão» e hoje «Barroca». Era tão extenso o terreno que estas duas senhoras deram aos frades, que elles ainda deixaram fóra da cêrca uma grande parte em frente do con-

vento, do lado da villa, e outra do lado opposto.

A camara, depois, quiz apossar-se d'estes terrenos, mas os frades oppozeram-se e elles continuaram a ficar abertos por ordem da rainha donataria.

D. Affonso III deixou por testamento 50 libras a este mosteiro (cada libra valia então 1$500 réis).

D. Leonor, esposa do rei D. Duarte, deixou-lhe uma «jugada» em cada anno, á escolha dos frades, nas que eram das rainhas.

D. Affonso V concedeu-lhes o privilegio da pesca no rio de Alemquer e o direito de cortarem o matto, que quizessem, na coutada de Otta.

D. Leonor, viuva de D. João II, libertou de fintas o oleiro que o guardião nomeasse para fazer as louças da casa.

Damião de Goes deu-lhe um relogio de marmore de Genova.

Mais pessoas reaes e particulares fizeram outras dadivas ao mosteiro.

No domingo de Paschoa faziam os frades uma procissão, que percorria todas as ruas da villa, chamada do «folar». Era acompanhada pela camara, com musica e danças. O povo dava então aos frades: carneiros, gallinhas, ovos, etc. por «esmola» pelos sermões da quaresma.

A cêrca do convento de S. Francisco está actualmente retalhada em terras de semeadura e com o muro arrombado.

No sitio de «Mazagão» ou «Barroca» ainda existe uma capellinha, chamada de Santo Antonio, edificada por D. Nuno Gonçalves de Athaide, que foi alcaide-mór de Alemquer, no tempo de D. Leonor Telles de Menezes. D. Nuno morreu em 1424 e foi enterrado n'esta capella.

O terremoto de 1755 damnificou tanto o convento, que teve de ser reedificado em parte desde os fundamentos.

O claustro, a casa do capitulo e o arco da entrada são obra de el-rei D. Manuel.

Sendo expulsos os frades, em 1834, a egreja e o mosteiro foram abandonados.

A egreja ia a cahir em ruinas, quando a sr.ª D. Maria do Patrocinio Bravo Pereira Forjaz deixou um grande legado para a restauração d'este venerando templo, o que se cumpriu e desde então foi para aqui transferida a matriz de Santo Estevão.

Esta senhora morreu em Lisboa, em 1862. Era dotada de grandes virtudes e viuva de um rico capitalista e proprietario.

Entre as egrejas de S. Francisco e de S. Pedro vêem-se as ruinas do mosteiro de freiras franciscanas, de Santa Clara, denominado de Nossa Senhora da Conceição e que foi fundado em 1533 por João Gomes de Carvalho, fidalgo muito distincto da côrte de D. João III e natural d'esta villa.

Em 1689, o padroado, que andava annexo aos morgados dos Macedos e Carvalhos, de Alemquer, foi julgado por sentença a favor de Gonçalo Peixoto e Menezes, sem successão. Ainda em 1709, João Peixoto da Silva Almeida Macedo e Carvalho, apresentou um dos referidos dois logares (de meninas para professarem aqui sem dote) que lhe pertencia. Esta familia dos Peixotos é hoje representada pelo sr. visconde de Lindoso, grande proprietario n'esta villa.

Este convento foi incendiado pelos francezes em 1811, indo as freiras para o convento da Castanheira.

Na calçada que conduz á ermida do Espirito está uma cruz, que dizem ser em memoria do milagre que fez a rainha Santa Izabel, convertendo em dinheiro (para pagar aos pedreiros que trabalhavam na construcção da ermida) uma porção de rosas.

Alemquerenses illustres

Já citámos dois que bastariam para fazer a gloria de uma grande cidade: Damião de Goes, o amigo de Erasmo, e Pero de Alemquer, o piloto da nau «S. Gabriel» e a quem compete a maior gloria da aventurosa descoberta do caminho para a India pelo Cabo da Boa Esperança; não são, porém, esses os unicos, e em primeiro logar é digno de menção Bento Pereira do Carmo, um dos homens que mais soffreram e mais se esforçaram pela mudança de systema governativo.

Filho d'uma familia de lavradores de parcos meios, mas bastante intelligentes para aproveitarem as felizes disposições intellectuaes do filho, impozeram-se o sacrificio de lhe dar uma educação esmerada, conseguindo formal-o em direito pela Universidade de Coimbra. Em 1808 era juiz de fóra de Ançã. As ideias liberaes que francamente expunha valeram-lhe a accusação de jacobinismo, sendo levado para as cadeias do Porto, onde permaneceu algum tempo, sendo afinal absolvido. Não eram os tempos de então de tanta luz como os de hoje e o absolvido pelo tribunal não o foi pela opinião publica, valendo-lhe essa suspeita muitas desconsiderações e amarguras. Jacobino significava liberal ou

sectario dos principios revolucionarios de 1789, n'uma palavra amigo dos francezes, que n'esses annos devastavam a peninsula; a esta andava annexa a de pedreiro-livre, isto é, segundo a definição da epoca, um atheista, hereje, votado ao diabo, inimigo da religião. Imagine-se o que não soffreria na provincia, ainda hoje fanatica em demasia, um homem esclarecido, sobrecarregado de semelhantes accusações. Recolheu-se então á terra natal, trocando a vida publica pela lavoura.

Em 1820 a revolução liberal ahi foi buscal-o para fazer parte do governo, prova incontestavel de quanto era reputado sabedor e talentoso; em 1822 e 1823 representou em côrtes a divisão eleitoral de Alemquer; abolida a constituição pela villafrancada, recolheu a Alemquer, voltando ás côrtes em 1826. Foi uma das victimas encerradas na torre de S. Julião por ordem de D. Miguel, d'onde sahiu em 24 de julho de 1833; teve a presidencia da Relação de Lisboa, a vice-presidencia da camara dos deputados, e exerceu o cargo de ministro dos negocios do reino. Falleceu em 16 de fevereiro de 1845.

Duarte Corrêa, um dos martyres do christianismo no Japão, foi ali queimado em Nagasaki, em 1639; pela mesma epoca queimavam em Portugal os judeus e os mouros. Dotado de genio aventuroso e arrojado, sahira de Alemquer, sua patria, por espirito de curiosidade scientifica, casou em Macau e escreveu uma «Relação do levantamento de Ximabára», que é pouco vulgar.

José Maria Dantas Pereira de Andrade, militar distincto, servindo na armada desde 1786 em que sentou praça até 1834 em que emigrou para França, por não ter querido acceitar o novo estado de cousas; escreveu muito sobre marinha e veiu a fallecer em 1836 em Montpellier. Os seus escriptos são bastante apreciados.

E muitos outros capitães insignes ou escriptores estimados nasceram em Alemquer.

Fabricas

Ha n'este concelho uma certa actividade industrial, que tem contribuido para o engrandecimento dos logares onde funccionam as fabricas; entre ellas, por mais importantes, merecem especial menção: a da «Romeira», propriedade do sr. Francisco José Lopes, negociante da praça de Lisboa; inaugurada em 19 de setembro de 1872, tem prosperado, sendo um dos principaes artigos de producção o tecido de elastico, que nunca antes se manufacturára em Portugal.—Fabrica de lanificios de Alemquer, fundada em 1839 por P. A. Lauferie, passou depois por diversas mãos até chegar ás da companhia, que a explora actualmente; os seus productos são magnificos e rivalisam com os estrangeiros, todavia o seu estado é estacionario por, segundo dizem os entendidos, a administração não ser das mais solertes. —Fabrica de papel, fundada em 1802 por uma sociedade; a respeito d'ella temos á vista a seguinte nota contemporanea: «Habil e economicamente dirigida—não attingiu ainda um certo grau de prosperidade, em consequencia de serem grandes os encargos aduaneiros da materia prima de que faz uso e porque tambem com a concorrencia estrangeira o papel tem nos ultimos annos baixado muito de preço.»

O castello

Alemquer ainda conserva algumas reliquias do seu forte castello, que, no dizer de Julio Machado, se reflectem melancholicamente nas aguas do rio, que corta a villa e a divide em bairros.

Era elle um dos melhores de toda a região como vimos quando descrevemos a conquista pelos christãos, pois foi necessario uma surpreza qualquer para que elle viesse ás mãos de D. Affonso Henriques; vejamos como é que D. João I tendo pela ordem natural das cousas tanto empenho na defeza do reino veiu a inutilisar uma das mais fortes praças. Não foi vingança da resistencia desesperada que ali encontrou, mas porque tendo a guarnição com apoio dos habitantes, pronunciado-se sempre em favor de D. Leonor, temeu que se repetisse o facto e porque D. João sabia já por experiencia as difficuldades com que luctára para se apoderar da fortaleza e por isso antes a quiz desmantelada.

Eis como os factos se passaram:

Quando D. Fernando I commetteu a loucura de desposar D. Leonor Telles de Menezes doôu-lhe a villa de Alemquer, que andára sempre na casa das rainhas e estava n'aquella epoca na posse da corôa, porque n'ella ficára desde a morte de D. Constança, primeira mulher de D. Pedro. Quando morto o rei e D. Leonor fugiu para Castella conservou-se a praça pelo seu partido, mas assim que o povo soube que ella havia cedido todos os seus direitos em Portugal a

seu genro D. João I de Castella, julgaram nullo o juramento de fidelidade e mandaram dizer ao rei portuguez, que não só lhe entregavam o castello, mas estavam promptos a combater por elle e pela patria contra os castelhanos, com a condição de que se pagassem a D. Leonor as suas rendas, emquanto viva, e a elles se conservassem seus fóros e privilegios.

Annuiu o mestre d'Aviz e d'isso passou carta; quando, porém, o rei castelhano avançava sobre Lisboa o alcaide-mór de Alemquer, que era um fidalgo gallego, sahiu a recebel-o e fez-lhe entrega do castello, que o rei acceitou, seguindo o exercito até Bombarral.

Os de Alemquer mandaram então pedir ao Mestre 50 homens de armas para os ajudar a rehaver o castello, enviando-lhes este duas galés com gente, que fundearam a 6 kilometros da villa e juntando-se o povo com a gente das galés investiram a fortaleza com grande intrepidez, porém depois de quasi um dia de batalha souberam que os castelhanos vinham em soccorro da guarnição. Os habitantes fugiram então para Lisboa n'aquellas embarcações com suas mulheres e filhos e o que poderam juntar de seus haveres. Com effeito pouco depois os castelhanos entraram na villa, que saquearam. Em 1384, quando já quasi todo o paiz estava por D. João I e limpo de estrangeiros, ainda nos muros de Alemquer tremulava a bandeira do invasor, e voltando então os alemquerenses a pedir ao rei que os auxiliasse a tomar a praça, o que foi attendido, seguiram para ali 35 galés com gente de guerra.

Foram, porém, inuteis todos os ataques, até que a guarnição teve de ceder á falta d'agua, capitulando o alcaide-mór Vasco Pires de Camões em 10 de dezembro de 1384 com a condição dos castelhanos sahirem com as suas bagagens e ficando elle sendo alferes da praça com guarnição da escolha do rei. Acceitou este o convenio, entrou no castello, onde se demorou alguns dias e seguiu para Torres Vedras, mas o alcaide de Alemquer não só promoveu muitas traições, mas tornou a declarar-se a favor de Castella, alçando o pendão na praça, d'onde sahiu com gente para tomar parte na batalha de Aljubarrota, onde uma lançada o impediu de continuar na senda das falsidades e traições.

Cançado d'estas variedades é que D. João, depois de der rotado completamente o invasor, mandou arrancar os cunhaes ao castello.

Titulares

Alemquer foi por tres vezes cabeça de marquezado; a primeira a favor de D. João da Silva, um dos cinco governadores que venderam Portugal aos castelhanos e em recompensa foi agraciado com o titulo de marquez de Alemquer em 1593; a segunda em 1616, sendo concedido o titulo ao sobrinho do anterior, que era D. Diogo da Silva de Menezes; e a terceira nos fins do seculo XVII a favor da condessa de Alegrete, D. Catharina Barbosa de Noronha, viuva do celebre general Mathias de Albuquerque, um dos heroes da guerra dos vinte sete annos ou da independencia. Esta senhora, que foi camareira da rainha D. Maria Sophia, morreu em 15 de maio de 1703 e como não tivesse filhos extinguiu-se o marquezado.

Por decreto de 3 de julho de 1862 foi dado o titulo de barão de Alemquer ao rico proprietario sr. Manuel Joaquim d'Almeida, que por muitos annos serviu o cargo de administrador do bairro alto, de Lisboa.

Bem mereceu o titulo pelos muitos serviços prestados no exercicio d'aquelle cargo por occasião do «cholera» e da febre amarella terem visitado o nosso paiz (1856 e 1857).

D. Thomaz de Napoles Noronha e Almeida Veiga, actual visconde de Alemquer, é descendente de Bernardo de Napoles e Veiga, homem rico e patriota, que por occasião do glorioso movimento de 1 de dezembro de 1640 accudiu á fronteira do reino com soldados, cavallos e armas, á sua custa, a defender a patria; por este facto lhe fez o rei D. João IV mercê da Capitania-mór de Besteiros, Guardão e S. João do Monte.

Quem desejar mais amplas noticias a respeito d'esta notavel villa compulse o excellente livro de Guilherme João Carlos Henriques, «Alemquer e o seu concelho».

O curto espaço de que dispomos não nos permitte ser mais minuciosos; a historia e descripção em detalhe da villa e suas dependencias dá assumpto para volumes. Terminaremos, pois, dizendo que Alemquer tem progredido muito, no presente seculo, não só em riqueza agricola e industrial, mas ainda em instrucção, como provam os dois jornaes que ali se publicam, «Alemquerense» e «Damião de Goes», folhas que attestam abundarem em Alemquer espiritos illustrados e esclarecidos.

J. Garcia de Lima.

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

1.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | OUTUBRO — 1889 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 10

A VILLA DE ALANDROAL

Esta villa, da provincia do Alemtejo, na comarca de Extremoz, bispado d'Elvas, districto d'Evora, comprehende uma só freguezia, cujo orago é Nossa Senhora da Conceição, e fica situada na chapada d'um monte, uma parte do lado de cima do castello e outra da parte de baixo; áquella se chama vulgarmente a «Matta de Alandroal», porque a circumdam grandes olivedos e boas vinhas; e a esta se dá o nome de «Arrabalde» e é um pouco mais moderna.

Em antigo portuguez escrevia-se «Lendroal» e provêm-lhe o nome da grande quantidade de loendros (arbustos apocyneos, que ensombram a fonte chamada do «Mestre», por pertencer ao mestrado de Aviz), no local que foi escolhido para assento da povoação.

Tudo faz suppôr que houve aqui ou nas visinhanças uma outra povoação, porque teem sido encontrados vestigios de habitações e grandes trabalhos de minagem, obra evidente dos mouros; é tradição mesmo que essa anterior povoação ficava no logar a que hoje se dá o nome de «Villares», mas todos os vestigios que se poderiam encontrar ahi desappareceram sob uma secular plantação de olivedos, que ali attingem desenvolvidas proporções.

Por qualquer motivo, pois, — talvez porque os mouros em alguma das suas correrias a destruissem ou porque o fizessem os christãos, que tambem por muita parte semeavam o horror e a assolação,—essa aldeia ou villa desappareceu completamente sem deixar sequer documento algum da sua existencia, e certamente os cavalleiros de Aviz aproveitaram essa circumstancia para lançarem os fundamentos da actual villa.

Talvez mesmo não passasse d'uma povoação mineira, porque os trabalhos subterraneos encontrados exigiam a presença de muitos operarios, que certamente eram arabes, visto estas obras terem o cunho caracteristico das d'aquelle povo.

Confirma a hypothese de haver sido fundada pelos freires da ordem de Aviz o facto de serem donatarios d'ella, do nome lhe derivar de uma sua propriedade e da egreja matriz ter sido tambem da mesma ordem, além das inscripções que se vão lêr.

O castello tem sete torres em redor, sendo a de menagem no centro, e tres portas, das quaes a principal fica entre duas torres.

Na torre da direita, ao entrar, estão umas inscripções que confirmam a hypothese da fundação; dizem assim: «Deus é e Deus será, por quem elle fôr, esse vencerá».—«Era 1332 (1294 de J. C.) a 6 dias de fevereiro começaram a fazer este castello por mandado do mestre de Aviz, D. Lourenço Affonso, e elle poz a primeira pedra, M. e. c. e. b. 3 e castello».

Sobre outra porta está a cruz de Aviz com duas aguias; dos braços da cruz para baixo e para cima ha dois grilhões semelhantes aos da ordem de Calatrava, com a inscripção: «Mouro me fez».

No meio da torre de menagem existe tambem uma cruz de Aviz, com esta legenda: «Era 1336 (1298 de J. C.) a 25 dias andados de fevereiro, fez este castello D. Lourenço Affonso, mestre de Aviz, á honra e serviço de Deus e de Santa Maria, sua madre, e das ordens do muito nobre senhor D. Diniz, rei de Portugal e do Algarve (reinante em aquelle tempo) e em defendimento de seus reinos. Salvator mundi, salva mé». Lê-se ainda na porta da torre esta legenda, gravada em pedra branca: «Quando quizeres fazer alguma cousa, cata o que te é necessario e depois verás; e a quem de ti se fiar, não o enganes: lealdade em todas as cousas».

O primeiro foral de que existe copia, porque é de crêr que tivesse tido outros, foi-lhe dado por D. João II, em Santarem, a 29 de abril de 1486 e D. Manuel o reformou, em Lisboa, a 10 de outubro de 1514.

E' tradição que nunca houve peste n'esta villa, tanto assim que em 1600 aqui se acolheu, fugindo á terrivel epidemia que grassava no reino, a duqueza de Bragança e sua filha D. Izabel.

Muito para notar é a circumstancia de que n'esta villa parece ter havido um cuidado especial, desde tempos remotos, com o aproveitamento de aguas, pois já o padre Luiz Cardoso, no seu «Diccionario Geographico», de que Pinho Leal copiou a maior parte do «Portugal Antigo e Moderno», se refere a uma fonte, formosissima, com seis bicas de bronze, abundantissima de agua, cujas sobras ainda iam regar fazendas, moer lagares de azeite, etc., etc., assim como tambem cita dois «algares», no tal sitio onde se suppõe ter existido a povoação precursora de Alandroal, «algares» cobertos de abobada, em que parece ter nascença a agua que abastece a villa.

Diz o referido padre ter havido um homem curioso que n'um dos ditos algares (minas) lançou tres cantaros de azeite, parte do qual foi sahir á villa em varios olhos, apparecendo tambem nas fontes de Villa Viçosa, Extremoz, Villa do Cano, Aviz, Fontes-furadas, termo de Evora, e finalmente na lagôa de Alhanoura.

Teem sido encontrados no sitio chamado da Granja, termo da villa, muitos oiteiros minados, vestigios de anteriores jazigos de mineraes, talvez de metaes preciosos, porque eram esses que se exploravam n'outro tempo; hoje existem ainda minas de cobre, ferro, manganez e outros metaes, umas em pesquiza, outras apenas registadas.

Tem Misericordia, não existindo documentos de quando fosse creada, e hospital, assim como em tempos houve ali um hospicio para recolhimento de passageiros, situado no caminho da fonte, que vae para o arrabalde, hoje em ruinas; o hospicio consta ter sido fundado por Diogo Lopes de Sequeira, cavalleiro nobre do Alemtejo.

A villa de Alandroal não possue brazão d'armas.

Foi comarca da provedoria d'Elvas e pertenceu á corôa até 1834.

De Alandroal descobre-se Juromenha, Olivença, Evora, Redondo, Monsaraz, Extremoz e Mourão.

Corre no concelho o rio Lucefeci.

Na villa passa a cordilheira Ossa, cujas ramificações se perdem no Guadiana, depois de percorrerem os termos de Extremoz, Alandroal, Villa Viçosa, Evora-Monte e outras localidades.

A população do concelho de Alandroal, segundo o «Mappa das Dioceses do Continente do Reino», publicado pelo ministerio da justiça em 1882, é de 6:836 almas e 1:507 fogos, divididos pelas seguintes freguezias: Nossa Senhora da Conceição (séde do concelho), Santo Antonio de Capellins, Juromenha, Nossa Senhora do Rosario, S. Braz dos Mattos, S. Thiago Maior e S. Pedro de Terena.

Freguezias e sua historia

Jurumenha ou Juromenha, que é mais curial orthographia. é villa e praça d'armas; o orago da parochia é Nossa Senhora do Loreto. Está proximo á margem direita do Guadiana, sobre um outeiro escarpado do lado do rio, que a separa d'aquelle. A opinião mais seguida com respeito á fundação é que se deve aos gallos-celtas, cerca de 40 annos antes de Jesus Christo.

Julio Cesar cercou-a de fortes muralhas, dando-lhe o nome de «Juliis-mœnia» ou «Juris-mœnia» — «Muralhas de Julio» ou «Jurisdicção de Julio» (1); outros, porém, o attribuem á seguinte lenda:

No tempo dos godos um rico e nobre senhor d'aquella raça quiz expoliar sua irmã Mégnia ou mais natural Menha (2) das riquezas herdadas de seu pae, ou por outra, enamorado da belleza da donzella pretendeu que ella correspondesse ao seu incestuoso amor; por esse motivo e para a submetter a encerrou n'este castello, porém, ella repetiu sempre: «Jura Menha que não». Uma das torres do castello, quer o facto seja quer não verdadeiro, ainda tem o nome de «Torre de Menha» e diz-se que n'esta estivera captiva a tal donzella. Tem vizos de verdade esta tradição.

Juromenha foi outr'ora municipio autonomico.

Por ser o seu termo abundante de azenhas se costuma dizer: «Juromenha, Juromenha, boa de pão melhor de lenha.

Conquistou-a aos mouros D. Affonso I, em 1167, e doôu-a D. Sancho I a D. Gonçalo Viegas, filho do heroico D. Egas Moniz.

---

(1) Salvo o respeito devido aos sabios que escreveram sobre este assumpto, temos de confessar que a traducção de «Juris-mœnia» por «Jurisdicção de Julio», é puramente cerebrina; fique, porém, a responsabilidade a cargo de quem competir, não a nosso, que lavramos protesto em contrario, salvo o respeito devido, etc., etc.

(2) «Megnia» ou «Menha» deve ser o mesmo nome, conforme seguirmos a fórma latina ou luzitana.

Em 1242 os mouros reapoderaram-se d'ella, mas foi arrancada do poderio mauritano pelo illustre D. Payo Peres Correia ou por seu irmão de armas Peres Farinha.

D. Diniz reedificou-a, augmentando-a e concedendo-lhe varios privilegios em 1312; o castello é obra romana, completada pelo mesmo rei; conta 17 torres, incluindo a de menagem, que é muito alta e fortemente construida.

O brazão de armas consiste n'um escudo de prata com seu castello, cercado de agua, pendendo de cada lado de suas ameias dois grilhões, significativos, segundo uns, da prisão da donzella Menha, segundo outros, de que no tempo dos romanos se prendiam e executavam aqui os reus de delictos graves, e ainda, na opinião de outros, por não poderem seus moradores ser presos sem pronuncia. Ha mais versões, mas destituidas de todo o fundamento.

Deram-lhe foraes: D. Diniz, em 1312, D. João II, em 1492 e D. Manuel, em 1512, 15 de setembro.

No tempo das guerras com Castella, Juromenha soffreu muito e bateu-se sempre com denodo.

«Terena»—villa, orago da freguezia: S. Pedro, apostolo.

A primitiva fundação é attribuida aos celtas, gallos-celtas ou luzitanos, e alguns escriptores, estes em maioria e com mais fundamento, querem que os fundadores fossem os carthaginezes, dando curso á seguinte versão:

Pelos annos do mundo 3603 ou 401 antes de Jesus Christo, desembarcou nas praias da Betica (actual Andaluzia) Bohodes, capitão carthaginez (3), que não vinha em tom de guerra, mas só para travar relações amigas; foi tão mal recebido pelos habitantes que se viu forçado a embarcar apressadamente, fugindo para a Luzitania, onde entrou pelo porto chamado de Annibal, hoje Villa Nova de Portimão. Aqui foram mais bem recebidos os expedicionarios e entraram em transacções commerciaes, sahindo os luzitanos ao littoral e tendo ingresso os de Carthago pelo interior do paiz.

Bohodes começou, pois, a assentar estabelecimentos, o primeiro dos quaes foi Lagos. Morrendo este chefe, ao mesmo tempo guerreiro e negociante, succedeu-lhe Maharbal, que teve boas pazes com os luzitanos e cuneos (4) e este se dilatou em mais importantes excursões pelo paiz, chegando até Elvas, que já então era importante povoação.

Tendo aprisionado um navio grego, da ilha de Chypre, cuja tripulação fez captiva, encontrou-lhe a bordo as estatuas de Venus e Cupido, muito preciosas, pois eram de prata macissa e de altura natural, ás quaes os tripulantes rendiam culto.

Como em seguida enfermasse gravemente attribuiu os soffrimentos á ira d'aquelles deuses, por haver captivado seus adoradores e para captar as boas graças das divindades prometteu, se melhorasse, erigir um monumento em sua honra, o que cumpriu, fazendo edificar um templo sumptuoso.

Como Cupido ou Endovelico fosse tambem adorado pelos luzitanos, muitos devo-

(3) Não foram só os carthaginezes que vieram procurar as ferteis regiões da extremidade occidental do continente europeu, para estabelecerem colonias com fins commerciaes.

Os phenicios, esses arrojados e laboriosos povos que lançaram os fundamentos das grandes navegações, não só vieram á antiga Luzitania e estabeleceram colonias no littoral, mas subindo os seus rios internaram-se no paiz, fundando povoações e villas, que mais tarde prosperaram e se desenvolveram.

Foram elles os primeiros exploradores das riquezas que a terra contêm nas graniticas entranhas e em muitos pontos do paiz encontra-se ainda hoje signaes da sua actividade. Em varios concelhos se conhecem galerias subterraneas, abertas para exploração de veios e filões metallurgicos, e que os estudos modernos affirmam haverem produzido prata e outros metaes. Esses trabalhos denunciam todos grande arrojo, assim como exploração prolongada.

Na chronica de Coz lê-se a seguinte passagem: «os phenicios e os tyrianos, povos da Azia menor, e os melhores pilotos do seu tempo, vieram ás nossas costas mais de 600 annos antes de Christo». Confirmou esta passagem o apparecimento de uma lapide com a seguinte inscripção grega: «os phenicios, senhores da ilha de Coz, edificaram esta colonia no anno do mundo de 3266, no principio da segunda Olympiada».

Com respeito ás minas ainda diremos que em muitos logares os frades as exploraram com grande aproveitamento; conventos havia, como o de Alcobaça, obrigados a contribuir com armas e arnezes para um certo numero de cavallos (os D. Abbades de Alcobaça pagavam 16). Aos logares onde se fabricavam essas armas se dava o nome de «ferrarias»; o ferro que empregavam era extrahido do solo, no mesmo logar em que o forjavam, e já n'essa epoca era costume mandar vir do estrangeiro artifices para dirigirem estes trabalhos, como se lê na chronica do convento de Alcobaça.

(4) Povo habitante do Algarve.

tos se estabeleceram nas cercanias do templo, onde não faltavam offerendas quotidianas, de maneira que o culto se fazia com grande pompa de sacerdotes e sacerdotisas, todas jovens e formosas, porque assim o exigia o ritual da religião de Venus e de Cupido.

Pelos annos do mundo 3941 ou 63 antes de Christo veiu pela primeira vez á peninsula o famoso Julio Cesar, na qualidade de questor de Tuberon, e deixando as suas tropas commetter toda a especie de latrocinios, foi o templo invadido e roubadas as estatuas, que, por serem preciosas, Tuberon avocou a si, vendendo a de Venus a Julio Cesar, que se dizia filho d'aquella deusa.

Convertidos os luzitanos mais tarde ao christianismo, junto ao antigo templo de Endovelico e com alguns destroços d'elle construiram as capellas de S. Bento da Contenda e de S. Miguel, na serra d'este nome, em torno dos quaes ainda mais se condensou a população e assim começou a villa de Terena, que então ficava n'uma baixa entre os ribeiros do Alcaide e de Lucefeci.

Como viesse a despovoar-se em rasão de enfermidades, que affligiam os habitadores, os paes dos primeiros condes de Vianna do Alemtejo reuniram os fugitivos em ponto mais elevado, onde hoje se acha, e recebendo de D. Affonso III doação do senhorio de Terena, empenharam-se no desenvolvimento da povoação, a que deram foral em 1262.

Concorreu tambem para esta mudança o estrago que os mouros haviam causado á antiga villa, porque d'uma vez que ahi passaram por tal maneira a assolaram que não ficou pedra sobre pedra, no dizer dos chronistas.

Em 1559 ainda existia parte do templo carthaginez, menos mal conservada, mas o infante D. Henrique, filho de D. Manuel, mandou arrancar-lhe 96 columnas da ordem jonica, de bello marmore, para com ellas adornar o collegio do Espirito Santo, que mandára construir em Evora; ainda mais tarde este soberbo monumento forneceu riquissimo subsidio para a construcção do mosteiro de Nossa Senhora da Graça, de Villa Viçosa, obra do duque de Bragança, D. Theodosio, o que prova que em Portugal não só o povo tem espirito vandalico. Por aqui se póde ajuizar da magnificencia do templo de Endovelico.

Terena foi cabeça de marquezado e hoje é condado.

A egreja de Nossa Senhora da Boa Nova é um monumento historico, porque o erigiu a rainha de Castella, D. Maria, filha de D. Affonso IV, em acção de graças pela victoria do Salado, na qual os portuguezes tomaram parte tão gloriosa, derrotando completamente os mouros.

«Nossa Senhora do Rosario».—Freguezia da comarca do Redondo, concelho de Alandroal (foi do mesmo concelho, mas da comarca de Extremoz).

O tribunal da mesa da consciencia e ordens apresentava o capellão, curado, que tinha 180 alqueires de trigo e 120 de cevada.

E' terra muito fertil em cereaes e mais generos agricolas.

«S. Braz dos Mattos».—Esta freguezia foi antigamente da comarca de Elvas.

Fica situada em uma campina e a egreja em têso, d'onde se vê Olivença, Alandroal, Badajoz e outras povoações menores. A egreja era da ordem de Aviz.

E' tambem fertil e cria muito gado de toda a qualidade, que exporta, principalmente grande quantidade de porcos, creados nos extensos montados que possue.

Passa aqui a ribeira dos Sardaes.

As demais freguezias não teem que historiar. Todas, pela sua visinhança com a raia, soffreram mais ou menos com as invasões castelhanas por occasião das guerras da independencia, que se prolongaram desde 1640 até 1667, isto é, durante 27 annos. Os generaes hespanhoes, habituados a serem rudemente recebidos e ainda peior tratados, satisfaziam-se destruindo tudo quanto podiam na sua passagem. E' verdade que pagavam caro a ousadia, mas nem por isso eram menos sensiveis os estragos e damnos causados. Esta região foi uma das que mais soffreu com aquellas correrias, que quando terminaram já quasi tinham o aspecto de chronicas.

N'este sentido não se póde descriminar quaes d'essas terras soffreram mais, porque quasi todas padeceram por igual.

Hoje, felizmente, que vão correndo tempos mais serenos, o Alemtejo cuida melhor do que póde fomentar-lhe o progresso, e o concelho de Alandroal, por muito fertil, é um dos que mais tem a esperar do futuro.

J. Garcia de Lima.

Typ. Lealdade—Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | OUTUBRO — 1889 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza — Rua do Terreirinho, 17, 1.º — Lisboa. | NUM.º 11

A VILLA DE ALMEIDA

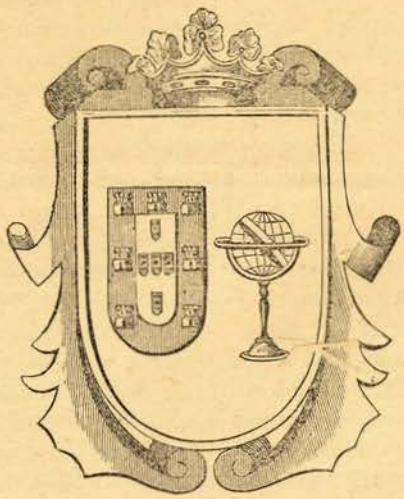
Notas tradicionaes — Assedios — Templos, Brazão d'armas, etc.—Freguezias e sua historia—Reminiscencia varia.

Notas tradicionaes

O concelho, que na villa de Almeida tem a séde e d'ella toma o nome, é um dos mais populosos do paiz, pois n'uma superficie de 39:695 hectares conta de população 10:125 habitantes, divididos por 25 freguezias.

Esta villa occupa logar distincto nos annaes da historia nacional, porque, sendo uma das praças fortes da fronteira, ali se teem representado varios actos dos dramas bellicos, de que o paiz ha sido theatro.

E' obscura a origem do nome «Almeida»; alguns etymologistas a fazem derivar da palavra mourisca «Talmayda» ou «Talmeyda», que significa mesa ou superficie plana, por isso que está situada em «plateau», entre o rio Côa e a ribeira de Touraes.



Brazão d'armas da villa de Almeida

Não foi desde seus principios fundada a villa no logar que hoje occupa, mas sim n'outro proximo, o que serve de pretexto a outros etymologistas para lhe derivarem o nome de outro vocabulo igualmente mourisco, que significa «campo das corridas», fundando-se estes em que, sendo os guerreiros arabes muito amantes de exercicios equestres, viriam áquelle logar «correr cavallos», sendo n'esse caso a radical «Almeidan», de que, com o andar dos tempos, se fez a palavra portugueza «Almeida», que, como outras muitas, não é mais do que uma corruptella dos termos agarenos.

O certo é não haver noticia alguma historica da villa, antes da occupação da peninsula pelos soldados de Mafoma, pois a primeira menção que d'ella se faz é a de haver sido tomada por D. Fernando Magno I, de Castella, em uma das suas correrias pela peninsula, no intuito de a libertar do poder mauritano, empreza gigantesca, que só seculos depois se realisou.

Como outras, pouco tempo esteve em poder do monarcha castelhano, porque os serracenos em breve trecho a retomaram, conservando-se na posse d'ella até que D. Sancho I, de Portugal, investindo a praça a tomou de assalto, não conseguindo então rehavel-a os mouros, já enfraquecidos e que dia a dia iam perdendo terreno na peninsula iberica.

Quando D. Diniz poude occupar-se dos negocios pacificos do reino, tão brilhantemente dirigidos, que lhe mereceram o titulo de «lavrador», lembrando-se d'aquelle velho proverbio latino— «si vis pacem para bellum» — tratou de fortificar varios pontos da fronteira. Era muito aproveitavel para este fim a villa de Almeida, então completamente arruinada e até mesmo abandonada. Aproveitando os materiaes do antigo castello mourisco, fez construir um outro, em logar mais adequado para a defeza, que é aquelle onde hoje se acha, chão plano, mas alto, distante tres leguas de Pinhel e seis da Guarda, do qual se avistam, diz a tradição, onze bispados de Portugal e Hespanha. Esta fortificação foi augmentada por D. Manuel e os governos que lhe succederam teem cuidado de reparar os damnos causados pela guerra ou accidentes.

O primeiro foral que a villa possuiu foi-lhe dado em 1296 por D. Diniz, quando a

mandou povoar, e D. Manuel o renovou em 1 de junho de 1540.

Assedios

Em todas as luctas travadas com a Hespanha a praça de Almeida teve parte, mas principalmente por occasião das guerras no reinado de D. José I e sendo ministro e secretario de estado o conde de Oeiras, depois marquez de Pombal, o exercito invasor poz cêrco áquella praça, cêrco que se prolongou de 15 de junho a 25 de agosto de 1762 e veiu a findar pela capitulação, por não haver recebido a tempo o soccorro com que contava. O marquez de Pombal fazendo a paz em fevereiro do anno seguinte impoz como condição a restituição das praças occupadas, condição que foi acceite, nem o famoso ministro era homem que cedesse em taes questões, ainda mesmo que houvesse de reaccender-se a guerra, — pelo que nas ameias da praça voltou a tremular a bandeira portugueza, facto que foi festejado pelo povo com ruidosos folgares.

Em 1810 o general Massena, na terceira invasão dos francezes poz cêrco a Almeida, que d'esta vez apenas logrou sustentar-se dezesete dias, vindo a capitular no dia 27 d'agosto, em consequencia de uma violenta explosão destruir os armazens de polvora e parte das obras da defeza.

No anno seguinte, quando o exercito de Massena ia já de retirada, perseguido pelas forças alliadas, que pouco antes haviam já provado aos francezes, no Bussaco, que os descendentes de Viriato ainda sabiam humilhar os vencedores do mundo, a guarnição de Almeida não esperou o ataque, abandonou vergonhosamente a praça e escapou-se por entre as forças alliadas, que no dia seguinte tomaram posse da praça, com grande regosijo dos habitantes, que odiavam cordealmente os «soldados jacobinos».

Em 1844 o illustre tribuno José Estevão, então capitão de artilheria, e o coronel de cavallaria Antonio Cesar de Vasconcellos Corrêa, tentaram um movimento contra o governo de que fazia parte o estadista Antonio Bernardo da Costa Cabral, ultimamente marquez de Thomar, já fallecido, a quem accusavam de ideias e medidas liberticidas; n'este sentido promoveram a sublevação do regimento de cavallaria 4, que estacionava em Torres Novas, realisada em 4 de fevereiro, seguindo d'ali para Castello Branco, onde se lhe reuniram outras forças, de que tomou o commando o conde de Bomfim. Não estava, porém, ainda bem radicada no animo publico a ideia revolucionaria, que vingou mais tarde, e por isso as forças insurgentes tiveram de retirar em direcção á Hespanha, recolhendo-se a Almeida, onde se fortificaram e onde lhe foi pôr cêrco o visconde de Fonte Nova, a quem em 28 de abril tiveram de entregar-se sob condição de serem respeitadas as vidas e propriedades dos sitiados, retirando-se os officiaes, qualquer que fosse a sua graduação, para Hespanha. Assim terminou a primeira revolução anti-cabralista.

D'então para cá tem transcorrido serena a existencia da villa.

Templos—Brazão d'armas—etc.

Contém a villa uma só parochia, sob a invocação da Senhora das Candeias (Purificação), a qual está dentro do antigo castello, e nos arrabaldes existe a ermida de Nossa Senhora do Mosteiro, onde antigamente iam a camara, parocho e cleresia da villa, todos os sabbados de março, na segunda feira de Prazeres e na vespera do dia de Ramos, fazer festa com sermão, etc.; este costume está antiquado. A egreja pertenceu aos Templarios, se é que não foi por elles edificada, visto que a tradição diz ter sido pertença o templo de um convento da ordem; reconstruiu-o D. João II.

A villa possue misericordia e hospital, fundados em 1680, á custa do povo e com grandes esmolas da rainha D. Catharina, viuva de Carlos II de Inglaterra e filha de D. João IV. Esta princeza levou em dote áquella nação a cidade de Bombaim, que era, por assim dizer, a chave das Indias. Bom presente foi para a Inglaterra, que por elle nos «tem sido sobremaneira reconhecida».

O brazão de Almeida é um escudo com as armas do reino e corôa aberta, tendo ao lado d'aquellas a esphera armilar, divisa de el-rei D. Manuel, que lhe deu o direito de usar distincção heraldica.

Junto ao rio Côa e a distancia de meia legua da villa existe uma fonte de aguas sulphureas, denominada «Santa», em rasão do allivio que com o uso d'essas aguas encontram os enfermos de molestias cutaneas e outras que o sulphur combate efficazmente.

Em 1870 foi augmentado o concelho de Almeida com as freguezias do supprimido municipio de Castello Mendo.

Em Almeida nasceu a 20 de agosto de 1569 o celebre historiador fr. Bernardo de Brito, que no seculo usou o nome de Balthazar de Brito e Andrade; foi filho do capitão Pedro Cardoso de Andrade e de D. Maria de Brito, e nobilitou-se escrevendo as memorias da «Monarchia Luzitana» e a «Chronica de Cister», sendo nomeado chronista-mór do reino por morte de Francisco de Andrade; morreu na terra natal a 27 de fevereiro de 1617, tendo por muitas vezes recusado ser elevado a bispo; sepultado no convento de Santa Maria de Cister, d'ali em 1649 foram trasladados seus restos para o de Alcobaça, onde jaz.

Na quinta de «Cheira ventos» tiveram solar os Lobatos, familia oriunda da Galliza, a cujo chefe D. João I fez fidalgo de sua casa e deu armas e foi regedor da cidade de Lisboa em 1642; havia nome de Pedro Annes Lobato.

Na freguezia do Azinhal, que pertenceu ao concelho de Castello Mendo, depois ao Sabugal e hoje a Almeida, existe o solar dos «Sacotos», um dos quaes Gonçalo Mendes Sacoto, foi adail-mór de Çafim ou Gafim, em Africa, onde derrotou cinco alcaides-móres, além de ter obrado outras muitas proezas, d'aquellas que em taes epocas andavam ligadas ao cargo dos «adais».

Freguezias e sua historia

E' larguissimo o territorio abrangido pelo concelho de Almeida, pois absorveu ainda não ha muitos annos, como já dissémos, o de Castello Mendo; comprehende, portanto, as seguintes freguezias, além da villa:

Cinco Villas, Reigada, Malpartida, Valle de Coelha, Valle de la Mula, S. Pedro do Rio Secco, Naves, Villar Formoso, Tremeda, Castello Bom, Junça, Azinhal, Peva, Freixo, Leomil, Aldeia Nova, Castello Mendo, Mesquitella, Monte Perobolso, Amoreira, Cabreira, Adão, Mido e Sinoiras; entretanto, de todas estas poucas offerecem alguma cousa de interessante, a quem—como nós—tem de fazer esta resenha rapida e abreviada.

«Castello Mendo».—Foi concelho desde remota epoca até 1855, em que o annexaram ao do Sabugal, passando em 1870 com as freguezias que o acompanham para o de Almeida. Está situada n'um alto fragoso nas margens do Côa. Fundou a villa D. Sancho II em 1239, mandando construir as muralhas com seis portas e entre os privilegios concedidos incluiu o de que os cavalleiros de Castello Mendo gosassem o fôro de infanções, e os peões o de cavalleiros. O castello é obra de D. Diniz, que ampliou a povoação em 1285; tinha reputação de muito forte.

O nome provém-lhe do primeiro alcaide se chamar Mendo. Teve foral dado por D. Sancho II e confirmado por D. Diniz em occasião de visitar a praça. D. Manuel deu-lhe foral novo em 1510.

Anteriormente ás fortificações existia já uma povoação na baixa, junto ao Côa, da qual se fala apenas de relance; os seus habitantes foram os primeiros moradores do castello.

«Castello Bom».—Foi tambem concelho. O seu castello, hoje desmantellado, ainda no fim do seculo passado tinha duas bocas de fogo e armazens para petrechos de guerra e munições.

Sabe-se que foi occupada pelos mouros, mas o nome porque a designavam não é conhecido; foi-lhes conquistada por el-rei de Leão, Affonso VIII, que a conservou até 1282, em que a doôu a Portugal em dote da rainha Santa Izabel, esposa de D. Diniz, que logo a mandou reedificar e cingir de muralhas. Deram-lhe foraes D. Affonso de Leão, D. Diniz e D. Manuel.

A' conservação do castello eram obrigados os viscondes de Ponte de Lima. O reitor era de apresentação do papa, do bispo de Lamego e do de Pinhel, alternativamente.

«Reigada».—E' a melhor povoação de todo o concelho e está situada n'uma fertil planicie. O titulo de villa foi-lhe concedido por D. João IV, em 1650, ao mesmo tempo que lhe concedeu foral novissimo; já tinha outro de D. Manuel.

Não se faz menção, nas obras consultadas, da sua fundação.

«Val de la Mula».—Fez tambem parte do dote da rainha Santa Izabel. Durante a guerra da restauração foi tomada pelo duque de Ossuña em 1661, o qual logo em seguida soffreu a derrota de Perales.

Em 1763 novamente se bateram ahi os castelhanos e portuguezes, commandados pelo intrepido Affonso Furtado, e dito isto é inutil accrescentar que os castelhanos foram derrotados.

«Val de Coelha».—Esta villa fica a sete kilometros de Almeida e na raia de Hespanha. Os seus moradores em 1762 fugiram todos por causa da guerra.

Em 24 de agosto d'esse mesmo anno o

conde de Reilli, que sitiava Almeida, mandou saquear a povoação; as portas da egreja foram queimadas e as duas imagens, de Christo e da Virgem, roubadas e abandonadas em uma esterqueira, depois de despojadas das joias que as ornamentavam.

Em 6 de julho de 1876 pairou sobre a villa uma trovoada medonha; cahiu entre outros um raio, que fulminou instantaneamente o parocho e o regedor, no momento em que ambos estavam n'uma casa da villa.

Reminiscencia varia

Impossivel falar de Almeida sem recordar que do nome da villa deriva um appellido por mil fórmas nobilitado nos fastos da nação portugueza. Nas lettras, nas armas, nas sciencias, na diplomacia, na jurisprudencia, no governo da nação, nas passadas glorias, nas conquistas e descobertas encontramos sempre algum Almeida illustre, e a julgar pelo que affirmam os genealogos são filhos uns, outros descendentes de filhos da villa.

Citar todos é impossivel no breve espaço de que dispomos e para o provar baste dizer que no precioso archivo de curiosidades compilado pelo sr. Pinheiro Chagas, sob o titulo de «Diccionario Popular», esta resenha absorve 22 paginas.

Respigaremos, porém, d'entre todos, alguns mais notaveis e singulares e seja o primeiro D. Fernando de Almeida, filho do primeiro conde de Abrantes, irmão do celebre governador da India, D. Francisco de Almeida e damos-lhe primasia por offerecer ensejo de produzir uma nota historica pouco conhecida. Seguiu D. Fernando a carreira ecclesiastica, sendo eleito prior do mosteiro de S. Jorge, junto de Coimbra, dos conegos regulares. Em 1492, D. João II nomeou-o embaixador junto da Curia Romana, onde veiu a merecer tanta estimação do famoso Alexandre VI «o Borgia», que lhe destinava a purpura cardinalicia. Nomeado pelo papa um dos tres deputados da curia, que em Tours annullaram o casamento de Luiz XII de França com Joanna de Valois, cahiu no desagrado de Cesar Borgia, filho do papa e um dos mais sinistros vultos da historia de Roma papista, desagrado que aggravou com o seguinte facto:

Não convinha o segundo consorcio de Luiz XII ao Cesar e por isso teve artes de sumir a dispensa pontificia, mas D. Fernando descobriu a subtracção e malogrou os calculos do principe romano, o que equivalia a uma sentença de morte e com effeito D. Fernando foi victima do celebre veneno dos Borgias. Era homem eruditissimo, orador insigne e dotado de altas qualidades.

João Baptista de Almeida Garrett, notavel litterato e grande patriota, estadista profundo, reformador do theatro nacional, cujo nome será laureado emquanto a lingua portugueza existir, porque como elle poucos a conheceram e menos a manejaram, não póde ser esquecido quando se mencionem os Almeidas distinctos. Nasceu no Porto a 4 de fevereiro de 1799 e morreu a 9 de dezembro de 1854, enriquecendo a litteratura patria com esplendidas producções em todos os generos, desde o poema como a «D. Branca» e o «Camões» até á farça como o «Tio Simplicio» e o «Falar verdade a mentir», apreciaveis modelos, cada um no seu genero.

Pedro Theodoro de Almeida, nascido em Lisboa a 7 de janeiro de 1722, professor abalisado e um dos homens que, á falta de outros motivos, se teria notabilisado pelo entranhado odio que lhe votava o marquez de Pombal, não tendo podido immolar ás suas iras o douto padre, porque este se poz a tempo a salvo em 1768, emigrando para França, onde viveu ensinando sciencias physicas e mathematicas. Cahido Pombal o padre Theodoro voltou então á patria, onde reviu e publicou as suas obras, vindo a finar-se em 18 de abril de 1804. O padre Theodoro como que preadivinhou na sua epoca o systema da alta instrucção dos povos, adoptado por tantos benemeritos modernos, a vulgarisação das sciencias por meio de leitura grata e por exposição ao alcance de todas as intelligencias. Assim a «Recreação Philosophica» e as «Cartas Physico Mathematicas» são por assim dizer os precursores dos trabalhos de vulgarisação de Verne, Flammarion e outros benemeritos da instrucção popular. E' numerosa a bibliographia do douto padre, que do seu labor só colheu amarguras e sarcasmos, uns movidos pelo odio de Pombal, outros pelo espirito da epoca.

Muitos mais Almeidas deviamos citar... mas... não é possivel; lembraremos, todavia, D. Francisco de Almeida, a padeira Brites, de Aljubarrota, Braz de Almeida, pintor e esculptor, Joaquim Januario de Sousa Torres e Almeida, notavel escriptor e orador parlamentar, etc., etc.

J. Garcia de Lima.

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

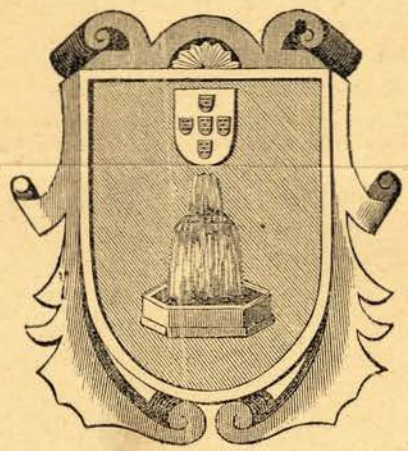
I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | OUTUBRO — 1889 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 12

A VILLA DE ALTER DO CHÃO

Fundação e antiguidades—Templos—Curiosidades —Brazão d'armas—Freguezias e sua historia.

Fundação e antiguidades

A sua fundação é commummente attribuida aos romanos no anno 204 A. C., mas tambem tem sido attribuida aos celtas e não está averiguado a qual d'estes povos a deve effectivamente; o que é fóra de duvida é que na epoca em que os romanos occupavam a peninsula era uma cidade grande e importante, denominada «Abelterium», «Eltori» ou «Elteri» e os nossos escriptores antigos lhe chamavam «Alter-Planus». Atravessava-a a via militar, mandada construir pelo imperador Antonino Pio. Tinha principio esta estrada em «Olissypo» (Lisboa) e communicava-se a «Aritium»-Pretorium» (Benavente), «Matusarum» (Ponte de Sôr), «Elteri» (Alter), «Ad-septem-aras» (Assumar), «Badua» (Nossa Senhora da Botova), etc., etc., indo terminar na cidade de Merida. Da via militar ainda existem em Portugal alguns pedaços de calçada. E' uma estrada de 5 metros de largo e com aterros e desaterros para o seu melhor nivelamento. Nos primitivos tempos da monarchia chamava-se a estas calçadas «recéfe» e mais tarde «alicerce».



Brazão d'armas da villa de Alter do Chão

No anno 120 A. C. ou 3884 da chronologia biblica, os habitantes de «Eltori» revoltaram-se contra os conquistadores, certamente desejosos de rehaverem a perdida autonomia e independencia, pelo que o imperador Adriano a mandou destruir, perdendo desde então a importancia que gosára, e não a tornou a adquirir porque as diversas raças que succederam aos romanos na posse das povoações peninsulares, nunca a consideraram importante posição para se fortificarem, despresando-a por esse motivo tambem os arabes, que davam a preferencia sempre ás povoações altaneiras.

O rei D. Affonso III que, apesar dos graves erros de que a historia não póde absolvel-o, foi um bom administrador do estado, ordenou a reedificação da villa e deu-lhe foral em 1249, usando desde então o nome de Alter do Chão: a primeira parte por corrupção ou aportuguezamento do antigo nome, e a segunda por ficar em terreno plano; e D. Diniz, ainda no intuito de attrahir ali habitantes e de lhe restituir o lustre de que a tradição e as noticias historicas resavam, concedeu-lhe novo foral em 1293, com todos os privilegios do de Santarem, sendo ainda reformado em 1521.

Em 1359, D. Pedro I residiu algum tempo na villa e aproveitou-o para melhorar as muralhas de que era guarnecida, mandando construir o castello, conforme uma inscripção que esteve ali collocada e dizia:—«Era de 1359, a 22 de setembro o mui nobre rei D. Pedro mandou fazer este castello de Alter do Chão.» — Dentro d'elle existe um poço com muita agua, e fornece um bom chafariz, que fica fóra do castello para o lado do sul, mas além d'este a villa é abundantemente abastecida por outros mais modernos e de melhor construcção.

Resa a tradição que na epoca de residir em Alter, n'umas casas do Terreiro, o rei D. Pedro, foi a villa theatro d'um dos actos da justiça severa d'este monarcha, que lhe grangeiram o cognome de «cru» alternadamente com o de «justiceiro», porque a justiça do inconsolavel viuvo da desventurada D. Ignez de Castro attingia frequentemente

as raias do barbarismo. Mas vamos ao caso:

N'um dos dias em que se procedia ás obras do castello, estando na villa duas mulheres em altercação, ouviu el-rei que uma d'ellas chamava á outra «roussada», que queria dizer «forçada» ou «violada».

Desejoso de saber o motivo da injuria, procedeu a averiguações e veiu a saber que a mulher assim alcunhada pela sua contendora havia sido violada por um individuo, que logo depois casou com ella e já tinha filhos, pois o facto passára-se havia 6 ou 7 annos.

Apesar da circumstancia attenuante de reparação do damno e das supplicas e lagrimas d'aquella mulher, D. Pedro não trepidou em reduzil-a á viuvez e seus filhos á orphandade, mandando enforcar um marido e um pae!

Templos

A villa comprehende uma só parochia, que se intitula Nossa Senhora da Assumpção; a matriz é um bom templo de tres naves, e existem dentro da povoação mais cinco ermidas. Tem Misericordia, fundada em 1524 pela rainha D. Leonor, esposa de D. Manuel; mais tarde foi-lhe annexado o hospital de S. Domingos, que já existia, e augmentado [illegible]

Em 24 de abril de 1595, fundou-se da egreja do Espirito Santo, que fôra n'outro tempo albergaria, um convento de carmelitas descalços (mariannos) com as rendas que possuia a confraria. Ajudou muito esta fundação a duqueza de Bragança, D. Catharina.

Sendo o sitio bastante doentio, os frades sahiram para Evora, mas o arcebispo obrigou-os a voltar para o convento, onde estiveram mais cinco annos, até que uma noite fugiram todos, não só por doença, mas tambem porque as suas irregularidades traziam descontente o povo da villa. Passou depois a beneficio simples, dado pelos duques de Bragança.

No reinado de D. João I foi doado o senhorio da villa, que então era da corôa, ao condestavel D. Nuno Alvares Pereira, passando depois á casa dos duques de Bragança, um dos quaes, D. Theodosio II, muito a apreciava e fundou junto d'ella, no sitio chamado «Cabeço do Alcaide», o convento de Santo Antonio dos religiosos capuchos, cuja primeira pedra foi lançada pessoalmente pelo duque, em 8 de outubro de 1617. Tem uma optima egreja.

Em diversas epocas teem sido encontradas, tanto dentro dos actuaes limites da villa, como fóra d'elles, diversas preciosidades archeologicas, taes como medalhas, mosaicos, cippos, esculpturas e até estatuas de idolos, o que tudo prova que a cidade romana «Eltori» foi das mais consideraveis da sua epoca.

No meiado do seculo XVII ainda ali existiam, no sitio denominado «Casa da Avelada», as ruinas d'um templo com pavimento de mosaico, que parece fôra dedicado a Cupido, porque tambem foi encontrada uma bella estatua d'esta divindade, o que prova terem os primitivos povos de Alter do Chão rendido culto ao paganismo.

Curiosidades

A 25 de abril, fazia-se,—não sabemos se ainda hoje se continúa esta costumeira excentrica como outras muitas, que se observam por diversas terras,—a festa de S. Marcos, assistindo a ella e junto ao altar-mór um bezerro. Era levado para ali por quatro irmãos da confraria do santo a toques de chibata e dizendo-se-lhe: «Entra, Marcos, em louvor do sr. S. Marco.»

No fim da festa offerecem ao santo mais alguns bezerros, que todos são recebidos na egreja.

Teve solar n'esta villa um ramo da familia Roboredo (vide Alcacer do Sal).

A grande caudelaria real, que aqui existe attrahiu-lhe sempre boa nomeada em toda a Europa, porque el-rei D. José deu algumas providencias para o apuramento das raças de Alter, no «Regimento» de 10 de outubro de 1753. Estas raças cavallares ainda hoje não obscurecem a antiga fama de que gosavam pela sua inimitavel perfeição.

Avistam-se de Alter do Chão as villas de Chancellaria, Seda, Galvêas, Aviz, Souzel, Evora-Monte, Extremoz, Fronteira, Alter-Pedroso, e a cidade de Portalegre.

Existem ainda na villa duas torres ameiadas: uma de cantaria, com 44 metros de altura, outra com 22. Além d'estas tem mais duas: uma de 15 metros de altura, tambem ameiada, e outra de 18, que fica sobre a ponte.

Todo o termo de Alter do Chão é feracissimo; avultam n'elle os vinhedos e olivaes, possue igualmente ricos montados, onde abunda o gado suino, assim como fartas pastagens, onde são creadas todas as qualidades de gado.

Na praça nobre da villa estão situados os paços do concelho e o pelourinho, sendo aquelles um bello edificio de moderna construcção; além d'esta, a praça chamada «Rocio do Espirito Santo», que por muito espaçosa e povoada de arvores, póde ser classificada a melhor e mais bella de Alter do Chão, que tem um aspecto alegre e remediado.

Brazão de armas

Representa um escudo com uma fonte de prata em campo verde, e assim o reproduzimos por ser este o desenho que se encontra na Torre do Tombo; todavia, em alguns documentos é este brazão substituido por um castello com dois escudos das armas reaes e uma fonte com duas flores de liz.

Parece-nos que a substituição do segundo pelo primeiro deve ter tido logar depois de 1662.

O emblema da fonte em campo verde é significativo da fertilidade dos seus campos.

Freguezias e sua historia

O concelho de Alter do Chão abrange actualmente as seguintes freguezias: Alter Pedroso, Cabeço de Vide, Chancellaria, Nossa Senhora da Assumpção (villa), Seda (Sarrazolla ou Serrazolla).

«Alter Pedroso».—Esta villa fica situada no cume de um penhasco, d'onde lhe vem o nome e segundo alguns auctores em sitio, que outr'ora era abrangido pela antiga «Elteri» dos romanos, pelo que se póde julgar quanto esta era importante e ampla, o que tambem parece confirmado pelo seu nome, porque—como o da cabeça de concelho—é uma corrupção de «Eltori».

Foi elevada á cathegoria de villa por D. Affonso II, dotando-a com foral, que tem a data de 1216, doando-a por essa occasião a D. Fernando Annes (vulgarmente Fernandanes), em recompensa dos serviços prestados por este cavalleiro nas guerras com os mouros.

Accrescenta tambem Pinho Leal no seu diccionario «Portugal antigo e moderno», que esta villa e a de Alter do Chão formavam, nos primitivos tempos da monarchia, uma só jurisdicção e que D. Affonso II, em 30 de junho de 1249, as separou, dando esta aos cavalleiros de Aviz.

D. Diniz, aproveitando a posição elevada em que se acha, mandou-a acastellar, reformando o antigo foral em 1293; mas D. João de Austria, filho de Filippe IV e general castelhano, quando em 1662 tentou rehaver o reino para a corôa de Hespanha, fez arrazar a melhor parte das fortificações, á qual, pelo esplendido panorama que d'ali se desfructava era dado o nome de castello da «Recreação»; ainda assim do que hoje resta em ruinas se avista Albuquerque (Hespanha) e em Portugal: Alegrete, Portalegre, Marvão, Crato, Toloza, Alter do Chão, Chancellaria, Seda, Galvêas, Mont'argil, Aviz, Vimieiro, Arrayolos, Casa Branca, Evora Monte, Souzel, Fronteira, Extremoz, Veiros, Monforte, Cabeço de Vide, etc., etc.

No centro da fortaleza ha uma capella de S. Bento, que serve de Misericordia.

O orago da freguezia é Nossa Senhora das Neves.

A D. João II pediu a camara de Fronteira que Alter Pedroso formasse o termo d'aquelle concelho, o que o rei lhe concedeu e D. Manuel confirmou; porém os habitantes de Alter Pedroso oppozeram-se obstinadamente a isso, allegando com varias inscripções antigas, sepulturas romanas e uma pedra, que está no altar da capllea de S. Pedro, ser a sua villa fundada antes da era christã, e portanto mais nobre do que a de Fronteira; pelo que continuou a ter jurisdicção independente.

«Cabeço de Vide». — Por ser bastante extensa a descripção d'esta villa e freguezia resolvemos publical-a no proximo numero, juntamente com a gravura do brazão d'armas, visto possuil-o.

«Chancellaria». — E' villa antiga e de certa importancia, parecendo ser do tempo dos romanos, que então lhe davam o nome de Villa Facaia ou Villa Formosa, pois aqui construiram uma ponte com seis arcos, toda de cantaria, sob a qual passa o rio Seda, e que servia a continuar a estrada militar de Lisboa a Merida.

No campo onde hoje está a capella de Santa Luzia, estava antigamente esta povoação, que depois se mudou para onde actualmente existe a villa de Chancellaria, que fica situada no meio de uma charneca, não restando ali senão a capella, que era a antiga egreja matriz.

D. Manuel deu-lhe foral no 1.º de julho de 1518.

E' propriedade da casa de Bragança, á qual são foreiras todas as terras d'este termo, e era ella quem apresentava o prior e este apresentava dois coadjuctores, um que

servia de cura da matriz da villa e tinha 2 moios de trigo, 4$000 réis e metade das offertas; o outro, que apresentava na sua annexa de Nossa Senhora da Graça, da Margem, e tinha noventa alqueires de trigo, 14$000 réis e as offertas por inteiro. O prior tinha os dizimos e d'elles pagava aos dois curas.

O orago é Santo Estevão.

Era antigamente da provedoria de Portalegre, ouvidoria de Villa Viçosa.

Teve capitão-mór, uma companhia de ordenanças, tres vereadores e um procurador do concelho.

«Sarrazolla» ou «Serrazolla» e «Seda».— São duas freguezias, hoje unidas. Orago da primeira S. Domingos e da segunda Nossa Senhora do Espinheiro.

Já no tempo dos romanos era Seda uma povoação importante, que foi destruida com as guerras da idade média, mas os luzitanos a reconstruiram.

Attribue-se a origem do seu nome ao seguinte: Quando em 1160 os portuguezes a tomaram aos mouros, faziam estes tão debil resistencia, que diziam os sitiantes: «a fortaleza se dá».

«Si non é vero é bene trovato.»

Teve foral, que lhe foi dado por fr. Simão Soeiro, mestre da ordem de Aviz, em 18 de maio de 1271.

D. João I a elevou á cathegoria de villa em 1427, dando-lhe então muitos privilegios e isenções, que o rei D. Manuel confirmou no novo foral que lhe concedeu em Santarem, a 1 de outubro de 1510.

Tem Misericordia.

Era cercada de altos muros, sem ameias, e o seu castello se chamava «Arminho». Ainda d'elle se vêem as ruinas em um alto, sobranceiro á ribeira de Seda.

Ha n'ella duas fontes: uma—a do «Freixial»—de agua tão fria, que lançando-lhe á noite peixes vivos, de manhã estão mortos e com os olhos rebentados, e outra que não coze carne, por mais que n'ella ferva.

Na antiga «via Adriana» e cruzando a caudalosa ribeira que banha a parte baixa da outr'ora florescente villa e hoje abatida freguezia de Seda, está construida uma ponte, geralmente conhecida pela nominação de «ponte de Villa Formosa», que é um monumento duplamente grandioso pela solidez e primor da sua construcção. Tem resistido ás maiores enchentes, sem que se lhe conheça o minimo detrimento. O vento e as aves depositaram sobre os seus relevos sementes de figueira brava, de azinheira e de aroeira, que ali germinaram, e lenta e impunemente teem vegetado e as suas raizes, insinuando-se pelas juntas das pedras, teem desconjunctado algumas.

E' obra dos romanos, e segundo consta, feita pelo mesmo mestre que construiu a famosa ponte d'Alcantara, em Hespanha.

Se é verdade, não tem esta ponte menos de 1770 annos de existencia, porque a de Alcantara foi mandada fazer pelo imperador Trajano, pelos annos 110 de Jesus Christo.

Tambem ainda existem vestigios da «via Adriana», que de Lisboa se dirigia a Merida, então capital da Luzitania.

Ignora-se o nome d'esta povoação no tempo dos romanos.

A mesa da consciencia e ordens apresentava o capellão curado de Sarrazolla, que tinha 120 alqueires de trigo, 90 de cevada e 15$000 réis em dinheiro.

A egreja de Seda era da mesma apresentação e o parocho (prior) tinha 240 alqueires de trigo, 120 de cevada e 20$000 réis em dinheiro.

E' notavel e digno de ver-se o templo de Nossa Senhora de Entre-Aguas, assim denominado por estar entre as ribeiras de Seda (ou d'Alter) e a de Sarrazolla, que se juntam em Benavilla e desaguam no Sôr, o qual com o Coruche, morre no Tejo.

Foi em tempos matriz de Sarrazolla, Seda, Benavilla e mais povoações visinhas, e deixou de o ser por causa das grandes cheias do inverno, que por muitas vezes cobriam as pontes d'ambas as ribeiras.

Na parede exterior da egreja está embebida uma lapide com a seguinte inscripção:

L. Bosa. L. Ves. I. Ean.
L. H. S. E. S. T. S. III.

que se suppõe ser campa d'algum individuo ali sepultado.

Parece que este templo já existia no anno 370 da era christã, o que é muito possivel, porque n'essa epoca era imperador Constantino Magno, filho de Santa Helena, que adoptou a religião christã no imperio romano em consequencia de sua mãe ter achado a cruz onde Christo fôra crucificado.

J. Garcia de Lima.

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | NOVEMBRO — 1889 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza — Rua do Terreirinho, 17, 1.º — Lisboa. | NUM.º 13

A VILLA DE ALCOBAÇA

Situação e origens — Tomada do castello por D. Affonso Henriques e outras eventualidades — Lenda popular — Descoberta de antiguidades que provam a existencia d'uma povoação romana — O convento, sua fundação, importancia e privilegios — Vandalismo — A batalha de Aljubarrota — Factos commemorativos d'esse acontecimento — Actual importancia da villa, divisão administrativa e judicial — Descripção de cada uma das freguezias de que se compõe o concelho.

Esta villa é a capital do concelho a quem dá o nome e está situada na provincia da Extremadura, 90 kilometros ao norte de Lisboa, 25 ao norte das Caldas da Rainha e 30 ao sul de Leiria.

A origem d'esta villa é antiquissima; alguns auctores attribuem a sua primitiva fundação aos romanos, mas parece averiguado que a povoação romana a que elles se referem estava situada á distancia de algumas leguas do local onde hoje vemos a villa de Alcobaça.

O que não offerece duvida é que o castello, cujas ruinas ainda hoje podemos observar no outeiro proximo da villa, foi edificado pelos godos; e os arabes, mais tarde de posse d'elle, o reconstruiram em 716 da nossa era, edificando no sitio onde vemos a mesma villa uma povoação que foi substituida por aquella.

O castello de Alcobaça pertencia n'essa remota epoca ao numero de fortalezas que formaram uma especie de guarda avançada da linha de defeza da cidade de Lisboa e que constava dos castellos de Alcobaça, Leiria, Pombal e Obidos.

A denominação de Alcobaça, pela qual esta povoação é conhecida, provêm, — segundo uns auctores, — dos dois rios Côa e Baça, que n'ella se ajuntam; e, segundo outros, que se não conformam com esta etymologia, deriva dos outeiros que a cercam e que n'este caso seria antigamente «Alcobaxa», que no idioma arabe equivale a: «os carneiros», allusão a esses mesmos pequenos montes que se vêem nas suas proximidades.

No entanto, devemos notar com o douto Santa Rosa de Viterbo, que em nenhum dos antigos documentos referentes a esta povoação se encontra citada com esse nome. Assim, na doação feita por D. Affonso I ao abbade de Claravalle é nomeada sob a designação de «Alcobacha»; e na segunda doação ou mais exacta confirmação e demarcação da primeira, feita no anno de 1183, com o de «Alcobatia»: — «Damus et in perpetuum habendam concedimus hœre ditatem, quœ Alcobatia dicitur, etc.»

El-rei D. Affonso Henriques tomou o castello aos mouros, no anno de 1147, que por sua vez depois o reconquistaram e arrazaram, até que sendo novamente repellidos o abandonaram de todo ao nosso dominio.

O castello de Alcobaça foi reconstruido por D. Sancho I e o direito de lhe nomear o alcaide foi conferido ao D. Abbade do mosteiro que D. Affonso I ali mandou edificar e o senhorio de todas as terras circumvisinhas. Derrubado por um terremoto, el-rei D. João I mandou-o levantar, em virtude da sua importancia estrategica, conforme com a arte da guerra n'aquelle tempo.

O castello de Alcobaça não teria actualmente nenhuma condição que o recommendasse como fortaleza de guerra. A sua preponderancia acabou com os mais rudimentares processos de combate, geralmente seguidos até nos paizes que possuem armamentos menos aperfeiçoados.

A credulidade popular, seduzida pela fabulosa tradição lendaria que anda ligada áquellas vetustas ruinas da heroica fortaleza d'outras eras, em cada pedra das suas muralhas vê um padrão das mais extraordinarias façanhas.

O sobrenatural transparece-lhe e surge-lhe dos escombros do velho castello, onde, segundo a crendice, habita só, n'um encantamento rodeado de enormes riquezas e esplendores, o ultimo dos seus alcaides.

Não poucos visionarios teem augmentado essa credulidade do populacho ignorante,

affirmando que em dias privilegiados a figura esbelta e magestosa do mouro, deixando a mansão de eterna indifferença a que a fatalidade o condemnou, se mostra como que espreitando as donzellas que á noite se approximam das ruinas do castello e que alçando uma voz melodiosamente fascinadora procura attrahil-as a um phantastico palacio onde demora, para ahi as converter ao seu eterno encanto.

As raparigas, aterrorisadas pelo receio da veracidade d'esta lenda maravilhosa, em vindo a noite não ousam approximar-se das venerandas ruinas do antigo castello, com medo de engrossar o sumptuoso e farto «harem» do ultimo alcaide mouro da fortaleza.

Grande numero de antiguidades romanas, taes como lapides e medalhas, descobertas n'aquelles sitios, attestam a permanencia ali dos povos romanos.

Alguns d'esses vestigios são devidos a uma grande tempestade que cahiu sobre Alcobaça, em a noite de 11 de dezembro de 1774. A innundação produzida por essa tempestade fez grandes estragos e deu motivo a enormes desgraças; muitos homens e gados foram victimados por ella, os muros, pontes e caminhos ficaram completamente arruinados.

D'este cataclismo resultou apparecerem junto á ponte da estrada que ia para Leiria e que n'essa occasião ficou completamente destruida, algumas cavernas muito fundas, nas quaes foram encontradas medalhas e dinheiro, juntamente com muitas pedras e barras de metal que pareciam queimadas no fogo de enxofre.

Ainda outros factos, posteriores a esse, evidentemente mostram que os romanos existiram n'aquelles sitios.

Conta frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo que no anno de 1780, quando lavravam um campo no sitio do «Valado», no termo de Alcobaça, foram descobertas duas inscripções romanas e um precioso tumulo de jaspe branco, cujas reliquias foram transportadas para o mosteiro.

As inscripções são as seguintes:

D. M.
DOTIAE
TAVGINI. F.
AVI ENA
SILVANI. F.
MATRI
P. C.

A segunda inscripção, que estava muito deteriorada e incompleta, era como segue:

MINERVA e
SACRUM.
IN MEMORi
A M. CARIsi
AE. G. F. QVin
TILLA E.::
:.: NIA :.:

A primeira d'estas inscripções, que parece ser do tempo de Augusto, era aberta em pedra quasi tão rija como o silex e como se vê representava um monumento erigido pela piedade filial de Aviena, filha de Silvano e neta de Tangino, a sua mãe Ducia, memoria ao mesmo tempo consagrada aos deuses protectores das almas dos defuntos.

A segunda, comquanto estivesse muito deteriorada, mostrava ser dedicada a Minerva, em memoria de Carisia, filha de Getulio. D'esta lapide se póde deprehender que Minerva era um dos deuses a quem os habitantes d'aquella povoação rendiam culto.

Do sepulchro faz Viterbo a seguinte descripção no seu «Elucidario», a pag. 51 e 52 da 2.ª edição:

«Tem nove palmos de comprido, de largo tres, e de alto dois e meio. Estava coberto com pedras mui delgadas e não muito unidas e por entre ellas se tinha introduzido alguma terra no fundo d'este jazigo, no qual se achou uma grande caveira ainda com todos os dentes, e sete ou oito mui pequenas, com outros ossinhos já cariosos, e meio desfeitos. Igualmente se acharam algumas agulhas de prata do cumprimento d'um dedo indice. As figuras que nos offerece todas são proeminentes, e ainda mais que de meio relevo, mas todas dentro da superficie que vae do labio á meia cana da base: nos lados tem dois Genios ou Morfeos com os olhos fechados e acção de quem está dormindo e como apagando uma tocha ou brandão: em tudo são semelhantes. A' face estão as nove Musas, e no meio d'ellas Apollo como fazendo compasso no seu côro; mas a cabeça infelizmente se esmigalhou por incuria dos conductores.

«A primeira Musa, (começando do lado esquerdo,) é Clio, chamada a illustre por se occupar só no que é objecto de fama e gloria; está cantando encostada a face sobre a mão. A segunda é Erato, ou Amavel, que em logar de outro qualquer instrumento musico usa d'uns pausinhos, em cada um

dos quaes apparecem como tres dentes. A terceira é Thalia, assim chamada pelo gosto, e deleitação que offerece, e tem uma mascara no lado esquerdo. A quarta, Calliope, a quem deu o nome a suavidade da voz: como inventora do verso heroico, tem debaixo do braço as obras de Homero. A quinta, Melpomene, que inventou a tragedia, se representa com a insignia d'um cutelo. A sexta figura é Apollo. A setima Musa é Terpsicore, que está affinando seu orgão. A oitava Polythymnia, a quem se attribue uma grande copia de hymnos, e cantigas: está empunhando um alaude. A nona é Urania, ou Celestial, que como inventora da Astronomia está com um ponteiro ensinando a esfera. A decima é Euterpe, ou Florida, a quem se attribue a comedia: como entregue a divertimentos e farças, se pinta com mascara na mão esquerda. A figura undecima, e a duodecima representam Morfeo, e Somno de ferro, sem fim.»

Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo para dar uma ideia completa do que seja essa digna maravilha, publica no seu «Elucidario» um desenho, copia do sepulchro original, por onde podemos avaliar da belleza e perfeição d'esse monumento que nos foi legado pela antiguidade.

Muitos sepulchros romanos teem apparecido no termo de Alcobaça, mas nenhum se approxima do esplendor d'aquelle que acabamos de descrever.

Está, pois, provada a existencia de uma povoação romana n'aquelles sitios.

O padre João Baptista de Castro, no seu «Mappa de Portugal», diz que a villa de Alcobaça foi fundada por D. Affonso I no anno de 1148 e que D. Manuel lhe reformou o foral em 1513.

Entre outras coisas notaveis possue Alcobaça o convento dos bernardos, cujos abbades eram os donatarios da villa e senhores de grandes privilegios.

Este convento foi eregido por D. Affonso I em cumprimento de voto pela tomada de Lisboa e Santarem e concluido por D. Sancho I.

A sua grandiosa capacidade permittia-lhe commodos para o alojamento de 999 frades. A área dos seus coutos comprehendia 13 villas e 3 portos de mar. As suas rendas enormes proporcionavam-lhe um fausto assombroso.

O magnifico edificio tinha sete dormitorios e cinco claustros, uma soberba cosinha e uma sala de bibliotheca de extraordinaria dimensão. Possue innumeraveis obras d'arte de grande valor e estima.

Os seus abbades tinham honras prelaticias, tanto ecclesiasticas como seculares, e chegaram a ter grande influencia na politica, não só pelo seu poderio territorial, mas pela grande quantidade de homens armados de que d'um momento para outro podiam dispôr.

Durante o ciclo aureo d'aquelle convento era visitado a miudo pelas pessoas reinantes, que ali se demoravam algum tempo. N'elle repousam os restos dos Affonsos II e III e das rainhas D. Urraca e D. Brites; e em dois tumulos, que são a um tempo duas maravilhas de esculptura, jazem tambem no mesmo convento os restos de Ignez de Castro e de D. Pedro I, «o justiceiro».

O convento de Alcobaça era a casa principal ou séde da ordem dos bernardos e tinha sob a sua obediencia 17 conventos e 11 mosteiros.

O decimo quinto dos seus abbades, Domingos Martins, foi canonisado santo.

Domingos Martins renunciou a abbadia depois de 7 annos de regencia do seu cargo e falleceu em 22 de janeiro de 1302.

Os frades bernardos entraram em Portugal no anno de 1122 e ainda hoje symbolisam o ocio e a glotunice.

Apesar da tradição que os apresenta sob tão feio aspecto moral, floresceram no seu seio homens do valor de frei Bernardo de Brito, que, comquanto não possa ser tido como historiador consciencioso e verdadeiro, é indubitavelmente um dos primeiros vultos da nossa litteratura; e além d'este, o continuador da «Monarchia Luzitana», frei Antonio Brandão, o insigne e notavel historiador, que teve o arrojo de romper com os abusos da rotina e escrever historia limpa de bajulações e de preconceitos.

O cartorio do convento de Alcobaça, onde muitos escriptores foram colher apontamentos para os seus trabalhos, foi, mas muito tarde, reconhecido como um arsenal de falsificações historicas e de assombrosas e grosseiras mentiras. Dos papeis ali encontrados provêm a lenda de Ourique e outras patranhas de igual força, derrotadas sem piedade pelo grande historiador Alexandre Herculano.

Antes da invasão franceza o interior do convento, graças aos enormes rendimentos de que este dispunha, era, como já dissemos,

um sacrario das mais custosas bellezas artisticas, mas as hostes do 1.º Napoleão, entrando ali, devastaram tudo, profanando até os proprios tumulos e espalhando pelo solo da egreja os ossos n'elles depositados. A obra destruidora dos estrangeiros foi completada pela ignorancia dos nacionaes; e a tal ponto subiu o vandalismo que até das paredes d'aquelle monumento teem arrancado material para a construcção d'outros edificios.

Proximo de Alcobaça, entre esta villa e a de Aljubarrota, teve logar a celebre batalha conhecida por este nome e na qual os castelhanos receberam o merecido castigo do seu egoismo.

Foi o caso que, por morte de el-rei D. Fernando, ficou o reino de Portugal sem legitimo successor; e D. João I de Castella, que tinha os seus pruridos dominadores, reuniu um famoso exercito e entrando com elle em Portugal, tomou sem grande opposição algumas das nossas praças.

A este tempo tomava conta das redeas do poder o mestre d'Aviz, D. João I, acclamado rei de Portugal pelas côrtes celebradas em Coimbra, a 6 de abril de 1385.

O novo rei, ajudado pelo heroico braço do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, procurou frustar o arrojado plano do rei de Castella, indo ousadamente ao seu encontro com uma força limitadissima.

Os dois exercitos encontraram-se entre Alcobaça e Aljubarrota, no dia 14 de agosto de 1385.

A lucta era desigual; o exercito de Castella compunha-se de 30:000 homens e 16 peças de campanha e o nosso apenas contava 6:500, e vendo-se pela primeira vez em face de instrumentos de guerra, d'elle completamente desconhecidos.

A peleja empenhou-se renhidissima de parte a parte; cada um dos combatentes buscava na morte dos adversarios a tregoa para o dia seguinte e a victoria para cada um dos reis inimigos.

Para os castelhanos apresentava-se tanto mais facil a derrota dos contrarios quanto era certo que o inferior numero d'estes dava suprema garantia ás suas previsões.

Effectivamente só a audacia, o desespero e a valentia d'um exercito tão pequeno em numero lhe daria coragem para entrar em combate tão desigual, com força armada relativamente poderosissima.

O heroico condestavel collocou-se á frente dos nossos soldados e com uma valentia indomavel abria caminho por entre os castelhanos, matando, derrubando e ferindo com medonho encarniçamento. Os nossos, seguindo o exemplo do denodado capitão, faziam horriveis estragos nos inimigos, denodo que dentro de tres horas de furiosa peleja terminou o honroso conflicto com a mais gloriosa victoria das armas portuguezas.

Este facto notavel da nossa historia militar e politica deixou para sempre celebrado o campo e o dia em que teve logar.

O terreno da peleja ficou juncado de cadaveres; dez mil castelhanos deixaram ali a vida, sacrificada ao egoismo e cubiça do seu rei e até este ali perdeu o sceptro, que mais tarde foi recolhido como valiosa reliquia no convento do Carmo, de Lisboa, mandado construir pelo condestavel D. Nuno Alvares Pereira, em memoria d'aquelle extraordinario feito das armas.

Dos portuguezes apenas houve a lamentar a perda de 150 homens, recolhendo aquelles dos nossos que sobreviveram a tão terrivel combate riquissimos despojos abandonados pelo exercito de Castella, tanto dos milhares de homens que ficaram mortos no campo como dos que deixaram os vivos, devido á precipitação da fuga.

O mestre d'Aviz, para memorar o extraordinario acontecimento, mandou levantar no sitio onde obteve tão assignalada victoria um sumptuoso convento para frades dominicos, sob a invocação de Nossa Senhora da Batalha.

Esta magestosa obra, que ainda está por concluir, é um dos principaes monumentos de Portugal e visitado como um dos mais dignos de serem vistos por todos os viajantes que percorrem o nosso paiz.

Taes são as gloriosas tradições que distinguem a formosa villa de Alcobaça, que é bonita e muito farta. Os seus campos produzem e são abundantes de muita variedade de fructos.

Pelo que diz respeito a industria e commercio o concelho de Alcobaça está soffrivelmente classificado. Da illustração dos seus habitantes póde avaliar-se pelo progresso que se nota na villa, manifestado em diversos estabelecimentos de previdencia, instrucção e recreio, dos quaes sobresahem: a misericordia, o theatro, o gremio dos artistas, gabinete de leitura e outras instituições que deleitam e instruem aquelles que se lhes entregam. (*Continua.*)

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | NOVEMBRO — 1889 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Raa do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 14

ALCOBAÇA

(Conclusão)

O concelho de Alcobaça compõe-se das povoações seguintes: Alcobaça (séde do concelho), Alfeizarão, Aljubarrota (S. Vicente), Aljubarrota (Prazeres), Alpedriz, Benedicta, Cella, Coz, Evora d'Alcobaça, Famalicão, Maiorga, Pataias, Pederneira, S. Martinho do Porto, Turquel, Vallado dos Frades, Vestiaria e Vimieiro.

A área do concelho está calculada em 45:224 hectares.

Alcobaça é comarca de 2.ª classe e pertence á Relação de Lisboa. Pela antiga divisão judicial a comarca compunha-se de cinco julgados: o de Alcobaça, com as freguezias de Alcobaça, Aljubarrota (Prazeres), Aljubarrota (S. Vicente), Cella e Vestiaria; o julgado de Coz, composto d'esta freguezia e de Alpedriz, Maiorga e Pataias; o de Pederneira, com esta e Vallado dos Frades; o de S. Martinho do Porto, com esta, Famalicão e Alfeizarão; e o de Turquel, com Turquel, Benedicta, Evora d'Alcobaça e Vimieiro.

A ultima reforma judicial alterou esta divisão.

Em 1876 o concelho de Alcobaça tinha 36 fabricas, 30 lagares d'azeite, 136 moinhos e 1:312 industriaes.

A instrucção primaria já n'essa epoca contava 15 escolas n'aquelle concelho.

A sua população, segundo o censo de 1864, era de 26:796 habitantes e em 1878 notou-se-lhe um augmento de 3:033 ou a totalidade de 29:829.

Entre os homens mais notaveis que floresceram n'esta villa devemos notar o insigne frei Bernardo d'Alcobaça, traductor da «Vita Christi», do frade cartuxo Ludolfo. Esta traducção é um dos primeiros livros impressos em Portugal e uma das impressões mais nitidas e perfeitas. Outros vultos não menos insignes tiveram seu berço na villa de Alcobaça e aos quaes teremos de referir-nos no decurso d'esta publicação.

Alcobaça foi elevada ao grau de baronia por decreto de 1 de dezembro de 1834 e de viscondado em 22 de dezembro de 1841, cujos titulos foram conferidos n'aquellas datas ao tenente general Henrique da Silva da Fonseca Cerveira Leite, um dos mais distinctos officiaes da campanha da liberdade.

Não cabe nos estreitos moldes d'esta publicação uma noticia historica d'esta famosa villa, tão completa quanto é para desejar; muitos acontecimentos de menor importancia cederam aqui o logar a outros de maior vulto, cuja minuciosa descripção produziria volumes; mas o facto de não entrarmos desde já n'essa descripção não quer dizer que saltamos por cima d'ella: será feita, embora resumida, quando tenhamos de referir-nos a outras povoações, cujos acontecimentos estão ligados a muitos d'aquelles que tiveram logar em Alcobaça e seu termo.

«Alfeizirão» ou «Alfeizarão». — Antigamente foi villa e julgado ordinario. D. Manuel reformou-lhe o foral em 1513.

Esta freguezia está situada perto do oceano e foi antigo porto de mar.

Entre algumas antiguidades que ali existem notam-se as ruinas d'um velho castello arabe, ao qual anda ligada uma lenda tradicional.

Proximo d'esta povoação existe a Lagôa Limpa, onde se criam muitas sanguesugas; e a serra de Alfeizarão, que mede 5 kilometros de comprido e 186 metros na sua maior altura.

Da villa de Alfeizarão, hoje freguezia do concelho de Alcobaça, era donatario o D. Abbade do convento.

Costuma realisar-se ali uma feira annual, que começa no dia de Santo Amaro e termina tres depois.

«Aljubarrota». — Muito notavel pela sua antiguidade e não menos celebrada pela sanguinolenta batalha que ali teve logar entre os nossos soldados e os de Castella, no dia 15 de agosto de 1385, á qual n'outro logar já tivemos occasião de fazer referencia e que ficou para sempre conhecida sob o titulo de «batalha de Aljubarrota».

Era natural d'esta pequena povoação a

celebre Brites de Almeida, conhecida na historia pelo pittoresco cognome de «padeira d'Aljubarrota». Esta heroina, cujo nascimento humilde e primitiva condição servil mais avolumam e engrandecem o rasgo varonil da sua heroica abnegação e patriotismo, não podendo tolerar a ousadia castelhana e o impeto bellicoso com que esta se apresentava a conquistar por desmedida ambição e arrogancia a nossa querida patria, armou-se com a insignia do seu officio, uma pá de forno, e investindo denodadamente com o inimigo conseguiu matar sete soldados castelhanos ao primeiro impulso da sua colera patriotica e afugentar o grande numero dos restantes, receiosos do valor e desespero de tão insigne heroina.

Este facto tão estranho constitue um dos mais gloriosos episodios registados na historia das nossas victorias contra os castelhanos, e tem sido celebrado por todos os historiadores.

Francisco Rodrigues Lobo, no «Poema do Santo Condestavel», refere-se á famosa Brites d'Almeida, concluindo por estes dois versos laudatorios:

«Celebre-se a mulher, louve-se a terra
«Onde com pás se faz tão cruel guerra.»

A celebre pá estava depositada na casa da camara quando Aljubarrota foi séde de concelho; depois passou para uma casa particular, onde os proprietarios a mostram, já comida pela ferrugem, mas ostentando um cabo muito moderno pintado de azul e branco e mettida n'um sacco de damasco.

Ainda existem proximo de Aljubarrota as ruinas da antiquissima egreja de Santa Marinha, em cujas proximidades existiu e apparecem os vestigios da cidade romana «Arruntia». Tambem a pouca distancia e na serra proxima se vê o famoso arco que delimitava por esse lado os coutos de Alcobaça.

A povoação divide-se em duas freguezias: S. Vicente e Nossa Senhora dos Prazeres. Antigamente foi villa, cabeça de concelho e julgado ordinario. El-rei D. Manuel reformou-lhe o foral no anno de 1514 e foi seu donatario o D. Abbade de Alcobaça.

Aljubarrota tem perdido muito da sua antiga importancia; não tem commercio, não tem industria e quasi que vive moralmente dos antigos esplendores do seu glorioso passado.

«Alpedriz».—Antiga villa, hoje freguezia do concelho de Alcobaça. Está situada em uma planicie muito fertil, 18 kilometros ao O. de Leiria, 6 ao N. de Aljubarrota e 120 ao NE. de Lisboa.

A sua fundação é attribuida aos arabes e parece remontar ao 9.° seculo. O seu nome deriva da palavra mourisca Abidriz.

Foi tomada aos mouros por D. Affonso Henriques no anno de 1147 e o mesmo rei lhe deu foral e a mandou povoar tres annos depois.

Era commenda da ordem de S. Bento de Aviz. Não tinha egreja da ordem, mas estava dentro do mestrado. A curadoria era exercida pelo corregedor de Leiria, ouvidor do mestrado de Aviz.

D. Manuel reformou-lhe o foral em 1514 e gosou do privilegio de «caseiros» da ordem sua donataria.

Tem misericordia e hospital.

«Benedicta».—E' a freguezia mais antiga dos «coutos» de Alcobaça. Dizem alguns escriptores que foi a primeira casa de oração dos frades bernardos, que mais tarde viveram em tanta riqueza e opulencia.

Os seus habitantes tinham o direito de nomear o cura, cuja nomeação era depois confirmada pelo D. Abbade de Alcobaça, seu donatario. Tambem tinham um capellão a quem os freguezes pagavam com trigo.

E' uma povoação muito fertil e tem muitas fructas, principalmente maçãs, que produz em grande quantidade.

A sua população tem augmentado muitissimo, pois que tendo em 1757 apenas 77 fogos, já em 1864 tinha 280.

«Cella».—Está situada n'um planalto de onde se avistam algumas povoações circumvisinhas. E' povoação muito antiga e não se póde determinar a epoca da sua fundação.

D. Manuel lhe deu foral e o titulo de villa no 1.° de outubro de 1514.

Até ao anno de 1834 teve dois juizes ordinarios, que tambem exerciam as funcções de juizes dos orphãos e sizas. O seu vigario era apresentado pelo D. Abbade de Alcobaça e tinha 200$000 rs. de gratificação annual.

O seu terreno é fertil e abundante na producção de fructa.

«Coz». — O terreno productivo em que está situada, n'um valle muito pittoresco, é cortado pela ribeira de Coz, que junto com o ribeiro Areia rega e fertilisa seus campos. Esta freguezia é uma das mais fecundas do concelho de Alcobaça.

E' povoação muito antiga. Tem misericordia e hospital e n'outro tempo foi julgado

ordinario, cujo juiz era nomeado pelo povo. Os escrivães do julgado eram de nomeação dos frades do convento de Alcobaça e ao D. Abbade assistia o direito de confirmar a nomeação da camara, do juiz e dos escrivães.

Teve um convento de freiras bernardas, fundado em 1300 por D. Fernando, abbade do mosteiro de Alcobaça, cumprindo assim uma clausula do testamento de D. Sancho I.

A villa e hoje freguezia de Coz teve carta de regalia dada aos seus moradores por D Frei Pedro Gonçalves, geral de Alcobaça.

N'esta freguezia existe uma capella da invocação de N. Senhora da Luz, cuja imagem, segundo a tradição, foi encontrada por uma pastora d'aquella localidade, chamada Catharina Annes, no sitio onde hoje está a capella. Tambem ali ha uma fonte, denominada Fonte Santa, a cuja agua attribuem grandes virtudes medicinaes.

«Evora de Alcobaça».—E' uma povoação muito antiga, situada em solo pouco accidentado, mas bastante fertil. Segundo alguns escriptores, no sitio occupado por Evora de Alcobaça existiu em tempo dos romanos a cidade «Eburobritium»; porém esta opinião não tem sido confirmada por nenhuma descoberta que a determine e accentue como verdadeira.

D. Sancho I mandou-a povoar e lhe deu foral no anno de 1210 e D. Manuel concedeu-lhe novo foral no de 1514.

O abbade de Alcobaça, seu donatario, lhe apresentava o vigario e nomeava todas as justiças e empregados.

A sua misericordia foi fundada no 16.º seculo.

«Famalicão. — Esta freguezia até 1855 pertenceu ao extincto concelho de Pederneira. Antigamente foi «couto» e tem foral concedido por D. Manuel, em Lisboa, a 10 de janeiro de 1514.

O D. Abbade de Alcobaça, seu donatario, apresentava-lhe o cura, que ficava vencendo 2 pipas de vinho, 30 alqueires de cevada, além d'outros emolumentos.

«Maiorga». — E' uma das mais antigas povoações do concelho de Alcobaça e das treze villas do seu «couto».

D. Manuel concedeu-lhe foral em 1513 e o D. Abbade de Alcobaça foi seu donatario.

E' muito fertil em vinho, azeite e castanhas e outros fructos.

Pertenceram ao mosteiro de Alcobaça grande numero de lagares de vinho e azeite que ainda existem na freguezia, os quaes antes do moderno systema, já quasi geralmente adoptado, eram dos melhores do paiz.

Na base d'um monte que corre de norte a sul existem quatro nascentes de agua thermal, pouco distantes umas das outras. A agua d'estas nascentes, cujo calor marca 22 1|2 graus «Reaumur», é perfeitamente cristalina e tem sabor amargo e alguma cousa salgado. D'estas aguas diz Pinho Leal no seu diccionario:

«O seu exame, feito pelos reagentes, mostra que não contêm particulas de enxofre, mas muito sulphato de magnesia, muriatos de soda, calcareo e magnesia, nenhum acido livre, nem substancia metalica. São pois salinas neutras, e uteis tanto externa como internamente. Applicadas do segundo modo promovem a transpiração, são diureticas e purgativas; restabelecem o vigor do estomago e dos intestinos e corroboram os nervos. Destroem a espessura da limpha, resolvem as obstrucções das glandulas, os enfartes das entranhas e articulações; são uteis nas affecções hypocondriacas e estericas, e em todas as enfermidades chronicas, procedentes de torpôr e inercia das entranhas e nas paralysias. São tambem uteis nos rheumatismos, gotas e febres intermitentes, e em varias outras molestias.»

«Applicadas externamente, em banhos, são de summa utilidade nas paralysias, tumores frios, retracções e fraqueza de membros; lentura ou preguiça da circulação cutanea; molestias rebeldes da pelle e do tecido cellular; nas chagas inveteradas e outros padecimentos.»

Estas thermas podiam dar uma grande importancia á povoação de Maiorga se estivessem devidamente aproveitadas e em condições proprias para chamar a concorrencia dos doentes a quem ellas podiam servir de proveito.

«Pataias».—A povoação de Pataias, antes de 1542, era um logarejo annexo á antiga villa de Paredes. Esta villa foi arrazada pelas areias do mar e os seus habitantes a pouco e pouco foram obrigados a deixar a povoação ao abandono. Já poucos habitantes ali existiam quando a séde da parochia foi transferida para o logar de Pataias. Esta transferencia realisou-se em 1542 e desde essa data o então pequeno logar, augmentando de população, tornou-se uma povoação importante.

Proximo de Pataias, ainda no seu termo,

existe uma pequena ermida da invocação de Nossa Senhora do Desterro, mandada edificar por D. Gastão Coutinho. Perto da povoação encontra-se uma lagôa, denominada «lagôa de Pataias», onde se criam magnificos ruivacos. Consta que no anno de 1600 uns pescadores que ali lançaram as suas redes de pesca as trouxeram completamente cheias de ruivacos e salamandras, mas estas em numero superior áquellas, e que em virtude d'esse facto nunca mais ali foram pescar.

«Pederneira». — Não ha noticia da sua fundação, mas suppõe-se que seja muito remota a sua origem.

Durante approximadamente tres seculos foi cabeça de concelho, cuja suppressão foi determinada por decreto de 24 de outubro de 1855.

Na Serra da Pescaria, ao sul d'esta povoação, está uma ermida de S. Julião, que alguns escriptores affirmam ser fundada no tempo do 2.º Viriato. Este templo tem algumas inscripções indecifradas, que uns attribuem aos phenicios, outros aos godos.

Pederneira tem dois chafarizes: um de cantaria, mandado construir por el-rei D. Sebastião em 1577 e outro que é obra do tempo de D. Manuel.

A freguezia de Pederneira consta dos logares da Nazareth, Praia e Fanhaes.

Na sua praia houve um estaleiro, onde se construiram alguns navios.

A maior parte dos habitantes da destruida villa de Paredes foram habitar esta povoação e para ella conduziram todas as suas antigas regalias.

D. Manuel concedeu-lhes foral no anno de 1513.

«S. Martinho do Porto».—A pequena villa d'este nome, hoje reduzida a povoação annexa do concelho de Alcobaça, foi em tempos mais remotos um magnifico porto de mar, onde davam entrada navios de alta lotação; este porto, porém, com o caminhar do tempo tem-se obstruido por modo que apenas permitte a entrada de pequenas embarcações.

Segundo referem antigos chronistas, foram ali construidos muitos navios, entre os quaes alguns dos que acompanharam el-rei D. Sebastião á sua desgraçada jornada em Africa, as naus «Senhora da Nazareth» e «Oliveirinha» e duas fragatas de grande lotação. As naus foram construidas nos fins do 17.º seculo e as fragatas no principio do 18.º

Tem um castello muito antigo, que se destinou á defeza da barra e hoje está em ruinas.

A extincta villa de S. Martinho do Porto teve foral dado pelo D. Abbade de Alcobaça no anno de 1295 e por D. Manuel em outubro de 1518.

«Turquel». — No intuito de encontrarem a origem d'este nome, perdem-se em conjecturas varios escriptores. Nos antigos documentos, que dizem respeito a esta povoação, vemol-a citada sob o nome de Turquel e de Turuquello. Os frades bernardos deram-lhe carta de povoação no anno de 1314.

Antigamente tinha camara, juiz ordinario e outros empregados.

O seu pelourinho é uma obra d'arte preciosissima e como tal foi conduzida ao Museu archeologico do Carmo, em 1869.

A sua egreja parochial foi erecta e sagrada pelo cardeal D. Henrique.

No termo de Turquel existe grande numero de grutas e cavernas, sendo a mais notavel a denominada «Casa da Moura».

«Vallado dos Frades».—Pertenceu ao extincto concelho de Pederneira. Nenhum dos antigos historiadores e geographos faz referencia a esta povoação, apenas Pinho Leal se lhe refere em poucas linhas.

«Vestearia». — E' uma povoação muito fertil. Pertencia, como outras d'este concelho, ao convento de Alcobaça e o D. Abbade lhe nomeava o vigario, collado, que tinha de rendimento annual 60 alqueires de trigo, uma pipa de vinho e 6$000 rs. em dinheiro.

«Vimieiro» ou «Vimeiro». — No dia 21 de agosto de 1808 teve logar proximo d'esta freguezia um encarniçado combate entre os exercitos anglo-luzo e francez; o primeiro commandado por Wellesley e o segundo pelo celebre Junot. As tropas portuguezas que tomaram parte n'esta memoravel acção constavam de quatro corpos de cavallaria, tres de infanteria, um de caçadores e um de artilheria. A' batalha de Vimeiro seguiu-se a convenção de Cintra.

Antonio Guedes.

Erratas. — Na primeira inscripção latina que transcrevemos em o numero antecedente, a pag. 50, sahiu por erro de revisão: «Dotiæ» em logar de «Dutiæ»; e na 2.ª columna, traducção da mesma inscripção, deve lêr-se «Taugino» em vez de «Tangino».

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | NOVEMBRO — 1889 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza — Rua do Terreirinho, 17, 1.º — Lisboa. | NUM.º 15

ALDEGALLEGA DO RIBATEJO

Versões da origem

Não é opulenta em factos e acontecimentos de vulto a historia d'esta villa; entretanto é curiosa e digna de fazer-se, porque demonstra, desde remota epoca, que os povos laboriosos, mesmo inconscientemente, promovem o desenvolvimento das localidades onde se acham estabelecidos.

Tem sido difficil averiguar qual a origem do nome que usa; são uns conformes em referir que lhe provêm de uma mulher, ahi estabelecida certamente em muito remoto tempo, porquanto na epoca de D. João I ahi casou e estabeleceu o seu solar D. Pedro Varella, que fôra fronteiro-mór do Alemtejo, o que prova a existencia, já desenvolvida, da povoação. Esta mulher, diz a versão, chamava-se Alda, era oriunda da Galliza, pelo que lhe chamavam Alda Gallega e fundou n'este logar uma estalagem muito concorrida, por ser ponto de transito do Alemtejo para a capital; com o tempo se estabeleceram nas visinhanças da estalagem diversas familias e á povoação se deu o nome da habitante mais conhecida, derivando-se por corrupção de Alda gallega — o nome de Aldeia Gallega, a que se accrescentou—do Ribatejo, para a distinguir d'outra povoação do mesmo nome, situada no termo de Alemquer. Comquanto esta versão esteja geralmente acceite e recebida, ha todavia bastantes fundamentos para a contestar.

Raciocinios nossos

Em primeiro logar a palavra «aldeia» é de uso antiquissimo, para designar entre nós as povoações pequenas e não precisava derivar-se do nome Alda ou qualquer outro. Era ainda mais lato o sentido d'esse vocabulo, como se póde verificar no «Elucidario das palavras que antigamente se usavam», do erudito frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo. Nos primeiros tempos da monarchia significava não só a povoação pequena, mas até uma casa só, um casal, uma herdade; e buscando a origem etymologica da palavra vemos que é uma das muitas que tomámos da lingua arabe e n'essa significa povoação ou logar pequeno. Portanto, seria mais natural, a acceitar a referida theoria, chamar-se Aldeia de Alda, do que derivar-se do nome «Alda» a palavra aldeia, porquanto esta ultima era já de uso commum e consagrado.

Levanta-se a objecção: mas o segundo nome—«gallega»—parece confirmar plenamente a versão. Parece, mas ha fundamento para dizer que, ainda n'este caso, nem tudo é o que parece. Os antigos portuguezes davam á palavra «gallega», principalmente applicada a uma localidade, sentido muito diverso d'aquelle que hoje tem.

O vocabulo «gallega», em taes casos, significava terreno aspero, improductivo, charneca, campo bravio, etc. Vendo-se hoje os campos do concelho, tão ferteis e cobertos de culturas opulentas, a designação toma as proporções de uma heresia; não é tanto como á primeira vista se affigura. A superficie da terra transforma-se com o trabalho do homem, e tanto assim é que o plano de tornar productivos os desertos areaes da Africa tem sido muitas vezes debatido e estudado e não passa de um simples problema, dependente de capital e braços. O nosso Alemtejo tem produzido provas abundantes de não haver terrenos que se não possam transformar. José Maria Eugenio de Almeida, Francisco Simões Margiochi, José Maria dos Santos e outros corajosos emprezarios de agriculturas, em ponto grande, teem produzido recentemente brilhantes demonstrações d'esta verdade; muito do que hoje é fertil era inculto ou gallego ha cerca de seis ou sete seculos.

A nossa opinião desterrando as extravagancias a que os antigos archeologos foram tão propensos que despresavam as tradições comesinhas só pelo gosto de as architectar extravagantes, é que o nome de Aldeia Gallega funda-se unicamente na circumstancia do terreno ser reputado aspero

e indomito, pelos primeiros habitadores, embora houvesse uma estalagem em epocas remotas, de uma Alda, gallega, de cuja existencia se póde todavia duvidar em absoluto, porque nenhum documento a comprova.

Devemos ainda accrescentar, como reforço á nossa opinião, que não é singular, relativamente á origem do nome, pois a Aldeia Gallega da Merceana, sendo hoje uma região fertil, tambem foi em epocas affastadas considerada improductiva, provindo-lhe d'ahi o nome. Actualmente, porém, esta região não justifica de modo algum o nominativo e por isso convem modifical-o.

Foral

O foral da villa foi-lhe dado por D. Manuel em 15 de setembro de 1514, quando já era importante e notavel, como se deprehende facilmente das isenções concedidas, que não eram das mais vulgares.

Foral das villas de Alcochete e Aldêgallega, dado por Palmella, como se contém no respectivo livro dos foraes de D. Manuel, archivado na Torre do Tombo.

Dom Manoel por Graça de Deus, rei de Portugal, etc.

Declaramos primeiramente que nos ditos logares tenham vez de pagar, agora nem em nenhum tempo, nenhum direito nem tributo real das novidades e fructos, que n'ella colherem por leis do fôro de Palmella, em que não foi imposto semelhante direito.

Quando ás «sesmarias» (1) se houverem de dar ahi, mandamos que se sigam n'ellas inteiramente nossas ordenações, e sendo justificadas primeiramente com as pessoas a que pertencerem. E dos montados dos gados de fóra «husaiam» os concelhos por suas posturas com seus visinhos e comarcãos.

Decraramos que as penas das coimas, que se fizerem no logar de Aldêagallega, não possam ser apropriadas ás fábricas nem despezas das egrejas de Alcochete, nem de outros logares, sem embargo de agora estarem em costume de se mudarem de um logar para outro, porquanto não houve fundamento nem razão para assim se fazer, e portanto mandamos que mais se não faça. Do «Cellayo» (2) se não levará na dita villa, se não quanto fôr julgado em nossa Relação que se não levasse.

Pagarão do pescado sua dizima e direito ordenado, com decraração que do que tomarem para comer não pagarão senão dizimo. E do que tomarem com redes, ainda que seja para vender, pagarão sómente a dizima velha e não a nova. E do que tomarem á fisga ou armação não pagarão direito.

E quando os pescadores tirem com seu pescado fresco em terra, haverão d'elle seu conducto por aquelle dia, que houverem ahi de repousar, sem d'elle pagarem dizima.

Decraramos que as bestas e gados, que de noite forem achados em damnos, por seus donos, das novidades, se possam essa noite sómente ter em suas casas ou curraes e pela manhã se mandarão ao curral do concelho ou ao guardador, para isso ordenado.

E a dizima das sentenças se não levará nunca na dita villa porque assim foi determinado geralmente na nossa Relação. E da paga da pensão dos tabelliães se não fará nenhuma na novação ou mudança.

Outro sim havemos por bem que na Aldêagallega não haja estalagens privelegiadas, assim da ordem como do concelho, porque assim por nós geralmente foi determinado em Relação e defendemos que mais a não haja no dito logar. E damos logar a quaesquer pessoas que em suas casas possam agasalhar quaesquer pessoas, assim de graça como por dinheiro, e assim de noite como de dia e lhe dar cama e de comer, sem embargo do costume, que ora ahi haja, o qual «havemos» por nenhum. E quanto ás bestas havemos por bem que por dinheiro se não possam agasalhar senão na estalagem, que ora é, e de graça, onde quizerem.

E poderão porém de outra parte levar a palha e cevada seus donos, sem nenhuma pena. E quando na dita estalagem não poderem bem caber as bestas decraramos que se possam por aquella vez agasalhar as bestas dos caminhantes, porque se o contrario soubermos as mandaremos de todo tirar e soltar de aposentamento, geralmente em tudo.

Porque na dita villa, por ser posto e passagem principal para esta cidade, se seguem muitas oppressões e despezas aos passageiros, pela desordenação das barcas da dita

(1) «Sesmarias». Assim chamavam ás datas das terras, casaes ou pardieiros, que estão em ruina e desaproveitados e que os seus direitos senhorios depois de aviados não fazem aproveitar. (Veja-se o «Elucidario» do padre frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, n'este vocabulo e as interessantes notas que o acompanham).

(2) Tributo que se pagava aos mosteiros.

villa, não se guardando ahi as posturas d'ellas no dito caso; portanto decraramos as ditas posturas se deverem de guardar como se n'ellas contêm. Que a barca, que chamam da carreira, no dia seu ordenado se ha de partir ás marés com muitos ou poucos, que a tal tempo achar, sem mais aguardar outra maré nem tempo, nem menos levará mais dinheiro nem preços, por pessoas nem cousas, que na dita barca levar que a que antigamente é ordenado na dita passagem, ora vá com muitas ora com poucas. Os quaes serão obrigados a tanger seu buzio ás horas e cumprir todos os outros costumes e obrigações da dita passagem.

Sendo assim partida a dita barca da carreira, ou carregada para partir, sem poder levar mais gente nem cousas; então as outras barcas, que estão por ordenança seguirem após ella, se poderão concertar com as partes que n'ellas quizerem embarcar. E não se concertando os juizes a farão partir a qualquer tempo e hora, que poder navegar, dando-lhe por toda a viagem d'aquella vez duzentos reaes sómente, sem mais outra nenhuma cousa, ora seja com muitos ou com poucos. Em «adendo» da dita postura mandamos que cada um dos barqueiros ou arraes das ditas barcas, sendo requeridos, para assim partirem uns e os outros como dito é, e não partirem logo ás marés, que paguem os ditos arraes ou barqueiros da carreira dez cruzados e os outros, após elles, cinco cruzados para o meirinho da nossa côrte ou alcaide da cidade ou seus homens. E damos mais por pena a qualquer juiz da dita villa que, sendo requerido que faça isso assim cumprir, e não o fizer logo fazer, pagar vinte cruzados para o nosso hospital de Todos os Santos, nos quaes mandamos que sejam logo executados pelo provedor e officiaes do dito hospital.

De «portagem» (3) se levará na dita villa e termo, segundo irá adiante decrarado n'este foral, com decraração primeiramente que se não pagará ahi pelos moradores visinhos de Aldêagallega, e por conseguinte os visinhos da dita villa a não pagarão em Aldêagallega, por serem ambos d'um termo e jurisdição e haverem de ficar n'essa visinhança, como d'antes quanto monta na portagem e nos montados de gados d'um logar para o outro, que não pagarão nenhum tributo ou fôro.

Assim decraramos que se não pagará portagem pelos visinhos do dito logar, de nenhumas cousas, que comprarem e venderem ainda que as levem ou tragam por agua; e assim as não pagarão as outras pessoas que lhe comprarem suas novidades, ainda que as levem por agua.

O gado do vento (aves) é tal como em Palmella (quer dizer que se segue o preceituado no foral de Palmella). (4).

E assim a pena de arma (caça) com esta decraração do capitulo segundo, que tem este logar mais.

Porquanto na dita villa se poserem juiz dos ditos direitos pelo alcaide e senhorio d'elles, o que se não póde fazer sem nossa auctoridade e mando especial, portanto decraramos que se da publicação d'este foral a seis mezes se não mostrar provisão para o poder ter, será suspenso d'elle. E os juizes da dita villa o julgarão, emquanto ahi não fôr determinado a quem pertence de pôr o dito juiz.

O mais de portagem em tudo é tal como Palmella, de cujo termo fôra dada em a nossa mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa, aos 17 de janeiro do anno de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos e quinze.

Atalaia (lenda)

Nos limites da freguezia está situado o templo de Nossa Senhora da Atalaia, muito popular em todo o districto, d'onde concorrem ali diversos cyrios, sendo a festa principal no ultimo domingo de agosto, em que se reunem milhares e milhares de pessoas.

Conta a tradição que antigamente havia n'este sitio uma fonte e no logar onde costumavam depôr os cantaros e sob os ramos de uma frondosa aroeira foi um dia encontrada a imagem de Nossa Senhora, que ali se conservou algum tempo, construindo-se uma especie de machineta, pelo que se deu á imagem o nome de Virgem da Cantareira

(3 «Portagens» eram os direitos dos generos que entravam, sahiam ou se colhiam nos municipios. O foral de Palmella, aqui citado para vigorar em Aldegallega e Alcochete, tambem se refere n'essa parte ao de Elvas.

(4) O foral de Palmella é conforme o de Elvas e diz este:

O gado de vento é direito real e arrecadar se ha por uma ordenação, com declaração que a pessoa a cuja mão fôr ter o dito gado o venha escrever a dez dias primeiros seguintes, sob pena de ser demandado de furto.

e tambem da Aroeira. Como fosse crescido o numero de offerendas pensou-se em edificar um templo adequado á imagem tão milagrosa e escolheu-se sitio; mas começando os trabalhos, todos os dias os operarios iam encontrar os utensilios e materiaes no logar onde a imagem tinha apparecido, o que foi tomado por signal de que a Senhora desejava que ali se construisse o seu templo, e assim se fez, erigindo-o no logar onde hoje se acha. O templo foi fundado em 1623 e reedificado no seculo passado. Em cumprimento de um voto feito em 1507, por occasião da peste que assolou todo o reino, iam ali em romaria no domingo da Trindade os empregados da alfandega de Lisboa.

Notas historicas

Com respeito a tradições historicas deve ser citada, por ser do nosso tempo, a circumstancia de ter desembarcado aqui, em 1 de junho de 1834, D. Carlos de Bourbon e sua familia, quando a sorte das armas o obrigou a abandonar a Hespanha, passando para bordo da nau «Donegal», que devia conduzil-os á Gran-Bretanha.

Como já dissemos, fundou aqui seu solar a familia dos Varellas, oriunda da Galliza, segundo o «Livro das linhagens» do infante D. Pedro, familia que veiu estabelecer-se em Portugal nos principios do seculo XIV, sendo seu tronco D. Fernão Paes Varella, um neto do qual, tendo prestado relevantes serviços a D. João I, na guerra com Castella, desposou n'esta villa D. Brites Annes. Esta familia desenvolveu-se largamente.

O brazão d'armas dos Varellas é: em campo de prata, cinco bastões de coticas verdes, em banda. O timbre é: meio leão de prata com um bastão do escudo nas mãos. Estas armas foram dadas, em 1612, a Miguel Varella Mascarenhas, por Filippe III.

Outros membros d'esta familia usam: escudo esquartelado, no 1.º e 4.º, de verde, cinco flores de liz, de oiro, em aspa, e no 2.º e 3.º, d'azul, um leão de oiro. O timbre é igual ao antecedente.

A villa teve um convento de frades franciscanos da provincia do Algarve e a camara, por ser a instituição pobre, pagava ao medico, ao cirurgião e ao boticario e dava 400 réis semanaes para ajuda do sustento da vacca dos doentes. Além d'outras esmolas que os frades recebiam da camara e do povo, tinham tambem as dos sermões da quaresma e do advento.

Dizem que no seculo passado se fazia em Aldegallega uma procissão do Senhor dos Passos, em que figurava de Christo um sujeito qualquer, que caracterisavam com uma cabelleira e barbas e levava a competente cruz ás costas, a qual, por ser muito pesada, elle encostava ás paredes quando a procissão parava, afim de descançar. D'uma vez, porém, os que ladeavam o andor e desempenhavam o papel de judeus, não consentiram que o «Christo» descançasse, porque assim perderia aquella «scena» todo o effeito de natural; mas o padecente zangou-se e disse: «Cá não me tornam vossês a pilhar; o diabo que lhes venha servir de Senhor dos Passos.»

Acha-se Aldegallega situada n'uma especie de golpho na margem esquerda do Tejo. Tem um caes de cantaria, espaçoso e bem construido. E' abundante em peixe, marisco e sal, produzindo o termo cereaes, fructa, vinho e madeira de pinho. O seu principal commercio é em gado suino.

Freguezias e sua historia

O concelho de Aldegallega do Ribatejo está dividido em tres freguezias, que são:— Divino Espirito Santo (na villa), Sarilhos Grandes e Canha.

«Sarilhos Grandes».—Orago S. Jorge. E' uma freguezia que só se torna notavel pela extrema pobreza dos seus habitantes, que se dedicam a trabalhos campestres, e pela miseria de suas casas, que são, na maior parte, construidas de saibro e cobertas com telha vã ou palha de centeio.

«Canha».—Orago Nossa Senhora da Oliveira. E' villa e fica situada sobre a margem esquerda do rio Canha, n'um alto deleitoso, onde antigamente existiam muitas cannas, provindo-lhe d'ellas o nome.

Teve foral dado por D. Affonso I no anno de 1172 e reformado por D. Manuel, em Lisboa, a 10 de fevereiro de 1516.

A egreja matriz foi do mestrado e commenda da ordem militar de S. Thiago da Espada e por carta do cardeal-rei D. Henrique andava annexa «in-perpetuum» ao convento de Santos-o-Novo, de Lisboa.

E' terra muito fertil em toda a qualidade de fructos, lenha, peixe, caça e gado. Possue extensos montados, onde é criada em abundancia a raça suina, que exporta.

J. Garcia de Lima.

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | NOVEMBRO — 1889 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza — Rua do Terreirinho, 17, 1.º — Lisboa. | NUM.º 16

ALJEZUR

Esta villa é de origem arabe e suppõe-se que fosse fundada no principio do 10.º seculo.

Antigamente chamava-se «Algazur», corrupção da palavra arabe «algezur», que significa arcada, arcaria ou arcos.

Foi tomada por D. Paio Peres Correia aos seus fundadores, em 24 de junho de 1242 ou de 1246. Existem suas duvidas entre os diversos historiadores sobre o anno em que esta povoação passou ao poderio dos portuguezes, mas todos são concordes em assignar o mesmo dia á realisação d'este acontecimento.

Aljezur está situada no lado oriental de uma montanha que segue parallela com a serra de Monchique, 24 kilometros a O. N. O. d'esta, 35 ao N. E. do Cabo de S. Vicente, 3 da costa do mar e 190 ao S. de Lisboa.

A sua população em 1864 era 700 fogos e 2:800 habitantes; e em 1878, incluindo a das freguezias annexas, elevava-se a 1:003 fogos e 4:274 habitantes.

D. Diniz concedeu-lhe foral em 12 de novembro de 1280 e dispensou-lhe muitos privilegios, determinando que os cavalleiros de Aljezur não iriam na rectaguarda do exercito. D. Manuel renovou-lhe o foral, em Lisboa, no anno de 1504, mandando que se désse á villa o titulo de «honrada».

Os arabes, seus fundadores, dotaram-n'a com um famoso castello, cujas ruinas ainda demonstram a importancia estrategica que ligavam áquelle sitio e a consideração que lhes merecia a povoação. O velho castello é de configuração octogona e está situado na parte mais elevada da montanha que domina a villa. Esta bella reliquia da epoca do povo que nos antecedeu no dominio dos Algarves, apresenta duas torres, uma ao norte, outra ao sul; quarteis deteriorados e uma magnifica cisterna perfeitamente conservada, attestando as excellencias dos antigos systemas de construcção.

D. Affonso III, para memorar e galardoar o mestre de S. Thiago, que a tomou aos mouros, fez d'ella doação a esta ordem militar; e D. Diniz deu-a com outras terras em troca da posse da villa de Almada, que quiz conceder á mesma ordem.

Foram alcaides-móres do castello os condes de Villa Verde e mais tarde passou essa honra para os marquezes de Angeja.

Segundo se deprehende de alguns documentos antigos, a villa de Aljezur já foi porto de mar. A propria tradição rememora este facto e como reforço a ella vemol-a citada no «tombo» do concelho, feito em 1864, onde se diz pertença do seu termo «um lizeirão de terra, sito no coubro do rio, ou esteiro onde antigamente era o desembarcadouro».

Claro está que não podia haver desembarcadouro sem porto que lhe désse similhante qualidade.

O «Portugal sacro e profano», segundo o censo da sua epoca, contava-lhe 293 habitantes; porém, desde então até hoje a sua população tem augmentado consideravelmente.

O terremoto de 1755 produziu ali extraordinarios prejuizos; quasi todas as casas da povoação ficaram arruinadas e muitas d'ellas, principalmente as mais altas, desmoronaram-se. Da egreja, devido á sua construcção mais segura, apenas ficou de pé a capella-mór. O castello tambem ficou quasi arrazado e o rio que lhe passa proximo seccou completamente, sumindo-se a agua por aberturas effectuadas no seu leito, em virtude do abalo, indo surgir n'outras partes que innundou completamente.

O solo abriu largas fendas, que expelliram grande quantidade d'areia muito fina e que até então nunca ali tinha sido vista.

Nas immediações de Aljezur existem enormes pantanos que fazem da villa uma povoação muito insalubre e doentia.

Um dos mais virtuosos prelados do Algarve, D. Francisco Gomes de Avellar, contristado pelos terriveis effeitos produzidos por essa insalubridade, que dizimava os habitantes, quiz mudar a villa mais para E.

estabelecendo-a n'um sitio muito saudavel. De pleno accordo com os moradores, os quaes lhe prometteram realisar a mudança, mandou construir algumas casas, no local escolhido, e juntamente um templo que devia servir de egreja parochial. Este plano não foi totalmente levado a effeito, porque o prematuro fallecimento do virtuoso prelado poz termo a sua meritoria obra.

A villa ficou, pois, no primitivo local e a egreja e mais dependencias, mandadas construir por D. Francisco Gomes de Avellar, á sua custa, no local escolhido para a nova povoação, foram votadas ao abandono. Da louvavel tentativa do venerando bispo apenas restam as ruinas.

Muitas cousas notaveis se teem encontrado ali, que provam a existencia de antigos povos n'aquelles contornos.

Á distancia de 3 kilometros, no sitio chamado «Arregata» e n'um local fronteiro e proximo da villa, denominado «Ferrarias», teem apparecido algumas sepulturas construidas de laminas de ardosia e que parecem obra dos celtas. E' para estranhar que n'essa especie de caixões se não encontrassem ossos, nem os mais leves residuos d'elles. Julga-se por este facto que o povo constructor d'esta especie de sepulturas usava a cremação dos cadaveres.

As pedras ou lousas que serviam para a construcção de taes urnas funerarias eram arrancadas nas proximidades de Aljezur, onde ainda hoje se encontram algumas pedreiras de ardosia.

Á distancia de 6 kilometros da villa, na herdade denominada «Córte-Cabreira», ha um d'esses jazigos de ardosias, que parece ter sido explorado em epoca muito remota.

Perto de Aljezur e n'uma elevação de terreno costeiro e superior ao mar deparam-se-nos as ruinas d'uma grande povoação, e por modo que ainda se podem distinguir algumas das suas ruas principaes. Junto a essas ruinas ha uma enorme nascente de agua sustentada por forte muralha de cantaria em perfeito estado de conservação. Esta muralha é contemporanea da extincta localidade a que nos referimos.

Outra grande povoação demorou tambem a 5 kilometros de Aljezur e que actualmente está reduzida a um simples casal, denominado «Vidigal». Em terreno proximo a esta propriedade vêem-se as ruinas de edificios e vestigios de antigas officinas metallurgicas, o que parece comprovar o facto da extracção de metaes n'aquelle sitio, porque ainda conserva o nome de «Mina de Cobre», o que de certo modo auctorisa a supposição que alguns geographos e historiadores teem expendido a este respeito.

Antigamente, na costa, no sitio denominado «Arrifana de Aljezur» costumavam os pescadores dos atuns estabelecer as suas armações para a pesca d'aquelle peixe; e é devido a este facto que na actualidade já não tem logar, que el-rei D. Manuel concedeu ao conde de Villa Nova de Portimão a dizima velha dos atuns que morressem na armação da «Arrifana de Aljezur». Essa concessão foi feita em 20 de maio de 1516 e confirmada por D. João III, em 7 de julho de 1522.

O clima é doentio, mas a sua producção agricola é muito importante, devido á fertilidade do terreno.

A villa e seu termo é banhada por cinco ribeiras, denominadas: Petiscos, Pomarinho, Morão, Cabeça do Calvo e Valle de Noras.

Na egreja matriz existem duas cabeças, que, segundo a tradição, pertenceram a dois lavradores d'aquelles sitios, que morreram em cheiro de santidade.

O povo fanatico attribue-lhes diversas virtudes, sendo as principaes a cura das doenças dos gados e das mordeduras dos cães hydrophobos.

O concelho de Aljezur foi supprimido em 1855, ficando esta povoação reunida ao concelho de Lagos; porém, mais tarde foi novamente restabelecido e compõe-se das freguezias de Aljezur (séde do concelho), Bordeira e Odeceixe.

«Bordeira».—Esta povoação chegou a um alto grau de prosperidade e foi muito populosa; porém, as pessimas condições hygienicas em que se encontrava por ter uma parte dos seus terrenos cobertos de agua estagnada, determinaram uma extraordinaria diminuição no numero dos seus habitantes. As febres palustres, originadas pelas exhalações pantanosas do terreno, dizimavam permanentemente a população.

Em 1757 tinha 59 fogos, em 1864 elevára-se a 240 e em 1878 já tinha descido a 224.

Bordeira está situada n'uma baixa cercada de cinco outeiros bastante elevados. Devido a esta posição excepcional, no inverno é frigidissima porque só ali dá o sol quando já vae muito elevado no horisonte, e desapparece muito cedo, encoberto com os outei-

ros do poente. E ao passo que assim acontece no inverno, no verão é d'uma insupportavel calidez, que tem em constante fermentação as aguas e terrenos marginaes d'uma ribeira que atravessa a villa, produzindo as febres a que já tivemos occasião de referir-nos.

A povoação tem só uma fonte, com agua de pessima qualidade, e que tambem muito concorre para a sua insalubridade.

Antes de pertencer ao concelho de Aljezur esteve annexa ao de Lagos, e anteriormente pertenceu ao concelho de Villa do Bispo.

«Wadeseixe», «Odeseixe» ou «Odeceixe». —Dizem alguns geographos que esta povoação deve o seu nome aos arabes ou ao rio, na margem do qual está situada. Este rio denomina-se «Seixe», e os mouros chamavam-lhe «Wad-seixe» ou «rio de seixe», nome que depois passou á povoação.

E' muito antiga e parece averiguado que já existia anteriormente á occupação do Algarve pelos arabes e que o seu rio foi navegavel.

Em 1755 o terremoto arrazou-a completamente. As suas cem casas ficaram destruidas e os seus habitantes sem abrigo. Rapidamente, porém, foi reedificada.

O rio Seixe, tambem pelo motivo do terremoto, sahiu do seu leito e alagou todas as varzeas por onde foi obrigado a seguir novo curso.

Esta povoação é uma das do paiz que possue termo com maior área, pois mede 12 kilometros de cumprimento e 6 de largo.

A sua egreja era da ordem de S. Thiago e a «mesa da consciencia» apresentava-lhe o prior, que vencia 120 alqueires de trigo e 60 de cevada.

Antonio Guedes.

ALJUSTREL

O concelho, a que nos vamos referir, é dos mais pobres em historia, e em vão respigámos livros para encontrar alguma cousa digna de menção.

Tudo é obscuro e sombrio; o seu passado perde-se na noite dos tempos, tudo quanto póde servir de indicação n'este sentido confirma a versão d'uma remota idade, mas não ha documento algum por onde se possa reconstruir esse passado.

O nome é muito notoriamente de origem arabe, conforme designa o radical «Al-justrel»; entretanto, o restante termo não tem significação alguma, — do que se póde presumir que ou esse termo era o nome antigo, a que os arabes addicionaram o referido radical, ou o nome mourisco era outro e a corrupção a reduziu ao que hoje possue.

Apesar, porém, d'esta pobreza de notas possue Aljustrel uma riqueza archeologica de consideravel valia, o castello, ou antes as reliquias do antigo castello, que tem de singularidade ser tosco e construido de terra batida; é o unico que existe no paiz n'estas condições e perante elle o espirito perde-se em fundas cogitações.

A tosca construcção, o material empregado, affirmam que nem é obra dos romanos nem tão pouco dos mouros, que faziam construcções regulares e artisticas.

Podemos ver ali os esforços d'um povo desconhecedor das artes de edificar, procurando nos elementos que o cercam meios de se protegerem a propria segurança. Este castello deve ter sido construido antes da vinda dos romanos á peninsula e naturalmente para se defender o povo d'aquella região das excursões dos visinhos. Na passagem do povo romano — ou porque os paisanos se lhe não opposessem ou porque os legionarios dos Cesares admirassem aquella bizarra construcção, o castello ficou tal qual existia, e as gerações que se lhes teem seguido vão admirando aquella grosseira e tosca construcção, que o tempo afinal pouco a pouco se entretem a demolir.

Está situada a villa de Aljustrel em ponto pittoresco, na encosta de um monte, bastante elevado, d'onde se avistam diversas povoações alemtejanas: Beja, Alvito, Messejana, Casevel, Castro Verde e ainda outras. Dentro do castello existe ainda uma ermida de Nossa Senhora.

D. Sancho II tomou-a aos mouros em 1235, fazendo doação d'ella em 31 de março do mesmo anno á ordem de S. Thiago, doação confirmada por seu irmão D. Affonso II em 1255. Não consta que houvesse foral anterior ao de D. Manuel, que lh'o concedeu em 29 de setembro de 1510.

A pouco menos distancia de dois mil metros da villa ha uma ermida da invocação de S. João do Deserto, assignalada pela existencia de duas fontes muito notaveis pelas propriedades de suas aguas, que na exposição internacional de Paris de 186 receberam a classificação de nascente for

e nascente fraca. A estas aguas, que bem mereciam exploração larga e desenvolvida, são geralmente attribuidas importantes virtudes therapeuticas. São tambem uma prova do grande poder dos laboratorios chimicos formados pela natureza nas entranhas da terra.

E' o terreno abundante em diversidade de mineraes, e talvez um pouco vulcanico e d'ahi provêm o sabor e propriedade das aguas, a que o povo tem posto o nome de «Agua Azeda» e tambem de «Fonte Santa». Em amargor excedem o hydralato de quina e o estomago não as tolera, por isso podem ser empregadas como vomitorio.

A fonte, chamada nascente forte, rebenta mesmo dentro da ermida, por detraz do altar-mór, onde fórma um lago que nunca sécca; arrecadada em vaso mal vedado ou exposta francamente ao ar toma côr vermelha muito carregada, resultado da oxidação do sulphato de protoxido de ferro, que em grande quantidade existe n'ella. E' maravilhoso o seu effeito no tratamento de molestias cutaneas.

A nascente fraca rebenta fóra da ermida e parece ser uma combinação da primeira com sete ou oito partes d'agua natural, quer dizer recebe na origem menor quantidade de saes; offerece as seguintes differenças, comparada com a anterior: a da nascente forte é fria, transparente esverdeada, e de gosto excessivamente acre e desagradavel; a da fraca é de perfeita limpidez, inodora, de um sabor levemente stiptico e não muda de côr pela exposição ao ar.

Das cercanias e mesmo de mais distantes pontos é grande a concorrencia de individuos que veem usar estas aguas, e diz o povo que são utilissimas no tratamento das molestias do gado. Bem aproveitadas e conhecidas haviam de ser causa de muita animação para Aljustrel.

O concelho é pequeno em área e escasso em população; as minas são a principal riqueza local, mas carecem de mais larga exploração, por isso que ha muitas registadas e d'ahi não passaram. Faz-se tambem ali commercio em azeite e gado; attribue-se geralmente á villa 500 fogos.

Comprehende o concelho quatro parochias, incluindo a da villa: Ervidel, orago S. Julião; Messejana, orago N. Sr.ª dos Remedios; e S. João de Negrilhos, orago S. João Baptista. A população é, em todo o concelho, 7:854 almas, divididas por 1:880 fogos.

A mais importante é a villa de Messejana, palavra arabe que significa «prisão» ou «carcere», e deriva-se do verbo «Sajana», «encarcerar»; é povoação antiga, que ou foi fundada pelos mouros ou se já existia no tempo dos romanos era tão insignificante que d'ella se não fez menção nos escriptos d'essa epoca, ou era conhecida por outro nome, que se perdeu.

Conquistada aos mouros em 1235, pela mesma epoca que o foi Aljustrel, só mereceu ter foral em 1 de julho de 1512, firmado por D. Manuel e consta do livro dos foraes novos do Alemtejo.

O valoroso D. Lourenço da Silva fundou ali um convento de frades franciscanos em 1567 ou 1570.

Tinha aqui solar a familia dos Torneios, provindo este appellido dos muitos premios alcançados por um dos ascendentes d'esta familia, em certo torneio.

A' companhia de mineração transtagana deve bastante Aljustrel, porque tem animado aquella localidade com a exploração das minas que ali possue e são as de Algares e S. João do Deserto. O terreno em geral é pouco fertil, como são todos aquelles onde abundam as minas; não se avista por ali uma arvore, são extensas planuras, que lançam na alma a melancolia; a villa é pobrissima, o seu principal edificio é a escola de instrucção primaria, o que abona a illustração dos cavalheiros que teem gerido os negocios municipaes. As habitações particulares são quasi todas construidas de caboucos ou terra amassada, a população é em geral composta de jornaleiros, é emfim das mais pobres terras do paiz, de pouco commercio, sem industria e que só póde vir a obter algum progredimento com o andar dos tempos se as emprezas mineiras se desenvolverem e se as aguas forem mais bem aproveitadas.

Não é o Alemtejo a mais pobre das nossas provincias, mas é certamente aquella onde muito menos se aproveita; ha terrenos de completa charneca, que tratados com preceito e arte poderiam render grosso cabedal; apenas recentemente alguns homens corajosos teem dado o exemplo de metter hombros á cultivação e desbravamento d'esses terrenos, com lisonjeiro aproveitamento. José Maria Eugenio, José Maria dos Santos, Francisco Simões Margiochi e outros são benemeritos que o Alemtejo não poderá jámais olvidar.

J. Garcia de Lima.

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

1.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | DEZEMBRO — 1889 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza — Rua do Terreirinho, 17, 1.º — Lisboa. | NUM.º 17

ALIJÓ

Esta villa acha-se situada na encosta da cordilheira granitica de Villarelho, d'onde se avistam varias povoações.

Segundo a opinião de alguns geographos o seu nome deriva-se do termo hebraico «Azob» e os arabes lhe chamavam «Azof», que no nosso idioma significa «hysopo, herva». Ainda os mouros lhe addicionaram o seu artigo «al» e então era cognominada «Alzof» ou «Alzob», que depois facilmente se corrompeu para «Alijó».

A este respeito diz Pinho Leal possuir um manuscripto, sem data e anonymo, que trata de muitas antiguidades, do qual consta ser esta povoação do tempo dos romanos ou pelo menos dos godos e que sendo conquistada pelos arabes foi senhor d'ella Ali-Job, que lhe deu o nome; opinião esta que o auctor do diccionario «Portugal Antigo e Moderno» acha mais plausivel do que a exposta por aquelles geographos.

E nada mais podemos averiguar sobre a fundação e origem da villa de Alijó.

Em 1225, D. Sancho II mandou-a povoar e concedeu-lhe foral em abril de 1226. D. Affonso III lhe deu outro foral, em Santarem, aos 15 de novembro de 1269, os quaes foram reformados, em Lisboa, por el-rei D. Manuel, a 10 de julho de 1514.

No logar de Prehendaes, termo da villa, nasceu frei João Peccador, que morreu em Lisboa, no convento do Curral, a 23 de fevereiro de 1690.

Alijó foi dos marquezes de Tavora, até 1759, e depois da corôa. Era reitoria do real padroado.

Passa por aqui, Favaios e outras povoações, a serra granitica que com varios nomes se estende desde S. Fins do Douro até ao rio Tua. Em um platô que está no alto d'ella nasce um grande manancial de agua, que vem regar a villa. Do pincaro chamado da Senhora da Cunha, perto do logar do Amieiro, gosa-se uma magnifica e extensa vista.

Alijó tem um elegante edificio da camara, com cadeia solida, um bonito passeio publico, boas casas e bom cemiterio.

A sua população no anno de 1877 era de 18:866 habitantes.

O concelho de Alijó pertence ao districto administrativo de Villa Real, arcebispado de Braga, e compõe-se das seguintes freguezias:

«Casal de Loivos».—Orago S. Bartholomeu. Fica situada em um alto, proximo do rio Pinhão. 95 kilometros ao N. E. de Braga, e 355 ao N. de Lisboa. Era antigamente da comarca de Villa Real e pertenceu ao extincto concelho de Favaios. Foi villa e couto. (Veja-se o proximo numero).

D. Affonso III deu-lhe foral, pelos annos de 1260.

O abbade de Goivães apresentava-lhe o vigario, que recebia 40$000 réis.

Em 1757 tinha 76 fogos e em 1882 166 e 945 almas.

Corre proximo ao sul d'esta freguezia o rio Douro.

«Cotas» ou «Cóttas».—Orago Nossa Senhora da Natividade. Está situada em um valle. 6 kilometros ao S. E. de Favaios e 360 ao N. de Lisboa. Era antigamente da comarca e termo de Villa Real.

O reitor de S. Domingos de Favaios apresentava-lhe o vigario, «ad nutum», que recebia 30$000 réis.

Em 1757 tinha 65 fogos e em 1882 209 e 964 almas.

E' terra fertil e produz bom vinho.

«Carlão».—Orago Santa Agueda. 108 kilometros ao N. E. de Braga e 370 ao N. de Lisboa. Era antigamente do termo de Alijó e da comarca de Villa Real.

O seu vigario era collado e tinha 16$000 réis e 20 alqueires de trigo, de renda.

Em 1757 possuia esta freguezia 150 fogos e em 1882 373 e 1:616 almas.

O rio Tinhella entra no Tua, proximo a esta povoação.

Possue aguas thermaes, que rebentam no fundo de uma fragosa eminencia. São cristallinas, tendo na nascente a temperatura de 92° a 94°, F., com o cheiro e sabor

proprios das aguas mineralisadas pelo gaz hydrogenio-sulphurado, deixando no paladar uma sensação como de tinta d'escrever (caparrosa).

A este respeito escrevia em 1876 um auctor:

«Não ha no sitio nenhum estabelecimento de banhos; estes tomam-se em uns poços immundos ou em tinas. Teem elles diversos nomes: chamam-lhes Caldas de Favaios, de Porraes, de Murça, e, finalmente, de Tinhella.

Não nos consta que estas thermas fossem examinadas pelos engenheiros que em 1866 e principios de 1867, andaram pelo reino a inspeccionar as nascentes de aguas mineraes, nem foram apresentadas na exposição universal de Paris, em 1867.

E' muito provavel que estas aguas tenham tantas virtudes therapeuticas como quaesquer das outras tão preconisadas, mas o abandono em que ellas estão é a causa de serem quasi desconhecidas.

E pena é que n'esta localidade não tenha havido iniciativa para a construcção de um estabelecimento balnear, com o que muito lucraria a camara de Alijó, os enfermos que necessitassem d'estas aguas e o os povos circumvisinhos, que teriam prompta e vantajosa venda aos seus generos alimenticios.»

Esta freguezia produz muito centeio, castanha e figos.

«Castedo».—Orago S. João Baptista. 110 kilometros ao N. E. de Braga e 360 ao N. de Lisboa. Era antigamente do termo de Alijó e da comarca de Villa Real.

Em 1757 tinha 104 fogos e em 1882 173 e 762 almas.

Foram seus donatarios, até 1759, os marquezes de Tavora, passando depois para a corôa.

O prior de Alijó apresentava-lhe o vigario, collado, que tinha 40$000 réis.

E' abundante em optimo vinho, azeite e cereaes.

A distancia de 15:000 metros, ao sul d'esta freguezia, passa o rio Douro

«Amieiro».—Orago Santa Luzia. Esta freguezia está situada entre altos penhascos, na margem direita do rio Tua e junto á cordilheira granitica de Villarelho, que com diversos nomes se estende desde S. Fins do Douro até ao Tua. 360 kilometros de Lisboa e 100 ao N. E. de Braga. Foi curato de Alijó.

Em 1757 tinha 90 fogos e em 1882 103 e 407 almas.

«Favaios».—Orago S. Domingos. Fica situada esta villa e freguezia na falda da serra de Villarelho. 20 kilometros ao N. E. de Villa Real, 4 a E. de Pinhão, 4 ao O. do rio Tua, 7 ao N. do Douro, 98 ao N. E. de Braga e 360 ao N. de Lisboa. E' uma povoação antiquissima e já existia no tempo dos romanos com o nome de «Flavia» ou «Flavias», o que parece comprovar-se pelo apparecimento de cippos e inscripções, contemporaneas d'aquelle povo. Todavia, João de Barros diz ser ella fundada pelos flavios, no seculo I ou II da nossa era.

Deram-lhe foraes: D. Affonso II, a 29 de outubro de 1211, datado de Balsemão; D. Affonso III, em Lisboa, a 10 de julho de 1270; e D. Diniz, em Lisboa, a 20 de julho de 1284. D. Manuel reformou-os a 15 de julho de 1514.

Em 1757 tinha 240 fogos e em 1882 518 e 2:190 almas.

Foi concelho com 1:110 fogos, supprimido em 1855.

A mitra apresentava-lhe o reitor, que tinha 200$000 réis de rendimento.

Os marquezes de Tavora foram seus donatarios e passou para a corôa em 1759.

A sua egreja matriz é um templo vasto e asseiado, tambem muito antigo, e cuja torre é bastante alta, a maior de toda a provincia.

Nasceu n'esta villa frei Francisco dos Prazeres Maranhão, auctor do «Diccionario Geographico Abreviado de Portugal», publicado em 1852, que era o unico moderno que existiu até 1863, e pelo qual todos se regulavam, apesar de alguns erros e omissões que continha.

Favaios possue uma nascente de aguas mineraes (ferreas) e um bello chafariz com excellente agua, muito antigo.

Perto d'esta villa, entra na margem direita do rio Douro o ribeiro «Roncão», que nasce nas serras situadas ao sul de Murça de Panoyas.

E' fertil em azeite, castanha e muita qualidade de fructa, cereaes e optimo vinho de embarque.

«Pegarinhos».—Orago Santa Maria (Nossa Senhora da Assumpção). 105 kilometros ao N. E. de Braga, 370 ao N. de Lisboa.

Outr'ora pertenceu ao concelho de Murça.

A collegiada de Nossa Senhora da Oliveira, de Guimarães, apresentava-lhe o cura, que tinha 60$000 réis e o pé d'altar.

Em 1757 possuia 138 fogos e em 1882 237 e 956 almas.

E' terra fertil.

«Pópulo».—Orago S. Sebastião. 105 kilometros ao N. E. de Braga e 370 ao N. de Lisboa. Pertenceu tambem ao concelho de Murça.

O cura, que tinha de rendimento 40$000 réis e o pé d'altar, era-lhe apresentado pelo cabido de Nossa Senhora da Oliveira, de Guimarães.

Em 1757 possuia 62 fogos e em 1882 114 e 404 almas.

Existe n'esta localidade uma egreja sob a invocação de Nossa Senhora do Pópulo, que deu o nome á parochia. Foi primitivamente uma ermida, cuja data da fundação se ignora. Em redor d'ella se foram construindo casas e assim se deu principio a esta freguezia.

Suppõe-se que a imagem da padroeira foi feita na Italia pela de Nossa Senhora do Pópulo, que se venera junto á «Porta Flaminia», em Roma, no convento dos eremitas de Santo Agostinho, da congregação da Lombardia.

E' imagem de muita devoção dos povos d'estas terras, que lhe fazem varias romarias. A sua confraria tinha no seculo XVIII mais de 300 irmãos.

Junto á egreja vêem-se as ruinas de um castello, antigamente chamado «da toucarôta», e que foi forte em outras eras.

A sua fundação attribue-se aos antigos lusitanos, mais de 200 annos antes da era christã.

Vêem-se tambem ali os restos desmantelados de dois outros castellos mais pequenos, um chamado «Valle de Mel», e outro de «Castorigo».

«Riba-Longa».— Orago Sant'Anna. 96 kilometros ao N. E. de Braga e 370 ao N. de Lisboa. Pertenceu á comarca de Villa Real e ao extincto concelho de Villar de Maçada.

O reitor de S. Miguel de Tres Minas apresentava-lhe o cura, que recebia 40$000 réis e o pé d'altar.

Em 1757 tinha 49 fogos e em 1882 112 e 388 almas.

E' terra fertil. Bom vinho, gado e caça.

«S. Mamede de Riba-Tua»—Orago S. Mamede. 100 kilometros ao N. E. de Braga e 365 ao N. de Lisboa. E' villa extincta.

A mitra apresentava-lhe o abbade, que recebia 100$000 réis.

Em 1757 tinha 243 fogos e em 1882 414 e 1:670 almas.

Produz em abundancia bom vinho e as melhores laranjas de Portugal, que rendem annualmente 1:200$000 a 1:600$000 réis.

«S. Fins do Douro».—Orago Santa Maria ou Nossa Senhora da Assumpção. 1:500 metros ao N. O. de Favaios, a cujo concelho pertenceu até 1855, em que foi extincto; 20 kilometros a N. E. de Villa Real, 4 a E. de Pinhão, 6 ao O. do Tua, 8 ao N. do Douro e 136 ao N. de Lisboa.

A mitra apresentava-lhe o abbade, que tinha 600$000 réis de rendimento annual.

Em 1757 possuia 132 fogos e em 1882 518 e 2:289 almas.

Tem esta freguezia uma boa casa de residencia parochial e optimos passaes.

E' terra fertil.

«Santa Eugenia».—Orago Santa Eugenia. 95 kilometros ao N. E. de Braga e 370 ao N. de Lisboa.

O cabido da collegiada de Nossa Senhora da Oliveira, de Guimarães, apresentava-lhe o cura, que tinha 70$000 réis.

Em 1757 possuia 100 fogos e em 1882 156 e 716 almas.

Produz muitos e optimos figos, que exporta seccos.

«Val de Mendiz».—Orago S. Domingos. Esta freguezia está situada ao fundo de um monte e quasi por baixo de Villarinho de Cóttas (a um kilometro de distancia) e em frente da villa de Provezende. 95 kilometros ao E. N. E. de Braga e 355 ao N. de Lisboa. Pertenceu ao extincto concelho de Favaios.

E' provavel que o nome d'esta povoação venha de «Mem Diz» (abreviatura de «Mendo Diniz», como antigamente se escrevia), talvez senhor ou primeiro povoador d'esta aldeia.

Foi desmembrada, no principio do seculo XVIII, da freguezia de Villarinho de S. Romão, constituindo freguezia independente, mas curato da sua parochia, a qual fica na margem opposta do rio Pinhão.

O reitor de S. Romão de Villarinho (hoje Villarinho de S. Romão) apresentava-lhe o cura, que tinha 30$000 réis de congrua e o pé d'altar.

Em 1768 possuia esta freguezia 17 fogos e em 1882 107 e 472 almas.

Não é fertil em cereaes, porém o seu vinho é de superior qualidade e do melhor do Alto Douro. Tambem produz algum azeite, considerado como superlativo.

Junto á aldeia de Val de Mendiz estão a casa e grande «quinta do Noval», hoje do sr. visconde de Villar Allen. Esta quinta está quasi toda plantada de vinha e antes do terrivel phylloxera produzia mais de 130 pipas de magnifico vinho de embarque.

O seu proprietario tem empregado os maiores cuidados e feito todas as possiveis experiencias para atalhar o mal que ameaça a total destruição das suas vinhas, e bastante, felizmente, tem já conseguido, o que tem servido de estimulo a outros viticultores.

E' o sr. visconde um dos mais infatigaveis propagadores de tudo quanto possa salvar o Alto Douro da ruina causada pelo destruidor phylloxera.

No alto d'esta quinta ha vestigios de um pequeno e antiquissimo castello, construido de alvenaria; e teem ali apparecido muitos tijolos grossos e telhas, tambem grossas e chatas.

Foi talvez alguma atalaia dos antigos lusitanos.

A estrada que de Murça desce á estação da via ferrea do Douro, no Pinhão, atravessa esta quinta e passa «rent» a Val de Mendiz; e a extincta «Companhia Viação Portuense» estabeleceu n'esta estrada uma diligencia diaria, passando por Val de Mendiz, Favaios, Alijó e varias outras aldeias até Murça.

Sendo o vinho a principal producção de Val de Mendiz e tendo o phylloxera arruinado quasi totalmente esta cultura, o povo d'esta freguezia, em 1876, estava reduzido a grande miseria, conservando apenas a recordação da sua antiga prosperidade. Já nem podia sustentar um parocho e apenas um padre de Favaios ia ali dizer missa nos domingos e dias santificados.

O mesmo aconteceu aos parochianos de Villarinho de Cóttas, que tambem não tinham parocho e iam a Val de Mendiz ou a Casal de Loivos, que lhes ficava a igual distancia, ouvir missa.

Hoje que a aldeia do Pinhão, na margem direita do Douro, está sendo uma povoação importantissima pela sua estação do caminho de ferro, era uma boa providencia formar uma nova freguezia com Pinhão, Casal de Loivos, Val de Mendiz e Villarinho de Cóttas, sendo esta ultima povoação a séde da freguezia, por ser o ponto mais central.

O cemiterio podia servir o de Val de Mendiz, construido ha poucos annos e bem situado, em um alto e sobranceiro á povoação.

Tem aqui um casal o sr. visconde da Ribeira de Alijó, irmão do sr. visconde de Arriaga.

ALMODOVAR

Na provincia do Alemtejo existe este pequeno concelho que é, como outras muitas povoações, pobre de haveres e ainda mais de recordações historicas, pois que por assim dizer as suas memorias se fazem em dois traços de penna.

Foi fundada pelos mouros no tempo da dominação, os quaes lhe deram nome concordante com a figura que a povoação descrevia, que por ser circular mais ou menos regularmente e cercada de muralhas, foi chamada «Al-mudanar», do verbo «danara» (arredondar ou cercada em redondo), e d'ahi por aportuguezamento do termo se estabeleceu aquelle porque hoje é conhecida.

Hoje Almodovar é de pequena importancia, porém no tempo dos arabes e dos primeiros reis portuguezes, comquanto não fosse qualificada villa mas apenas povoação, tanto que lhe chamavam «Povoa de Almodovar», era muito considerada por ser uma praça forte, com bom castello e cercada de muralhas, solidas como os mouros sabiam construir.

Ha quem opine tambem porque é de mais remota data a fundação da villa, suppondo que já existisse no tempo dos romanos, o que até certo ponto parece confirmar-se, porque em 1799, na herdade chamada «Horta das Mouras», appareceram muitas medalhas romanas e arabes, que foram offerecidas e se podem ver na collecção numismatica da Academia Real das Sciencias. Parece-nos, porém, que esta descoberta isolada nada prova com respeito a esta duvida, pois se houvesse existido, como se pretende, uma povoação de alguma importancia n'esta localidade certamente se teriam encontrado mais alguns documentos archeologicos, o que tanto mais facil seria, porque a Companhia de Mineração Portugueza tem diversas minas por estes sitios e nas precisas escavações nunca se lhe deparou vestigio algum de trabalhos romanos.

(*Conclue no proximo numero*).

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | DEZEMBRO — 1889 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza — Rua do Terreirinho, 17, 1.º — Lisboa. | NUM.º 18

ALMODOVAR

(*Conclusão*)

Esta versão vem de tempos em que christãos nada queriam dever a infieis, nem sequer a fundação de suas povoações; eis a rasão porque em certa epoca se inventavam diversas fabulas d'este genero.

Não resam as chronicas de qual o guerreiro christão que arrancou das muralhas de Almodovar o estandarte do crescente, o que nos leva a crêr ter sido esta praça das poucas que os mouros abandonaram voluntariamente ao conquistador, quando ficavam isoladas no centro d'outras já christãs, sendo insufficientes para se sustentarem largo tempo.

O primeiro foral lhe foi dado por D. Diniz, em Lisboa, aos 17 de abril de 1285, concedendo n'elle extensos e pouco usuaes privilegios e isenções. Era um d'esses e certamente pouco vulgar o dos moradores de Almodovar «não pagarem portagem em parte alguma, nem os gados da villa e seu termo», que tambem eram isentos do pagamento de montados.

Estes privilegios foram confirmados no foral que D. Manuel firmou em Lisboa no 1.º de junho de 1512.

Taes concessões representam, como já tivemos occasião de referir, os esforços empregados pelos monarchas por incrementarem o agrupamento de familias em villas decadentes ou de recente fundação; para Almodovar estes esforços pouco lograram adiantar.

As fortificações foram-se damnificando com o andar dos tempos e hoje acham-se em completa ruina ou apenas d'ellas restam vestigios.

Dos mouros ficou uma industria a que se teem sempre dedicado os habitantes de Almodovar: é a da cera. A apicultura tem n'aquelle concelho um certo desenvolvimento, que poderia ser maior e mais productivo se na nossa terra não se entendesse quasi geralmente que os conselhos da sciencia com respeito a cousas agricolas são mero charlatanismo. Pois não são; e os apicultores de Almodovar veriam augmentar e melhorar o producto das colmeias, augmentar a população dos alados trabalhadores se seguissem as observações dos estudiosos, que por ahi andam espalhadas em revistas agricolas e por compendios exclusivamente destinados ao trato e creação das abelhas.

São ferteis os campos de Almodovar; cria-se n'elles muito gado suino e abunda a caça; cortam-nos duas ribeiras, que os fertilisam, nascidas nos limites da freguezia da villa, denominadas «Oeiras» e «Ribeira da villa».

Almodovar foi commenda do mestrado da ordem de S. Thiago e mais tarde teve por donatarios os marquezes de Valença.

O orago da freguezia é Santo Ildefonso e a egreja matriz é talvez, apesar de bastante damnificada, o melhor edificio da villa, foi propriedade do padroado real, mas D. Diniz a doôu á ordem militar de S. Thiago; D. João V, o monarcha que mandou construir maior numero de egrejas em Portugal, ordenou a demolição da capella-mór em 1747 e a sua construcção de novo por ser muito pequena em proporção ao resto da egreja. Gosa fama de ser um dos melhores templos do Alemtejo. Possuia duas torres, mas a do relogio foi destruida por um raio no seculo passado, construindo então outra como hoje se vê no centro da villa.

Tanto nos limites da freguezia principal, como em outras de que se compõe o concelho, existem diversas minas, a maxima parte das quaes é explorada pela companhia de mineração; o manganez constitue quasi o exclusivo do minerio que d'ellas se extrae em grande quantidade.

Compõe-se o concelho das seguintes freguezias: Almodovar (villa), Gomes Ayres, Rosario, Santa Clara a Nova, Santa Cruz, S. Bernabé e Nossa Senhora da Graça de Padrões. A população, segundo o ultimo censo, é de 10:432 almas e 2:354 fogos.

Foi por estes sitios que se travaram as rijas pelejas, em resultado das quaes se procedeu á acclamação de D. Affonso I, rei independente de Portugal, em 1139, porquanto

em Ourique, concelho limitrophe, é que teve logar esse importante successo em que os barões portuguezes proferiram o celebre «liberi sumus ex noster rex liber est...» de que resam as chronicas.

Consummado esse acto e desbaratado o exercito dos cinco «walis» ou caudilhos mouros, D. Affonso partilhou aquella região, como de costume era, entre os seus barões que mais se haviam distinguido, o que não era a simples beneficio d'elles, mas lhes andava annexa a obrigação de fundarem povoações. E entre esses «hijos d'algo» se contava o valoroso Gomes Ayres, de quem se narram grandes feitos de armas e outros não menos assignalados.

E' este o motivo porque a freguezia de S. Sebastião se tornou conhecida pelo apellido d'aquelle lidador, que começou a povoal-a pelos annos de 1170. E' povoação pequena, de pouco mais de mil almas, mas muito fertil em cereaes. Pertencia n'outro tempo ao concelho de Ourique.

Igual origem teve a villa de Padrões, tambem de pequeno numero de fogos, e foi pertença da ordem de S. Thiago, como commenda. Fertil tambem em cereaes, cria muito gado de todas as especies; é povoação de algum movimento commercial no genero de industrias ruraes. Possuiu foral que, sem data, lhe deu o mestrado da ordem de S. Thiago. A sua antiguidade é grande e incontestavel, mas não ha d'ella memoria digna de menção. O Alemtejo, é certo, tem testemunhado grandes luctas, taes como a guerra dos vinte e sete annos, que teve quasi por constante theatro aquella provincia; depois as luctas da liberdade, que deixaram ainda por alguns annos tão perturbado o Algarve e o Alemtejo com a presença do terrivel cabecilha conhecido pelo epitheto ou cognome do «Remechido».

Não occorreu nenhum facto de mais saliente attenção nos logares de que nos temos occupado.

Assim tambem da freguezia do Rosario só podemos dizer que é terra fertil; da de Santa Clara que exporta gado suino em abundancia, e correm n'ellas as ribeiras de Mira e Mor; das de Santa Suzana e S. Barnabé que formaram outr'ora duas parochias distinctas, hoje annexadas, e são constituidas por diversas herdades e habitações dispersas por montes asperos e ingremes n'uma área muito excedente a 9 kilometros, pois só esta distancia medeia entre uma e outra egreja, ambas situadas em sitio ermo; o clima d'estas duas povoações é agreste por ser dos mais elevados pontos da provincia; pertenceram tambem á ordem de S. Thiago. Nascem por aqui diversos rios e entre outros de somenos importancia, o «Odelouca», na cumiada dos «Cançados», nome caracteristico, e o «Odemira».

A freguezia de Santa Cruz era outr'ora chamada da Encarnação e pertenceu á comarca de Ourique. Tem de notavel uma fonte, situada junto á capella d'aquelle nome, que foi outr'ora parochia, a cujas aguas era attribuida a virtude de curar a lepra; o que é certo é que as suas aguas são efficazmente empregadas no tratamento das enfermidades cutaneas.

Ha misericordia e um pequeno hospital, tudo muito pobre, servindo apenas para algum curativo ou operação que seja necessario fazer repentinamente.

A pouco mais chegam estes recursos em outras villas mais importantes.

J. Garcia de Lima.

COUTOS

Assim se chamava antigamente ao districto de uma jurisdicção particular, de que o principe fazia mercê a certo senhorio. Estas jurisdicções foram abolidas pela lei de 1790. Tambem antigamente se chamava «couto» a um logar, herdade ou porção de terreno, demarcado por auctoridade do monarcha, e juntamente se chamavam «coutos» os marcos e padrões ou «pedrões» que lhes serviam de balizas. No tomo I das «Mem. de Litt. rat. Port.» da Real Academia das Sciencias, a fl. 98, e no tomo II, a fl. 171, se trata larga e eruditamente da differença que havia entre as «behetrias», «honras» e «coutos». Disseram-se «coutos de Caveo» para que se acautelassem todos de entrarem violentamente n'elles, damnificando-os ou destruindo-os por qualquer modo, assim como as cousas ou pessoas que dentro d'elles se achavam. D'aqui a phrase tão vulgar: «E quem o contrario fizer, me pagará os meus encoutos»; isto é, a pena imposta ao que violava alguma coutada, defeza e passagem prohibida.

Eram igualmente «coutados» os rios, em que se não podia pescar, ou em certa paragem d'elles, sob varias penas, e sem as de-

vidas licenças. Estes «coutos» foram em outro tempo mui frequentes, e talvez na mesma cidade ou villa se achavam dois, tres ou mais «coutos». Porém, sendo isto mui prejudicial á boa administração da justiça, e só proprio a favorecer e deixar impunes os malfeitores, ladrões e assassinos, desde logo começaram em grande parte a ser devassados. El-rei D. Sancho I fez «couto» á Sé de Lamego de quasi todo o seu arrabalde, no anno de 1191, e diz:—«Facio Cartam firmissimi Cauti Ecclesiœ S. Mariæ, et S. Sebastiani de Lameco, quam cautare jussimus por illa Cauta::: Loca in quibus erecta sunt Cauta ista, hæc sunt, scilicet: Primum Cautum firmatur in aqua, qui vocatur Coira::: Dê inde vadit ad Pousatorium, ubi fixum est tertiumCautum. A Cauto isto transit per vineas, et vadit usque ad primum Cautum (recepto inCauto isto Horto Episcopi.) Quæcumque igitur infra Cauta ista, et infra terminos istos continentur, cautamus, et firmissimè cautata esse mandamus, etc.»—Doc. de Lamego. Nas inquirições de el-rei D. Affonso III se diz que este couto «fuit cautatum per Petrones». Além dos coutos dos fidalgos e senhores, egrejas e mosteiros, havia tambem «coutos do reino», de que falla a «Ord. Alfons.« liv. V, tit. 61 e 180, e d'ella se tomou o que se diz na «Filipp.» liv. V, tit. 123. N'estes se refugiavam alguns homisiados e malfeitores, nos casos em que os taes «coutos» lhes podiam valer, e residindo n'elles por certo tempo, ficavam perdoados os seus crimes. Eram regularmente nos logares que ficam na raia com Castella, v. g. «Noudar, Marvão, Pena-Garcia, Sabugal, Freixo de Spada-Cinta, Miranda, Caminha», etc.

ALVAIAZERE

É uma das mais bonitas villas do districto de Leiria, e tambem uma das povoações que anda ligada a factos historicos de alguma grandeza.

Situada n'uma magnifica varzea da encosta occidental de Alvaiazere, é opinião de alguns auctores que d'essa varzea tirou o nome, pois que antigamente se chamava «Alva-varzea»; outros, porém, e n'esse numero se encontra frei Antonio de Sousa, são de opinião que a sua origem é proveniente da palavra arabe «Alabazir», que significa plantas aromaticas e proprias para adubos de comidas.

Effectivamente, tanto podemos adoptar uma como outra origem. Ambas teem probabilidades de verdadeiras: a primeira fundada na topographia da villa e a segunda na propriedade do terreno para as plantas do genero d'aquellas a que frei Antonio de Sousa se refere, e que brotam espontaneamente em toda a extensão da serra de Alvaiazere. O tomilho quasi que fórma um tapete, cobrindo a maior superficie da serra; e entre esta odorifera planta brotam e em grande quantidade, o alecrim, rosmaninho, sumagre, peonia singela e o lyrio. O alecrim é em tanta quantidade e toma taes proporções que é applicado para estrumes e tambem serve de lenha.

Não nos repugna, pois, a adopção da etymologia que lhe é attribuida por frei Antonio de Sousa, como tambem não desadoramos a outra que vemos adoptada por differentes escriptores, e alguns de muito merito e reconhecida erudição, como o padre Carvalho, na sua «Chorographia de Portugal».

A povoação foi fundada por D. Sancho I no anno de 1200, ou para melhor dizer reedificada por este monarcha, pois é fóra de duvida que tem existencia muitissimo anterior ao estabelecimento da monarchia portugueza, quer occupasse o local onde actualmente existe, quer estivesse situada em logar mais elevado da montanha onde, segundo escriptores auctorisados, habitaram durante muitos annos os mouros e de cujo estacionamento ainda se encontram muitos vestigios. Entre estes observam-se alguns de fortificações que corôam as eminencias da serra e uma muralha que na sua maior altura a circunda, medindo approximadamente 4 kilometros de extensão.

Dentro d'este recinto murado existe uma comprida planicie, que ainda hoje se chama «Carreira dos cavallos», e que parece ter sido destinada a exercicios equestres.

A tradição aponta este sitio como habitação ou residencia do celebre pastor Gorgorio, que pelo seu valor e arrojo desmedido conquistou e se fez rei de toda a Luzitania. Diz-se que este aventureiro viveu pelos annos de 1360 antes de Christo e que foi muito poderoso e temido.

As coisas notaveis que se encontram nas proximidades de Alvaiazere dão a esta villa uma grande importancia sob o ponto de vista historico e geologico. Do lado nordeste da serra existe uma caverna muito notavel e que merece e desperta minuciosa observação.

A entrada effectua-se por uma abertura de fórma irregular e de tres metros de diametro, feita n'um rochedo que interceptava a passagem para a caverna. Transporta essa abertura e a poucos passos d'ella encontra-se um magnifico salão abobadado, de 7 a 8 metros de altura e não menos largura, recebendo a luz pelo buraco que lhe serve de portal e por uma especie de claraboia de pequeno diametro, praticada no solo em toda a altura e ao centro do salão.

Em seguida a esta magnifica caverna e como continuação d'ella existe uma especie de fosso muito profundo. N'esse fosso encontram-se petrificações de fórmas muito curiosas e que é mais curioso ainda deparam-se-nos em grande quantidade conchas de marisco petrificadas e outras demonstrações evidentes da vida d'aquelles habitantes do mar n'aquelle sitio.

Iguaes petrificações tambem se encontram encarceradas nas penedias da serra e dos campos de Alvaiazere.

A gruta denomina-se «Algar da agua» e dentro d'ella ha uma magnifica nascente.

Não menos singular que a celebre gruta é o facto que se dá com o rio Porta, do qual se teem occupado quantos escreveram de Alvaiazere.

Este rio, que nasce nas faldas da serra de Alvaiazere, proximo da povoação das Laranjeiras, depois d'um curso de 5 kilometros, lança-se n'uma caverna de 3 kilometros de comprimento e assim atravessa por essa especie de tunel toda a extensão da serra na sua base. Sae do lado opposto no sitio denominado «Olho do Tordo» e vae juntar-se ao rio dos Freixeandos e com este confluem ao rio Nabão.

Na vertente E. da montanha está a extincta capella de Nossa Senhora da Apresentação dos Covões e as suas arcarias vêem-se de grande distancia, fazendo lembrar a fantasiosa lenda, na qual a tradição lhe assignala a origem.

Essa lenda é do theor de muitas d'aquellas com que o mysticismo popular refere a fundação de grande numero de capellas e ermidas, espalhadas no paiz.

Ainda n'esta, como em todas as outras, figura uma pequena pastora que, apascentando o seu rebanho, descobrira n'uma gruta a imagem a quem mais tarde invocaram pelo titulo de Nossa Senhora da Apresentação.

A tradição diz que a pastora levára para sua casa a pequena imagem e que esta, durante a noite, se refugiára novamente na gruta d'onde fôra tirada e que a mesma pastora procurando-a a encontrára ali, depois do que divulgára o prodigio, que produziu o maior assombro em quantas pessoas d'elle tiveram conhecimento.

A supposta fuga da imagem para a sua nova morada fez crêr que tinha vontade de permanecer ali, e foi tida na conta de um grande milagre. Sem mais inquirições fundou-se a capella n'esse sitio, que durante muitos annos foi objecto de numerosas e longas peregrinações, altamente rendosas para aquelle sanctuario.

A celebre gruta, na qual, segundo a tradição, foi encontrada a imagem, está dentro da capella, ao lado do altar d'outra imagem sob a invocação de Nossa Senhora da Memoria.

Como dissémos, esta capella foi nos antigos tempos muito frequentada de devotos, em cujo numero entravam as primeiras familias do paiz, algumas das quaes ali estabeleciam a residencia para de mais perto e mais assiduamente reclamarem e intercederem da Virgem os mais estranhos milagres.

O sitio permittia e convidava a tão extravagante peregrinação, porque na primavera é d'uma belleza realmente encantadora.

A povoação de Alvaiazere foi elevada a cathegoria de villa por D. João I, que lhe deu foral no anno de 1388, e a sua egreja era padroado da ordem dos Templarios desde 1306, por concessão de el-rei D. Diniz, passando mais tarde ao mestrado de Christo.

Este padroado era pelos respectivos donatarios tido em tanta consideração que só o davam em beneficio aos primeiros e mais considerados irmãos da ordem. N'elle foram providos homens de notavel capacidade, sendo o ultimo o insigne doutor frei Dionizio Miguel Leitão Coutinho, vulto que pelas suas qualidades pessoaes e conhecimentos scientificos está incluido no rol das celebridades do nosso paiz.

E' de crêr que desde que D. João I lhe concedeu as regalias de villa fosse governada por auctoridades eleitas pelo povo; no entanto não nos é permittida a franca e segura affirmação d'este facto, porque não encontramos elementos indispensaveis para tal affirmativa.

(*Conclue no proximo numero*).

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | DEZEMBRO — 1889 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 19

ALVAIAZERE

(*Conclusão*)

D. Manuel, dando-lhe foral novo em 15 de maio de 1514, tambem lhe deu novo donatario, concedendo essa honra ao duque de Cadaval, a quem conferiu a auctoridade de provêr ao preenchimento dos cargos de vereadores e mais empregos do concelho e seu termo.

O novo donatario concentrou desde esse momento uma grande parte da sua attenção no engrandecimento d'aquelle senhoriado e mandou construir um edificio proprio para a reunião e exercicio das diversas repartições publicas, não esquecendo tambem a construcção de duas casas para servirem de reclusão aos criminosos e outras para celleiro e arrecadação das suas rendas. Estes edificios confinavam uns com os outros e existiram até 1848.

N'outros paizes, monumentos historicos d'esta ordem seriam conservados com o maior cuidado e rodeados das attenções dos povos que os possuissem; entre nós o alvião demolidor está sempre levantado e prompto a destruir estas verdadeiras reliquias do nosso passado, que seriam, por assim dizer, a historia brilhantissima dos nossos feitos e grandezas.

De todos os monumentos que attestam as antigas isenções da villa de Alvaiazere apenas existe o pelourinho, que tambem foi levantado pelo duque de Cadaval. Este pelourinho ainda se conserva no primitivo local, mas n'um estado de lamentavel ruina e carcomido pelo tempo. E' encimado pelo brazão d'armas do titular que o mandou construir.

No sitio onde existiram as casas edificadas pelo duque encontram-se actualmente os novos paços do concelho e a escola Conde de Ferreira.

Na villa de Alvaiazere teve o seu solar a familia do inclito D. Duarte Pacheco, um dos nossos mais valorosos heroes militares, e a quem Camões denominou de Achilles Lusitano e Antonio de Sousa de Macedo appellidou de Samsão Portuguez.

Duarte Pacheco Pereira passou á India em companhia do grande Affonso d'Albuquerque e por este foi encarregado da defensa de Cochim, ameaçada pelo rei de Calecut.

Effectivamente o famoso monarcha indiano, reunindo um numerosissimo e luzido exercito de 50:000 homens, 382 peças de artilheria e 280 embarcações de differentes tamanhos, atacou a ilha pelo sitio que julgava mais vulneravel. A valorosa opposição e resistencia de Duarte Pacheco e dos 100 homens que tinha sob o seu commando, obrigou o Malabar a retroceder do seu proposito. Sete vezes renovaram os indios a sua investida e outras tantas foram repellidos, até que empregando todo o seu esforço guerreiro se empenharam em campanha decisiva, ficando victoriosos os nossos heroes, e sobre todos glorioso o inimitavel e audaz capitão portuguez.

No seu regresso a Lisboa, onde chegou em 22 de julho de 1505, foi recebido por el-rei D. Manuel com pompa excepcional, conduzindo-o a seu lado debaixo do pallio até á igreja de S. Domingos, onde foram render agradecimentos pelos seus memoraveis feitos d'armas e gloria alcançada em lances tão difficeis e perigosos.

A ingratidão do rei manifestava-se pouco depois, mandando prender o insigne capitão em virtude de falsa denuncia, segundo depois se averiguou. Posto em liberdade, mas privado de bens de fortuna, morreu abandonado e em extrema pobreza no hospital de Valencia, provincia de Aragão.

Assim uma côrte e um rei ingrato pagaram serviços tão assignalados a um dos mais heroicos mantenedores do nosso dominio.

Manuel de Faria dá a entender que os restos mortaes de Duarte Pacheco Pereira se encontram na cidade de Santarem, pois diz o seguinte: «Si yo me hallara con la codicia fuerame a la Villa de Santarem a hurtar la calavera de Duarte Pacheco e la truxera á Roma, que aunque nó es Romano,

creo multiplicara buena suma de escudos, vendiendo-la.»

Não deviamos referir-nos ao solar da familia de varão tão valoroso e infeliz sem duas phrases que significassem o nosso reconhecimento pelo muito que praticou por amor da patria, e a nossa indignação pelo muito que soffreu por perseguição da côrte.

O palacio que pertenceu a essa preclara familia anda ha muitos annos na posse de outros proprietarios, que legitimamente o adquiriram, mas ainda n'elle se conserva o antigo brazão d'armas dos Pachecos, collocado sobre a porta principal do edificio.

A igreja está situada ao centro da povoação, e é muito espaçosa. A sua construcção é de architectura muito humilde e compõe-se de tres naves com duas ordens de columnas em estylo simples e sem ornato.

Ao lado esquerdo da porta principal do templo existe uma sepultura onde, segundo a inscripção gravada na pedra que lhe serve de cobertura, estão os restos mortaes d'uma sobrinha do grande Duarte Pacheco.

Não se sabe a epoca da edificação d'esta igreja, mas parece que não será muito remota e que foi construida em virtude de se encontrar em ruinas a primitiva, situada no extremo norte da villa, n'um local que ainda hoje se denomina «egreja velha».

O templo actual serviu de cavallariça ao exercito francez, commandado por Junot, durante os dias que as tropas d'esse exercito estacionaram n'aquella povoação, por cujo facto ficou muito damnificado e privado das valiosas alfaias e objectos do culto, que possuia. Por essa occasião tambem desappareceram do archivo da parochia documentos importantes, que poderiam fazer muita luz sobre a ignorada historia da villa.

A torre da igreja possue o antigo relogio do convento do Bussaco. A fabrica d'este relogio é talvez a mais perfeita e sem duvida a mais forte de todos os relogios de torre do paiz. São dois os sinos em que bate as horas, e estão artisticamente collocados na parte superior da torre e suspensos em columnas de ferro, em volta das quaes se construiu um passadiço de pedra com grade de ferro.

Esta obra foi feita a expensas do municipio em 1840, tres annos depois da concessão do relogio.

O edificio dos paços do concelho, que é o mais digno de menção depois d'aquelles a que nos temos referido, foi construido á custa do municipio e concluido em 1872. A sua capacidade é sufficiente para comportar, como comporta, todas as repartições publicas e a prisão.

Em 1861 estabeleceu-se em Alvaiazere uma typographia, na qual se publicaram dois jornaes: o «Alvaiazerense» e o «Archivo Litterario», redigidos por alguns publicistas de merito. No «Archivo Litterario» collaboraram os distinctos escriptores Simões Dias, Tito de Noronha e Manso Preto.

Alvaiazere é séde do concelho d'este nome, que se compõe d'esta freguezia e das de Almoster, Maçãs de Caminho (vulgarmente conhecida por Maçanicas), Pelmá, Pussos e Rego da Murta.

Este concelho tem uma boa producção em azeite, do qual exporta grande quantidade, sendo muito apreciado pela excellencia da sua qualidade. Além do azeite tambem produz muito vinho, especialmente na freguezia de Pelmá, onde a par da abundancia d'este rico producto gosa da fama do melhor do concelho. A este respeito diz-se que passando por ali um antigo bispo da diocese achára o vinho tão excellente que depois d'isso, quando tinha de fazer alguma jornada dizia para o seu sequito: «Vamos pelo Pelmá, que se não torce nada.» Essas palavras do bispo constituem hoje um estribilho muito em uso nos povos d'aquelles contornos.

Freguezias e sua historia

«Almoster».—Ignora-se a origem do nome porque esta povoação é conhecida, embora alguns auctores pretendam inferir da approximação da consonancia das duas palavras «Almoster» e «Almonasterio» ou «Almosterio», uma corrupção d'esta ultima.

Está situada junto á serra de Alvaiazere, n'um formoso valle, matisado de magnificos olivedos, e que produz muito azeite e trigo. Tambem produz outros fructos, mas em pequena quantidade.

A igreja de Almoster foi padroado do mosteiro de Lorvão.

Em 1864 esta freguezia tinha 250 fogos e em 1878 288 e 1:350 habitantes.

«Maçãs de Caminhos» ou «Maçanica».—Foi antiga villa e teve juiz ordinario. Pertenceu á provedoria e comarca de Thomar, e as suas justiças eram da nomeação do rei.

Em 1878 tinha uma população de 119 fogos e 555 habitantes.

«Pelle-Má» ou «Pelmá».—Segundo a tradição, deu origem ao nome que actualmente

disfructa um individuo que foi antigo senhor d'esta povoação e a quem pelos seus maus instinctos e pouca sympathia alcunharam de «Pelle-má», chamando-se por esse facto á povoação que lhe pertencia «aldeia do Pelle-má». Esta freguezia é muito antiga.

Algumas descobertas feitas casualmente n'esta localidade demonstram que já existia no tempo dos romanos. Em 1851, procedendo-se ás necessarias excavações para a construcção dos alicerces d'uma casa, os trabalhadores encarregados d'esse serviço encontraram grande numero de moedas romanas, de ouro, prata e cobre, com as efigies dos imperadores Vitellio, Vespasiano, Tito, Nerva e Trajano. No mesmo local appareceram tambem varios objectos de adornos, de ouro, usados pelas damas no tempo do imperio.

O descobridor d'essas preciosidades vendeu-as a um ourives de Coimbra, que derreteu as joias e mandou as moedas para Lisboa, sendo recolhidas no palacio da Academia Real de Historia Portugueza, em cujos annaes se faz menção d'esta importantissima descoberta. Esse palacio, antigo paço dos duques de Bragança, foi completamente arrazado pelo terremoto de 1755, desapparecendo por esse motivo todas as preciosidades historicas que n'elle estavam reunidas.

Antigamente o prior da igreja de Pelmá era apresentado pelo real padroado e vencia annualmente 400$000 réis de ordenado.

Em 1757 tinha esta freguezia 290 fogos, e pelo ultimo censo de 1878 apenas se lhe notou um augmento de 31 fogos, existindo portanto 321. A sua população é de 1:269 habitantes.

«Pussos» ou «Villa Nova de Puços».—É uma povoação muito antiga, que teve as honras de villa e de séde do concelho do seu nome.

Pertenceu á ordem dos Templarios, passando depois a ser commenda da ordem de Christo.

Em 1231 o grão-mestre da ordem do Templo deu esta villa e a quinta do Pinheiro — em sua vida — a Maria Pires, viuva de Estevão Pires, com a clausula de ficarem, por morte da usofructuaria, livres e desembaraçadas para o mosteiro de Thomar, da mesma ordem.

El-rei D. Manuel lhe deu foral em Lisboa aos 15 de junho de 1514.

Como já dissemos, foi antigo concelho, com camara e justiças proprias, eleitas pelo povo, e usou de algumas regalias.

O rei, pelo tribunal da consciencia e ordens, apresentava-lhe o vigario, que tinha o rendimento annual de 180$000 réis.

O seu terreno é muito fertil.

Esta freguezia tem declinado muitissimo, principalmente desde que extinguiram o seu concelho, o que se prova comparando a sua população actual com a que já tinha em 1757; n'essa epoca, segundo o «Portugal Sacro e Profano», contava 360 fogos, e em 1878 esse numero encontrava-se reduzido a 307, contando 1:458 habitantes.

«Rego da Murta». — Nas proximidades d'esta freguezia tiveram logar dois formidaveis combates entre os exercitos anglo-luzos, reunidos, e as tropas do general francez Massena.

O primeiro d'esses combates effectuou-se no dia 30 de novembro de 1810 e o segundo no dia 4 de dezembro do mesmo anno.

D'uma parte e d'outra houve muitos mortos e feridos, mas nenhuma d'estas batalhas influiu para o glorioso resultado de toda a campanha. A victoria foi, pois, bastante ephemera em qualquer d'esses dois encontros.

Por uma doação do anno de 1159 consta que ainda n'aquella epoca ali existia um convento, do qual hoje nem os vestigios restam. Essa doação foi feita por D. Affonso I á ordem dos Templarios.

O parocho era ali apresentado alternativamente pela mitra e pelos frades cruzios de Coimbra e tinha de rendimento annual 360$000 réis.

Como muitas povoações que antigamente foram florescentes e importantes, a povoação de Rego da Murta tem perdido muito do seu antigo valimento.

Foi annexada á de Cabaços, cuja fundação é muito moderna, pois não é citada em nenhuma das publicações de geographia antigas.

O «Portugal Sacro e Profano» não faz d'ella menção e bem assim outras obras mais recentes, taes como o «Mappa Alphabetico das povoações de Portugal», publicado no anno de 1811.

Rego da Murta tem, segundo o censo de 1878, 314 fogos e 1:438 habitantes; e todo o concelho de Alvaiazere conta, em conformidade com o mesmo censo, 1:782 fogos e 7:942 habitantes.

Antonio Guedes.

ALMEIDA (1)

As differentes versões se attribue a origem do nome d'esta villa, versões que descrevo na integra, sem que por este modo as acceite como inteiras e irrefragaveis verdades.

Querem uns que o seu nome primitivo fosse «Talmeida», o que sendo derivada de «talmidon» significa discipulo.

Outros dizem que se chamára «Atmeidan» — campo para corridas — e ainda outros, e estes me parecem os mais rasoaveis n'este ponto, affirmam que o nome d'essa povoação se conservou sempre tal como hoje o encontramos. Sendo assim, opinião que tambem acceito, Almeida é uma palavra arabe, — que equivale a mesa,—configuração do local em que se diz fôra fundada a primitiva povoação.

Esse local, que fica a 1 kilometro ao N. da villa, é denominado o «Enchido da Sarça» e tambem se lhe dá o nome de «Pedregaes».

Effectivamente no sitio do «Enchido da Sarça» teem apparecido vestigios incontestaveis da existencia da antiga povoação, taes como tijolos, manilhas de barro, alicerces e restos de muitas edificações.

Refere o insigne padre Cardoso, e antes d'elle o tinha dito o padre Antonio Carvalho da Costa, que em uma escriptura antiga se encontra o nome d'esta villa escripto com T — «Per Villam Turpini Talmeida, Egitania», etc.

Emfim, perante tão desencontradas opiniões de insignes investigadores, eu prefiro adoptar a etymologia que me parece mais racional.

Está incontestavelmente provado que a villa de Almeida é de origem arabe, que foi fundada no 8.º ou 9.º seculo da nossa era e que foi tomada aos mouros por D. Fernando I de Castella, no anno de 1039.

Como outras povoações importantes, Almeida cahiu novamente em poder dos arabes. A disputa levantada entre os tres filhos de Fernando I, que todos queriam succeder a seu pae no governo das suas terras, dividiu e enfraqueceu as forças de Castella, de modo que os mouros, tomando novo alento, retomaram grande parte dos terrenos que anteriormente lhe haviam sido usurpados.

Almeida foi novamente sujeita ao dominio dos mouros em fins do anno de 1071, os quaes estiveram de posse d'ella até 1190, quando o rei D. Sancho I de Portugal a conquistou e accrescentou ás suas terras, graças ao valoroso braço e denodado esforço de D. Paio Guterres, neto de Egas Moniz.

As intermitencias de paz e de guerra a que durante muitos annos esteve sujeita a antiga villa e a intranquillidade da gente que a povoava, originaram uma larga emigração d'essa gente, ficando por tal motivo quasi despovoada e até arrazada.

Em virtude do manifesto abandono em que D. Diniz a encontrou, ordenou a sua reedificação no local onde se encontra e mandou ali edificar um castello. Este rei concedeu-lhe foral no anno de 1296.

D. Manuel, reconhecendo a importancia estrategica que a villa de Almeida tinha n'aquelle tempo, renovou-lhe o foral no 1.º de junho de 1510 e augmentou muitissimo as suas fortalezas e meios de defeza.

Do local em que está situada a povoação a vista domina uma área enorme. Assentando n'uma especie de pequena collina, em cujo cume está o castello, collina que corre do norte para sul, avistam-se: — Castello Rodrigo, Castello Bom, Trancoso, Guarda, Malpartida, Valle de Madeira, Azinhal, Torre do Castello de S. Felice, e Nojosa; e as serras da Estrella, Morosa, Penha de França, Xalma e Fojos.

A villa é cercada de muralhas de cantaria e apenas tem duas portas, que chamam de S. Francisco e de Santo Antonio. Dentro das suas fortalezas ha bom aquartellamento para muitos regimentos. O systema que presidiu á sua fortificação dotou-a de meios de defeza importantissimos, que fizeram d'ella uma praça de guerra quasi inexpugnavel.

(Continúa).

(1) D'um nosso illustrado assignante da villa de Almeida recebemos o presente artigo, que publicâmos, apesar de estar feita outra descripção historica d'esta villa, comprehendida em o n.º 11 da nossa publicação. Abrimos assim um parenthesis no «Archivo Historico de Portugal» por nos parecer mais desenvolvido este trabalho e não querermos privar d'elle os nossos leitores, nem deixar no limbo o bom desejo e dedicado obsequio de quem tão amavelmente nol-o offereceu.

E' provavel que qualquer dos cavalheiros que nos honram com as suas assignaturas, seguindo o exemplo do illustrado auctor d'este artigo, queiram prestar-nos igual honra, por isso os prevenimos de que acceitaremos a sua collaboração, desde que ella diga respeito a qualquer dos concelhos ainda não descriptos n'este Archivo.

O EDITOR.

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | DEZEMBRO — 1889 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza — Rua do Terreirinho, 17, 1.º — Lisboa. | NUM.º 20

☞ **Declaração.** — Como algumas descripções historicas de diversas villas não teem sido acompanhadas dos respectivos brazões de armas, póde este facto ter sido interpretado como falta de cumprimento do nosso programma, mas a verdade é que não teem brazão de armas os concelhos ou villas, cujas descripções não teem sido acompanhadas d'elles.

ALMEIDA

Existiu em Almeida um mosteiro de freiras da ordem terceira de S. Francisco, da invocação de Nossa Senhora do Loreto. Este mosteiro foi fundado por tres irmãs, pertencentes ás familias dos Sellas e Falcões de Pinhel, chamadas Gracia da Corôa, Anna da Conceição e Branca da Assumpção, que com outras freiras viviam recolhidas e em communidade no logar da Nave, termo da villa do Sabugal.

O seu hospital e misericordia foram fundados em 1680, sendo o custeio das obras e mais despezas feito a expensas do povo, para o qual apenas recebeu pequenissimo auxilio da infanta D. Catharina, filha de el-rei D. João IV e casada com Carlos II de Inglaterra.

A igreja da villa é um templo sumptuoso, de tres naves e está edificado dentro do castello. E' da invocação de Nossa Senhora da Purificação e tem onze altares, a maioria dos quaes são de magnifica talha.

O territorio do concelho de Almeida, inclusivè o do proprio termo d'esta povoação, é abundante na producção de diversos generos e principalmente de cereaes; tambem possue abundancia de agua potavel e de regas, e entre os magnificos mananciaes d'esta especie mineral encontra-se á distancia de 3 kilometros e proximo ao rio Côa uma nascente de agua sulphurosa, muito procurada e applicada com exito na cura de diversas enfermidades. Por este motivo denominaram de «Fonte Santa» essa magnifica nascente de agua medicinal.

As armas da villa e que lhe foram concedidas por D. Manuel, são as armas reaes, sendo a corôa aberta, como antigamente se usava, e ao lado d'estas a esphera armilar que servia de divisa ao rei que lh'as concedeu. Segundo alguns auctores, outras foram as armas que usou anteriormente e consistiam n'uma torre e dois baluartes e no meio as armas reaes.

Esta povoação pertence á parte do nosso territorio que se denomina «Riba Côa», cuja extensão está comprehendida n'uma área de 4 leguas de largo e 15 de comprimento.

Alguns homens notaveis e que deram lustre na politica, na guerra e nas lettras, foram naturaes d'esta villa. D'entre muitos, e que lhe ficam em esphera inferior, devo mencionar o celebrado escriptor frei Bernardo de Brito, muito erudito auctor de algumas obras notabilissimas, no plano das quaes se destacam a «Monarchia Lusitana» e a «Chronica de Cister».

Frei Bernardo de Brito era filho do capitão Cardoso de Andrade e de Maria de Brito. Os paes de tão illustre escriptor mandaram dar-lhe uma educação esmeradissima e para que não faltasse á sua cultura intellectual nada que podesse representar uma deficiencia nos melhores conhecimentos do seu tempo, levaram-n'o para Roma, onde estudou, além d'outras disciplinas de não menor valor, as linguas latina, franceza, italiana, grega e hebraica. Habilitado com o conhecimento d'estas linguas, que estudou a fundo e fallava e escrevia correctamente, regressou a Portugal, matriculando-se na universidade de Coimbra, onde se formou em theologia no anno de 1606.

Aos 15 annos entrou na ordem dos frades bernardos e aos 27 escrevia o seu livro «Monarchia Lusitana», que se não é um modelo de fiel descripção historica, revela profundo conhecimento e estudo e sobre tudo apresenta um notabilissimo cabedal de investigação. A «Chronica de Cister» é, sob o ponto de vista da fidelidade, uma obra muito melhor lançada. Foi escripta quando o seu auctor contava 33 annos.

A sua nomeação para chronista-mór do reino teve logar por morte de Francisco de Andrade, seu antecessor n'esse cargo.

Frei Bernardo de Brito, depois de recusar por mais d'uma vez a mitra de bispo, que lhe foi offerecida, falleceu na sua terra natal a 27 de fevereiro de 1617. O seu cadaver foi conduzido para a igreja de Santa Maria de Cister, e em 1649 foi transferido para o convento de Alcobaça, para a casa do capitulo, onde jaz. Sobre a sua campa foi collocado o epitaphio seguinte: «Bernardus Brito, conditur hoc tumulo. Inter scriptoris magnus chronista qui major — Regius et stylo maximes ipse fuit.»

Outro homem tambem notavel está ligado pelos vinculos mais indestructiveis a esta formosa villa; referimo-nos a D. Vasco Lobato, natural da Galliza, que no reinado de D. Fernando I veiu a Portugal. Era ascendente dos titulares que tiveram o seu solar na quinta de «Cheira-ventos», no termo de Almeida.

Pedro Annes Lobato, senhor d'essa quinta e solar, tambem foi honrado com o cargo de regedor da cidade de Lisboa no anno de 1442 e D. João I já antes d'esta distincção o tinha feito fidalgo da sua real casa e lhe concedeu brazão d'armas.

Os restos mortaes d'este titular encontram-se na igreja de S. Mamede, de Lisboa.

Este concelho tem tido muitas modificações na sua extensão territorial. Em 1708 comprehendia as povoações de Almeida, Junça e Val de La Mula, com 750 visinhos, as quaes em 1757 tinham uma população de 857 fogos. Em 1834, pela nova divisão administrativa, foi o concelho de Almeida augmentado com as povoações de Castello Bom, Cinco Villas, Freineda, Malpartida, Naves, Reigada, Rio Secco, Valle de Coelha, e Villar Formoso, ficando, segundo o censo de 1864, com uma população de 6:580 habitantes para 1:523 fogos.

A suppressão do concelho de Castello Mendo, por decreto de 24 de outubro de 1855, determinou ao mesmo tempo a annexação das freguezias que compunham o extincto concelho ao de Sabugal, ao qual se conservaram unidas até que, por decreto de 7 de dezembro de 1870, d'elle foram desmembradas e passaram a fazer parte do concelho de Almeida.

Esta accumulação de elementos maior importancia lhe trouxe, embora já ao tempo fosse de consideravel extensão. As freguezias que pertenceram ao antigo concelho de Castello Mendo e vieram augmentar o de Almeida, são: Castello Mendo, Azinhal, Péva, Freixo, Mesquitella, Monte de Perobolço, Ade, Cabreira, Amoreira, Leomil, Mido, Sinouras e Aldeia Nova, com uma população, segundo o mesmo censo de 1864, de 799 fogos e 3:536 habitantes, e que junto aos que existiam até á data do decreto que produziu a annexação, davam ao concelho de Almeida uma população de 10:116 habitantes, distribuidos por 2:322 fogos. Estes numeros encontram-se sensivelmente modificados para mais, no censo de 1878.

A villa e fortaleza de Almeida acha-se cercada, como já disse, de altissimas muralhas de cantaria e com casas-matas de construcção irredutivel aos processos de ataque usados n'aquella epoca, e tendo além d'isso, depois da primeira ordem de fortificações, uma cêrca com quatro reductos descortinados e ponte levadiça que cae sobre um fosso que a circunda, tem mais ao poente um castello chamado «casa de traição», com outra porta e ponte levadiça.

A 6 kilometros de Almeida está a capella de Nossa Senhora do Mosteiro. Diz-se d'esta capella que antigamente fôra igreja de um convento de templarios. A sua fundação é antiquissima e foi reedificada por D. João II, que lhe mandou collocar as armas de Portugal, sobrepujadas pela cruz d'Aviz. Esta reedificação, comquanto concorresse bastante para a segurança do edificio, prejudicou-o sob o ponto de vista do seu valor archeologico. Desde essa epoca a capella de Nossa Senhora do Mosteiro perdeu aquella apparencia, que denunciava a sua antiquissima origem, mas a historia consagra-lh'a do mesmo modo.

A situação da villa de Almeida e a sua qualidade de antiga praça de guerra teem-lhe acarretado inclemencias e perigos.

Não só nas luctas intestinas como na desgraça cruel das invasões estrangeiras os seus habitantes teem sido reduzidos á contingencia de supportar as mais duras privações.

Depois dos successos de 1640, que deram a Portugal a sua antiga soberania e independencia, foi D. Alvaro Abranches investido no cargo de governador da provincia da Beira e membro do conselho de guerra do reino.

N'aquella qualidade passou a inspeccionar e preparar todas as fortalezas da provincia do seu governo para as eventualidades da guerra que se approximava da parte da Hespanha, desejosa de tirar desforço dos heroicos successos do anno anterior.

D. Alvaro Abranches, acompanhado de João Saldanha e Sousa, um dos seus antigos companheiros d'armas, Manuel Soares Brandão, seu tenente de Mestre de Campo General, quatro sargentos-móres e doze capitães de infanteria, de reconhecida bravura e valor, chegou a Pinhel, d'onde enviou os precisos reforços e munições á praça de Almeida, por ser a de mais importancia e por assim dizer a porta por onde poderiam entrar os castelhanos se não fosse bem defendida, visto ser a praça de guerra portugueza que estava mais proxima da fronteira do antigo reino de Leão.

A esse tempo era capitão-mór de Almeida D. Francisco de Lemos Ramiro, que teve todo o cuidado em bem prevenir a defeza da praça.

Quando D. Alvaro chegou a esta villa aqui se demorou alguns dias para dar principio aos trabalhos de fortificação indispensaveis, deixando-os depois a cargo de Rodrigues Soares Pantoja.

Em março de 1642 foi D. Alvaro substituido por Fernão Telles de Menezes e pouco depois rompia a guerra com os castelhanos. Não poucas vezes teve este tão intrepido como insigne governador da Beira de recolher-se sob o abrigo da fortaleza de Almeida. Outro tanto succedeu aos governadores que o precederam.

Viram os de Castella que esta magnifica praça era um forte refugio dos nossos soldados; além d'isso não pouco os incommodava as obras que n'ella mandou realisar o conde de Serem, o qual no anno de 1646 era governador da provincia.

Mandou o conde proceder a grandes obras de defeza, escolhendo para esse fim o plano mais conveniente; comquanto mais reduzido que o primitivo, fez levantar o forte de Vermiosa e derrubar um arco da ponte de S. Felice, medidas que difficultavam a entrada dos castelhanos no nosso territorio.

Por este modo ficou sendo a praça de Almeida a verdadeira chave de segurança de toda a provincia da Beira. Esta consideração levou os hespanhoes a um ataque decisivo contra esta villa, antes que a conclusão das obras que aqui se estavam fazendo lhe causasse maior difficuldade no vencimento.

Reuniram, pois, o melhor exercito de que podiam dispôr, em numero de 5:000 homens de infanteria e 400 de cavallaria, e com esta gente deram assalto á praça no dia 21 de janeiro de 1646. N'esta epoca era governador da praça Filippe Bandeira de Mello, e as suas fortificações estavam sendo dirigidas pelo engenheiro francez Pedro Gilles de S. Paulo.

Tanto o governador como o engenheiro da praça tiveram conhecimento da marcha dos hespanhoes, muito a tempo de preparar a resistencia; e por tal motivo quando estes se approximaram da fortaleza foram recebidos com tão repetidas cargas de artilheria e metralha que tiveram de retirar precipitadamente, com grandes perdas em homens e bagagens.

Pela divisão da provincia da Beira em dois partidos de guerra, um denominado o partido de Almeida, e outro o de Riba Côa, foi D. Rodrigo de Castro escolhido pelo rei e nomeado para governador do primeiro de aquelles partidos. Durante o governo d'este personagem alguns factos militares de importancia tiveram logar e que vejo mencionados nas chronicas d'aquelle tempo. Entre elles deverei mencionar uma feliz sortida, organisada por D. Rodrigo na praça de Almeida e que consistiu em chamar a attenção dos castelhanos para um pequeno numero de soldados portuguezes, que mandou para as proximidades de Ciudad Rodrigo, o que certamente os provocaria a dar batalha, vendo os nossos em tão pequena força. Effectivamente succedeu aquillo que se esperava. Os hespanhoes cahiram em grande numero contra os nossos, mas não em tanta quantidade que não podessem ser derrotados por aquelles que D. Rodrigo mandára emboscar nas proximidades do sitio onde era esperado o conflicto.

N'esse ardiloso encontro, dos hespanhoes ficaram 30 mortos no campo e dos nossos apenas foram feridos tres soldados.

Este acontecimento provocou as represalias dos hespanhoes, que não se podendo vingar dos nossos soldados, pelo temor que d'estes tinham, sahiam em partidos para saquear e incendiar os pequenos casaes e matar os paisanos indefesos, usando de inaudito barbarismo.

Constando-lhe isto, D. Rodrigo de Castro resolveu dar uma severa lição áquelles que por taes processos punham em evidencia a sua força para com os fracos e a sua cobardia para com quem armado lhe podia pagar com juro o atrevimento. Para esse fim reuniu gente e partiu a saquear e queimar a aldeia de Sabuga, o que realisou á vista de numerosa força de soldados do reino visi-

nho, sem que estes, tão fortes em frente de fracos, tivessem a coragem de entrar em campanha com receio da derrota. Parecendo ao bravo governador do partido de Almeida esta façanha pequena para castigo da ousadia castelhana, concertou-se com o governador do outro partido para juntos, com a tropa de que podiam dispôr, infligir maior represalia ao exercito inimigo. E assim o fizeram, entrando os dois impunemente em Hespanha, por Ciudad Rodrigo, queimando muitas povoações que não eram fortificadas e retirando em seguida com valiosos despojos.

Como resposta vieram novamente os castelhanos pôr cêrco a esta villa, e mais uma vez foram repellidos com extraordinarias perdas de gente. O proprio marquez de Tavora, que então governava Ciudad Rodrigo, se empenhou decididamente no combate, mas sem resultado algum, graças ao esforço e valentia dos portuguezes.

A villa de Almeida passou por uma das crises mais violentas no anno de 1762. As allianças dos reis por meros interesses de familia determinaram uma projectada invasão do nosso territorio por parte da Hespanha.

Foi o caso que, existindo uma alliança dynastica entre os reis de França e de Castella contra a Inglaterra, queriam aquellas duas nações que Portugal se conservasse neutro ou pactuasse com ellas para o mesmo fim que tinham em vista; porém, o nosso governo, que n'esse tempo era dirigido pelo grande estadista Sebastião José de Carvalho e Mello, depois marquez de Pombal, negou-se terminantemente a ceder a essa exigencia, não diremos se justa ou injusta, dos governos hespanhol e francez. Similhante negativa pareceu a esses governos uma demonstração de hostilidade da nossa parte ou pelo menos de alliança com a Inglaterra, e por isso a Hespanha nos declarou guerra.

Uma das primeiras praças a ser sitiada foi Almeida. O conde de O' Reilli lhe poz cêrco e a fez capitular no dia 25 de agosto de 1762.

Felizmente, em diversos reconfros havidos entre as nossas tropas, commandadas pelo conde de Lippe, e o exercito hespanhol, este não levou a melhor, o que fez ponderar o governo de Hespanha sobre os resultados provaveis da guerra e encaminhou as coisas para os preleminares da paz, que se effectuou em 10 de fevereiro de 1763, sendo em virtude dos respectivos tratados entregue a Portugal a villa e praça de Almeida.

Quarenta e sete annos depois da sua libertação do jugo hespanhol é novamente posta sob um circulo de ferro e fogo. O general Massena põe-lhe cêrco, do qual a valorosa guarnição da praça se defende com incrivel denodo e incomparavel arrojo. Dezesete dias durou o assedio sem que os assaltantes conseguissem a minima parcella de victoria, e maior e mais dura seria a resistencia se um caso imprevisto lhe não pozesse termo. Quando os francezes, pela efficaz resistencia dos sitiados, julgavam difficultoso o vencimento, uma terrivel explosão de material de guerra inutilisa a melhor parte das fortificações da villa, faz rarear ou, para melhor dizer, acabar as munições, e põe os sitiados quasi á descrição dos sitiantes.

O effeito produzido pelo sinistro na guarnição da praça é indiscriptivel; depois do succedido tão inopinadamente só lhe restava capitular. E foi isso que succedeu, no dia immediato ao da terrivel catastrophe, em 28 de agosto de 1810, e aos dezoito dias da data do cêrco.

A praça e villa de Almeida esteve em poder dos francezes até 11 de abril de 1811, dia em que aqui chegou o exercito anglo-luso, commandado pelo general Beresford, e que seguia na rectaguarda as tropas de Massena desde Villa Franca de Xira, onde este general houve por bem ordenar uma apressada mas prudente retirada.

Desde esse dia ficou, pois, novamente sob o nosso dominio, mas n'um deploravel estado de ruina. O castello principalmente, apesar das obras de reparação que lhe foram feitas, nunca ficou em perfeito estado de segurança.

Na campanha da liberdade representou Almeida um importantissimo papel. Dentro das suas muralhas e nas suas casas-matas muitos liberaes soffreram as agruras do carcere e do desterro. Em 1844, quando o general conde de Bomfim se revoltou em Torres Novas contra o governo cabralino, esperando que outras forças o acompanhassem n'esse movimento e como visse que a sua rebellião não era secundada, refugiou-se com os seus na villa de Almeida, d'onde mais tarde foi obrigado a sahir, batido pelas tropas do conde da Fonte Nova, que fôra em sua perseguição.

(*Conclue no proximo numero*).

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

1.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis. O pagamento é adiantado. | DEZEMBRO — 1889 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 21

ALMEIDA

(*Conclusão*)

Muitas povoações que fazem parte do importante concelho de Almeida não teem historia a que possa dar-se-lhe esse nome. Pela sua pouca importancia e limitada população, incluidas nos termos de antigas villas, a estas andaram annexas até que um systema mais descentralisador lhes concedeu a autonomia de que actualmente gosam, comquanto sujeitas a fiscalisação das auctoridades administrativas do concelho propriamente dito.

Abstenho-me, pois, de fazer d'ellas menção mais larga do que aquella que acabo de fazer quando me referi á generalidade do concelho a que andam annexas.

«Castello Bom».—A posição dominante em que se encontra, sobre uma rocha muito elevada, 2:500 metros ao E. do rio Côa, permitte que d'ella se avistem grande numero de povoações e entre estas a villa de Almeida, que lhe fica a 12 kilometros de distancia, e a cidade hespanhola de Castello Rodrigo, que dista d'ali 30 kilometros.

Antigamente foi praça murada e tinha um forte castello que lhe servia de cidadella, hoje muito deteriorado. Tanto a muralha, que é de cantaria e tem duas portas, como o castello são obra de D. Diniz, que a mandou povoar depois de a fortificar, no anno de 1296.

Castello Bom é de fundação arabe e passou ao poder de Portugal com outras povoações, fazendo parte do dote da rainha Santa Izabel, mulher de D. Diniz, mas quasi despovoada.

O seu primeiro foral foi-lhe concedido pelo rei de Leão, Affonso XIII; o segundo deu-lh'o D. Diniz; e D. Manuel lhe concedeu foral novo em Lisboa, no 1.º de junho de 1510.

A villa e hoje freguezia de Castello Bom gosou de muita importancia; era cabeça do concelho, que se compunha das freguezias de Naves, Freineda, Villar Formoso, Rio Secco e Poço Velho. Teve juiz ordinario, camara, procurador do concelho e escrivães, todas estas auctoridades nomeadas triennalmente pelo corregedor de Pinhel.

A conservação do seu castello está a cargo dos viscondes de Ponte de Lima, cujos titulares, graças ao exacto cumprimento d'esse dever, ainda no fim do seculo passado o tinham provido de duas peças d'artilheria e dos precisos utensilios de guerra para sua defensa.

Todas as suas edificações foram obra do tempo de D. Diniz. D. Manuel as mandou reformar em 1509; e mais tarde, em 1641, foram novamente cuidadas por D. Alvaro, governador da Beira.

A fortaleza de Castello Bom prestou grandes serviços contra os castelhanos na guerra da independencia e mais d'uma vez se abrigaram dentro dos seus muros os bravos governadores da Beira e seus sequitos.

«Castello Mendo».—O seu nome deriva do primeiro alcaide do castello, que se chamava Mendo. Foi fundada por D. Sancho II, que a fortificou e mandou povoar no anno de 1298, e determinou que para ali fosse transferida uma pequena povoação que demorava em sitio que lhe ficava inferior, a pouca distancia da nova villa. D. Diniz augmentou a povoação e ampliou-lhe os meios de defeza pelo anno de 1285.

Está situada n'uma posição eminente, em sitio muito fragoso e cercada de tres muralhas com seis portas.

Foi séde de concelho e cabeça de condado, sendo creado o titulo por Filippe IV de Castella, que o concedeu a D. Jeronymo de Noronha, filho do 2.º conde de Linhares.

Teve foral dado em Touro em 1229, que se diz pertencera á pequena povoação que com ella se fundira; outro concedido por D. Diniz, em 16 de dezembro de 1281; e outro dado por D. Manuel, em Santarem, a 11 de junho de 1510.

Já em 1708 era cabeça de concelho e tinha 98 fogos. As freguezias do seu termo eram: Amoreira, 76 fogos; Cabreira, 46; Parada, 76; Mesquitella, 60; Monte de Perobolço, 78; Freixo, 102; Péva, 76; Mido, 50; Leomil, 52; Porto de Ovelha, 80; Senouras,

42; Mincella, 126; Cabreira, 89; Ade, 42; e Aldeia Nova, 43.

A desmembração d'este concelho teve logar, como já disse, no anno de 1855, tendo-lhe sido feitas antes d'essa epoca algumas modificações.

«Cinco Villas». — Pertenceu, como quasi todas as povoações do concelho de Almeida, á comarca de Pinhel.

E' antiquissima e no seu termo existiu a povoação de Fontenares, arrazada pelos hespanhoes, durante a guerra dos 27 annos.

D. Manuel deu foral em 15 de novembro de 1519 á villa de Fontenares, o qual depois passou a Cinco Villas.

A igreja matriz é, pela sua antiguidade, muito digna de nota; e dizem alguns auctores que foi convento de templarios, do qual ainda se encontram junto á mesma igreja alguns vestigios.

Na proximidade do templo parochial existe uma capella, tambem muito antiga. Esta capella, sob a invocação de S. Julião, consta que foi a cabeça da ordem de Calatrava, e que n'ella se enterravam os principaes cavalleiros da ordem. E' certo que ali se observam restos de antigas sepulturas, o que de algum modo dá credito á tradição.

«Mido». — Esta povoação foi queimada e arrazada no anno de 1661, sendo governador do partido de Almeida, Pedro Jacques de Magalhães.

Tendo este governador noticia da tomada de Valle de La Mula pelo duque de Ossuna, aprestou todas as fortalezas da raia e proximas e mandou dizer ao duque que nem por aquella perda o obrigava a chamar novos soccorros, affiançando-lhe que a pouca gente que possuia era sufficiente para lhe castigar a ousadia de nas proximidades de Almeida lhe tomar uma fortaleza.

Juntando as obras ás palavras, mandou prevenir Manuel Ferreira Rebello, que commandava a guarnição da villa de Alfayates, para que, deixando alguns soldados, partisse com os restantes contra Guinaldo, então praça d'armas dos hespanhoes; ordenou-lhe que a tomasse, saqueasse e queimasse como represalia dos acontecimentos que tinham feito cahir Valle de La Mula em mãos do inimigo.

Rebello comprehendeu a ordem que recebera e melhor a executou, marchando com mil soldados de pé contra Guinaldo. Os hespanhoes que guarneciam a praça tentaram resistir, mas o denodado esforço dos nossos não lhes deu o minimo tempo. Apenas chegou toda a nossa gente em volta da fortaleza assaltaram-a por varias partes, entraram e ganharam o castello quasi sem resistencia. Depois saquearam e queimaram a villa, aprisionaram o governador e os soldados do seu commando e retiraram-se novamente para Alfayates, levando ricos despojos da sortida.

Este facto indignou por tal modo o duque de Ossuna, que estava entre Valle de La Mula e Aldeia do Bispo, a dirigir a construcção d'um forte, que sem mais detença se mandou a sua gente á pequena povoação de Mido, para a saquear e queimar.

Tal resolução tinha sido prevista pelo governador Pedro Jacques de Magalhães, e por isso, antes de ordenar a tomada e saque de Guinaldo, ordenou a todos os habitantes de Mido que abandonassem a povoação, o que elles realisaram sem serem presentidos da gente do duque.

Comquanto os hespanhoes não encontrassem portuguezes em quem cevar a sua senha de ferocidade, deitaram fogo á pequena povoação.

A freguezia de Mido foi depois novamente povoada.

«Reigada». — E' povoação muito antiga. A circumstancia de estar situada na raia de Portugal e a duas leguas de distancia d'uma fortaleza muito importante, determinou ali alguns acontecimentos historicos dignos de menção.

Os hespanhoes, depois de lançarem fogo á pequena aldeia de Mido por ordem do duque de Ossuna, em 1661 correram sobre Reigada, dispostos a sujeital-a á mesma violencia e calamitosa destruição soffridas pela povoação sua visinha.

Felizmente que dentro d'ella se encontravam algumas companhias de auxiliares de Traz dos Montes, dispostos a defendel-a tenazmente, com o que não contavam os hespanhoes. Atacaram estes a povoação, mas responderam-lhes os nossos com tão desusado valor, que as hostes inimigas foram obrigadas a retroceder com perdas consideraveis, sem lograr o seu intento.

No campo da batalha deixaram a vida muitos, e os restantes foram dar ao seu general a noticia de mais uma derrota e impossibilidade de caminharem sobre Almeida, como era o seu plano.

Reigada teve foral dado por D. Manuel em 15 de novembro de 1519.

«Valle de La Mula». — Antigo logar do

concelho de Almeida. De todas as povoações d'este concelho, foi ella quem mais indemencias arrostou e maiores contrariedades soffreu durante a guerra da independencia. Em quasi todos os ataques dos castelhanos contra Almeida ou dos portuguezes contra os castelhanos, vemos a pequena povoação de Valle da La Mula atacada e defendida, e até n'um d'elles presa das garras do leão de Castella, muito ufano por tal victoria.

O motivo d'isto explica-se facilmente. A pequena aldeia era uma posição estrategica de muita importancia para qualquer das duas partes belligerantes.

Para os hespanhoes convinha-lhe aquella posição porque tinham as suas fortalezas mais a coberto do ataque dos nossos; e para os portuguezes igualmente lhe convinha por ser uma especie de fortaleza avançada d'aquella, n'esse tempo quasi invulneravel praça de guerra.

Em 1642, sendo a provincia da Beira governada por Fernão Telles, resolveu este inutilisar o damno constante que do castello de Guardão os hespanhoes estavam fazendo ás povoações das proximidades de Almeida. N'esse intuito mandou sahir d'esta praça D. Sancho Manuel com 500 soldados de infanteria e 100 de cavallaria, afim de fabricar em Valle de La Mula, que ficava a 3 kilometros do castello inimigo e junto ao rio Toirões, um forte que impedisse a continuação de similhante damno e lhe permittisse uma investida, e se tanto fosse possivel a tomada do castello de Guardão.

Durante os primeiros sete dias de trabalho os hespanhoes conservaram-se n'uma impassibilidade pasmosa, facto que originou no espirito de Sancho Manuel e no da gente que commandava a mais completa esperança de terminar as obras a salvo de quaesquer contingencias bellicas do inimigo.

Ao oitavo dia, porém, e quando menos o esperavam apparecem-lhes do outro lado do rio e promptos para o combate 1:500 soldados de infanteria e 250 de cavallaria do exercito hespanhol.

Este facto foi immediatamente participado a Fernão Telles, que mandou duas companhias da guarnição da praça de Almeida em soccorro da tropa que estacionava em Valle de La Mula, e elle proprio marchou para ali com 20 soldados de cavallaria e duas peças de artilheria, que tinha de guarda a sua casa.

Quando este reforço entrou na povoação ameaçada estavam os hespanhoes collocados em linha de batalha, n'uma eminencia do lado opposto da nossa fronteira e proximo do rio de Toirões.

Apenas reunidos os portuguezes ao auxilio que receberam não se limitaram a esperar o inimigo, embora muito superior em numero: foram ao seu encontro, passando o rio que n'essa epoca levava pouca agua, e tomando a offensiva, tal receio infundiram nos castelhanos só com esta briosa resolução que estes não tiveram coragem para lhes impedir a passagem do rio, coisa muito facil se attendermos ao numero e á posição dominante que occupavam. Mas ainda mais: ficaram os inimigos tão desnorteados em face da ousadia dos nossos soldados, que sem esforço d'estes abandonaram a posição que lhes dava superioridade sobre as nossas forças e collocaram se em sitio d'onde podiam ser mais efficazmente combatidos.

As tropas que primeiro passaram o rio eram apenas 80 soldados de cavallaria e 50 mosqueteiros, os quaes foram sufficientes para imprimir medo ao inimigo e lançar no seu espirito a supposição d'uma inevitavel derrota. Envoltos na campanha os primeiros soldados portuguezes, commandados por D. Sancho Manuel, foram immediatamente seguidos pelo resto da gente, sob o commando de Fernão Telles, o qual apenas com 500 homens derrotou e poz em debandada 1:500 hespanhoes. N'este combate deixaram elles no campo 500 soldados mortos, e dos nossos perdemos 10, contando n'este numero mr. Lila, illustre engenheiro francez, que nos prestou até esse desgraçado momento os mais assignalados serviços.

Recolheram os portuguezes a Valle de La Mula, possuidos de grande contentamento por tão assignalada victoria, e ahi se conservaram até á conclusão da projectada fortaleza.

No anno de 1645 os castelhanos consideraram na conveniencia que lhes podia resultar do estabelecimento d'uma fortaleza entre Valle de La Mula e Ciudad Rodrigo; tentaram levantal-a em Castalejo, mas o então governador da Beira, marechal conde de Serem, prevenido das intenções do inimigo, procurou evitar esse proposito, o que com muito valor chegou a conseguir.

Um incidente inesperado, se assim se póde chamar a um ataque dos hespanhoes em outro lado da fronteira, fez com que Fernão Telles aprestasse o maior numero de gente

para levar o soccorro que lhe foi pedido a favor de Salvaterra.

Dentro em poucos dias, graças a tal chamamento, tinha á sua disposição e sob o seu commando o melhor de 7:000 homens, sem saber em que os empregar, porque o general do paiz visinho não reconhecendo em si forças sufficientes para dominar e derrotar a praça contra a qual dirigia os seus planos, não proseguiu n'estes, procedendo assim muito avisadamente.

N'estas condições, Fernão Telles emprehendeu uma acção valorosa: a tomada do castello de Guardão, que principalmente dera origem á construcção do forte de Valle de La Mula.

Chegou a esta povoação o governador da provincia com toda a sua gente e certificando-se de que o inimigo ignorava completamente os movimentos das nossas forças, marchou com ellas a realisar o seu projecto. Mandou elle, antes de fazer uso da força, intimar o governador da praça a render-se, incumbindo esta missão parlamentar a D. Sancho Manuel e a um official francez, de nome Pupulinnier, que commandava a cavallaria com o posto de tenente-general.

Os dois bravos militares cumpriram a salvo o seu dever, mas as nossas tropas em pagamento da brandura usada pelo seu chefe receberam uma forte descarga de artilheria.

Começou então o assalto e com tal bravura que poucas horas depois entregava-se o governador e mais gente da guarnição, e o castello era por previdente medida todo derruido por explosões de polvora queimada dentro de fornilhos abertos nas muralhas.

Assim ficaram livres as povoações proximas d'aquelle ponto da raia dos constantes prejuizos que lhes causava a guarnição d'aquelle castello, e até certo ponto realisado o plano que originou a fortificação de Valle de La Mula.

Outros acontecimentos bellicos tiveram logar n'esta povoação antes de terminar a guerra da independencia, alguns dos quaes deixo de referir pela sua pouca importancia; mas não posso esquivar-me a relatar o modo como cahiu em poder dos castelhanos.

O duque de Ossuna, governador d'aquella parte de Hespanha, em 1661 emprehendeu a tomada do forte de Valle de La Mula e contra elle marchou com grande numero de tropas, que se póde calcular superior a oito mil, entre infanteria e cavallaria, dez peças de artilheria e dois morteiros.

O seu primeiro plano foi avançar com a cavallaria a tomar posições sobre o fortim da povoação, que era governado pelo capitão de infanteria Bernardo da Cunha e guarnecido por 100 soldados.

O duque de Ossuna mandou intimar o governador a que se rendesse, mas este negou-se a obedecer.

Em virtude da disposição dos nossos o duque mandou preparar todos os seus para um assalto geral, que teve logar na madrugada do dia immediato, sendo os hespanhoes repellidos, apesar da grande desigualdade de forças que existia de parte a parte.

Esta victoria não deu animo ao governador portuguez para continuar a resistir; rendeu-se antes de experimentar segunda tentativa dos castelhanos. Senhores do primeiro fortim, brevemente se apoderaram do segundo e depois de toda a fortaleza.

Muito seguros da victoria continuaram os hespanhoes no dominio de Valle de La Mula, emquanto as nossas tropas a não foram rehaver, com grave prejuizo dos seus modernos subjugadores, pois muitos soldados foram degolados e trucidados.

«Villar Formoso».—Tambem coube a esta freguezia uma pequena parte na victoria ganha pela guarnição da Beira contra os hespanhoes. A guerra dos 27 annos, ferindo-se insistentemente na proximidade da fronteira portugueza e hespanhola, irradiou para esta pequena povoação um acontecimento que lhe dá entrada no numero d'aquellas que mais ou menos se tornaram notadas n'essa epopeia gigantesca da nossa independencia.

Em seguida a uma sortida ordenada por Fernão Telles ás tropas do castello de Guardão, entraram 500 soldados de infanteria e 100 de cavallaria hespanhoes por esta povoação, dispostos a exercer represalias dos maus tratos que tinham soffrido na vespera; mas presentidos por D. Sancho Manuel, que carregou sobre elles, os que não ficaram no campo, mortos ou feridos, que foi o maior numero, fugiram desordenadamente.

Taes são os factos historicos passados durante a guerra da independencia em algumas das povoações do concelho de Almeida. Outros ainda poderia referir, que tiveram logar em epocas differentes nas mesmas freguezias, o que não faço para não alongar esta descripção.

Typ. Lealdade—Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

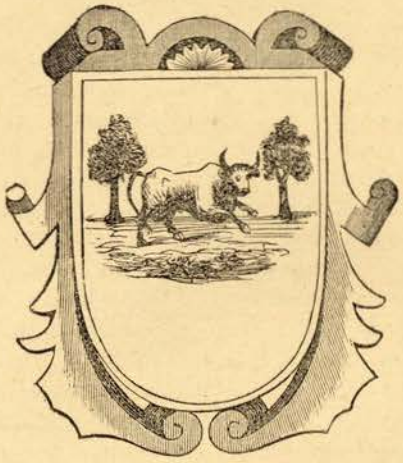
I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | DEZEMBRO — 1889 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza — Rua do Terreirinho, 17, 1.º — Lisboa. | NUM.º 22

ALVITO

No seio do Alemtejo e no local onde se suppõe haver existido uma povoação de origem celtica, está situada esta villa, 35 kilometros ao SO. de Evora, 25 ao NNO. de Beja, a cujo districto pertence, e 125 ao E. de Lisboa.

E' cercada de bastantes hortas e pomares, que tornam os seus arrabaldes amenos e agradaveis.

As noções sobre a povoação celtica são vaguissimas e limitam-se á opinião de alguns antiquarios, só confirmada por documentos archeologicos em 1743 e 1745, porque procedendo-se a escavações para os alicerces da nova capellamór da igreja matriz, foi encontrado um tumulo de adobes — pedra lisa dos ribeiros — dentro do qual havia um esqueleto, que, segundo dizem as memorias do tempo, tinha quatorze palmos de comprido; junto ao esqueleto havia, diz a mesma noticia, tres barras de «um metal desconhecido». Esta sepultura era coberta por uma pedra de cinco palmos de comprido e dois de largo, na qual se lia a inscripção: «Hislonencas Selsas Florentis D. D.», que não dá indicio algum para se julgar da epoca da construcção do sepulchro.



Brazão d'armas de Alvito—N.º 1

Se compararmos a medição da tampa com a do esqueleto, temos de perguntar em que posição fôra elle collocado para caber n'uma sepultura, que teria o comprimento d'um terço do do cadaver?

Nas mesmas escavações appareceram tres pedras do comprimento de 1m,11, todas do feitio de pipas, e com inscripções funebres.

N'uma lia-se: «D. M. S. Musa vixit. Ann. A. X. Livia Liberatoset. H. S. E. S. T. T. L.»

Em outra: «D. M. S. Dignitas. vixit ann. XXV. cryseros maritus posuit. H. S. E. S. T. T. L.»

Na terceira: «D. M. S. pereria mak. por. quae mor XXXV.»

Em 1745, tambem n'umas escavações realisadas proximo de Alvito, appareceu um outro cippo similhante, que tinha a seguinte inscripção: «D. M. S. C. Maria Euprepia qua ifate concesseruut viveri annis XXXV ben e merenti modestus conjuci sua posuit.»

O apparecimento d'estas antiguidades veiu em reforço da opinião de alguns auctores de que existiu ali uma povoação celtica, florescente no tempo dos romanos, a qual foi completamente destruida pelas invasões dos povos barbaros do norte (suevos, visigodos, alanos, wandalos, etc., etc., senão pelos mouros.

Achamos poucos elementos para julgar da existencia d'uma povoação; a ser do tempo dos romanos, estaria assignalada em alguns dos escriptos da epoca, como o «Itenerario» de Antonino Pio; é verdade, porém, que n'esse precioso documento se faz referencia a uma povoação denominada «Plagiaria» e a que se não tem podido assignalar logar certo, a qual deve ter existido no Alemtejo, por isso que demorava na estrada militar de Lisboa a Merida, mas esta via inclinava-se pelo actual districto de Portalegre e não podia descrever a curva precisa para attingir Alvito.

Julgamos, pois, muito mais acceitavel a hypothese de que os antiquarios laboraram em erro, admittindo a existencia d'uma povoação celtica ou romana n'esta localidade,

na qual não resta vestigio algum de construcção nem sob nem «sub solum». E' mais crivel que n'estes logares se ferisse alguma batalha, e ahi se sepultasse o cadaver d'algum ou alguns chefes notaveis, cujo esqueleto seria o encontrado em 1743.

Passemos, pois, um veu sobre as hypotheses e vamos á historia authentica d'esta villa.

Teve um convento de frades trinos, fundado em 1182. Tambem ainda ali existe um outro de franciscanos, da invocação de Nossa Senhora dos Martyres, reedificado pelos barões de Alvito e concluido em 1534. Este convento, fundado no anno 900, foi primeiramente dos frades benedictinos, sendo depois cedido por aquelles titulares aos franciscanos.

Quando era dos frades bentos chamava-se de «Mujadarem», isto é, «monges de além», e então n'elle viveu Santo Eleuterio (ou «Noutel»), em honra do qual se erigiu uma ermida proximo da villa e que ainda existia ha poucos annos. Diz-se que lhe foi dado o nome «dos martyres», em memoria dos que ali foram trucidados pelos romanos, no tempo dos imperadores Claudio e Aureliano, pelos annos 280 de J. C.

Possuiu tambem albergaria para os viajantes, situada junto ao hospital, e administrada pela santa casa da Misericordia.

Nos primeiros annos da monarchia não passava a hoje consideravel povoação d'uma herdade, denominada de S. Romão, cuja posse era partilhada pelo senado de Evora e pelos descendentes do arrojado cavalleiro Giraldo, cognominado «o Sem pavor», que usavam o appellido de Pestana.

O chanceller-mór do reino D. Estevão Annes Collaço, amigo e confidente de D. Affonso II, obteve d'elle doação da herdade e como era ao mesmo tempo homem de grandes traças, boas manhas e piedade singular, resolveu converter a herdade nos fundamentos d'uma povoação, pelo que fez construir diversas habitações, algumas das quaes dava de renda e outras por caridade, para as habitarem familias pobres, e tão feliz foi em seu empenho que, tendo concluido as edificações em 1255, sete annos depois havia tanta gente ali estabelecida, que teve de mandar construir uma igreja sob a invocação do mesmo santo de que a herdade usava o nome, e em 1265 D. Affonso II ali foi, desejoso de conhecer de perto o incremento que tomava a empreza do seu chanceller; achou-a tão augmentada que lhe concedeu diversos privilegios e isenções, «elevando-a á cathegoria de parochia».

Conhecido continuou a ser o logar pela denominação de freguezia de S. Romão. Havendo, porém, ali uma corrida de touros fugiu um dos bichos, lançando o susto na sua passagem, de maneira que lhe perderam a pista; quando já estavam cançados e em desanimo os que o procuravam, appareceram alguns homens com o touro agarrado, gritando: «alvitre, alvitre», no sentido de pedir alviçaras, ficando d'este caso e d'estas palavras o nome á terra, que com a habitual corrupção se converteu em Alvito.

Todavia, Cuvarruvias, a quem Bluteau segue, diz que a palavra «alviçaras» é derivada do latim «albities».

Alvito tambem é nome proprio de homem. Em Hespanha e em Italia ha povoações com a mesma denominação.

Algum sujeito chamado Alvito daria por qualquer motivo o seu nome a esta villa?

A esse respeito pergunta igualmente Pinho Leal, no seu diccionario: «... então tambem agarrariam algum touro bravo e tambem diriam «alvitre» os povos das freguezias de «Alvite», «Alvites», etc.?»

Comquanto este caso seja citado por quantos escriptores antigos se occupavam de taes particularidades, é mais de suppôr que se lhe désse o nome de freguezia do «alvitre» ou «alvedrio», por haver procedido da resolução do chanceller-mór a sua fundação.

Succederam no senhorio da povoação os frades trinos, que lhe deram foral em 1321, confirmado em 1327 por D. Diniz, depois de larga contestação com os donatarios.

Com o andar dos tempos foi augmentando tanto a parochia, que teve de construir-se outro templo, hoje ainda parochial, sob a invocação de Nossa Senhora da Assumpção, junto ao qual foi construido, em 1618, um convento; além d'esta ha em Alvito a igreja da Misericordia, com hospital annexo e nove ermidas.

O monumento mais notavel é o castello, obra de D. João II, que depois de construido o doôu a João Fernandes da Silveira, chanceller-mór do reino e tronco da familia dos marquezes de Alvito.

Sobre a porta principal está uma lapide com a seguinte inscripção:

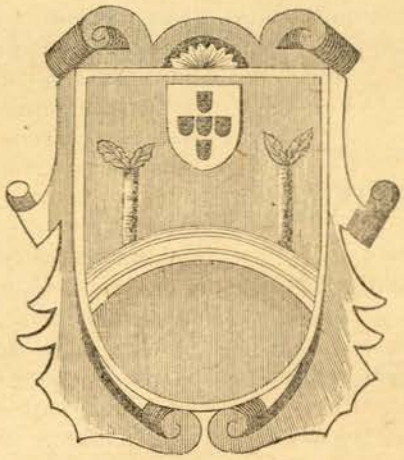
«Esta fortaleza se começou a 13 de agosto de 1454, por mandado d'el-rei D. João II N. S., e acabou-se no tempo d'el-rei D. Ma-

nuel I. Fel-a por seus mandados, D. João Lobo, barão de Alvito.»

Pelos seus anachronismos, esta inscripção conhece-se que é de origem posterior á fundação do castello.

O primeiro titulo de barão, em Portugal, foi dado por D. Affonso V, em 27 de abril de 1475, a João Fernandes da Silveira. Filho do dr. Fernando Affonso, que adquiriu justa nomeada no tempo de D. João I, foi regedor das justiças, chanceller-mór e escrivão da puridade de D. Affonso V e vedor de fazenda. Por dez vezes foi como embaixador a differentes principes e tendo prestado n'estas commissões relevantes serviços á patria, falleceu em 1484. Nos seus descendentes continuou o mesmo titulo e ao setimo barão foi accrescentado o de conde de Oriola, em 1653. D'elle descende o actual marquez de Alvito, um dos membros mais distinctos da aristocracia portugueza.

E' romanesca a historia do oitavo barão d'este titulo, D. João Lobo da Silveira, que serviu a D. João IV de moço fidalgo e foi seu pagem de lança quando este soberano passou ao Alemtejo em 1643. Sendo depois coronel, governador de Serpa, e achando-se no cêrco de Badajoz, em 1658, ahi morreu em um desafio.



Brazão d'armas de Alvito—N.º 2

Ignoram-se as circumstancias d'este facto e apenas os historiadores da epoca contam que houve um duello do barão de Alvito e um irmão, D. Francisco Lobo, com Luiz de Miranda Henriques e D. Vasco da Gama, ficando mortos os tres primeiros e o ultimo bastante ferido, sendo muito sentidas as mortes d'estes fidalgos, porque o barão era dotado de grande valor e excellentes qualidades, e D. Francisco o igualava em merecimento.

No «Portugal Restaurado» diz o conde da Ericeira que foi levissima a causa do duello e nada mais accrescenta a este respeito.

O titulo de marquez de Alvito foi creado por D. José I em 1746 e com elle agraciado o decimo barão do mesmo titulo.

O castello, ainda hoje bem conservado, domina a villa e tem cinco torres; n'elle tiveram seu solar os barões e ainda actualmente é residencia habitual do representante da casa, o sr. marquez do mesmo titulo, gentil-homem, par do reino, camarista do fallecido monarcha D. Luiz I, etc., etc.

A casa do municipio é um bom edificio, construido nos principios do seculo passado; tem uma alta torre de relogio, toda de cantaria, e occupa o centro da villa.

D. João III habitou algum tempo em Alvito e ahi nasceu em 1 de novembro de 1531 o primeiro filho d'este soberano, D. Manuel, que morreu em tenra idade.

Tambem ali nasceu, no dia 8 de abril de 1782, José Martins Alvito, cirurgião militar reformado, que exerceu a clinica em Lisboa com bons creditos, durante largos annos.

Foi aprendiz e depois official de barbeiro n'uma pequena loja que então ficava proxima da antiga estalagem dos Camillos.

Era homem estudioso, modesto e retirado. Viveu sempre celibatario e chegou a ajuntar uma fortuna muito regular, pois deixou por sua morte mais de 7:800$000 réis em peças de ouro e uns 12:000$000 réis em acções do banco, além de outros papeis de credito. Deixou tambem uma pequena livraria e de pouco valor, com perto de dois mil volumes, que depois foi vendida. José Martins Alvito falleceu em Lisboa, na rua do Carvalho n.º 4, das consequencias da operação da talha, que soffrera quatro dias antes, no 1.º de maio de 1851.

José Maria da Costa e Silva faz d'elle larga menção na parte ainda inedita do seu «Ensaio Biographico Critico».

Não sabemos, comtudo, se José Martins Alvito deixou mais alguma producção poetica, além das seguintes: «Tres epistolas», em verso solto, «dirigidas ao ill.mo sr. José Ignacio d'Andrade».

Estas epistolas foram impressas na pequena collecção de versos, que se acha descripta no «Diccionario Bibliographico», tomo II, n.º E, 74.

O concelho abrange actualmente apenas duas freguezias, que são: Alvito (villa), e

Villa Nova da Baronia. A primeira, em 1757, tinha 390 habitantes, e a segunda 189 fogos. Hoje, a freguezia de Alvito tem 1:886 almas e 486 fogos, e a de Villa Nova da Baronia 276 fogos e 967 almas.

Junto á cabeça do concelho corre a ribeira de Odivellas, que produz algum peixe e tem ali uma bella ponte de cantaria; põe em movimento grande numero de azenhas, que lhe incrementam a industria agricola.

As armas de Alvito são, segundo alguns auctores: Um touro rompente, entre duas arvores.—N.º 1.

Outros querem que sejam: Em campo de sangue, o escudo das quinas, entre dois troncos de arvore, que rematam em duas folhas sómente (cada uma) e firmadas sobre um arco de ponte.—N.º 2.

Em vista, pois, d'esta divergencia de opiniões, nós, que não temos dados sufficientes para contestar ou perfilhar qualquer d'ellas, resolvemos publicar os dois brazões.

J. Garcia de Lima.

BATALHA DO AMEIXIAL

Como geralmente é sabido, o facto glorioso da revolução de 1640 não deixou de ter duras consequencias, que por muito tempo ainda sobrecarregaram Portugal.

Não era natural, por um lado, que a Hespanha se deixasse ficar a sorrir de desdem vendo escapar-se-lhe das mãos tão estimada presa; e por outro lado, que Portugal, tendo tido a coragem de arrojar de si heroicamente o jugo hespanhol, voltasse cobardemente as costas ao exercito que Filippe IV mandava a disputar a nossa independencia.

O tratado dos Pyreneus permittira ao rei Filippe concentrar toda a sua ambiciosa attenção em Portugal, e assim o fez o monarcha hespanhol, principalmente desde o anno de 1659, em que se concluira a paz entre a Hespanha e a França, e o anno de 1663, em que o nosso assumpto nos obriga a collocarmo-nos.

No dia 6 de maio d'esse anno sahiu novamente de Badajoz o exercito commandado por D. João de Austria, filho natural de Filippe IV. Passou o rio Caia, avistou no dia 11 a praça de Extremoz e, receiando os seus oito mil defensores, caminhou para Evora que, por mal guarnecida, se rendeu por capitulação no dia 22.

O general da provincia do Alemtejo, conde de Villa Flôr, reuniu em Extremoz um exercito de 11:000 infantes, 3:000 cavallos e algumas boccas de fogo, fazendo parte d'este exercito alguns terços de inglezes e francezes ao serviço de Portugal.

Dirigiu o conde de Villa Flôr as suas tropas para Evora, mas, sabendo no caminho que esta cidade se havia rendido, pensou em collocal-as de modo que podessem cortar a retirada ao inimigo.

Seguindo este plano, postou-se o exercito portuguez sobre a margem esquerda do rio Odigebe, não tardando a avistar, na margem direita, o exercito castelhano. No dia seguinte, pela manhã, D. João de Austria tentou atravessar o rio, mas, sendo valentemente repellido, desistiu da empreza e durante a noite fez retirar de Evora, occultamente, as suas bagagens.

Apenas ao entreluzir da manhã tiveram os nossos generaes conhecimento d'esta disfarçada retirada, e, apesar dos hespanhoes nos levarem uma hora de avanço, ao mesmo tempo que elles passavam o rio Ter, na Venda do Duque, passavam-n'o os portuguezes em Evora Monte, seguindo os dois exercitos á vista um do outro até ao sitio do Ameixial.

Queria D. João de Austria metter-se em Arronches para evitar uma batalha, até que de Badajoz recebesse reforços, mas o conde de Villa Flôr, percebendo-lhe o intento, procurou na manhã do dia 8 de julho cortar-lhe o passo. D. João de Austria mudou, porém, de direcção; foi occupar as alturas do Ameixial, desde os Ruivinos até ao monte da Granja.

Os campos do Ameixial, terreno feracissimo, povoado de hortas e pomares, distam de Extremoz 5 kilometros para o occidente. Ao oriente d'esta planicie desdobra-se uma longa cordilheira, que se ramifica até ligar-se com a serra de Souzel.

O ponto mais elevado d'esta cordilheira tem o nome de «Serra Murada». Segue-se o alto de «Ruivinos», junto do qual ha uma garganta por onde as tropas castelhanas tinham de seguir.

O nosso exercito occupava o topo das serras que ficam para o lado de Extremoz.

(*Conclue n'um dos proximos numeros*).

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | DEZEMBRO — 1889 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza — Rua do Terreirinho, 17, 1.º — Lisboa. | NUM.º 23

ALMEIRIM *

Está situada esta villa em uma planicie, que se estende até ao Tejo. E' banhada ao N. pelo rio Alpiarça, que a fertiliza. Fica a 6 kilometros ao SE. de Santarem, a cuja comarca pertence, e 75 ao NE. de Lisboa. E' concelho, com 914 fogos e 3:710 almas. Em 1757 tinha 302 visinhos. N'essa epoca não possuia delegação do correio; servia-se do de Santarem e bem assim Alpiarça.

Foi vigararia do real padroado, com um coadjuctor da mesma apresentação, a quem se dava annualmente 12$000 réis em dinheiro, dois moios de trigo, um de cevada e a quarta parte das offertas. Tinha tambem um thesoureiro, com 12$000 réis, um moio de trigo e parte das offertas. E' do patriarchado de Lisboa, e districto administrativo de Santarem.

Por Almeirim passava uma das vias militares romanas, que de Lisboa se dirigiam a Merida. Teem ali apparecido varios marcos milliarios, dedicados ao imperador Trajano.

A villa foi fundada por D. João I, em 1411, n'um sitio a que os mouros chamavam já «Al-Meirim» — nome proprio de homem — tendo principio em um grande palacio que o mesmo rei ali mandou construir, com amplos e bellos jardins.

D. Manuel ampliou-o, fazendo d'elle palacio de inverno. A coutada, que lhe pertencia, criava toda a qualidade de caça grossa e miuda, e era guardada por muitos couteiros.

Tambem os fidalgos da côrte d'este monarcha mandaram ali construir palacios e quintas, que estão actualmente quasi todos em ruinas.

Ainda no tempo de D. Manuel ali se fez um castello, que teve a mesma sorte dos outros edificios.

Em 1430, o infante D. Duarte mandou construir em Almeirim uma torre que devia ser gigantesca, mas vendo seu pae, el-rei D. João I, que ella não ia direita, ordenou que fosse desmanchada, quando já attingia meia altura, não proseguindo depois a obra.

Consta que estando D. João III em Almeirim e vendo o palacio real arruinado, disse para os fidalgos: «O paço parece que se ri!» D. João Henriques respondeu: «Sim, Senhor, e tanto que arrebenta pelas ilhargas», alludindo ás fendas e barrigas que continham as paredes.

O mesmo monarcha, em 1527, ali fundou uma igreja e um hospital, em honra de Nossa Senhora da Conceição e dos martyres S. Roque e S. Sebastião, sob a invocação dos quaes creou uma confraria com o fim de soccorrer por meio de esmolas os cortezãos pobres e as viuvas nobres, cujos maridos morressem servindo a patria. Faziam parte d'esta piedosa e humanitaria instituição, o rei, a rainha, os infantes D. Luiz, D. Affonso, D. Henrique e D. Duarte, a infanta D. Maria, o duque de Bragança e quasi todos os fidalgos de Lisboa.

Por varias vezes D. João III convocou côrtes em Almeirim, sendo uma d'ellas no dia 31 de janeiro de 1544, afim de prestar juramento o principe D. João, pae do infortunado rei D. Sebastião.

N'ellas fez a oração do juramento do principe o dr. Antonio Pinheiro, ao qual respondeu, em nome dos povos, o dr. Lopo Vaz, procurador da cidade de Lisboa.

N'estas côrtes offereceram os povos ao rei 50:000 cruzados (20:000$000 réis), como consta da carta de 27 de abril de 1548, do que tambem faz menção outra ao concelho de Coimbra, de 4 de fevereiro de 1545.

Tambem o cardeal D. Henrique, em 11 de janeiro de 1580, convocou as côrtes de Almeirim, em seguimento ás de Lisboa de 1579, por causa da successão á corôa portugueza, que então era cubiçada por oito pretendentes, sendo cinco netos de el-rei D. Manuel. Eram elles: D. Antonio, prior do Crato, filho natural do infante D. Luiz; D. Catharina, duqueza de Bragança; o duque de Saboya; o duque de Parma; Filippe II,

* Esta villa não possue brazão d'armas.

de Castella; D. Catharina de Medicis, rainha de França; o papa Gregorio XIII; e a sanguinaria Izabel, de Inglaterra.

D. Antonio, prior do Crato, tinha o povo a seu favor, mas quasi todos os fidalgos lhe eram contrarios, em consequencia de estarem alliciados por Filippe II, que, mandando o duque de Alba invadir Portugal com um exercito de 22:000 homens, assim poz a espada de Brenno na balança da justiça.

Nas côrtes fez a falla da abertura o dr. Antonio Pinheiro.

N'ellas pretenderam os povos arrogar a si o direito de nomear successor á corôa, o que era legalissimo, como consta dos embargos apresentados ao cardeal D. Henrique por Phebo Moniz, procurador de Lisboa, em nome do povo; mas esses embargos não foram attendidos, porque poude mais o ouro do «Demonio do Meio-Dia» e a ambição de alguns portuguezes degenerados do que o direito incontestavel d'uma nação.

D. Henrique havia nomeado, em 1579, uma regencia, composta de cinco governadores, para o substituir no caso da sua morte; pois tendo ella prestado juramento «de bem governar o reino», cumpriu-o, entregando Portugal ao dominio castelhano.

O cardeal-rei falleceu em Almeirim, no dia 31 de janeiro de 1580 e os cinco governadores dissolveram as côrtes em 15 de março do mesmo anno.

Além dos factos historicos, que já citámos, tiveram logar n'esta villa o casamento da infanta D. Izabel com o imperador Carlos V e de seu filho Filippe II com a infanta D. Maria; e o nascimento, em 23 de fevereiro de 1526, do celebre jesuita D. Gonçalo da Silveira, filho de D. Luiz da Silveira, primeiro conde de Soutello, e de sua mulher D. Brites de Noronha.

Era D. Gonçalo doutor em theologia. Depois de prestar grandes serviços á religião, em Portugal e na Azia, foi martyrisado na cidade de Monomotapa, por ordem do rei, no dia 16 de março de 1561, quando contava 18 annos de padre e 36 de idade.

O rei, que era cafre e tinha sido baptisado com o nome de Sebastião, arrependido de ter ordenado aquelle acto deshumano, mandou matar os mouros que o haviam praticado, todos os homens do seu conselho e até sua propria mãe.

D. Gonçalo da Silveira tinha sido estrangulado e depois deitado ao rio «Mutate».

A 6 kilometros ao sul da villa existiu o convento da Senhora da Serra, de frades dominicos, fundado por D. Manuel, pelos annos de 1520.

Almeirim soffreu muito com o terremoto que principiou no dia 7 de janeiro de 1531 e durou 50 dias, arruinando muitas povoações da Extremadura, principalmente no Ribatejo.

Possue Misericordia e hospital, fundado por D. João III, em 1550.

Proximo á villa encontra-se a quinta dos marquezes de Alorna, notavel pela grande plantação de amoreiras.

Almeirim foi por muitos annos o retiro mais presado dos nossos reis, que ali residiam no verão e faziam grandes caçadas.

A charneca ou matta, onde elles iam caçar, tem sido, pouco a pouco, reduzida a cultura.

E visto que fallamos d'esta especie de divertimentos, já tão apreciada pelos nossos monarchas, n'aquelles tempos, não podemos deixar de referir-nos a uma pungente desgraça, occorrida no dia seguinte ao de terem realisado uma montaria em Almeirim el-rei D. João II e seu filho o principe D. Affonso, o qual foi victima d'essa desgraça que lançou na viuvez a princeza D. Izabel, filha dos reis catholicos Fernando e Izabel e deu a posse do throno portuguez ao duque de Beja, depois rei D. Manuel e esposo da que fôra sua cunhada.

Eis como este successo é narrado por um dos nossos mais illustres historiadores:

«No dia 11 de julho de 1491 foram o rei e o principe caçar a Almeirim; no dia 12 el-rei, que folgava muito com todos os divertimentos varonis, sahiu para ir nadar ao Tejo, como costumava, e, como costumava tambem, convidou seu filho para o acompanhar. Este mandou-lhe dizer que estava muito fatigado da montaria da vespera, e que, se el-rei lh'o permittisse, preferia ficar esse dia a descançar. D. João II, mais alegre do que nunca (e digam que ha presentimentos!) passou pela camara do principe, que o veiu receber á porta com a bocca cheia de riso, e já com os trajes de quem ia dormir a sesta. El-rei motejou d'elle um pouco, e despedindo-se partiu. Ao atravessar o terreiro para montar a cavallo, viu a uma janella o principe e a princeza de mãos enlaçadas, ridentes e arrulhadores como dois noivos e dois pombos namorados que elles eram. Cortejou-os de baixo com uma rasga-

da mesura, e os alegres adolescentes responderam-lhe com um cumprimento; mas o principe, que sabia quanto o pae o amava, e que lhe correspondia tambem com fino amor filial, ficou scismando no desejo que elle tinha de que o acompanhasse, e, não lhe querendo dar nem o mais leve desprazer, resolveu seguil-o. Mandou apparelhar a mula, em que tinha costume de dar os seus passeios, mas, encontrando já apparelhado um cavallo garboso, rinchão e ligeiro, não esperou a mula, e, montando, partiu a galope.

El-rei já estava no rio, nadando e banhando-se; a tarde principiava a declinar, o principe entendeu que não era tempo de se metter no Tejo, e folgando de apertar entre os joelhos um ginete brioso, começou a galopar ao longo da margem. Appareceu-lhe n'essa occasião, igualmente bem montado, D. João de Menezes, commendador de Aljezur, e o principe com todo o ardor da sua idade, convidou-o para correr com elle o pareo. D. João de Menezes escusou-se, o principe insistiu, e ambos correram um pedaço de mãos dadas.

Era tempo de voltar a palacio, e a mula, que D. Affonso mandára apparelhar, estava ali esperando. Quando, porém, o principe se desmontou do cavallo para passar para a mula, rompeu-se o loro de um dos estribos, e forçoso lhe foi voltar a cavalgar no ginete. Parece que era a fatalidade quem se oppunha assim a que se salvasse o principe. Garcia de Rezende conta que n'esse dia, costumando aliás D. Affonso andar sempre vestido de côres brilhantes, vestira um tabardo negro, aberto, e um gibão tambem negro. O ginete vinha tambem todo arreiado de negro, «coisa que eu nunca lhe vira», accrescenta Rezende. Parecia que vestia o principe o seu proprio luto.

Vendo-se outra vez no cavallo, de novo teve o principe a diabolica tentação de correr o pareo. Era desafiar o destino. D. João de Menezes condescendeu tambem, mas com repugnancia. Correram, e de repente o cavallo do principe cahiu, levando debaixo o seu cavalleiro. Quando o levantaram estava já o principe sem falla. Aterrado por esta catastrophe de que fôra involuntariamente cumplice, D. João de Menezes fugiu, e só annos depois tornou a apparecer na côrte, por ordem expressa d'el-rei.

Metteram logo o principe na pobre choupana de um pescador, que a triste fortuna, diz Ruy de Pina, quiz então fazer novo paço. Avisaram el-rei, avisaram a rainha e a princeza, que partiram logo desvairadas, a pé, taes como estavam, perfeitamente fulminadas por esta subita e horrivel desgraça. O rei appareceu tambem, e aquella alma de tempera mais que varonil succumbiu completamente ao ver quasi nos braços da morte o filho que tanto amava. Sentou-se e ali ficou abstrahido, enlevado no principe, sem ver, sem ouvir o que em torno d'elle se dizia.

Era o seu filho estremecido, o ente que lhe dava n'este mundo a unica alegria, a consolação unica. Não podia passar um dia sem o ver, sem conversar com elle, iniciando-o nos mysterios da politica, nos segredos da governação. E tinha-o ali prostrado, exanime, nas palhas de um pobre leito, na choupana de um humilde pescador. Bem diz Victor Hugo:

Oh! les cœurs de lion sont les vrais cœurs de père!

O principe não fallava; quando a rainha e a princeza chegaram, por mais doces palavras de carinho e de amor que lhe dissessem, não deu o principe signal de vida. E tinha, comtudo, ali a esposa que tanto amava, a mãe que o estremecia! Era tão doloroso o espectaculo que os fidalgos, apesar do seu odio a el-rei, não podiam deixar de chorar, esquecendo tudo n'aquella angustia suprema. Por toda a parte, em Santarem, onde estava então a côrte, se faziam preces e procissões; el-rei, recobrando-se emfim da atonia e comprimindo a sua dôr com a vontade de ferro, que um instante o desalento lhe vergára, rodeiado de todos os seus medicos, fazia executar o tratamento, e incitava-os a que procurassem salvar o principe tão caro. Ai! os esforços da sciencia eram impotentes, ainda que a sciencia estivesse n'essa epoca mais adiantada do que estava.

Toda essa noite e o dia seguinte ali estiveram os tres desgraçados, sem poder descravar os olhos do ente querido que lhes fugia; afinal, ás nove horas da noite os medicos fizeram sentir respeitosamente a el-rei que a morte já vinha proxima, que nenhum esforço humano lhe podia suspender os passos. A princeza D. Izabel não se podia separar do marido que tanto amor lhe merecera, e que tão pouco gosára. O rei e a rainha, ajoelhando-se cada um do seu lado, junto do corpo quasi cadaver, apertaram-lhe muito ao peito os braços já cahidos e frouxos; depois el-rei beijou-o na face e chegou-lhe a mão direita á bocca, lançando-lhe a

ultima benção. A pobre mãe, que sentiu fugir-lhe a alma com a alma do filho, voltando a elle n'um impeto de cego amor, que tambem se comprehende, descobriu-lhe o peito, e sem poder articular uma palavra, beijou-lhe repetidas vezes o sitio em que o coração já não pulsava quasi. Pobre rainha angustiada, que diadema, por mais esplendido que fosse, a podia consolar de não sentir de encontro aos labios as pulsações d'esse coração que ella fórmára, e ao qual ligava todas as suas esperanças de porvir!

Sahiram, pois, e o rei, ao chegar á porta da pobre choupana, voltou-se e disse apenas: «Ahi vos fica o principe meu filho.» Não poude dizer mais. Suffocavam-n'o as lagrimas e os soluços. Chorava, chorava com angustia immensa o assassino do duque de Vizeu! O' Providencia, que punições reservas nos teus insondaveis decretos!

Foram para umas casas que ficavam na Ribeira, e que pertenciam a um sujeito por nome Vasco Palha. Não tardou a chegar a el-rei a noticia que elle esperava da morte de seu filho, e, querendo mostrar-se emfim o varão forte que sempre fôra, procurou confortar a rainha e a princeza, mas debalde, porque elle precisava mais de conforto ainda do que os outros. E era um espectaculo tristemente doloroso o d'esse pae, o d'essa mãe, tão pungidos por um golpe cruel, que procuravam, sem o conseguirem, confortar-se reciprocamente. E quem foi que os veiu amparar? Foi a duqueza de Bragança, a viuva do duque D. Fernando, decapitado em Evora, que soube cumprir n'esse doloroso ensejo a mais grandiosa maxima do Evangelho: Perdoar!

Morreu o principe D. Affonso no dia 13 de julho de 1491, com pouco mais de 16 annos, e fôra casado pouco mais de sete mezes. Enterrou-se na Batalha, ao lado de seu avô D. Affonso V, e devemos pensar que ou uma hypocrisia immensa cobria o reino inteiro com as suas redes repugnantes, ou que era o principe herdeiro da corôa um dos mais sympathicos, um dos mais queridos, que jámais poisaram nos degraus do throno portuguez.

. . . . . .

Nunca mais a alma energica de D. João II recuperou aquella tempera forte que o distinguia; continuou a reger o Estado com mão firme e segura, mas frequentes vezes, quando lhe occorria a idéa do filho tão amado, arrazavam-se-lhe os olhos de agua, e o espirito abstrahido parecia conversar, em mudo extasi, com esse meigo espirito que da terra fugira. Pouco depois da morte do filho, disse elle, ao sahir de casa, onde bastantes dias se conservára encerrado: «Avisem o principe meu filho para que cavalgue comigo.» Os prantos não o deixaram continuar.

Passaram-se os tempos, e todos julgavam que os cuidados do governo tinham, senão apagado pelo menos amortecido a dôr paternal, quando um dia, em que D. João II caminhava, acompanhado por luzida cavalgada, voltou-se de subito para o seu sequito, ficou suspenso e correndo os olhos por todos. Perguntaram-lhe se procurava alguem, ou se queria alguma coisa, e elle, com profunda tristeza, respondeu: «Queria ver o que não vejo, que é o principe meu filho; porque era o meu espelho em que me via, que por meus peccados se quebrou.» E, voltando o rosto, proseguiu tristemente o seu caminho, com a fronte carregada pelos cuidados, e a nuvem da saudade a obumbrar-lhe o rosto pensativo!

E o remorso a confundir com a saudade os seus espinhos! Que expiação do crime! Que pesada justiça do Invisivel!»

O concelho compõe-se actualmente das freguezias seguintes: Almeirim (villa), Alpiarça, Bemfica e Raposa. A sua historia resume-se unica e exclusivamente nos factos que vamos apontar.

«Alpiarça» ou «Alpiaça».—Está situada n'uma planicie, na margem do rio do mesmo nome, que nasce em Ulme e entra no Tejo em frente de Vallada. 90 kilometros ao NE. de Lisboa e 10 ao SE. de Santarem.

Foi outr'ora villa e pertenceu á comarca da Chamusca. No seu termo passou uma das vias militares romanas, em direcção a Merida, o que é attestado ainda pelo successivo apparecimento de marcos milliarios, dedicados ao imperador Trajano.

Em 1757 tinha 311 fogos e actualmente possue cerca de 994.

Foi curato do vigario de Santa Iria.

Produz bastante vinho, fructas, cereaes e peixe.

«Bemfica».—Possue approximadamente 717 habitantes.

«Raposa».—Em 1857 contava 78 fogos e hoje tem 439 almas e 99 fogos.

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | DEZEMBRO — 1889 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza — Rua do Terreirinho, 17, 1.º — Lisboa. | NUM.º 24

ANCIÃES (CARRAZEDA DE)

A villa de Anciães está assente no cume d'um alto monte, entre os rios Sabor e Tua, e foi outr'ora uma das principaes povoações da provincia de Traz-os-Montes. Fica a 104 kilometros ao NE. de Braga e 360 ao N. de Lisboa. Era da corôa.

Quanto á origem do seu nome, dizem uns que significa «villa dos velhos», outros «villa velha». Mas qual foi a rasão de se lhe dar este nome? Não sabemos.

No pelourinho de Anciães, deitado por terra e partido, vê-se de um lado as armas de Portugal e do outro a figura, em relevo, d'um velho, com grandes barbas, e com uma chave em cada mão.

A fundação da villa é remota, segundo attestam varias inscripções de caracteres desconhecidos, gravados em algumas pedras existentes na igreja matriz e no castello.

O ter-lhe dado foral D. Affonso I tambem revela que Anciães era uma povoação importante, o que igualmente se deprehende do seu grande e bem construido castello, cercado de altas torres; os grossos muros que a cingem, hoje tudo arruinado, mostram evidentemente que foi em tempos remotos uma magnifica posição militar pela natureza do terreno e obras de arte.



Brazão d'armas de Anciães

Conta a tradição, pela bocca dos habitantes, que junto de suas muralhas se feriram varios e sanguinolentos combates contra os hespanhoes, que sempre foram batidos, resistindo ao tempo decorrido o nome de um valle, chamado da «Ribeira da Osseira», em rasão dos numerosos cadaveres que ali ficaram depois d'uma peleja com os castelhanos.

E' porém a terra pouco favorecida da natureza, porque não tem aguas; excessivamente fria e batida de todos os ventos, por demorar em ponto alto e desabrigado. E' remota a epoca da sua decadencia, porque das memorias da monarchia portugueza não consta nada a esse respeito.

A não ser a sua importancia como posição militar, não sabemos a que devesse a sua antiga florescencia; hoje mais parece uma pobre aldeia do que uma villa.

E' digno de ser visitado o castello, cujas muralhas são de cantaria lavrada e abrangem uma circumferencia de 282 metros.

Dentro d'elle está a torre principal, chamada «do Sol», com uma só porta. Ali existiu tambem uma antiga igreja sob a invocação de S. Salvador, na qual havia alguns carneiros, que dizem ser de pessoas notaveis; e extra-muros d'elle a de S. José, ambas em ruinas e abandonadas desde 1734.

Diz-se que a fortaleza é obra dos romanos; é certo terem n'ella apparecido moedas do tempo d'aquelle povo, assim como ainda ali ha restos de varias casas baixas e uma sobradada, etc.

Os muros da villa abrangem 624 metros. Teem revelins, cubellos e quatro portas: «Postigo da igreja», «da Villa», «da Fonte» e a «de S. Francisco», que é a principal.

Sobre esta porta havia a seguinte inscripção: «Anciães sempre leal ao rei de Portugal». Ainda ao sahir d'ella, á esquerda, se encontra uma pedra com outra inscripção em caracteres igualmente desconhecidos.

Possue tambem a villa um «contra-muro» a distancia de 33 metros, com 150 de comprido, a pegar no fortim do Cubo, e com uma porta chamada de «S. João extra-muros», perto da igreja.

Anciães tem por brazão d'armas um castello e a legenda: «Anciães leal no reino de Portugal».

D. Sancho reformou-lhe o foral, datado de 6 d'abril de 1198, e D. Manuel conferiu-lhe um outro com muitos privilegios e isenções, datado de Santarem e dia 1 de junho de 1510.

A sua igreja matriz, que é muito antiga, está dentro da villa, junto á porta da fortaleza.

Em diversos sitios do templo e no seu adro ha muitas inscripções, com os mesmos caracteres desconhecidos. No adro estão gravadas nas pedras differentes armas das ordens militares, o que faz suppôr que estejam ali enterrados muitos cavalleiros, talvez mortos em alguma batalha, que houvesse n'aquelles logares.

Na igreja parochial de Anciães receberam o sacramento do baptismo os personagens seguintes, além de outros que a historia venera nas suas paginas brilhantes:

D. Manuel de Sousa, que foi arcebispo primaz de Goa.

D. Frei Gonçalo Moraes de Mesquita, bispo do Porto.

João Gonçalves Vellasco, conego da sé de Miranda, cuja memoria se conserva e respeita na igreja de Santa Maria do Pinheiro, no bispado de Vizeu, onde depois foi abbade.

Frei Diogo de Jesus, que deu a vida pela religião do martyr do Golgotha.

Lopo Vaz de Sampaio, oitavo vice-rei da India, o qual depois de praticar na Azia mil acções de sobrehumano valor em defeza da sua patria, adquirindo-lhe novos estados e fazendo-a temida e respeitada em todo o Oriente, foi preso por intrigas e caprichos de Nuno da Cunha, seu successor no vice-reinado, e preso veiu para Portugal, por ordem de D. João III.

Sendo depois solto, por se não acharem fundamentos ás iniquas accusações de seus invejosos inimigos, e vendo-se esquecido e despresado na sua patria, emigrou para a Hespanha, onde se conservou alguns annos, até que D. Jayme, duque de Bragança, e seu parente, conseguiu que elle regressasse á nação; porém não figurou mais na republica, antes, retirado ao seu solar, ahi terminou a sua vida gloriosa, mas attribulada, em março de 1538.

As maiores façanhas d'este grande capitão da India foram:

A destruição de um exercito de 10:000 malabares, com pouco mais de 2:500 portuguezes, em 1526.

A gloriosa victoria e desbarate da armada real de Calecut, em 1527.

A victoria contra o rei de Bintão, no Mar Roxo, e a das Molucas; além de outras muitas nos mares e reinos asiaticos.

D'elle disse Camões nos seus immortaes «Luziadas»:

> ..... não nego que Sampaio
> Será no esforço illustre assignalado,
> Mostrando-se no mar um fero raio,
> Que d'inimigos mil verá coalhado.

Está sobranceiro á villa o monte Roboredo, onde ha minas de estanho e ferro, sendo estas importantissimas. Houve tambem ali minas de ouro, que foram exploradas pelos nossos reis, os quaes mandaram construir n'aquelle logar casas para arrecadações e residencia dos empregados.

A sua maior exploração foi no principio do reinado de D. João V. Tambem nas aldeias de Luzellos e Marzagão ou suas immediações se exploraram por esse tempo e por conta do estado minas de estanho.

Junto á aldeia do Pombal, descendo para o rio Tua, por uma serra alcantilada, existe uma nascente d'agua sulfurosa ou sulfurica, muito abundante, e que se despenha pela serra abaixo.

O padre Antonio Seixas, que foi ali parocho, mandou fazer em 1730 um tanque para se tomarem banhos d'esta agua, que se diz efficacissima para molestias cutaneas, rheumaticas e outras. São bastante concorridas e se chamam vulgarmente «Caldas de Anciães».

Teve juiz de fóra até 6 de abril de 1734, em que se mudou a séde do concelho para Carrazeda, por cujo motivo hoje se denomina Carrazeda de Anciães.

Actualmente este concelho compõe-se das freguezias seguintes: Carrazeda de Anciães (séde), Amedo, Beira Grande, Belver, Castanheiro, Fonte Longa, Lavandeira, Linhares, Marzagão, Mógo de Malta, Parambos, Pereiros, Pinhal do Douro, Pinhal do Norte, Pombal, Ribalonga, Samorinha, Seixo de Anciães, Selores, Villarinho da Castanheira e Zedes.

A sua população é de 11:822 almas, divididas por 3:184 fogos.

«Carrazeda» ou «Carrazedo de Anciães». —E' hoje a cabeça do concelho do mesmo

nome. Fica a 24 kilometros ao O. de Moncorvo, 120 ao NE. de Braga, a cujo arcebispado pertence, e 370 ao N. de Lisboa. E' do districto administrativo de Bragança. Está cercada de campos muito abundantes de agua e ferteis em vinhos finos e ordinarios, azeite, fructas, cereaes, etc.

A casa da camara é um edificio magnifico, um dos melhores da villa.

Foi antigamente da comarca da Torre de Moncorvo e do concelho de Anciães. O reitor de Marzagão apresentava ali o cura «ad nutum», que tinha 24$000 réis, «mais seis tostões para ensinar a doutrina», o pé de altar e um alqueire de centeio de cada freguez.

Foi tambem cabeça de um morgado, que instituiu em 1593 o licenciado André Fernandes de Magalhães, natural d'aquella localidade.

«Amedo». — Fica situada em uma baixa, nas abas da serra de Roboredo. E' terra bastante fertil e cria bichos de seda ha muitos annos.

«Belver». — Diz-se que o seu nome provém da bella situação em que se encontra.

«Pereiros». — Esta freguezia gosava dos grandes privilegios dos caseiros de Malta, por ser commenda d'esta ordem.

«Pombal». — Terra fertil, gado e caça. Abaixo da capella de S. Lourenço, no fim de uma imminencia summamente aspera e fragosa, descendo para o rio Tua, a 4:500 metros d'esta povoação e 35 da Torre de Moncorvo, está uma nascente d'agua thermal-sulfurea, dentro d'uma especie de fonte, sahindo na quantidade de pouco mais de uma telha, sem augmento ou diminuição nas diversas estações do anno.

A agua é diaphana, mas alguma cousa esbranquiçada e como que levemente saponacea. O seu gosto e cheiro é o de todas as aguas sulfureas mineralisadas pelo gaz hydrogenio sulfurado, com uma tenue porção de sulfatos de bases terreas e ainda maior porção ferruginosa.

Deixa por onde passa um precipitado ou residuo branco, que, depois de secco, se inflamma, fazendo uma chamma azulada e produzindo um fumo suffocante. A sua temperatura, dentro da nascente, é 95° a 97° F. ou 28° a 29° R.

A uns 300 metros ao N. da fonte, no meio de um silvado, ha uma outra pequena nascente, em tudo e por tudo igual á que fica mencionada.

A esta povoação, para se distinguir de outras com a mesma designação, se dá vulgarmente o nome de «Pombal de Anciães».

«Seixo de Anciães». — Proximo a esta aldeia, e acima da capella de Nossa Senhora a Velha, existem tres covas: uma com 25 palmos d'altura e duas com 30, tão largas, que no fundo de cada uma d'ellas estão plantadas muitas oliveiras.

E' tradição constante por aquelles sitios que foram minas de ouro ou prata, lavradas pelos romanos ou pelos mouros, e que a ellas vinha agua por uma levada, construida no ribeiro da Osseira, no sitio dos Pisões, por baixo de Besteiros, que dista d'ali 6 kilometros, da qual ainda ha vestigios, correndo então a agua pelo despenhadeiro d'aquellas ladeiras.

Dentro d'uma concavidade, quasi entupida, que está por baixo d'estas covas e pegada a ellas, existem, segundo dizem pessoas que n'ella entraram, varias salas, das quaes, por uma galeria subterranea, se vae ter ao rio Douro, que fica a 3 kilometros de distancia.

A este sitio se dá o nome de «Valle de Covas».

«Pinhal do Douro». — Esta povoação foi annexada administrativamente á de Villarinho da Castanheira.

Das demais freguezias nada ha digno de mencionar-se.

BATALHA DO AMEIXIAL

(Continuado do n.° 22)

Aquelle era o local onde os nossos generaes queriam dar batalha, e n'este proposito mandou o conde de Villa Flôr que o general de cavallaria Manuel Freire fosse com alguns cavallos e dois terços de cavallaria desalojar alguns batalhões castelhanos, que se achavam mais perto do nosso campo.

Manuel Freire desempenhou-se brilhantemente da sua commissão, desalojou da altura o inimigo, e, descendo á planicie, atacou um grande corpo de cavallaria, que marchava escoltando as carruagens. Retirou a tempo, por aviso do general de artilheria D. Luiz de Menezes, e assim foi que o seu arrojo não soffreu desaire.

O conde de Schomberg, observando que a cavallaria inimiga descobrira, por disputar aos nossos batedores uma posição importante, a sua artilheria e bagagens, quiz

avançar com alguns esquadrões de cavallaria sobre os castelhanos, mas o conde de Villa Flôr, sabendo do movimento, mandou sustel-o, ficando Schomberg magoado por não poder effectuar um ataque que se lhe affigurava decisivo.

Conheceu D. João de Austria que os generaes portuguezes queriam dar batalha, e proclamou ás suas tropas, appellando para os seus brios militares; todavia, depois de algumas horas de debil tiroteio D. João de Austria concebeu a idéa de fazer passar as suas bagagens para além do apertado passo do Canal, protegidas pela cavallaria, fazendo desfilar em seguida a infanteria pelas alturas, que lhe ficavam á rectaguarda, caminho de Arronches, onde, durante a noite, metteria todo o exercito a salvo.

O conselho dos generaes portuguezes decidiu dar batalha immediatamente, atacando a cavallaria inimiga na planicie, e lançando a infanteria contra as formidaveis posições dos castelhanos. Assim se fez.

A primeira linha de cavallaria portugueza, commandada pelo general Manuel Freire de Andrada, tão impetuosamente avançou, que teve de retroceder, ficando o seu commandante mortalmente ferido.

Simultaneamente, approximava-se Affonso Furtado, com a primeira linha de infanteria, da montanha em que se achava D. João de Austria, montanha que pela direita atacára o terço de Tristão da Cunha, pela esquerda o tenente coronel Hut com os seus inglezes, e pelo centro os terços de João Furtado e Francisco da Silva.

Intrepidamente resistiram os inglezes a uma força de cavallaria castelhana, ao mesmo tempo que os portuguezes subiam pela encosta, sem disparar um tiro, debaixo de um fogo mortifero.

Vendo-se o inimigo assaltado dentro de uma tapada, deu costas aos portuguezes, fugindo tambem o proprio D. João d'Austria.

Entretanto, o corpo do commando do conde da Torre batia n'outra eminencia o inimigo, que teve de fugir em completa derrota. Por sua parte, Affonso Furtado tomava segunda e terceira eminencia, e, pretendendo fazer alto, pois que á rectaguarda combatiam ainda grandes massas de cavallaria hespanhola com a portugueza, o enthusiasmo das tropas não lh'o permittiu; mas D. Luiz de Menezes, dirigindo-se a alguns officiaes do terço de Francisco de Sousa, obrigou-os a assentarem-se, exemplo que os outros terços seguiram, reunindo-se-lhes logo o conde da Torre, e occupando todos os nove as alturas de onde haviam expulsado o inimigo.

Na planicie durava, porém, ainda o combate entre a cavallaria, quebrando-se todos os esforços da nossa ante a superioridade numerica da castelhana. O conde de Villa Flôr deu, n'este lance, ordem ao terço de Bernardo de Miranda Henriques para que se adiantasse até um outeiro, e d'ahi fizesse fogo sobre a cavallaria inimiga.

Ao mesmo tempo, Diniz de Mello e Castro impellia os castelhanos sobre o estreito passo do Canal, por onde, caminho de Arronches, fugiram em completa desordem.

Eram já então dez horas da noite. Os nossos abstiveram-se de ir sobre a cavallaria castelhana, não só por causa da treva, como por estarem de posse da caixa militar e secretaria do inimigo, dos coches de D. João de Austria, e de mais vinte e cinco carruagens; do estandarte real e de quarenta bandeiras; bem como de todas as bagagens dos castelhanos.

O inimigo teve 4:000 mortos, entre os quaes muitos officiaes superiores, incluindo o conde de Charny.

Os portuguezes perderam 1:000 homens, e tiveram 500 feridos, entre os quaes, como já dissemos, o general Manuel Freire de Andrada.

A noticia da nossa victoria foi jubilosamente recebida pelo rei e por todo o paiz. D. Affonso VI ordenou logo que no sitio do Ameixial se levantasse um padrão commemorativo da batalha, o qual tem a seguinte inscripção:

«No anno de 1663, a 8 de julho, reinando «em Castella D. Filippe IV, vindo D. João «de Austria, seu filho, capitão general do «exercito d'aquelle reino, retirando-se com «elle da cidade de Evora, se formou n'este «sitio á vista do exercito de Portugal, que o «seguia, de que era governador D. Sancho «Manuel, conde de Villa Flôr, que o accom«metteu dando-lhe batalha, e destruindo o «exercito de Castella, em que vinha toda a «nobreza d'ella, ganhando-lhe toda a arti«lheria, e grande quantidade de carruagens, «que o acompanhavam. E para memoria de «tão glorioso successo, mandou el-rei D. Af«fonso VI pôr aqui este padrão, que é o lo«gar em que se deu e venceu a batalha.»

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | JANEIRO — 1890 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 25

AMARANTE *

Esta villa pertence ao districto administrativo e bispado do Porto, d'onde dista 67 kilometros ao N., 25 ao SE. de Guimarães, 50 ao NE. de Braga e 365 ao N. de Lisboa. Tem 7:643 fogos e 30:666 almas. Está situada n'um declive, em bonita posição, e é muito fertil, produzindo sobre tudo optima castanha, saborosas fructas, e bom vinho verde.

Foi fundada pelos turdetanos da Lusitania, 360 annos antes de Jesus Christo. Ignora-se o seu primeiro nome. O capitão romano «Amaranto», que ali foi governador, a ampliou e reedificou, impondo-lhe o seu nome, e, durante o imperio, se chamou sempre «Amaranto». Este guerreiro jaz sepultado no hospital de S. Marcos, em Braga, tendo na campa o seguinte epitaphio:

«Amarantus senecionis H. S. E.»

Quer dizer: «Amarantus Senecionis hic sepultus est.»

Outros dizem que «Amaranto» não era romano, mas um chefe normando.

Ainda outros, finalmente, querem que o nome lhe venha da proxima serra de Marão, como quem diz «Ante-Marão» ou «Marão-Ante», isto é, «Atraz do Marão».

Em todo o caso, o que é incontestavel é que esta povoação é antiquissima.

Pela sua posição geographica, foi frequentissimas vezes campo de batalha, nas continuas guerras da idade média, sendo de todas ellas mais ou menos destruida, até que por fim ficou completamente arrazada e despovoada.

Pelos annos 1250 de Jesus Christo, S. Gonçalo fundou ou reedificou em um rochedo, que está sobre o Tamega, uma capella sob a invocação de Nossa Senhora, na qual falleceu a 10 de janeiro de 1262.

Esta capella ainda existe e é actualmente na igreja matriz da villa, que é o templo do convento dominicano de S. Gonçalo, e n'elle está sepultado o santo, em um mausoleu de pedra com a sua estatua.

S. Gonçalo nasceu na aldeia de Arriconha, freguezia de Tagilde, comarca e concelho de Guimarães.

Quando elle foi habitar para Amarante, em 1250, estava a villa tão destruida que nem vestigios de casas havia, e onde tinha sido a antiga povoação era um extensissimo bosque.

Como fosse grande a concorrencia de gente que ia visitar a sepultura de S. Gonçalo, deu isso origem á nova povoação, que principiou por duas estalagens que ali se fizeram para os devotos.

Ainda em 1809 era Amarante uma boa e grande povoação; porém, tendo-se ali feito forte o audaciosissimo e benemerito patriota D. Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, depois conde de Amarante e pae do bravo marquez de Chaves, resistiu com 4:000 homens, a maior parte paisanos, desde 18 de abril até 2 de maio d'esse anno, á divisão de Soult, fazendo-lhe muitos mortos e feridos e obrigando-o a abandonar a posição.

Os francezes, quando depois occuparam a villa, em desforra da derrota que antes tinham soffrido, a incendiaram.

Em uma aldeia proxima nasceu, pelos annos de 1470, S. Gaspar do Espirito Santo, vulgarmente chamado o «porteiro santo», que morreu no convento de S. Francisco, de Lisboa, a 29 de abril de 1648.

Diz-se que a primeira ponte que houve em Amarante, sobre o Tamega, foi obra do imperador Trajano, pelos annos 106 antes de Jesus Christo, a qual, sendo destruida pelas guerras, foi reedificada ou reconstruida por S. Gonçalo, pelos annos de 1260.

A ponte actual, uma das mais primorosas d'este genero em Portugal, é obra do desembargador Caetano José da Rocha e Mello, seu architecto ou, pelo menos, inspector em 1790, reinando D. Maria I. Tem tres arcos e communica a villa com os extinctos concelhos de Gouveia e Gestaço, cuja povoação principia junto á ponte, com a denominação de Covêllo. Antigamente o termo de Ama-

* Não possue brazão d'armas.

rante, para este lado, apenas chegava a metade d'ella, pertencendo a outra metade aos referidos concelhos. O lado direito da rua do Covêllo era do concelho de Gouveia e o esquerdo do de Gestaço, cada um com sua casa da camara, cadeia, pelourinho, etc.

No meio da ponte que fez S. Gonçalo havia um cruzeiro que marcava o limite dos dois concelhos. Junto a ella, e na margem direita do Tamega, está o convento de frades dominicos, com uma sumptuosa igreja, cuja fundação se attribue tambem a S. Gonçalo, que era freire d'aquella ordem; mas isto é inverosimil, porque este convento só foi fundado em 1540 por D. João III e sua mulher D. Catharina, e continuado por D. Sebastião.

Os frades dominicos de Guimarães, onde S. Gonçalo tinha professado, e os moradores de Amarante tambem concorreram para as obras do mosteiro.

A mesma rainha D. Catharina é que deu aos frades, em 1559, a igreja matriz de S. Verissimo, para templo do convento, continuando comtudo a ser parochial, mas mudando-se de orago para S. Gonçalo.

Posto isto ainda officialmente se diz que os padroeiros da freguezia de Amarante são os dois santos.

Este mosteiro era dos mais sumptuosos da ordem de S. Domingos, em Portugal.

Actualmente estão installados n'este edificio os differentes tribunaes da comarca e o theatro.

Em uma fonte, chamada S. Gonçalo, que fica por detraz da igreja, e para a qual se desce por uma escada de pedra, em um dos degraus d'ella está a seguinte inscripção:

«Aqui jaz Gaspar Gaio, o que aqui se mandou sepultar em reverencia do senhor S. Gonçalo.»

Tem Misericordia e hospital, fundados pelo desembargador Balthazar Vieira, d'esta villa.

Tem tambem um convento de freiras franciscanas de Santa Clara, que fundou Santa Mafalda, filha de D. Sancho I, pelos annos de 1220.

Este convento foi reedificado e ampliado em 1560 pelo conde de Redondo, que ficou, e os seus descendentes primogenitos, sendo seu padroeiro.

Possue uma grande cêrca e chegou a ter 110 freiras. Principiou por um recolhimento de beatas e o povo o fez depois mosteiro, á sua custa.

A parte baixa da villa, nas margens do rio, é muito pittoresca.

O melhor edificio de Amarante é o convento de S. Domingos, sendo o muro da sua cêrca banhado pelo Tamega.

Dizem alguns chronistas que n'esta villa nasceu o inclito dr. João Pinto Ribeiro, o principal heroe de 1640. Isto, porém, é duvidoso, pois que Basto, Lisboa, Paiva, etc., etc., disputam a honra de serem a patria d'este benemerito portuguez.

Na primeira relação que elle proprio mandou imprimir, sendo juiz de fóra de Pinhel, diz que é oriundo de Amarante, mas natural de Lisboa, e que eram seus paes Manuel Pinto Ribeiro e Helena Gomes da Silva, ambos descendentes de familias nobres. Foi casado com D. Maria da Fonseca, de quem não teve filhos. Morreu em Lisboa a 11 de agosto de 1649, e jaz sepultado no claustro do convento de S. Francisco da Cidade, junto á porta do refeitorio, em sepultura propria.

Tem Amarante a honra de ser patria de muitos varões illustres por armas, lettras e virtudes. Entre elles citaremos os seguintes:

D. Alberto da Silva, arcebispo de Goa; D. Frei Antonio de Guadalupe, bispo do Rio de Janeiro; Frei João de Deus Amarantino, auctor genealogico; Paulino Cabral de Vasconcellos, abbade de Jazente, e poeta; e Antonio de Sousa Macedo, distincto classico e primoroso escriptor, cujas obras ainda hoje são apreciadas. Foi secretario do estado de D. Affonso VI e embaixador em Londres.

Carlos II, de Inglaterra, em attenção aos seus merecimentos e ás diligencias que havia feito, embora inutilmente, para salvar do supplicio seu pae Carlos I, o fez barão de Marlinguer, na Irlanda.

No fim da villa, ao cimo, está a capella de S. Lazaro, e junto d'ella uma casa muito antiga, que foi gafaria (hospital de lazaros).

Antes de 1834 a divisão civil de Amarante era a mais despropositada do reino.

Havia na rua principal tres jurisdicções civis e tres ecclesiasticas. Tres foraes e tres pelourinhos. Na povoação de Covêllo, na margem esquerda do Tamega, apenas dividida da villa pelo rio, e que póde considerar-se um arrabalde d'ella, tambem havia a singularidade de ser o lado direito da rua do concelho de Gouveia e o esquerdo do de Gestaço.

Hoje Amarante e Covêllo formam, como devia ser, uma só villa, do mesmo concelho

e comarca, menos os bispados que ainda são differentes.

No fim do Campo da Freira está o calvario com a capella do Senhor do Pé da Cruz. Pelo E. é este campo cercado pelo muro da cêrca das freiras, que ali tinham um miradoiro, que ainda existe, para onde iam ver as cavalhadas e mais festas que se faziam n'aquelle logar.

Apesar da sua posição ser importante, militarmente fallando, nunca esta villa foi cercada de muralhas nem teve castello.

Nos seus arrabaldes ha boas quintas e casas nobres.

Actualmente o concelho compõe-se das freguezias seguintes: — Amarante (séde), Aboim, Anciães, Athaide, Bustello, Canadello, Candomil, Carneiro, Carvalho de Rei, Cepellos, Chapa, Figueiró (*), Fregim, Freixo de Baixo, Freixo de Cima, Fridão, Gatão, Gondar, Gouveia, Jazenta, Lomba, Louredo, Lufrei, Magdalena, Mancellos, Monte, Oliveira, Ovelha do Marão, Padornello, Real, Rebordello, Sanche, S. Verissimo, Tellões, Travanca, Varzea, Villa Cahiz e Passinhos, Villa Chã do Marão e Villa Garcia.

«Anciães».—Está situada em uma ribeira, da qual só se descobre a freguezia de Candomil. E' cercada pela serra de Marão, em distancia de 8 kilometros. Na serra ha minas de estanho, no sitio chamado «Romeu».

Nascem ali varios regatos, que se juntam n'um logar denominado «Redélos», e a pequena distancia se mettem no Tamega.

«Ataide», «Athaide» ou «Taide». — Pertenceu ao concelho de Riba-Tamega, que foi supprimido em 1855.

A ermida de Nossa Senhora da Natividade, vulgo Senhora do Pinheiro, por ficar no logar d'este nome, está situada n'um alto.

E' opinião geral que n'ella houve um hospital administrado pelos descendentes de Miguel Vaz Guedes Athaide Azevedo Brito Malafaia, senhor da honra de Barbosa, que fica a 12 kilometros de distancia, e sustentado por elles á sua custa; e é tambem tradição terem o seu solar no logar do Pinheiro, e ainda ha vestigios de suas antigas torres, das quaes só existem as ruinas. E' certo ser esta freguezia o solar dos Athaides.

Na ermida ha quatro vãos, mettidos na parede, que eram os quartos dos doentes e peregrinos.

Os senhores de Barbosa teem ali muitas rendas e foram proprietarios d'esta freguezia, pelo que se assignam Athaide.

Foi fundada ou povoada por «Atanagildo», rei dos godos, em 560, impondo-lhe o seu nome, que se corrompeu no actual.

Frei Bernardo de Brito diz que a fundou um senhor godo, do mesmo nome, pelo mesmo tempo, e não o rei.

«Carneiro».—Era antigamente da comarca de Guimarães, concelho de Gestaço.

Foi povoada por um grande cavalleiro, chamado Martim Carneiro, monteiro-mór de D. Affonso II, e progenitor dos Carneiros, o qual lhe deu o seu nome, pelos annos de 1220.

Martim Carneiro descendia dos duques de Monton (França), e d'elle procedem os condes da Ilha do Principe, os de Lumiar e outras familias nobres de Portugal.

O primeiro conde da Ilha do Principe foi Luiz Carneiro de Sousa, por Filippe IV, em 4 de fevereiro de 1640.

As armas dos Carneiros são em campo de purpura, uma banda azul com tres flores de liz, d'oiro, entre dois carneiros passantes, de prata, armados d'oiro. Timbre um dos carneiros das armas.

«Cepellos».—Era antigamente da comarca de Guimarães, concelho de Sobre-Tamega ou Santa Cruz de Riba-Tamega, termo de Gouveia. Foram seus donatarios os condes de Redondo.

Teve uma albergaria administrada pela Misericordia de Amarante, a qual instituiu e dotou D. Mafalda, mulher de D. Affonso I. Só tinha camas para passageiros.

«Freixo de Baixo».—Esta freguezia e a seguinte chamavam-se antigamente «Fraisseo». E' mais provavel que só em escripturas se lhe désse esse nome por ser alatinisado, e que o vulgo sempre lhe chamasse «Freixo».

Houve ali um mosteiro de frades cruzios, fundado em 1120 por D. Gotinha ou Gontina Godins, mulher de D. Egas Hernuges «o Bravo», e sogros de D. Egas Gozendes.

Em 1540, D. João III o deu aos frades dominicos de S. Gonçalo de Amarante, o que foi confirmado pelo papa Paulo III, em 1542.

Parece-nos que os frades d'esta povoação, se então os havia, é que foram habitar o convento de Amarante, porque vemos os dois mosteiros unidos no mesmo anno em que se fundou o d'aquella villa.

(*) Existem n'este concelho duas freguezias com este nome.

«Gatão».—Foi villa. O seu nome é corrupção da palavra arabe «Catton», que significa «gato», animal domestico bem conhecido. Vem pois a ser «povoação do gato».

Outros dizem que o nome lhe provém de D. Gatão, conde e senhor d'esta freguezia, o qual povoou Asterga em tempo da restauração d'esta cidade do poder dos mouros. Era descendente do rei godo Flavio Egica. Fundou muitas igrejas em Portugal.

«Gondar».—Teve um antigo convento de freiras benedictinas, do qual era igreja a actual matriz da freguezia. Ali iam aos «capitulos» as freiras de dois conventos, pois n'esses tempos ainda não havia clausura.

No seculo XVI passou ao poder de commendatarios.

Foi solar dos Gondares, procedentes de Mem Gondar, e dos Mottas, descendentes de um nobre fidalgo asturiano, que veiu para Portugal com o conde D. Henrique, pae de D. Affonso Henriques. O primeiro que se acha com este appellido é Ruy Gomes de Gondar da Motta, em tempo de D. Affonso II. Tomou-o de sua quinta da Motta, onde teve o solar na freguezia de Villa Chã de Marão.

Esta familia usa o brazão d'armas seguinte: em campo verde, cinco flores de liz d'ouro, em aspa; elmo d'aço, aberto, e por timbre, duas plumas verdes, guarnecidas d'ouro, e entre ellas, uma das flores de liz das armas.

Os que descendem do dr. Jeronymo da Motta, formado em direito na universidade de Sena (Italia) e escrivão da camara de D. João III, do seu desembargo, e juiz da real fazenda, augmentaram as suas armas, por outhorga do mesmo rei, do modo seguinte: escudo esquartellado no 1.º e 4.º quartel, de purpura, leão de prata coroado de ouro; no 2.º e 3.º, as armas dos Mottas, que ficam descriptas. Elmo d'aço aberto; timbre, meio leão das armas.

«Gouveia».—Foi cabeça do concelho do seu nome, composto de sete freguezias, na comarca de Guimarães; depois passou a ser do concelho de Sobre-Tamega e da mesma comarca, até que finalmente, sendo supprimido, ficou a formar parte do de Amarante.

D. Manuel lhe deu foral em Lisboa, a 22 de novembro de 1513. (Liv. dos foraes Novos do Minho, fl. 3, col. 1.ª)

Foram senhores d'esta villa os Sousas, descendentes de Martim Affonso Chicorro, filho bastardo de D. Affonso III e de D. Aldonça ou Dulce Rodrigues de Sá. O primeiro senhor de Gouveia foi Fernão de Sousa que casou com D. Mecia de Castro.

Esta povoação pertenceu em tempos antigos á freguezia de Cepellos, mas ha mais de 150 annos que fórma parochia independente

Já em tempo do conde D. Henrique tinha sido parochia; depois se annexou a Cepellos e no principio do seculo XVIII tornou a ser freguezia independente.

A rainha D. Thereza e seu filho D. Affonso Henriques, coutaram, em 1125, a povoação de Gouveia, e a doaram n'esse mesmo anno ao mosteiro de conegos do Santo Sepulchro, «d'Aguas Santas» (Maia).

A mesma rainha e seu filho deram muitos privilegios a esta freguezia, e na doação que d'ella fizeram aos conegos se diz que os habitantes de Gouveia só pagam: «Medietatem de homicidio, et de Rauso et de merda inbuca, vel de latronem: et vadunt in anuduvam Regis.»

«Jazente», antigamente «Jacente».—Foi abbade n'esta freguezia o celebre poeta Paulino Cabral de Vasconcellos, que floresceu no fim do seculo XVIII.

Teve um antiquissimo convento de freiras bentas, que ainda existia em 1458, em que foi para ali mandada do mosteiro de Recião, da mesma ordem, Maria Rodrigues, por incorrigivel. Não podemos saber quando este convento foi supprimido, passando a abbadia secular, mas parece-nos que foi antes de 1600.

«Louredo».—Tinha foral dado por D. Affonso III, em setembro de 1213. (Liv. 2.º de «Doações» de D. Affonso III, fl. 26 v. principio. «Livro dos foraes antigos da leitura nova», fl. 144, col. 1.ª) Denominava-se então esta freguezia «Louredo de Terras de Gouveia».

«Mancellos».—Houve ali um mosteiro benedictino, instituido em 1110 por Mem Gonçalves da Fonseca e sua mulher D. Maria Paes Tavares.

D. Sancho I concedeu a este convento, em 1200, a isenção do pagamento da «colheita» ao rei.

Em 7 de julho de 1219, D. Affonso II e sua mulher a rainha D. Urraca e seus filhos os infantes D. Sancho, D. Affonso, D. Fernando e D. Leonor, estando em Guimarães, conferiram ao mosteiro de Mancellos a isenção do pagamento da colheita que lhe havia concedido D. Sancho I.

(*Conclue no proximo numero*).

Typ. Lealdade—Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | JANEIRO — 1890 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 26

AMARANTE

(*Concluido do numero antecedente*)

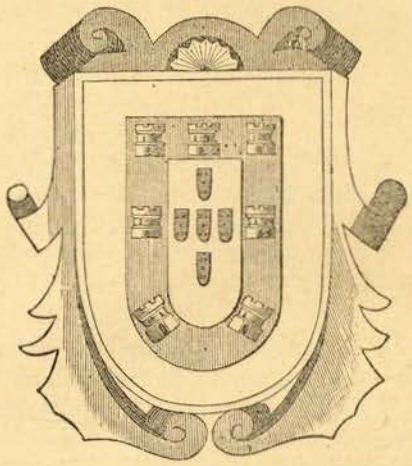
Em 1540, D. João III deu este mosteiro, que então era de cruzios, ao de S. Gonçalo de Amarante, o que foi confirmado por bulla de Paulo III, de 1542.

«Monte».—Em 29 de maio de 1745, uns sacrilegos entraram na igreja de S. Salvador do Monte, e arrombando a porta do sacrario, tiraram d'ella o ciborio de prata, que levaram, espalhando as sagradas particulas pelo altar e pelo chão, achando-se umas nos pires das galhetas, outras n'um vazo e uma debaixo da pedra d'are.

Levaram tambem a ambula dos santos oleos, que era de estanho, derramando-os sobre as mesmas particulas.

De uma imagem de Nossa Senhora tiraram a corôa e a quebraram com grande incedencia, depois de conhecerem que era de latão.

Chegou esta noticia á cidade do Porto, e logo d'ali sahiu o vigario geral com alguns desembargadores do senado, a syndicar do caso.



Brazão d'armas de Arrayolos

A 18 de junho mandou o bispo publicar uma pastoral, para que na sé d'aquella cidade se fizessem preces com o Sacramento exposto, na segunda-feira, 25 do dito mez, nos dois dias seguintes, e nos de 22, 23 e 24, em todas as igrejas do Porto e seus suburbios, como tambem em todas do bispado, depois de lhes chegar a noticia da mesma pastoral.

«Tellões» ou «Tollões».—Teve um mosteiro de monges benedictinos, fundado pelo famoso conde D. Rodrigo Forjaz, ascendente dos condes da Feira, em 887. D. Affonso Henriques e sua mulher a rainha D. Mafalda, mandaram d'ali as freiras e os frades para outros mosteiros da mesma ordem, e deram este aos conegos regrantes de Santo Agostinho (cruzios), em 1173. N'elle se conservaram estes religiosos até 1475, anno em que o convento passou para a collegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, por ordem do seu prior, o conego frei João de Barros.

Antigamente pertencia esta freguezia ao concelho de Celorico de Basto.

E' n'ella que existe a aldeia de Laboriz, onde os descendentes de Francisco Pinto da Cunha Coelho, da casa dos senhores de Felgueiras, tinham um vinculo e cabeça d'elle, uma ermida dedicada a Nossa Senhora do Rosario, objecto de muita devoção dos povos d'aquelles sitios.

«Padornêllo» ou «Pedornêllo».—E' povoação rica, fertil e bonita, situada nas margens do rio Mendo, e que em grande parte deve a sua prosperidade á excellente fabrica de lanificios, ali fundada em 1860, e que hoje é uma das principaes d'este genero em Portugal.

Existe ali uma torre, a qual, segundo consta, foi residencia de D. Loba Mendes, filha de Mem de Gondar, e mulher de Diogo Bravo, de Riba-Minho. Esta senhora era muito rica e caridosa, e deixou certas rendas e propriedades ao convento de S. Gonçalo de Amarante, com a obrigação de darem os frades em todos os dias do anno esmolas a todos os pobres que se apresentassem á portaria. Este legado cumpriu-se religiosamente até 1834.

Padornêllo era uma pobre aldeia, cujos habitantes apenas viviam da agricultura e de crearem algum gado. Existiam quasi ignorados quando veiu a fundação da fabri-

ca, que principiou a girar sob a firma Garcia Ribeiro & C.ª, conseguindo-se que esta povoação fosse conhecida em todo o reino como uma das principaes terras industriaes, em ponto pequeno.

Em 1874, proximo de Padornêllo, cahiu tão enorme porção de chuva que as aguas cavaram a estrada, em alguns sitios, até á profundidade de 20 metros. Foi tão violenta a tempestade, que arrastou para a estrada tão grandes penedos, que, mesmo depois de quebrados a fogo, houve grande difficuldade em removel-os. Suppõe-se ter sido uma tromba marinha que foi ali rebentar.

«Ovelha do Marão» ou «Aboadella».—Foi villa e couto, e era uma das dez «beetrias» do reino. Está situada ao fundo da vertente occidental da serra de Marão. Foram-lhe concedidos diversos foraes. No de D. Sancho I se determina que cada casal deve pagar «seis ferros» por anno para a corôa. Não se sabe hoje com certeza o que fosse esse tributo; dizem uns que era uma barra de ferro, outros que era uma ferradura. Esta renda só se pagava nas terras onde havia minas de ferro em lavra, e em varias partes do Marão se exploravam minas d'este metal, do que ainda existem vestigios e documentos.

Em 9 de maio de 1809 houve ali um combate entre as tropas portuguezas e francezas. Tres corpos da nossa cavallaria fizeram grande destroço no inimigo, que retirou para Hespanha, onde entrou no dia 17 d'esse mesmo mez.

«Travanca».—E' povoação antiquissima e foi villa e couto do mosteiro, mas nunca teve foral. O seu convento benedictino foi fundado em 970 por D. Garcia Moniz, que o dedicou ao Salvador do Mundo, ficando elle e os seus descendentes padroeiros do mosteiro. Para isso lhe deu seu pae a «granja de Travanca» e outras terras circumferentes, o que consta de uma escriptura que existia no cartorio do mesmo convento de Alpendurada.

Morrendo D. Garcia Moniz antes de findarem as obras do mosteiro, seu filho D. Gascão Moniz as concluiu em 1002. Foi seu primeiro abbade o virtuoso e illustrado frei Domingos Teixeira. Estes prelados eram senhores donatarios de Travanca e capitães-móres do seu couto.

«Villa Garcia».—No alto da serra do Gerez houve uma casa de neve, que mandou fazer o arcebispo de Braga, D. Sebastião de Mattos e Noronha, cuja obra se findou com a sua prisão em Lisboa, na acclamação de el-rei D. João IV, e assim esteve até ao anno de 1648, em que o primaz D. Luiz de Sousa a mandou reedificar e encher de neve.

Villa Garcia era de el-rei e tinha juiz ordinario no civil e crime, dois vereadores, um meirinho, eleição triennal do povo por pelourinho, a que presidia o corregedor da comarca, e ia escrever um escrivão de Regalados por distribuição annual.

Da aldeia de Cacunco pagava cada morador dois alqueires de pão e uma gallinha á casa de Gil Barbedo, aonde estava o foral e devia ser algum tempo vivenda do fidalgo d'este nome, senhor do mesmo concelho. Este era o solar de tão nobre appellido, hoje pouco usado. Entraram n'ella os Abreus, senhores de Regalados, de que se desannexou por morte de Leonel de Abreu, em seu filho segundo, Lopo Gomes de Abreu, capitão-mór das naus da India, que tambem levou a quinta de Agra.

«Gestaçó» (Magdalena).—Deu-lhe foral el-rei D. Manuel, aos 15 de março de 1514. Teve juiz ordinario e eleição do povo por pelouro de tres em tres annos. N'ella faziam dois vereadores, procurador, escrivão da camara e almotaçaria, tres do judicial e notas, juiz dos orphãos com seu escrivão, outros das sizas, com ordenado no almoxarifado de Villa Real, enqueredor, distribuidor, contador, e meirinho, que era carcereiro. Teve tres companhias com capitão-mór e sargento-mór. Foi primeiro d'este concelho o infante D. Pedro, conde de Barcellos, que compoz o «Livro das Linhagens»; deu-lh'o el-rei D. Diniz, seu pae, em 15 de setembro de 1306, para elle e seus descendentes legitimos, mas como os não teve vagou para a corôa. El-rei D. João I fez mercê d'elle a Gil Vasques da Cunha, seu alferes-mór, terceiro filho de D. Vasco Martins da Cunha, senhor de Taboa e das villas de Pinheiro, Angeja e Bemposta, o qual contava sete illustres avós até D. Guterre, em que começa esta familia o conde D. Pedro. D. Guterre era dos antigos condes de Lemia e Trastamara, descendentes dos godos.

Gil Vasques da Cunha se passou a Castella, aonde foi senhor das villas de Roa e Mancilha, e voltando a Portugal foi senhor de Basto e Monte-Longo. Casou com Izabel Pereira, filha de Alvaro Gonçalves Pereira, prior do Crato, e irmã do grande condestavel D. Nuno Alvares Pereira, e teve entre

outros filhos João Pereira Agostim, um dos doze que foram com Magriço a Inglaterra, e se chamou Agostim por matar n'aquelle reino um inglez d'este nome. Foi homem de grande valor, e casou com Izabel Fernandes de Moura, filha de Alvaro Gonçalves de Moura, senhor de Moura, Portel e outras terras.

As restantes freguezias nada teem digno de descrever-se.

ARRAYOLOS

A origem de Arraiolos, que tambem alguns escrevem Arrayolos, fundando-se na supposta fonte hellenica do seu nome, está envolta em trevas e fabulas, concordando, porém, todos os auctores, comquanto que sob diversa fórma, em que é muito antiga, provindo-lhe a denominação d'um guerreiro grego, chamado «Rayeo», que a capitaneava, chamando-se por esse motivo «Rayollis», que com o andar dos tempos se corrompeu em Arrayolos.

Entretanto a versão mais auctorisada, comprovada por documentos archeologicos, é a que attribue a fundação aos gallos-celtas, que a denominaram «Calantia» e com este nome foi conhecida durante a dominação romana.

Está situada no coração do Alemtejo, a 18 kilometros de Evora, em uma elevação muito sadia e fertil.

A antiga «Calantia» ou «Arrendiz», descripta por Ptolomeu, demorava a alguma distancia da actual villa, como diz o sr. Rivara n'uma curiosissima memoria publicada no «Panorama».

Com effeito a distancia d'uns 5 ou 6 kilometros de Arrayolos encontram-se vestigios de uma povoação antiga, e o templo de Sant' Anna do Campo, freguezia que faz parte d'este concelho, pelas inscripções antigas que n'elle se vêem parece datar d'essa epoca, devendo n'esse caso citar-se a origem da villa nos annos 360 antes de Jesus Christo ou 3644 do mundo, segundo o texto hebreu.

E' certo que os sabinos, tusculanos e albanos, estes ultimos de origem grega, occuparam Evora antes de Sertorio, que foi dos mais energicos obstaculos á invasão romana, e certamente n'essa epoca lançaram os fundamentos d'esta povoação.

As diversas vicissitudes porque passou a villa, até que a monarchia portugueza se estabeleceu definitivamente na peninsula, foi causa de que se arruinasse e reconstruisse, procurando os reedificadores o logar mais favoravel, pelo que se distanciou d'aquelle em que primeiramente estivera.

Foram longas e arduas as luctas entre os diversos invasores da peninsula, e por isso muitas villas notaveis foram destruidas, reedificadas e tornadas a destruir; esta foi a sorte da «Calantia» ou «Calantica» dos antigos, ou moderna Arrayolos, que os arabes foram os ultimos a arruinar.

Costumavam estes ser desapiedados com as praças que lhes resistiam, e assim o foram com esta, arrazando-a até aos alicerces, em castigo da heroica firmeza com que se defendera.

D. Diniz, que mereceu os cognomes de «Lavrador» e «Povoador», em rasão do grande empenho com que promoveu o desenvolvimento das praças fortes e villas, que pela posição topographica se tornavam mais importantes e consideraveis, mandou povoar e reedificar esta, dando-lhe foral no anno 1310, e construindo para sua defeza um forte castello com seis torres. Este castello tem duas portas: uma denominada da villa, outra de Santarem.

No reinado de D. Fernando I foi feita doação d'esta villa a D. Alvaro Pires de Castro, que depois muito figurou nas dissenções da regente D. Leonor Telles com o mestre da ordem de Aviz. Por morte d'este fidalgo D. João I fez mercê do titulo de conde e do senhorio de Arrayolos ao condestavel D. Nuno Alvares Pereira, do qual o titulo e senhorio passou á casa de Bragança.

Quando em seguida á patriotica revolução de 1640 os hespanhoes invadiram Portugal, dissiminando na sua passagem o terror e a destruição, o castello de Arrayolos foi por elles incendiado, bem como as casas de habitação que se encontravam dentro de seus muros.

D. João Garcez, fidalgo da côrte de D. Affonso V, fundou na quinta de Valle Formoso o primeiro convento que houve n'esta localidade, sob a invocação de Nossa Senhora da Assumpção, e que pertenceu aos conegos seculares de S. João Evangelista. A fundação data de 1527.

Do monte de S. Pedro avistam-se muitas povoações e villas do Alemtejo, e disfructa-se um dos mais esplendidos panoramas; correm nos arrabaldes as ribeiras de Odivor, Pontega e Vide, abundantes de peixe miudo,

que regam herdades ricas e ferazes em cereaes, azeite, algum vinho e fructas; tambem o termo abunda em gado e caça.

Em tempo houve ali uma fabrica de tapetes, que no seculo passado prosperou muito, tendo os seus productos grande extracção no paiz e no ultramar.

Na villa ha uma só freguezia, denominada do Salvador, que é a matriz, cuja igreja se acha dentro do castello; possue igualmente casa da Misericordia e um hospital.

Pertence ao concelho a antiga villa de Aguias ou Brotas, cuja data da fundação se perde na noite dos tempos. Tem foral que lhe foi dado no dia 20 de novembro de 1519 por D. Manuel. Das antigas fortificações conserva ainda uma torre com ameias e dezeseis casas de abobada, de construcção elegante, medindo 17 metros por 20, e de altura quatro andares muito bem repartidos.

A villa é situada em ponto elevado e cercado de montes.

O terreno é quasi todo coberto de bosques e abundante em producção de cereaes.

Em 1361 foi elevada a concelho, e ha muitos annos encorporada no de Arrayolos.

Um dos direitos concedidos pelo foral era o de seus habitantes não pagarem portagens nem darem soldados para o exercito.

Nada menos de onze escriptores assignala Diogo Barbosa Machado como naturaes de Arrayolos; entre elles, porém, como digno de menção pelos muitos serviços prestados ao concelho, especialisaremos Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, nascido em 23 de junho de 1809. Formou-se em medecina em 1836, entrando para o serviço publico—por ser pouco inclinado á clinica—na qualidade de primeiro official da secretaria do governo civil de Evora e passou a bibliothecario do archivo publico da mesma cidade, onde coordenou, classificou e catalogou todas as obras, augmentou a bibliotheca com mais dez volumes das livrarias dos conventos; separou em duzentos paleotypos e colleccionou grande numero de preciosos manuscriptos antigos.

Escreveu tambem varias obras e artigos, que lhe dão logar honroso na bibliographia portugueza. Em 3 de junho de 1855 foi nomeado secretario geral do governo dos estados da India, para onde partiu e ali publicou a maior parte dos seus eruditos trabalhos litterarios.

Ainda uma nota relativa á villa de Arrayolos. Em março de 1868 alguns trabalhadores que andavam cavando uma terra para a reduzir a vinhas, no sitio de villa Ladra, a um kilometro da séde do concelho, descobriram um tumulo romano, consistindo n'um caixão de marmore, sem ornamento ou inscripção, conhecendo-se que foram serradas as pedras de que era formado. As quatro pedras dos lados, tampa e fundo estavam ligadas por cintas de ferro. Dentro havia ossos humanos e uma moeda de cobre do tempo do imperador Augusto. N'este mesmo sitio appareceu tambem uma moeda de ouro, gothica, além d'outros vestigios d'uma povoação romana.

As armas de Arrayolos são as de Portugal, mettidas em um escudo, consoante se acham na torre do Tombo; todavia, alguns escriptores antigos assignalam por brazão uma cabeça na fórma de uma esphera, em memoria do capitão «Rayeo», mas esta versão pecca por falta de auctoridade.

O concelho compõe-se das freguezias seguintes: Arrayolos (séde), Sant'Anna do Campo, Igrejinha, Gafanhoeira, S. Gregorio, Vidigão e Vimeiro, com 9:989 almas e 1:945 fogos.

«Sant'Anna do Campo».—Situada n'uma campina, cercada de charnecas, d'ali se avista o castello de Arrayolos, que lhe fica a 3 kilometros de distancia, e a villa de Evora-Monte.

A capella-mór da igreja matriz, construida toda de pedras lavradas, de demarcada grandeza, consta ser obra dos romanos, o que parece provarem as inscripções seguintes, gravadas em varias das ditas pedras.

Em uma:

ΛΛΛΛ
ΛΓCA — NANII — IERME — LAVS

Em outra:

CARNEO — CALATÍCE

Além d'estas outras muitas, que por estarem gastas não se podem lêr.

Em 1730, quando se accrescentou a igreja, achou-se debaixo da terra uma grande pedra, tendo dentro um metal, que era uma mistura de cobre e estanho, e uma sepultura que parecia de gigante, tendo dentro só uma caveira, muito grande, quebrada, e uma amphora de barro vidrado.

Querem alguns geographos que fosse ali a antiquissima cidade de «Calantica», o que parece confirmar uma d'estas inscripções que transcrevemos. Outros dizem que «Calantica» era a actual villa de Arrayolos.

(*Conclue no proximo numero*).

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | JANEIRO — 1890 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 27

ARRAYOLOS

(*Continuado do numero antecedente*)

«Vidigão».—Foi curato da apresentação do arcebispo de Evora-Monte, segundo se lê no «Diccionario Geographico» manuscripto. A estatistica parochial de 1862 diz que era filial da matriz de Evora-Monte. Em 1840 pertencia esta povoação ao concelho de Vimieiro, e extincto este em 1855, passou para o de Arrayolos. Tambem pertenceu algum tempo á comarca de Montemór-o-Novo.

Comprehende trinta e oito herdades, entre ellas quatro pertencentes á casa de Bragança. Poucas freguezias do Alemtejo são tão mimosas e abundantes d'agua como esta.

As suas producções dominantes são cereaes, carne de porco, lã e cortiça, pois tem grandes montados de sobro e azinho e cria grandes varas de porcos.

Cerca de 2 kilometros a NO. da matriz d'esta parochia ha, junto da estrada real, uma pyramide geodesica, marcando 244 metros de altitude sobre o nivel do mar.

«Vimieiro».—Assim se chama pelos muitos vimes que ali se criam. D. Manuel deu-lhe foral em 1512. Os officios eram dados pelo senhor da terra, sem ir confirmar nem passar por chancellaria. Era donatario d'esta villa D. Sancho de Faro e Sousa, que procede de D. Fernando, duque de Bragança.

Perto do logar de Claromonte existe uma fonte que o dr. F. da Fonseca Henriques, a paginas 212 do seu «Aquilegio», intitulou «Fonte que mata os peixes».

Não é muito abundante na sua origem e corre com direcção de sul a norte. A sua agua é diaphana, sem cheiro, mas o sabor é de agua grossa, molle e como paludosa. Dizem os visinhos d'ella que no inverno é quasi tepida e muito fresca no verão; e asseveram ainda hoje que os peixes não se conservam vivos por muito tempo n'aquella agua, e que com effeito lhe saltam fóra os olhos.

E' facto indubitavel a morte dos peixes, mais ou menos brevemente.

ALCOCHETE *

Está situada n'uma formosa e fertil planicie, em frente do Poço do Bispo, na margem esquerda do Tejo. Dista 6 kilometros de Aldegallega do Ribatejo e 18 ao SE. de Lisboa.

Tem bons montados e é abundante de caça, lenha e peixe. Produz toda a qualidade de cereaes, vinho, azeite, fructas, sal, carvão, lenha, etc.

Em 1834 tinha juiz de fóra. Era priorado da ordem de S. Thiago e tinha dois beneficiados e um thesoureiro. Foi commenda da mesa mestral da mesma ordem. O prior apresentava o cura de Samouco.

Alcochete foi solar das familias dos Patos, Farias, Perdigães, Moraes e Novaes.

D. Manuel lhe deu foral em Lisboa, a 17 de janeiro de 1515, e lhe fez muitos melhoramentos.

N'este foral eram isentos os moradores de Alcochete de pagarem tributo pelas suas colheitas, mas este privilegio pouco durou ou nunca se executou.

O seu nome é derivado do arabe «al-cachete», que significa «achado da ovelha».

Foi fundada pelos arabes, nos annos 850 de Jesus Christo.

Ali nasceram: a 31 de maio de 1469, o duque de Beja, D. Manuel, depois rei; e em umas casas na rua Direita, hoje demolidas, nas quaes viveu algum tempo, D. João II.

De Alcochete se descobre grande parte de Lisboa, Sacavem, Povoa, Alverca, Alhandra, Villa Franca de Xira, Povos, etc.

Tem Misericordia muito antiga e hospital.

Distante da villa 1:500 metros era o convento de frades franciscanos de Nossa Senhora do Soccorro. Foi fundado em 1572 por frei Gaspar de Cuba, sendo vendido em 1835 ou 1836 e depois demolido.

Alcochete deve todo o seu desenvolvimento ao infante D. Fernando, duque de Vizeu, irmão de D. Affonso V, 12.º grão mestre da

* Não possue brazão d'armas.

ordem de S. Thiago e pae de el-rei D. Manuel.

D. Fernando fixou ali a sua residencia e como era riquissimo muitos fidalgos da sua casa ali construiram habitações, depois do anno de 1450, e foi desde então que a povoação mereceu o nome de villa.

D. Fernando morreu em Setubal, contando apenas 36 annos de idade.

Entre Alcochete e Montalvão apanharam os pescadores do Tejo, em 1323, um sôlho que pesou 255 kilogrammas ou 17 arrobas. Foi offerecido a D. Diniz, que o mandou retratar em tamanho natural e conservar o quadro para memoria na torre do Tombo, onde esteve até 1 de novembro de 1755.

Nas proximidades da villa existe a riquissima quinta e magnifico palacio da Barroca d'Alva, fundado por Jacome Ratton.

A igreja matriz, que era antiquissima, foi reedificada por D. Manuel no principio do seculo XVI. E' de tres naves e de grande luxo architectonico. Tem nove altares. Em um dos lateraes está a imagem da Virgem, de proporções menores do que o natural; segundo a tradição, foi achada na praia da villa. O templo está situado em um vasto terreiro na extremidade da povoação.

Existe no termo de Alcochete a quinta nobre, pertencente a uma capella, de que foi o ultimo possuidor D. Rodrigo Lobo da Silveira, que por fallecer sem descendencia vagou para a corôa, e el-rei D. Pedro II a deu a João Freire de Andrade, o qual por sua morte nomeou uma vida, que n'ella tinha, em seu sobrinho Antonio Freire de Andrade Enserrabodes, cuja ascendencia é a seguinte:

E' filho do desembargador Jorge Freire de Andrade Enserrabodes, cavalleiro da ordem de Christo, e de sua mulher e prima D. Antonia de Castro e Sotto Mayor; neto pela parte paterna de Antonio Freire de Andrade Enserrabodes e de sua mulher D. Izabel de Noronha; bisneto de Jorge Freire de Andrade Enserrabodes e de sua mulher D. Maria de Sotto Mayor; terceiro neto de Antonio Freire de Andrade Enserrabodes, que foi capitão-mór da villa de Arruda e commendador na ordem de Christo, e de sua mulher D. Leonor Lobo de Mesquita; quarto neto de Belchior Freire de Andrade Enserrabodes, commendador na ordem de Christo, e de sua mulher D. Victorina Pereira da Rocha, os quaes instituiram uma capella com casas nobres na villa da Arruda, com a clausula de que os possuidores d'ella se chamariam Enserrabodes; quinto neto de Gonçalo Correia Enserrabodes, que serviu a el-rei D. Manuel e por um crime que commetteu foi degredado para o logar dos Cadasaes, aonde casou com D. Maria Freire de Andrade, mulher nobilissima da casa de «Bobadella».

Antonio Freire de Andrade Enserrabodes é, pela parte de sua avó D. Izabel de Noronha, neto de Affonso de Avellar de Noronha, o qual era filho natural de D. Marcos de Noronha e de D. Branca do Avellar, mulher nobre, filha de Fernão Gomes da Ponte, terceiro avô do referido Antonio Freire de Andrade.

E o dito Affonso de Avellar de Noronha foi casado com D. Izabel de Madureira Brandão, filha de Christovão Cabral Pereira e de sua mulher D. Violante de Madureira Brandão; quarto neto de Ruy Cabral, natural da villa de Arronches, e de D. Antonia Dias Pereira, natural da villa da Arruda; e a dita D. Violante de Madureira Brandão era filha de Francisco de Madureira Brandão, que foi governador de Tanger e commendador na ordem de Christo, e de sua mulher D. Izabel de Quadros, natural de Tanger.

O juiz de fóra de Aldegallega o era tambem d'esta villa, que tinha tres vereadores, um procurador do concelho, escrivão da camara, juiz dos orphãos com seu escrivão, um tabellião, um alcaide e uma companhia de ordenanças.

O concelho compõe-se de duas freguezias: Alcochete (séde) e Samouco, que nada tem digno de relatar-se. A sua população é de 4:640 almas e 1:080 fogos.

AMARES *

Fica a 10 kilometros ao NO. de Braga e 375 ao N. de Lisboa. E' cabeça do antigo concelho de Entre-Homem e Cavado, de que eram senhores os condes da Figueira.

Está situada n'uma planicie, com bonitas e extensas vistas. Por este concelho passa a estrada da Geira.

Não consta que tivesse foral antigo. El-rei D. Manuel lh'o deu em Lisboa, ás Terras de Entre-Homem e Cavado, no dia 8 d'abril de 1514. Este foral serve tambem para Caldellas, Figueiredo, Odivellas e Perozêllo.

* Esta villa não tem brazão d'armas.

Parece que esta villa teve principio em umas tabernas que havia entre a ponte do Porto e a de Caldellas. O seu primeiro nome foi Marrecos e depois Amares.

E' terra muito fertil. Produz milho, centeio, azeite, castanha, optima laranja, algum vinho, lenha e caça. Este concelho é cortado pelos rios Homem e Cavado, que criam lampreias, salmões, enguias e outros peixes.

E' tradição que em Amares foi onde primeiro se plantaram oliveiras, na provincia do Minho, trazidas da Louzã para ali pelo morgado Manuel Machado de Azevedo, no anno de 1534.

Este morgado, que possuia ali muitas rendas, extinguiu as «luctuosas» que se lhe pagavam por morte dos cabeças de casal, determinando que em seu logar se lhe pagasse a «parecerosa», isto é, quando ao dito cabeça de casal nascesse algum filho varão, reconhecer o senhorio com um carneiro, uma fogaça e um cantaro de vinho, como principio de boa estreia.

Tem Amares a honra de ser patria do famoso heroe D. Gualdim Paes (por isso chamado de Marecos), mestre da ordem do Templo. Era este grande capitão filho de D. Payo Ramyres e D. Gontrode, pessoas da primeira nobreza d'aquelles tempos.

Foi creado em companhia de D. Affonso Henriques, seu grande amigo e privado, que o armou cavalleiro no Campo de Ourique, a 25 de julho de 1139, em premio das grandes façanhas que ali obrou.

Alistado pouco depois na ordem do Templo, passou á Palestina, onde se fez celebre pelo seu valor, vencendo os reis da Syria e o soldão do Egypto.

Passados cinco annos, voltou a Portugal, trazendo comsigo varias reliquias dos logares santos, e entre ellas a mão direita de S. Gregorio Nianzeno, que se guarda incorrupta na igreja de Thomar.

Apenas chegou ao reino, foi logo feito commendador ou mestre da casa que os templarios tinham em Braga.

D. Affonso I o fez commendador de Cintra, em 1152, dando-lhe ahi casas e fazendas. Em 1157 foi elevado a mestre absoluto da ordem do Templo.

A vida d'este varão illustre foi uma sequencia de batalhas, victorias e boas obras. Foi elle e D. Arnaldo da Rocha, tambem portuguez, que fundaram em no paiz a ordem do Templo. Concorreu poderosamente para a tomada de Ascalona e Anthioquia (Oriente) e em Portugal, além das muitas batalhas a que assistiu, tornando-se o terror dos mouros, fundou muitas povoações, sendo a principal d'ellas Thomar, construiu e reedificou muitos castellos, igrejas, mosteiros e deu foraes a varias terras.

Uma das suas mais estupendas façanhas foi a que obrou em Thomar, em 1190, quando o rei de Marrocos veiu visitar o castello com 400:000 cavalleiros e 500:000 peões, segundo reza a «Chronica dos Templarios».

D. Gualdim, os seus cavalleiros e o povo da villa e arredores, não só resistiram valorosamente, mas ainda, tomando a offensiva, obrigaram os mouros a levantar o cêrco e os pozeram em completa derrota e vergonhosa fuga, deixando no campo muitos mortos, feridos, captivos e grandes despojos.

Morreu este bravissimo guerreiro em Thomar, a 13 de outubro de 1195, e foi sepultado na igreja de Santa Maria dos Olivaes, da sua ordem, em respeitoso jazigo, que se desfez pelos annos de 1770, recolhendo-se as cinzas em uma pequena arca de pedra, onde ainda estão.

Quando tratarmos de Almourol, Thomar e outras localidades, teremos ainda occasião de referir-nos a outros feitos d'este solerte defensor da patria e da religião.

Marecos ou Marrecos é um appellido antigo e nobre em Portugal, tomado da Quinta de Marecos, origem da actual villa de Amares. O primeiro que o usou foi D. Gualdim Paes, segundo diz o marquez de Monte Bello nas suas notas ao «Livro das Linhagens», do infante D. Pedro.

No reinado de D. Affonso III existia Rui Martins de Marecos, senhor do Casal do Paço de Marecos.

Suas armas são: em campo de prata, duas torres de negro, assentadas sobre ondas de azul e prata. Elmo de aço, aberto, e por timbre um castello de prata.

Era ali o solar dos Machados, descendentes do rico-homem D. Mendo Moniz, que a machado arrombou as portas de Santarem, em 8 de maio de 1147, pelo que D. Affonso I lhe deu, para elle e seus descendentes, o senhorio de Gondar e o mandou usar o appellido de Machado, em memoria d'esta acção.

O actual representante da principal familia dos Machados é o sr. conde da Figueira.

A Torre de Vasconcellos, n'esta villa, é o solar da nobilissima familia dos Vasconcellos, da qual procedia o fallecido marquez de

Castello-Melhor e outras muitas familias não menos nobres.

Segundo Villas-Boas, o primeiro que usou o appellido de Vasconcellos foi D. João Pires, que fez grandes proezas na conquista da cidade de Sevilha, capital da Andaluzia, com D. Fernando III de Castella.

Suas armas são: em campo negro, tres coticas de purpura, em facha, veiradas e contraveiradas de prata e purpura. Elmo de aço, cerrado, e por timbre um leão negro, lapardado, descansando sobre o elmo e lampassado de purpura.

A principaes, legitimas, são as que usaram os Vasconcellos de Carvalho, procedentes de Diogo Gil de Carvalho e de sua mulher D. Leonor Mendes de Vasconcellos, que tiveram brazão de armas em 3 de abril de 1533. E' escudo dividido em pala, na primeira as armas dos Vasconcellos e na segunda as dos Carvalhos.

Ha ainda os verdadeiros Vasconcellos, de Penella, de Villa-Lobos e de Mafra.

Segundo Monte-Bello, existem n'este concelho minas de azougue. No tempo dos Filippes se passou provisão por cinco annos para a sua lavra, mas esta não chegou a fazer-se.

Os officios publicos das Terras de Bouro, de Entre-Homem e Cavado, todos eram da casa dos Castros, de Villa Nova da Cerveira, menos o escrivão das sizas, que era de nomeação regia.

Freguezias e sua historia

«Barreiros». — Foi antigamente do couto de Renduffe, concelho de Entre-Homem e Cavado, e da comarca de Vianna. Depois pertenceu, até 1855, á de Pico de Regalados. Era seu donatario o abbade dos frades bentos de Renduffe.

Consta que n'esta freguezia foi o solar dos Barreiros. E' d'esta familia o dr. Domingos Barreiros, desembargador, secretario de embaixada em Inglaterra, embaixador em Roma e arcediago de Barroso e de Santa Christina, em Braga.

«Besteiros». (*) — A igreja matriz é muito antiga, mas está muito decente. Foi reedificada no anno de 1747, sendo abbade Diogo da Costa. Em 1862, procedendo-se á collocação de um novo retabulo na capellamór, encontrou-se ahi uma pequena pia de pedra, contendo uma caixa de metal e dentro d'ella varias reliquias com um pergaminho, muito gasto do tempo, escripto pelo abbade e licenciado Pedro de Carvalhaes, do qual constava o seguinte:

Que no dia 25 de agosto de 1614, fazendo visita a esta igreja o conego da Sé de Braga, Miguel Sequeira Pinheiro, se abrira o altar do bemaventurado S. Payo e que dentro de uma caixa de pau, já muito deteriorada pelo tempo, foram encontradas as seguintes reliquias: S. João Evangelista; S. Bartholomeu, apostolo; S. Thiago, apostolo; S. Celestino, bispo; Santa Leocadia, Santa Marinha e Santa Christina. Mais algumas continha a mesma caixa, mas por estar muito gasto o dito pergaminho não se poude averiguar a quem pertenciam.

Declarava mais o referido pergaminho que não fôra encontrada nenhuma de S. Payo, mas que elle, abbade, a accrescentára por lh'a ter dado um religioso da ordem de S. Bento, que a havia tirado do relicario de Refojos de Basto.

Além d'esta addicionára as seguintes: de Santo Innocencio; de S. Vicente, papa, martyr; de S. Simão, martyr; de S. Zenonio; de Santa Pluremes, martyr; as quaes houvera das mãos de religiosos, e que assim as collocára todas no mesmo logar.

No verso do mesmo pergaminho lê-se o seguinte: «Achei estas santas reliquias no anno de 1747, quando se demoliu a capellamór para se fazer de novo; estavam no altar que se refere n'esta relação e na mesma fórma as tornei a collocar no mesmo altar, e para constar fiz esta clareza. Hoje, 4 de julho de 1748. — O abbade Diogo da Costa.»

Achando-se consumidas pelo tempo as caixas em que foram encontradas as reliquias em 1614, e podendo com certeza calcular-se que para isso seria preciso decorrer não menos annos que os que decorreram até 1747, temos que as reliquias contam n'esta igreja mais de 400 annos, o que é prova incontestavel da sua antiguidade.

Além d'isso tem ella uma regalia que nenhuma outra do concelho possue e consiste em perceber fóros e pensões nas freguezias de Santa Maria de Ferreiros, S. Salvador de Amares, S. Pedro de Figueiredo e S. Salvador de Dornellas, o que tambem é prova mais que sobeja da sua muita antiguidade.

(*Conclue no proximo numero*).

(*) Existiram n'este concelho duas freguezias com este nome, hoje annexadas.

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | JANEIRO — 1890 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza — Rua do Terreirinho, 17, 1.º — Lisboa. | NUM.º 28

AMARES

(Concluido do numero antecedente)

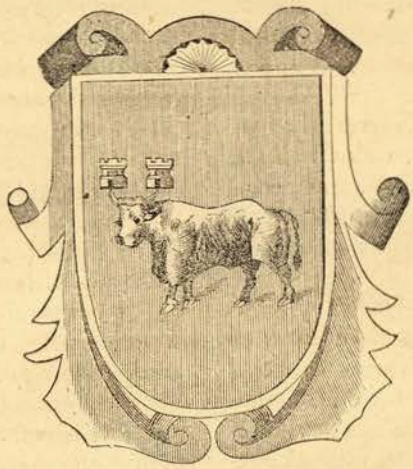
«Bouro». — Era n'esta freguezia o real mosteiro de frades bernardos, de Bouro, cuja origem é a seguinte:

Pelayo Amato, da geração de Egas Moniz e fidalgo da côrte do conde D. Henrique, teve tal sentimento pela morte de sua mulher D. Munia ou Muninha, dama da rainha D. Thereza, esposa do conde, que foi viver como eremita, com outro, nas serras do Bouro, onde, pelas suas mãos e pelas de seu companheiro, fizeram uma pobre ermida, dedicada a Nossa Senhora.

A estes dois se reuniram outros individuos, fazendo todos vida de anachoretas.

O arcebispo de Braga mandou ali fundar uma igreja, que é hoje o magestoso sanctuario de N. Senhora da Abbadia.

D. Affonso Henriques, a pedido dos eremitas, mandou vir frades de Alcobaça e fez áquelles tomar o habito e regra de S. Bernardo, dando-lhe a villa de Santa Martha de Bouro, os dizimos do sal de Fão e outras herdades e rendas. A profissão d'estes eremitas teve logar em abril de 1159.



Brazão d'armas de Athouguia da Baleia

Já depois de estar construido o mosteiro e constituido o convento, ainda D. Affonso I lhe deu o senhorio do couto de Bouro, em 1148. Queimando-se o cartorio do convento o rei lhe fez uma nova doação, confirmando a antiga, em 1162.

D. Affonso II confirmou isto pelos annos de 1217 ou 1218.

D. Sancho II, induzido por sua mulher D. Mecia Lopes de Haro, quiz tirar aos frades o senhorio do couto de Bouro, pelo que o abbade teve de o comprar ao rei por mil maravedis de ouro.

Fez-se a carta de venda em Braga, no dia 3 de junho de 1236.

Mesmo assim, D. Affonso III annulou tudo isto e mandou derrubar os padrões por onde se demarcava o couto, trazendo os frades em demanda; mas seu filho D. Diniz lhe restituiu o couto, por provisão de 19 de março de 1317.

Durante a guerra da independencia, isto é, no anno de 1384, o abbade de Bouro armou 600 vassallos seus e á testa d'elles foi esperar os castelhanos na portella de Homem, e apanhando-os n'um desfiladeiro, saltou sobre elles, derrotando-os completamente dentro em duas horas, matando muitos, apesar dos inimigos serem mais de 2:000, tomando-lhes quantas bandeiras traziam e aprisionando-lhes muita gente, sendo bastantes dos mortos e prisioneiros dos principaes senhores da Galliza.

Por esta façanha, D. Nuno Alvares Pereira, em nome de el-rei D. João I deu aos abbades de Bouro o titulo de capitão-mór e fronteiro-mór, podendo nomear gente para a guerra, dizerem missa, em tempo d'ella, só com a cogúla e trazerem pagem d'armas, em signal de sua dignidade militar.

Estas honras e privilegios lhe foram confirmadas por varios reis posteriores.

Achando os frades o sitio muito aspero, esteril e desabrido, mudaram o convento para o logar actual, junto ao rio Cavado, ficando no antigo local sómente a igreja, sob a invocação de N. Senhora da Abbadia.

Suppõe-se que os frades só habitaram o antigo convento até ao anno de 1169, em que se mudaram para o actual.

Ao lado da igreja está, de joelhos, uma estatua colossal de D. Affonso Henriques, recordando a apparição de Ourique.

D. Manuel deu foral novo ao couto do mosteiro, no dia 20 de outubro de 1514.

«Caires», antigamente «Coayres» e «Quaires».—A distancia de 600 metros a NE. da residencia parochial, no sitio dos Gróvos, existem vestigios de uma antiga povoação e restos de castello ou fortaleza. Teem ali apparecido tijolos, canos de metal e amphoras de barro, cheias de pó negro, provavelmente cinza.

Ha já alguns annos appareceu uma cova redonda, de metro e meio de diametro e de igual profundidade, forrada de pedra e em fórma de forno de coser pão. E' talvez uma talha subterranea dos antigos celtas e luzitanos. Teem tambem apparecido pequenas mós de pedra, proprias para moer cereaes, e pedras com lavores, muito bem lavradas.

«Caldellas».—Ha no centro d'esta freguezia duas fontes d'aguas mineraes, a que chamam «Caldas», d'onde a povoação toma o nome, uma tepida e outra fria.

Existe tambem ali uma ponte de cantaria do tempo dos romanos, sobre o rio Homem, que liga esta freguezia com a de S. Vicente da Ponte de Caldellas, e dá communicação para as villas da Barca e Arcos de Valle de Vez, e para o Alto Minho. Tem tres arcos, tendo o maior 13m,8 e de largura 13m,14. O seu comprimento é de 34m,8 e tem de largura 2m,63.

«Carrazedo de Bouro».—Diz-se que havia antigamente n'esta freguezia o costume de porem mesas cheias de iguarias sobre as campas dos parentes fallecidos e ali comerem e beberem regaladamente, não se esquecendo tambem de metter nas sepulturas parte do contheudo dos pratos.

A igreja matriz é um bom templo; foi reedificado em 1750. Tem da parte do Evangelho duas capellas, n'uma das quaes está sepultado o grande poeta Francisco Sá de Miranda, o que consta do seguinte epitaphio em duas grandes pedras da parede da mesma capella:

«Epitaphium Francisci de Sá de Miranda
Rustica quaefuerat solis vix cognita sylvis,
Aulica Mirandae carmine musa fuit.
Maturosque iocos et vudrica serialldens,
Divina humanum miscuit arte melos.
Cum posset gladio transcendere nomen avorum,
Maluit arguti militiam calami.
Omnia Mirandus, Mirandus pulvere ipso est.
Pulvere in hoc patriae gloria scripta manet.»

Traducção:

A musa pastoril ainda nos mattos mal conhecida
Tornou Francisco de Sá mui cortezão.
Dizendo graças maduras e galanterias sizudas
Ajuntou poesia humana com suavidade divina.
Podendo com sua espada passar a honra de seus avós
Quiz sómente pelejar com a penna da poesia.
Em tudo Miranda, e na morte tambem foi admiravel.
Em suas cousas está escripta a gloria de sua patria.

Nada mais ha digno de mencionar-se nas freguezias de que se compõe o concelho e são as seguintes: Amares (na villa), Barreiros, Besteiros, Bico, Bouro, Caires, Caldellas, Carrazedo do Bouro, Dornellas, Ferreiros, Figueiredo, Fiscal, Goães, Lago, Paranhos, Paredes Seccas, Portella, Perozêllo, Renduffe, Sequeiros, Seramil, Torre e Villela, todas com 12:066 almas e 2:890 fogos.

ATHOUGUIA DA BALEIA

Esta villa faz actualmente parte do concelho de Peniche e está situada em logar alto, mas visinho do oceano, que parece tentar em vão chegar até ella.

Dista 3 kilometros a E. de Peniche e 72 a O. de Lisboa.

Ha numerosas e encontradas versões sobre a sua antiguidade e quaes seus fundadores, sendo, comtudo, certo que nos primeiros tempos da monarchia portugueza era já conhecida.

Além d'isso os restos do castello de Athouguia revelam uma construcção mais remota.

Alguns auctores suppõem a fundação devida aos cruzados, que auxiliaram D. Affonso Henriques na tomada de Lisboa, muitos dos quaes se estabeleceram na peninsula, designando-se o fidalgo francez Wilhelmo Lacorne, como aquelle a quem o termo da villa de Athouguia foi dado para povoar, o que elle fez, tornando-a importante.

N'um foral que Wilhelmo Lacorne deu aos francezes e gallegos que povoaram a

villa, manda-se que dos peixes do mar se pague — «de unoquoque» talio, «unum modium de XXXII alqueiris; exceptis illis que vocautur tuphis». — O «tuphis» (atum) não se vendia nos talhos, porque era reservado para o fisco real.

No foral que D. Affonso Henriques lhe concedeu, no dia 24 de fevereiro de 1167, encontra-se o paragrapho seguinte: «A mulher torpe que sem causa injuriar mulher honesta, leve cinco açoites, por cima da camisa, e o homem que deostar (doestar) algum homem grave e de bem, ou mulher honrada «X varancadas (varadas) recipiat.»

Parece que D. Sancho I lhe deu um outro, sem data, que juntamente com aquelle, foi confirmado por D. Affonso II, em Santarem, no mez de fevereiro de 1218.

Tambem D. Manuel lhe deu foral novo, no dia 1.° de junho de 1510.

O sobrenome «da Baleia» usa-o desde 1526, porque n'esse anno deu á costa, na praia proxima da villa, um d'esses cetaceos, medindo mais de 20 metros de comprido.

No reinado de D. Pedro I creavam-se nas terras realengas grandes manadas de touros, pelo que era vulgarmente denominada aquella região «Touria», d'onde com o decorrer dos tempos se fez Athouguia. Esta é a opinião do erudito I. de Vilhena Barbosa; todavia, parece-nos pouco curial, porque existindo a povoação já nos primeiros reinados, é de crêr que não fosse anonyma até D. Pedro I; portanto, já o facto era anterior, o que é possivel, ou pecca por defeito de origem esta versão.

Entretanto, o brazão d'armas confirma a hypothese, porque consiste em um escudo, no meio do qual avulta um touro, em campo de purpura, sustentando um castello em cada haste.

Teve um convento de freiras agostinhas, que, segundo a tradição, foi templo dos romanos, dedicado a Neptuno. No anno 800 de Jesus Christo já era mosteiro, invocado a S. Julião. Por uma lapide, que ainda hoje se vê na parede exterior da capella-mór, foi o consul Decio Junio Bruto que consagrou ao deus dos Mares o templo primitivo, pela victoria alcançada contra os povos de «Eburobritium».

Morrendo de peste todos os frades em 1191, no reinado de D. Sancho I, foi este convento encorporado no de Alcobaça.

Celebraram-se ali côrtes, em 1373 ou 1376, no reinado de D. Fernando I. Deram ellas occasião á lei de 13 de setembro de 1376, pela qual se regulou a jurisdição dos Donatarios e em que se deram varios privilegios. Tambem se deram differentes providencias a bem da navegação e commercio nacional.

Foi por muito tempo concelho, mas hoje está encorporada, como freguezia, no de Peniche, sendo aliás a villa de Athouguia, segundo as mais auctorisadas opiniões, que deu origem áquella povoação.

O seu termo produz abundancia de trigo, cevada e milho, algum vinho, fructas e caças; tem tambem algumas pastagens, onde se cria gado de diversas especies. Na visinha costa ha um pequeno porto, residencia d'uma colonia de pescadores, que fornece abundantemente a terra de pescarias e ainda envia alguma quantidade para o interior.

Ha tambem nas proximidades da villa um lago, formado pelas aguas das chuvas e alimentado por uma ribeira que vem n'elle desembocar, tendo a nascente no sitio denominado «o Brejo». No inverno as margens d'este lago são abundantes de caça de arribação.

Consta d'uma só parochia, sob a invocação de S. Leonardo, e a igreja respectiva é um bom templo de tres naves; mas a melhor igreja da localidade é a dedicada a Nossa Senhora da Conceição, que por suas dimensões, adornos e boa ordem se póde ter na referida conta. A ella concorrem grandes romarias.

Na historia de Portugal figuram por diversas fórmas os condes de Athouguia, uns illuminando o seu nome por brilhantes serviços e o ultimo, D. Jeronymo de Athaide, pelo horrivel supplicio em que perdeu a vida. Nasceu este infeliz fidalgo no dia 14 de julho de 1721. Casou a 2 de dezembro de 1747 com D. Marianna Bernarda de Tavora, filha dos marquezes de Tavora, e esse casamento foi a causa de todas as suas desventuras.

Era D. Jeronymo de Athaide homem de intelligencia pouco desenvolvida, um pouco grosseiro, jogador, mas bom e incapaz de praticar um acto qualquer criminoso. Envolto, com mais ou menos justiça, na conspiração contra el-rei D. José I, de que foi accusada a familia de sua mulher, foi preso no dia 13 de dezembro de 1758 e conduzido para o «pateo dos bichos» do palacio de Belem.

Fosse ou não fosse verdadeira a conspira-

ção, o que nos parece incontestavel é que o 11.º conde de Athouguia estava perfeitamente innocente, e quando muito poderemos suppôr que teria conhecimento d'ella e que a não denunciára. Isso não impediu que fosse condemnado tambem a serem-lhe quebradas as cannas dos braços e pernas, rodado, confiscados os seus bens, demolida a sua casa e picadas as suas armas pela odiosa sentença de 12 de janeiro de 1759. No dia immediato foi a sentença executada e o conde de Athouguia foi suppliciado logo em seguida a seu cunhado Luiz Bernardo. Ia inquieto e febril, percebia-se que se revoltava abertamente contra a sentença que o condemnára. Teve a felicidade de morrer quasi logo no principio dos tormentos, de modo que a sua morte não foi das mais crueis.

E com a execução de D. Jeronymo de Athaide foi extincto o condado da villa de Athouguia, no mesmo anno de 1759, passando depois a ser propriedade da corôa.

O 3.º conde de Athouguia, D. Luiz de Athaide, foi um verdadeiro heroe, que na Africa e na India provou o seu esforço e valentia. Ainda em verdes annos, enviado á côrte do imperador Carlos V acompanhou-o nas expedições militares á Allemanha contra os lutheranos, onde se bateu corajosamente, tendo a gloria, na batalha de Almis, de salvar o estandarte imperial, que o alferes-mór ia abandonar.

Regressando a Portugal foi nomeado, depois de alguns annos de vida retirada, governador da India e a essa feliz escolha se deve talvez não se terem perdido as ricas e preciosas joias do imperio oriental, ainda antes de na batalha de Alcacer-quibir naufragar a honra e a autonomia nacional.

D. Luiz reforçou a esquadra, forneceu os arsenaes, limpou os mares de corsarios e derrotou os rajalis, ligados para expulsarem os portuguezes na India.

De regresso a Portugal quiz D. Sebastião que elle tomasse o commando da expedição á Africa, mas o conde de Athouguia não só recusou o cargo, como votou contra a empreza, de que apontou todos os perigos. Desejando o rei evitar a sua opposição, tratou de novamente o enviar á Asia.

Depois do desastre, Filippe II pretendendo attrahir a si o valente capitão, agraciou-o com o titulo de marquez de Santarem, que elle não chegou a acceitar nem a recusar, porque se finou em 10 de março de 1581, quando tinha emprehendido um arrojado plano, tendente a mudar a face dos acontecimentos na peninsula, se chegasse a realisar-se, qual era o de embarcar n'uma esquadra a flôr das suas tropas e vir ao paiz expulsar os castelhanos. Conta-se que as suas ultimas palavras foram: «Ora morra eu e seja tudo contra Portugal!»

Notavel foi tambem o 6.º conde d'este titulo, D. Jeronymo de Athaide, filho primogenito da heroica e celebre D. Filippa de Vilhena, um dos dois mancebos a quem vestiu as armas por suas mãos, no dia 1.º de dezembro de 1640, enviando-os a combater em defeza da independencia da patria. Fez parte do grupo de conspiradores que se dirigiu ao paço, entrando logo nos aposentos de Miguel de Vasconcellos.

Nomeado mais tarde governador do Brazil, pouco depois de tomar posse teve a fortuna de ver completamente liberta de invasores aquella região; governou tambem as armas nas provincias de Traz-os-Montes e Alemtejo, foi capitão-general da armada real e desempenhou outros muitos cargos, fallecendo accumulado de honras e distincções. Escreveu um livro nobliarchico.

Esta familia illustre radica a sua arvore genealogica no fidalgo francez ou flamengo a quem foi doada a villa, depois da conquista de Lisboa.

Notabilisou-se modernamente um visconde de Athouguia, não lhe provindo o titulo da villa a que nos referimos, mas do proprio appellido. Antonio Aluizio Jervis de Athouguia foi um dos vultos notaveis das campanhas da liberdade. Nascido na ilha da Madeira a 7 de julho de 1797, em 1822 foi nomeado lente substituto da Academia de Marinha, tendo o grau de bacharel em mathematica pela universidade de Coimbra. Conhecido por liberal, emigrou em 1828, para escapar á sanha dos partidarios de D. Miguel, dirigindo-se a Inglaterra; esteve na ilha Terceira, onde foi nomeado secretario geral da provincia dos Açores, d'ali partiu para o Porto, entrou em quasi todas as batalhas, distinguindo-se principalmente na de Almoster; foi depois deputado, par do reino e ministro dos negocios estrangeiros, vindo a fallecer em 17 de maio de 1861, depois de haver desempenhado papel importante em todos os acontecimentos politicos do paiz.

J. Garcia de Lima.

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | JANEIRO — 1890 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza — Rua do Terreirinho, 17, 1.º — Lisboa. | NUM.º 29

ALCOUTIM (*)

Esta villa acha-se situada na encosta de uma montanha, sobre a margem direita do rio Guadiana. Dista 25 kilometros ao E. de Castro Marim, 85 a E. de Faro, e 300 ao S. de Lisboa.

A sua origem e fundação perde-se nos echos da antiguidade; todavia, alguns escriptores attribuem esses factos aos romanos e ainda outros aos serracenos.

O que é indubitavel é que em eras remotas se chamava «Alcoutinium», levando-nos por isso a crêr que já existia no tempo d'aquelles povos.

E' tradição que os arabes a denominavam «Alcatiâ», em portuguez «alcateia», que significa manada ou rebanho de gado. Tambem se traduz por «alcateia de lobos», devido talvez á existencia d'esses animaes carnivoros na serra que lhe fica proxima.

Em 1240, el-rei D. Sancho II a conquistou aos mouros, e D. Diniz a mandou povoar, dando-a á ordem de S. Thiago e concedeu-lhe foral em Beja, com todos os privilegios do de Evora, no dia 9 de janeiro de 1304.

Alcoutim está cercada de muralhas, com seu castello, que é de fórma quadrangular, muito tosco e arruinado. Tem armazens para material de guerra e uma cisterna, entulhada ha mais de um seculo. Foi mandado fazer ou reedificado por aquelle ultimo monarcha.

N'esta villa, que era um dos primeiros baluartes do reino, ajustaram pazes, depois de renhidas guerras, D. Fernando I de Portugal e D. Henrique de Castella, em 31 de março de 1369.

Foi couto no crime para 30 réos, prerogativa concedida por D. Affonso V, e já D. Diniz lh'a havia feito para 40 delinquentes no civel.

El-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, com todos os privilegios de que já gosava, no dia 20 de março de 1520. No mesmo anno fez mercê do titulo de conde de Alcoutim aos primogenitos dos marquezes de Villa Real.

Para premiar a traição dos Noronhas, Filippe IV de Hespanha concedeu em 1641 esse titulo a D. Pedro Portocarreiro de Menezes e Noronha, filho de D. Pedro Portocarreiro, conde de Medelim, e de D. Maria Beatriz de Menezes e Noronha, irmã do duque de Caminha e filha do marquez de Villa Real, que foram degolados no dito anno de 1641, por conspirarem contra a vida d'el-rei D. João IV.

A muralha que guarnece a villa tem tres portas: a do Guadiana, a de Tavira e a de Mertola. Proximo á segunda, que fica a O., está uma lapide, onde se lê a inscripção seguinte:

«Alfonsus VI. Rex Portugaliæ,
et Algarbiorum, 1661.»

Ao N. de Alcoutim, em um serro chamado de Santa Barbara, ainda se vêem vestigios de fortificações antigas, e junto a elle ha um rochedo, onde, no seculo passado, foram collocadas peças de artilheria, que bastantes estragos causaram durante a guerra dos 27 annos á villa hespanhola de S. Lucar, situada na margem esquerda do Guadiana.

O concelho contém as seguintes freguezias: Alcoutim (na villa), Giões, Martim Logo, Pereiro e Vaqueiros.

«Pereiro».—Foi couto para pessoas fallidas ou individadas, ás quaes só se tornava necessario irem assignar termo na camara de Alcoutim, a cujo acto o povo chamava «sentar praça de burlão», para não poderem ser mais citadas nem demandadas por dividas anteriores á sua domiciliação n'esta freguezia; mas não lhes valia o privilegio para as que contrahissem depois.

Gosava tambem esta povoação a prerogativa de não dar recrutas; porém todos os homens válidos eram obrigados a defender os pontos militares do Guadiana, durante a guerra com os hespanhoes.

(*) Não possue brazão d'armas.

Nenhum outro facto importante respigamos na historia das restantes freguezias do concelho de Alcoutim.

ALFANDEGA DA FÉ (*)

Encontra-se situada esta villa em uma eminencia, a 24 kilometros de Moncorvo, a cuja comarca pertenceu, 150 de Braga e 395 ao N. de Lisboa.

O seu nome deriva-se da palavra arabe «Alfandaq», com que no Oriente e na Africa são designados os hospicios publicos e que em portuguez equivale a albergaria.

O seu nominativo significa, pois, litteralmente «Hospicio» ou «Albergaria da Fé».

Presentemente não tem esta povoação nada que recommende a sua passada grandeza a não ser o sobrenome que lhe foi concedido pelo denodado valor dos seus habitantes nas crueis e sanguinolentas pelejas contra os sectarios de Mafoma.

Possuindo os mouros uma fortaleza no monte do Carrascal, proximo da villa de Chacim, sahiram de Alfandega da Fé vinte e cinco cavalleiros «de esporas douradas», que auxiliando os de Chacim e de Castro Vicente, desbarataram o inimigo, produzindo tantos actos de arrojo e bravura, que obtiveram para a sua terra, então sómente chamada «Alfandega», o sobrenome «da Fé», que hoje disfructa.

E' tradição que o alcaide mouro do Carrascal, muito ufano e orgulhoso com o seu castello, impunha aos christãos circumvisinhos quantos tributos lhe apetecia, e entre elles o fornecimento de donzellas para o seu harem. Reclamando esse tributo aos habitantes de Castro Vicente, pediram elles auxilio aos d'esta villa, que, tomando as armas, atacaram a fortaleza com grande intrepidez, tomando-a e matando o alcaide.

Em 1650 ainda se conservavam na casa da camara diversas armas com que os moradores de Alfandega da Fé se defendiam e atacavam os adoradores de Allah, as quaes foram mais tarde convertidas em instrumentos de agricultura. Tambem na povoação se encontram os restos do seu venerando e antigo castello.

El-rei D. Diniz concedeu-lhe foral, em Lisboa, a 8 de maio de 1294, o qual foi reformado em Santarem por D. Manuel, no 1.º de junho de 1510.

Foram donatarios da villa os marquezes de Tavora, aos quaes cada morador pagava de «direitos reaes» 18 réis, mas alguns pagavam 4 alqueires e meio de cevada e 6 rs. e outros 36 réis.

De Antonio Cabral de Mesquita, que foi capitão mór de Alfandega da Fé, e de D. Ursula Diniz, descende o varão sapientissimo D. Manuel de Sá, patriarcha da India, onde se tornou notavel pelas suas muitas e grandiosas obras.

Nasceu no logar de Peredo, termo da villa da Torre de Moncorvo, a 22 de março de 1658. Frequentando na idade de dezesete annos a primeira classe do collegio dos padres jesuitas de Braga, se accendeu no virtuoso desejo de seguir este instituto, e precedendo o exame da sua capacidade e madureza da sua eleição, vestiu a roupeta em o noviciado de Coimbra, a 13 de fevereiro de 1675, onde praticou exactamente os preceitos religiosos. Admittido á profissão dos tres votos simples a 14 de fevereiro de 1677 passou para o collegio de Evora, onde aprendeu poetica e rhetorica, como tambem philosophia, em que sahiu egregiamente instruido.

Alcançando faculdade dos seus superiores partiu para a India a proseguir a cultura evangelica, da qual fôra primeiro agricultor S. Francisco Xavier, e sahindo de Lisboa a 2 de abril de 1680, com dezenove companheiros, chegou felizmente a Goa, onde consumados os seus estudos dictou lettras humanas e philosophia, de cuja faculdade não sómente teve por ouvintes os seus domesticos, mas particularmente instruiu n'ella ao governador do estado, D. Rodrigo da Costa. Por oito annos continuos leu theologia escolastica e moral, com grande opinião da sua litteratura. Não se exaltou o seu talento ás difficuldades theologicas, estendeu-se pela dilatada esphera de um e outro direito, e da feliz união de tantas sciencias se seguiu ser consultado como oraculo de todo o Oriente. Para o ministerio do pulpito o ornou a natureza de todos os dotes, imitando com tão vivas côres ao padre Antonio Vieira, principe da eloquencia ecclesiastica, que muitas vezes se equivocava a copia com o original.

Eleito preposito da casa professa de Goa, experimentaram os subditos benevolencia de pae, e sendo parocho das igrejas de San-

(*) Idem.

quali, S. Thome e Murmugão, na ilha de Salcete, tiveram os pobres nas suas necessidades opportuno remedio, chegando algumas vezes a privar-se da cama e alimento para os soccorrer.

No reino do Sunda fundou um templo á Conceição de Maria Santissima e converteu innumeraveis almas ao conhecimento do verdadeiro Deus. No espaço de vinte e oito annos que exerceu o logar de deputado do santo officio, em que fôra nomeado no anno de 1700 pelo illustrissimo inquisidor geral D. frei José de Alencastre, deu a conhecer o vigilante ardor da conservação da fé pura e da refórma dos costumes licenciosos. Não foi menor o seu zelo em obsequio do estado, valendo-se os vice-reis do seu prudente conselho para a conclusão das maiores emprezas.

Acompanhou o conde de Alvor na jornada de Pondá e na expedição á ilha de Santo Estevão contra as armas de Sevagi, onde tanto se expoz ao perigo que uma bala de espingarda lhe levou o barrete e outra o feriu em uma côxa. O vice-rei conde de Villa Verde, depois marquez de Angeja, o mandou á China; porém, não passando de Macau, serviu o estado em Malaca, Batavia, Columbo e ilha de Ceylão, tratando com os hollandezes, possuidores d'essas terras, negocios muito convenientes á nação portugueza.

Com o caracter de embaixador ao Grão Mogor, foi mandado pelo vice-rei Caetano de Mello e Castro para celebrar perpetua paz com esse poderosissimo principe da Asia, mas não chegou a Agra a sua côrte por ser preso pelos barbaros como espia, e esteve condemnado ao patibulo, sendo livre por um mouro que tinha favorecido em Goa.

Era tanta a estima que Caetano de Mello lhe dedicava, que partindo para Portugal o elegeu por confessor, e chegando felizmente a Lisboa no dia 4 de novembro de 1708, aqui recebeu os applausos devidos ao seu grande talento. Certificado o nosso monarcha dos seus merecimentos, nomeou-o patriarcha de Etiopia a 4 de abril de 1709, e sahindo da capital com seis missionarios chegou a Goa, onde foi recebido com a veneração que lhe conciliaram as suas acções illustradas com a nova dignidade. Com o mesmo disvelo proseguia nas emprezas que lhe commettiam os vice-reis Francisco José de Sampaio, D. Luiz de Menezes (conde da Ericeira) e João Saldanha da Gama, mostrando sempre ardente zelo, invencivel animo e coração heroico.

Instituida a Academia Real de Historia Portugueza foi eleito academico supranumerario, de cuja eleição expressou o agradecimento em uma carta escripta a 20 de janeiro de 1722 ao secretario da academia, Manuel Telles da Silva, conde de Villar-Maior e depois marquez de Alegrete.

Segunda vez deixou Goa, partindo para Portugal no anno de 1727, onde chegou a 18 de dezembro, sendo estimado das primeiras pessoas pela sua discreta conversação e prudente juizo. Passados poucos dias de assistencia no collegio de Santo Antão, foi assaltado de uma arrebatada doença, maligno effeito do veneno que bebeu na India, ou por erro da ignorancia ou por proposito de malvadez. Conhecendo a gravidade do perigo, recebeu de joelhos no seu cubiculo o sagrado viatico e a extrema uncção, com tal lucidez de espirito que respondia a todas as perguntas do sacerdote que lhe admnistrava os sacramentos. Falleceu no dia 22 de abril de 1728, quando contava setenta annos e um mez de idade, cincoenta e tres de companhia de Jesus e dezenove de patriarcha.

A' sua memoria dedicou um largo e elegante panegyrico o reverendo padre D. Manuel Caetano de Sousa, pro-commissario da Bulla da Cruzada e censor da Academia Real, onde o recitou, e foi publicado na collecção dos documentos da mesma academia do anno de 1727. De D. Manuel de Sá faz menção o padre Antonio Franco no «Imag. da Virt. do Novic. de Lisboa», pag. 975.

O illustre patriarcha da India compoz as obras seguintes:

«Sermões varios, prégados na India a varios assumptos». Lisboa, por Antonio Pedroso Galrão. 1710. 4.

«Relação da expedição do vice-rei Francisco José Sampaio contra o Angariá». M. S. 4.

«Historia do memoravel cêrco de Mombaça, onde se relata a morte do vice-rei Francisco José de Sampaio, succedida em 12 de julho de 1723». 4.

Estas duas obras remetteu á secretaria da Academia Real, em que desempenhava a merecida eleição que fizera do seu collegio, e ali se conservam ainda hoje.

Além de D. Manuel de Sá, outros homens notaveis nas lettras nasceram em Alfandega da Fé.

O concelho, que tem 9:408 almas e 2:004 fogos, compõe-se das freguezias seguintes: Alfandega da Fé (séde), Agrobom, Cerejaes, Eucizia, Ferradosa, Gebelim, Gouveia, Parada, Pombal, Saldanha, Sambade, Santa Justa, Sendim da Ribeira, Sendim da Serra, Soeima, Valle Pereiro, Valles, Valverde, Villar Chão, Villarelhos e Villares, que não possuem na sua historia qualquer facto digno de registar-se.

ARMAMAR (*)

Ella situada sobre um monte cultivado e coberto de olivaes, hortas e vinhas, pelo sul e oeste. Fica a 12 kilometros de Lamego e 310 ao N. de Lisboa.

Antigamente era conhecida pelo nome de «Ermo-mór», mas Viterbo, no seu «Elucidario», diz que se chamava «Hermamar» ou «Ermamar». Da sua origem e fundação nada se sabe.

Em 1127, existindo na villa um homem de nome Fernão Martim, que era ferreiro, e sua mulher D. Agueda, doaram elles ao mosteiro de Salzedas uma vinha no sitio de Valle de Nacar. Tambem em 1163 vendeu Pedro Viegas a D. Thereza Affonso, quarta mulher de D. Egas Moniz, tudo quanto possuia nos territorios de Lamego e Ermamar, o que ella igualmente doou aos frades de Salzedas. Antes da fundação d'este convento já D. Egas Moniz havia mandado construir a igreja parochial, á qual a camara da villa de Fontêllo era antigamente obrigada a ir, encorporada, ouvir missa no domingo de Paschoa, sob pena de 4$000 réis de multa.

El-rei D. Manuel lhe deu foral em Lisboa, a 3 de maio de 1514.

Tem prosperado desde que é comarca, creada por decreto de 24 de outubro de 1855.

Foi cabeça de condado, supprimido com o ultimo conde de Armamar, D. Sebastião de Mattos Noronha, degolado no Rocio de Lisboa em 29 de agosto de 1641, por estar implicado na conspiração contra el-rei D. João IV.

O conde era natural d'esta villa. Tambem ali nasceram: Gonçalo Vaz, doutor em leis e ouvidor do infante D. Fernando, filho de el-rei D. Manuel. Era muito douto e estimado pela sua sciencia, rectidão e capacidade. Orou por parte do povo nas côrtes que D. João III celebrou em Torres Vedras, na igreja de S. Pedro, a 19 de setembro de 1525, cuja oração se publicou com este titulo: «Resposta do Doutor Gonçalo Vaz por o Povo». Falleceu na sua patria em 1570, com 80 annos de idade.

Gaspar Cardoso de Carvalho, que foi desembargador e corregedor do crime da relação do Porto, avô do celebre general miguelista José Cardoso de Carvalho e Menezes e de seu irmão o coronel Gonçalo Cardoso Barba de Menezes.

«Fontêllo».—Foi concelho, com camara, juizes e mais officiaes proprios, supprimido depois de 1834.

Hoje é uma freguezia, pertencente á comarca e concelho de Armamar.

Teve foral, concedido por D. Manuel, em Lisboa, a 17 de maio de 1514.

Alguns lhe chamam «Serra de S. Domingos de Fontêllo» e outros «Serra de S. Domingos da Queimada».

Na falda d'aquella eminencia está a extensa «Veiga de Naçarães», onde, segundo a tradição, foi o primitivo assento da cidade de Lamego, que por se ter insurgido contra os romanos, pelos annos 100 de J. C., mandou o imperador Trajano quatorze legiões á Lusitania castigar os revoltosos. Essas legiões arrazaram e incendiaram completamente a cidade, escapando poucas casas, e os lusitanos que não foram victimas do successo a fundaram depois.

Ainda outros escriptores sustentam que a devastação se realisou quando Lamego já estava no sitio actual, e que as aldeias de Queimada e Queimadella, situadas no antigo local que ella havia occupado, trazem o seu nome d'este tragico incidente.

Existe n'esta villa a quinta dos bispos de Vizeu, que fica proxima á cidade d'este nome. E' uma magnifica propriedade, muito abundante de agua e com uma extensa matta.

Quanto á sua fundação é certo ser muito antiga, pois consta de um documento que está na Sé cathedral de Vizeu, que ella já pertencia á mitra desde 1159, em que o bispo D. Odorio a comprou a Ximena Mendes e a seus filhos Pedro e João, pelo preço de 25 miramolins, morabitinos ou maravidins.

(*) Idem.

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

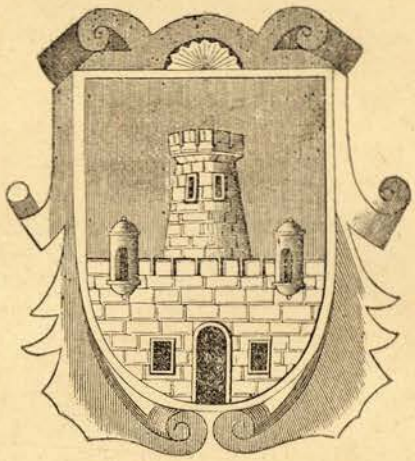
I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | JANEIRO — 1890 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza — Rua do Terreirinho, 17, 1.º — Lisboa. | NUM.º 30

ARRONCHES

Está situada em um extensissimo e fertil valle, d'onde se não avista povoação nenhuma. O rio Alegrete ou Caia cerca seus muros. Dista 35 kilometros ao E. de Assumar, 28 ao N. de Elvas, 22 ao O. de Campo Maior e Ouguella e 180 ao S. E. de Lisboa.

Entre as versões sobre a origem d'esta villa a mais seguida é que no reinado de Caio Caligula, pelos annos 45 de J. C., alguns habitantes da Andaluzia, vindos da villa de Aroche, emigraram n'este ponto e fundaram uma povoação a que pozeram o nome de «Arronchella,» e depois os romanos, segundo a opinião de alguns escriptores, lhe chamaram «Plagiaria,» corrompendo-se com o andar dos tempos no de Arronches.

É certo que já existia no começo da monarchia, que o seu castello é fundação romana e que D. Affonso I a tomou aos mouros, em 1166, sendo, porém, recuperada por estes, que a conservaram até 1235 em que D. Sancho II, a reconquistou e perdeu, quasi em seguida, passando definitivamente ao dominio christão sete annos depois, em 1242, sendo a conquista dirigida e realisada pelo grande batalhador D. Paio Peres Correia.



Brazão d'armas de Arronches

O mesmo monarcha D. Sancho II, em 7 de janeiro de 1236, fez doação d'ella ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, tanto no espiritual como no temporal. D. João, prior de Santa Cruz, quando foi tomar a posse lançou os alicerces da egreja e os fundamentos da collegiada de Santa Maria, mas fallecendo em seguida pararam as obras, que só continuaram depois da reconquista de D. Paio em 1264, sendo mandadas concluir sumptuosamente por D. João Pires, 7.º prior de Santa Cruz, pondo ahi como parocho a seu irmão D. Godinho Pires, que levou comsigo dez conegos d'aquelle mosteiro. Esta collegiada era cabeça de seis igrejas matrizes, que tinha o seu termo.

D. Affonso III trocou o senhorio de Arronches pelo padroado das igrejas de Obidos, Assumar e Albergaria de Poyares, fazendo esta troca por querer converter a villa em praça de armas, para o que muito se prestava pelas fortificações que a defendiam, sendo cercada de muros e barbacans.

O mesmo rei encorporou-a na dotação de seu filho o infante D. Affonso, que a possuiu por bastantes annos, até que nas disputas que teve com seu irmão, el-rei D. Diniz lhe foi tirada, passando ao senhorio da corôa.

N'esta lucta entre os dois irmãos não chegou a soffrer calamidade alguma, porque comquanto D. Diniz se preparasse para lhe ir pôr cêrco, a rainha Santa Izabel se propoz a medianeira, conseguindo congraçar os dois irmãos, sem mór effusão de sangue. Foi este monarcha quem lhe reformou o castello em 1310.

Quando se levantou a questão do segundo matrimonio de D. Affonso V com sua sobrinha a princeza D. Joanna, filha e herdeira de Henrique IV de Castella, foi em Arronches que o rei portuguez reuniu, em 1475, as pessoas principaes do seu reino para as ouvir em conselho, e ahi, depois de approvada a acceitação da corôa castelhana, disputada pelos reis catholicos Fernando V e sua mulher D. Izabel e o consorcio com a infeliz princeza para quem foi infortunio ha-

ver nascido em berço dourado, reuniu o poderoso exercito de 20:000 homens, com que invadiu o visinho reino em 1476, attrahindo ao seu partido muitos nobres e grandes senhores de Castella, que o auxiliaram na tomada de diversas praças.

Vencido senão de facto, mas moralmente na famosa batalha de Toro, (1) pediu auxilio a seu filho D. João, que estava governando o reino emquanto seu pae batalhava em Hespanha, e o corajoso principe n'uma das pelejas com os castelhanos, se cobriu de gloria e concorreu para que as armas portuguezas não soffressem uma completa derrota. D. Affonso V dirigiu-se a França a sollicitar o auxilio de Luiz XI, para fazer valer os direitos de sua desposada; estava, porém, escripto que esta senhora nunca chegaria a sentar-se no throno, apesar de lhe haver pertencido um em herança e haver adquirido de direito, pelo consorcio, outro.

Luiz XI nunca cumpriu as suas promessas; o papa annullou-lhe o casamento, por não haver sido sollicitada préviamente a dispensa, e D. Joanna foi constrangida a encerrar-se no convento de Santa Clara de Santarem, passando depois ao de Santa Clara de Coimbra, onde veiu a professar, e onde morreu.

Em 1549, D. João III deu a D. Julião d'Alva, bispo de Portalegre, o senhorio d'esta villa e as igrejas suas dependentes, assim como os de Leiria, Ourem e Obidos, para o sustento do novo bispo e conegos d'aquella diocese.

No reinado de D. Pedro II foi Arronches instituida em marquezado e agraciado com o titulo respectivo Henrique de Sousa, conde de Miranda (do Corvo), alcaide-mór da villa, passando depois a fazer parte do morgadio dos duques de Lafões.

Junto aos muros de Arronches feriram-se diversas batalhas, em que sempre se provou o seu valor como praça de guerra.

Tomada de improviso por D. João de Austria, filho bastardo de Filippe IV, que invadiu o reino com um forte exercito em 1661, para reduzir os portuguezes ao dominio de Castella, de que se haviam libertado pela famosa e heroica revolução do 1.° de dezembro de 1640, viu o vencedor retirar de prompto em face dos valentes terços portuguezes, que correram em seu soccorro, poucos em numero, mas invenciveis pelo ardor com que pugnavam pela autonomia da patria e pela independencia nacional.

Na noite de 17 de junho de 1712 tambem lhe deu assalto um formidavel troço do exercito hespanhol, que pensou leval-a de vencida, mas baldado empenho, porque a guarnição e os habitantes a defenderam com tal denodo que os assaltantes retiraram em completa debandada.

Em 16 de junho de 1255, D. Affonso III lhe deu foral em Lisboa, o qual foi confirmado por outro do mesmo rei, dado na mesma cidade a 9 de janeiro de 1272.

D. Manuel concedeu-lhe foral novo, no 1.° de junho de 1512. E' das poucas terras do reino que possuem «foral novissimo», dado por D. Affonso VI, em Lisboa, a 25 de julho de 1678. (Liv. 50 de D. Affonso VI, fl. 25.)

Gosou Arronches os privilegios seguintes:

1.°—Passado a 12 de maio de 1475, por D. Affonso V, e confirmado pelos successores, para não ser esta villa dada a senhorio nenhum.

2.°—Não serem os seus moradores obrigados a trabalhar nas muralhas, fontes, pontes, calçadas, etc., nem a levarem presos, nem servirem cargos de outros concelhos. (Por D. João II, a 9 de março de 1463. Tambem confirmado por seus successores.)

3.°—Não poderem fazer soldados n'esta villa para fóra d'ella. (Por D. João I, em 4 de abril de 1423.)

4.°—Para que as penhoras aos moradores não possam ser feitas em bens que tenham dentro de suas casas, nem em trigo que tiverem para semear, nem em bois de lavoura. (Por D. Affonso IV e confirmado por D. João I, a 3 de abril de 1423.)

5.°—Para que os moradores d'aqui não sejam obrigados a ter cavallos nem armas. (Por D. João II, a 29 de janeiro de 1463.)

6.°—Para que, os que não tivessem cavallos não podessem servir de vereadores. (Por D. Affonso V, a 16 de março de 1458.)

7.°—Para que os pastores tragam armas, menos em julho, agosto e setembro. (Por D. João I, em 1429.)

8.°—Para que todos d'esta villa e seu termo possam trazer armas por todo o reino, sem lhes serem tomadas. (Por D. João I.)

9.°—Todo o que quizesse vir povoar o termo d'esta villa lhe désse a camara terreno para casa e horta.

(1) Veja-se mais adiante o artigo especial sobre esta batalha.

Tinha ainda muitos outros privilegios de menos importancia.

Tem a villa uma só parochia, cujo orago é Nossa Senhora da Assumpção, e o respectivo templo é uma bella igreja de bastante antiguidade. Possue hospital e misericordia, fundados pelo alcaide-mór Ruy Gonçalves, no anno de 1372, dando para isso suas proprias casas e as necessarias rendas, o que consta d'uma inscripção que está na igreja da Misericordia.

Teve tambem um convento de religiosos agostinhos descalços; e das quatro ermidas que contém a villa é notavel a do Espirito Santo por muito antiga.

O brazão d'armas de Arronches é um castello em campo de sangue.

Esta villa foi berço de muitos varões illustres, e entre elles citaremos:

Frei Alvaro de Castello Branco, filho de Francisco de Sequeira Pestana e de D. Leonor de Castello Branco, ambos descendentes de nobres familias.

Na florescente idade de vinte e um annos recebeu o habito da ordem de Santo Agostinho, no convento de Lisboa, em 3 de maio de 1640. Aprendeu com tanta applicação as sciencias da philosophia e theologia, que as ensinou com igual zelo no collegio de Santo Agostinho d'esta cidade.

Foi dos grandes prégadores do seu tempo e como tal o nomeou el-rei por um dos da sua capella, na qual fazendo um sermão, como dextro politico, n'elle insinuou o modo como se concluiu a paz, que se celebrou no anno de 1668.

Em premio do seu profundo talento foi nomeado pelo principe D. Pedro, regente do reino, arcebispo de Goa e depois bispo de Portalegre; mas constantemente resoluto não acceitou estas dignidades, preferindo a quietação de religioso á vigilancia de prelado.

Falleceu no collegio de Santo Agostinho de Lisboa, a 28 de fevereiro de 1668.

Escreveu algumas obras, muito apreciadas n'aquella epoca, as quaes se conservam na livraria do convento da Graça d'esta cidade.

Padre Bento de Sequeira, nasceu em 1588 e na idade de dezeseis annos entrou na companhia de Jesus, em o collegio de Evora, a a 16 de fevereiro de 1602.

Depois d'ensinar as lettras humanas exerceu com grande applauso o ministerio de orador evangelico, para o qual tinha todos os dotes necessarios. Com grave prudencia governou os collegios do Porto, Funchal, Lisboa e Coimbra, sendo ultimamente provincial da provincia do Alemtejo. Assistiu á oitava congregação celebrada em Roma.

Foi estimado dos domesticos e dos estranhos, principalmente dos duques de Bragança, D. Theodosio II e seu filho el-rei D. João IV, glorioso libertador da corôa portugueza.

Promoveu com o seu exemplo a observancia da disciplina regular, até que chegando á idade de 76 annos e 60 de companhia de Jesus, falleceu no collegio de Evora, a 20 de junho de 1664.

Dos muitos sermões que prégou sómente se publicaram os seguintes:

«Sermão do Auto de Fé, que se celebrou no Terreiro do Paço d'esta cidade de Lisboa em 6 de abril de 1642.»

«Sermão em Santa Clara de Coimbra á primeira pedra do templo e convento real que D. João IV levantou á rainha Santa Izabel, sua avó, no monte da Esperança, e trasladação das suas reliquias, e mudança das religiosas para o templo e convento novamente levantado.»

«Oração funeral em as honras do infante D. Duarte, irmão de el-rei D. João IV, aos 15 de dezembro de 1649.»

«Sermão na festa do Anjo Custodio do reino de Portugal, na occasião e dia em que el-rei D. João IV passou no Alemtejo em direcção a Castella.»

«Sermão de S. Francisco, no seu convento da Ponte, em Coimbra, a 4 de outubro de 1648.»

«Sermão no Auto de Fé, que se celebrou na Praça da cidade de Evora, em 27 de julho de 1636.»

Padre Francisco Aranha, filho de Rodrigo Aranha e de Catharina Lourenço. Tendo quinze annos de idade recebeu a roupeta da companhia de Jesus no collegio de Evora, a 24 de dezembro de 1618, onde depois de aprender com summa habilidade as sciencias amenas e severas, ensinou seis annos humanidades e rhetorica, nove philosophia e theologia moral. Foi perfeito dos estudos no collegio de Coimbra e reitor do de Elvas, no qual por seus esforços se introduziu a agua, que lhe concedeu o senado d'aquella cidade. Era naturalmente jocoso, porém com tal moderação que nunca poude ser arguido de pueril.

Soffreu varios ataques de asma, até que por um foi privado da vida no collegio de

Evora, a 16 de maio de 1677, contando 74 annos de idade e 59 de religião.

Compoz as obras seguintes:

«Commentario a Virgilio, no qual se explicam os logares mais difficultosos do poeta.»

«Sermão prégado em S. Gião, de Lisboa, estando o Santissimo exposto pelo feliz successo do exercito, que tinha sahido á campanha em 20 de outubro de 1657.»

«Serie dos reis de Portugal, com suas patrias, idades e mortes.»

«Sitio e restauração da cidade de Evora.»

BATALHA DE TORO

As causas que levaram D. Affonso V á infeliz guerra de Hespanha foram as seguintes: sua irmã D. Joanna casára com o rei de Hespanha Henrique IV, que levantára contra si entre os seus vassallos violentas animosidades. Não contribuira pouco para mais influenciar os espiritos o escandalo do procedimento da rainha D. Joanna, cujos amores com um fidalgo hespanhol, Beltran de la Cueva, eram conhecidos e publicos. Morrendo Henrique IV, deixou uma filha, cuja paternidade a voz publica attribuia ao amante da rainha, designando-a por esse facto com o epitheto de «Beltraneja». Henrique chamára-a por testamento a succeder-lhe na corôa e a ella a corôa competia effectivamente n'um paiz em que a lei salica não imperava. Mas o povo, que não reconhecia a paternidade de Henrique IV, que até mesmo a reputava impossivel, porque déra ao rei o epitheto de «impotente», levantou-se contra as vontades posthumas do rei, e chamou ao throno uma princeza que estivera sempre longe das boas graças de Henrique IV, e que por isso e pelo seu caracter varonil e generoso, gosava de grande popularidade, a princeza Izabel, que, para ter um braço de homem que lhe sustentasse as pretenções, desposou o principe Fernando de Aragão.

Os partidarios de Joanna, que ainda assim não eram poucos, compunham-se principalmente de fidalgos, que por odio a Izabel, tomavam o partido da «Beltraneja», e de outros que respeitavam o testamento de Henrique IV e obedeciam ao seu rei e á convicção que tinham de que a D. Joanna e não a D. Izabel competia effectivamente a corôa.

Com effeito, considerada a questão debaixo do ponto de vista do direito estricto, a justiça estava do lado de D. Joanna. «Pater is est quem nuptiæ demonstrant», diz a velha formula juridica; D. Joanna era perante a lei humana, que não póde investigar os mysterios e escandalos domesticos, filha de Henrique IV. «La recherche de la paternité est défendue», ordena o codigo francez com perfeito bom senso. Effectivamente a que desmoralisadores, abjectos e iniquissimos abusos não daria logar a admissão de um principio differente? Perante a rasão clara e todos os codigos d'este mundo, antigos e modernos, civilisados e semi-barbaros, D. Joanna era a herdeira de Henrique IV.

Mas, como diz muito bem Prescott na sua «Historia do reinado de Fernando e Izabel», a base verdadeira, justa e inabalavel das pretenções de Izabel era a vontade popular, unanime a seu favor, e repetidas vezes expressa.

Affonso V, que os partidarios de Joanna chamaram em seu auxilio, invocando o testamento em que Henrique IV pedia a seu cunhado que desposasse Joanna, Affonso V, invadindo Castella, ia-se collocar exactamente na situação em que D. João I de Castella se encontrava quando invadira Portugal. Como elle, em nome da vontade ultima de um rei e dos direitos do parentesco, ia D. Affonso V contrariar a vontade de um povo e excitar o seu sentimento patriotico. Tudo seguiu exactamente os mesmos tramites, e, se Toro esteve muito longe de ter para nós as proporções desastrosas que Aljubarrota teve para os castelhanos, se nem chegou a ser uma derrota, foi comtudo uma lição severa para Affonso V, que tinha ambições gigantes, sem ter para as sustentar outra capacidade que não fosse a sua temeraria intrepidez e o seu arrojo de cavalleiro.

Apesar das objecções feitas por prudentes conselheiros ao projecto de D. Affonso V de tomar parte nas desavenças de Castella o rei de Portugal acceitou o testamento de Henrique IV, desposou sua sobrinha, contrahiu uma alliança com Luiz XI de França, alliança a cujos encargos sempre o astuto soberano francez se eximiu, e em 1475 invadiu Castella com um poderoso exercito, deixando o governo de Portugal a seu filho o principe D. João.

(*Continúa.*)

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | JANEIRO — 1890 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza — Rua do Terreirinho, 17, 1.º — Lisboa. | NUM.º 31

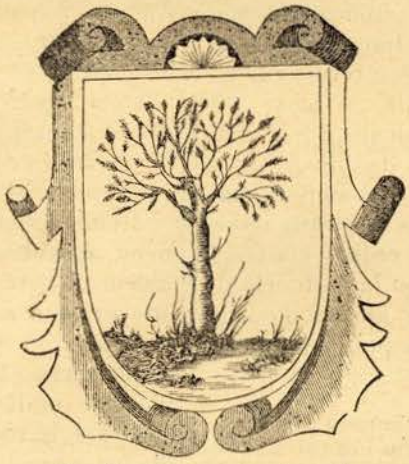
ARGANIL

Villa situada em um bonito valle, junto a dois ribeiros do mesmo nome, que desaguam no Alva, acima de Sarzêdo, onde tem uma elegante ponte de pedra, feita em 1858.

Dista 30 kilometros a E. de Coimbra e 240 ao N. de Lisboa.

A villa é uma das mais importantes do districto de Coimbra e consta pela tradição, á falta de outras indicações mais seguras, que foi fundada pelos romanos, nos annos 150 de J. C., os quaes lhe deram o nome de «Argos» e floresceu no periodo da dominação. Esta noticia, apesar de muito vaga, parece confirmar-se pelo apparecimento de varias moedas de ouro e prata, quando no seculo passado, isto é, em 1710, se procedeu a escavações para diversas obras.

Todavia, sustentam alguns escriptores que seja a cidade «Aussasia» dos primeiros lusitanos, fundada 550 annos antes de J. C., mas esta versão é pouco auctorisada.



Brazão d'armas de Arganil

Durante o imperio romano foi «Argos» uma cidade muito florescente.

No anno 716 os arabes a invadiram e arruinaram, reedificando-a depois, mas não tornou a attingir a sua antiga prosperidade.

Entretanto o primeiro documento conhecido que se refere a Arganil, o da doação feita pela rainha D. Theresa, mãe de D. Affonso Henriques, da villa á sé de Coimbra, prova a sua existencia anterior á fundação da monarchia portugueza. Apesar, porém, d'esta doação, nunca chegou a entrar na posse d'ella, ou porque tornasse ao poder dos arabes, ou porque a doadora mudasse de parecer. O certo é que em 1219 o senhorio da villa era Affonso Pires d'Arganil, o mesmo que trouxe as cabeças dos martyres de Marrocos para a igreja de Santa Cruz de Coimbra.

Reinava D. Affonso IV, «o Bravo,» quando por transacção com D. Senhorinha, neta de Affonso Pires e os administradores da fazenda régia, Arganil entrou no numero das villas de senhorio da corôa, sendo dada, pelo mesmo soberano, no anno de 1392, em dote a sua neta, a infanta D. Maria, filha de D. Pedro I e de sua primeira mulher, a infanta D. Constança, quando aquella foi casar com D. Fernando de Aragão.

Fallecendo esta princeza, sem successão, reverteu outra vez para a corôa e foi doada em 1423 por D. João I a Martim Vasques da Cunha, que a trocou á sé de Coimbra pela villa de Belmonte e seu termo, e pelo couto de S. Romão, vindo por esta fórma a tornar-se propriedade da mitra conimbricense.

Possue foral novo que lhe foi dado em Lisboa, por el-rei D. Manuel, a 12 de setembro de 1514.

As gentes de Pombeiro, Celaviza (ou Cellaviza) pagavam antigamente a Arganil certo fôro, mas se compravam aqui qualquer propriedade eram isentas de siza. Aos bispos de Coimbra competia pôr ali ouvidores, que conheciam das appellações de vinte e duas villas, coutos do bispo-conde, que tinha tambem o direito de nomear o juiz ordinario, tres vereadores, um procurador de concelho, escrivão da camara, juiz dos orphãos, etc.

Em Arganil houve um convento de cruzios, fundado por D. Vermudo Paes e sua mulher, D. Elvira Draiz, por doação de 13

de junho de 1086 e um seculo depois, estando muito arruinado, foram os frades mudados para o da matta de Folques, convento que D. Sancho I veiu a «coutar» em 1204. Aos priores d'este mosteiro deu D. Affonso V, ao fazer condes de Arganil os bispos de Coimbra, o titulo de condes da villa d'Alvares e senhores da villa de Fajão. O convento conservou os senhorios d'estas duas villas até 1834, tendo n'ellas jurisdicções, pondo alcaides, recebendo «jugadas», (1) etc., etc.

Um dos privilegios que gozavam os priores de Folques era o de receberem da camara de Alvares um tanto em dinheiro para o jantar, todas as vezes que ali comparecessem.

Este convento, depois de tornado commendatario, sendo o ultimo usofruidor, Luiz Carneiro, em tempo de D. Sebastião, foi encorporado, em 1595, nos apanagios da sé de Coimbra.

Um dos concelhos do reino que mais soffreu com a invasão franceza foi o de Arganil. De uma lista official, publicada depois da expulsão das hostes de Junot e Massena, se vê que só n'esta villa e seu termo roubaram, nos mezes de fevereiro e março de 1811, 5:769$240 rs. em dinheiro; 9:874$000 réis em differentes objectos de ouro e prata; roupas de seda, lã e linho, na importancia de 18:633$800 réis; vasos de prata, navetas, thuribulos, castiçaes, cruzes e alfaias, só da igreja de Arganil, na importancia de 13:944$000 réis; pratas e alfaias d'outros templos 1:030$200 réis; as pratas da igreja da freguezia de Seccarias, no valor de réis 2:400$000 réis; de trigo, centeio, cevada, feijão e milho, que estragaram, 30:607 alqueires; de vinho, vinagre, azeite e aguardente 3:523 almudes e 1:398 alqueires; de carne de porco e banha 584 arrobas; 314 cabeças de gado grosso; 10:642 de gado miudo; 11 bestas; 191 porcos; 2:254 gallinhas; 612 colmeias e 53 alqueires de mel.

Destruiram e cortaram 3:302 oliveiras, 422 castanheiros, 1:478 carros de pinheiros; incendiaram um templo e 13 casas particulares; mataram 3 ecclesiasticos, 23 seculares e 7 mulheres, e ultrajaram e aprisionaram 96!

Os bispos de Coimbra possuem na villa um bom palacio com uma capella de tres naves, fundado no seculo XIV, por D. Fernando Rodrigues Redondo e sua mulher D. Senhorinha Affonso.

As armas de Arganil são uma amoreira no meio do escudo, sem mais emblema algum.

Gozam do titulo de condes de Arganil os bispos de Coimbra, por mercê d'el-rei D. Affonso V, passada em 1472 a favor do bispo D. João Galvão e de seus successores no bispado.

Uma epoca remota houve em que ás lides da guerra, não repugnava a dignidade de sacerdote; antes com ella se adornava e ennobrecia.

Muitos prelados, bispos e outros ecclesiasticos, movidos pelos nobres sentimentos da independencia e gloria da patria, juntavam ao caracter sacerdotal o de guerreiros intrepidos.

Conserva-nos a historia illustres exemplos de muitos que, sobrepondo ás vestes clericaes a armadura de cavalleiro, n'uma das mãos empunhando a cruz, na outra a lança, ou o montante, se arrojavam com férvido enthusiasmo no meio das batalhas, pugnando valorosamente pela fé e pela patria.

Succedia então com os ecclesiasticos o mesmo que com as igrejas. Quem attentar bem nos poucos edificios religiosos que ainda nos restam da idade média, notará que o seu aspecto é meio guerreiro, meio ecclesiastico: nas paredes exteriores apresentam a fórma de fortaleza, e sobre as ameias ergue-se a cruz.

Ao folhearmos as paginas da historia patria, frequentes vezes se nos deparam brilhantes feitos de armas, obrados por ecclesiasticos no campo das batalhas.

(1) El-rei D. Affonso V, declarando pela sua lei de 1480 a maneira e modo porque os priviligiados haviam de pagar as «Jugadas das terras que lavrassem e não fossem suas», expressamente diz: «que o primeiro rei d'estes reinos de gloriosa lembrança, por um especial titulo reservou as Jugadas para si e para seus successores» Mas se assim foi, el rei D. Affonso Henriques não fez mais que declarar que este era o «direito da soberania», que já desde o tempo dos romanos se pagou sempre ás primeiras cabeças dos estados e monarchias.

Pagava-se este tributo de cada junta de bois com que em terra «jugadeira» se lavrasse um moio de trigo ou milho. Tambem se chamava «Jugada» ao tributo que pagavam certas terras de pão que n'ellas semeavam, e esse imposto era lançado por «Convenção dos colonos e Direito senhorio». Todas estas «Jugadas» variâvam segundo as differentes terras em que se pagavam. Havia «Jugadas de pão, vinho» e «linho,» de que falla a «Ord.,» liv. II, tit. 33.

O arcebispo de Braga, D. Estevão Soares da Silva, acompanhou a D. Sancho II e prestou-lhe relevantes serviços nas suas conquistas e nos combates que este notavel monarcha sustentou contra os mouros; e distinguiu-se principalmente na conquista da cidade de Elvas.

No anno de 1336, invadindo os castelhanos o norte de Portugal, ligam-se o arcebispo de Braga D. Gonçalo, o bispo do Porto e o mestre da ordem de Christo, organisam corpos de tropas, sahem ao encontro do inimigo, e com tanto esforço o combatem, que elle se vê forçado a fugir com grande perda de gente e de bagagens.

Na memoravel batalha do Salado, no dia 28 de outubro de 1340, obrou prodigios de valor o mesmo arcebispo D. Gonçalo, assistindo ao lado d'el-rei D. Affonso IV. O arcebispo de Braga, D. Lourenço, em 1385 pelejou com o maior denodo e ardimento na gloriosa batalha de Aljubarrota; e a tal ponto se expoz, penetrando nas hostes inimigas, que recebeu no rosto uma formidavel cutilada, cuja cicatriz ainda hoje se divisa na sua mumia conservada na sé de Braga; e refere a historia que o seu valeroso prelado se desaffrontára em continente, prostando a seus pés sem vida o castelhano, que a descarregára.

No dia 28 de agosto de 1437 aportou em Ceuta, dirigindo-se á conquista de Tanger, uma armada em que ia o bispo de Evora, D. Alvaro de Abreu «egualmente avesado a empunhar a lança, e tão bem escrevia nos seus pergaminhos de theologo com a pena de letrado, como em peito de agarenos com a espada das batalhas».

Na funestissima batalha de Alcacer-Kibir tomou parte, e lá morreu, o bispo de Coimbra D. Manuel de Menezes, «que com a lança em logar de baculo no santo augmento da fé catholica, mostrou por obra que ainda nas armas fez vantagem ás lettras. Da mesma maneira acabou Ayres da Silva, bispo do Porto».

Finalmente, deixando outros muitos exemplos, o bispo de Coimbra D. João Galvão acompanhou a el-rei D. Affonso V na jornada de Africa em 1471, e não só lhe prestou grandes auxilios de fazenda, se não que o ajudou pessoalmente na conquista de Arzilla e Tanger; e n'esta occasião, para nos servirmos das proprias expressões do auctor da «Evora Gloriosa», o bispo se mostrou tão pontifice como soldado.

Em paga de taes serviços foi que el-rei lhe deu, para elle e seus successores o titulo de conde de Arganil, titulo até ao dia de hoje usado pelos bispos de Coimbra.

Os bispos de Coimbra, além de condes de Arganil, já tambem se assignaram senhores de Coja e alcaides-móres de Avô. Os castellos de Coja e Arganil foram dados á sé de Coimbra pela rainha D. Thereza e conde D. Henrique, como consta do «Livro Preto».

Pelos tempos adiante, não sabemos a que titulo, passou Arganil a outro senhorio, mas posteriormente voltou para poder do bispo e cabido de Coimbra, pois que, segundo se vê do «Elucidario» de Viterbo, verbo «cutélo» (2), no anno de 1394 confirmou el-rei D. João I a permutação que o bispo e o cabido haviam feito com Martim Vasques da Cunha, dando aquelles os logares de Belmonte e o couto de S. Romão, e estes a villa de Arganil e seus termos. Accrescenta o mesmo auctor que em ambos estes territorios tinham uns e outro «mero e mixto imperio, padroados e direitos de padroado, fructos e proveitos, rendas e outros direitos».

(2) Na jurisprudencia antiga eram muito vulgares os termos «Baraço» e «Cutélo», correspondentes a «Soga» e «cuchilo» em hespanhol. Chamavam, pois, «Senhor de baraço e cutélo» ao que tinha em algum territorio «todo o mero» e «mixto imperio» ou «todo o alto» e «baixo imperio».

O «mero» ou «alto imperio» era o poder ou jurisdicção alta e suprema, para obrar tudo o que fosse a beneficio do povo e sem particular interesse do imperante, e particularmente no criminal, em que dicidia sobre a vida ou membros dos vassallos, desterro ou confiscação de todos os bens; e por isso se chamava «senhor de cutélo». Verdade é que não podia exorbitar das leis uma vez estabelecidas na sua comarca ou respectivo territorio.

O «imperio mixto» ou «baixo», a que tambem chamavam «jurisdicção média», era um poder que se não estendia á pena de sangue, e que ordinariamente versava tão sómente nas causas civis. O magistrado recebia alguns emolumentos por administrar justiça ás partes.

Estes dois «imperios» ou «poderes» são os que hoje chamamos «civil» e «criminal.» O primeiro, entendido pelo «baraço», se estendia á prisão e sequestro das temporalidades até condigna satisfação dos crédores ou queixosos; o segundo, representado no «cutélo», se estendia até á mesma morte natural ou civil.

Porém, o tempo e a civilisação mostraram aos nossos soberanos que o «direito da vida e da morte», se não devia alienar da corôa, sendo a saude e indemnidade do povo a lei suprema E por isso foram coartando estas jurisdicções, reduzindo-as a mais estreitos limites, até que caducaram completamente.

A preeminencia de conde, inherente á sua dignidade, tem obrigado os bispos de Coimbra a apresentar-se em occasiões solemnes com o fausto e ostentação proprios dos grandes senhores.

Frei Luiz de Sousa, enumerando os prelados portuguezes que assistiram ao concilio de Trento, diz do bispo de Coimbra:

«Um D. João Soares, que com o titulo de bispo de Coimbra tinha tambem os de conde de Arganil e senhor da villa de Coja, e por estes se houve obrigado a apparecer no concilio com fausto de principe secular, o qual representou com esplendor e magnificencia notavel. E porque se visse que fôra isto força do estado, mais que de animo vão, passada a occasião do concilio se poz a caminho a visitar os logares santos de Jerusalem, recompensando com a moderação do peregrino voluntario as superfluidades do senhor forçado.»

BATALHA DE TORO

(Continuado do numero antecedente)

Nos primeiros mezes não foi infeliz a campanha para D. Affonso V. Muitos fidalgos castelhanos se lhe juntaram, entre outros o marquez de Villena, o marquez de Cadix, o duque de Arevalo e o arcebispo de Toledo. Se Affonso V tivesse aproveitado bem as primeiras vantagens, perigaria muito a causa de Fernando e Izabel. Mas Affonso V limitou-se a tomar algumas praças, hesitou em proseguir nos successos definitivos, descontentou a um tempo os castelhanos e os portuguezes, áquelles por não se affastar muito da fronteira portugueza, a estes por ter encetado uma guerra que era pouco popular entre nós, e assim foi deixando crescer em forças o partido de Fernando e de Izabel, tanto que teve de pedir reforços a seu filho, que veiu em pessoa trazel-os.

No dia 1 de março de 1476 os dois exercitos encontraram-se emfim, na planicie de Toro, e ali se travou uma rude batalha, em que a ala commandada pelo principe D. João, destroçou os castelhanos, obrigando D. Fernando a fugir desapoderadamente, e em que a ala commandada por D. Affonso V retirou em desordem.

A batalha ficou portanto indecisa, mas, na situação em que se achavam os negocios da guerra, quando D. Affonso para recuperar o prestigio perdido, precisava de uma victoria esplendida, esse meio desastre podia considerar-se uma derrota completissima.

As consequencias bem o mostraram; uma grande parte dos fidalgos castelhanos, que seguiam a bandeira de Affonso V, abandonaram-n'o, e o rei de Portugal viu-se obrigado a sustentar contra as tropas de Fernando e Izabel uma pequena guerra de fronteiras. Sem desistir, comtudo, das suas pretensões, Affonso V teve a idéa de ir pedir soccorro a Luiz XI de França, e, sem attender á opinião de seus cavalleiros, entregou o governo do reino a seu filho o principe D. João, partiu de Lisboa em agosto de 1476, e foi desembarcar em Collioure, d'onde partiu para Tours, onde Luiz XI costumava muito residir e onde estava n'essa occasião.

Pelo caminho foi Affonso V recebido em todas as cidades em que entrava com a maior attenção e cortezia. Não conhecia el-rei D. Affonso V o rei Luiz XI de França. Se o conhecesse, havia de saber que o velho costume de Luiz XI era illudir todos com boas palavras, e trazer embaidos e atraiçoados aquelles a quem mais obrigações devia; que o duque de Borgonha, Filippe o Bom, que o amparára quando depois da revolta contra seu pae, se refugiára nos seus estados, nunca obtivera d'elle senão vãs promessas, que o duque de Saboya, seu sogro, andára por França transformado n'um verdadeiro escravo de seu genro, porque commettera a loucura de lhe vir pedir soccorro contra os revoltosos do seu paiz, e, que ninguem já se fiava nas palavras de Luiz XI.

Affonso V devia ter as maiores desillusões. Não havia dois caracteres mais oppostos; elle fazia a guerra, pela guerra, Luiz XI só a fazia quando não podia obter de outro modo o que desejava; elle era o ultimo rei cavalleiro, Luiz XI o primeiro rei diplomata; elle era todo amador da nobreza, Luiz XI comprazia-se em levantar do nada as creaturas mais baixas para lhes dar a preponderancia suprema; Affonso V, emfim, era magnificente e gastador, liberal até á prodigalidade; Luiz XI mesquinho, avaro e sabia despender largamente, mas com proveito e a proposito.

(Continúa.)

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | JANEIRO — 1890 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 32

ANGRA DO HEROISMO

A historia da cidade de Angra do Heroismo, — de que hoje temos de nos occupar n'esta rapida sellecção de apontamentos, que outro nome não damos a este trabalho, — está ligada aos factos mais gloriosos da nação portugueza. O seu descobrimento teve logar na época em que os habitantes da estreita facha da peninsula iberica, que demora no ponto mais occidental da Europa, começavam essa epopeia grandiosa que lhes eternisou o nome, e tornou conhecido o labaro das quinas nas divisões do velho mundo; e foi d'esse pequeno torrão, que sahiu a phalange liberal.

Como se sabe foi o infante D. Henrique, filho de D. João I, que deu patriotico impulso á navegação do alto mar, fundando a primeira escola naval, d'onde sahiram tantos navegadores audazes, e designando mesmo as derrotas que muitos haviam de seguir, no decurso das quaes encontraram as ilhas, que ainda pertencem a Portugal, e outras já perdidas.



Brazão de armas de Angra do Heroismo

Em 1441 partiu de Sagres, onde D. Henrique tinha construido o seu «ninho de falcão», para meditar as expedições, que o immortalisaram, o commendador de Almourol, Gonçalo Velho Cabral, com destino ao descobrimento de novos mares e novas terras. De regresso em 1442, no dia 15 d'agosto, entre 15.º e 22.º de longitude occidental, e 36.º e 39.º de latitude septentrional, navegando no Atlantico, descobriu alguns açores voejando proximo dos galeões, e julgando acertadamente que nas visinhanças deveria encontrar alguma ilha ou pelo menos grupo de penedos, que conviria assignalar na carta d'aquelle oceano, navegou em direcção das aves, e pouco depois descobriu a primeira ilha do archipelago, que denominou dos Açores.

A primeira das ilhas descobertas recebeu o nome de Santa Maria, por ser encontrada no dia em que a egreja commemora a assumpção da Virgem.

As restantes ilhas foram encontradas successivamente, mas mediando um espaço não inferior a cinco ou seis annos, pois só em 1450 se póde considerar terminada a descoberta.

Que os Açores foram encontrados por portuguezes não existe a menor duvida, sobre o que porém se tem levantado controversias entre os geographos, é se foi Velho Cabral, que as descobriu, ou se simplesmente constatou a sua existencia. Entretanto, só depois de 1450 é que começou a povoar-se o archipelago.

Foram flamengos em grande parte os povoadores das ilhas, o que se explica por ser condessa de Flandres e duqueza de Borgonha, a irmã do infante D. Henrique, mulher de Filippe «o Bom», a qual estava constantemente enviando a seu irmão muitos fidalgos dos seus novos dominios. Um d'esses fidalgos foi Jesué Van den Berge, que ficou sendo conhecido em Portugal com o nome de Jacome de Bruges; este colonisou a ilha Terceira, assim denominada por ter sido a terceira na ordem da descoberta, ou da rectificação de Velho Cabral.

Esta ilha, cuja capital é a cidade de Angra, hoje justamente appellidada «do Heroismo», e que em tempo usofruiu com egual justiça o cognome de «Sempre Leal», méde treze leguas de comprimento e seis de largura.

A cidade está situada na costa sul da ilha, em uma bahia ou angra, de que derivou o nome, constitue uma praça de guerra, forte por arte e fortissima pela natureza, e tem assento n'um morro denominado Monte-Brazil. O porto de Angra é limpo, de boa ancoragem e com capacidade para receber muitos navios, que ali se acham ao abrigo de todos os ventos, menos do de sueste, que, entrando de travessia, levanta grosso mar e obriga os navios a demandarem o largo.

A cidade é muito pittoresca; possue bonitos edificios, tanto publicos como particulares; e é defendida por fortificações notaveis, como são o castello de S. Sebastião, as baterias de Santo Antonio e a praça de guerra de S. João Baptista, na qual esteve por muito tempo arrecadada a peça de Malaca, que foi levada para aquella ilha como um tropheu da conquista.

As ilhas dos Açores foram infestadas pelos corsarios, mostrando os açorianos grande valor sempre que tiveram de repellir, á mão armada, aquelles salteadores do mar.

Em differentes épocas provaram denodado patriotismo, defendendo os principios considerados mais uteis á patria.

Em 1580 D. Antonio, prior do Crato, batido no continente pelos soldados de Filippe II, foi pedir áquelles rochedos asylo e protecção, e por espaço de tres annos os habitantes dos Açores sustentaram e defenderam a causa do infeliz principe, resistindo e batendo uma esquadra hespanhola, composta de sete naus, commandada por Pedro Valdez, e só cederam perante uma outra de 97 vellas, que transportava 13:000 homens de combate, mas ainda d'esta vez só depois de heroica e tenaz resistencia.

Sahiu então das ilhas D. Antonio, e apoderaram-se d'ellas os hespanhoes, que ali fizeram importantes obras.

Apenas constou no archipelago a gloriosa revolução de 1640, os valentes e patrioticos insulanos acclamaram D. João IV e pozeram cêrco ao castello de S. João Baptista, que conseguiu sustentar-se por mais de onze mezes, mas teve de render-se em 4 de março de 1642. Foi só pelo esforço dos habitantes, que os açorianos conseguiram varrer das ilhas o estrangeiro. Por estes feitos de bravura e lealdade, em côrtes de 1642, foi decretado que a cidade se denominasse «Sempre Leal».

No castello de Angra esteve recluso, de 1669 a 1675, o infeliz monarcha D. Affonso VI, a quem as intrigas da côrte e do clero tiraram a corôa e a esposa, encarcerando-o.

Durante a guerra peninsular, isto é, de 1807 a 1813 soffreram tambem muito os açorianos, com a invasão que assolou Portugal, cujos effeitos se fizeram sentir ali em grande escala.

A parte mais brilhante da historia açoriana é a que se prende com a campanha da liberdade, parte que só tem rival na lealdade e heroismo com que a cidade invicta pugnou pela constituição.

A revolução de 1820 foi acolhida nos Açores com vivo enthusiasmo, mas a recação foi violenta e o absolutismo deixou ali triste recordação; apenas, pois constou a outhorga da carta, a ilha Terceira pronunciou-se a favor d'ella e ali veiu a formar-se o nucleo de resistencia, depois da revolução absolutista do infante D. Miguel, em 1828. Tambem ali se reuniram os emigrados, estabelecendo o governo em nome de D. Maria II.

«Era um punhado de loucos», dizia-se na metropole, «com dois navios põe-se tudo aquillo em debandada». Entretanto, pelo sim, pelo não, enviaram uma esquadra composta dos melhores navios que possuiamos.

A esquadra chegou á vista da cidade e deu o ataque no dia 11 de agosto de 1829. Para se fazer idéa do que foi esse formidavel successo, basta dizer que havia fortes guarnecidos apenas com tres soldados e sob o commando de um cabo.

A esquadra miguelista constava de 22 vasos, trazendo a bordo 3:424 homens de desembarque e 2:224 de brigada e tripulação.

A defeza consistia no batalhão de voluntarios da rainha, unico corpo que se podia considerar completo, e diversos troços, que occupavam Villa da Praia. O forte do Espirito Santo, com tres peças, tres soldados de guarnição e oito artilheiros; o do Porto tinha uma peça e um artilheiro; o forte da Luz e o das Chagas, desartilhados.

As forças de cavallaria constavam de... 23 officiaes; mais... um punhado de academicos.

A esquadra fundeou mais perto de terra do que costumam os navios mercantes. O combate começou ás 11 horas da manhã; ás 3 da tarde os fortes haviam emmudecido; por todos os lados se viam ruinas fumegantes; o commandante da expedição ordenou o desembarque e 1:114 granadeiros e

caçadores, gente escolhida, seguiu nas lanchas para terra.

Então os liberaes obraram prodigios de intrepidez e heroismo; o major Menezes vendo o inimigo tão de perto gritou aos seus soldados: «Camaradas, estes cães levam-se á bayoneta; armar bayonetas». Seguiu-se uma carnificina espantosa; os que estavam nas alturas, á falta de munições, faziam chover penedos sobre os assaltantes, e aquelles que conseguiam pôr pé em terra eram varados á bayoneta. Dentro em pouco as aguas estavam cobertas de cadaveres e os gritos de victoria dos liberaes iam levar o terror á guarnição da esquadra.

D'ahi tentaram segundo desembarque, mas não chegaram a effectual-o; a primeira lancha foi destruida por uma granada; á segunda succedeu o mesmo, a terceira voltou-se no tumulto, e as restantes não ousaram avançar. A retirada foi tão precipitada, que a nau almirante teve de picar a amarra e deixar por mão as correntes.

Assim realisou a mais brilhante defeza um exercito microscopio, commandado por majores e em que o governador de um forte era um simples soldado voluntario. Era o forte de S. José. Conta-se que se chegou a elle, no começo da acção um homem de Cabo da Costa, de mais de 70 annos e lhe disse: «Tenho aqui dois rapazes, que são meus filhos; são muito moços, nunca ouviram zunir as balas, e eu... venho para os ensinar». D'ali a pouco um d'elles cahia morto e o pae gritava ao outro: «Desvia teu irmão que já pagou com a vida á patria; agora tratemos de o vingar».

Este heroe chamava-se Manuel da Costa.

O dia 11 de agosto de 1829, em que a cidade de Angra conquistou o renome «do Heroismo», é de eterna gloria para a ilha Terceira.

D'aqui partiu mais tarde a expedição, commandada por D. Pedro IV e que havia de assegurar o governo constitucional na nossa terra.

O brazão d'armas de Angra é um escudo esquartellado de branco e vermelho; sobre o branco tem umas pombas e sobre o vermelho, braços empunhando espadas; no centro um escudete com as quinas, e por timbre corôa e um braço armado de espada.

As armas do archipelago são um açor, cercado de nove estrellas, alludindo ao numero de ilhas que o compõem.

O terreno das ilhas é vulcanico e muito teem ellas soffrido com erupções successivas, das quaes sentiu a cidade de Angra os effeitos em 1614, 1761 e 1841.

A emigração dizima de continuo a população das ilhas, graças ao pouco que os governos da metropole se preoccupam com os interesses insulanos.

No anno de 1873 sahiram legalmente do porto de Angra do Heroismo para o Brazil e para os Estados-Unidos 1:016 pessoas, sendo 614 homens e 392 mulheres; mas a emigração clandestina ainda é peior, principalmente na ilha de S. Jorge, onde se desenvolve por tal fórma, que em 1872 dos recenseados para o serviço militar só appareceram tres, e para não pararem as obras publicas foi necessario ir buscar jornaleiros á ilha de S. Miguel.

AZAMBUJA

ESTA villa está situada em uma extensa e fertilissima planicie, a 60 kilometros ao NE. de Lisboa, a 18 ao S. de Alcoentre, e 24 de Santarem e do Cartaxo.

Não tem monumento algum que atteste a sua fundação; todavia, alguns archeologos affirmam que é muito antiga, que os romanos lhe chamavam «Oleastrum», e os arabes «Azzabuja» (olival bravo), nominativos que mais tarde se corromperam no actual.

El-rei D. Affonso I a doôu a D. Childe Rolim, filho do conde de Chester, em premio das façanhas que commetteu na tomada de Lisboa. Elle a povoou em seguida, isto é, em 1148 ou 1149, dando-lhe o nome de «Villa Franca».

Estando arruinada pelas continuas guerras com os infieis, D. Sancho I a reedificou em 1200, dando-a a D. Rolim de Moura, filho de D. Childe, cujos descendentes foram sempre seus donatarios. O mesmo monarcha lhe concedeu foral, que seu filho D. Affonso II confirmou em Santarem, a 22 de fevereiro de 1218.

Tambem consta que Ruy Fernandes, alcaide de Azambuja, lhe deu outro em 17 de maio de 1272.

El-rei D. Manuel lhe concedeu foral novo, em Lisboa, a 7 de janeiro de 1513.

Existe proximo á villa o decantado pinhal, chamado «da Azambuja», mandado semear em 1296 por el-rei D. Diniz.

Diz a lenda popular que n'elle se acoitavam bandos de malfeitores, que assaltavam e roubavam os viajantes; e ainda hoje,

quando qualquer pessoa trata menos licitamente um negocio com outra, o prejudicado diz: «Quem quer roubar vae para o pinhal da Azambuja».

O condado de Azambuja pertence aos duques de Loulé, descendentes de D. Childe Rolim, que alguns auctores dizem proceder dos reis de Inglaterra; e outros da familia dos duques de Borgonha, em França.

Esta povoação é patria de alguns bravos guerreiros e litteratos distinctos, dos quaes citaremos os seguintes:

Frei Jeronymo da Azambuja, um dos maiores theologos do seculo XVI, que D. João III mandou ao concilio de Trento. Era muito versado nos idiomas latino, grego e hebraico, além de apreciavel escriptor. Falleceu a 5 de janeiro de 1560 ou 1563.

D. João Esteves da Azambuja, denominado «o cardeal da Azambuja», filho de Affonso Esteves, senhor de Salvaterra e reposteiro-mór. Exerceu grande preponderancia nos reinados de D. Pedro I, D. Fernando e D. João I, sendo nomeado por este monarcha, embaixador ao concilio de Piza. Foi bispo do Algarve, depois do Porto, de Coimbra e finalmente arcebispo de Lisboa e cardeal de S. Pedro «ad vincula».

Era tão celebre pela vastidão dos seus conhecimentos em varias sciencias, como respeitavel e famoso pela sua bravura na guerra e pelo seu acrisolado patriotismo.

Foi conselheiro e companheiro de armas de el-rei D. João I.

Falleceu em Burgos, no dia 23 de janeiro de 1415 e jaz sepultado na igreja do convento do Salvador, em Lisboa, o qual fundou, dando-lhe boas rendas.

Diogo da Azambuja, bravissimo capitão, que em 1505 tomou a praça e cidade de Çafim (Africa) aos mouros. Foi do conselho de D. Affonso V, D. João II e D. Manuel, cavalleiro de Aviz, commendador de Cabeço de Vide e Alter Pedroso. Resgatou do poder dos castelhanos a praça de Alegrete, quebrando uma perna na occasião do assalto. Fez o castello real da Africa e o de S. Jorge da Mina, conquistando todo o seu territorio. Nasceu em 1432 e morreu a 15 de agosto de 1518. Está sepultado em um rico mausoleu de marmore, na igreja do convento dos Anjos, que fundou em Montemór-o-Velho.

D. Frei Diogo Lopes de Andrade, que nasceu a 28 de dezembro de 1569. Aprendendo os rudimentos da latinidade, deixou a patria para ir receber o habito dos eremitas agostinianos no convento da cidade de Perpignan, no condado do Roussillon, em 4 de junho de 1590, quando contava 21 annos de idade.

Perfeitamente instruido nas sciencias escolasticas, dictou theologia em Lerida com tal applauso, que o arcebispo de Braga, D. Frei Agostinho de Castro, o convidou á sua diocese para o apreciar.

Deixando segunda vez Portugal estabeleceu domicilio na côrte de Madrid, onde, pelo espaço de dezoito annos exerceu o ministerio de orador evangelico, sendo nomeado por Filippe II prégador da sua real capella e depois bispo de Otranto, no reino de Napoles, nomeação esta confirmada pelo papa Urbano VIII, a 20 de novembro de 1623.

Falleceu a 22 de agosto de 1628. Escreveu differentes obras, quasi todas em hespanhol.

«Alcoentre». — Esta freguezia do concelho da Azambuja está situada em uma pequena elevação e é banhada pelo rio do seu nome. Foi fundada pelos mouros, no reinado de D. Ramiro III, nos annos 970 de Jesus Christo.

D. Affonso I lhe deu foral em Coimbra, no mez de outubro de 1174, e D. Manuel o reformou em Lisboa, a 26 de setembro de 1513.

Foram seus donatarios os marquezes de Villa Real, que a venderam a Martim Affonso de Sousa. Passou depois para a casa dos condes de Vimieiro, a quem se pagava de 11 — 1, mas sómente do pão, vinho e linho.

No dia 4 de julho de 1808 foi esta povoação theatro de uma scena de canibalismo, como tivemos muitas durante a occupação de Portugal pelos francezes.

O general Margeron havia sahido de Lisboa em direcção a Leiria, com dois batalhões, quatro companhias escolhidas, seis boccas de fogo, e um esquadrão de cavallaria.

Entrando em Alcoentre e encontrando o cyrio da Ameixoeira, mandou o general emboscar infanteria e cavallaria atraz de um pinhal, e chegando ali os romeiros foram investidos implacavelmente pelas forças commandadas pelo brigadeiro Solignac e pelo chefe de esquadrão Salm-Salm.

Logo aos primeiros tiros cahiram por terra, mortalmente feridas, algumas pessoas e entre ellas o prégador, sendo depois assassinados indistinctivamente velhos, mulheres e crianças.

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

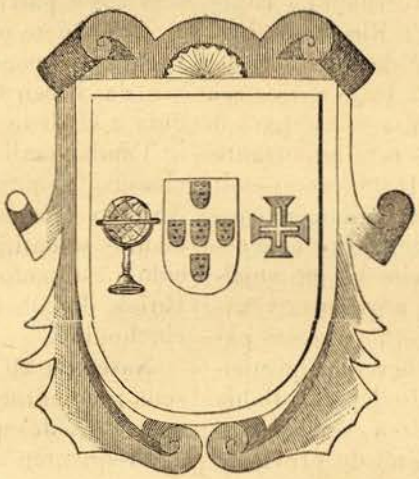
NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | ANNO DE 1890 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 33

ARCOS DE VALLE DE VEZ

EM terreno accidentado, mas fertil, nas margens do rio Vez, sobre o qual tem uma solida ponte de cantaria, está situada a villa de que nos vamos occupar. Dista 30 kilometros ao NO. de Braga e 390 ao N. de Lisboa.

Não ha a menor duvida de que a fundação da villa dos Arcos de Valle de Vez é muito anterior á monarchia lusitana, pois dizem alguns auctores que por muito tempo usou e foi conhecida sob a denominação de villa de Valle de Vez, passando a usar a que tem actualmente, depois que D. Affonso Henriques ordenou a fabrica primitiva dos arcos, que se vêem na praça principal, em memoria do auxilio que lhe prestaram os moradores da povoação na batalha que ali se deu entre o nosso primeiro monarcha e seu primo D. Affonso VII de Castella e Leão, no dia 25 de junho de 1128. Outros, porém, affirmam que a villa só adoptou o titulo de Arcos depois de D. Manuel haver ali passado em 1498, quando visitou o tumulo de S. Thiago de Compostella, porque os habitantes da villa tanto o festejaram, construindo uma extensa serie de arcos triumphaes, que o rei quando se referia á villa a designava «dos arcos», e d'ahi lhe ficou o nome que foi confirmado no foral.



Brazão d'armas de Arcos de Valle de Vez

Outros antiquarios, apaixonados por encontrarem assumpto para referencias ao dominio romano, dizem que esta villa não só existia já n'essa remota idade, mas era já tão importante e consideravel, que vem citada nos annaes da conquista e dominio, na peninsula, com o nome de «Arcobrica».

Na doação que o rei suevo Theodomiro fez da igreja de Santa Maria de Palacios ao bispo de Tuy, em 560, se vê que esta villa teve o nominativo de «Valle de Vice», mas já então se chamava Valle de Vez.

O que é mais curial é ter-lhe sido accrescentado o nome com a designação do valle, onde é situada a villa, para a distinguir de outra da mesma provincia, tambem chamada dos Arcos, situada na comarca de Ponte de Lima e a qual foi por D. Hilarião tomada aos mouros no anno de 750 da era de Christo e ahi por elle fundado o solar dos Amorins.

O que ha de positivo e incontroverso a respeito da villa dos Arcos é o que vamos reproduzir:

No anno de 1128 os castelhanos tentavam apossar-se do paiz, para o que contavam com a decidida protecção da viuva do conde D. Henrique, que cubiçava o governo para o conde de Trastamara, segundo as chronicas, seu amante. O infante D. Affonso, porém, que apesar de tenro em annos sentia já no peito despontar o animo independente, que o levou a libertar uma grande parte da peninsula do poder mauritano e a defender com tão grande tenacidade a autonomia nacional; o infante, dizemos, pondo-se á frente dos que como elle viam com maus olhos a entrega do principado ao estrangeiro, bateu os castelhanos junto á povoação, começando ahi a grande epopeia, constituida pelo reinado d'este principe tão opulentamente dotado pela naturesa e pela fortuna.

Consta que por esta occasião D. Affonso Henrique lhe deu foral e titulo de villa.

Por muito tempo andou o senhorio da villa nos bens da corôa; D. Pedro I a doôu ao infante D. Diniz, seu filho e de D. Ignez

de Castro. E' conhecida a historia d'este principe, que por haver recusado beijar a mão a sua cunhada D. Leonor Telles, quando esta occupou o throno, e por ter fugido para Castella, perdeu todos os seus bens.

D. Manuel deu-lhe foral em Lisboa, a 2 de junho de 1515, e pelos privilegios concedidos se póde vêr quanto encantado ficou, não só com a magnifica recepção que lhe fôra feita, mas, certamente, tambem pelo gentil aspecto dos campos e da villa.

A igreja da Misericordia, fundada em 1595, passa por ser uma das melhores de toda a provincia do Minho e é sumptuosa.

D. Filippe III creou o titulo de conde de Arcos, elevando a villa a condado para agraciar D. Lourenço de Brito e Lima, cuja descendencia masculina se extinguiu em seu filho.

O 8.º conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito, nascido em 7 de junho de 1771 e fallecido em 6 de maio de 1828, foi um dos homens mais notaveis do seu tempo.

Tendo sido nomeado governador e capitão general do Grão-Pará e Rio Negro, tomou posse do cargo a 22 de setembro de 1803, e sendo elevado em 1805 a vice-rei do Brazil, partiu no anno seguinte para o Rio de Janeiro, exercendo esta importante commissão até março de 1808, em que ali chegou D. João VI, fugido do reino, em consequencia da invasão franceza. Por esta occasião não teve duvida o vice-rei em sujeitar a população da cidade a grandes vexames para arranjar commodo alojamento para o soberano, fidalgos e adherentes que deixaram Portugal. Governando depois a Bahia desde 1810 até 1818, sob o seu consulado se estabeleceu na capital da provincia a primeira typographia, publicou-se o primeiro jornal, intitulado «Edade de Oiro», e estabeleceu-se a primeira bibliotheca publica, para começo da qual o benemerito cidadão Pedro Gomes Ferrão offereceu ao conde dos Arcos a sua importante livraria.

A revolta de Pernambuco, em 1817, por sua energia e iniciativa, foi dominada em breve trecho, aprestando tropas e soccorros ainda antes de receber ordens do governo do Rio de Janeiro, mandando processar summariamente e executar um padre que ia fazer propaganda nas terras sujeitas ao seu dominio.

Por occasião da retirada de D. João para a Europa, sendo já ministro da marinha, ficou com a presidencia do ministerio, constituido junto do principe regente D. Pedro, logar que pelo movimento separatista largou.

Em 1826, nomeou-o D. João VI membro da regencia que lhe succedeu, e quando D. Pedro outhorgou a carta constitucional elevou-o a par do reino.

Além dos titulos e honras que deixamos enumerados, foi ainda o conde dos Arcos tenente-general do exercito, gentil-homem da camara de D. Maria I e grã-cruz das ordens d'Aviz e da Torre Espada.

O brazão d'armas dos Arcos de Valle de Vez consiste no escudo das armas entre a esphera armilar e a cruz da ordem de Christo, insignias de D. Manuel, por quem lhe foram concedidas.

Orgulha-se a villa dos Arcos de Valle de Vez de haver sido berço de homens illustres e distinctos, que sobremaneira honraram a terra natal, como João Gonçalves Zarco, descobridor da ilha da Madeira, em 1419, grande navegador, que prestou tão notaveis serviços á patria.

Zarco é o progenitor dos Camaras, cuja varonia se conserva nas casas dos marquezes da Ribeira Grande e condes de Athouguia e Calheta.

Tambem ali teve berço o famoso medico, chimico e naturalista, o doutor Bernardino Antonio Gomes, socio de varios estabelecimentos scientificos, insigne escriptor, conhecido e estimado em toda a Europa e que fez varias descobertas, sendo uma d'ellas a da cinchonino.

Nasceu a 29 de outubro de 1768 e foram seus progenitores o doutor José Manuel Gomes e D. Josephina Maria Clara de Sousa.

Frequentou a faculdade de medicina, sendo sempre premiado, e formando-se no anno de 1793.

Foi medico do partido da camara d'Aveiro; e, tempo depois, em 1797, foi nomeado medico da armada com a graduação de capitão de fragata. Em 1810, allegando desgostos e falta de saude, requereu e conseguiu a exoneração.

Durante esse periodo desempenhou varias e importantes commissões de serviço publico, proprias da sua profissão, tanto no continente como no ultramar, e em Gibraltar, onde foi tratar os doentes, que se achavam n'uma esquadra portugueza.

Em 1817 nomearam-n'o medico honorario da real camara, e foi encarregado, n'essa qualidade, de acompanhar a princeza D.

Leopoldina na sua viagem de Liorne para a côrte do Rio.

Voltando depois a Lisboa, morreu passados poucos annos, em 1823, a 13 de janeiro.

Foi cavalleiro da ordem de Christo e fidalgo da casa real. Foi tambem membro da junta de saude publica, socio da academia real das sciencias de Lisboa; um dos fundadores e primeiros socios da instituição vaccinica, annexa á mesma academia.

Escreveu as seguintes obras:

—Memoria sobre Ipecacuenha fusca do Brazil ou cipó das nossas boticas.

— Descripção d'aquella planta que o dr. Brotéro enviou á sociedade Linneana de Londres.

— Observações botanico-medicas sobre algumas plantas do Brazil.

— Memoria sobre a enfermidade do desembargador Joaquim José Vieira Godinho.

— Methodo de curar o typho pela effusão de agua fria, etc.

— Ensaio sobre o cinchonino e sua influencia nas virtudes da quina. Foi traduzido em inglez. Da publicação d'este livro resultou uma questão entre o auctor e os redactores do «Jornal de Coimbra», que lhe contestaram a descoberta. Publicou por isso varios opusculos:

— Carta aos redactores do «Investigador Portuguez», etc., 1815.

— Carta aos redactores do «Jornal de Coimbra».

— Resposta ao dr. José Feliciano de Castilho, etc.

— Resposta ao papel de José Feliciano de Castilho, intitulado Reflexões, etc.

— Resposta ás denominadas reflexões de José Feliciano, etc.

— Recopilação historica dos trabalhos da Instituição Vaccinica no seu 1.º anno.

— Conta annual da Instituição Vaccinica, pronunciada em sessão publica de 1813.

— Memoria sobre as «boubas».

— Memoria sobre a desinfecção das cartas. Trad. em inglez.

— Ensaio desmosographico, succinta e systematica descripção das doenças cutaneas, etc.

— Memoria sobre os modos de diminuir a elephantiase em Portugal, etc.

— Carta aos medicos portuguezes sobre a elephantiase, noticiando-lhes um novo remedio para a cura d'ella.

— Memoria sobre a virtude tenifuga da romanzeira. Traduzido em francez.

— Carta sobre as virtudes anthelminticas da casca da raiz da romeira para os casos de toenia, etc.

—Historia justificativa da reclusão de D. Leonor Violante Rosa Mourão no convento de Sant'Anna, com os documentos. Por seu marido B. A. G., 1821.

— Decisão juridica proferida pelo corregedor do civel Luiz Pinto Caldeira de Mendanha, 1812.

—Analyse das sentenças proferidas na Legacia sobre a causa de divorcio que D. Leonor V. R. Mourão moveu a B. A. G.

— Historia de uma ophthalmia epidemica observada a bordo de um navio-hospital.

— Escreveu mais tres memorias sobre a canella.

Algumas d'estas obras foram traduzidas em inglez e francez, o que significa a sua importancia no mundo scientifico, e outras são muito raras. Teem quasi todas estampas.

O distincto estadista sr. Barros Gomes, que ainda ha pouco foi ministro dos negocios estrangeiros e no desempenho d'essa espinhosa missão deu provas de bastante illustração e patriotismo, é neto do doutor Bernardino Antonio Gomes.

A camara municipal dos Arcos de Valle de Vez, com o fim de perpetuar a memoria d'este seu abalisado conterraneo, deu o nome de «Bernardino Antonio Gomes» a uma das ruas da villa.

Ainda outro filho notavel d'esta povoação foi José Maria Xavier de Araujo, um dos campeões mais decididos da causa liberal.

Seguindo, como seu pae, a carreira da magistratura, acabava de exercer o logar de provedor da comarca de Vianna do Minho, quando se associou em 22 de junho de 1820 no Porto, em casa de Duarte Lessa, á cruzada politica, prégada por Fernandes Thomaz e Ferreira Borges, ficando então a secreta junta revolucionaria composta de treze membros.

Na noite de 21 de agosto, isto é, apenas decorridos dois mezes, haviam os heroicos patriotas já conquistado a adhesão dos commandantes dos corpos militares e outras pessoas importantes, e ahi ficou decidido o movimento a que urgia proceder, porquanto a regencia expedira ordens apertadas para a captura de Manuel Fernandes Thomaz.

Na noite de 23 concertava-se o ultimo plano; a aurora seguinte assistiu á proclamação do governo liberal, e a 15 do mez immediato cahia o governo oppressor e a

revolução triumphava em todo o paiz. Xavier de Araujo foi eleito deputado ás côrtes constituintes e ahi assignalou-se brilhantemente e foi dos sessenta e um deputados que firmaram o protesto contra a «villafrancada», promovida por D. Miguel em 1823.

Principiou então para os defensores do systema liberal uma epoca de soffrimentos e perseguições, sendo Xavier de Araujo um dos que tiveram de recorrer á emigração para salvar a vida.

Regressando em 1834 á patria, foi nomeado juiz do tribunal do commercio de 2.ª instancia, d'onde passou á relação do Porto.

Escreveu as «Revelações e memorias para a historia da revolução de 24 de agosto de 1820», que conteem preciosos apontamentos.

O bibliophilo Barbosa refere-se a um manuscripto sobre antiguidades das provincias de Entre Douro e Minho, que diz ser muito apreciado por todos que o poderam conhecer, cujo auctor, Antonio de Araujo, era natural da villa dos Arcos e foi um dos valentes militares que se distinguiram na guerra da Restauração.

Na historia de algumas das freguezias d'este concelho respigamos os factos seguintes:

«Aboim das Choças». — N'este logar esteve acampado o exercito de Affonso VII de Leão, antes de ser derrotado por D. Affonso Henriques na «Veiga da Matança» ou de «Valle de Vez», em 1128.

Tambem em 1643 ali esteve reunindo a sua gente o bravo D. Diogo de Lima, visconde de Villa Nova da Cerveira, quando foi soccorrer a praça de Monção, sitiada pelos hespanhoes.

Consta que o nome de «Choças» lhe ficou das que os castelhanos ali construiram em 1128.

«Azere». — A esta freguezia ia antigamente todos os annos, na 3.ª dominga de julho, a camara dos Arcos de Valle de Vez, acompanhada do mordomo, ouvir missa, depois da qual se realisavam corridas de cavallos no terreiro do Espirito Santo.

Proximo á povoação, n'um monte, vêem-se as ruinas d'um castello, cuja edificação é attribuida aos mouros. Tem este venerando baluarte uma cisterna subterranea que conduz até ao rio.

«Cabana Maior». — Existem n'esta freguezia monumentos prehistoricos, que até hoje nem foram objecto de estudo algum, nem mesmo são conhecidos em parte, apesar de estarem debaixo dos olhos de todos. A esse respeito escrevia ha pouco um dos periodicos do concelho:

«Esses importantissimos monumentos, para os quaes devem convergir as attenções dos archeologos portuguezes, são cinco ou seis «tumulos», com a fórma conhecida de monticulos de terra, a que aqui chamam com grande propriedade — «mamôas». Um d'esses tumulos ainda conserva um «dolmen» incompleto, descripto no «Minho Pittoresco», e que está desentulhado de terra.

Nos restantes tumulos os «dolmens» centraes estão ainda cobertos totalmente ou quasi totalmente.

Parecia-nos conveniente, que os archeologos portuguezes não esquecessem estes vestigios de antiquissimas civilisações, que o nosso paiz viu nascer e desapparecer. Talvez que em parte alguma do reino se encontrem tantos «tumulos» juntos, e construidos todos n'um alinhamento ligeiramente curvo.

Accresce mais a seguinte circumstancia: o nome d'este planalto é — «Alto do Mezio» — cuja origem etymologica póde muito bem ser que sejam as palavras celticas «men» (pedra) e «hir» (longo), que reunidas formam o termo «Menhir», com que se designam os alinhamentos de pedras erguidas e lascadas, de origem prehistorica, dos quaes os mais conhecidos são os de «Karnac, Ardeven e Penmarch». E n'esse mesmo planalto lá se vêem os taes «menhirs» em grande abundancia, formando circulos de diametros muito variados ou alinhamentos abertos. Não nos consta que em qualquer outra parte do concelho appareçam estes enfileiramentos de pedras esguias, em tão grande abundancia. Por isso é provavel não serem simples demarcações de terrenos, devendo-se ainda attender a que ahi não ha nem houve cultura alguma, pois que é terreno baldio ou maninho, onde só crescem os fétos rasteiros e a urze.

Todos estes monumentos, até á data desconhecidos ou despresados, cremos que podem offerecer ás investigações dos archeologos um vasto campo de estudo.»

(*Conclue no proximo numero*).

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

1.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | ANNO DE 1890 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 34

ARCOS DE VALLE DE VEZ

(*Concluido do numero antecedente*)

«Cabreiro».—E' tradição que n'esta freguezia, no tempo da primitiva igreja, que foi edificada em 1271, os filhos, assim que os paes não podiam trabalhar, os levavam ás costas a uma lage escorregadiça e os precipitavam no Poço de Portucales, acima da ponte que atravessa o rio que vem do Outeiro Maior.

Parece que herdaram este acto de horrivel barbarismo dos cantabros, que talvez houvessem em tempos remotos habitado esta povoação.

Foi junto a esta lage que, trazendo um filho seu pae, este lhe perguntou que jornada levavam; respondeu-lhe o rapaz que para perto.

—Bem sei, meu filho, disse o ancião, levas-me onde eu levei teu avô e onde te hade levar teu filho!

O mancebo, meditando n'isto, tornou a pegar no pae e levou-o para casa.

Consta que desde então cessaram estes atrozes parricidios e não pouco concorreu para isso a acção benefica do catholicismo, exercida sobre estes povos, incultos e ferozes.

«Oliveira».—Em um monte proximo a esta povoação ha uma lapa ou gruta, chamada «Paços do Rei». Consta que este nome lhe provém por n'ella se recolher Bermudo II «o Gotoso», quando deu batalha a Almançor (1), rei ou kalifa de Cordova, em 998. Existe tambem ali outro penedo, chamado «do Garcia», que, segundo a tradição, deve o seu nome a ter junto a elle a sua tenda, no mesmo anno, o general christão D. Garcia.

Parece que não foi de grande importancia a batalha que teve logar n'esta povoação, pois d'ella não fazem menção as chronicas.

Tambem consta que Antonio de Araujo de Azevedo e outros fidalgos portuguezes, tiveram escondido por estes sitios a D. Antonio, prior do Crato, em 1580, antes d'elle fugir para França.

«Soajo» ou «Suajo».—O clima n'esta freguezia é excessivo, havendo no verão um calor de 40 graus e no inverno conserva-se a neve por espaço de seis mezes e ás vezes mais!

Foi couto do rei, sendo supprimido ha muito annos. Teve grandes privilegios e entre elles o de não alojar tropas nem soldados em tempo de guerra e os seus habitantes só iam a ella no seu couto ou quando fosse o rei em pessoa.

No principio do seculo XIV esteve em Suajo el-rei D. Diniz, augmentando n'essa occasião os privilegios d'esses povos, sendo um d'elles que nenhum fidalgo se demorasse ali «mais tempo do que o necessario para se esfriar um pão quente, posto ao ar, na ponta d'uma lança» (!).

D. João I ordenou aos monteiros que prohibissem a residencia de cavalleiros por aquellas terras, privilegio que foi confirmado pelos reis seus successores.

Os moradores d'esta povoação, na guerra da independencia, fizeram relevantes serviços em prol de D. João IV e de seus filhos, accommettendo os castelhanos com o maior encarniçamento e matando muitos d'elles.

«Souto».—Havia n'outro tempo por estes sitios densas mattas que serviam de velhacouto aos salteadores. O povo, para lhes

(1) Em 985, Almançor, com um numeroso exercito, invadiu Portugal, tomando Coimbra, Braga, Lamego, Vizeu e outras muitas povoações e fortalezas importantes, deixando tudo assolado e reduzido a um lago de sangue.

Em 998, o mesmo Almaçor invadiu de novo Portugal, entrando pela Galliza, onde se lhe oppoz o conde D. Forjaz Vermuiz.

Os principes christãos andavam em contenda; porém, o perigo commum os fez unir.

D. Bermudo II rei de Navarra, e o conde D. Garcia Fernandes, deram a Almançor uma sanguinolenta batalha, nos campos de Alcantanazor, proximo a Osma, onde os mouros foram completamente derrotados e Almançor mortalmente ferido.

tirar este abrigo, deitou fogo ás mattas, e, depois de extincto, se acharam dois ladrões carbonisados, aos quaes ali mesmo deram sepultura.

D'este facto teve origem o logar dos «Queimados», n'esta freguezia.

Diz José Avelino d'Almeida, no seu «Diccionario abreviado de chorographia, topographia e archeologia das cidades, villas e aldeias de Portugal», que em Souto uma porca pariu um filho, metade porco, metade cão.

ARRUDA DOS VINHOS

EM um valle, guarnecido de serras e montes, está situada a villa com este nome. Fica a 35 kilometros ao N. de Lisboa.

Foi fundada ou reedificada em 1160 pelos cruzados inglezes que ajudaram D. Affonso Henriques a conquistar Lisboa, e esse monarcha lhe concedeu então foral.

Os mouros que sahiram illesos da batalha de Santarem, lhe pozeram cêrco e a tomaram sem difficuldade por ser aberta, em 1185, arrazando-a e levando grande numero de captivos. No anno seguinte, isto é, quando D. Sancho I foi acclamado rei de Portugal, a mandou reedificar e povoar.

Tem uma boa igreja matriz de tres naves. Diz Rodrigo M. da Silva que este monarcha a deu á ordem de S. Thiago, e que esteve ali o convento das commendadeiras d'esta ordem, d'onde se mudaram para Santos-o-Velho, de Lisboa.

Quando se erigiram as commendas, foi este templo incluido no rol dos do padroado real e nomeado commenda de Christo, mas D. Affonso I o deu ao prior do convento de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, o que D. Sancho I confirmou.

Antigamente dava-se na villa da Arruda dos Vinhos uma singularidade. Todo o homem «peão», que cultivasse terras, vinhas e olivaes, pagava o oitavo dos fructos que colhia á commenda de S. Thiago. Para se isentarem de pagar isto se levantavam «cavalleiros», no mez de maio, em camara, e então só ficavam pagando 108 réis cada anno á dita commenda!

As viuvas d'estes cavalleiros, não casando depois com peões, e os filhos menores, tinham os mesmos privilegios.

Tambem eram obrigados os seus habitantes a dar ao rei «colheita» (1), no 1.º de maio de cada anno, e parece que elles «remiam» esse tributo a dinheiro, porque ha uma sentença passada em Evora, a 4 de abril de 1533, a favor da corôa, contra o concelho d'esta villa, pela qual foi o mesmo condemnado a pagar a «colheita» ou o jantar do 1.º de maio, em especie e não em dinheiro.

O alcaide-mór, que era o duque de Aveiro, tinha um arratel de carne de boi ou vacca, que ali se matasse, e um arratel de «ubere», e dos porcos os «lombinhos de dentro» e os quatro pés! Chamava-se a isto direito de «açougagem» (2).

Teve a villa tres fornos da commenda de S. Thiago, e não podiam haver outros.

D. Manuel deu-lhe foral em Lisboa, a 15 de janeiro de 1517.

N'esta povoação nasceram alguns varões distinctos nas armas e nas letras, e entre elles citaremos:

Vicente Pereira de Castro, governador da India; Antonio de Castro Sande, idem; Antonio Paes de Sande, governador do Rio de Janeiro; e João de Macedo Côrte Real, general de artilheria e governador de Pernambuco.

Diogo Ferreira de Figueirôa, que pela nobreza do seu nascimento mereceu ser um

(1) Direito que se pagava de quaesquer vendas ou compras, não só nos logares onde se vendiam carnes frescas, mas ainda em todo o logar e praça, em que se vendiam fructas, pão, hortaliças, peixe, panellas, etc., e por isso ás ruas dos mercadores se chamaram algumas vezes «Açouguos», nome que os arabes ainda hoje dão aos logares em que estas cousas se vendem; como vindo do verbó «Sacá», que na oitava conjugação, significa comprar, feirar e fazer negocio com compras e vendas.

(2) Certo fôro ou pensão que os vassallos pagavam ao principe ou senhorio, quando este vinha á terra uma vez cada anno, e não vindo não lh'a pagavam. Porém, com o decorrer dos annos se foi introduzindo o pagarem-lh'a, posto que com effeito e pessoalmente não viesse.

No «Tombo dos Jantares», que se conserva no archivo da sé da Guarda, se diz o seguinte: «Nós, D. Christovão de Castro, por mercê de Deus, e da S. Igreja de Roma Eleito confirmado Bispo da Guarda, do Conselho d'El-Rei Nosso Senhor, Dayão de sua Capella, etc Fazemos saber, a quantos estes virem, que estas são as Colheitas, e Procurações, que os Logares da Ordem de Christo, são obrigados a pagar ao Bispo pola Visitação. Ho qual pagamento he por contrato, feito antre ho Mestre, e o dito Bispo.» etc., etc.

Este costume cessou ha mais de dois seculos.

dos mais estimados criados dos duques de Bragança, D. João e D. Luiza de Gusmão, mais tarde reis de Portugal.

Pela sua profunda sciencia na poesia e na musica, foi venerado pelos mais celebres poetas do seu tempo, e admittido como cantor da capella real, em 3 de junho de 1648. Falleceu em Lisboa, a 19 de maio de 1674, com 70 annos de idade.

Escreveu as obras seguintes:

— «Epitome das festas, que se fizeram no casamento de D. João, 2.º duque de Bragança, com a senhora D. Luiza Francisca de Gusmão, filha unica do duque de Medina Sidonia.»

— «Desmaios de Maio, dedicado ao Senhor D. Alexandre.» Contém um enredo saudoso de um estudante de Coimbra, natural de Lisboa. E' composto em verso e prosa, onde o auctor se revela judicioso e elegante.

— «Notabilidade do succedido nas côrtes do Amor.»

— «Jardim de Finamor, panegyrico ao nascimento do infante D. Pedro.»

— «Theatro da maior façanha e gloria portugueza.» Consta de 6 cantos em 8.ª rima, dedicados á gloriosa acclamação d'el-rei D. João IV.

— «Vida de Santa Thereza,» em 8.ª rima.

— «Queixosa demonstração de magoas, na intempestiva morte do serenissimo infante de Portugal, o Senhor D. Duarte, irmão do Serenissimo Rei D. João IV.»

Padre João de Arruda, que foi educado por um seu tio, prior da igreja de Nossa Senhora da Salvação, da villa da Arruda dos Vinhos, mostrando desde tenra idade a predilecção para as cerimonias ecclesiasticas, e sciencia musical de côro, foi admirado por quantos cultivavam distinctamente esses misteres.

Ordenado de presbytero, foi nomeado capellão do infante santo D. Fernando, filho d'el-rei D. João I, e por insinuação do mesmo principe foi mestre da capella real de D. Affonso V, devendo-se á sua pericia muitos melhoramentos introduzidos nos officios divinos.

Acompanhou a Borgonha a infanta D. Isabel, quando esta foi casar com Filippe o Bom. Voltou a Portugal para entrar na congregação dos conegos seculares. Foi depois a Roma a tratar de negocios da congregação e depois a Veneza. Voltando ao paiz recolheu-se no convento de Villar de Frades, onde falleceu no dia 29 de junho de 1470. Deixou manuscripto um tratado das cerimonias religiosas e do canto que se usa no côro.

Jorge Freire de Andrade, cavalleiro professo da ordem militar de Christo. Nasceu a 25 de novembro de 1650 e teve por progenitores o doutor Antonio Freire de Andrade Encerrabodes, desembargador na relação do Porto, e D. Isabel de Noronha.

Imitando seu pae no estudo da jurisprudencia, frequentou esta sciencia na universidade de Coimbra, com tanto disvelo que foi promovido aos logares de juiz de fóra de Campo Maior e Coimbra, ouvidor de Campo de Ourique e provedor de Elvas, d'onde passou, em 28 de junho de 1706, para desembargador da casa da supplicação e depois a vereador do senado de Lisboa e juiz conservador da casa da moeda.

Falleceu em Lisboa, no dia 15 de março de 1741, quando contava 90 annos, 3 mezes e 18 dias de idade.

No dia em que os principes do Brazil entraram em Portugal, offereceu-lhes em nome da cidade de Lisboa, um discurso que fez publicar com este titulo: «Oração na entrada que fizeram os Serenissimos Principes do Brazil, os Senhores D. José e D. Maria Anna Victoria, em 12 de fevereiro de 1729.»

Padre Pedro Dias, que foi admittido no instituto da Companhia de Jesus, em o Collegio de Coimbra, a 28 de março de 1548, onde dictou theologia moral, com bastante erudição.

Desejoso de seguir o padre Ignacio de Azevedo, que partiu para o Brazil, acompanhado de 39 religiosos, embarcou na capitania de Luiz de Vasconcellos, nomeado governador d'aquelle estado.

Não podendo, por contrariedades da nautica, tomar o cabo de Santo Agostinho, foi aportar á ilha de Cuba, d'onde passou com seus companheiros a Albana, até que, embarcando em uma nau castelhana, voltou á ilha Terceira, no mez de agosto de 1571. Sahindo da cidade de Angra do Heroismo, a 6 de setembro, encontrou na altura das ilhas Canarias cinco naus de que era capitão-mór João Cadavilho, francez, e acerrimo defensor das ideias calvinistas, o qual accommettendo a embarcação em que ia o padre Pedro Dias com seus companheiros, foi por tres vezes valorosamente rebatido,

até que a rendeu; e como era obstinado inimigo dos dogmas romanos, sacrificou ao odioso furor das suas ideias aquelle sacerdote e os seus sequazes, em 13 e 14 de setembro de 1571.

BATALHA DE TORO

(*Continuado do n.º 31*)

O nosso rei D. Affonso V em Castella, querendo ganhar para o seu partido os nobres adversos, tão inhabilmente o fizera, que muitos tinham gasto em serviço de Izabel o dinheiro que haviam arrancado a Affonso; Luiz XI, quando á força de dinheiro fizera passar para a côrte de França Filippe de Comines, até então conselheiro do duque de Borgonha, arranjára as coisas de modo que Filippe de Comines viu-se na alternativa, ou de passar para França ou de ver os seus segredos divulgados, porque Luiz XI já déra ordem que fossem tomadas umas seis mil libras tornezas, que lhe mandára para o attrahir a si, não recuando diante do escandalo, comtanto que conseguisse os seus fins.

Affonso V devia por conseguinte sentir-se extremamente desilludido quando começasse as negociações com o seu alliado. Effectivamente Luiz XI fartou-se de lhe dizer boas palavras e de lhe fazer maravilhosas promessas que enlevaram D. Affonso V, mas não cumpriu uma só. Começou por lembrar ao rei de Portugal que seria bom que obtivesse a dispensa do papa para o casamento com sua sobrinha D. Joanna, e que obtivesse de Carlos, o Temerario, duque de Borgonha, a solemnissima promessa de que não aggrediria a França, emquanto este paiz estivesse empenhado na lucta com a Hespanha. Affonso V assim fez, procurou o duque de Borgonha, que, sendo filho da duqueza Isabel, irmã de el-rei D. Duarte, era seu primo co-irmão, e que estava então cercando Nancy, em guerra com o duque de Lorena.

Carlos de Borgonha, que já conhecia de mais o seu astucioso rival, nem attendeu ás propostas de Affonso V, que se foi embora muito desconsolado. Mas a sua negociação teve por motivos completamente diversos, o resultado que Luiz XI desejava. N'esse mesmo cêrco de Nancy Carlos de Borgonha foi derrotado e morto, e o rei de França viu-se desassombrado do seu terrivel adversario. Ao mesmo tempo o papa concedia a licença pedida e Luiz XI ficava sem pretextos para adiar o soccorro promettido. Mas o rei de França em que pensava menos era nos negocios de Hespanha e Portugal. Os seus adiamentos e as suas evasivas fatigaram afinal a paciencia e a credulidade do pobre D. Affonso V, que, envergonhado do papel que representára, resolveu abdicar a corôa em seu filho e ir acabar seus dias na Palestina. Enviou a abdicação para o reino, e partiu em segredo para embarcar n'um dos portos da Normandia. Os fidalgos que o acompanhavam, e a quem elle occultára a sua resolução, conseguiram alcançal-o e dissuadil-o, mas o que elle não quiz foi estar nem mais um dia em França, e em vez de partir para a Palestina, partiu para Portugal, levando no coração um profundo resentimento contra o perfido Luiz XI, e a vergonha de se ter deixado lograr como uma criança pelo astucioso soberano francez.

Mas entretanto o principe D. João, que recebera o acto de abdicação de seu pae, fizera-se acclamar rei a 10 de novembro de 1477, quando, dias depois, recebeu a noticia de que seu pae entrára em Cascaes. Surprehendido com esta noticia, o principe D. João poude hesitar um momento no intimo da sua alma, porém essa hesitação não a revelou, e apressou-se a ir entregar a seu pae a governação do reino, e a corôa que já por sua ordem cingira. Não quiz Affonso V acceital-a, mas D. João instou, e, desfazendo ainda a ultima objecção de D. Affonso V, que declarava querer conservar apenas o Algarve e as praças africanas para poder continuar na guerra contra os mouros, devolveu-lhe definitivamente o sceptro, que Affonso V com a inconstancia caracteristica da sua indole, ardia por acceitar.

Ainda elle tentou renovar com mais ardor a lucta contra Castella, pensou em consummar o seu matrimonio com sua sobrinha, mas de todos esses projectos teve de desistir, em presença das circumstancias contrarias aos seus desejos, e da má vontade dos seus subditos.

Em 1479 ajustou-se finalmente a paz com Fernando e Isabel, restituindo-se reciprocamente os dois reinos as praças conquistadas, e sendo uma das condições da paz entrar n'um convento a pobre princezasinha D. Joanna, victima innocente de todas estas intrigas. (*Continúa.*)

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

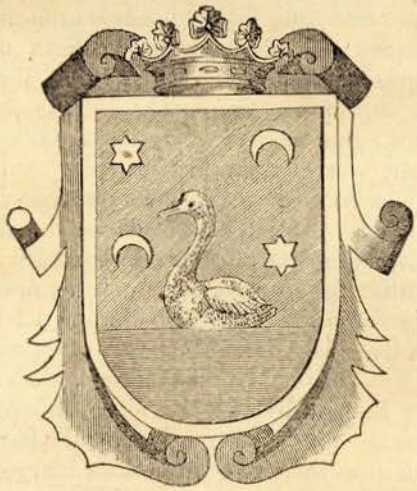
NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

1.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | ANNO DE 1890 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 35

AVEIRO

SITUADA nas duas margens da ria do seu nome e quasi na foz do Vouga se encontra uma das mais formosas e das mais bem fadadas terras de Portugal, a que tem por nome Aveiro e é capital do bispado e do districto assim nomeado egualmente. Das mais formosas, dizemos, porque concordam em assim classifical-a todos os corographos; das mais bem fadadas por haver sido berço de mui distinctos varões, como se vê da resenha dos seus illustres filhos, resenha com que terminaremos este artigo, e entre os quaes tem logar de preferencia aquelle a quem ha pouco tempo ainda pagou a divida de gratidão, que a patria deve aos benemeritos.

Claro está que nos referimos ao homem, que deixou assignalado seu nome com sulcos brilhantes na historia das nossas luctas pela liberdade e nos annaes do parlamento portuguez, de que elle foi por muitos annos a luz deslumbradora.—José Estevão Coelho de Magalhães, cuja memoria é e será sempre para Aveiro jus á veneração e titulo glorificativo.



Brasão d'armas de Aveiro

As noções remotas da historia d'esta cidade são confusas como a de todas ou quasi todas que contam seculos de existencia, quando os primeiros monarchas portuguezes, descendo do Minho, foram como avalanche impetuosa levando deante de si as hordas agarenas até além do oceano. Muitas as versões e escassos os fundamentos para as escolher, faremos pois d'essas tradições uma brevissima resenha. Ha quem attribua a fundação de Aveiro a Brigo, rei dos turdulos e quarto rei de Hespanha, pelos annos do mundo 1940, outros querem que fosse fundada em 2690; affirmam estes que esteve situada onde hoje é Caria ou Esgueira; opinam aquelles que a antiga Aveiro foi onde hoje existe Agueda. O que é certo, porém, é que tanto Plinio o moço como Antonino Pio já assignalaram uma cidade por elles então chamada Aviarium e Talabrica, nome já corrompido ou alatinado de Talabriga, com que foi fundada no mesmo logar onde hoje se acha. N'esse tempo passava junto a ella a estrada militar romana, que partia de Coimbra e ia terminar em «Cale» hoje Gaia. N'esta epoca parece que não existia ainda a famosa ria de Aveiro, que lhe opulenta os campos e a fez denominar Veneza Luzitana, porque se existisse os escriptores contemporaneos não deixariam de a citar.

Quanto ao nome tambem é objecto d'uma infinidade de controversias entre os auctores; uns o fazem derivar de «Aviarium» por haver ali abundancia de aves; outros querem que seja corrupção de Aveyrau, nome dado pelos navegantes gascões e normandos, que a estes pontos da costa aproavam frequentemente. Fernão d'Oliveira na sua «Linguagem Portugueza» diz que este nome lhe foi dado por ali morar um caçador de aves, por isso chamado Aveiro, o que não tem nem visos de verosimilhança, e Brundant, no «Lexicon Geographico» lhe dá o nome de Lavare, antigo e o moderno por corrupção d'aquelle. Não se sabe tambem desde quando usa o nome porque hoje está conhecida, sendo apenas certo que já assim era designada no tempo do conde D. Henrique. Passemos, porém, a enumerar os factos mais notaveis annexos á historia da capital d'aquelle districto.

No tempo dos turdulos era uma cidade importante e muito commercial. Em consequencia d'uma grande estiagam que se prolongou por alguns annos, os habitantes emigraram e a cidade cahiu em decadencia; foi depois occupada pelos celtas e turdetanos, que a ampliaram e deram grande desenvolvimento á sua prosperidade. Conquistada pelos romanos, floresceu quasi todo o tempo que aquelle grande povo teve a peninsula sob seu dominio.

Foi, comtudo, quando em poder dos romanos, que os arabes a assaltaram pela primeira vez, saqueando-a e incendiando-a em seguida, no anno 162 da era christã; começou n'esta epoca uma serie de desgraças, que se prolongou por largo tempo, pois até ao anno 300 da era christã são innumeraveis as vezes que foi assaltada pelos mouros ou invadida pelos povos, que substituiram os romanos na peninsula, sendo repetidas vezes saqueada e queimada, o que a poz em tal estado de decadencia e ruina, que quando os alanos e os suevos, no anno 400, invadiram a Luzitania, nem sequer se fez d'ella menção, a tão insignificante importancia estava reduzida; decadencia esta que se foi accentuando cada vez mais, e de que nem os mouros lograram fazel-a sahir, pois quando o conde D. Henrique tomou posse do reino nem sequer como villa estava classificada, e a primeira vez que é designada com tal titulo, em documento authentico, foi no reinado de D. Sancho I e no acto de doação, que d'ella fez este rei a sua irmã D. Urraca Affonso.

Os monarchas concederam-lhe por diversas vezes grandes privilegios.

Em 1370 D. Diniz isemptou os moradores de certos tributos, e ordenou que não podessem ser presos por culpas leves; D. Duarte concedeu-lhe que na feira de Março, chamada, se não podesse prender alguem por dividas que não fossem ali contrahidas, e os criminosos que ali apparecessem a comprar ou vender egualmente não fossem capturados. O infante D. Pedro prohibiu que fidalgo algum ou pessoa poderosa podesse permanecer em Aveiro por mais de quatro dias sem beneplacito de seus habitantes. Estes, e outros privilegios, que usufruiu, veem aqui citados para provar que a cidade foi muito apreciada dos antigos reis e que estes se empenharam por lhe dar desenvolvimento.

Em 1444 o mesmo infante D. Pedro fez cingir de muralhas a cidade, e povoar a parte sul, accudindo então ali tal abundancia de moradores que em breve tiveram de passar para fóra dos muros.

Começou então nova era de prosperidade; em 1550 os habitantes eram em numero de 12:000, contava mais de 150 navios, quasi todos construidos nos seus estaleiros, e só para a pesca do bacalhau no banco da «Terra Nova», descoberta pelos maritimos aveirenses, armava 60 vasos; a exportação de sal era em tal quantidade que annualmente sahiam a barra mais de 100 barcos carregados d'este artigo.

O foral de Aveiro é datado de 4 de agosto de 1515 e firmado por D. Manuel.

Em 1575 nova calamidade cahiu sobre aquella região, d'onde já uma vez haviam emigrado os habitantes perseguidos pela séca; d'esta vez foram tantas as tempestades e innundações, que a barra chegou a entulhar, a ponto de não poder entrar um hiate; a cidade tornou-se insalubre, em razão das aguas estagnadas, e a população ficou reduzida de tanta maneira que não chegava a contar 4:000 almas.

D. José I, ou antes o marquez de Pombal, deu á villa a categoria de cidade em 1760; por esta occasião foi-lhe mudado o nome para Nova Bragança, afim de punir até d'este modo o attentado do duque de Aveiro contra a vida de D. José, e foi ainda pelo mesmo ministro elevada a cabeça de bispado, em 12 de abril de 1774; só teve 4 bispos, o ultimo dos quaes morreu em 1842, ficando desde então governado o bispado por vigarios capitulares.

Dentro da barra e a um kilometro do extremo, na margem S., fica o forte da barra.

A cidade tem ido em via de prosperidade desde que, graças aos esforços do illustre parlamentar José Estevão, lhe foi dada uma estação de caminho de ferro, libertando-lhe o commercio, consideravel em fructas, minerio, sal, etc., dos gravissimos prejuisos causados pelo mau estado da barra.

As armas de Aveiro, como estão no Archivo da Torre do Tombo, são: em escudo sobre campo verde duas estrellas e duas meias luas de prata e um cysne tambem de prata sobre ondas azues.

Muito mais haveria para dizer d'esta cidade, que teve parte e foi theatro de luctas por occasião da guerra de successão com Castella, de 1640 a 1667, pela invasão franceza e campanhas liberal e dissenções que

se lhe seguiram até 1851; a quem quizer, porém, sobre estes pontos mais largos esclarecimentos, recommendamos a leitura do excellente livro do sr. Marques Gomes, «Memorias de Aveiro»; e passamos a referir o que acharmos de mais notavel nas tradicções e historia das parochias que compõem o concelho.

Além das duas em que a cidade se acha dividida, são mais as seguintes: Aradas, Cacia, Eirol, Eixo, Esgueira, Nariz, Oliveirinha, Palhaça e Requeixo.

A villa de Aradas, chamada antigamente Erada, era no tempo de D. Affonso I um agrupamento de habitações, cuja propriedade pertencia a um tal Jacob Mendes, que a deixou a Santa Cruz de Coimbra, onde jaz; logo que entraram na posse os frades lhe deram foral, que tem a data de 1219, passando para os frades cruzios da Serra do Pilar em 1700. A egreja é uma das que estão no esteiro navegavel, ramo da ria de Aveiro; foi construida no tempo dos godos, já existia em 979, pois n'esse anno veiu para ali um fusil da cadeia de S. Pedro e um pedaço do Santo Lenho.

«Arada.» — Significa terra lavrada e o nome vem-lhe da serra da mesma denominação, onde se acha situada.

«Cacia.» — E' uma bonita povoação, ridente e abastada, occupando parte de longa e fertil planicie sobre a margem esquerda do Vouga; foi villa e é povoação antiga, tanto assim, que o conde D. Henrique e sua mulher D. Thereza doaram parte d'ella ao convento de Lorvão, por carta de 24 de janeiro da era de Christo 1076.

Nos seus tempos aureos parece ter sido uma grande cidade, porque se encontram ainda vestigios; alguns escriptores opinam porque fosse aqui Talabriga ou Talabrica, cidade fundada pelos celtas, e que outros consideram como a mesma Aveiro. O sr. Marques Gomes no seu livro — «Memorias de Aveiro» contesta tal versão.

N'esta freguezia fica situada a ponte sobre o Vouga, denominada de Angeja, toda de madeira.

No logar de Villarinho, da freguezia de Cacia, tem assento o solar da familia Conceiro da Costa, descendente d'um cavalleiro de appellido Coucy, que acompanhára o conde D. Henrique, quando este principe veiu á peninsula.

«Eirol.» — Pertenceu ao antigo concelho de Eixo, extincto em 31 de dezembro de 1853, é situada na margem esquerda do Vouga; e n'esta freguezia está a ponte denominada da Rata.

«Eixo.» — Ignora-se a epoca da fundação d'esta villa, mas parece que foi propriedade da condessa D. Flamula e de uma sua prima casada com D. Mem Viegas de Sousa. Em 18 de setembro de 1289, foi doada á ordem de Malta, por D. Leonor Affonso, filha bastarda de Affonso III, a esposa repudiada; em 1324 a ordem trocou estes bens por outros, sitos em Montoto, com o conde de Barcellos, a quem por crime de rebellião foram confiscados, á ordem de D. Diniz, que depois das pazes feitas, por intermedio da rainha D. Isabel, os devolveu de novo ao conde. Passaram depois as terras de Eixo para D. Martim Affonso de Sousa Chichorro, filho natural de D. Affonso, o qual, segundo reza a chronica, houve dois filhos da abbadessa do convento de Arouca, D. Aldonça de Besteiros. Em 1406 estavam na posse dos condes de Barcellos, e assim andaram em uma e outra mão, até que foram encorporados na casa de Bragança, a qual por muitos annos sustentou pleito com aquelles povos sobre a justiça que lhe assistia de receber os fóros, rações e laudémios de que rezavam os tombos.

Eixo é, depois d'Aveiro a maior terra do concelho, tem foral que lhe foi dado por D. Manuel, a 2 de junho de 1516. Um dos documentos archeologicos que provavam a antiguidade d'esta freguezia era a fonte chamada «Velha» que ficava em frente da igreja, e foi demolida em 1867, verificando-se por essa occasião que era aquella a quarta edificação, o que é prova incontestavel de remota idade.

Em 1095 Zoleima Gonçalves, dito emphaticamente «famulo de Deus», fez doação de certas propriedades ao mosteiro e igreja de Eixo.

Exerce-se alli em larga escala a industria de fabricação de telha, e já existiam fabricas d'este artigo em 1555; outra industria é a de objectos de latão e cobre que já fez dar a esta villa o nome de Eixo dos Caldeireiros.

E' tradição ter havido ali um paço real e o facto é que da villa de Eixo datou D. Fernando — «o Formoso» a carta d'arrhas a D. Leonor Telles de Menezes, em 5 de janeiro de 1372. Possuia antigamente um bom edificio onde estavam situados os paços do concelho, repartições publicas, etc.

Honrou Eixo a nação com varões doutos e homens illustres; entre elles no seu curioso livro «Districto de Aveiro», cita o sr. Marques Gomes os seguintes: — Venancio Dias de Carvalho e Figueiredo, bacharel formado em direito, que foi governador civil do districto e muito estimado; dr. José Joaquim Ferreira de Castro e Silva, lente da faculdade de philosophia de Coimbra; D. fr. Sebastião da Annunciação Gomes de Lemos, bispo resignatario de Angola e commissario da bulla da Santa Cruzada; Sebastião de Carvalho e Lima, foi presidente da camara d'Aveiro; Clemente Joaquim de Carvalho, provisor do bispado d'Aveiro; Venancio Dias de Figueiredo Vieira, notavel antiquario, auctor d'uma erudita memoria inedita, sobre a villa de Eixo.

«Esgueira.» — Freguezia, outr'ora villa, cabeça de concelho, extincto por decreto de 6 de novembro de 1836; quanto á creação não póde fixar-se a data.

As noticias remotas sobre a existencia da villa não alcançam além dos primeiros reinados e até as chronicas só fazem menção d'ella, incluindo-a no numero dos legados de D. Sancho I a suas filhas, cujas rendas se diz que já disfructava D. Theresa, que fôra casada com o rei de Leão e d'elle estava divorciada, e este legado confirmou o papa Innocencio III. Deduz-se do facto de não se referirem a esta villa as subsequentes bullas sobre o mesmo objecto, que Esgueira ou por não ser fortificada ou por a donataria a não disputar a seu irmão Affonso II — «o Gordo», que andou sempre em dissenções com as irmãs para se lhe apoderar do patrimonio — caira em poder d'este ambicioso monarcha; mas ao terminarem todas as questões relativas aos legados de D. Sancho I, o que só veiu a realisar-se no reinado de D. Sancho II, já estava novamente em poder de D. Theresa, com a condição de por sua morte se tornar propriedade do mosteiro de Lorvão, como veiu a succeder.

Em 1681 D. Pedro II ordenou que as vezes de provedor de Esgueira fossem feitas pelo provedor de Coimbra, e na falta de ambas pelo juiz de fóra d'Aveiro; esta provedoria foi extincta em 11 de abril de 1759.

Pertenceu a villa á ordem de Christo; é uma das que no seculo passado havia cadeira de instrucção primaria, creada por provisão do Desembargo do Paço de 1779; em cento e dez annos pouco mais avançou n'este sentido, pois ainda hoje só tem duas, uma para cada sexo, que estão estabelecidas no edificio em que no tempo da sua autonomia se faziam as sessões da camara (paços do concelho).

Os foraes referem-se já a esta villa no tempo do conde D. Henrique, pois no que D. Affonso IV lhe concedeu, se diz que confirmava e ampliava o d'aquelle principe. D. Manuel renovou-o em 1515, a 8 de junho.

Que n'outros tempos a villa teve certa importancia, é fóra de duvida, pois que usou brasão de armas, que eram um navio envergado sobre ondas azues, e mesmo por haver sido solar de muitas familias illustres; em 1824 contavam-se ali as ruinas de vinte e tantos palacios com as armas de seus moradores. Na praça da villa ainda existe o pelourinho encimado pela esphera armillar de D. Manuel.

A ponte de Esgueira é uma das primeiras obras d'arte na nossa linha do caminho de ferro do norte, tendo sido muito difficil e morosa a construcção, pela mobilidade do terreno em que assentavam os pilares.

Entre os filhos distinctos de Esgueira, merece especial menção o dr. Manuel Joaquim Borges de Paiva, bacharel em leis, nascido nos fins do seculo passado; foi poeta da escola da Nova Arcadia e talvez mesmo socio d'ella, escreveu poesias e tragedias. Morreu em 1824.

«Nariz.» — Freguezia que pertencia ao concelho de Eixo; não haveria que contar d'ella se não houvesse sido berço de fr. José d'Assumpção, um dos mais abalisados missionarios do seminario do Varatojo e como tal teve fama em todo o paiz que percorreu, prégando o Evangelho.

Não se póde precisar a data do seu nascimento. Os seus sermões eram ouvidos com tanta anciedade, que sendo chamado a prégar em Coimbra, teve de vir orar no Campo da Feira, por o auditorio não caber na cathedral; outro tanto succedeu em S. Martinho do Bispo, onde teve de ir prégar para o monte, pois se agruparam para o ouvir mais de cinco mil pessoas.

D. Miguel nomeou-o bispo de Lamego e a Santa Sé confirmou a nomeação em 29 de junho de 1834.

(*Conclue no proximo numero*).

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis. O pagamento é adiantado. | ANNO DE 1890 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 36

AVEIRO

(Continuado do numero antecedente)

A mudança de governo fez que não chegasse a exercer as funcções prelaticias e recolheu-se a Lisboa, onde escreveu varios livros repassados de uncção evangelica e sã doutrina; n'esta cidade se finou em 18 de novembro de 1841.

«Oliveirinha.» — Freguezia creada por decreto de 2 de maio de 1849; n'ella teve solar a familia morgada, chamada «da Casa da Oliveirinha;» e n'esta casa nasceu em 14 de dezembro de 1834, o conselheiro José Luciano de Castro, actual chefe do partido progressista, jornalista distincto, deputado eloquente, ministro habil, que ainda ha pouco deixou a presidencia do conselho.

São de sua proposta como ministro, a reforma penal, do processo criminal e muitas outras, distinguindo-se ainda pelo empenho e zelo com que tem procurado melhorar a triste sorte do professorado primario, que hoje, graças ás medidas adoptadas por este estadista, está ao abrigo de muitos damnos, outr'ora soffridos. São tambem de sua iniciativa as leis de ensino obrigatorio, que, todavia, têm ficado até hoje em letra morta. O seu projecto de reforma da carta, o programma do partido a que preside, e diversos relatorios provam subido talento politico e grande merito litterario.

Tambem pertence a esta freguezia a povoação de Costa de Vallado, que foi villa, e a povoação das Quintãs, onde em 19 de maio de 1835 no local da praça da Palha foram cruelmente assassinados o capitão de ordenanças, Manuel Antonio Freire Carneiro e cinco filhos, pelas forças idas de Aveiro para os prender. O desgraçado militára nas fileiras de D. Miguel; depois da convenção de Evora Monte, recolhera-se a casa de um compadre, Bento Fragoso, que o denunciou infamemente; mais tarde tambem foi morto a tiro.

«Palhaça».—Freguezia que outr'ora pertenceu ao concelho de Sousa, passando por decreto de 24 de setembro de 1855 para o de Oliveira do Bairro e em 18 de setembro de 1872 para o de Aveiro; nada se menciona de notavel n'ella.

«Requeixo».—Está nas mesmas condições. Foi do extincto convento de Seixo, passando para o de Aveiro pela extincção d'aquelle. Era donataria d'elle a casa de Bragança.

Aveirenses illustres são em grande numero e d'elles rezam diversas obras e nomeadamente a «Bibliotheca Luzitana»; entretanto, para não fatigar o leitor, citaremos apenas os mais notaveis:

A princeza Santa Joanna, filha de D. Affonso V, nascida em 6 de fevereiro de 1452. Pedida em casamento por Luiz XI de França (o celebre rei que tinha por amigo e commensal mestre Tristão, o carrasco), para seu irmão, duque de Orleans, enlace que a princeza recusou porque sonhava com a paz do claustro, posto que seu pae não quizesse consentir n'essa profissão. Em 1471, quando este monarcha realisou a expedição a Africa, tão gloriosa para as armas portuguezas, governou a princeza o reino, conseguindo no regresso do rei obter a ambicionada permissão, mas ainda então foi sollicitada por Frederico IV, imperador da Allemanha, para esposa do archiduque Maximiliano de Austria, tendo a princeza para se esquivar a este enlace de fugir de noite do paço para o convento de Odivellas, d'onde mezes depois, em 14 de junho de 1472, foi acompanhada pelo rei seu pae para o convento de Santa Clara de Coimbra, revelando ahi a princeza que o seu desejo era tomar o habito no convento de Jesus de Aveiro, para onde se trasladou. Afim de evitar esta profissão chegaram a reunir-se côrtes em 22 de dezembro de 1472, mas apesar d'isso tomou o habito de noviça. Dos cabellos que lhe foram cortados n'essa occasião, ainda são conservadas como reliquia algumas madeixas. Morreu em 12 de maio de 1490; foi beatificada em 4 de abril de 1603 e canonisada em 1750. A igreja reza d'ella no dia anniversario da sua morte.

João Affonso pertenceu áquella gloriosa pleiade que no seculo XV iniciou a nossa grande epopêa maritima. Era natural de Aveiro, mas ignora-se a data do nascimento e filiação. Exercia a profissão de piloto. Em 1484 acompanhou Diogo Cam na expedição á Africa e em 1486 foi encarregado por D. João II de penetrar pelo rio Formoso, descobrindo então o reino e terras de Benim, em Guiné, onde estabeleceu feitorias portuguezas e ligou importantes allianças com o rei do paiz e ahi falleceu.

Ayres Barbosa, filho de Fernão Barbosa e D. Catharina de Figueiredo. Nasceu em Aveiro em 1470. Frequentou as universidades de Salamanca e de Florença. Em 1495 começou a reger a cadeira de rhetorica e mais tarde as de latim e grego em Salamanca, onde teve por discipulo o erudito André de Rezende. A Portugal o chamou D. João III, depois de jubilado e retirado do magisterio, para preceptor de seus irmãos, no exercicio de cujo cargo de tanta maneira agradou ao rei, que lhe agraciou o filho primogenito com o titulo de moço fidalgo da casa real. Ha d'este illustre aveirense algumas obras em latim, em prosa e verso. Morreu em Aveiro em 1530, com setenta annos de idade.

D. Fr. Duarte Nunes, natural d'aquella cidade e filho de obscuros paes. Professou no convento de Nossa Senhora da Misericordia de Aveiro, e a primeira vez que um rei portuguez, D. Manuel, usou do direito do padroado na India, elegeu-o bispo de Laodicea. Da India teve de regressar a Aveiro enfermo e onde falleceu em 1528. E' notavel a inscripção gravada na sua campa: «Aqui jaz D. Fr. Duarte Nunes, religioso espelho de virtudes e prelado do Oriente, que primeiro deu ordens aos povos da India.»

Simão Tavares, senhor de Mira, nasceu em Aveiro em 1484, e foi estribeiro-mór do cardeal D. Affonso ou de D. Henrique, casou com D. Isabel da Fonseca, filha do senhorio da ilha das Flôres, e viuvando, professou em 1544 no convento de Santo Antonio de Aveiro, onde foi religioso exemplar, pela caridade e abnegação; morreu em 6 de maio de 1566.

D. Fr. Jorge de Santa Luzia era profundo em theologia e philosophia, foi bispo de Malaca, governou o arcebispado de Gôa; renunciando o baculo, recolheu-se ao convento de S. Domingos d'esta ultima cidade, e ahi falleceu, ignorando-se a data da sua morte.

Fr. Pedro Dias nasceu em Aveiro pelos meiados do seculo XV, tomou o grau de bacharel em theologia, esteve na côrte de Hespanha como embaixador de D. João II, encarregado de negociar o casamento do principe D. Affonso, com a infanta D. Isabel, e da maneira distincta como desempenhou esta missão, dá testemunho a carta que D. João lhe enderessou em 1487.

Antonia Rodrigues, rival da heroina de Aljubarrota, porém, menos conhecida do que ella, nasceu em Aveiro, em 31 de março de 1580; era filha d'um pescador pouco abastado; levada aos 15 annos para Lisboa, para casa d'uma irmã, fugiu d'ali poucos mezes depois, cortou os cabellos, vestiu-se de homem e sentou praça de marujo, a bordo d'uma corveta que seguia para a Africa, chegada a Mazagan foi expulsa de bordo, por haver deposto n'um processo de furto, commettido pelo capitão; sentou praça n'um dos regimentos da guarnição, tornando-se insigne no manejo das armas; passando para um corpo de cavallaria, acompanhou as correrias da guarnição pelas terras dos mouros, praticando muitos actos de valor, pelo que chegou a vestir a farda de official. Receiando ser reconhecida, confessou ao governador qual o seu sexo e casou n'uma das primeiras familias de Mazagão, regressando a Lisboa com o esposo. D. Filippe II em premio de seus serviços deu-lhe 200 cruzados para a viagem, uma tença de 10$000 e uma fanga de farinha por mez, e D. Filippe III nomeou moço da real camara um filho da heroina, em paga dos serviços por ella prestados á patria.

Fr. Bernardino de Aveiro, viveu pelo meiado do seculo XVI, foi frade franciscano e escreveu uma «Meditação da Paixão de Christo», impressa em Evora, em 1544.

Fr. Pantaleão de Aveiro, em 1563 achava-se em Roma e deliberou visitar os logares santos, viagem que lhe serviu para compôr o «Itenerario da Terra Santa», livro repleto de humildade e considerado a primeira obra que no seu genero appareceu em Hespanha.

D. Fr. Sebastião de Assumpção, bispo de Cabo Verde, eleito em 1610.

Fr. Pedro-o-Bom, lente das escolas geraes de Lisboa, doutorado pela universidade de Paris.

Vasco de Sousa, nascido em 1 de novem-

bro de 1584, filho do 1.º conde de Miranda, foi doutor em leis e reitor da universidade de Coimbra.

D. Leonardo de Santo Agostinho, geral dos conegos regrantes e morto quando bispo de Cabo Verde.

Fr. Antonio Pereira, professor no instituto de S. Domingos, em 1657, prégador afamado no Oriente, foi vigario geral da sua congressão, e deputado das inquisições de Gôa e Evora; deixou impressos dois sermões.

Fr. Francisco da Paz, nasceu em Aveiro, em 25 de maio de 1731 e falleceu depois de 1798, fof professor de lingua hebraica, de que compoz uma grammatica, deixando algumas outras obras n'esta mesma lingua e na latina.

Fr. Francisco Nunes da Costa, nasceu em 29 de abril de 1750, professou no instituto franciscano, d'onde passou a freire de S. Tiago da Espada; era notavel por muito versado nos idiomas orientaes e metrificava com facilidade e acerto.

João Jacintho de Magalhães, descendente do celebre navegador Fernão de Magalhães, nasceu em 1722 e notabilisou-se por producções scientificas, professou e obteve depois breve de secularisação, e partiu para Inglaterra em 1722, applicando-se ali com feliz resultado ao estudo da physica, para cujos progressos muito concorreu; foi membro de muitas sociedades scientificas e morreu em 7 de fevereiro de 1790.

Fr. Jorge Pinheiro, foi provincial da ordem de S. Domingos, e doutor em theologia, viveu nos fins do seculo XVI e começos do seguinte.

Padre Luiz Pinheiro, professou no instituto de Santo Ignacio, teve a reitoria do collegio da sua ordem, na ilha de S. Miguel e falleceu em Lisboa em 1620.

Sebastião Pacheco Varella, presbytero secular, cavalleiro da ordem de Christo e versado em linguas, artes liberaes e sciencias escolastica; salvo de ser fulminado por um raio, de tanta maneira se vôtou ao cilicio e oração, que morreu de taes mortificações aos 35 annos, em 8 de março de 1706, deixando diversas obras impressas.

Francisco de Paula de Figueiredo, um dos mais insignes oradares sagrados do seu tempo e insigne poeta, mas passou existencia attribulada e desgostosa; nasceu em 9 de novembro de 1768 e morreu em 3 de setembro de 1803, deixando diversas obras.

Padre Antonio da Silva, frade jesuita, autor d'uma vida de S. Francisco Xavier, a que deu o titulo de «Sol no Oriente».

Fr. Antonio da Purificação e Silva, traductor do «Cathecismo Evangelico» de fr. Placido Olivier.

D. Affonso Ferraz, bispo da Guarda e esmoler-mór de D. João I.

D. Fr. Miguel Rangel, vigario geral da congregação na India e bispo de Cochim, onde morreu em 1645.

Visconde da Granja, Antonio Barreto Ferraz de Vasconcellos, nasceu em Aveiro, em 23 de maio de 1739; foi corregedor do crime, desembargador da relação, a que presidiu, conselheiro de estado, ministro da justiça, nomeado em 24 de setembro de 1834, deputado por Vianna, par do reino, primeiro relator de justiça militar, etc. Tomou parte activa no movimento liberal de 1820. Emigrou para França em 1828 e falleceu em 27 de abril de 1861.

Joaquim da Costa Cascaes, nasceu em 1815, é general de brigada e lente do collegio militar; escriptor de merito, dramaturgo festejado e militar muito distincto. A' sua iniciativa se deve a erecção do obelisco do Bussaco; é larguissima a lista de seus serviços, e Aveiro orgulha-se de lhe haver sido berço.

Bento de Magalhães, nasceu em 28 de abril de 1820, formou-se em direito e grangeou creditos de jurisconsulto abalisado, exerceu diversos cargos publicos, prestando bons serviços á terra natal e finou-se em 1869, a 8 de janeiro. Foi um dos fundadores e dos mais assiduos collaboradores do jornal — «O Districto de Aveiro».

Francisco Antonio de Rezende Junior, distinctissimo engenheiro e escriptor aprimorado, redigiu brilhantemente — «O Campeão das Provincias». Morreu em 31 de janeiro de 1875, deixando saudades ainda viçosas hoje na terra que lhe foi berço.

Barão de Almofala, José Antonio da Silva Leão, nasceu em 17 de fevereiro de 1793 e falleceu em 22 de julho de 1852. Fez a guerra da peninsula como praça de pret; em 1828 sendo já capitão de companhia, emigrou para Inglaterra, indo desembarcar nos Açores com o conde de Villa Flôr. Em 1833 voltou ao continente e tomou parte activa na defeza das linhas do Porto; obrou prodigios e dicidiu do resultado da batalha de Torres Novas; em 22 de agosto de 1847 foi nomeado ministro da guerra. Era um bravo militar e um excellente coração.

Viscondessa de Santo Antonio, D. Anna Isequelina de Oliveira Leite, nasceu em 29 de agosto de 1798, foi um modelo de bondade, prodiga em actos caritativos e exemplo de virtudes; desposou Pedro Antonio Rebocho, um dos mais illustres batalhadores nas campanhas peninsular e da liberdade.

Visconde de Almeidinha, João Carlos de Amaral Osorio de Sousa Pizarro, nasceu em 13 de março de 1822. Tem prestado relevantissimos serviços ao seu paiz.

João Augusto Marques Gomes, filho do bacharel Francisco Thomé Marques Gomes, distincto empregado do governo civil do districto de Aveiro, socio correspondente das sociedades de geographia de Lisboa e de geographia commercial do Porto, nasceu em 6 de fevereiro de 1853 e iniciou a sua já laureada carreira litteraria em 1873, escrevendo artigos sobre as antiguidades da sua terra natal, no jornal—«Districto de Aveiro», podendo formar com elles um grosso volume e tem publicado em separado—Memorias de Aveiro, obra que o «Conimbricense» especialmente e outros periodicos louvaram com justiça.—O Districto de Aveiro, noticia geographica, etc. —D. Duarte de Menezes, esboço biographico — A mulher atravez dos seculos, estudo historico—D. Joanna de Portugal, esboço biographico—Manuel José Mendes Leite, idem—Luctas Caseiras, historia dos acontecimentos politicos de 1846—A Vista-Alegre, apontamentos para a sua historia. Tem collaborado em grande numero de jornaes e fornecido preciosos auxilios para diversas publicações historicas, discriptiva, etc. E' um dos mais illustres filhos de Aveiro, não só porque grangeiou jus aos creditos de erudito, mas pelo muito amor que consagra á sua terra natal.

E agora vamos tratar do filho d'aquella cidade, que mais pugnou pela sua regeneração e cujo nome só basta para a commover, porque é e deve ser grata.

José Estevão Coelho de Magalhães, filho de Luiz Cypriano Coelho de Magalhães e de D. Clara Michelina de Azevedo Leitão, nasceu em Aveiro em 26 de dezembro de 1809. Tendo estudado humanidades n'aquella cidade, matriculou-se em 1825 na universidade de Coimbra. Batidas as forças liberaes na Cruz de Morouços, José Estevão então alistado nas fileiras do batalhão academico, emigrou para Inglaterra, de onde passou á ilha Terceira, a juntar-se com as tropas fieis á rainha. Os seus actos de bravura e heroicidade, durante o cêrco do Porto, valeram-lhe o grau de official da Torre Espada e a patente de 2.° tenente de artilheria, por decreto de 4 de abril de 1833, e o de 1.° em 1834. Tres annos depois abriu a sua magestosa carreira tribunicia na sessão de 7 de abril, como deputado por Aveiro. José Estevão viveu apenas 52 annos, mas d'esses, 32 foram dedicados á vida activa da politica, pois que aos 20 annos de idade deixava os bancos da universidade para adherir ao movimento liberal e juntar-se aos que conspiravam contra o governo absoluto de D. Miguel.

Desde aquelle momento a sua vida foi uma constante lucta pela liberdade da patria e tanto nos campos de batalha como depois na sala do parlamento foi um luctador valente e triumphante, um defensor convicto e intransigente das immunidades populares e da liberdade porque combatera. A firmeza de seus principios, a eloquencia da sua palavra inspirada, a sua força de luctador incansavel, crearam em volta d'elle uma popularidade como poucos homens politicos teem alcançado e essa mesma popularidade é que ao fim de 28 annos volvidos sobre sua campa lhe levantou um monumento pela vontade livre e espontanea do povo, sem a intervenção official.

José Estevão foi tambem um dos vultos mais grandiosos da lucta titanica que o povo teve de sustentar contra o partido cabralista, que fez epoca desgraçadamente no exercicio do regimen liberal. Elle foi dos grandes auxiliares de Passos Manuel na revolta do Minho, conhecida pelo pseudo de Maria da Fonte; com o verbo ardente que o afamou corria as populações e arrastava os homens após si. Valia tanto para a defeza d'uma causa com a palavra como com a espada.

Depois da batalha de Torres Novas teve outra vez de emigrar para Paris, em rasão de haver ficado vencido o partido popular, mas pouco tempo ali se demorou; a revolta seguinte já o encontrou no seu posto de honra.

Em 22 de junho de 1840 fundou com outros liberaes de primeira plana o periodico «A Revolução de Setembro», que ainda hoje vive da honradez e gloria das velhas tradições.

(*Conclue no proximo numero*).

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.°

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

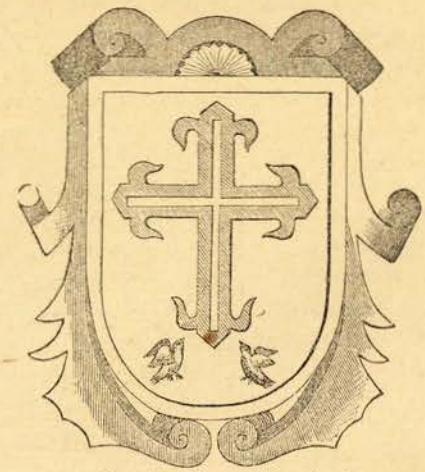
I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | ANNO DE 1890 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 37

AVEIRO

(Concluido do numero antecedente)

Foi no dia 4 de novembro de 1862 que em Lisboa rendeu a alma ao creador aquelle que foi o primeiro orador da peninsula. Era incomparavel e inexcedivel; tudo concorria n'elle para tornar plena essa supremacia que lhe attribuimos, a figura magestosa, a voz altisonante, o rasgado do gesto, o faiscante do olhar e essa especie de scentelha electrica que distingue os immortaes e se chama genio, aquentava a sua palavra, que ora trovejava indignada, ora acariciava com humorismos elegantes.

O povo portuguez deveu-lhe muito, porque ninguem como elle amou, defendeu a causa liberal, que era a causa popular; por isso cumpriu apenas um dever na manifestação livre, que augmenta ainda mais a gloria do eminente tribuno, cuja apotheose tem assim a amplitude das grandes consagrações.



Brazão d'armas de Aviz

Foi em 1880 que na cidade d'Aveiro um grupo de populares iniciou a ideia de levantar um monumento a José Estevão; essa ideia veiu a realisar-se brilhantemente o anno passado.

O monumento ergue-se na praça Municipal; é elegante a fórma do seu pedestal, delineado pelo professor de desenho do lyceu de Aveiro, sr. José da Maia Romão; a estatua representando o eminente tribuno é obra do esculptor portuguez, sr. Simões d'Almeida, que a modelou, sendo depois fundida em bronze no arsenal do exercito, que fez uma brilhante prova de competencia n'este caso. A figura está na attitude de fallar e tem toda a animação e sentimento que o talento de um esculptor póde imprimir no bronze, dando ao metal resistente toda a flexibilidade das fórmas humanas.

Aveiro pagou honradamente a sua divida de gratidão a José Estevão, erguendo-lhe um monumento digno do grande vulto a que é consagrado, e este acto solemne e a maneira como foi satisfeito o tributo e preito do povo constitue algumas paginas das mais brilhantes de Aveiro.

Poderiamos citar os nomes de muitos outros illustres filhos d'aquella cidade, entre cujos cidadãos mais notaveis tem saliente logar o sr. Manuel Firmino d'Almeida Maia, proprietario, fundador e redactor do «Campeão das Provincias», que tem exercido diversos cargos publicos, uns de eleição popular, outros de nomeação official, como presidente da camara de Aveiro e governador civil d'aquelle districto, etc. Como todos os homens importantes e collocados em posição eminente, é alvo de retaliações crueis e louvaminhas exageradas, é porém certo que tem prestado serviços e poucos competem com elle em influencia n'aquella localidade.

Como philantropo traz ao peito a medalha commemorativa dos sentimentos humanitarios que o distinguem.

Aqui fica a breve menção dos aveirenses mais illustres, no tempo antigo e no moderno, como dizia o poeta; outros mais ha, porém, de que a curteza do espaço não permitte que nos occupemos. N'esse pequeno «bouquet» ha bem com que satisfazer a mais vaidosa cidade.

Aveiro, além de ser uma das mais formosas e hoje uma das mais illustradas capitaes de districto, possue academias litterarias e scientificas, institutos de educação official e

particular em basto numero, associações respeitaveis, e publicam-se ali duas folhas: «O Campeão das Provincias» e o «Districto de Aveiro», que honram a bibliographia nacional. Além d'estes outros muitos se teem publicado e... fallecido. A cidade, aceiada e graciosa, com um magnifico jardim e bonitos edificios, alguns dos quaes pomposos, é digna de ser visitada, e a sua ria e campos adjacentes constituem um dos mais bellos espectaculos que podem deliciar o viajante. A Aveiro está reservado um logar distinctissimo de futuro entre as cidades mais illustradas e prosperas do paiz, se continuar á ter quem pugne pelo seu progresso.

E nós penitenciamo-nos pungidos da insufficiencia da homenagem rendida á nobre cidade do Vouga n'estas breves linhas.

J. Garcia de Lima.

AVIZ

A 6 kilometros ao S. do Tejo, 38 ao NO. de Extremoz, 54 a O. de Evora e 138 a SE. de Lisboa, está situada em uma eminencia, na direita do rio do seu nome, a villa de Aviz.

E' cercada de muralhas, com seis portas: a de Evora, de Santo Antonio, de S. Roque, do Postigo, do Anjo e Debaixo.

Na primeira, do lado exterior, existe pintado o quadro seguinte: — S. Bento, tendo aos pés D. Fernandeannes a cavallo, com seu escudo embraçado e um alfange na mão direita. Debaixo das patas do cavallo está a cabeça de uma moura, e para o lado direito duas aguias reaes sobre uma azinheira.

Provavelmente é algum padrão glorioso memorando as encarniçadas pelejas que outr'ora ali tiveram logar entre as hostes christãs e mauritanas.

Antes de nos reportarmos a outros factos que dizem respeito á historia d'esta povoação, permittam-nos os leitores que abramos um parenthesis para nos referirmos á origem da celebre e aguerrida ordem de Aviz, á qual se deve a fundação da villa.

Mal se póde fazer ideia dos usos e costumes proprios da epoca em que foi fundada a monarchia portugueza, e em que transcorreram os primeiros reinados, e da maneira como então eram organisados os exercitos. A ideia de batalhar pela fé e ao mesmo tempo de conquistar terras e fazer presas opulentas dominava os poderosos d'aquelle tempo; o desejo de cingir a espada actuava em todos os animos briosos, e d'este conjuncto de aspirações nasceram collectividades singulares como os «corpos francos», que auxiliavam os grandes chefes, uns como soldados mercenarios, assoldadados para a defeza de uma causa; outros, que incitados por mais nobres estimulos, não recebiam outra recompensa de seus serviços, senão as graças regias e a parte que lhes era concedida do resgate dos prisioneiros e dos despojos da conquista.

Foi um pouco dest'arte que nasceu a ordem de Aviz.

Depois da famosa batalha de Ourique, que assignala a independencia de Portugal e a autonomia do então principado ou condado «portucalensis», facto que teve logar em 1139, alguns cavalleiros que seguiam á ventura as hostes de D. Affonso, reuniram-se e congregaram-se n'um corpo franco, com o exclusivo proposito de combaterem a moirama, estabelecida n'esta parte da peninsula, sendo o seu compromisso «morrerem uns pelos outros e defenderem a sua bandeira até o derradeiro d'elles perder a vida».

De tanta maneira se distinguiu este grupo de esforçados aventureiros, tantas façanhas praticaram, e gentilezas de valor, que attraíram para si as attenções, e outros muitos lidadores se lhes foram aggregando, que em breve trecho constituiram um corpo militar muito respeitavel e importante.

Vendo o rei quanto lhe convinha engrandecer e honrar aquelle grupo de bravos, e ligal-os a si, por laços solidos, resolveu dar-lhes uma organisação regular, tendo-lhe já concedido muitos privilegios e rendas.

Para isso chamou a Coimbra em 13 de agosto de 1162, o abbade de S. João de Tarouca e outros prelados, e com auctorisação do legado do papa lhes deu constituição, sujeitando-os á regra de S. Bento, com as reformas de Cister, sendo obrigados aos tres votos de — pobreza, obediencia e castidade, — modificados com o andar do tempo, como veremos.

Não era, porém, independente esta ordem, pelo contrario, o fundador a submetteu á de Calatrava em Castella, da qual ficou sendo uma dependencia.

Não tomou desde logo o titulo, porque mais tarde havia de ser conhecida, e commummente foi designada pela «ordem nova», passando, com o estabelecer-se em Evo-

ra, a chamar-se dos «Cavalleiros d'Evora», sob a invocação de S. Miguel, e só depois de tomar assento na villa, pela ordem fundada com o nome de Aviz, a usar o titulo de ordem de S. Bento de Aviz, titulo reconhecido pelo papa Eugenio IV, quando decretou a separação da de Calatrava.

Cuidou logo D. Affonso em collocar á frente d'essa potencia nova, que medrára a seu lado, um chefe de sua inteira confiança, por isso, que, sendo a collectividade militar de tão grande importancia, sujeita a um poder estranho, este poderia d'um momento para outro obrigar os freires da «ordem nova» a tornarem-se-lhe adversos; confiou, pois, o mestrado a seu irmão bastardo D. Pedro Affonso, a quem se seguiu Gonçalo Viegas, e a este Fernandeannes, um verdadeiro heroe, que ajudou á conquista de muitas terras no Alemtejo, e limpou de mouros os arredores de Evora, lançando muito para o sul as fronteiras do territorio dominado pelos christãos.

Pelos annos de 1214, segundo uns, ou 1223, segundo outros, ordenou D. Affonso II que a ordem procedesse á escolha de local para assento d'uma povoação e fortalezas, nos limites do reino, e indo o mestre D. Fernão Rodrigues Monteiro e alguns cavalleiros em cata de logar apropriado, chegando em frente da villa de Viamonte viram voar d'uma azinheira duas aguias, que n'ella haviam fabricado seu ninho, e tendo n'isso bom agouro, esse sitio escolheram para as construcções, as quaes, segundo uma inscripção que se acha sobre a porta principal da villa, foram inauguradas no dia 15 de agosto de 1261 da era de Cesar, que corresponde chronologicamente ao anno de 1223 da era de Christo.

A inscripção é do theor seguinte: «Fer«dinandus magister dei gratia ordinis cala«travensis in portugal cum suo conventu «plantavit in festivatate assumptionis san«tœ mariœ œra M. CC. H. XI.»

Assustados os mouros com a construcção de uma fortaleza em tal ponto, que nem só promettia continuas invasões nos logares, onde dominavam ainda, como lhes tolhia a esperança de rehaverem os perdidos, reuniram-se as alcaiderias das visinhanças e com grande força de gente deram sobre as edificações, mas de tal maneira lhes replicaram os freires, que incutiram profundo medo nos serracenos, e os obrigaram a espontaneamente deixarem um largo espaço vazio, que se foi povoando de christãos; e assim teve logar a fundação da villa de Aviz, que, segundo a tradição, já em tempos mais remotos era conhecida por esse mesmo nome, devido ás muitas aves, principalmente aguias, que iam fazer seus ninhos n'aquella eminencia, facto que a doação de D. Affonso II confirma.

E' crescido o numero de homens notaveis que occuparam o cargo de mestres da ordem de Aviz, além dos já citados. Em primeiro logar avulta o filho natural de D. Pedro I, D. João, que antes de subir ao throno, tão popular se tornou sob a designação de mestre de Aviz. Foi este o promotor da independencia da ordem, que até elle andava sujeita á de Calatrava, cujos chefes visitavam frequentemente os castellos da ordem. Estas visitas haviam cessado depois da morte de D. Fernando, em consequencia das guerras entre Portugal e Castella, que lhe haviam succedido; restabelecida a paz e acclamado e reconhecido rei D. João, resolveu o grão-mestre de Calatrava, D. Gonçalo Nuñes de Gusman, visitar de novo os que chamava seus subditos em Portugal; o rei, fallando ao mestre de Aviz, que então era D. Fernão Rodrigues de Sequeira, disse-lhe que recebesse o hospede com cortezia, mas sem signal algum de vassallagem ou reconhecimento como prelado. Assim se fez, o que tornou iracundo o de Calatrava, que além de excommungar a ordem, recorreu para Roma, pedindo que fossem reconhecidos e proclamados os seus direitos; enganou-se, porém, nos seus planos, porque o papa Eugenio IV, ouvido o embaixador de Portugal, resolveu a questão, separando a ordem de Aviz da de Calatrava.

Foram tambem mestres de Aviz o infante D. Fernando, filho de D. João I, que foi morrer em Fez; o infante D. Affonso, morto de desastre nos campos de Almeirim; e D. Jorge, filho bastardo de D. João II, que este monarcha queria investir na herança do reino. Por morte d'este principe, que foi o 28.º mestre da ordem, passou o mestrado a ser encorporado na corôa.

Era a fórma do habito, nos primeiros tempos, um escapulario curto com o capello de côr preta, mas depois, a pedido de el-rei D. Affonso IV, substituiu Innocencio VI o escapulario, que embaraçava o uso das armas, por uma cruz verde, florida das flores de liz, sobre o peito esquerdo.

Em 1496, D. Manuel obteve do papa Ale-

xandre VI a commutação do voto de castidade, reduzindo-o a castidade conjugal, e em 1504 o pontifice Julio II relaxou o voto de pobreza, consentindo-lhes que tratassem de seus bens, podessem herdar e testar.

Muitas pessoas illustres deixaram bens á ordem de Aviz, pelo que ella chegou a ser muito rica e florescente.

Soffrendo as modificações porque teem passado as ordens de cavallaria, está hoje a ordem de Aviz reduzida a uma simples distincção honorifica, especialmente destinada a premiar serviços militares.

A insignia da ordem é ainda a cruz da fórma que indicámos e a fita de que pende a venera é tambem de côr verde.

O foral da villa de Aviz foi dado por D. Diniz, e como a povoação crescesse rapidamente sob a protecção de cavalleiros de tanta fama, foi cercada de muralhas, que ainda existem em ruinas, e torres, que eram ao principio cinco, mas duas em 1640 foram demolidas para com os materiaes edificarem dois reductos, conforme o moderno systema de fortificações.

Com o tempo veiu a povoação a trasbordar sobre o seu cinto de muros, estendendo-se para o norte, aonde formou um grande arrebalde.

D. Manuel deu-lhe foral novo em Santarem, no 1.° de janeiro de 1512.

O orago da parochia é Nossa Senhora da Orada, que se ergue no ponto mais alto da villa, constando que a imagem fôra collocada pelo condestavel D. Nuno Alvares Pereira. Possue hospital e casa de misericordia, cinco ermidas nos arrebaldes e duas fontes de boa agua. O termo é abundante em cereaes, legumes e azeite. Produz algum linho, tem grandes montados, muita caça, mel e gados.

O brazão d'armas é um escudo com a cruz verde de Aviz em campo de ouro, e na parte inferior duas aguias.

BATALHA DE TORO

(Concluido do n.° 34)

Pouco tempo sobreviveu Affonso V a este ultimo golpe dado nas suas ambiciosas esperanças, no dia 28 de agosto de 1481 falleceu em Cintra na mesma casa em que nascera, tendo apenas 49 annos de idade.

A viagem a França fôra sem duvida a mais profunda enxadada que dera na sua sepultura.

Durante o tempo de Affonso V, tinham proseguido nos descobrimentos os portuguezes, ainda que el-rei pouco attendesse a essa empreza, a mais importante que o nosso paiz tentou. Pela primeira vez passaram os nossos navios o Equador, descobriram a costa de Guiné, a costa da Mina, de Calabar, de Gabão, as ilhas de Cabo Verde e as de S. Thomé e Principe, Affonso V fez durante o seu reinado um contracto com o negociante Fernão Gomes, em que lhe outhorgava o privilegio do negocio do oiro e de escravos na costa occidental africana.

A fazenda publica foi desbaratada por Affonso V de um modo pasmoso. O luxo da sua côrte, os gastos com as emprezas militares, absorveram sommas enormes, e as dadivas aos fidalgos, dadivas de tenças e de terras, foram taes que na morte de D. Affonso V estava o thesouro empenhado, e estava o seu successor rei apenas, como elle proprio dizia, «das estradas do reino».

Homem instruido, e presando muito as lettras e os que as cultivavam, Affonso V póde-se dizer que deu um verdadeiro impulso á civilisação, honrando os sabios, colleccionando livros, favorecendo de todos os modos a cultura intellectual. Em legislação, Affonso V deu o seu nome á primeira collecção de leis que se fez em Portugal, a das «Ordenações Affonsinas», mas essa collecção é devida á iniciativa de seu tio o infante D. Pedro e o espirito que a ellas preside, espirito de centralisação e de disciplina, mostra logo que não foi D. Affonso V, o rei cavalleiro e feudal, que lhe imprimiu o cunho do seu caracter.

Aos seus dotes de homem de lettras, juntava Affonso V a prenda, rara entre os principes do seu tempo, de musico distincto.

Mas a historia perdôa-lhe bastantes erros do monarcha e bastantes culpas do homem, quando o vê, cavalleiro intrepido, á testa da brilhante nobreza de Portugal, lembrando diante de Arzilla a figura épica de D. João I em Ceuta, e reconhecendo que o seu reinado é um verdadeiro parenthesis aberto na historia da civilisação portugueza, não póde deixar de prestar homenagem a essa figura que tão poeticamente illuminou os ultimos e expirantes raios do facho da cavallaria romantica e aventurosa, que lampejava entre as sombras da idade média.

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | ANNO DE 1890 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 38

ANGOLA—LOANDA

OS dois antigos reinos de Angola e Benguella e suas dependencias, formam actualmente a provincia portugueza da Africa occidental, designada pelo nome de governo geral de Angola.

O primeiro d'aquelles reinos estende-se entre os dois grandes rios Ambriz e Cuanza, e confina ao norte com o reino do Congo, ao sul com o de Benguella, a leste com as terras dos Mulluas, Jaga Cassange e Da-\a Quicua, e a oeste com o oceano. O segundo tem por limite, pelos lados de leste e sul as terras de Humbe, e os territorios pouco conhecidos, que ficam além das correntes do Cutato, do Cunhinga e do caudaloso rio Cunene, pelo norte o reino de Angola, e por oeste tambem o oceano. Os dois teem de extensão de norte a sul, ou de costa, desde o Ambriz até Cabo Negro, cento e setenta leguas maritimas, e de oeste a leste, ou do mar para o interior umas cem, pouco mais ou menos. A sua area approximava-se em 1860, a 17:000 leguas quadradas com uma população, que se calculava em 660:000 habitantes, comprehendendo-se n'este numero os povos alliados e tributarios da corôa de Portugal.



Angola = Brazão d'armas de Loanda

D'esta vasta provincia portugueza da Africa occidental é capital a cidade de S. Paulo da Assumpção de Loanda, situada em uma bahia na costa do reino de Angola, ao sul da foz do rio Bengo, em uma latitude 8° 48', e distante de Lisboa 808 leguas em linha recta e 1:050 por mar.

Correndo o anno de 1484 enviou el-rei D. João II a Diogo Cam, a proseguir nos descobrimentos da costa occidental da Africa, tão gloriosamente começados pelo illustre infante D. Henrique. Diogo Cam descobriu na sua primeira viagem o reino do Congo, e na segunda o de Angola e Benguella até ao Cabo Negro; collocou em diversos sitios padrões de pedra, que levára de Lisboa, com as armas reaes e duas inscripções, uma em portuguez, outra em latim; e travou relações com os regulos indigenas.

Em 1491 chegou ao Congo a primeira missão portugueza, que ahi derramou a luz do Evangelho, e desde essa epoca até 1559 não passaram além os esforços dos portuguezes, que então se empregavam quasi exclusivamente nas conquistas da India. N'este anno fizeram-se as primeiras tentativas para a fundação do estabelecimento portuguez em Angola, porém, d'esta vez ficaram sem effeito, e só se renovaram em 1574, encarregando el-rei D. Sebastião essa empreza a Paulo Dias de Novaes, neto de Bartholomeu Dias, o descobridor do Cabo da Boa Esperança.

Partiu Paulo Dias de Lisboa no referido anno com tres navios, e no seguinte de 1575 surgiu e lançou ferro em frente da barra do Cuanza. Desembarcou na ilha de Loanda, e passando em seguida á terra firme, construiu logo o forte de S. Miguel, fundou a villa de S. Paulo de Loanda com a sua egreja (1576); organisou o governo e tomou o titulo de «capitão e governador do novo reino de Sebaste, na conquista da Ethiopia». Pouco durou, porém, o nome de «Sebaste», dado áquella terra em honra do rei de Portugal. Os navegantes e os colonisadores principiaram a chamar-lhe «Angola», que era o nome do rei d'esse paiz, e assim continuou a denominar-se.

Tratando Paulo Dias no começo do estabelecimento de se pôr em boas relações com os regulos do interior, contrahiu paz e alliança com An Gola, rei do Dongo. Mas ao cabo de tres annos o rei preto quebrou o tratado, e atacou traiçoeiramente os portuguezes.

Paulo Dias, apenas com um punhado de soldados, destroça completamente o inimigo na batalha de «Anzelle», e proseguindo de victoria em victoria, conquista a «Ilamba» e parte da «Quissama», as minas de «Cambambe», e o «Colungo», e funda os presidios de «Massangano», e do morro de «Benguella». Colheu-o a morte quando dispunha uma expedição contra o Dongo (1589).

Durante a administração dos quatro governadores, que se seguiram a Paulo Dias de Novaes, em um periodo de cinco annos, experimentaram as armas portuguezas sorte varia, mas apesar d'alguns grandes revezes conquistaram novos territorios.

No anno de 1594 chegou a Loanda o governador João Furtado de Mendonça com 400 soldados de infanteria e 30 de cavallaria. Tambem levou comsigo doze mulheres brancas, escolhidas em Lisboa no recolhimento das convertidas, para casarem em Angola com os soldados ou colonos portuguezes.

O anno de 1595 ficou assignalado nos annaes de S. Paulo de Loanda por dois terriveis flagellos, a fome e uma grande epidemia.

Os dez annos seguintes foram empregados quasi exclusivamente em render e castigar diversos sovas, que se rebellaram contra o dominio portuguez, e na construcção dos presidios de «Muxima» e «Cambambe».

Em 1605 foi creada cidade a villa de S. Paulo de Loanda, que n'esse mesmo anno teve importantes melhoramentos, ordenados pelo governador Manuel Cerveira Pereira.

Sob o governo de D. Manuel Pereira Forjaz, correndo o anno de 1607, fez-se a primeira tentativa para abrir communicação pelo interior de Africa entre Loanda e Moçambique.

A guerra dos pretos contra o nosso presidio de Cambambe foi causa de mallograrse a empreza.

Tendo-se apossado os hollandezes do porto portuguez de «Pinda», no rio Zaire, e tratando de se fortificarem n'elle, foram expulsos d'ali por uma esquadra, que mandou contra elles D. Manuel Forjaz, em 1609.

Os successores de D. Manuel sustentaram porfiosas guerras contra os pretos, ora repellindo e castigando as aggressões e rebeldias de alguns sovas, ora procurando descobrir terras, e estender o dominio de Portugal.

Com este ultimo proposito se collocou á frente de uma expedição Manuel Cerveira Pereira, achando-se pela segunda vez governador de Angola (1617). Deu em resultado esta empreza a descoberta e conquista do reino de «Benguella», e a fundação da fortaleza de «S. Filippe de Benguella».

No anno de 1621 teve principio na historia de Angola aquelle celebre episodio da rainha Ginga, que deu assumpto para um romance a um elegante escriptor francez. A embaixada de Ginga, rainha de Matambá, pedindo paz e alliança ao governador de Angola; o seu baptismo em Loanda com grande solemnidade, recebendo então o nome de D. Anna de Sousa (1622); o fratricidio que commetteu, envenenando seu irmão Gola Ginga Bandy, rei de Matambá, em vingança por este lhe ter assassinado um filho (1623); a sua apostasia e a guerra que moveu aos portuguezes; a batalha que lhe deu o governador de Angola, Fernão de Sousa, e na qual Ginga perdeu a maior parte do seu exercito, ficando prisioneiras suas irmãs Cambe e Funge (1627); o baptismo d'estas com os nomes de D. Barbara e D. Engracia (1628); as pazes celebradas entre os portuguezes e a rainha de Matambá em 1636; a renovação da guerra em 1641 e 42, 46 e 49, alliando-se a rainha com os hollandezes; a reconciliação de Anna Ginga com a egreja catholica em 1657, são os principaes successos d'aquelle episodio. Morreu Anna Ginga em 1680 no gremio do christianismo.

Em 1626 foi trasladada para a cidade de S. Paulo de Loanda a sé do Congo, que fôra instituida por bulla de 13 de julho de 1597. N'aquelle mesmo anno se fortificou a cidade pelo lado do mar para resistir aos hollandezes, que a ameaçavam com uma forte esquadra.

O commercio de Loanda soffreu então, e nos annos seguintes, enormes perdas, e aquellas nossas possessões correram o maior risco de se perderem para a corôa de Portugal, pois que ao passo que os hollandezes nos faziam crua guerra por mar e por terra, excitando contra nós os regulos do interior, os portuguezes de Angola e Benguella, quasi esquecidos pelo governo de Madrid, que

parecia folgar com os revezes e humilhações do pavilhão das quinas, viam-se reduzidos, por assim dizer, aos seus proprios recursos em uma lucta tão obstinada e tão desigual.

Entretanto, apesar da sorte adversa que opprimia a mãe patria, os portuguezes continuaram ainda a sustentar por muito tempo na Africa, como na Azia, a honra do seu nome, e o lustre das armas lusitanas.

Em 1633 armaram-se em guerra no porto de Loanda cinco navios mercantes, e sahindo ao encontro de duas naus hollandezas, travam peleja, e rendem-nas no dia 15 de novembro. Quatro annos depois entrava prisioneiro n'aquelle porto um navio de guerra hollandez com vinte e quatro peças de artilheria.

Em agosto de 1641 apparece á vista de Loanda uma nova e poderosissima armada, enviada pela Hollanda á conquista de Angola. Constava de vinte e uma naus, com dois mil homens de tropa, fóra os da guarnição. Foi tal o terror que se apoderou dos habitantes, que abandonaram a cidade, e obrigaram o governador, Pedro Cesar de Menezes, a retirar-se para o Bembem. No dia immediato (25 de agosto) desembarcaram os hollandezes, e apossaram-se de Loanda sem resistencia.

Pedro Cesar de Menezes recolhe-se logo depois com as suas forças ao presidio de Massangano, que se torna o centro das operações contra os inimigos externos e internos, pois que os regulos dos paizes visinhos e muitos sovas, vassallos do rei de Portugal, se uniram com os hollandezes para nos expulsar d'aquellas regiões.

Assoberbados os portuguezes com a immensa superioridade dos exercitos contrarios, e victimas d'algumas infames traições, foram despojados da maior parte d'esses seus dominios.

Os hollandezes, violando o tratado de treguas, que acabavam de ajustar com o governador acima nomeado, atacam de improviso as nossas tropas, que, tomadas de sobresalto, se deixaram cortar e desbaratar, ficando mortos no campo os seus melhores capitães, e ferido e prisioneiro o proprio governador (26 de maio de 1643).

Em 1645, quebrando novamente a paz, celebrada entre Portugal, já livre e independente sob o sceptro de D. João IV, e a Hollanda, tomaram-nos Benguella os hollandezes, e por mais tres annos nos affrontaram e molestaram, limitando-se as nossas tropas á defensa de Massangano, e de algumas outras fortalezas.

A sorte, porém, cansára-se de nos perseguir. Portugal já encarava com a fronte erguida os seus inimigos, e combatendo e vencendo os que ousavam disputar-lhe a liberdade, velava pelas suas possessões ultramarinas, e accudia sollicito aos seus filhos, que pelejavam na Africa, na Azia e na America.

Em 12 de maio de 1648 parte do Rio de Janeiro Salvador Correia de Sá Benevides com novecentos soldados, em uma armada de quinze navios, quatro dos quaes comprára e esquipára á sua custa. Surge diante de Loanda aos 12 de agosto e n'esse mesmo dia intíma aos hollandezes para que se rendam por capitulação no praso de 48 horas. Recebendo resposta negativa, desembarca com a sua tropa no dia 14, e logo n'essa noite ataca e abre brecha na fortaleza de S. Miguel, onde os inimigos se haviam acolhido. Na manhã de 15 capitularam os hollandezes, e embarcaram para a Europa.

Em memoria d'este triumpho, obtido no dia em que a egreja celebra a Assumpção da Virgem, tomou a cidade o nome de «S. Paulo da Assumpção de Loanda».

A esta victoria seguiram-se outras, com que Salvador Correia expulsou os hollandezes dos territorios de Angola e Benguella; obrigou o rei do Congo a implorar a paz, e a ceder a ilha de Loanda, e sujeitou todos os sovas rebellados.

O restaurador de Angola reedifica immediatamente a capital, que se achava em grande ruina.

Loanda tem por brazão d'armas um escudo bi-partido, com a imagem de Nossa Senhora da Conceição da parte esquerda, em campo azul, e a de S. Paulo á direita, em campo vermelho. Este brazão é anterior á restauração de Angola por Salvador Corrêa de Sá Benevides. Nossa Senhora da Conceição é o orago da sé, e S. Paulo, o patrono da cidade.

Em 1665 tornou o flagello da guerra a assolar Angola. O rei do Congo invade esta nossa possessão com numeroso exercito, mas sae-lhe ao encontro Luiz Lopes de Sequeira á frente dos nossos, e travando batalha nas terras de Ambuilla, desbarata os negros, que deixam no campo um consideravel numero de mortos, e entre elles o seu rei.

Em janeiro de 1667 foi theatro a cidade de Loanda de um grave tumulto contra o governador Tristão da Cunha, a quem o

povo obrigou a embarcar, e seguir viagem para o Brazil. O senado da camara tomou então posse do governo até á chegada do novo governador.

O resto do seculo XVII foi consumido em luctas mais ou menos importantes com os pretos dos paizes circumvisinhos, cujos reis ou sovas aproveitavam todas as opportunidades para se revoltarem contra o dominio portuguez. Durante esse periodo tiveram as nossas armas um grande desastre, cahindo n'uma emboscada dos negros a expedição, que marchava de Loanda contra elles, commandada por João Soares de Almeida. Este infortunio, porém, foi compensado com assignaladas victorias, que nos deram a posse dos estados do Dongo, e outros territorios.

No mesmo periodo se fez a segunda tentativa para abrir communicação por terra com a costa oriental; mas tambem foi infructifera.

No anno de 1712 foi novamente fortificada a cidade de Loanda, receiando-se hostilidades da parte dos francezes, que se achavam em guerra com Portugal por causa da successão de Hespanha.

Varias guerras com os pretos, de que os nossos sahiram quasi sempre vencedores; as intrigas e desavenças dos jesuitas com os governadores, que acabaram pela expulsão dos primeiros em 1760; uma conspiração dos degradados para matarem o governador e officiaes, e saquearem a cidade, descoberta, e punida com o supplicio dos culpados em 1763; a creação do terreiro publico em 1765, e a da aula de fortificação em 1768; e uma grande fome em 1783, foram os mais notaveis successos da historia de Loanda até ao fim do seculo XVIII.

Em 1807 conseguiu o tenente coronel de milicias de Loanda, Francisco Honorato da Costa, estabelecer relações directas com a nação dos mulúas, cujo rei mandou uma embaixada solemne ao governador de Angola em 1808.

N'este mesmo anno, graças a taes relações, se levou a effeito com bom exito a terceira tentativa para se descobrir caminho atravez do sertão para Moçambique.

No anno de 1813 emprehendeu o governador de Angola, José d'Oliveira Barboza, uma obra colossal e de immensa utilidade se a podera concluir. Era a conducção das aguas do rio Cuanza para abastecimento de Loanda. Trabalharam n'esta empreza 500 pretos, durante o referido anno, e os dois seguintes; acabando, porém, aquelle governador o tempo do seu governo em 1815, largou-se mão da obra, que ficou completamente inutil.

Os annos de 1816 e 1817 foram memoraveis para Loanda, por causa da fome que affligiu os seus moradores.

Todavia nos tres annos de 1816 a 1819, que foram os do governo de Luiz da Motta Feo e Torres, a cidade recebeu d'este funccionario consideraveis melhoramentos, que se continuaram no tempo do seu successor, Miguel Vieira Tovar de Albuquerque.

Em fevereiro de 1822, amotinou-se o povo de Loanda contra o governador Joaquim Ignacio de Lima, e constrangendo-o a largar o governo, elegeu e installou uma junta provisoria de sete membros, presidida pelo bispo, D. Fr. João. Estas desordens provocaram outras da parte da tropa, que a seu turno se rebellou contra a junta.

Para restabelecer a ordem foram enviados de Lisboa um batalhão expedicionario, e um official encarregado do commando da força armada. Porém, em outubro de 1823, logo que chegou a Loanda a noticia da queda da constituição em Portugal, revoltou-se aquelle batalhão com o pretexto de querer voltar para a Europa. Tendo-se conservado fiel o resto da guarnição, acolheram-se os revoltosos na fortaleza de S. Miguel, onde foram sitiados e obrigados a deporem as armas. Depois foi dissolvido o batalhão e os soldados foram distribuidos pelos presidios.

Seguindo os impulsos, que lhe dava a mãe patria, Loanda sugeitou-se em 1828 ao governo da usurpação, e em 25 de junho de 1834 acclamou a senhora D. Maria II e a carta constitucional.

Em 1836 poz a cidade em susto e desasocego uma nova insurreição da tropa, que assassinou o tenente coronel, commandante da força armada, Lourenço José de Andrade, e feriu outros officiaes.

Em dezembro do mesmo anno foi publicada a lei da abolição do trafico da escravatura. Depois estabeleceu-se a estação naval de Angola para a repressão d'aquelle vergonhoso trafico.

As revoluções e guerras civís, que traziam Portugal em continua agitação desde 1820; as porfiosas luctas com os negros do interior, e as insurreições militares, desordenaram inteiramente as finanças de Angola, e estagnaram o seu commercio.

(*Conclue no proximo numero*).

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | ANNO DE 1890 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 39

ANGOLA=LOANDA

(Concluido do numero antecedente)

A prohibição da escravatura, que era tanto uma exigencia da civilisação, como uma necessidade do desenvolvimento industrial de Angola, augmentou comtudo os males publicos, em quanto os capitaes, que até ali se empregavam quasi exclusivamente na escravatura, não tomaram mais honroso e proficuo rumo, animando o commercio e a agricultura.

Em 1838, tendo o sova «Quiluange Quiassama» invadido as nossas terras de Ambaca, foi derrotado e preso pelas tropas enviadas de Loanda, sob o commando do tenente coronel Joaquim Filippe de Andrade. O territorio d'aquelle sova foi encorporado nos dominios portuguezes, e fórma actualmente o districto do «Duque de Bragança», que é defendido por uma fortaleza com 12 peças de artilheria.

No anno de 1839, começou a cidade de Loanda a ser illuminada por ordem e dispendio da sua camara municipal. Este anno tambem foi propicio para aquella nossa provincia africana, pois se fizeram muitas explorações no interior e ao longo da costa. No seguinte de 1840, fundou-se o presidio de Mossamedes na bahia do mesmo nome.

Em 1842 principiaram a fazer-se sentir os salutares effeitos da abolição do trafico da escravatura. As relações commerciaes entre as praças de Lisboa e de Loanda, até então quasi nullas, entraram em caminho de progressivo desenvolvimento. O decreto de 5 de junho de 1844, que abriu os portos de Loanda e de Benguella ao commercio estrangeiro, deu novas condições de prosperidade á capital da Africa occidental portugueza.

Tornou a accender-se a guerra com os negros em 1847, e em 1850, e ambas essas campanhas tiveram um feliz resultado para as nossas armas, que submetteram e castigaram os sovas, que ousaram invadir o nosso territorio.

N'estes ultimos annos de 1860 para cá, tem sido assolada Angola por dois flagellos, que lhe teem causado consideraveis perdas: a guerra do Congo, e a febre amarella. A primeira, sustentada com sorte varia pelas tropas da provincia, e pela expedição enviada de Lisboa, paralisou-lhe o commercio interno, occasionando-lhe grandes prejuizos. A segunda, dizimando a população, e affugentando os estranhos, serviu de obstaculo ao desenvolvimento da cidade de Loanda, e de toda a provincia.

Todavia, apesar da grandeza d'estes males, esta nossa possessão foi prosperando, embora lentamente, graças ás riquezas do seu sólo, e ao impulso, que se tem dado á exploração d'essas riquezas. O augmento da agricultura em plantações valiosissimas, como são o café e o algodão; a lavra em larga escala de mui importantes minas de cobre, e de outros jazidos mineralogicos; o estabelecimento de carreiras quinzenaes de navios movidos a vapor, pondo em communicação regular e mais breve todos os portos d'aquella provincia entre si e com a metropole; e finalmente a attenção e esforços que os governos vão empregando nos melhoramentos da mesma, todas estas circumstancias, auxiliando-se mutuamente, promettem á Africa portugueza, e por conseguinte tambem a Portugal, um futuro de engrandecimento e prosperidade.

A «fortaleza de S. Miguel» é a cidadella de Loanda. Campeia sobre um oiteiro, d'onde domina o mar, e a ilha de Loanda, bem como a cidade e terra em redor. Deve a sua primeira fundação a Paulo Dias de Novaes, e a segunda ao governador Francisco de Vasconcellos da Cunha, que a fez construir de taipa e adobes, no anno de 1638. No de 1705 principiou-se a sua reedificação a pedra e cal, que foi concluida em 1740.

Trinta annos depois fizeram-se-lhe importantes obras de accrescentamento e melhoramento.

Occupa esta fortaleza toda a crista do monte, chamado outr'ora de S. Paulo, e agora de S. Miguel. Para o lado de terra tem

dois baluartes, em que se podem assestar dez canhões, cruzando o fogo com o baluarte do «cavalleiro», de dezeseis peças. Para o lado do mar apresenta duas baterias, uma inferior com seis peças, e outra superior com capacidade para setenta e oito canhões. Todavia nunca esta fortaleza teve montadas mais de sessenta peças. Encerra boa casa para o governador, quarteis para um regimento de infanteria, e uma companhia de artilheria, tres armazens, paiol á prova de bomba, capella, prisão e uma cisterna, que leva 1:320 pipas d'agua. Tem uma grande esplanada plantada de arvoredo. A entrada d'esta fortaleza é defendida por um revelim com fosso aberto na rocha, e ponte levadiça.

A «fortaleza de S. Pedro», situada sobre o «morro da Cassandama», foi começada em 1703 pelo governador Bernardo de Tavora de Sousa Tavares, e acabada em 1756 pelo governador D. Antonio Alvares da Cunha. Tem dois baluartes para a parte de terra, tendo cada um nove peças, e para a parte do mar duas baterias, uma superior em que podem trabalhar dez canhões, e outra, baixa, acasamatada e aberta na rocha, com oito peças. Contém esta fortaleza, casa para o governador, quarteis, armazens e uma pequena cisterna.

A «fortaleza de S. Francisco do Penedo», é a chave do porto de Loanda. Foi fundada em 1687 sobre um penedo proximo da praia, do qual lhe veiu o nome. Era então um pequeno forte de seis peças de artilheria. O governador de Angola, D. Francisco Innocencio de Sousa Coutinho, reedificou-a e ampliou-a muito em 1765, ligando o penedo com a terra firme, sobre a qual assentou a maior parte da nova fortaleza, que do nome do fundador se chamou de S. Francisco.

Tem a fórma d'um pentagono irregular com duas ordens de baterias, que a cercam, a superior com vinte e quatro peças, e a inferior ao lume da agua, capaz de ser guarnecida com 37 canhões. Contém casa para o governador, quarteis para a tropa e mais officinas, uma cisterna e um grande paiol á prova de bomba que accommoda quatro mil arrobas de polvora, e que serve tambem de deposito para a do commercio. Tem fosso em que entra a agua do mar, com ponte levadiça. Esta fortaleza serve de registro do mar e da terra, porque domina e varre simultaneamente com o seu fogo a entrada do porto, e o ancoradouro e a estrada desde a Nazareth até o Cacuaco, que é a principal avenida da cidade para o interior. A linha de guardas barreiras, que principia na fortaleza de S. Miguel, termina na de S. Francisco do Penedo.

O porto de Loanda é formado pela ilha d'este nome, que fica fronteira á cidade e pela terra firme. Tem milha e meia de extensão, e é abrigado e seguro, mas só recebe navios de pequena lotação. O ancoradouro para os navios grandes é a milha distante da ilha de Loanda, onde offerece 16 ou 17 braças de bom fundo de areia.

A ilha de Loanda é quasi toda de areia e raza. Habitam-n'a uns mil e quinhentos moradores, que se empregam pela maior parte na pesca do marisco, de que abundam as suas praias. Tem duas ermidas dependentes das duas parochias da cidade. Ha n'esta ilha alguns jardins, hortas e pomares, pertencentes ás pessoas abastadas da cidade. Quasi contigua, pelo lado do sul, está a «ilha de Caseange», muito arborisada, com uma povoação de novecentas almas e uma igreja parochial.

Nos arredores de Loanda ha alguns lugares aprasiveis, como o suburbio que começa no passeio da «Ponta da Isabel» e varios sitios das margens dos rios Bengo e Dande, onde se vêem bonitas casas de campo, pertencentes ás pessoas ricas da cidade. Todos esses lugares, porém, são insalubres, pelo menos em uma parte do anno e mais que nenhuns outros os que se avisinham d'aquelles rios, por causa das suas margens paludosas.

As hortas da ilha de Loanda e das Maiangas, e as varzeas que se estendem ao longo dos rios Bengo, Dande e Zenza, abastecem os mercados da cidade d'algumas hortaliças e fructas da Europa, e de outras do paiz, de cereaes, legumes, etc. As fructas que se dão na Europa, e que ali se cultivam mais commummente são: a laranja, cidra, lima, limão, pecego, maçã, uvas, figos, romã, melão e melancia. As do paiz são: ananaz, banana, cajú, anona, côco, arossa, gego, zondo, mamão, papaya, muximbo, pitanga, cola e outros.

Entre as aves domesticas indegenas criam-se algumas especies europeas.

No porto e na costa visinha produz o mar muita variedade de peixe, taes como a corvina, a que dão o nome de «pungo», cherne, dourada, enxova, lingoado, pescada,

enxarroco, mero, garoupa, chocos, morêa, pargo, palumbeta, peixe-espada, raya, peixe-gallo, pampano, salema, salmonete, peixe-pedra, sarda, sardinha, peixe-burro, sôlho, bonita, bagre e outros mais. Ha muita copia de lagostas, camarões, ostras, mexilhões, caranguejos e mais diversidade de mariscos, e tambem ha bastantes tartarugas. Frequentam aquelles mares algumas baleias.

Em geral as proximidades da costa são aridas, e pouco productivas. Porém, no sertão ha territorios de mui grande fertilidade, possuindo immensas riquezas naturaes, e alguns offerecendo um clima saudavel.

Os bosques do interior abundam em excellentes madeiras para construcção e para marcenaria, e são habitados por uma infinita variedade de animaes, que fornecem ao commercio preciosos despojos. Os elefantes e os bufalos andam em grandes manadas. De tigres, leões, leopardos, rhinocerontes ou abadas, hyenas, lynces, javalís, cavallos marinhos, girafas, antilopes, veados, zebras, lontras e de muitas outras especies, possue aquelle paiz prodigiosa quantidade. De aves apreciaveis pela suavidade do canto e pela formosura e valor da plumagem, não é menos rico e variado.

Em mineralogia favoreceu-o egualmente a natureza. Angola e Benguella encerram muitas minas de ferro, cobre, estanho, chumbo, mercurio, enxofre, sal, salitre, petroleo e carvão de pedra. Teem pedra calcarea, mui fina pedra lioz, quartzo crystalisado, gesso, giz e muitos outros productos mineralogicos.

Produz esta nossa possessão café, assucar, algodão, trigo, milho, arroz, mandioca, anil, tabaco, oleo de ricino, azeite de palma, azeite de côco, azeite de amendoim ou mendobi, vinho de cajú, urzella, gomma copal, cêra e mel.

Afóra os cereaas, que se consomem no paiz e que não bastam para as suas necessidades, pois que importa muita farinha de trigo de Lisboa e da America, os mais generos juntamente com o marfim, pontas de abada, coiros de bufalo e pelles de outros animaes, cobre e outros mineraes, alimentam o commercio de exportação da cidade de Loanda, que vae tendo consideravel augmento.

Angola comprehende os districtos de «Loanda», do «Bengo», de «Icolo» e «Bengo», do «Dande» e de «Libongo», proximos do mar; de «Calumbo», de «Muxima», de «Massangano», de «Cambambe», e de «Pungo Andongo», sobre o rio Cuanza; de «Zenza», de «Cazengo», de «Ambaca», de «Colungo alto», de «Dembos», de «S. José de Encoge», do «Duque de Bragança», e de «Tala Mungongo», no interior ao norte do Cuanza.

Compõe-se Benguella dos districtos de «S. Filippe de Benguella» e de «Novo Redondo», entre os rios Catombela e Cavo; e dos de «Baiundo», de «Quilengues e Sambos», de «Bihé», de «Hambo, Galengue e Sambos», de «Dombe grande», de «Caconda», etc. no interior.

Os districtos de «Ambriz», e de «Mossamedes», são dependencias, o primeiro de Angola e o segundo de Benguella, mas cada um com o seu governador.

AROUCA

No districto administrativo de Aveiro e sobre o rio Arda, rio opulento de nomes, pois se lhe conhecem oito, e na extremidade noroeste do formoso e fertil valle, que d'ella recebe o nome, ou lh'o dá, está situada esta villa, cuja idade é tão respeitavel, que a origem se lhe perde nas confusões com que andam ensombradas todas as noticias das velhas povoações portuguezas.

Até sobre o logar onde era a situação da antiga villa ha contradicções e duvidas, dizendo uns, que a villa pelos romanos denominada «Araducta», não é a actual Arouca, mas sim a «Villa Meã do Burgo», opinião esta, porém, que está contestada por muito sensatas considerações, sendo uma a de que se Burgo houvesse tido em tempos a importancia attribuida, lhe daria foral algum dos primeiros reis, porque os deram a terras de muito menos consideração.

Póde, pois, com toda a probabilidade assegurar-se que a Arouca moderna é a velha «Araducta» de Julio Cesar. Quanto á fundação, tambem se póde dar por certo que a deve aos gallos-celtas, quatro ou cinco seculos antes de Jesus Christo, pois que comquanto não haja documentos escriptos, ha monumentos celtas por todo o concelho, que attestam a permanencia d'aquelles povos n'estes sitios.

Não passaremes, porém, sem dizer que

Villa Meã do Burgo teve preeminencia de concelho ou couto, pois ainda em 1864 ali havia as paredes da casa da camara e o pelourinho, sendo os paços do concelho arrasados n'esse anno para se fazer a nova estrada para Oliveira de Azemeis.

Quando queira sustentar-se que Arouca mudou de posição, deve-se convir que pelo menos a antiga situação era onde se acha a capella e aldeia de S. Pedro, a 500 metros de distancia.

No tempo dos godos existia e era florescente, e foi, segundo se refere, muito nomeada durante o reinado da raça pelagiana. A doação que pelo conde D. Henrique foi feita a Echa Martim, rei de Lamego, que avassallou, como adiante diremos, não teria deixado de nomear Villa Meã, se a prosperidade e importancia fosse d'esta e não da de Arouca, que lá vem consignada, e até Burgo a primeira vez que se encontra nomeada em documentos é em 920.

Do tempo dos antigos luzitanos não consta qual fosse a importancia de Arouca; parece, porém, que não era insignificante, pois que pelos annos do mundo 3970, isto é, 34 annos antes de Jesus Christo, Cesar Augusto mandou fazer d'ella uma grande cidade, que os auctores citam com tres diversos nomes, Arauca, Aruca ou Araducta, cidade que floresceu até 716, em que os arabes a destruiram em grande parte, não tornando mais a adquirir a antiga prosperidade.

Quando os arabes se apossaram de Arouca, n'aquelle anno, já os habitantes estavam convertidos ao christianismo, pois existiam então ali dois templos christãos, Santo Estevão do Valle de Moldes e S. Pedro, onde hoje existe a aldeia d'este nome, assim como o velho convento de Arouca.

As tropas dos reis mouros de Lamego faziam por aqui muitas e repetidas excursões, pelo que o valle de Arouca foi testemunha de muitos recontros.

Em 1038, D. Fernando Magno de Castella e Leão e o famoso «Cid» da Andaluzia, D. Ruy Dias de Bivar, derrotaram as forças de Zadão-Ibeu, que reinava n'aquella cidade ou reino, como então se chamava aos districtos enfeudados a um senhorio ou a uma praça, e parece que desde essa epoca ficaram os reis de Lamego tributarios ao de Leão, passando os direitos d'este para o conde D. Henrique, em «arrhas» de D. Theresa, por occasião do seu consorcio com o valente guerreiro Borguinhão.

Um dos maiores fidalgos do condado portuguez, era D. Egas Moniz, filho de Moninho Ermiguez, rico homem e sobrinho do conde D. Egas Ermigio, que D. Affonso XI de Leão, em 1080, nomeára governador da comarca de Arouca; vindo D. Henrique o considerou muito por sua riqueza e fama em armas, e d'elle recebeu valioso auxilio no seguinte conflicto.

Em 1102, Echa Martim, confiado no pequeno poder do novo suzerano, declarou que não pagaria mais tributos e com muita gente de guerra veiu talar os campos dos christãos, saqueando-os e fazendo-os captivos. Recolhia-se já a Lamego, com grandes despojos e muitos prisioneiros, porém, avançava vagarosamente, dizem as chronicas, porque levava em sua companhia Axa Ansures ou Ayxa Ansora, uma de suas mulheres que mui predilectamente estremecia.

Aproveitando esta circumstancia, o conde D. Henrique e D. Egas Moniz reuniram toda a força que lhes foi possivel, e alcançaram os mouros no valle junto ao mosteiro de Arouca, offerecendo-lhes batalha nos campos de Santa Eulalia, proximo á villa de Burgo. Haviam estes accommodado a mulher de Echa e as bagagens, na chamada Serra Secca, hoje Arreçaio, onde afinal foram apprehendel-as os portuguezes do commando de D. Egas, que atacaram a gente do monte, emquanto D. Henrique desbaratava os do valle, aprisionando igualmente o rei de Lamego.

Não só este protestou fidelidade de futuro ao reconhecido suzerano D. Henrique e pagamento dos tributos estipulados, que foram uma quarentena das rendas recolhidas pelo mouro annualmente, mas ainda pediu para ser admittido ao gremio catholico, bem como sua mulher Ayxa Ansora, e receberam o baptismo com grande solemnidade e festas de pompa.

Pinho Leal insere no seu «Diccionario» a versão de haver sido a capella de Santo Antonio do Burgo, fundada em memoria d'esta batalha; no «Commercio de Vieira», em noticia da villa de Arouca, diz-se que tanto esta capella, bem como um outro monumento, existente em Sobrado de Paiva, foram construidos para recordarem a passagem por aquelles pontos do cadaver da Rainha Santa, quando foi transportado de Rio Tinto para o mosteiro de Arouca.

(*Conclue no proximo numero*).

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

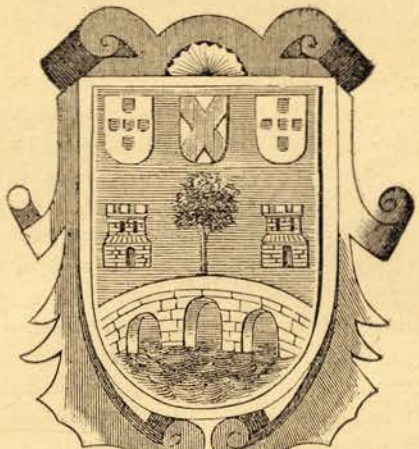
1.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis. O pagamento é adiantado. | ANNO DE 1890 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 40

AROUCA

(Concluido do numero antecedente)

Os mouros quando dominavam em Arouca tinham no monte, hoje chamado do Crasto, um acampamento permanente ou arraial; ao poder dos arabes foi arrebatada a villa por D. Affonso de Castella e Leão e seu sobrinho, o famoso Bernardo del Carpio, em 811.

Do mosteiro de Arouca, um dos mais notaveis do paiz por sua antiguidade, e um dos melhores no seu genero, ignora-se a data da fundação e só se sabe que a deveu a dois fidalgos de Moldes, anteriormente a 716, isto é, no tempo dos godos. Era dos chamados mixtos, ou de frades e freiras, e da invocação de S. Pedro e S. Paulo, apostolos, e dos martyres S. Cosme e S. Damião. Os fundadores eram irmãos e chamavam-se Frederico ou Loderigo e Wandilio ou Vandilo, e deram o convento a monges para que rezassem por suas almas e de seus maiores, conservando sobre o mosteiro o direito de padroado, como era costume n'aquelle tempo, cedendo este direito os senhores do Valle de Arouca, D. Ansur e sua mulher Helena ou Eleva, em 951.



Brazão d'armas de Barcellos.

Foi pouco depois de feita esta resignação em favor de Herminegildo, abbade do mosteiro, (D. Ansur havia confiado o direito de padroado aos fundadores), que os mouros appareceram n'aquella região, talando os campos, saqueando e captivando os moradores, e arrasaram a villa, que logo foi reedificada, a esforços do mesmo D. Ansur, que a doôu ao mosteiro, assim como lhe deu o padroado das igrejas de Arouca e Moldes, e outras muitas herdades, por doação feita a 12 de abril do anno 961 da era de Christo.

Ficando D. Eleva viuva e sem filhos, fundou junto ao mosteiro um recolhimento de beatas, que observavam a regra de S. Bento. Esta regra é a mesma de S. Bernardo, porém, por este reformada. A este mosteiro deu o resto que possuia e a elle se recolheu até á morte, depois do que ficaram ambos formando uma só communidade, porém, os monges vieram a proceder escandalosamente, e por isso foram expulsos.

A reforma da ordem de Cister foi introduzida no mosteiro pela rainha D. Mafalda, que para ali foi viver em 1220. D. Mafalda era filha de D. Sancho I e suppõe-se haver nascido pelos fins de 1189, e por morte de seu pae ficou senhora do convento de Arouca. Por questões de intrigas palacianas e relações politicas foi quasi compellida a casar com D. Henrique de Castella, mas a união não chegou a ultimar-se, porque antes d'aquelle principe haver attingido a idade propria de se unir com sua mulher, o papa, cedendo a outras intrigas e combinações politicas, annullou o casamento, pelo que D. Mafalda voltou á patria e morreu em 1 de maio de 1290, depois de uma vida santificada pelas mais acrisoladas virtudes e foi canonisada a 10 de janeiro de 1734. Os preciosos restos da princeza santa guardam-se ainda em um dos altares da igreja do mosteiro, em precioso sarcophago de pau santo, com embutidos de prata.

Em 1617, o bispo de Lamego, D. Martim Affonso Mexia, fez abrir o sarcophago e achou inteiro e incorrupto o corpo da virtuosa princeza.

As freguezias de que consta o concelho, são as seguintes:

«Albergaria das Cabras».—O nome lhe advem de ter havido ali um albergue para os viandantes, fundado por Santa Mafalda, em 1280, e por estar collocada em sitio agreste, lhe deram o sobrenome.

«Alvarenga».—Povoação antiga, anterior á fundação da monarchia, pois já se faz menção d'ella n'um documento datado de 815 e que existe no mosteiro de Arouca. Foi couto, julgado e concelho extincto em 1836. Tem de notavel uma ponte de cantaria, assente sobre duas enormes rochas; pouco distante d'esta houve outra, cuja fundação era attribuida ao imperador Trajano.

N'esta freguezia tiveram solar os Alvarengas, que procedem do illustre aio de D. Affonso Henriques, Egas Moniz; esse solar está hoje em ruinas.

Era natural d'ella o sabio fr. José Raphael Ferreira Coelho, que nasceu na casa do Barroco, a 6 de janeiro de 1768 e morreu em 1843; foi provincial da ordem graciana e lente de theologia na universidade de Coimbra.

Na aldeia de Trancoso, d'esta freguezia, e que foi villa, ainda existe o pelourinho que tem marcada a era de 1590, e a casa da camara.

«Burgo».—Insignificante, mas foi cabeça de concelho como o attestam o pelourinho e ruinas dos paços municipaes; parece ter sido ali a antiga Arauca.

Das restantes freguezias ha a mencionar as seguintes circumstancias curiosas:

«Escariz».—Offerece diversos documentos para a archeologia nacional, porque possue mamôas em quantidade na serra de Vez.

«Espinnca».—Foi villa, segundo resam alguns documentos antigos, onde vem designada com esta cathegoria. Em 1139, já existia e fazia parte do concelho de Sanfins.

«Fermedo».—Foi capital ou concelho, que teve o seu nome. D. Affonso III deu-lhe foral em 1275, reformado por D. Manuel, em 1514.

Na aldeia de Cabeçaes houve em tempo dois pelourinhos e duas casas de camara; um era da «honra» dos duques de Aveiro, outro do concelho de Fermedo.

D. Ordonho II doou esta villa, em 922, ao convento benedictino de Castromiro.

No monte Coruto existem tambem muitas «mamôas» assim como no do Borralhoso ha um «dolmen» e muitas staurotidas encrustadas em velhos rochedos schistosos, cujos cristaes têem a fórma de cruz.

Na freguezia de Fermedo são dignas de vêr-se as ruinas d'uma capella de architectura mosarabe, que existem junto á igreja parochial; esta capella communica por uma extensa galeria de abobada com o palacio que ali possuiam os condes da Feira, cujas armas ainda se vêem nas ruinas.

«Matto».—E' notavel por haver sido berço do dr. Manuel Antonio Coelho da Rocha, que foi distinctissimo jurisconsulto e uma das primeiras capacidades do seu tempo. As suas «Instituições de direito civil», são obra de raro merito e profunda erudição.

Nasceu em 5 de abril de 1818 e morreu a 10 de agosto de 1850, na casa onde havia nascido.

«Tropêço».—Na serra por onde se derrama esta freguezia ha pedreiras de bellissima calcedonia e bastante cristal de rocha. No logar denominado Sete-Buracos, encontram-se galerias subterraneas, que dão a conhecer terem-se ali feito explorações em antigos tempos.

Sobranceiro á villa de Arouca está o cabeço chamado de Nossa Senhora da Mó, no tôpo da qual existe a capella que dá nome á serra. A sua elevação é de mais de 600 metros acima do nivel do mar. D'ali se avistam terras das provincias do Minho, Douro, Traz-os-Montes, Beira Alta e Beira Baixa.

Todo o concelho de Arouca contém 15:557 habitantes.

Entre os filhos notaveis de Arouca, distingue-se Domingos Barbosa, filho de Antonio Tavares e Martha Barbosa. Nasceu n'aquella villa e tomou o habito da companhia de Jesus, a 23 de dezembro de 1610, quando contava quinze annos de idade; foi insigne professor de lettras humanas, diz a «Bibliotheca Luzitana», e grande poeta latino, como mostra a «Poesia archaica», que compoz, sendo lente da setima classe do collegio de Lisboa; saiu no livro das «Festas da beatificação de S. Francisco Xavier». Quando era mestre de rethorica, no mesmo collegio, compoz um panegyrico em latim, que foi publicado em 1622.

D. Leonardo Brandão, presbytero da congregação do oratorio sagrado, bispo de Pinhel, em 1832.

Pedro de S. João Garcez, conego secular de S. João Evangelista, dr. em theologia,

deputado do Santo Officio e prégador insigne. No tempo que assistiu em Roma foi muito apreciado pelo papa Clemente VIII, que lhe concedeu grandes indultos para a sua congregação. Falleceu no convento de Santo Eloy, do Porto, em 10 de dezembro de 1640, quando contava 66 annos de idade e 47 de serviço na congregação. Deixou algumas publicações religiosas.

D. Affonso Henriques deu foral a Arouca em 1151. D. Affonso II confirmou-o em 1217 e D. Manuel reformou-o em Lisboa, em 20 de dezembro de 1513.

No espolio do extincto convento de freiras da ordem de Cister, em Arouca, havia um grande numero de objectos, verdadeiras preciosidades, a maior parte dos quaes da origem e fabrico nacional. Foram escolhidos pela Academia de Bellas Artes, de Lisboa, e deram entrada no Museu Nacional. Eis a sua relação:

Gomiel de estanho em fórma de capacete com a competente bacia; infuza grande de cobre; cantaro com aza, idem; celicio em fórma de corpete e disciplinas; fragmento de seda antiga; mitra uzada, de fórma triangular, do seculo XVI, com pedras falsas (já fóra d'uso); lavabo de louça da fabrica do Rato; tigella de faiança de cantão; apparelho de louça preta ingleza, com peças de sobrecelente e algumas desirmanadas; terrinas de faiança da fabrica do Rato; pratos saladeiros de faiança das ilhas Baleares; idem de faiança antiga, (typo hespanhol antigo); lavabo (sem bacia), da fabrica Rocha Soares; pratos de louça da China, octogonaes; retabulos pintados em madeiras; idem do seculo XVI; retrato d'uma freira com um brazão d'armas ao fundo; quadro do seculo XVI, representando o nascimento de Christo; idem representando a Virgem, o menino e varias figuras; dito do seculo XVII, representando assumpto sacro; machina rectangular com uma figurinha, escrevendo a uma mesa; imagem de pedra em vulto, do seculo XVI; cadeiras de pau preto com costas abertas, pés de gallo e assentos de palhinha; dita de couro estampado; cadeira de espaldar elevado, obra de talha e fundo estofado de brocado verde de Utrech; cadeirão de braços, forrado de velludo vermelho e pregaria dupla; dito, idem, com obra de talha; dita episcopal com talha dourada e forrada de velludo, do seculo XVIII; terrina de faiança da fabrica Rocha Soares; chavenas com pires de porcelana de Sacovia, marca X; pratos maiores de louça da China.

ANCIÃO (*)

BARCELLOS

É uma das mais antigas villas do reino. A sua origem é tão remota, que se suppõe ter sido das primeiras fundações que houve na antiga Luzitania; era uma cidade populosa e importante, no tempo dos romanos, que lhe deram o nome de «Aguas Celenas», por correr junto d'ella o rio então chamado «Celano», hoje o Cavado, tendo recebido dos arabes o nome porque actualmente é conhecida. Além d'aquelle nome, já citado, teve tambem, segundo dizem alguns escriptores antigos, o de «Barracellos», equivalente a «Barra Celani», ou barra do rio «Celano», o que deu logar a suppôr-se que a antiga cidade fôra situada mais perto da foz do Cavado, do que hoje se acha.

Outros sustentam que foi edificada pelos carthaginezes, e ainda alguns chronistas opinam pelos romanos, e na confusão que ha sempre quando se trata de procurar a origem de um nome remotamente usado, apuraram estes que a derivação da palavra Barcellos vem de «Barca Celi», por causa de uma barca de passagem, assim chamada, onde se atravessava o rio «Celano».

E' sabido que o imperio romano se desmoronou perante as invasões dos barbaros do norte, que se dilataram por toda a Europa, dirigindo-se os alanos, godos e visigodos para a peninsula hispanica; estas successivas invasões por muita parte semearam ruinas e destruições, e esta foi a partilha que tocou a Barcellos, porque tendo sido cidade florescente, no tempo dos romanos, depois da dominação dos barbaros e ainda mais depois da occupação dos arabes, arruinou-se por tal modo, que chegou a ser objecto de contestação o logar onde estava situada.

No tempo de D. Affonso Henriques já Barcellos havia adquirido de novo uma certa importancia, pois que foi este rei que a reedificou em 1140 e lhe deu o primei-

(*) Veja-se no appendice, que publicaremos no fim da obra, a descripção d'esta villa.

ro foral, reformado mais tarde por D. Manuel.

Nem o contrario era de suppôr, visto que estava no centro do reino, legado pelo conde D. Henrique.

A villa era cercada de muros e tinha duas torres muito altas, tudo obra de D. Affonso, primeiro duque de Bragança, sendo director das construcções Tristão Gomes Pinheiro, commendador de S. Pedro da Veiga e de Lilla, e alcaide-mór de Barcellos.

As muralhas feitas entre os annos de 1446 e 1471, tinham quatro portas: a da Torre da Ponte, Porta Nova, do Valle e da Fonte de Baixo; e tres postigos: o da Feira, o das Vigandeiras e o dos Pellames. O mesmo duque de Bragança ali fundou um palacio, onde por vezes risidiu, assim como muitos dos seus successores, que o reedificaram dos maus tratos soffridos com o terremoto de 1755. Tudo isto está hoje em ruinas, existindo apenas uma das torres, corôada de ameias e com janellas ogivaes, que serve de cadeia publica.

D. Fernando, segundo duque de Bragança, fundou a igreja parochial da villa, da invocação de Santa Maria Maior, onde existiu uma das mais celebres collegiadas do reino, com cinco dignatarios e oito conegos.

Barcellos foi cabeça de condado, o primeiro que houve em Portugal, dado por D. Diniz, em 8 de maio de 1298, a D. João Affonso Tello de Menezes, seu mordomo-mór. O 2.º conde de Barcellos foi D. Martim Gil de Sousa; o 3.º D. Pedro, filho bastardo de D. Diniz e auctor do «Nobiliario»; o 4.º D. Martim Affonso; o 5.º D. João Affonso Tello de Menezes; o 6.º D. Affonso Tello; o 7.º D. João Affonso Tello de Menezes, irmão da rainha D. Leonor; o 8.º o immortal D. Nuno Alvares Pereira; o 9.º seu genro D. Affonso, 1.º duque de Bragança; e continuando o titulo de conde de Barcellos na casa de Bragança até ao tempo d'el-rei D. Sebastião, foi por elle elevado a ducado, e o concedeu ao primogenito da mesma casa, sendo o primeiro duque de Barcellos, D. João, filho de D. Theodosio I, duque de Bragança.

Com a elevação de D. João IV ao throno, em 1640, ficou o titulo de duque de Barcellos privativo dos soberanos.

Barcellos foi a maior comarca de todo o reino, pois comprehendia todos os territorios que o seu ducado tinha no Minho e na actual provincia do Douro, até proximo de Aveiro. Era terra muito populosa, e d'ella diz o poeta portuguez Manuel de Gallegos, no seu «Poema Epithalamio», oitava 81.ª:

> Só em Barcellos houve alardo um dia,
> Em que o Sol pelos campos dilatados
> Com terrivel, e fera galhardia
> Desasete mil peitos viu armados.

O poeta, nos «dezesete mil peitos» que Barcellos «viu armados», refere-se certamente ás companhias de ordenanças, das quaes teve 28, e em toda a comarca 42.— A camara servia de capitão-mór.

Na guerra dos 27 annos deu Barcellos, fóra as ordenanças, sete terços de infanteria, mil e quinhentos gastadores (1) e 500 carros. Esta comarca tinha mais de 20 leguas de comprido (120 kilometros).

*

* *

Até 1488 existiu em Barcellos um costume, imposto como castigo por el-rei D. João I aos vereadores do concelho. Narremos a origem do facto:

Indo aquelle monarcha tomar a cidade africana de Ceuta, como effectivamente a tomou no dia 21 de agosto de 1415, depois da conquista repartiu os pontos d'aquella cidade pelos moradores das differentes povoações de Portugal, que com elle foram e o ajudaram na empreza. Sendo a praça de Ceuta atacada pelos mouros desesperados, em grande força e com grande alarido, os de Barcellos de tal maneira se aterraram que fugiram, abandonando o ponto da muralha que lhes havia sido confiado. Junto a este ponto estava outro defendido pelos vimaranenses, que, vendo fugir os seus visinhos, se dividiram em dois troços, defendendo com um o seu posto e com o outro o abandonado, o que fizeram com grande bravura e galhardia, sendo os mouros em ambos furiosamente repellidos com grandes perdas.

D. João I premiou esta bravura e castigou aquella cobardia, mandando que d'essa data em diante fossem os de Barcellos varrer as praças e açougnes de Guimarães.

(*Continúa*).

(1) Homens que acarretavam material para edificações militares.

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | ANNO DE 1890 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 41

BARCELLOS

(Concluido do numero antecedente)

Por mais de setenta annos iam os vereadores de Barcellos, nove vezes no anno, nas vesperas das festas da camara de Guimarães, que eram n'aquelle numero, com um barrete vermelho na cabeça, uma banda da mesma côr ao hombro, espada á cinta, um pé calçado, outro descalço, e cada um armado com sua vassoura de giesta, fazer a limpeza ordenada, em Guimarães; e finda ella, iam á camara e entregavam aos vereadores os seus barretes e bandas, em signal de servidão. Se algum faltava a este acto de humilhação, era condemnado em pena pecuniaria, o que quasi todos preferiam a desempenhar tão ridiculo papel.

Por este motivo não havia quem quizesse ser vereador de Barcellos, pelo que o duque de Bragança, D. Jayme, pelos annos de 1488, contractou com o povo e camara de Guimarães de lhes ceder as freguezias da Cunha e Ruilhe, do termo de Barcellos, e de que elle era senhorio, para proseguirem n'aquella obrigação, ao que os de Guimarães annuiram, desempenhando esse serviço até 1580, em que foi annullado.

E' Barcellos berço de muitos varões illustres, quer nas lettras, quer nas armas, taes como:

D. Nuno Gonçalves de Faria, conde e alcaide-mór do castello de Faria, no reinado de D. Fernando.

De seu filho, Gonçalo Nuno de Faria, tão bravo e tão leal como seu pae.

Do irmão d'este, D. Alvaro de Faria, que D. João I armou cavalleiro na batalha de Aljubarrota.

A estes notaveis guerreiros nos referimos mais adiante.

Dr. Pedro Esteves Marques, que nasceu pelo meado do seculo XVI e foi ouvidor da casa de Bragança.

D. Godinho, arcebispo de Braga.

D. Rodrigo Pinheiro, bispo do Porto.

Dr. Belchior Rego d'Andrade.

Henrique Ernesto d'Almeida Coutinho, filho de José d'Almeida Coutinho e de D. Anna Rita d'Almeida, nascido a 15 de julho de 1788 e em 1859 risidia no Porto, na mais afflictiva indigencia.

Foi um excellente poeta, e delicado e finissimo critico nas artes de desenho e pintura. Entre as obras que deu á luz da publicidade, tornam-se notaveis uma traducção do «Cêrco de Corintho», poema de lord Byron; «O Monge e o Convertido», poema; e a «Saudade», canto elegiaco. Entre as producções de menor folego e momento, figura o «Ultimo Adeus á terra Natalicia», que começa:

O' Barcellos! Villa amavel,
Que de rosas preparaste
O berço onde a infancia minha
Com tanto amor affagaste!

Belchior da Graça, geral dos Loyos, fallecido em 1646. Deixou varios manuscriptos e entre elles «Consultas moraes e canonicas».

Padre Francisco Velho, jesuita, fallecido em 1667. Deixou manuscripta a «Vida de S. Olympio, Cathalogo dos arcebispos de Braga», e outras obras.

D. João da Silva Ferreira, conego da sé de Braga, deão da capella real de Villa Viçosa e bispo de Tanger. Escreveu «Allegações juridicas em favor do cabido de Braga», e varios opusculos não publicados.

Frei Francisco do Salvador, franciscano, fallecido em 1710. Deixou manuscripta a «Memoria do convento de Santa Isabel de Guimarães».

Francisco de Sousa da Silva Alcoforado, nascido na quinta da Silva, a 25 de outubro de 1697 e fallecido em janeiro de 1772. Publicou a «Vida de soror Ignez de Jesus, Vida e morte de Maria Stuart, Manual politico», e deixou impressas e manuscriptas muitas outras obras.

Frei Francisco da Veiga, franciscano. Deixou manuscriptas a «Purificação da vida do Evangelho, Fructos do sangue de Christo», e sermões.

Frei Diogo de S. Miguel, carmelita descalço, fallecido em 1664. Deixou alguns manuscriptos e entre esses o «Tratado breve de todos os reis e senhores de Portugal e Hespanha».

D. Joaquim da Encarnação, conego regrante em Santa Cruz de Coimbra, filho de José d'Azevedo Vieira, cavalleiro de Christo, e irmão do erudito padre Manuel d'Azevedo, jesuita. Além de varias obras manuscriptas, publicou o «Cathecismo historico e doutrinal», só o 1.º tomo, «Advertencia aos confessores» e a «Vida do admiravel S. Theotonio».

Manuel Antonio Lobato de Castro, fallecido em 1721. Publicou «Vilhancilhos de Santa Cezilia, Metrica descipcion de la entrada de D. Thomaz de Almeida».

Frei Manuel de S. Bernardo, franciscano, Manuel Ribeiro da Silva e Thomaz Pereira, jesuitas, dos quaes ficaram obras manuscriptas.

Frei Gonçalo de Barcellos, frade cisterciense, grammatico distincto, que deixou manuscripta uma obra de glossas sobre a «Arte latina», escripta no seculo XIII, em versos leoninos, pelo padre francez Alexandre de Villedieu. Ignora-se a epoca em que viveu o commendator portuguez.

Frei Jeronymo de Barcellos, que professou na ordem de S. Jeronymo em 1615 e falleceu em 1672, depois de ter sido prior de dois conventos da sua ordem. Era theologo insigne, regeu em Coimbra esta faculdade, e deixou tres tratados escriptos em latim.

Frei Antonio de Barcellos, que foi da ordem dos religiosos menores. Era theologo distincto e escreveu uma obra intitulada «Doze excellencias da fé».

Frei Boaventura de Barcellos, prégador do seculo passado, cujas argucias e observações joco-sérias despertariam hoje a hilaridade do mais devoto auditorio. Não sabemos como seriam acolhidas no seu tempo as predicas d'este frade franciscano, que publicou em 1745 um volume, cujo titulo é já por si bastante curioso. Intitula-se «Theoremas predicaveis ou especulações por arte predicativa, politicas, panegyricas e moraes» — primeira parte.

Antonio Barroso Pereira de Carvalho, valente capitão de infanteria 3, morto em combate no cêrco do Porto.

Barão de Grimancellos, visconde de Leiria e outros.

O brazão d'armas de Barcellos, conforme se acha na Torre do Tombo, consiste em um escudo azul com uma ponte e uma arvore com pomos de ouro, em signal da sua riqueza agricola; por cima dois castellos de prata e sobre estes, tres escudos, tendo nos dois lados as quinas de Portugal e no do meio uma aspa vermelha em campo de prata, que era a divisa de D. Affonso, conde de Barcellos e primeiro duque de Bragança, que foi quem á villa deu aquelle brazão.

Entretanto Ignacio Vilhena Barbosa, no seu livro «Villas e cidades de Portugal, que têem brazão de armas», diz que na torre da casa da camara existe um diverso escudo, que consiste em uma só torre sobre a ponte e junto uma ermida com a arvore á porta, sendo egual nos restantes emblemas; devemos, porém, suppôr que o brazão authentico é aquelle de que existe cópia na Torre do Tombo, já referido, e que hoje reproduzimos.

Barcellos é ainda actualmente um dos concelhos mais importantes do norte do paiz; abrange uma área assás vasta, dividida em numerosas freguezias, populosas, abastadas em commercio e agricultura; os seus campos são feracissimos e formosos, especialmente os visinhos das margens do Cavado, onde tambem abunda gado e caça de variadas especies, assim como no rio se pescam lampreias, salmões e outros peixes.

Sobre o «Celano» dos antigos, em frente da villa, ha uma magnifica ponte, construida pelos romanos, que conduz á povoação de Barcellinhos, e todo o concelho é atravessado por boas estradas, que o põem em communicação com as terras mais importantes do alto Minho.

*
* *

Na investigação historica que fizemos em todas as freguezias do concelho de Barcellos, encontrámos apenas os factos seguintes, dignos de descrever-se:

Aguiar. — No alto da serra d'esta freguezia, existem os alicerces arruinados de uma torre, que se chamou de «Aguiar da Neiva».

Teve foral, que lhe deu D. Affonso III, em 12 de julho de 1258, e foi reformado por D. Manuel, a 4 de maio de 1512, em Lisboa. Era abbadia da casa de Aborim.

Airó. — Na parte em que termina a freguezia de S. Jorge de Airó, ao S., está a casa ou paço de Airó ou de Villas-Boas, antigo solar da familia d'este appellido.

Ainda ali se vêem as ruinas da torre em que viveu Diogo Fernandes Villas-Boas, aquelle valoroso portuguez, que servindo nas guerras contra Castella, em 1328, no reinado de D. Affonso IV, arvorou na mais alta torre de um castello, em cujo cêrco se achava, a palma que recebera em domingo de Ramos, cumprindo assim o voto que havia feito a S. Thiago, apostolo.

Os Villas-Boas são da primeira nobreza de Portugal, e a residencia do ramo principal d'esta familia, é hoje na villa de Barcellos, de que Airó é termo.

Entre os fidalgos distinctos d'esta familia se conta o notavel heraldico, dr. Antonio de Villas-Boas Sampaio, auctor de uma estimada «Nobliarchia Portugueza».

Alvellos. — Esta freguezia é solar dos Alvellos, d'onde procedem as maiores casas de Hespanha, por varonia do rei de Leão, por Pedro Annes Alvellos, filho de João Martins Salça e neto do immortal Martim Moniz, filho de D. Egas Moniz, que morreu intrepida e gloriosamente, atravessado na porta do castello de Lisboa, quando D. Affonso Henriques tomou esta cidade aos mouros, em 1147.

Barcellinhos. — Era em Barcellinhos, no monte de S. Miguel o Anjo, conhecido hoje pelo logar do Senhor do Gallo, que se justiçavam os criminosos. Ainda lá existe em pé, dentro de uma bouça de matto tapada, a forca de pedra de cantaria, com sua plata-fórma, que, no logar da antiga, a camara mandou fazer, como consta do termo de arrematação d'essa obra, lançado a fl. 17 v. do livro que serviu em 1712, e data de 26 de janeiro.

Distante d'esse patibulo cêrca de oitenta e tantos passos, mas em frente d'elle, e na ourella esquerda da antiga estrada, que da villa segue para o Porto, existe um antiquissimo monumento de pedra, que deu o nome de Senhor do Gallo a esse logar, e memora, segundo a tradição, o milagre de ter sido livre do patibulo por S. Thiago um gallego innocentemente condemnado á forca, ficando bamba a corda que lhe servia de laço, e elle suspenso no ar (?), como se alguem o sustivesse ou lhe ficasse sotoposto.

A isso alludem algumas das figuras lavradas no monumento.

Em eras mais remotas existiu a forca além do local, onde está situado o recolhimento do Menino Deus, chamando-se ainda a esse logar «A forca velha».

Cambezes. — Foi couto privilegiado de Nossa Senhora da Sé, de Braga. Teve juiz ordinario e camara, por votação dos moradores e confirmados pelo deão da sé de Braga, que era ouvidor d'este couto. Gosava a freguezia esses privilegios por irem varrer a sé de Braga, todos os sabbados. Foram concedidos por D. Sancho e D. Thereza a D. Pellagio Ramires.

Carapeços. — Existe n'esta freguezia a quinta da Madureira, de que foi proprietario o infante D. Pedro, conde de Barcellos, que a deu a Pedro Coelho, um dos assassinos da formosa D. Ignez de Castro. Quando el-rei D. Pedro I, cruelmente ferido pela morte da esposa idolatrada, mandou confiscar todos os bens dos tres assassinos de D. Ignez de Castro, foi esta quinta comprehendida n'esse acto de vingança do monarcha justiceiro.

Sendo comprada pelo arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira, passou depois aos descendentes dos Figueiredos, de Chaves.

Faria. — N'esta povoação, em um cabeço do monte da Franqueira, mais obra da natureza do que da arte, existiu o afamado castello de Faria, do qual ainda se vêem vestigios, e cujas ruinas foram aproveitadas para o convento de frades da Soledade, que ali proximo foi edificado.

Era este castello uma fortaleza tão inexpugnavel para as armas d'aquelles tempos, e tão antigo, que, quando por fallecimento do conde D. Henrique, se apossou das terras de Portugal o conde de Trastamara, o infante D. Affonso Henriques, depois nosso primeiro rei, ganhou os castellos de Neiva e Faria, e d'este começou a recuperar com as armas as terras que havia perdido. N'este mesmo castello residia o nosso infante, quando deu o privilegio de couto ao mosteiro de frades benedictinos de Manhente.

Foi tambem por muitos seculos residencia e solar de senhores godos, e deu o appellido aos Farias.

No tempo de el-rei D. Fernando, estando o nosso reino em guerra aberta com o de Castella, entrou com um poderoso exercito por entre Douro e Minho o adiantado de Galliza, Pedro Rodrigues Sarmento, e chegou a marchas forçadas á villa de Barcellos. Para pelejar com elle se reuniram muitos fidalgos d'aquella provincia com a gente

que poderam ajuntar, mas foram vencidos. Era n'esse tempo alcaide e governador do castello de Faria, Nuno Gonçalves de Faria, o qual, deixando-o entregue a seu filho Gonçalo Nunes de Faria, sahiu ao campo com a gente de Barcellos, em tão infeliz occasião, que já os castelhanos estavam vencedores, e avançando sobre Nuno Gonçalves, o venceram e aprisionaram, carregando-o de ferros.

Vendo-se assim preso, disse aos castelhanos que o levassem junto do castello, para ordenar ao filho que o entregasse. Assim o fizeram; elle, porém, chamando o filho, disse:

—«Bem sabes, filho, como este castello me foi dado por el-rei D. Fernando, e d'elle lhe dei preito, e homenagem; mas por minha desventura sahi hoje d'elle, cuidando que n'isso o servia. Meus inimigos me trazem aqui para que te diga que lh'o entregues; mas porque eu não posso fazer isto, guardando a lealdade que devo, portanto te mando, sob pena de maldição, não o entregues a pessoa alguma senão a el-rei meu senhor ou a quem sua alteza por seu certo recado o mandar.»

Ouvindo isto os castelhanos, ali mesmo na presença do filho, cobarde e infamemente mataram e despedaçaram Nuno Gonçalves de Faria, e accommettendo dias depois o castello, tão valorosamente o defendeu Gonçalo Nunes de Faria, tão obstinada resistencia encontraram, que, sendo sempre repellidos, se retiraram vergonhosamente, desistindo da empreza.

Este digno filho de tão heroico e fiel pae, sendo depois senhor de Azurar, Pindello e Fão, por mercê de D. João I, ordenou-se e foi abbade de Santa Eulalia de Rio-Côvo, deixando a casa que herdára de seu pae a seu irmão Alvaro de Faria.

D. João I, pelos annos de 1400, fez conde de Faria e Neiva, a D. Gonçalo Telles de Menezes, 5.º neto da celebre D. Maria Paes Ribeiro, «a Ribeirinha».

A familia dos Menezes, á qual pertenciam os condes de Cantanhede, é oriunda de Hespanha. Pelos annos 1200 vieram para Portugal D. Affonso Telles de Menezes e seu irmão D. Fernão Telles de Menezes, a quem D. Sancho I admittiu no seu exercito e fez grandes mercês.

D. Affonso Telles de Menezes casou em segundas nupcias com D. Thereza Sanches, filha bastarda de D. Sancho I e da celebre e formosissima D. Maria Paes Ribeiro, «a Ribeirinha». Foi primogenito d'este consorcio D. João Affonso Telles de Menezes, ricohomem e alferes-mór de D. Affonso III, e d'elle era 4.º neto D. Gonçalo Telles de Menezes, conde de Neiva e Faria, alcaide-mór de Coimbra e primeiro senhor de Cantanhede, e foi a D. Pedro de Menezes, seu filho, que D. Affonso V fez conde de Cantanhede.

Os marquezes de Louriçal, marquezes de Marialva e condes da Ericeira, eram descendentes da familia Menezes.

Goios.—Na aldeia de Carcavellos, d'esta freguezia, no reinado de D. Sancho II, viveu um homem chamado Estevão Pires de Molnes, que possuia um nobre paço e pretendia que toda a povoação era honra sua, servindo-se para isso de exacções e violencias, e chegando a querer impedir que n'ella entrasse o mordomo do rei. E porque ali fosse Martim Vermoiz penhorar um lavrador, Molnes o prendeu e assim o conduziu em volta da freguezia, repetindo-lhe muitas vezes: «Por aqui é honra». Depois enforcou-o. D'outra vez matou um alcaide, tendo antes d'isso cortado-lhe as mãos.

Felizmente, no reinado de D. Diniz, já estava extincto o appellido de tal despota, passando a povoação a ser solar dos Goios.

Quintiães.—Era natural d'esta freguezia o valoroso capitão Sebastião do Souto, que no Brazil foi o terror dos hollandezes. Falleceu na cidade da Bahia, no dia 19 de maio de 1638, em resultado de uma bala que recebeu no peito, combatendo com os hollandezes. Deixou bem vingada a sua morte, pois que n'essa e n'outras pelejas, assaltos e batalhas, havia morto e aprisionado grande numero de inimigos.

Ucha.—E' digno de narrar-se o facto seguinte, succedido n'esta freguezia, em fevereiro de 1876:

Havia fallecido quasi de repente, em 1873, um lavrador, que tinha tanto de rico como de avarento. Declarou poucos momentos antes da morte que queria ser enterrado com a sua roupa domingueira, o que se cumpriu.

O filho, que era tão avarento como o pae, remechendo tudo em busca de dinheiro e titulos, deu pela falta de 2:000$000 réis em notas; mas lembrando-se que o pae os tivera na mão, poucos dias antes de morrer, mandou desenterral-o, no fim de tres annos, e com effeito encontrou n'um dos bolsos do defunto aquella quantia!

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

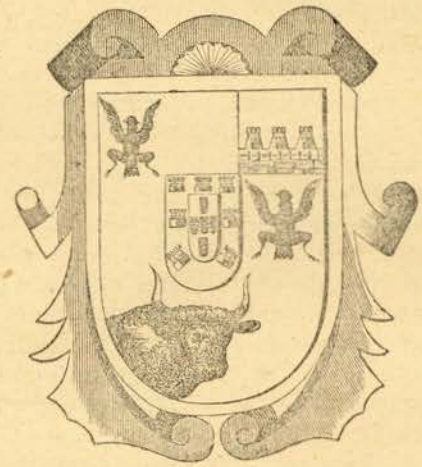
I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | ANNO DE 1890 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza - Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 42

BEJA

ESTÁ situada cerca de 26 leguas ao sul de Lisboa, em um plateau com seu castello e torre de menagem, construido no tempo de D. Diniz, e cercada de muralhas com 40 torres, que hoje estão arruinadas, havendo desapparecido completamente mais de 10; quanto á de menagem acha-se em bom estado e mede desde a base até ás ultimas ameias 40 metros, é toda de excellente cantaria e divide-se em 3 corpos, que nascem uns dos outros, subindo-se para o seu eirado por uma escada de 183 degraus.

Do alto da torre de menagem, gosa-se um extenso e admiravel panorama, pois chega a avistar-se a serra de Cintra, quando a atmosphera se apresenta limpida.

A opinião mais vulgarmente seguida, é que esta cidade foi fundada pelos gallos-celtas 400 annos antes de Jesus Christo, ignorando-se, porém, o nome que lhe deram e teve até á dominação romana, mas é facto que os romanos em muito apreço a tiveram e a consideraram uma das suas mais importantes possessões na Luzitania, e tanto assim, que sempre contra ella convergiram as diligencias e esforços dos inimigos do «povo-rei», pelo que chegou a ser occupada pelos carthaginezes.



Brazão de armas de Beja

Julio Cesar, o general romano, que esteve a ponto de eclypsar a fama de Alexandre o «grande», de Macedonia, veiu á Hespanha na qualidade de «questor», no anno 62 antes de Jesus Christo, mas praticou taes e tão espantosas atrocidades que os luzitanos lhe moveram crúa guerra, especialmente os habitantes das duas Beiras, guerra que só terminou pela pacificação e submissão de toda a Luzitania, depois de mui sanguinolentas batalhas.

Depois de elevado a imperador, voltou Julio Cesar á Luzitania, mas já então precisava de fazer esquecer as suas crueldades do tempo de «questor», porque se encontravam na peninsula com enorme partido os seus inimigos Cneio e Sexto Pompeu; o primeiro cuidado de Cesar foi, pois, realisar um tratado de paz com os povos da peninsula, tratado que se ultimou em Beja, pelo que o imperador decretou que esta cidade se ficasse chamando «Pax-Julia», o que se passou no anno 48 antes da vinda de Christo.

Ascendendo ao solio imperial o herdeiro de Cesar, Octaviano Augusto, pretendeu mudar o nome da cidade para «Pax-Augusta», mas o primeiro prevaleceu até que a prolongada occupação dos arabes, corrompendo a palavra Pax-Julia, que elles no seu idioma todo guttural não podiam proferir, pronunciando: «Baxu» ou «Paxé», veiu a produzir o nome porque hoje a cidade é reconhecida.

Foi Beja theatro de scenas tetricas nos primeiros seculos de existencia, como por exemplo no dia 22 de janeiro do anno 308, o martyrio dos christãos luzitanos, Vicente, Orensio, Aquilina, Victor e Ato, bispo de Pistoya, suppliciados por ordem dos ferozes Diocleciano, imperador de Roma, e Daciano, pretor das Hespanhas. Estes martyres foram mais tarde canonisados e seus corpos, que haviam sido levados para França, acham-sepult ados na cidade de Ebrudano, proximo dos Alpes.

Junto aos muros de Beja, travaram-se algumas d'aquellas luctas homericas, em que os pegureiros dos Herminios, sob a direc-

ção d'um patriota sem instrucção bellica, como era Viriato, tantas vezes bateram os vencedores do mundo e humilharam as aguias romanas; no anno 3860, porém, feriu-se aqui uma batalha contra o consul romano Fabio, na qual este ficou vencedor, mas de pouco lhe valeu o triumpho porque em seguida Viriato, cobrando animo e reunindo mais forças, encurralou os romanos no quartel de Cordova, caminhando de triumpho em triumpho até Granada e Murcia.

Com a invasão do imperio romano pelos barbaros do norte, passou Beja ao dominio dos suevos e depois ao dos godos, que n'ella permaneceram até á conquista dos arabes; no tempo dos godos foi cidade episcopal e entre os seus venerandos bispos tem a gloria de contar santo Aprigio, assim como consta que S. Tysiphon, discipulo do apostolo S. Thiago, prégou o evangelho em Beja e seu termo, pelos annos 44 de Jesus Christo; esta versão, porém, carece de auctoridade.

D. frei Manuel do Cenaculo Villas-Boas, que tambem foi bispo de Beja, fundou ali, pelos annos de 1785 a 1790, um museu, denominado «do bispo», que constava de producções naturaes, objectos de archeologia e varios artefactos antigos e modernos. Uma grande parte das antiguidades romanas, que continha, foram descobertas na cidade e seus arredores, em escavações mandadas fazer pelo mesmo prelado.

Mais tarde, sendo D. frei Manuel do Cenaculo nomeado arcebispo de Evora, para ahi levou o seu museu, á excepção das lapides, cippos e torsos mais pesados de estatuas, por se tornar o transporte difficultoso.

No começo do seculo VIII, quando os arabes invadiram a Europa, teve Beja a sorte das mais terras da peninsula, cahindo em poder dos musulmanos e durante a lucta secular de que esta região foi theatro, até que a ultima possessão — Granada, abriu as suas portas aos reis catholicos Fernando e Isabel, Beja foi por mais d'uma vez assaltada, ora de mouros, ora de christãos, e nas ameias das suas fortalezas já campeiava o pendão da cruz, já o lábaro verde do propheta e o estandarte do crescente; não poude, pois, progredir, porque de continuo os seus campos se tornavam theatro de luctas sangrentas.

Apoderando-se d'ella os mouros em 715, foi resgatada em 750, por Affonso I, rei de Leão e das Asturias; voltou, porém, logo ao poder dos mouros, que pouco tempo a mantiveram, porque em 753 lh'a retomou D. Fruela I, rei de Oviedo, para ser reconquistada por Abd-el-Rhaman sete annos depois e resgatada por Ordonho II, em 910.

Almansor, kalifa de Cordova, apoderou-se de Beja em 985, conservando-a o kalifado em sua posse até 1037, em que a teve de entregar a D. Fernando Magno, rei de Castella e Leão, voltando, porém, logo a rehavel-a.

D. Affonso Henriques, o mais temivel adversario que os arabes encontraram em todo o tempo da occupação, tendo tomado Lisboa em 1147, começou a lançar olhos cubiçosos pelo Alemtejo fóra, e em 1155 foi pôr cêrco a Beja, que era um dos mais consideraveis baluartes da provincia; tomou a cidade, não sem larga e desesperada resistencia, mas não poude conserval-a muito tempo, porque se viu constrangido a retirar.

Em 1162, porém, o bravo Fernão Gonçalves a retomou para sempre, em 29 de novembro, vespera de S. André, pelo que fóra dos muros se construiu uma capella dedicada a este santo, em acção de graças por aquella victoria, e por muitos annos no dia do santo ahi fazia a camara uma festa solemne.

Não deixaram, porém, os mouros de procurar rehaver tão importante posição, e em 1179 vieram sitiar a cidade, pondo-a em grande aperto, e certamente a teriam tomado se por ventura o infante herdeiro, D. Sancho, não cahisse sobre os sitiantes, apenas com 1:400 homens de cavallo e os desbaratasse completamente.

Como facilmente se deprehende, de tão porfiada e prolongada lucta, a cidade havia empobrecido consideravelmente; por toda a parte se viam ruinas, pelo que D. Affonso III a mandou reedificar e povoar, em 1253, aproveitando na reconstrucção das muralhas os materiaes da via militar romana, obra de grande luxo artistico que corria nas proximidades, e logo lhe deu foral, que tem a data de 16 de fevereiro de 1254 e foi confirmado por D. Diniz, em 29 de maio de 1291, dando-lhe outro este mesmo rei, em 22 de abril de 1308, depois de concluida a edificação do castello, confirmando este ultimo D. Affonso IV, em 15 de abril de 1335.

D. Manuel foi o primeiro duque de Beja e elevou a villa á cathegoria de cidade, em 1512.

Actualmente pertence o ducado aos terceiros filhos do rei, e o ultimo que o usou foi o infante D. João, morto em 1861; tambem ficou usando este titulo depois da convenção de Evora, em 1834, o infante D. Miguel.

De todas as luctas de que Portugal tem sido theatro, Beja se tem resentido mais ou menos fortemente; durante a invasão franceza padeceu horrores; tendo-se insurgido em 1808 contra as tropas de Napoleão, muitas das suas edificações foram reduzidas a cinzas, e passados ao fio da espada grande numero de seus habitantes.

Em Beja e seu concelho têem apparecido, em diversas epocas, muitas lapides com inscripções gregas, romanas e arabes. Uma das mais notaveis é um trêço de marmore schistoide, cinzento escuro, com uns caracteres gregos, tão antigos, que hoje é muito difficil comprehenderem-se. Frei José Lourenço do Valle deu-lhes varias interpretações e d'entre ellas D. frei Manuel do Cenaculo adoptou a seguinte: — «Terra dos assydios, «benigna e fructifera». Esta pedra foi encontrada no alicerce da muralha romana, onde hoje está fundado o palacio dos bispos. Pertenceu ao museu Cenaculo e actualmente está no de Evora.

O brazão d'armas de Beja, de muito remoto uso, é ao centro do escudo, no plano inferior, uma cabeça de touro, tendo sobre e entre as hastes as armas reaes portuguezas com uma aguia de cada lado, e sobre a da direita um lanço de muralhas com suas torres.

Seria difficil constituir hoje o sentido e origem d'aquelles emblemas.

E' berço de grande numero de homens illustres em todos os ramos, em que o talento se póde manifestar, e tão vasto é esse numero que somos forçados a restringir a nomenclatura aos mais notaveis, que são os seguintes:

S. Sizenando, nascido no fim do seculo VIII, e que foi martyrisado pelos mouros, em Cordova, no dia 6 de julho do anno de 851. E' o padroeiro da cidade desde 1602.

Antonio de Gouveia, famoso poeta latino e sabio jurisconsulto do seculo XVI, que depois de haver sido lente em diversas universidades, morreu em Turim no dia 21 de julho de 1565.

D. Frei Amador Arraes, que nasceu pelos annos de 1525. Professou na ordem dos carmelitas de Beja, a 24 de janeiro de 1545, foi doutor pela universidade de Coimbra e lente de theologia no mosteiro de Santa Cruz da mesma cidade.

Adquirindo justa fama pelos seus sermões, el-rei D. Sebastião o nomeou prégador régio. O cardeal-rei D. Henrique o elevou a bispo de Tripoli («in partibus infidelium») e seu coadjuctor e esmoler-mór. Ainda Filippe II o nomeou bispo de Portalegre, exercendo este cargo com distincção, e, sobretudo, com caridade evangelica, quando no tempo do seu episcopado a peste opprimiu o reino.

Deu avultadas esmolas para a redempção dos captivos de Alcacer-Kibir. Em 1596, resignou o bispado, recolhendo-se ao collegio da sua ordem, em Coimbra, onde morreu, a 10 de agosto de 1600.

E' considerado como um dos escriptores classicos e talvez o nosso primeiro moralista. Os seus «Dialogos», escriptos em purissima linguagem e rigoroso estylo, encerram maximas e pensamentos que innundam o coração de placida esperança.

Jaz sepultado, segundo os seus desejos, no centro da capella-mór da egreja do Carmo, de Coimbra, obra sua, em campa raza, com uma lapide.

D. Francisco Alexandre Lobo, que nasceu a 14 de setembro de 1763. Foi bispo de Vizeu e um dos prelados mais sabios e o mais virtuoso dos nossos tempos. Morreu em Lisboa, a 9 de setembro de 1844.

Padre José Agostinho de Macedo, nascido a 11 de setembro de 1761 ou 1765. A casa onde elle veiu ao mundo, situada na rua Ancha, está ornada com uma lapide com a seguinte inscripção, mandada esculpir em marmore pelo sr. Sousa Porto, fundador do jornal — «O Bejense»:

«Nasceu n'esta casa e foi baptisado na igre-
«ja do Salvador, em 18 de setembro de
«1761, o padre José Agostinho de Mace-
«do, notavel orador e escriptor publico.
«Fallecido em Pedroiços (Lisboa) a 2 de
«outubro de 1831. Em memoria se colle-
«cou esta lapide, em 1869.»

Seu pae, Francisco José Tegueira, que era ourives, vendo a maravilhosa intelligencia de seu filho, procurou dar-lhe bons mestres. Um individuo, por appellido Mendes, tomou-o sob sua protecção, quando elle apenas contava onze annos de idade. Aos proprios mestres e aos condiscipulos causaram

assombro e inveja os progressos que José Agostinho de Macedo fazia nos estudos.

Em 1778, entrou como frade para o convento de Nossa Senhora da Graça, de Lisboa, recebendo na sua profissão o nome de frei José de Santo Agostinho.

Ahi, como em toda a parte, os seus vastos talentos eram reconhecidos e admirados, e os seus sermões eloquentissimos, arrebatavam o auditorio, que em chusma corria a ouvil-o.

A par d'estes apreciaveis dotes, possuia José Agostinho de Macedo genio orgulhoso, travesso e leviano, e por suas travessuras e leviandades foi transferido para o collegio da sua ordem, em Coimbra.

Ahi encontrou um condiscipulo, que, não possuindo o seu talento, supplantava-o na turbulencia; e taes excessos commetteram ambos, que foram varias vezes castigados. Macedo, não se querendo sujeitar aos castigos, abandonou a communidade. Por este facto foi expulso da ordem, por sentença de 11 de fevereiro de 1792; mas elle obteve de Roma breve de secularisação, ficando presbytero. Então, reflectindo nos seus passados erros e no mau resultado d'elles, adoptou um systema mais regular de vida, o que lhe valeu a estima e consideração das pessoas socegadas.

Luctaria com a miseria nos primeiros tempos da sua vida de padre secular, se as freiras trinas do Rato, em Lisboa, lhe não cuidassem do sustento e do vestuario. Em attenção a isso José Agostinho de Macedo conservou até ao momento de deixar o mundo grande affeição e louvavel gratidão por aquelle convento, onde jaz sepultado.

Foi nomeado prégador regio, por carta de 8 de novembro de 1802 e depois censor regio do patriarchado, logar importante e respeitavel. Ainda D. Miguel I o nomeou substituto do chronista-mór do reino, por alvará passado pela Mesa do Desembargo do Paço, de 14 de junho de 1830, confirmado por decreto d'aquelle rei, de 21 de junho do mesmo anno.

Contava 70 annos de idade quando falleceu. El-rei D. Miguel, que muito o estimava e respeitava, mandou-lhe fazer o enterro, indo em coche da casa real e ficando o monarcha na posse da chave do caixão. Por sua ordem se moldou em cêra o retrato de José Agostinho de Macedo, para se levantar um busto, que ficou parecidissimo e obra prima de esculptura.

Escreveu muitas obras, que ainda hoje são lidas por quantos apreciam a correcção do estylo e harmonia dos periodos, a sublimidade dos pensamentos, vivacidade das imagens e a emoção que excitam. Entre ellas citaremos, como mais notaveis: — «O Oriente», poema epico; «A Meditação», poema philosophico; «A Natureza», poema em estylo e gosto differente; «Bases eternas da constituição politica»; «A Contemplação da Natureza», poema; «Demonstração da existencia de Deus»; «Gama», poema narrativo; «Motim litterario»; «Newton» e «O novo Argonauta», poemas; «Viagem extatica ao templo da sabedoria», poema; traducções das «Obras de Horacio», etc., etc.

Jacintho Freire d'Andrade, que nasceu em 1597. Sendo destinado por seus progenitores á vida ecclesiastica, tomou ordens e formou-se na universidade. Indo a Madrid, Filippe IV de Castella, que ainda dominava em Portugal, o nomeou abbade de Santa Maria de Chans, no bispado de Vizeu. Todavia, não podendo tolerar as torpezas que o conde-duque de Olivares exercia contra Portugal, não occultava a sua indignação, pelo que foi perseguido pelo governo castelhano, tendo de fugir para o reino, onde esteve escondido até 1640, em que foi acclamado D. João IV, que muito o estimou, porque Andrade com as suas poesias e ditos espirituosos fazia as delicias dos salões.

Não querendo acceitar o cargo de mestre do principe D. Affonso (depois VI do nome) e por outros motivos, retirou-se da côrte para a sua abbadia. Saudoso pelos encantos de Lisboa, para aqui voltou, fallecendo em 16 de março de 1657.

Escreveu, entre outras obras, a «Vida de D. João de Castro», 4.º vice-rei da India.

Com referencia a costumes antigos de Beja, de Santarem, e de Borba, extrahimos da «Historia de Portugal», do erudito escriptor Alexandre Herculano, os periodos seguintes:

«E' costume, que se alguem assoldadar mancebo, e este se fôr sem consentimento do amo, havendo recebido já alguma cousa de soldada, tem o mancebo de restituir em dobro o que recebeu, e além d'isso uma quantia igual aos vencimentos do tempo que deixou de servir.»

«E' costume, que se eu maltractar «o meu mancebo» ou o «meu homem», não sou obrigado a dar-lhe reparação, se não o tolher de algum membro.»

(*Conclue no proximo numero*).

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

1.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | ANNO DE 1890 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 43

BEJA

(Concluido do numero antecedente)

«E' costume, que se persigo o meu mancebo e lhe tiro alguma cousa que me leva, não sou obrigado a responder á acção de força que por isso me ponha o mordomo.»

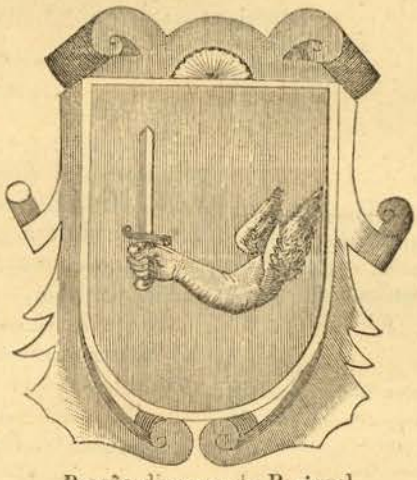
«E' costume, que quem demanda o mancebo ou creado que o serviu, não lhe pague as custas ainda sendo absolvido o réo.»

Estas severas ou antes tyrannicas provisões, que estabeleciam a desigualdade civil entre o amo e o creado, ou por outra entre o «senhor» e o «malado», eram, todavia, temperadas até certo ponto por outras com que se tentava oppôr barreiras aos abusos a que tal situação daria facilmente aso:

«Se o amo expulsar o mancebo sem motivo, pagar-lhe-ha a soldada do anno inteiro.»

«Se o amo quer lançar a culpa do damno, feito por gado seu em predio alheio, ao mancebo que delle foi guardador, e se este provar com testemunho de outro guardador, seu companheiro d'então, que nessa conjunctura encerrara o dicto gado no estabulo, o amo não poderá reter-lhe o que lhe pertencer.»

«Se o amo maltractar o mancebo por qualquer damno que lhe haja feito, este não é obrigado a pagar-lhe a composição do damno.»



Brazão d'armas de Beringel

Na jurisprudencia dos concelhos perfeitos da segunda formula encontra-se estabelecida a mesma desigualdade civil entre a classe não proprietaria e a dos vizinhos, differença que, como mais racional, devia ser quasi equivalente á distincção entre peões e cavalleiros; porque a esta ultima cathegoria pertenciam provavelmente em grande maioria os membros do gremio municipal. Essa jurisprudencia, fixando a reparação de que foi espancado sem premeditação em quatro maravedis, e a do que foi de caso pensado e rixa velha em dez, ficando o reu á mercê do offendido, estatue, ao tractar dos individuos de classe inferior:

«Quem espancar aldeão ou jugueiro, ou mancebo ou manceba, com punhadas, ou com açoutes, pague dous maravedis, se o espancado o provar com juramento, ou com juradores que sejão da classe do réo.»

Mas para os rendeiros e solarengos não havia n'esta parte differença dos visinhos:

«Rendeiros e solarengos tenham foro igual ao dos vizinhos da Guarda chefes de familia, tanto nos casos de pisaduras, feridas, punhadas e pontapés, como nos de morte.»

Empregando-se arma offensiva na perpetração do delicto, o fôro era identico para o visinho, para o logista e para o solarengo. Impunha-se a multa de nove marabitinos, sendo em desordem casual, e de cincoenta sendo em rixa velha. Os mancebos, aldeões e jugueiros, tinham metade da reparação. Quando, porém, o aldeão possuia habitação propria no campo, essa reparação não só egualava, mas ainda excedia a dos moradores da villa. Todavia, apesar da desproporção que esta jurisprudencia estabelece entre os simples malados e os solarengos, a inferioridade d'estes em relação ao senhor do solar não deixa de resultar das doutrinas inseridas no direito consuetudinario, que em certos casos nenhuma excepção faz a favor d'elles.

Assim por exemplo:

«Qualquer individuo que morar em herdade alheia, e tiver discordia com seu senhor, ninguem o receba (em casa). Quem o recolher pagará cem soldos ao dono da herdade, e será obrigado a expulsar o hospede. Se disser que o fez por ignoran-

cia, seja absolvido expulsando-o. Se, porém, replicar que tal homem não morava na herdade do queixoso, provará o contrario o dono do predio com tres vizinhos, e o réo pagará os cem soldos, e expulsará aquelle a quem deu acolheita. Se o senhor não tiver meio de provar sua tenção poderá obrigar a juramento o adversario e desafia-lo, ficando este condemnado se fôr vencido.»

E' nos concelhos do typo verdadeiramente nacional, isto é, nos da primeira formula, onde se encontra mais bem caracterisada a distincção entre os simples moradores e os vizinhos da villa. Ainda nos costumes de Beja lê-se:

«E' costume, que se *estou arreigado*, e o mordomo exige de mim fiador por delicto sujeito á multa, não sou obrigado a dar-lho sem elle me provar (judicialmente) que incorri nessa multa. Se, porém, *não estiver arreigado*, devo-lhe dar... Se o mordomo me penhora, estando eu arreigado, não me cumpre ir a juizo antes de se me entregar o que se me tirou...»

«... Se o penhorado pede entrega e não está arreigado, não se lhe entrega o penhor!»

No que respeita ás portagens ou direitos de barreiras, é que os costumes d'esta classe de concelhos fazem sentir bem a differença de vizinhos, ou «arreigados», a moradores accidentaes ou não «arreigados». Escrevendo o concelho de Santarem ao de Beja sobre este assumpto, diz-lhe:

«Costume é, que o almocreve pertença a classe dos cavalleiros villões. Se vae tractar dos seus negocios, e deixa a casa *sem familia*, cessa de ser vizinho. Mas se deixar em casa mulher, ou creada e alfaias, continua a ser vizinho e não paga portage...»

«Ha mercadores que vem de outras villas, alugam casas ou lojas em Santarem, e nellas vendem seus pannos e guardam os seus haveres; e quando tem arranjado retornos, vão-se embora, deixando as casas ou lojas alugadas, ou sob palavra. Sabei que estes taes dão portagem na nossa villa. Mas aquelles mercadores, que alugam casas pelo S. Miguel, de anno para anno, e nellas residem, e comem, e accendem lume, e tem camas, estes *fazem vizinhança comnosco* em tudo e por tudo, e são *vizinhos*, e não pagam portagem.»

«Sobre o que nos mandastes perguntar, se o *homem solteiro* que traz cabedal de mercador vizinho ou de quaesquer outros vizinhos, deve dar portagem, sabei que estes a dão se não andam avençados, ou se não são vizinhos ou filhos de vizinhos. Essa portagem, porém, é só do quinhão que lhes pertence nas mercadorias»

D'estas passagens vemos que nos concelhos do typo de Santarem, a residencia fixa, a casa permanente estabelecida é necessaria para o individuo se considerar como membro da communidade. A familia, embora no sentido mais lato que vulgarmente damos a esta palavra, é aqui o elemento, a molecula da organisação municipal.

Nos costumes de Beja encontra-se a definição de vizinho de um modo mais amplo:

«Seja em que tempo for que um homem alugue casa, se tiver bens moveis ou cousas equivalentes ahi, ou em poder alheio, de modo que o possam obrigar a responder em juizo, é vizinho por esse facto.»

Esta definição, porém, cuja maior latitude procede talvez de uma redacção imperfeita, deve entender-se com as restricções que se deduzem das anteriores citações. Em todo o caso a necessidade de ter uma habitação com caracter de permanencia era em Beja a condição necessaria para a vizinhança. Por isso achamos bem distincto o «morador» do «vizinho» n'um documento de 1255:

«O alcaide, alvasis, concelho, *vizinhos* e *moradores* de Beja cortem madeiras e mandem pastar os gados nos termos dos castellos da ordem (de Sanctiago) alèm do Téjo.»

Freguezias d'este concelho dignas de menção

Baleizão. — N'esta freguezia estabeleceu D. Nuno Alvares Pereira, em 1382, em varias propriedades suas, um morgado, que deu em dote a sua irmã D. Violante Pereira, para desposar Martim Gonçalves de Lacerda, de Beja.

No principio do seculo passado achou-se em Baleizão um cippo, com a inscripção seguinte:

An. XXXIII
G. Blosius Saturnius
Galeria
Napolitanus Afer Arenienses
Incola Balsensis Filiæ
Pientissimæ
H. S. E. S. T. T. L.

Tambem em igual periodo e na quinta do Paço do Conde, d'esta freguezia, foi encontrado um monumento funerario, de marmore cinzento, em fórma de pipa, com a seguinte inscripção latina:

D. M. S. — L. I. — Polibivs — Ann. LXXII
H. S. E. S. T. T. L.

Quintos. — Antigamente era esta povoação a ultima do reino de Portugal e por

isso quando os nossos paes se arreliavam com qualquer pessoa e a não queriam mandar para o inferno, exclamavam: «Vae para os Quintos». Esta phrase ainda hoje é usual nas provincias do norte.

BELEM

Veja-se no appendice, que publicaremos no fim da obra, a sua descripção.

BERINGEL

A encosta d'um monte, voltado ao norte e a 10 kilometros, se tanto, da cidade de Beja, a cujo concelho pertence, está situada a pequena villa de Beringel, de cuja fundação não existe hoje noticia alguma, sabendo-se apenas que em 1255, no reinado de el-rei D. Affonso III, o «bolonhez», já existia, pois que este monarcha a doôu ao convento de Alcobaça, sendo o instrumento de dôação o primeiro documento historico que se lhe refere.

Todavia, alguns escriptores dizem que ella é muito antiga e que já existia no tempo dos arabes, que lhe deram o nome de «Badajan», palavra corrupta do persico «Badenjan», que significa Bringella, fructo de uma planta hortense bem conhecido.

Em 1477, foi encorporada por D. Affonso V nos bens da corôa, em razão da troca effectuada com o geral de Alcobaça, que recebeu em compensação da cedencia outras povoações situadas em ponto mais proximo do convento, o que facilitava a cobrança das fintas e rendas senhoriaes.

Em 1497, o mesmo monarcha fez concessão do senhorio da villa a Ruy de Sousa, de quem procederam os condes do Prado e marquezes das Minas, sendo creado este ultimo titulo por D. Pedro II, em recompensa dos serviços prestados pelo conde do Prado, nas campanhas d'este reinado.

O foral concedido á villa por D. Manuel, tem a data de 23 de novembro de 1519, e foi tambem este soberano que lhe outhorgou o direito de usar brazão d'armas, o qual consiste no escudo em campo vermelho, tendo ao centro um braço d'oiro, alado, empunhando na mão uma espada nua.

Consta a villa d'uma só parochia, sob a invocação de Santo Estevão; é um templo antigo de 3 naves, outr'ora igreja d'um mosteiro de frades bernardos, do qual ainda existiam vestigios ha 20 annos, assim como n'essa epoca ainda em uma das capellas se viam os tumulos de Ruy de Souza e sua mulher D. Branca de Vilhena.

BENAVENTE

Em uma campina, a 5 kilometros ao S. do Tejo e 40 a L. de Lisboa, está situada a villa de que nos vamos occupar.

E' sabido que os romanos foram os primeiros conquistadores, que nos logares onde estabeleciam dominio implantavam immediatamente os documentos da sua civilisação, relativamente a mais applicada aos interesses dos povos.

Do seu dominio na peninsula hispanica restam monumentos, reliquias e vestigios, que justificam o cognome de «povo-rei», dado a essa nação valorosa e replecta de ambições, mas tambem sufficientemente esclarecida para reconhecer que o conquistador só póde ter esperança de conservar a conquista quando se torne util aos conquistados. Eis a rasão porque um dos primeiros cuidados dos romanos, apenas se consideravam definitivamente estabelecidos em qualquer região, consistia em construir estradas, tão convenientes para as marchas rapidas dos seus exercitos, quando perturbados na posse, como para as transacções commerciaes e transportes de mercadorias, durante a paz.

No «Itinerarium» de Antonino Pio (Titio Aurelio Fulvo) (1) assignala-se na estrada de Olysipo a Emerita (Lisboa a Merida) um logar denominado «Aritium Prætorium», que era a primeira estação na margem esquerda do Tagus (Tejo). Os nossos e estranhos escriptores mais lidos em geographia antiga, não podem assentar em qual seja a moderna povoação correspondente áquella, sendo todavia alguns de opinião de que seja Benavente, e entre estes André de Rezende é certamente um dos mais auctorisados.

(1) Antonino, celebre imperador romano, começou por ser consul, e succedeu a Adriano em 138. Principe sobrio, illustrado, amante do povo, foi um Socrates corôado; reformou a legislação, tolerou os christãos, instituiu estabelecimentos de caridade, melhorou a sorte dos escravos e morreu em 161, nomeando successor o virtuoso Marco Aurelio. Foi uma das maiores glorias do imperio romano.

A confirmar esta opinião concorrem diversas circumstancias, militando em primeiro logar a de ser Benavente a mais antiga das povoações comvisinhas marginaes do Tejo, e ficar entre os pontos onde passavam a estrada de Scalabis e a que se dirigia a Ebora; entretanto, o erudito frei Bernardo de Brito, na «Monarchia Luzitana», contesta tal opinião, e verificando as distancias confirma que não póde ter sido Benavente a «Aritium Prætorium» do «Itinerarium» romano.

Parece-nos, pois, que sem contestar a antiguidade de Benavente, que é irrefutavel, como adiante diremos, podemos assegurar não ser ella a «Aritium» e que nem mesmo esta fosse uma povoação, mas apenas estação militar. «Prætorium», nos primeiros tempos de Roma, sómente significava a tenda do acampamento destinada ao consul, que sob o titulo de «prætor», commandava o exercito, e depois tambem ao logar de residencia do governador de uma provincia se dava este nome.

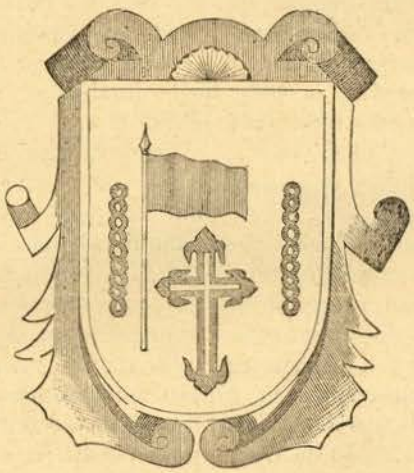
A distancia de 38 milhas romanas, assignalada no «Itinerarium» entre Olysipo e Aritium, designa o logar de Escaroupim a leste de Salvaterra; e não só a distancia, mas a condição de ser o Tejo navegavel para navios de alto bordo, só até áquelle ponto, parece designal-o como o escolhido pelos romanos para ahi poderem levar nas suas galés as centurias e legiões do imperio; e o genio militar moderno tanto julgou tambem aproveitavel a posição, que no tempo da guerra peninsular ahi foi estabelecida uma estação para o transito de viveres e petrechos de guerra.

Benavente, comtudo, orgulha-se de haver sido o «Aritium Prætorium», apesar de não se ter encontrado documento algum archeologico que assegure a sua existencia, como povoação importante, sob o dominio romano.

Se não póde confirmar-se esta opinião, menos se póde assegurar ao certo qual fosse a epoca da fundação. Porém, o que é authentico é que soffreu como as demais povoações de Portugal o jugo de differentes senhores, até que D. Affonso Henriques a tomou aos mouros em 1147, quando conquistou Santarem, e esteve deshabitada até ao reinado de D. Sancho I, porque foi d'ali que este monarcha confirmou, em 1200, a ordem militar de Aviz. D. Payo, bispo de Evora, a reedificou, povoou e lhe deu foral, que foi confirmado por D. Sancho I, D. Affonso II, D. João I, e finalmente reformado por D. Manuel.

Provém-lhe o nome da fortuna que protegeu os christãos quando a arrancaram do poder dos mouros, denominando-a por isso «Bene eventus» (feliz successo), de que a corrupção veiu a fazer Benavente.

Foi pertença da ordem de S. Bento de Aviz, que ali tinha os seus paços, dos quaes ainda existe, conservada em memoria na egreja parochial, uma pedra em que se vê esculpido o brazão d'armas da villa, tendo a mais a legenda, por cima do escudo: «Aviz—Benavente», e infra: «Estes paços mandou fazer o mestre D. Fernando de Sequeira. Anno 1403.» O edificio cahiu em completa ruina.



Brazão d'armas de Benavente

Na mesma pedra, que se acha embebida nas paredes da parochia, vê-se tambem o escudo de armas pertencente á familia dos Sequeiras, e consiste em cinco vieiras assentes sobre a cruz de Aviz.

N'esta villa e seus arredores possuiam os marquezes de Cascaes diversas propriedades, que pela extincção da casa passaram á dos marquezes de Niza.

O primeiro conde de Benavente, Rodrigo Affonso Pimentel, foi feito por Filippe II, em 1598, sendo mais tarde extincto este condado.

A pequena distancia possue a povoação um porto sobre o Tejo, por onde faz todo o seu commercio.

O brazão d'armas de Benavente consiste no escudo, tendo ao centro uma bandeira vermelha e a cruz verde de Aviz, e aos lados uns cordões ou correntes, tambem verdes.

Typ. Lealdade—Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

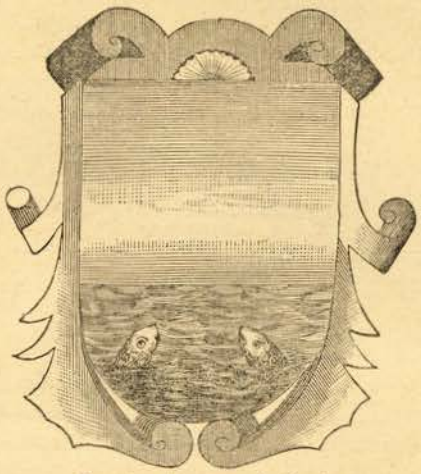
I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis. O pagamento é adiantado. | ANNO DE 1890 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza — Rua do Terreirinho, 17, 1.º — Lisboa. | NUM.º 44

BORBA

Situada em um delicioso, ameno e feracissimo valle, está a bonita villa de Borba, que dista 155 kilometros ao SE. da capital do reino.

Pretendem alguns antiquarios que tivera por primeiros fundadores aos gallos-celtas. Nas diversas invasões que a Lusitania padeceu, esteve por largos annos sujeita ao dominio de Roma, depois ao dos gôdos e outros povos do norte, que, destruindo o imperio romano, avassallaram toda a peninsula hispanica, e d'estes passou ao dos arabes, que a seu turno os venceram e desalojaram das terras conquistadas.

Correndo o anno de 1217, resgatou-a do poder dos infieis el-rei D. Affonso II. Arruinada e abandonada por esta occasião pelos seus moradores, o mesmo monarcha a mandou reedificar e povoar de novo. Deu-lhe foral el-rei D. Diniz, a 15 de junho de 1302, e geralmente se lhe attribue a fundação do seu castello. Todavia, uma pedra com dois malhos n'ella esculpidos, e a tradição de que junto á villa, no sitio hoje chamado os Mosteiros, existira um convento de templarios, dão algum fundamento para se suppôr que o castello foi obra d'estes e não de el-rei D. Diniz, que talvez tão sómente o reparasse.



Brazão d'armas de Borba

Dizem os etymologistas que o nome de Borba se deriva de um grande barbo, que appareceu em epocas remotas, n'uma fonte, que está dentro do castello; e allegam para prova o brazão d'armas da villa, em que figuram dois d'aquelles peixes.

Divide-se a povoação em duas parochias. A primeira, que é a matriz, é um bom templo de tres naves, sustentadas por quatorze columnas de marmore branco, sete de cada lado, e com um bello portal, tambem de columnas. Foi edificada no anno de 1401 por D. frei Fernando Roiz de Sequeira, mestre da ordem militar de Aviz, á qual esta igreja pertencia.

A outra parochia é de uma só nave e de construcção muito mais moderna. Está no seu districto o convento de Nossa Senhora das Hervas ou das Cervas, de religiosas franciscanas de Santa Clara, fundado pelos annos de 1600. Tambem tinham na mesma freguezia um collegio os religiosos de S. Paulo, primeiro eremita, principiado em 1704.

O velho castello ergue-se junto das muralhas da villa, para o lado do nascente. Tem no meio uma praça, para onde deita uma alta torre quadrangular, em que se vêem uns toscos e mal distinctos caracteres, e os dois malhos esculpidos, a que acima nos referimos.

Abastecem a villa de excellente agua muitas fontes, dentro e fóra de seus muros. Extrema-se de todas pela grandeza da fabrica e belleza da architectura a que o antigo senado da camara mandou fazer em 1781. Este esbelto chafariz está collocado n'um espaçoso largo, ao sahir da povoação. E' todo de marmore branco, com cinco bicas e tres tanques. Entre muitos ornatos, esculpidos com perfeição, avulta o busto da rainha D. Maria I, então reinante.

A abundancia d'agua d'estas fontes, de que se fórma uma pequena ribeira, faz os arrabaldes mui ferteis e viçosos, povoados de muitas hortas e pomares, e algumas bonitas quintas, ornadas de frondosos arvoredos. E' notavel, entre estas ultimas, a dos srs. condes das Galvêas. E' tambem cele-

brado pela sua linda floresta o extincto convento do Bosque, de frades capuchos. Foi fundado em 1505 pelo duque de Bragança, D. Jayme. Fica a um quarto de legua da villa. E' uma estancia deliciosa pela magestade das arvores seculares, que assombreiam a cêrca, e pela copia e frescura das aguas, que ahi correm em fontes e levadas ou se despenham em cascata.

Do alto de um monte, que bem merece o nome que tem — de Boa-Vista — visinho ao convento, goza-se um panorama admiravel. Avistam-se d'ahi as villas de Veiros, Evora Monte, Estremoz, Fronteira, Cabeço de Vide, Monforte, Villa Boim, Terrugem, Jerumenha, Villa Viçosa, e a cidade de Portalegre; e em Hespanha: Olivença, Villa Real, e S. Jorge.

Nas suas montanhas ha ricas pedreiras de marmores, principalmente branco e azul, da mais fina qualidade. De uma d'essas pedreiras foram levados para Evora, na primeira metade do seculo passado, todos os marmores de que se reconstruiu a sumptuosa capella-mór da sé d'aquella cidade. Dizem auctores antigos que tambem nas mesmas montanhas existem minas de prata e se encontram turquezas e outras pedras preciosas.

Borba, além dos privilegios do seu foral, tinha mais o dos caseiros da casa de Bragança.

Por delatar a traição de D. Diogo, duque de Vizeu, el-rei D. João II fez conde de Borba a D. Vasco Coutinho. Depois foi a villa elevada a marquezado, hoje extincto.

A pouca distancia da povoação fica o sitio onde se deu a memoravel batalha de Montes Claros, assim denominada por ser este o nome dos campos em que teve logar a acção, no dia 17 de junho de 1665.

O nosso exercito compunha-se de 15:000 infantes e 1:500 cavalleiros, e os hespanhoes tinham quasi o dobro, além de uma forte columna que deixaram a sitiar Villa Viçosa. O bravo marquez de Marialva e conde de Cantanhede, que ia em soccorro de Villa Viçosa, foi atacado pelo marquez de Carracena na planicie de Montes Claros, com o maior encarniçamento e bravura; mas nem o numero, nem o valor, nem a disciplina dos castelhanos fizeram a menor impressão de duvida aos portuguezes, que se bateram como leões, e no fim de muitas horas de porfiado batalhar e com perda de 700 homens, conseguiram uma brilhante victoria. Os hespanhoes tiveram 4:000 mortos e 6:000 prisioneiros, perderam artilheria, bagagens, etc., etc., e fugiram, os que poderam, para Castella.

Em 1662 foi Borba saqueada por D. João d'Austria, filho bastardo de Filippe IV de Hespanha.

El-rei D. Manuel deu-lhe foral novo em 1 de junho de 1512.

Nasceram em Borba: o dr. André Cavallo, que foi notavel nas lettras; Diniz de Mello e Castro, que sendo soldado, chegou, pelo seu valor, a exercer o cargo de governador de provincia, commendador de differentes commendas e conde das Galveias; seu irmão Antonio de Mello e Castro, que tambem pela sua bravura chegou a ser governador de muitas praças da India; Alvaro Penteado, que fez prodigios de valor no cêrco de Diu; e Bento Pereira, celebre grammatico portuguez.

Ha diversas opiniões sobre o verdadeiro brazão d'armas de Borba. Querem uns que seja um castello e ao pé uma fonte com um barbo. Outros dizem que é um rochedo sobre agua, da qual saem dois barbos; e assim está archivado na Torre do Tombo. A opinião que achamos mais seguida é a que se conforma com a estampa que publicamos —um escudo simplesmente com dois barbos a sahir d'agua.

BRAGA

A opinião de alguns escriptores é que Braga fôra fundada pelos gallos-celtas, tambem chamados braccaros (1), sendo, porém, outros de parecer que os seus fundadores devem ter sido os turdulos andaluzes, talvez em collaboração com os mesmos gallos-celtas, que a dominaram por mais de quarente annos. D'esta versão se origina o seu nome de «Braccara», por corrupção cahido no que hoje lhe damos.

(1) Os braccaros dividiam-se em muitos povos particulares, dos quaes uns habitavam a provincia d'entre Douro e Minho, e outros ao norte do rio d'este nome, hoje pertencente á Hespanha.

«Braccaraugustanos» — habitavam a cidade de Braga e seu termo.

«Equisilicos» — povos pertencentes á chancellaria de Braga, e na provincia do Minho. Existiam em um paiz pouco distante d'esta cidade, e ainda na divisão gothica do rei Wamba vem mencionada

Parece confirmar esta versão o facto de haver sido no tempo dos romanos, que a conquistaram pelos annos 250 antes de Jesus Christo e possuiram por largo espaço, denominada «Braccara Augusta», em honra do imperador Augusto. Era n'essa epoca uma fineza dos dominadores ligarem seu nome ás cidades mais importantes.

Braga foi convento juridico ou chancellaria dos romanos, com todos os privilegios e honras de cidade do antigo Lacio, e o seu districto abrangia 24 cidades. A Lusitania foi dividida em 4 chancellarias ou relações pelo imperador Augusto, 24 annos antes de J. C. ou 14 da era cesariana.

Por occasião dos barbaros do norte invadirem e anniquillarem o imperio romano, cahiu Braga no poder dos suevos e ali tiveram côrte durante 175 annos os reis Hermenerico, Rechila, Reciario, Masdra, Franta, Frumario, Remismundo, Theodalo, Veremundo, Miro, Pharamiro, Rechila II, Reciario II, Theodomiro, Ariamiro, Eburico, e Endeca.

Morrendo Ariamiro, seu filho Eburico, que era menor, teve por tutor o rei gôdo Leovigildo. Endeca, aproveitando-se d'esta circumstancia, usurpou a corôa a Eburico e obrigou-o a professar no mosteiro de Dume. Leovigildo, a titulo de tutor e alliado de Eburico, impelliu o usurpador a deixar o throno e a tomar tambem o habito de monge no mesmo mosteiro; e pretextando que o rei legitimo não podia governar por ser frade, apossou-se do reino suevo, que assim terminou a sua existencia, e d'esta fórma se extinguiu em Braga a côrte dos monarchas suevos de Portugal e Galliza.

Passou então a cidade ao poder dos gôdos, que a dominaram por mais de tres seculos, e n'esse periodo celebraram-se ali muitos concilios. Em 715, os mouros apossaram-se d'ella; mas logo pelos annos 739, D. Affonso, o catholico, filho de D. Pedro, duque de Byscaia e Navarra, cunhado de D. Favilla e genro de D. Pelayo, que herdára a corôa gothica pela morte de seu cunhado, despedaçado por um urso em uma caçada, resgatou Braga do poder dos arabes. D. Affonso era rei de Oviedo. Seu irmão D. Frucia, que o acompanhava, tambem commetteu prodigios de valor na reconquista d'esta cidade.

Em 862, D. Affonso Magno mandou fazer em Braga algumas obras de defeza, na intenção de acobertar a cidade das invasões dos sectarios de Mafoma; porém, de pouco lhe valeram essas fortificações, porque os arabes por differentes vezes a invadiram e saquearam. O celebre Almançor, rei ou kalifa de Cordova, tomou-a á força de armas, em 985.

Quando o rei de Leão, D. Affonso III, pelos annos 904 de J. C., entrou na posse de Braga, achou-a quasi despovoada, tendo por esse motivo de lhe dar moradores.

Depois de outros accidentes guerreiros, proprios da epoca, veiu finalmente a cidade a christianisar-se, entrando no numero das povoações conquistadas aos mouros e cedidas por D. Affonso VI de Leão em dote a sua filha D. Tareja, por occasião do seu casamento com o conde D. Henrique, filho do duque de Borgonha e sobrinho de Henrique I de França.

D. Diniz construiu ali um castello, mais tarde reedificado por D. Fernando, em 1375, do qual existem ainda alguns lanços de muro e torres no campo chamado de Sant'Anna, que é a melhor praça da cidade e talvez do reino.

Todos estes factos attribuem a Braga uma existencia superior a 2:185 annos, por isso que a dominação dos gallos-celtas, chamados «braccaros» por usarem uma especie de calças curtas, soltas, a que n'esse tempo se dava o nome de «braccas» e hoje «bragas», teve logar 296 annos antes da vinda de C., segundo a melhor chronologia.

Sob o influxo da civilisação, que partindo de Roma estendeu os raios da sua brilhante luz até ás mais longiquas regiões, Braga prosperou de tal maneira que o governo dos imperadores, como já dissemos, estabeleceu n'ella uma das tres chancellarias, chamadas «conventos juridicos» e eram apenas tribunaes de justiça do fôro romano.

Suppõe-se que o edificio da chancellaria existiu no campo agora chamado de S. Sebastião. E' certo que a par da capella que deu o nome a este campo, ha a fonte da

como pertencente á diocese de Braga e freguezia de Equesis.

«Iteramicos» — povos pertencentes á chancellaria de Braga. Dizem uns que habitavam entre os rios Ave e Cavado, e outros que entre os rios Homem e Vizella; mas não ha certeza d'isso. O que é incontestavel é que «iteramico», segundo a lingua dos antigos lusitanos, significava o povo que habitava entre dois rios.

«Seurbos» — habitavam entre o rio Minho e a cidade de Braga.

E ainda outros.

mesma nominação, onde se conserva uma pedra em fórma de mesa, quadrada, contendo a inscripção seguinte:

BRACCARA
AUGUSTA
ET ANTIQUA
FIDELIS

A historia detalhada d'esta notavel cidade, a referencia a todos os monumentos archeologicos que n'ella se encontram, seria de tanta maneira profusa e longa, que nos abstemos de a fazer. Para isso recommendamos a leitura das «Memorias» de D. Jeronymo Contador de Argote, que a respeito d'esta cidade do Minho são replectas de curiosas noticias.

Uma das indicações sujeita a diversas duvidas é, porém, a de que a primitiva cidade esteve localisada junto á parochia de S. Pedro de Maximinos, o que parece confirmado pelas reliquias do poderio romano, ali encontradas.

A religião christã foi prégada n'esta parte da peninsula pelo apostolo S. Thiago, que encarregou o governo da igreja brachiana a S. Pedro de Rates, sendo d'ahi que data a primasia do dominio ecclesiastico das Hespanhas, hoje simplesmente honorifica, mas que por muitos seculos foi effetiva.

A sé de Braga é um dos templos de mais remota idade da facha do littoral da peninsula, occupada pelos lusitanos. No anno de 1100 foi esta magnifica igreja reedificada pelo conde D. Henrique e sua mulher D. Thereza ou Tareja, que tiveram predilecção especial pela cidade e secreta devoção por este templo, tanto que o elegeram para sepultura e ahi jazem ambos.

Não foram, porém, só estes os vultos salientes da aristocracia portugueza ali sepultados; sob as mesmas abobadas repousam o infante D. Affonso, filho de D. João I, e a infanta D. Isabel, esposa de Filippe, o Bom. Além d'estes, tambem a aristocracia ecclesiastica o escolheu para o eterno repouso de S. Pedro de Rates, D. Lourenço Vicente, o arcebispo patriota e lidador, morto na batalha de Aljubarrota, S. Geraldo, que baptisou o primeiro monarcha portuguez, e D. Gonçalo Pereira, avô de D. Nuno, o celebre condestavel, a quem Portugal deve tanto como ao mestre de Aviz a manutenção da sua autonomia e independencia no seculo XIV.

Em 1387, convocou côrtes em Braga e a ellas presidiu el-rei D. João I, com a assistencia do grande condestavel do reino D. Nuno Alvares Pereira. N'esse acto se obrigaram os povos a pagar dobradas cizas por um anno, para as despezas da guerra; do que se passou ao concelho do Porto o instrumento de 14 de novembro. Tambem as mesmas côrtes concederam privilegios aos moradores de Coimbra, do que faz menção a carta de 16 de fevereiro de 1429 (1391 de J. C.). Ainda ali se requereu contra a devassidão dos costumes ecclesiasticos, como consta da lei de 28 de dezembro de 1439 (1401 de J. C.).

D'estas côrtes se passou carta ao concelho de Santarem, 8 de dezembro do mesmo anno, com o theor de um artigo geral. Outra, de 15 do alludido mez e anno, ao concelho do Porto, com um artigo geral do mesmo concelho; e ainda outra, de 24 de novembro, com artigo especial para este mesmo concelho.

Entre todos os arcebispos de Braga, o mais benemerito foi D. Diogo de Sousa, pois a este prelado deve a cidade grandes melhoramentos, pela variedade de construcções que n'ella mandou fazer, com grande dispendio seu, durante os 27 annos em que governou a diocese. Entre as suas obras meritorias avultam a abertura de novas praças e ruas, a introducção d'agua dentro dos muros da cidade, a reconstrucção e edificação de fontes, o accrescentamento e melhoria das obras de defeza, a reunião de differentes marcos milliarios romanos, que collocou ordenadamente em uma praça, e outras muitas de aformoseamento e de utilidade publica.

A morte de D. Diogo de Sousa não foi só sinceramente sentida e chorada por todos os bracarenses, que o amavam como pae, mas tambem foi deplorada por el-rei D. João III e por todo o paiz, que não cumpriram com o seu sentimento mais que um dever de gratidão para com o dignissimo e virtuoso prelado, que tão valiosos serviços prestou á nação, nas importantes commissões que por differentes vezes havia desempenhado fóra d'ella.

(Continúa).

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

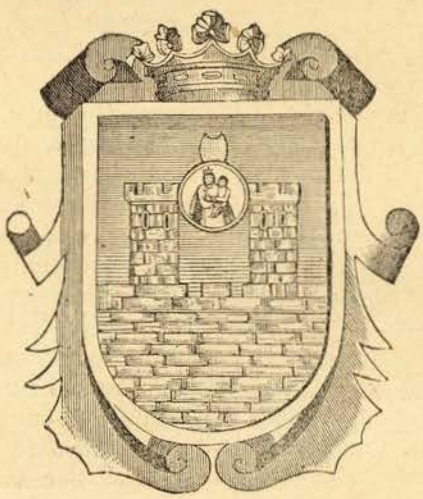
NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis. O pagamento é adiantado. | ANNO DE 1890 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 45

BRAGA

(Continuado do numero antecedente)

E' d'esse nobre sentimento, chamado gratidão, que a Historia algumas vezes nega aos seus heroes, brotou um monumento sumptuoso, erigido no centro da igreja da Misericordia velha, e onde repousam as cinzas do venerando prelado. Esse mausoleu é todo de pedra e coberto de esculpturas, descançando sobre seis leões. Guarnecem a caixa pelos quatro lados as imagens da Virgem, dos apostolos, dos evangelistas e de outros santos, em alto relêvo, mettidos em formosos nichos com primorosos lavores. Sobre a tampa está deitada a estatua do prelado em habitos pontificaes. E' maior do que o natural e de um desenho muito correcto. No friso em volta da caixa e por baixo da estatua, está a inscripção seguinte:



Brazão d'armas de Braga

«Aqui jaz D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga, filho de João Rodrigues de Vasconcellos, senhor de Figueiró e de Pedrogam, e de D. Branca da Silva, sua mulher, o qual el-rei D. João II mandou por embaixador a Alexandre papa VI, a lhe dar a sua obediencia, e el-rei D. Manuel, tendo-o feito capellão-mór da rainha D. Maria, sua mulher, o mandou dar sua obediencia ao papa Julio II, e el-rei D. João III o fez capellão-mór da rainha D. Catharina, sua mulher: o qual fez esta capella para sua sepultura. Viveu 72 annos, e falleceu a 18 dias do mez de junho de 1532.»

A capella a que allude o epitaphio é a de Jesus, na referida igreja da Misericordia velha, onde primitivamente esteve o mausoleu, sendo depois mudado, por conveniencia topographica, para o actual logar.

Outro arcebispo de Braga, D. Sebastião de Mattos Noronha, natural de Armamar e da familia dos condes d'esta villa, é notavel por ser o auctor e principal chefe de uma conspiração contra a vida de D. João IV, que deveria ser apunhalado no dia 5 de agosto de 1641, e a rainha e os filhos presos; o epilogo da tragedia seria tornar a entregar Portugal a Castella.

O monarcha, que estava informado de todo o plano dos traidores, dissimulou tudo até ao proprio dia. Então foram presos 49 conjurados, e sendo um d'elles, chamado Baeça, posto a tormentos, historiou minuciosamente a conjuração, em que haviam entrado muitos judeus, illudidos pela promessa da liberdade do seu culto.

D. João IV, que já tinha sido clemente, occultando os principaes documentos comprovativos da traição, ainda quiz perdoar aos conspiradores; mas a rainha, o conselho d'estado e os nobres do reino, oppozeram-se obstinadamente á vontade do soberano, clamando justiça severa e bem severa que ella foi, porque as cabeças do marquez de Villa Real, duque de Caminha, conde de Armamar, e D. Agostinho Manuel, rojaram ensanguentadas sobre o patibulo; os cóllos do secretario do arcebispo de Braga e mais quatro traidores serviram para demonstrar as leis da gravidade: e o arcebispo D. Sebastião de Mattos Noronha e o inquisidor geral foram estudar theologia e humanidades para um carcere. O arcebispo morreu na prisão passado pouco tempo e o inquisidor de taes artes se valeu que foi perdoado e posto em liberdade d'ahi a annos.

Ainda outro arcebispo de Braga, tambem celebre, foi D. frei Bartholomeu dos Martyres, cuja vida escreveu em estylo classico e primoroso frei Luiz de Sousa, o protogonista do immortal drama de Almeida Garrett.

A indole d'esta publicação inhibe-nos de narrar todas as peripecias da existencia d'este prelado; por isso recommendamos aos que desejem ampla descripção da vida de de D. frei Bartholomeu dos Martyres a leitura da preciosa obra de frei Luiz de Sousa. No entanto, não podemos deixar de extrahir d'ella o facto seguinte:

Tendo el-rei D. Sebastião despachado uma alçada (2) para Braga, o arcebispo D. frei Bartholomeu dos Martyres excommungou logo os officiaes regios e escreveu francamente ao rei, lembrando-lhe «que elle não tinha mais superioridade na cidade e nos mais logares da jurisdicção temporal d'aquella igreja, que o que era appellação nos casos crimes, toda a mais «soberania de mero e mixto imperio» era da sua igreja, «sem nenhum outro reconhecimento á corôa». O rei mandou logo retirar a alçada.

A diocese bracarense gosava entre outros privilegios o de ser isenta de alçadas, e os reis respeitavam tanto esse direito que D. João III, em uma jornada que fez para honrar esta cidade, quando chegou a entrar nos limites d'ella, mandou a todas as justiças que o acompanhavam cessar a execução dos seus officios, ordenando-lhes que guardassem as suas varas (insignias d'ellas) e só servissem os ministros da cidade.

Devemos ainda mencionar o nome de D. frei Aleixo de Menezes, arcebispo de Goa, cujos serviços á patria só foram imitados n'aquella região por um venerando sacerdote, gloria da igreja e honra de Portugal, ha pouco fallecido, o insigne e benemerito arcebispo primaz resignatario D. João Chrysostomo Pessoa de Amorim, que por sua erudição e talento bem mereceu o sobrenome de «bocca de ouro».

(2) Tribunal de justiça, que constava de presidente, companhia e auctoridade de ministros, os quaes, em fórma de «relação», percorriam todas as provincias com poderes reaes, como em correição ou visita geral, a desfazer aggravos, castigar insultos, tolher prepotencias e humilhar poderosos, que abusavam da sua grandeza.

As alçadas, que eram escrupulosamente formadas de varões integerrimos e severissimos, serviam de utilidade e não offendiam em nada a auctoridade dos municipios.

A igreja brachiana é tão illustre que deu successor a S. Pedro, na occupação da cadeira pontificia, na pessoa do arcebispo D. Pedro Julião, conhecido entre os papas pelo nome de João XXI, nome illustre, que a historia registra com merecidos louvores.

Em Braga tiveram berço muitos homens e senhoras notaveis por acções guerreiras, pelas lettras e pelas virtudes. Mencionaremos os seguintes:

Liberata, Quiteria, Martinha, Eufemia, Genébra, Germana, Basilissa, Victoria e Marciana, nove irmãs gemeas, virgens e martyres, filhas de Lucio Catilio ou Lucio Cayo Atilio, varão consular, natural de Braga, governador da Lusitania e Galliza, pelos romanos, e de sua mulher Calcia, ambos idolatras.

Santa Eufemia ou Engracia, virgem e martyr, filha de um senhor ou principe lusitano, a qual indo a França, para assistir ás bodas do duque de Roussillon ou para o desposar, no dia 16 de abril do anno 306 foi martyrisada em Saragoça (Aragão) com 18 companheiros de viagem, por ordem do sanguinario Daciano, pretor das Hespanhas.

Santa Matrona, filha de Remismundo, rei dos suevos, a qual foi martyrisada com 12 companheiros, no anno 545.

S. Torcato, S. Cucufate, Santa Suzana, S. Victor e S. Silvestre, martyrisados em Braga, sendo imperador o cruel Nero e governador d'esta cidade Sergio Galba.

D. Ignacia Xavier, que se tornou celebre em philosophia, mathematica, cirurgia e medicina. Morreu em 1647. Entre outras obras que publicou, encontra-se uma, intitulada— «Antiguidades de Braga».

Gabriel Pereira de Castro, distincto jurisconsulto e apreciavel poeta, lente de Coimbra, desembargador da Supplicação de Lisboa, corregedor do crime da côrte e chanceller-mór do reino. Nasceu a 7 de fevereiro de 1571 e morreu em Lisboa, a 18 de outubro de 1632. Das obras que publicou, as principaes são: o — «Tratado de Manu Regia», em que reivindica a independencia da corôa portugueza contra as ambiciosas pretensões do pontificado, valendo-lhe isso o ser condemnada a obra em Roma; e a «Ulyssea», poema epico, cujo assumpto é a fabulosa fundação de Lisboa por Ulysses, precedido de uma dedicatoria dirigida a Filippe III, a quem o offereceu.

Manuel Joaquim Coelho da Costa Vas-

concellos e Maia, distincto doutor de capello em mathematica, pela universidade de Coimbra. Foi contemporaneo do marquez de Pombal, que muito concorreu para a sua graduação n'aquella faculdade, pela reforma da universidade que foi confiada ao celebre estadista.

Francisco Bahia Teixeira, notavel jurisconsulto, elevado na universidade de Coimbra a lente de instituta, em 7 de outubro de 1637; do codigo, em 12 de maio de 1642; do digesto velho, em 28 de janeiro de 1654; e da cadeira de prima, em 31 de maio de 1658. Foi desembargador da Supplicação, dos Aggravos, e do Paço.

Ayres da Costa, conego, auctor do rarissimo «Ceremonial da missa», em gothico.

Bernardo da Fonseca Saraiva, vigario geral e excellente poeta latinista.

Fr. Mancio da Cruz, D. abbade geral benedictino e auctor do presado e raro—«Espelho de Noviços».

D. frei Thomaz do Soccorro, geral benedictino, editor ou auctor das muito raras «Constituições Benedictinas» e da pouco vulgar «Regra de S. Bento».

Xisto Figueira, oriundo de paes castelhanos, mas naturalisado portuguez, em 1489; foi tercenario da cathedral de Braga e escreveu a «Arte de rezar conforme o rito bracarense», obra rarissima.

Adriano de Paiva Faria Leite Brandão, actualmente conde de Campo Bello, o primeiro doutorando d'esta cidade na faculdade de philosophia de Coimbra; pois desde a reforma d'aquelle estabelecimento, em 1772, até 1868, nenhum filho de Braga se havia ali doutorado em philosophia. E' auctor da esmerada dissertação inaugural: «As cousas actuaes explicam as differentes epocas geologicas?»

Francisco de Caldas Pereira, celebre jurisconsulto e famoso praxista, e seu filho Luiz Pereira de Castro, distincto canonista e estadista.

Diogo de Freire, notavel latinista e hellenista.

Francisco Sanches, insigne medico e philosopho.

Pedro de Magalhães, excellente humanista.

D. frei Braz de Barros, primeiro bispo de Leiria e reformador dos conegos regrantes de Santo Agostinho.

Paulo Orosio, grande historiador.

Antonio Francisco Alcaçova, illustre canonista, desembargador da Relação ecclesiastica bracarense, idem da Supplicação, procurador da real fazenda e alcaide-mór de Ervededo. Recusou a cadeira de prima na universidade de Coimbra.

Alvaro Velho, o argonauta do descobrimento da India, auctor apreciavel, etc.

Francisco de Sá de Miranda, filho de Gonçalo Mendes de Sá, nasceu na quinta da Tapada, proximo a Braga, no dia 27 de outubro de 1494. Matrimoniou-se com D. Briolanja de Azevedo, da casa dos Azevedos, de Bayão, de quem teve dois filhos: Gonçalo Mendes de Sá, que pelejando heroicamente contra os mouros nas guerras d'Africa, ali morreu; e Jeronymo de Sá e Azevedo, d'onde procediam os Azevedos, da Tapada, etc.

Santa Marinha, a quem Santo Ovidio ministrou o primeiro sacramento, sendo terceiro arcebispo de Braga. Foi martyrisada, a 18 de julho do anno 130, em um logar chamado Aguas Santas, na Galliza.

D. João Bermudes, excellente patriarcha da Alexandria e o primeiro que houve no imperio da Ethiopia. Falleceu em Lisboa, a 30 de março de 1570.

Um periodico que se publicava em 1844 dizia que n'aquelle anno, entre umas pedras que estavam ao abandono atraz da igreja do Bom Jesus do Monte, de que adiante nos occuparemos, appareceu uma d'ellas com inscripção em soneto, e que, segundo a tradição, é historico o facto que se deu em um dos montes do Gerez. Diz assim:

Passageiro! este chão que vês diante,
Na encosta de monte desabrido,
D'um castelhano foi, que, perseguido,
Aqui se recolheu co'a terna amante.

Quebrantando por elle a fé constante
Que havia ao esposo terno promettido;
Trocou por ermo agreste e desprovido
Sua cella mimosa e abundante.

A era em que isto foi inda vae perto;
Mas da choça que aos dois prestára abrigo,
Nem sequer um calhao se aponta ao certo.

Tudo o tempo varreu, levou comsigo,
E só da tradição no livro incerto
Se encontra o caso que eu aqui te digo.

A. D. 1844.

Fóra dos muros da cidade, onde actualmente está a igreja de S. Pedro de Maximinos, era o amphitheatro em que os romanos

celebravam as festas e jogos publicos. Ainda d'elle restam vestigios.

Tambem no sitio chamado Monte das Penas se suppõe ter existido um magestoso edificio, não só pelos muitos pedaços de columnas e grandes pedras que ali se teem achado, mas tambem porque assim o dá a entender uma que tem esta inscripção:

Sodalitium. Urbanorum
D. S. F. C.

Traducção: «A companhia dos Urbanos, á sua custa mandou fazer esta obra.»

Julga-se que esta companhia seria alguma sociedade de mercadores, residentes em Braga.

O Monte das Penas, segundo a tradição, era o logar em que os romanos executavam e inflingiam castigos aos criminosos, e d'isso lhe proveiu o nome.

Em umas escavações feitas n'uma rua, em maio de 1867, appareceram algumas moedas, bocados de marmore e um bocado de ouro, tudo do tempo dos romanos. Tambem n'outras escavações a que se procedeu para calçar as ruas de Ossias e de S. João, foram encontradas varias moedas do tempo dos imperadores Trajano e Constantino.

Em todas as luctas de que o paiz tem sido theatro, Braga tomou parte mais ou menos activa, inclinando-se sempre para o lado protegido pelo clero, por isso que os habitantes são profundamente affectos aos principios religiosos e devotados aos ecclesiasticos. As mulheres bracarenses foram na antiguidade consideradas audaciosas guerreiras.

Em 22 de fevereiro de 1823 teve logar a revolução de Braga, seguida da de Villa Real de Traz-os-Montes e das duas provincias do norte, que deu em resultado a queda da constituição de 1820.

O conde do Casal e as suas tropas, no dia 20 de dezembro de 1846, praticaram ali muitas barbaridades, assassinando velhos, mulheres e crianças. Ainda actualmente, no anniversario d'este dia de tristissima recordação, se faz em Braga uma solemnidade religiosa, em commemoração das victimas de ambos os partidos.

E' uma das cidades mais industriaes do reino; occupam-se ali muitos braços no fabrico de chapeus grossos, armas, ferragens, tecidos de linho e outros. Os seus habitantes, além de laboriosos, são activos, habeis e emprehendedores. E' tambem muito commercial, rica e opulenta.

A sua situação corographica é das mais aprasiveis e formosas; collocada em terreno plano, ainda que um pouco elevado aos adjacentes, está cercada de formosissimos campos, que o rio Déste banha, fertilisa e corta. O panorama é graciosissimo; por todos os lados se avista luxuriante verdura de prados, divididos por frondosos arvoredos, que ao longe vestem e enfeitam montes erguidos em gracioso amphitheatro.

E' grande o numero de templos que, quer dentro, quer fóra da cidade, offerecem aos visitantes maravilhas do arrojo humano, ou nas bellezas da construcção, ou na riqueza das alfaias e paramentos, que em parte alguma se vêem mais sumptuosos; quasi todos foram fundados por alguns dos arcebispos que occuparam a diocese bracarense.

O brazão d'armas da cidade é um escudo corôado, tendo no meio a imagem de Nossa Senhora com o menino Jesus nos braços, collocada entre duas torres e sobre a imagem da virgem a mitra pontifical. Alguns auctores accrescentam a este brazão a seguinte legenda: «Insignia fidelis et antiquæ Bracharæ».

Dois kilometros e meio a éste de Braga, sobranceiro aos viridentes campos da uberrima provincia do Minho, similhando um throno assente em matizada alfombra, ergue-se a magestosa montanha sobre a qual assenta o maravilhoso templo do Bom Jesus do Monte.

Nada de mais magestaticamente bello se póde imaginar do que esta estancia, em que a poesia esvoaça, abrindo amplamente as azas do mysticismo. No meio de toda aquella vegetação respira-se uma atmosphera puramente religiosa, d'aquella soberana religião emanada da luminosa Biblia do Infinito. A natureza impõe-se ao sentimento, e o espirito parece engrandecer-se n'aquella extraordinaria grandeza.

Desde o primeiro degrau da larga escadaria, que conta doze da base ao portico, dir-se-hia que vamos subindo tambem nos páramos do Ideal. O murmurio das duas fontes lateraes embalam-nos as meditações n'um rythmo docemente melancolico, e lá ao fim, no espaçoso terreiro que termina as escadas, as duas pyramides de granito lembram duas sentinellas seculares, guardando piedosamente a entrada do portico.

E que maravilhoso este portico!

(Continúa).

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | ANNO DE 1890 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 46

BRAGA

(Continuado do numero antecedente)

Tem elle 7m,26 d'altura e 3m,50 de largo; a parte superior ostenta a cruz archiepiscopal, entre quatro pyramides e dois globos, que descançam sobre elegantes peanhas.

No fecho do arco está o brazão d'armas do arcebispo D. Rodrigo de Moura Telles, fundador ou reedificador do sanctuario, em 1723. O nome d'este piedoso prelado está gravado nos cunhaes. Seguindo pelo portico, encontram-se lado a lado duas capellas emparceiradas a duas fontes.

Representa uma das capellas a ceia do philosopho divino, significando a instituição da Eucharistia. A outra o horto de «Gethsemane» no Monte Olivete, apresenta Jesus orando, emquanto os discipulos se entregavam ao repouso, dormindo tranquillamente. Em cada capella estão os disticos, referindo em latim essas passagens do Novo Testamento.

Sobre o portico, e debuxados sobre a cantaria estendem-se graciosamente os mais luxuriosos plátanos e carvalhos, contemplando silenciosos os emblemas mythologicos das duas fontes, e quiçá pasmados d'aquella promiscuidade do divino e do profano! . . .

A formosa avenida vae trepando docemente, montanha acima, em linha recta, até á terceira capella, formando em seguida um «zigue-zague» até á primeira escadaria, denominada «dos cinco sentidos».

Caminha-se por ali á sombra do copado e explendoroso arvoredo, que reveste toda a montanha de um formosissimo e principesco colobio verde.

Os angulos da estrada são marcados por uma capella, ladeada de uma fonte, formando ao todo oito capellas, todas quadradas e de aboboda em vertice.

A terceira representa a traição de Judas e a prisão do Mestre. A fonte que a acompanha está dedicada a Diana, e tem esculpidas as divisas d'esta déa.

A quarta capella é a rememoração do pretorio de Pilatos, onde o admiravel instituidor do christianismo soffreu a affronta dos açoites, preso a uma columna, como se usava com os malfeitores da ultima classe. A' frente d'esta vê-se a fonte dedicada ao aguerrido Marte. Tem graça! Jesus defrontando com Marte!

A quinta capella commemora a flagellação de Jesus no pretorio. Ali o vemos de manto encarnado, cana verde na mão e coroado de espinhos. A fonte pertencente a esta, é dedicada a Mercurio. . .

A sexta capellita representa a varanda de Pilatos, no momento em que Jesus é por elle apresentado ao povo com as palavras: —«Ecce-Homo». Tem por parceira a fonte de Saturno.

Na setima vê-se o bom Jesus, caminhando para o Calvario e angustiado sob o pezo do lenho. A fonte que corresponde a esta capella é a de Jupiter.

A ultima representa a crucificação do martyr sublime.

As figuras são todas de barro cozido, e teem a altura natural. São grosseiramente trabalhadas, e os trajes que apresentam, são bastantemente caricatos. Dos pharizeus muitos estão em mau estado, porque aqui, como no Bussaco, o estupido vandalismo dos catholicos — «extra» — tem-se manifestado pela brutalidade da destruição.

Com a oitava capella termina a encantadora avenida, seguindo-se as grandes escadarias, decoradas de fontes e estatuas, que trepam ao plató do monte.

A primeira escadaria — «dos cinco sentidos» — tem vinte lanços, cada um dos quaes conta nove degraus, dez lanços, correndo de dois a dois, encontram-se no mesmo patim, e os outros dez seguindo direcção contraria, terminam cada qual em seu patamar.

Divide os dois primeiros lanços, á entrada da escadaria, uma fonte que deita a agua por cinco fendas, d'onde lhe adveio a denominação de — «Fonte das cinco chagas». Ahi estão gravados os dados, e a tunica que com elles foi jogada, e os instrumentos do supplicio de Jesus.

As cinco paredes dos lanços que estão no patamar, teem cinco fontes, ornadas de allegorias e versiculos, tudo alusivo aos cinco sentidos humanos.

Cada fonte tem metade de um corpo de homem, em relevo, saindo-lhe a agua da bocca a um, dos olhos a outro, e isto segundo o «sentido» que representa.

São estas fontes encimadas por estatuas, a cujos lados ha vasos ou urnas.

Tambem as paredes dos lanços lateraes são enfeitadas de estatuas e vasos nas extremidades. Representam as estatuas, Isaac, Isaias, Salomão, Esdras, Jonathas, José do Egypto, Sunamites abraçado a uma palmeira, Noé, o varão sabio.

A um e outro lado da escadaria ha famosos jardins, por onde se ostentam opulentas acacias, que estendem os braços magnanimos por sobre o forasteiro que ali vai em romagem da religião catholica ou da religião poetica.

Terminada esta ascenção descança-se em um pequeno espaço quadrangular, onde ha assentos, e bôa sombra convidando ao repouso. D'ali sobe-se pela escada das «Tres Virtudes», que é similhante á primeira, com a unica variante de ser mais pequena, pois só tem doze lanços, tres fontes e nove estatuas. A fonte primeira chama-se da «Fé», tem esculpida a cruz sobre o Calvario. Correspondem-lhe tres estatuas, que são: da Fé, sobre a fonte, da Docilidade e da Confissão, dos dois lados.

Denomina-se da Esperança, a segunda fonte; o symbolo é a Arca de Noé, descançando no apice da montanha. A estatua de cima é a Esperança, e as lateraes a Gloria e a Confiança.

A terceira fonte é a da Caridade; tem duas creanças segurando um coração, e por corôa uma mulher, representando a Caridade com outras duas creanças nos braços. As estatuas que ladeiam esta são as da Paz e da Benignidade.

Ha tambem n'esta escadaria jardinsitos em sucalco, dois lagos de repuxo, e portões de ferro nos patamares.

Ao cimo do terceiro lanço existem duas capellas, dedicada uma a Santa Maria Magdalena, outra a S. Pedro. Na parede d'este lanço de escadas estão entalhadas tres armas com inscripções e um brazão, encontrado em 1839, quando se fizeram as escavações para lançar os alicerces da obra actual. O brazão pertenceu a D. Jorge da Costa, e esteve na primitiva capella que no sitio houve, a qual foi mandada erigir por esse prelado. Em uma das lapidas lê-se:

«Esta: Egreja: e capella mãdou fazer: o «proto-notairo Dõ: Joã: da: Guarda: «Dayã: de: Braga: e Lameguo: do «conselho: de: Elrei: Conde Palatino: «por sua devaçã: a X6 d: do mez: de «setenbro do ano: d 1522.»

E' esta a segunda. Segue-se a terceira, onde se encontram as seguintes palavras:

«Indica a reedificação da 2.ª capella em «1522, que foi abolida no tempo de D. «Rodrigo de Moura Telles em 1725. — «Anno de 1839.»

A capella de S. Pedro, na escadaria das «Tres Virtudes», é toda de aboboda. Por cima d'ella ha um terreno bem vestido de arvores copadas. Tem o terraço de notavel um monumento granitico, assaz raro por ser todo talhado em uma só pedra. Consta de um cavalleiro montando um cavallo, representando a estatua de Longuinhos em grandes dimensões; o pedestal, que é um enorme rochedo, está quasi soterrado.

D. José de Castro Gomes do Couto mandou fazer o monumento por motivo de um voto. O cavalleiro veste de guerreiro romano, em todo o antigo rigor.

E' desde 1819 que ali se encontra o intrepido guerreiro, arrostando com as intemperies da natureza, na sua granitica indifferença.

Da escadaria das Tres Virtudes passa-se ao terreiro da Cascata. E' este bastantemente amplo, e está rodeado de assentos.

A cascata que corresponde ás fontes tem um pelicano, de cujo peito jorra o liquido que se derrama copiosamente sobre tres taças, e d'ali cae sobre um lago rente do terreno, formando bonita cascata.

Fica dentro de um arco, do cimo do qual se vê a estatua de Moysés, ferindo o rochedo para fazer brotar a agua. Nas paredes ha ornamentações de urnas e pilastras.

Quatro escadas, torneando a cascata, sobem duas ao adro do templo, formando semi-circulos, e a terceira que parte pelo lado esquerdo vae para a capella do descimento da cruz. A da direira, que é a quarta, conduz á capella da elevação da cruz, que representa o acto da arvoração do lenho, em

que o Martyr consagrado expiou a magnanimidade do seu genial pensamento.

Estas capellas, como a antecedente, são de fórma oitavada, elegantes, e communicam-se por duas graciosas avenidas, largas, direitas, de vinte metros de comprido. As portas estão voltadas para o adro do templo.

A capella do descimento rememora a scena biblica do desprendimento do corpo de Jesus, quando José de Arimathea e Nicodemos cumpriam este piedoso acto. Estão junto da cruz a mater dolorosa, a formosa Maria Magdalena, o discipulo bem amado, as tres Marias, e os quatro servos dos prophetas, segurando os aromas, as toalhas e o lençol.

Estatuas, capellas e fontes, tudo n'esta parte do sanctuario conta grande somma de inscripções historicas, preceituações religiosas, etc.

O adro da egreja é um soberbo largo de 66 metros de comprimento sobre 54 de largura. Oito estatuas, distribuidas regularmente de um e outro lado, a adornam, e duas elegantes pyramides fazem sentinella ás escadas.

As estatuas da esquerda são José de Arimathea, Nicodemos, Pilatos e o centurião. As da direita, Poncio Pilatos, o pontifice Annás, Caifás, e Herodes. Todas ellas são acompanhadas de inscripções nos pedestaes, reportando-se aos actos de cada um em relação á paixão de Christo.

D'este logar disfructa-se o mais esplendoroso ponto de vista. Tudo ali é grandioso como o pensamento divino! No meio do arvoredo gigantico, grupo maravilhoso de silenciosos adoradores do eterno Ignoto, levanta-se o templo do Martyr, com uma imponencia mysticamente sublime. O espirito sente-se fundamente impressionado em face dos esplendores que nos fallam em linguagem ideal, approximando as frivolidades da vida dos extraordinarios mysterios da alma universal. E' então que nós, miserrimas particulas da materia, fluctuando á mercê dos multiplos temporaes da existencia, sentimos em nossa alma a revelação de dois principios que semelham o paradoxo eterno — O nosso NADA e o nosso TUDO!

O templo do Bom Jesus do Monte, que, com o seu cortejo de capellas, fórma o primeiro sanctuario do nósso paiz, foi obra de D. Martinho da Costa, irmão do celebre cardeal de Alpedrinha, D. Jorge da Costa. Era aquelle prelado arcebispo de Braga, quando em 1494 mandou edificar no alto do «monte Espinho» uma capella com a invocação de Santa Cruz.

De principio desenvolveu-se uma corrente de peregrinação á capella, onde no dia 3 de maio de cada anno se celebrava festivamente a sua invocação, com a devota piedade dos povos, em seculos transactos. Depois do fallecimento do fundador cahiu pouco a pouco o culto da capellita em indifferença, derivando-se a outros pontos a corrente do enthusiasmo mystico. A difficil ascenção e o desabrido do sitio tiveram, talvez, parte n'este resfriamento de devoção, cujo fervor não supportou impavido a prova a que a temperatura do monte o sujeitou. Fosse como fosse vinte e oito annos depois de fundada a capella de Santa Cruz estava ao abandono e arruinada, e o deão da sé de Braga, D. João da Guarda, mandou-a reedificar á sua custa, como consta da lapida que está mettida na parede da escadaria das Virtudes, e á qual já acima nos referimos. Apesar da boa vontade d'este dignitario canonico, o culto ainda d'esta vez não triumphou da indifferença publica.

Durante a vida de D. João da Guarda houve um tal ou qual movimento de romeiros, sem duvida animados uns pelo zelo do devoto deão, outros levados por considerações de conveniencias. No entanto, com a morte do reedificador voltou a arruinar-se a capella.

Cem annos depois era tudo reduzido ao esquecimento.

Em 1627 volveram-se novamente os olhos da crença para as ruinas da capella de Santa Cruz. Um grupo de crentes tomou então a peito a tarefa da revivencia do culto n'aquella montanha, e obtidas esmolas e adhesões, dispozeram-se de alma e coração a realisar o seu intento.

A capella foi ampliada, ornamentada e uma confraria se instituiu para a conservação do templo e do seu culto. Data d'essa epoca a mutação do nome de Santa Cruz no de Bom Jesus do Monte. Egualmente foi transformado o nome da montanha, que primittivamente se chamava do Espinho, foi depois de Santa Cruz, e por fim — Monte do Bom Jesus.

Galhardamente se desempenhou a confraria da missão que se havia proposto, fazendo edificar uma casa junto da ermida, para alojamento de irmãos e peregrinos, e na encosta do monte varias capellas, e a

oeste do monte uma escadaria que facilitava a subida. Fez varias plantações de arvoredos, embellezamentos, paredes de buxo, e nomeou um eremita para velar sobre a conservação do novo sanctuario.

Mais vastos planos tinha a confraria, porém, a exiguidade de recursos de que dispunha, não lhe permittiu realisal-os por inteiro.

Em breve tempo estava tudo transformado. O deserto tornára-se em um aprazivel lugar arborisado, polvilhado de casinhas brancas, capellinhas, e poeticamente embalado pelos murmurios das fontes, e alegrado pelo matiz das flôres.

Foi então que, os herdeiros do deão D. João da Guarda, os mesmos que haviam deixado arruinar completamente a capella reedificada pelo devoto varão, se lembraram de proclamar-se com direitos á administração do sanctuario que tão livremente haviam despresado. Enamorava-os provavelmente o peculio que as esmolas dos devotos asseguravam ao Bom Jesus.

A confraria, conhecendo as baixas intenções dos herdeiros do deão, allegou em sua justiça, que a ermida estava abandonada, e como tal a encontraram, sem que sobre ella se levantasse qualquer reclamação legal. Além d'isto as edificações disseminadas pelo monte eram unica e exclusivamente devidas ao zelo e boa vontade da confraria, e como consequencia de sua propriedade.

O novo deão não deu ouvidos á justiça dos irmãos e moveu-lhes demanda, fundando-se em que de direito lhe pertencia a apresentação, como abbade que era da freguezia de Santa Eulalia de Tenões, annexa á dignidade de deão da sé de Braga, em cujo districto ficava o sanctuario.

Depois de varias chicanas da magistratura, a confraria reconheceu que não podia sustentar o pleito, porque o deão dispunha de avultada fortuna e a ella escasseavam os meios, e portanto resolveu entregar o sanctuario ao demandista Francisco Pereira da Silva.

D'ali por diante volveu á decadencia a formosissima estancia. O deão cuidando mais de embolsar as dádivas dos fieis, do que do asseio e boa conservação do sanctuario, foi deixando á vontade que a acção do tempo e a incuria propria fossem destruindo a obra piedosa da benemerita confraria.

Por sua parte os devotos retrahiram-se. A indigna conducta do proprietario affastava as pessoas de consciencia honesta. De tudo isto resultou em breve a terceira decadencia do templo.

Em 1720 quasi estava abandonado o culto do Monte do Bom Jesus. Foi então que o desembargador, juiz dos residuos e capellas, compungido pelo estado em que via o sanctuario, se propoz a fazel-o volver ao estado prospero que disfructava durante a honesta administração da confraria. Convocou esta a uma reunião, fez eleger nova mesa constituida de membros bem conceituados na opinião publica, e feito isto moveu-se demanda ao deão. Este pleito durava já dois annos, e prolongar-se-hia indefinidamente, se o arcebispo, D. Rodrigo de Moura Telles lhe não pozesse termo de um modo que ninguem previa. Foi por meio de uma provisão, datada de 7 de junho de 1722, que este prelado ordenou que lhe fosse devolvida a mesa da confraria, nomeando-se juiz da mesma, instituindo mesarios alguns conegos e outras pessoas idoneas que habitavam a cidade de Braga. Com tão justa intervenção poz-se termo á demanda, assignando-se em seguida uma escriptura publica, na qual se proclamava a desistencia do deão e seus herdeiros, sobre qualquer direito referente ao sanctuario e suas dependencias, ficando apenas validado um fôro de duas gallinhas, pago ao deão, e 300 réis annuaes ao vigario de Tenões. Poz ainda o deão, como clausula, que lhe fosse reconhecido o direito de escolher o eremita, entre tres nomes apresentados pela mesa. Defferida esta proposta, e confirmada pelo papa, em setembro de 1724, parece que devia ficar satisfeito o orgulho do deão.

Não obstante as pretensões sobre direitos ao sanctuario não ficaram de vez resolvidas, porque em 1759 o abbade de Tenões, arrogando-se não sabemos que direitos parochiaes, quiz que se lhe reconhecesse como válido o privilegio da escolha dos acolytos e dos capellães do Bom Jesus, com a superitendencia das missas que ali fossem celebradas.

Este novo pleito correu seus termos na respectiva legacia, sendo a sentença dada a favor da confraria, como unica padroeira legal do sanctuario.

(*Conclue no proximo numero*).

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | ANNO DE 1890 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 47

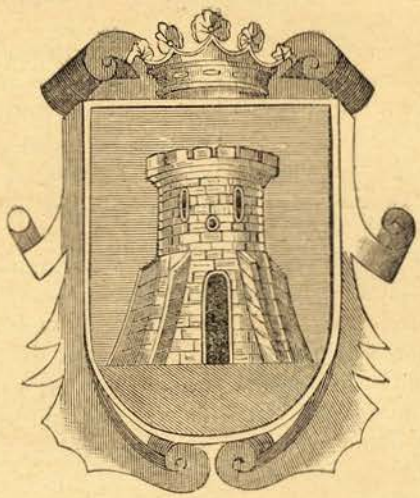
BRAGA

(Concluido do numero antecedente)

Em 1722 o presidente-arcebispo determinou que seria elle o principal protector d'aquelle templo, e assumindo o cargo de juiz, deu começo a grandes melhoramentos locaes. A capella foi demolida, edificando-se em seu lugar um vasto edificio de fórma circular, corôada de balaustrada, com varias figuras de anjos acompanhando os instrumentos do martyrio de Jesus.

Esta igreja foi demolida quando se construiu a que hoje ali existe.

As capellas que estavam na montanha em estado de ruina foram tambem mandadas reedificar pelo arcebispo, communicando-se reciprocamente por vias amplas, suavemente declinadas, e com arvores. Comprou terrenos para arredondar a cêrca, e fel-a rodear de muros, e mandou construir o portico que dá entrada á avenida que conduz ao templo.



Brazão d'armas de Bragança

Além d'estas obras fez tambem abrir uma bôa estrada para o sanctuario, que até ali só tinha uma vereda bastante estreita e tortuosa.

Falleceu este digno prelado, em 1728. A confraria, porém, proseguiu nas obras com grande fervor, continuando assim o pensamento do bondoso D. Rodrigo.

Muitas esmolas accudiam agora espontaneamente ao costeio das despezas, e o proprio arcebispo fallecido deixára um legado de dois contos de réis para tal fim.

De 1745 a 1780 um administrador da confraria, por nome Manuel Rebello da Costa, prestou revelantissimos serviços á construcção do sanctuario, já pela energia e zelo do seu concurso moral, já por meio das avultadas quantias com que concorreu para as obras.

O nome do prestimoso varão acha-se inscripto em uma lapide, junto da fonte de S. Marcos, no Terreiro dos Evangelistas.

Ao benemerito D. Rodrigo succedeu D. Gaspar de Bragança, filho legitimado de el-rei D. João V. Não menos fervoroso devoto do Bom Jesus, grande foi a sua devoção pelo sanctuario, ao qual muitos e assignalados serviços prestou. Obras importantes fez ali, tornando-se a mais notavel o sumptuoso templo que hoje admiramos.

D. Gaspar morreu em 1789, não chegando a vêr terminado o religioso edificio a que déra tanta dedicação, e cuja construcção fôra começada em 1784.

A devoção do Bom Jesus ampliou-se em breve a toda a provincia do Minho, e logo em seguida a todo o paiz.

A devoção do Bom Jesus tem uns toques de poesia que enamora as almas artisticas. Ali, onde tudo é imponente, não ha logar para o mediocre. Cada arvore parece ter segredos a communicar-nos, cada fonte tem lendas sagradas a repetir-nos, cada estrella tem os scintillantes reverberos dos olhos dos entes bem amados que a morte nos arrebatou crudelissimamente.

No Bom Jesus do Monte só podem respirar amplamente os espiritos sedentos de ideaes. Os pequenos, os ignaros, os fanaticos olham, mas não vêem. Não sentem que ali esvoaça o espirito do «bom Jesus», chamando á sua grande alma as almas farpeadas pela dôr, ou arrefecidas no desalento. E' ali, no seio da magnanima consciencia universal, que o pensamento confrangido na viuvez da felicidade, comprehende perfeitamente as palavras:

«Bemaventurados os que choram, porque elles serão consolados!»

Durante a invasão das tropas napoleonicas o sanctuario foi vandalisado, como tantos outros monumentos publicos. No entanto a confraria mandou reparar os estragos das diversas capellas e hospedarias, volvendo tudo ao estado de boa ordem em que a digna corporação o sustentava.

A administração está a cargo d'uma junta de deputados e da mesa.

Compõe-se a junta de 17 membros, 13 para a mesa e 4 irmãos eleitos, dos que fizeram parte da mesa anterior, a qual é eleita cada anno pela junta da confraria.

Os mesarios teem os titulos e cargos seguintes: Juiz da confraria, cartorario, secretario, ministro do culto divino, védor da fazenda, védor das obras, thesoureiro dos legados, thesoureiro da confraria, zelador das estampas e das medidas do corpo e do braço da imagem do Bom Jesus, procurador da confraria, zelador das esmolas, mordomo das capellas, e mordomo do templo.

Para que não falte nenhuma nota poetica ao formoso monte do Bom Jesus foi tambem juntar-se-lhe um poema de amoroso infortunio.

Por detraz do templo está uma grande pedra com um soneto gravado, o qual já publicámos na pagina n.º 179. O auctor d'esta perola litteraria foi D. Francisco Jeronymo da Silva, distincto homem de lettras e membro da advocacia portugueza.

Celebra este soneto os amores de um hespanhol, que loucamente enamorado de uma freira, com ella fugiu do paiz visinho, e na serra do Gerez viu finar-se a dama dos seus pensamentos, victimada pelo excessivo frio e innumeras privações. A saudade, o desespero e a dôr breve o prostraram igualmente no seio da morte. Passou-se este drama de amor pelo anno de 1820. O soneto foi composto em 1844, destinando-o o seu illustre auctor ao logar onde succumbiram essas victimas das estultas convenções sociaes. Como, porém, o peso da lapide impossibilitasse a sua transferencia para o Gerez, ali ficou, sob a amantissima protecção do Bom Jesus, a recordação dos dois desditosos que elle decerto acolheu em seu poetico coração!

Repetimos: O Bom Jesus do Monte é uma estancia divinamente bella e magestaticamente graciosa.

O sublime é ali gémeo do amoravel, e só os corações endurecidos no trivialismo social ficam mudos no meio d'aquella orchestra suprema, em que as fontes, as brisas, as aves, as flores, se unificam nos canticos da magnanima religião da poesia universal.

A amenidade da estancia, o seu aformoseamento sempre progressivo, abençoado pela misericordiosa cooperação da natureza, formam do monte do Bom Jesus um delicioso asylo para os que sentem e comprehendem mais do que o utilitarismo animal.

Todos os que soffrem, todos os que viram derrocar-se o templo crystallino das illusões e das esperanças fallazes da vida, elevem-se em corpo e alma ao grande monumento onde paira o espirito do doce amigo da humanidade, e ali saberão que muitas vezes ha lagrimas que são balsamo, suspiros que são echos de redempção, saudades que se transformam em poemas de lyrios!

Freguezias do concelho dignas de menção

Avelleda ou **Velleda**.—Deve esta freguezia o seu nome ao facto dos gallos-celtas trazerem para ali o seu culto, os seus druidas ou sacerdotes e as suas velledas ou donzellas formosissimas, que faziam voto de castidade por certo numero de annos: isto quando aquelle povo invadiu a Lusitania.

Essas virgens, quasi sempre filhas dos druidas, pronunciavam os oraculos e eram muito respeitadas. A que dentro do tempo do seu voto deixava de ser donzella, caso pouco vulgar, era irremediavelmente sacrificada a Endovelico, o deus do culto. Terminado o praso do seu voto a velleda podia casar, não perdendo por isso o nome e o direito ás honras, ainda que deixava de ser sacerdotisa.

Cunha.—Os primeiros donatarios d'esta povoação foram os Cunhas. El-rei D. Diniz, em 8 de setembro de 1285, tirou a seu padrinho D. Gomes Lourenço da Cunha, esta abbadia. Em 1286, mandou-o condemnar e executar n'elle as penas em que incorrera, por não ter cumprido um despacho que D. Affonso III, pae d'aquelle monarcha, havia dado a favor das freiras de Sant'Anna de Coimbra.

D. Gomes tinha causado ás freiras certos prejuizos e aggravos, de que ellas se queixaram ao rei, o qual, sem attender a ser o criminoso seu padrinho e homem poderoso d'aquelles tempos, o mandou castigar como

se fosse qualquer vassallo. Desde então passou a abbadia a ser do real padroado.

E'ste.—N'esta freguezia, principalmente na aldeia de Carvalho d'Este, a leal legião lusitana, artilheria 4, alguns milicianos e povo mal armado, sustentaram nos dias 18, 19 e 20 de março de 1809, renhidos combates contra as hordas de Soult, fazendo-lhe muitos mortos e feridos. Por fim, os portuguezes, supplantados pelo numero de inimigos, tiveram de retirar, seguindo-se no terceiro dia a tomada de Braga.

BRAGANÇA

Dista 498 kilometros de Lisboa, porém a distancia a percorrer da capital do paiz até áquella cidade é de 583 kilometros, sendo 333 na via ferrea entre Lisboa e Porto, e 250 desde a segunda cidade do reino até Bragança.

Está situada n'uma planicie ligeiramente ondulada ao N. do estreito, mas no inverno impetuoso rio Fervença, o qual separa da cidade uma pequena parte d'ella denominada Além do Rio. Ha tres pontes no Fervença, duas de alvenaria, outra de madeira. O rio Sabor, affluente do Douro, corre a léste da cidade, á distancia de 2 kilometros.

A tradição diz ter sido edificada a antiga «Brigantio», cujas ruinas, perto da actual cidade, já não existem, como erradamente se affirma, por Brigo, quarto rei de Hespanha, cêrca de 1906 annos antes da era christã. E' essa a origem do nome «Brigancia». No tempo dos romanos foi povoação consideravel; Julio Cesar a havia reedificado e a fez municipio do antigo direito latino. Augusto Cesar, seu sobrinho, deu-lhe o nome de «Juliobriga», em homenagem ao notavel conquistador.

Depois, quando aquelle territorio pertenceu aos reis gôdos de Leão, estes restituiram á cidade o seu antigo nome, e teve ella seus condes e feudatarios, pessoas das principaes familias das Hespanhas, que só acceitavam os governos de cidades grandes e de consideração.

Pelos annos de 825, D. Affonso III de Leão fez conde de Bragança o famosissimo e esforçado guerreiro D. Pelayo, apaixonado amante de Florinda, filha do conde D. Julião.

Com as continuas guerras dos christãos contra os arabes, estes tomaram a cidade e saquearam-n'a muitas vezes, até que no anno 1030, D. Fernão Mendes, cunhado de D. Affonso Henriques e grande senhor de Traz-os-Montes, achando-a destruida e despovoada, e não gostando do sitio em que estava edificada, principiou a sua fundação no actual logar.

Chamava-se Bemquerença a aldeia que existia no local da moderna cidade de Bragança, e foi Bemquerença o primeiro nome da nova villa, á qual depois se deu a nominação da destruida cidade de Bragança. A aldeia era do mosteiro de Castro de Avellans, e o rei deu por ella, em troca, as villas de Pinêllo e Santulhão, para o assento da nova villa e seu termo, pois que a aldeia e todo o territorio circumvisinho pertenciam ao referido mosteiro. No tempo dos gôdos e até ao seu completo abandono a primitiva Bragança era tambem do senhorio do mosteiro de Castro de Avellans, que já existia em 667.

Ainda os mouros destruiram a nova cidade, pelo que D. Sancho I a reedificou e mandou povoar novamente em 1185 ou 87, dando-lhe grandes fóros e privilegios, no intuito de attrahir para ali habitantes. Desde então ficou sendo pertença da corôa.

El-rei D. Fernando doôu-a a João Affonso Pimentel, quando este se matrimoniou com uma irmã da rainha D. Leonor, e por morte d'aquelle monarcha e como Pimentel houvesse tomado o partido de Castella contra Portugal, D. João I annullou-lhe esse privilegio, mas os castelhanos deram-lhe em recompensa o condado de Benavente.

Passando novamente á corôa, foi cedida a D. Fernando, filho bastardo do infante D. João e neto de D. Pedro I. Como não houvesse successor do filho do novo donatario, o infante D. Pedro, regente na menoridade de D. Affonso V, doôu-a em 1442 com o titulo de ducado a seu irmão D. Affonso, filho natural de D. João I e de D. Ignez Pires, o qual veiu a ser o primeiro duque de Bragança, mantendo-se desde então a cidade no morgado da actual casa reinante de Portugal.

A pouca distancia de Bragança houve uma grande povoação chamada «Bragadinha», cujos moradores levados de um reciproco e implacavel odio, com inaudito furor se mataram em um só dia, ficando apenas alguma mulher que se poude esconder, como consta das inquirições de D. Affonso III.

El-rei D. Diniz, achando-se em Thomar, a 9 de dezembro de 1286, se propoz á restauração d'este povo, supprimindo-lhe o antigo nome e dando-lhe de novo o de Villafranca no foral que lhe fez passar, e no qual determina: «que todo o homem, ou mulher, que for maninho (esteril ou infecundo) possa vender o seu á sua morte, a quem muito quizer».

A' vista das isenções de seus visinhos clamavam os povos de Bragança contra as extorsões do mosteiro de Castro de Avellans, que lhes haviam imposto o infame e absurdo direito chamado «Maninhadêgo» e que consistia em herdar o mosteiro a terça parte de todos os bens dos que sendo casados, chegavam a morrer sem filhos, posto que d'antes os tivessem, se ao tempo da morte dos paes eram fallecidos. E isto expressamente contra o foral de Bragança, de 1187, que diz, segundo a traducção de 1281: — «Damos a vós, e outorgamos por Foro: que todo o morador da Cibidade de Bregança, qui ffillos ouver, nom seia maneiro: quer seia o ffillo morto, quer vivo... E os que molleres nom ouverem, nom seiam maneiros... Creligos da Cibidade de Bregança nom seiam maneiros.»

Por carta do duque D. Affonso, datada de 1452, foi extirpado este abuso indigno que o mosteiro de Castro de Avellans havia posto em execução, por ser contra a Ordenação do Reino e toda a boa razão, que ordenava ficassem as duas partes aos filhos do defunto e do terço dispozesse livremente a beneficio de sua alma. Igualmente ordenou que não fossem «evitados» (1) nem penhorados os que o abbade de Castro de Avellans, como vigario geral do arcebispo, excommungasse por esta causa e que o mosteiro e seus officiaes não tomassem as cousas e mantimentos, mas sim as pagassem por seus dinheiros á vontade de seus donos, sob graves penas; porque os frades, sobre todos os escandalos, tambem praticavam o de tirarem aos lavradores, gados, fructas, pastos, etc., e pagarem-lh'os, se lh'os pagavam, pelo preço que muito bem queriam!

Apesar, porém, da terminante carta do duque, os frades, armados com a arma terrivel, n'aquelles tempos, da excommunhão, continuaram a receber os «Maninhadêgos», sem respeito pelas leis do reino e pelas ordens do duque de Bragança, até que el-rei D. João III, embora muito religioso, viu-se na necessidade de se queixar ao papa Paulo III, que supprimiu o mosteiro de Castro de Avellans por bulla de 1545, sendo as suas rendas encorporadas na mesa capitular de Miranda, estabelecida em Bragança.

Os frades fugiram antes de lhes ser lida a sentença da curia romana, e não esperaram para serem expulsos. Alguns d'elles mandaram queixar-se amargamente ao papa, mas obtiveram como resposta o despreso de que eram dignos.

Os foraes que a historica cidade houve de differentes monarchas, são: em 1187, por D. Sancho I; em 1219, por D. Affonso II; em 1253, por D. Affonso III; e em 1514, por D. Manuel.

No que lhe foi dado por D. Sancho I, se diz: «Servos, e homiziaes, e adulterios, que á vossa villa vierem morar, sejam livres, e engeos.»

De uma carta de D. Affonso III, original em portuguez, datada de 1278, e que se guarda entre os documentos de Bragança, se manifesta que os judeus d'esta cidade commettiam grandes usuras e enganos nos contractos, que faziam com os moradores d'ella e seu termo. Depois, em 1368, D. Affonso IV confirmou a convenção que os de Bragança tinham feito com os judeus, para que elles não podessem levar mais que o terço nos «contrautos husureiros». E isto porque assim «o julgaram utilidade grande da terra».

El-rei D. João julgou, por sentença de 1433, que os que morassem dentro dos muros de Bragança não eram obrigados a pagar «Sacadas» (2:000 maravidis antigos, que constam dos foraes dados ás aldeias do seu termo), pois só eram impostas aos que morassem nas aldeias.

D. Manuel, pelo novo foral de 1514, declara que estes maravidis antigos eram de 27 soldos cada um, e que fazem ao todo 97$200 réis da moeda corrente de 6 ceitis o real.

(*Conclue no proximo numero*).

(1) EVITADOS.—Aquelles a quem era imposta a pena de excommunhão ficavam «ipso facto» incommunicaveis com o resto dos christãos, que incorriam na mesma pena se fallassem com elles; por isso «evitavam» fallar-lhes, e era a este estado de incommunicabilidade que se chamava «evitados».

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

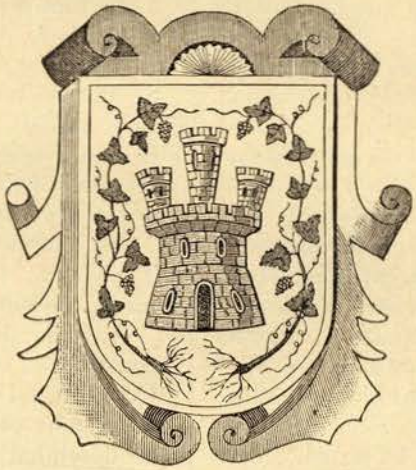
1.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | ANNO DE 1890 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 48

BRAGANÇA

(Concluido do numero antecedente)

Estes maravidis, pois, ou «Sacadas», se cobravam em duas pagas e se lançavam tanto ao rico como ao pobre das ditas aldeias, não sendo isentos senão os que não tivessem fazenda que valesse 1$000 réis, não entrando n'esta conta a casa em que moravam e a roupa do vestuario e da cama. Não eram, porém, escusos os que morando na cidade ou seu arrabalde ou fóra da terra de Bragança, tivessem nas suas aldeias bens de raiz, que valessem 1$000 réis. D'estas «Sacadas» eram isentos todos os logares, aldeias, casaes, e herdades das igrejas ou mosteiros, e todos os reguengos e terras reguengueiras, que pagassem fôro á corôa.

No anno de 1451 foram isentos da pena chamada «Indicias», a qual consistia em uma multa que pagavam aquelles que feriam, matavam, ou maltratavam ou injuriavam alguma pessoa, os escudeiros de Bragança que tivessem armas e cavallo, e morassem dentro da villa ou do seu arrabalde, «salvo», diz o documento, «se fizesrem as tais Indizias scitosamente, e naquelles casos, nos quaes a Igreja lhes nom valeria».



Brazão d'armas de Cabeço de Vide

El-rei D. Manuel, no foral de Bragança de 1514, chama ás «Indicias», «Maçaduras e Sangue», e declara que se não devem levar d'ali por diante n'aquella terra.

Tambem os seus moradores gosavam a isenção da pena chamada «Picota», que consistia em um pelourinho, com suas cadeias e argolas, onde os criminosos eram expostos á vergonha. Era a «Picota» signal de jurisdicção. No «Cod. Alf.», liv. I, tit. 28, se diz: «As paateiras, e candieiras, carniceiros, regateiras, etc.», que defraudarem o peso, pela terceira vez, que forem culpados nos seus officios, devem ser postos na «Picota».

Teve ainda Bragança e seu termo grandes privilegios de «couto» de homisiados, pelo que ali se acoutavam muitos e celebres facinoras. D. João I aboliu-lhe esta prerogativa.

E' tradição em Bragança, que se ha transmittido fielmente até nossos dias, que em uma das igrejas da cidade se realisou, no dia 1 de janeiro de 1304, o clandestino casamento do infante D. Pedro com aquella que depois de morta foi rainha.

Sobranceiro á cidade, na parte d'esta chamada a Villa, campeia o castello, de fórma quadrangular, exteriormente muito bem conservado, cujas faces são orientadas pelos quatro pontos cardeaes. As do sul e léste teem lindas e elegantes janellas ogivaes, que por certo são posteriores á data da edificação do mesmo castello.

E' este bastantemente alto e ainda coroado das suas ameias, e ostenta nos angulos vigias de granito. Mede uns trinta e tantos metros desde a linha de terra. No terreno em que elle se ergue ha um acervo de ruinas informes, e acima d'ellas se eleva a torre chamada da Princeza, umas paredes desamparadas, sem estylo algum, restos da casa de Bragança, onde, no pavimento terreo, se fez ha annos uma latrina (!). No terreiro contiguo ao castello existe um pelourinho, que offerece a curiosidade de ser composto de uma porca sustentando uma columna, ambas de granito. Appellidam aquelle singular monumento, certamente antiquissimo, Porca da Villa.

A pouca distancia corre um cinto de muralhas, no ambito das quaes se agglomeram pequenas, feias, arruinadas e negras as casas da villa, com uns torreões de espaço a espaço. Foram ellas, em parte, demolidas no anno de 1762 pelas tropas commandadas pelo marquez de Sarria, quando este invadiu Portugal, em consequencia de ter resolvido o nosso governo conservar-se neutral na guerra que rebentára entre Hespanha e Inglaterra. O marquez penetrou em Traz-os-Montes e tomou Miranda, cujo castello e grandes pannos de muralha voaram pelos ares, em resultado de explosão, Bragança e Chaves. Sabe-se que organisado o exercito portuguez pelo conde de Lippe, os hespanhoes bem depressa foram expulsos do nosso territorio. Em 10 de fevereiro de 1763 fez-se a paz, restituindo-nos a Hespanha o que nos havia tirado e recuperando Portugal a colonia do Sacramento.

Junto ao castello está o quartel de caçadores 3, que é defeituoso e acanhado, apesar de alguns melhoramentos que ha annos n'elle se effectuaram.

A pequena distancia demora a igreja parochial de Santa Maria, a qual é ornada na porta principal por duas excellentes columnas salomonicas de granito. A pintura do tecto tem algum merito. Ao lado d'este templo existe um edificio muito exiguo, mas digno de intelligente attenção, chamado a casa da camara. E' uma casa extremamente baixa, de cantaria, com uma serie de janellas de sacada em arco, as quaes se acham tapadas de pedra e cal! Seguramente é edificação do principio da monarchia, ou a ella anterior, porquanto o facto de ter sido povoada a actual cidade por D. Sancho, em 1187, não infirma a supposição de visitantes illustrados, que attribuem a construcção d'aquelle edificio a uma epoca remotissima.

Ao poente da cidade está aquartellado o regimento de cavallaria 7, n'um antigo forte assente n'uma elevação e tambem desmantelado pelos hespanhoes em 1762. Este e o castello são dominados por uns empinados montes convisinhos.

Tem mais a cidade: o convento de Santa Clara, vasto edificio sem valor artistico; o convento de S. Francisco, occupado por um hospital militar, casa espaçosa e em bom estado de conservação; o convento de S. Bento, servindo de asylo a raparigas, chamado Asylo Duque de Bragança. Não mencionamos o paço episcopal, o edificio do governo civil, o da alfandega, o seminario, e junto á Sé o do lyceu, o theatro, porque não teem importancia alguma historica e artistica.

Possuiu Bragança outr'ora manufacturas, immensamente afamadas, de velludo e de seda. Chegou a ter milhares de teares d'este producto. Presentemente é pequenissima a quantidade de seda ali fiada. Já se não fabrica velludo.

Não obstante ser muito decadente o commercio da cidade e a sua industria quasi nulla, a sua alfandega de porto secco é a mais importante das da mesma especie em todo o reino.

A transmontana cidade, a mais apartada do coração do paiz, o «calcanhar» de Portugal, ufana-se, com sobeja rasão, de ter sido a primeira povoação que levantou o grito de liberdade e independencia contra os francezes, no dia 11 de junho de 1808.

O seu brazão d'armas é um castello de prata em campo azul sobre um prado verde e por timbre de escudo a corôa ducal. Assim se encontra na Torre do Tombo.

Em Bragança tiveram berço: S. João e S. Paulo, irmãos, nascidos no seculo IV. Indo ambos para Roma com seu parente Galiano, que era da côrte de Constantino Magno, ali foram martyrisados em 354, por ordem do imperador Juliano, apostata.

Os santos Domicio, Pelagia, Aquila, e Theodosia, tambem martyrisados a 23 de março do anno 300, imperando Diocleciano.

Antonio de Paiva e Pona, celebre jurisconsulto e escriptor. Apenas formado em Coimbra, foi nomeado procurador de Miranda, depois corregedor de Evora, e finalmente desembargador do paço. Deixou varias obras sobre jurisprudencia.

José de Barros de Moraes Pona, filho do antecedente. Foi mestre de equitação de el-rei D. José, monteiro-mór de Villa Real e cavalleiro professo da ordem de Christo. Era formado em direito pela universidade de Coimbra e escreveu a «Arte real de cavallaria».

Bragança foi elevada á cathegoria de cidade por alvará de el-rei D. Affonso V, dado em Ceuta a 20 de fevereiro de 1464, a instancias de D. Fernando, segundo duque de Bragança, e n'esse documento lhe foram concedidos todos os privilegios e liberdades que gosavam as mais cidades do reino.

Os duques de Bragança procedem de el-rei D. João I e de sua amante Ignez Peres,

commendadeira de Santos, filha de Pero Esteves, alcunhado «o Barbadão».

Conta-se que, desde que sua filha se entregou ao rei, sentiu tanto essa vergonha que muitos teriam por grande honra, que nunca mais fez a barba, em signal de luto, de onde lhe proveiu a alcunha de Barbadão. Conta-se mais que procurou por muito tempo matar o rei, esperando-o em sitios escusos com a sua besta, e que effectivamente o encontrou um dia, mas que o desarmou a coragem do soberano e a franqueza com que reconheceu a sua culpa e mostrou respeitar o pundonor do pae offendido.

Os Braganças estimaram sempre muito esta honrosa tradição da sua familia, e d'ella se orgulharam, julgando absolvida a fraqueza da filha pela honradez do pae.

Deu esta tradição origem a varios romances e dramas, entre os quaes avulta a «Herança do Barbadão», drama do sr. Antonio Pereira da Cunha.

Pero Esteves era natural de Veiros, segundo dizem uns, ou de Portel, segundo outros affirmam.

Por se tornar extensa abstemo-nos de fazer a nomenclatura de todos os duques de Bragança e bem assim a descripção das acções guerreiras em que alguns d'elles tomaram parte distincta e os relevantissimos serviços prestados ao paiz, tornando-se por isso credores dos applausos da historia.

A cidade é fertil em cereaes, principalmente centeio e magnifico trigo, de que se fabrica pão mui saboroso; tem pastagens naturaes, chamadas «lameiros» e abunda em gados. São magnificas as aguas. Produz grande quantidade de castanhas, batatas e legumes; o seu vinho, se fôra melhor fabricado, seria um dos bons vinhos de pasto em Portugal.

A temperatura ali é no inverno muito baixa, devido á proximidade da alterosa serra hespanhola de Senabria, 5 leguas ao norte de Bragança, e quasi todo o anno coberta de neve, á de Montezinho, de 1:596 metros de altitude, a duas leguas da cidade; a ter esta uma altitude bastantemente grande, 684 metros, e a ser uma terra sertaneja e como tal não participante do benefico influxo do clima agradavelmente egualisador do Oceano, e por esta rasão tambem é Bragança extremamente quente no verão. O outono é ali mui ameno.

Freguezias do concelho dignas de menção

Castro de Avellans. — A antiga capella-mór da igreja do mosteiro é que é hoje a matriz da freguezia. N'ella, em um tumulo de cantaria, repousam os restos mortaes do conde D. Arias Annes, que falleceu na era de 1300 ou 1262 de J. C.

No altar-mór da igreja parochial, do lado da epistola, existe uma inscripção, já muito carcomida pelo tempo, a qual Viterbo e outros archeologos dizem ser do theor seguinte:

Deo
Averno . · .
ordo
zoelar.
ex voto.

Em portuguez: — «Ao deus do Averno, a ordem dos zoelas dedica.»

Por esta inscripção e pelos vestigios de uma grande cidade, existentes proximo do rio Sabor, querem alguns geographos que Castro de Avellans fosse a antiquissima e notavel «Celiobriga» ou «Zeliobriga», e que os povos «zoelas», vindos das Asturias, a fundaram mais de 300 annos antes de J. C.; porém esses factos são contestados por differentes auctores.

Parambio. — O nome d'esta freguezia é corrupção de «Parâmo», «Paranho» e tambem «Amadigo», portuguez antigo, cujo significado era: logar, povo, quintata, casal ou herdade, que tinham os privilegios de «honra», por n'elles se haver creado aos peitos de alguma mulher casada, o filho legitimo de um rico-homem ou fidalgo honrado.

Era este um dos grandes abusos que os fidalgos commettiam, e que se oppunham aos interesses do estado.

Se um lavrador queria libertar o seu casal ou herdade, não tinha mais do que pedir a um fidalgo, «senhor da honra» mais visinha, lhe désse um filho a crear á mulher, em casa d'esta; e por ser ama da criança os paes d'ella amparavam os dois consortes, «honravam» o casal e toda a povoação, que ficavam tendo privilegio de «Amadigo», isto é, isentos de tributos e imposições.

Os «Parâmos» ou «Amadigos» foram lançados em devassa e por fim abolidos, em 1290, por D. Diniz; porém, differentes povoações conservaram até aos nossos dias os nomes de «Parâmos» e «Paranhos».

Santa Combinha. — Foi reguengo da casa de Bragança, á qual pagavam os moradores da freguezia 42 alqueires de trigo e 25 de centeio. Por esta pensão eram isentos de pagar peitas, «fintas», talhas, ou «pedidos». Ainda mais: os povos de Santa Combinha, como reguengueiros da casa de Bragança, não eram obrigados a acompanhar presos e dinheiros publicos; não eram tutores senão dos reguengueiros; não podiam ser obrigados a servir cargos publicos do concelho; nem pessoa alguma, de qualquer condição que fosse, lhes podia tomar adegas, cavallariças, pão, vinho, roupa, gallinhas, palha e lenha, ou outra qualquer cousa contra sua vontade, sob pena dos «encoutos» (2) e de 6:000 soldos.

Até ao reinado de D. João IV gosaram plenamente todos estes privilegios, fóros e isenções; depois deixaram de observar-se alguns.

CABEÇO DE VIDE

A villa de Cabeço de Vide está situada em logar alto, pertencendo hoje ao concelho de Alter do Chão.

E' notorio que a sua situação em epoca mais remota teve assento n'um valle proximo, em um sitio hoje chamado Pombal; succedia isto quando os mouros andavam na conquista da peninsula, e ali se travou uma grande e mortifera batalha em que ficaram tantos corpos mal sepultados, que pouco depois eram taes as doenças que os habitantes viram-se obrigados a emigrar do valle, procurando um ponto elevado.

Que este facto se deu é quasi certo, porque todos os antigos escriptores a elle se referem; todavia, nenhum cita qual fosse o nome d'essa antiga povoação e todos se referem ao moderno, ou pelo menos áquelle que foi adoptado em seguida á emigração, e que com pequena corruptela chegou aos nossos dias.

Não são, porém, os mesmos auctores concordes quanto á razão originaria do nome; dizem uns, que estabelecendo-se n'aquelle cabeço os moradores da villa, que todos andavam mais ou menos enfermos, começaram de sentir-se desde logo tão bem dispostos que denominaram a povoação de «Cabeço da Vida».

Outros pretendem que o cerro escolhido já se denominava «Cabeço» ou «Cabeço da Vide» por haver ali uma grossa e formidavel cepa, sendo escolhido o logar exactamente, por se mostrar aquelle vegetal tão bem disposto.

Ha quem veja no brazão de armas uma prova de ser esta ultima versão a verdadeira; porém nós pelo contrario suppomos que o brazão só prova que quem deu as armas á villa era inclinado á segunda versão, que póde bem ser a mais certa.

Em todo o caso a villa prosperou em tempos e D. Manuel deu-lhe foral em 1512, sendo tambem por essa epoca que lhe foi concedido o brazão d'armas, que consiste em um escudo com um castello entre duas vides, ou todo cercado pelas varas de uma unica cêpa.

E' pequenina a villa, mas formosa; do outeiro sobre que está edificada gosa-se um esplendido panorama, avistando-se a cidade de Portalegre e grande numero de muitas outras terras do Alemtejo e cordilheiras de serras.

Foi em tempo villa murada, mas nas guerras que se seguiram á gloriosa revolução do 1.º de dezembro de 1640, os castelhanos n'uma das suas invasões deram sobre ella e lhe derrocaram as muralhas, que nunca mais se repararam.

Dentro da villa e nos suburbios ha diversas ermidas, onde concorrem muitas romarias.

Existe nos limites d'ella uma fonte de aguas mineraes chamada Borbolegão, e a cujas qualidades therapeuticas ha quem faça grandes elogios; esta fonte é de ha annos explorada por uma sociedade com o nome de — Banhos sulphuricos de Cabeço de Vide.

Nos arredores correm diversos ribeiros, que põem em movimento moinhos e lagares de azeite. O termo produz bastante trigo, cevada e centeio, pouco milho e feijões, muito azeite, vinho e fructas e abundancia de caça.

E' emfim uma das povoações mais graciosas e pittorescas da provincia do Alemtejo.

(2) 500 soldos que pagavam á corôa os que temerariamente quebrantavam ou de qualquer modo offendiam os «coutos», que ella havia posto, dado e concedido.

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

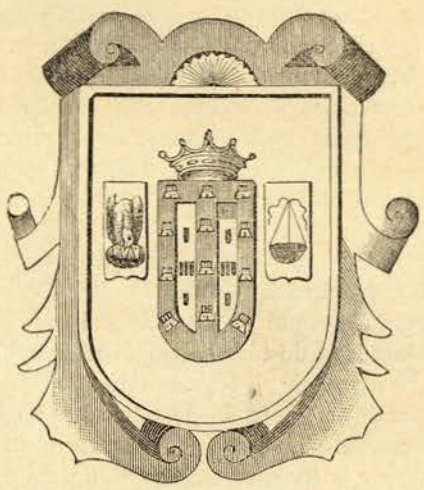
1.ª SERIE | ASSIGNATURAS Series de 26 numeros... 500 réis Series de 52 numeros... 1$000 réis O pagamento é adiantado. | ANNO DE 1890 | CORRESPONDENCIA Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza — Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 49

CALDAS DA RAINHA

Entre as diversas estações de aguas thermaes tem logar distincto a formosa villa das Caldas da Rainha, cuja nomeada vem de longa data e tende a justificar-se de anno a anno.

Comquanto esta povoação não possua uma historia importante sob o ponto de vista guerreiro, nem remonte a alta antiguidade a sua origem, não é destituido de interesse o motivo da sua fundação, como o não é a sua existencia actual.

Poucas pessoas haverá na Extremadura que não conheçam a villa das Caldas da Rainha. E' ella um ponto de reunião aonde cada epoca balnear accorrem centenares de enfermos, cheios de fé nos effeitos miraculosos das suas thermas. Demais, a povoação, que é lindissima, caminha desassombradamente na esteira do progresso, tornando-se cada vez mais atrahente e appetecivel para os amadores das villegiaturas.



Brazão d'armas das Caldas da Rainha

A prova do progredimento consecutivo d'esta povoação é o ter augmentado a população tão consideravelmente que sendo fundada para trinta móradores, conta presentemente cerca de doze mil, em todo o concelho.

Toda esta prosperidade é devida exclusivamente ás suas nascentes thermaes, excellentemente aproveitadas, e, consequencia immediata, ao magnifico edificio dos banhos.

Sendo, como é, um grande ponto de consummo, ali convergem os productos fructiferos de todo o concelho, abastecendo consideravelmente os mercados, e animando as praças e as ruas da villa.

Data de 1484 a historia das Caldas da Rainha, que até então era um simples casal ou coisa similhante, conhecido de raros individuos, mas já procurado por esses para allivio de enfermidades que aquellas thermas curavam, ou minoravam pelo menos.

Presidia D. João II aos destinos do paiz e sua esposa, a virtuosa D. Leonor de Lencastre, achava-se na sua villa de Obidos, passando a estação calmosa. Em uma pequena excursão que a exemplar senhora fez até á Batalha, deparou-se-lhe á vista o pequeno logar das Caldas, perdido entre matagaes, sem uma só manifestação de felicidade.

A virtuosa rainha, absorvida na contemplação d'aquelle quadro triste, sustou os passos, e perguntou o que era e que nome tinha o casal. Acto continuo observou, com grande pasmo, que pelos pequenos poços que havia na planicie, entre selvaticas vegetações, se banhavam alguns individuos macilentos e com todas as demonstrações de soffrimento. D. Leonor mandou perguntar o que significava tudo aquillo, e soube logo que as aguas da localidade eram proficuas no tratamento therapeutico de varias enfermidades dolorosas e cutaneas. Interessada no caso, apesar da ignorancia da epoca, e da falta de instrucção que havia nas mesmas pessoas de elevada cathegoria social, determinou logo crear um hospital no mesmo sitio em que as aguas rebentavam, e dar impulso a melhoramentos materiaes que transformassem aquelle triste e arido logarejo em uma povoação mais favorecida.

Além das boas intenções que a animavam, a rainha, que soffria uma qualquer enfermidade cutanea em um peito, quiz experimentar as aguas, e applicando-as em lavagens da parte enferma tirou resultados que a deixaram maravilhada.

Em memoria d'este facto mandou levantar um padrão no sitio, do qual restam alguns vestigios.

Em 1488 deu a rainha cumprimento á promessa que fizera aos poucos habitantes das Caldas, mandando edificar o referido estabelecimento. Não satisfeito com isto o seu espirito verdadeiramente christão e generosamente gentil, quiz assegurar-lhe rendimentos que permittissem o tratamento de doentes proletarios. O hospital inaugurou-se pouco tempo depois, tendo seis enfermarias, duas para mulheres e quatro para homens. D'estas ultimas era uma exclusivamente destinada a frades e outra a clerigos, e uma das primeiras só para admissão de religiosas que tivessem necessidade de fazer uso das thermas, e para tal houvessem obtido auctorisação superior.

Comtudo a santa dama não dispunha do dinheiro preciso á sustentação d'aquelle estabelecimento piedoso, e para constituir-lhe rendimentos proprios vendeu ella todas as suas joias, sacrificando assim os preciosos adornos do corpo ás estelliferas radiações do seu adoravel espirito. Feito isto pediu D. Leonor a seu esposo que mandasse edificar pequenas casas junto do hospital, para attrahir áquelle ponto alguns moradores. N'este facto ha divergencias, pois alguns escriptores dizem que foi D. Manuel e não D. João II o fundador da povoação. Seja, porém, como fôr o certo é que trinta moradas foram construidas, e a nova povoação teve seu foral, com o privilegio de não pagar jugada, siza ou portagem, nem oitavos. Este privilegio estendia-se aos de fóra que fossem mercandejar na povoação.

Em pouco tempo começou a affluir gente á localidade. A isenção do imposto era melhor meio de attracção do que qualquer outra classe de privilegios. De longe vieram commerciantes estabelecer residencia nas proximidades do hospital, e a concorrencia de pessoas de varias cathegorias tornou-se importante e numerosa, porque a fama das aguas era cada vez maior.

Em 1512 fez a desditosa princeza doação solemne dos bens que generosamente cedia ao estabelecimento que mandára erigir.

Encerrada a sua alma na dôr que lhe causára a morte do esposo e principalmente a do filho unico e bem amado, só nas obras pias achava lenitivo. Desprendida das vaidades humanas, só para os pobres vivia, e só na pratica das virtudes podia empregar-se quem tantos golpes soffrera no coração nobilissimo. Na flôr dos annos vira cahir sob a mão de um assassino o irmão que estremecia, e essa mão era a mesma que ella havia acceitado perante o altar! Mais tarde vira cahir despedaçado pela desgraça o filho da sua alma, o seu mais sagrado affecto. E o seu coração cessou de palpitar para a vida, para a esperança, para a felicidade, no momento em que a morte com a gelada indifferença apagou nos olhos do gentil D. Affonso o fogo sagrado da existencia.

E por ultimo já alanceiada pelos dois golpes que tão crudelissimamente a affectaram, foi ainda assistir ao afflictivo passamento do marido, victimado pela acção de um veneno terrivel e sem misericordia.

Pobre desventurada princeza!

Com quanta vontade teria ella trocado os fulgores da corôa pela obscuridade de um lar ditoso!

Como ella preferiria a todos os explendores da côrte, a doçura que as almas maternaes bebem no olhar lealissimo de um filho adorado!

Até 1747 conservou-se o hospital conforme o deixára a sua virtuosa instituidora. N'esta epoca emprehendeu D. João V uma viagem ás Caldas, para fazer uso das suas afamadas thermas, e notando que o hospital não tinha espaço nem accommodações sufficientes ao numero de individuos que o frequentavam annualmente, comprou varias moradas de casas que então foram demolidas para augmento do hospital.

Magnificente, qual nunca outro monarcha o foi, D. João V tratou de remediar a falta com a maxima brevidade, e mandou reconstruir o edificio thermal com aquella opulencia architectonica que ficou impressa em todas as edificações da sua iniciativa.

Tres annos depois concluiram-se os trabalhos e ficava o hospital espaçoso, com excellentes accommodações, varias casas de banho, residencia para o respectivo administrador, e para a familia real, e ainda uma boa e vasta cêrca com muitas arvores.

Por esta occasião foi demolida a casa da cadeia, que estava junto do antigo hospital, e a esposa do monarcha, D. Marianna d'Austria, mandou edificar outra casa, destinada ao mesmo fim, porém em condições superiores ás da primitiva prisão.

Durante os ultimos treze annos da sua vida, visitou D. João annualmente as Caldas da Rainha, votando-lhe uma predilecção e sympathia que lhe favoreceu o desenvolvimento.

Foi tambem a rainha D. Marianna quem mandou construir o edificio da camara municipal no rocio da villa, melhorando quanto

poude os defeitos da primeira casa em que funccionava o senado caldense.

Não se olvidou o christianissimo principe de mandar fazer uma capella no edificio dos banhos, a qual é de bellissimo trabalho.

Além d'esta outras igrejas fez reconstruir, bem como de sua obra e munificencia são os chafarizes publicos.

Os rendimentos que a rainha fundadora deixára ao hospital, eram para o tratamento de 600 enfermos pobres. Por vontade d'esta princeza foi a direcção do estabelecimento entregue aos conegos seculares de S. João Evangelista, e assim permaneceu até que em 1775 um alvará d'el-rei D. José, datado de 20 de abril, lhes retirou essa administração, transferindo-a para o governo.

E' tambem da devoção e generosidade de D. Leonor a igreja de Nossa Senhora do Pópulo, matriz da villa.

D. João V opulentou-a esplendidamente reconstruindo-a, proximamente a 1740.

Foi este monarcha a mais brilhante affirmação da grandeza do nosso paiz. Cada uma das suas obras é uma immortal epopeia de marmore e de granito. Ninguem, como elle, soube dar prestigio á monarchia absoluta; nenhum, como elle, soube revestir de imponencia o culto do catholicismo. Não comprehendia o médio; para elle tudo devia ser grandioso. Devasso, como o eram todos os monarchas da epoca de Luiz XIV, tinha, porém, o gosto requintadamente artistico, e foi grande amigo das opulencias do espirito humano. Outros, antes e depois d'elle, tiveram os mesmos vicios, sem os attenuarem com iguaes virtudes de esthetica.

Em todo o caso a sua passagem na historia ficou assignalada por alguns factos de utilidade publica, e entre esses conta-se a reedificação e melhoramentos do hospital e villa das Caldas da Rainha.

Hoje é que não ha soberanos portuguezes capazes de construir o mais insignificante edificio que possa rivalisar com as maravilhosas obras de arte, que affirmam a generosidade dos reis das transactas gerações.

As obras do hospital das Caldas foram confiadas á direcção de um architecto distincto, cujo nome ficou immortalisado na historia. Este benemerito foi o brigadeiro Manuel da Maia, aquelle celebre artista que delineou e fez executar o monumental e extraordinario aqueducto das aguas livres de Lisboa.

Veiu este grande homem a fallecer em setembro, no dia 17, do anno de 1768, sendo sepultado na casa do capitulo do extincto convento de S. Pedro d'Alcantara.

A chamada Casa da Convalescença foi feita pela beneficente iniciativa de Manuel Mattos de Sousa, commendador da ordem de Christo, homem virtuoso e essencialmente propenso a bem-fazer.

Além d'isto importantissimas reformas tem feito a actual administração d'aquelle estabelecimento que se não tem poupado a trabalhos e estudo para dotar com grandes melhoramentos a obra da piedosa e desventurada D. Leonor de Lencastre.

Levadas dos mesmos sentimentos veem as estações superiores de enviar o sr. dr. Rodrigo Berquó, em viagem de instrucção, estudar a constituição dos diversos estabelecimentos balneares de França e de Allemanha, e expol-as n'um circumstanciado relatorio, para sobre as indicações mais uteis se reformarem e melhorarem as condições medicas do hospital.

Este interesse e sollicitude é credor de todo o elogio, por ser de utilidade para milhares de individuos a quem as prodigiosas thermas caldenses restituirão á vida e á actividade laboriosa, fonte exclusiva da prosperidade social e do bem-estar das familias populares.

A villa das Caldas não deixa de prosperar, e embelleza-se constantemente. A antiga cêrca, transformada hoje em passeio, é um dos mais apraziveis pontos de reunião para a enorme população que todos os annos faz as suas villegiaturas pelas Caldas, ou por necessidade morbida ou por méra distracção. As ruas da villa são aceiadas, e já n'ellas se levantam bons edificios. O excursionista que ali demora, não tem de soffrer as faltas de commodidades que tanto se notam em outras terras provincianas. Nas Caldas da Rainha ha excellentes hospedagens, e esmerado tratamento.

Nos ultimos annos tem avançado immensamente esta villa. A estação do caminho de ferro, facilitando mais o uso das aguas, augmenta o movimento de viajantes, e dá mais vida á povoação.

Além d'isto a installação da fabrica de faianças beneficiou extraordinariamente o futuro das Caldas.

O povo do concelho é em geral laborioso, e desde largos annos tornára conhecidos os seus productos ceramicos. No entanto faltava-lhe a orientação artistica, e os seus artefactos, embora notaveis, eram faltos de perfeição e do esmero que só uma grande alma artistica sabe dar aos seus trabalhos. Um dia creou-se a

fabrica, e poz-se á testa d'ella o genial artista Bordallo Pinheiro. Realisára-se o «Fiat lux». As tendencias artisticas dos caldenses foram-se disciplinando; o barro tomou vida, as tintas crearam-lhe alma e o prodigio assombrou os tibios.

Actualmente saem d'aquellas officinas obras que já rivalisam com os productos das fabricas estrangeiras, e que são dignas da maior attenção.

Quem visitar a villa não deve deixar de vêr a fabrica de faianças, para avaliar o quanto póde o talento de um artista celebre e a intelligencia de uma povoação civilisada e laboriosa.

Tem a villa os seus clubs, concorridissimos durante a epoca em que está aberto o edificio dos banhos, e onde se junta a mais fina roda dos caldenses, entre os quaes ha homens illustres pelo saber e qualidades de espirito. Tambem a imprensa ali está dignamente represenda por uma empreza jornalistica, excellentemente redigida por caracteres independentes e honestos.

Emfim a villa das Caldas da Rainha attingiu uma phase prospera de que não ha receio que renegue. Tempos houve em que esteve um pouco decadente, e isto quando os governos, appetecendo os rendimentos que a piedosa D. Leonor de Lencastre legára ao hospital, os chamaram a si como bens de mão morta. A energia e boa vontade de um ministro em favor do estabelecimento, e a protecção dispensada ao engrandecimento do povoado, lograram combater o mal. E hoje os caldenses podem ufanar-se da sua formosissima e laboriosa terra.

Na sua origem pertencia a villa das Caldas ao termo de Obidos e tinha o mesmo brazão d'armas, o qual era simplesmente o escudo real. O pelicano e a rede que hoje se vêem, ladeando o escudo, teem uma historia profundamente triste.

Sabe-se que a virtuosa esposa de D. João II tinha um filho unico, luz da sua alma, enlêvo dos seus affectos. Era este principe, D. Affonso, dotado de virtudes e de gentileza pessoal, e muito dado a exercicios de equitação.

Em Santarem estava este mancebo com sua noiva, a princeza Isabel, filha dos reis de Castella, e com seus reaes progenitores. Era em o dia 12 de julho de 1491.

D. João II andava pelos arredores de Almeirim em recreio, e o desditoso herdeiro da corôa para distrahir-se, convidou um fidalgo da real casa para correr com elle ao páreo, isto é, esporear valentemente os cavallos e seguirem de mãos dadas os dois cavalleiros. O animal em que montava o joven principe era irrequieto e fogoso. A principio lá foi, margem do Tejo fóra, mas de repente saccode do dorso o real cavalleiro, e este tão desgraçada queda deu que ficou sem movimento. Transportado immediatamente para a choupana de um pescador, dentro da rede da pesca, d'aquella syncope passou á morte sem mover-se, devido provavelmente a terrivel commoção cerebral que recebeu na queda. Imagine-se o estado em que ficou a desventurada rainha, mãe extremosa que tinha por unica ventura a contemplação d'aquella estremecida essencia da sua alma!

Em face do filho morto cahiram todas as luminosas visões do futuro. Nem D. João II, caracter de bronze, teve forças para aparar o golpe terrivel que lhe descarregava a desgraça. De então por diante encerrou-se na mais acerba dôr e assim permaneceu até á morte.

A rainha não mais quiz apartar-se da rede que serviu de apoio ao corpo do filho bem amado, e para commemorar aquella espantosa tragedia, mandou collocar no brazão d'armas da sua predilecta villa o falcão, que o esposo havia adoptado, e a rede, onde ficavam eternamente presas as vastissimas aspirações que tinham esvoaçado sobre a formosa cabeça de uma pobre creança de 16 annos, reduzida á impotencia da morte!

Tal é a historia d'aquella rede, para que tantos olhos se teem dirigido, uns com a indifferença da ignavia, outros com as piedosas lagrimas que os infortunios de uma virtuosa mãe desprendem das almas humanitarias.

Pelo que fica exposto deprehende-se que as Caldas da Rainha é uma das povoações que melhormente tem comprehendido o verbo sagrado da civilisação. Do muito que tem progredido calcula-se o que será mais tarde. As fontes das suas prosperidades são inexhauriveis, e se hoje a fundadora da pequenina povoação podesse volver á consciencia vital, sentiria no grande e generoso coração o mais suave orgulho pela sua obra, e cobriria de bençãos as gerações que a souberam respeitar ampliando-a prodigiosamente, e que souberam venerar as suas angustias, conservando no brazão d'armas da sua villa querida aquelle melancholico padrão da dôr maternal.

Angelina Vidal.

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

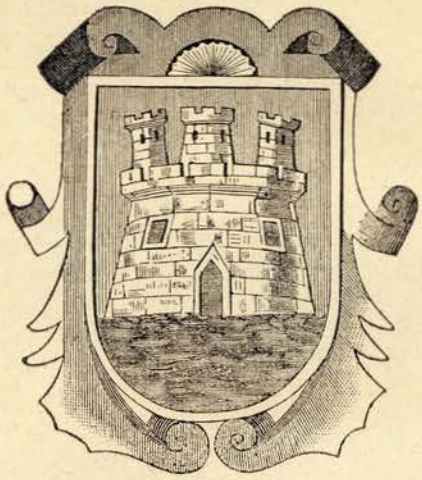
ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS Series de 26 numeros... 500 réis Series de 52 numeros... 1$000 réis O pagamento é adiantado. | ANNO DE 1890 | CORRESPONDENCIA Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza — Rua do Terreirinho, 17, 1.º — Lisboa. | NUM.º 50

CAMINHA

Se todo o Minho é formoso e tem merecido jus á classificação de Jardim de Portugal, classificação que lhe teem dado todos os corographos e todos os viajantes que percorrem aquellas paragens, a pittoresca Caminha é por assim dizer a synthese de toda a região, tanto ali se agrupam as bellezas naturaes, tanto é esplendido o panorama que da villa se disfructa, tanto é agradavel á vista o aspecto das viridentes campinas, regadas a um lado pelo pacifico Coura, a outro pelo caudaloso Minho, que n'este ponto extrema Portugal da visinha provincia hespanhola, a Galliza. Outr'ora a pequena provincia onde está assente formava um triangulo entre as aguas dos dois mencionados rios e as do oceano atlantico; actualmente este espaço está transformado n'um quadrilatero, tanto as aguas do Coura se teem distanciado do primitivo leito.



Brazão d'armas de Caminha

Quasi na foz do Minho e a pequena distancia da villa está a fortaleza da Insua, situada sobre um cabeço secco, que divide a barra em duas, uma portugueza e outra gallega, ambas, porém, de facil accesso para embarcações de certa lotação.

Caminha é villa antiga, posto que se não possa assignalar ao certo a epoca da fundação; entretanto é attribuida a um fidalgo da Galliza, de nome Caminio, do qual deriva o que usa. O que é certo é terem-lhe os monarchas da primeira dynastia dedicado especial attenção.

No reinado de D. Affonso III achava-se completamente arruinada, mórmente em obras de defeza, pelo que este soberano, depois de haver conseguido pacificar completamente o reino,—em parte revolto e favoravel a seu desthronado irmão D. Sancho, que foi morrer em Toledo, sem reino e sem esposa, que tudo a sorte adversa lhe roubára a um tempo, como seculos depois succedeu a D. Affonso VI,—a mandou reedificar e povoar em 1265.

Dezenove annos mais tarde D. Diniz, que mereceu o cognome de «Lavrador», não só pelo muito que protegeu as artes agricolas, mas tambem pelo favor concedido ás povoações, a que o commercio e a industria rural concorria em maior escala; D. Diniz, dizemos, em 24 de julho de 1284 deu-lhe foral com iguaes privilegios do de Valença e augmentou consideravelmente a villa, habilitando-a para a defeza da fronteira com solidas muralhas.

No tempo das guerras com Castella, que seguiram a gloriosa acclamação de D. João IV e a restauração da autonomia nacional, temendo-se o governo de que por ali os hespanhoes invadissem o reino, fez-se nova cinta de muralhas, executada em muito maior escala, com fossos e contra escarpa, abrangendo quasi toda a povoação e tendo seis portas.

Com respeito ao fundador ou reedificador da villa devemos accrescentar que existiu pelos annos de 950 de Christo, isto é, bastante tempo antes da fundação da monarchia, e que o termo «gallego» não quer dizer que fosse oriundo da Galliza propriamente dita, pois que n'esse tempo os limites do reino da Galliza, em Portugal, se estendiam até ao Douro, sendo por isso que o dote de D. Tareja ou Thereza ao casar com o conde D. Henrique abrangeu as povoações existentes entre o Minho e o Douro, parte das quaes estava libertada e outra parte em poder dos arabes, que D. Henrique combateu emquanto vivo foi, pagando ao soberano da Gal-

liza um tributo annual, como senhorio dependente.

Além do foral de D. Diniz, concedeu outro á villa D. Manuel, datado de 1 de junho de 1512; n'este lhe eram conferidas importantes isenções, como a de ser considerada a villa e seu termo couto do reino, o que quer dizer que os criminosos a ella acolhidos não podiam ser mais perseguidos pelas justiças. Estes privilegios foram revogados para todo o reino em 1790, sendo em substituição creadas as cartas de seguro, que não representavam um favor nem mais moral, nem mais justo, nem mais equitativo.

Caminha foi elevada a condado por D. Affonso V, que conferiu este titulo a D. Pedro Alvares de Sottomayor. Filippe II passou o titulo a ducado, amerceiando com elle o marquez de Villa Real, D. Miguel de Menezes; e D. Filippe IV, com a grande sagacidade que distinguiu este degenerado, descendente do «demonio do meio dia», depois de perdido para elle Portugal, e executados o marquez de Villa Real, o duque de Caminha e o conde de Armamar, por tentarem estabelecer o dominio castelhano, deu o titulo de duqueza de Caminha e condessa de Medelim, em Hespanha, á irmã do ultimo duque, D. Maria Beatriz, em rasão d'esta senhora ser casada com D. Pedro Porto Carreiro, 8.º conde de Medelim. Este titulo foi-lhe dado «in perpetuum» para sua familia e juntamente as honras de grande de Hespanha. A primeira parte equivalia a contar com o ovo... antes de posto, pois que D. Filippe fazia mercê de titulos e propriedades no reino, que presumia reconquistar facilmente, mas que nunca reconquistou.

Já que falamos do duque de Caminha digamos o que a historia registrou a seu respeito.

Quem em 1641 concebeu o plano da conspiração contra o novo governo, foram o arcebispo de Braga e o inquisidor-mór do reino, os quaes attrahiram a si o marquez de Villa Real, conhecido pelos seus sentimentos ibericos ou de união dos dois reinos, e que devia ao monarcha hespanhol consideraveis favores e altas mercês. Este adheriu promptamente, encarregando-se de falar a seu filho o duque de Caminha, não contando que este lhe demonstrasse a mais obstinada opposição, limitando-se apenas a guardar segredo sobre o que lhe fôra confiado. Não tardou que o governo tivesse noticia do que se tramava, lançando logo mão dos conspiradores, sem exclusão do duque, cujo unico crime consistia em não querer denunciar seu pae.

No dia 29 de agosto de 1641, foram os conspiradores seculares decapitados na praça do Rocio. O povo que acolhera com gritos de indignação o marquez de Villa Real, no respeitoso silencio em que assistiu á execução do moço duque, arrebatado aos braços da noiva na lua de mel, testemunhou a compaixão que lhe inspirava a immerecida sorte do joven fidalgo.

Junto do rei e sua mulher accumularam-se as petições de indulto para o infeliz duque; a joven e recente esposa, em companhia da condessa de Faro, sua mãe, lançaram-se aos pés do rei; o bispo de Lisboa, um dos promotores da revolução do 1.º de dezembro, instou com a rainha, invocando a piedade christã; tudo foi inutil; a cabeça do innocente duque rolou a par com a dos criminosos no cadafalso do Rocio!

Quanto ao arcebispo de Braga morreu no carcere, e o inquisidor geral, depois de soffrer muitos annos de prisão, foi... perdoado e era criminoso!

Desde então foi supprimido o ducado de Caminha.

No reinado de D. João II foi tambem notavel o conde de Caminha, D. Alvaro de Sottomayor, mas muito mais feliz do que o duque a quem acima nos referimos.

O conde foi denunciado a D. João II como conspirador, por um escudeiro João Dagualva (ou d'Agualva), inimigo pessoal do conde. D. João, porém, que não se levava de embustes ouviu o conde e fez justiça, mandando esquartejar o escudeiro em Salvaterra em 1486.

Tal é o rastro que os titulares de Caminha deixaram na historia nacional.

Em 1809 os francezes cahiram sobre esta praça, mas a defeza foi denodada e os novos conquistadores do mundo retiraram batidos pela guarnição que junta aos populares obrou prodigios de valor.

Caminha é hoje uma formosa villa, tendo para isso contribuido muito o 2.º barão de S. Roque, filho da localidade, que foi por muitos annos presidente da camara, e empregou o seu patriotismo, zêlo e illustração em melhorar as condições moraes e materiaes da gentilissima povoação.

Comprehende a circumscripção d'esta uma unica parochia, cuja igreja é um dos mais bellos templos, de architectura gothica, da provincia do Minho, devida ao povo e camara e tambem aos donativos de D. João II e D. Manuel. Foi começada em 1488. Entre as preciosidades que são dignas de vêr-se, deve ser

mencionada uma imagem de Christo no passo —«Ecce homo»—que veiu de Inglaterra quando Henrique VIII, tendo abjurado o catholicismo, iniciou cruel perseguição contra os catholicos.

A igreja e Misericordia datam de 1551, e serviram de hospital de sangue por occasião das guerras com Castella.

A villa é muito commercial, e o caminho de ferro que tem ali uma estação, concorreu para o seu desenvolvimento; o termo é abundante em cereaes, legumes, vinho, hortaliças, mel, cera, linho, gados e caça; o rio e o oceano fornecem-lhe abundancia de pescaria, especialmente lampreias e salmões.

Muitos varões distinctos nasceram n'esta localidade, entre os quaes especialisaremos o reformador das «Ordenações do Reino», jurisconsulto Pedro Barbosa; João Soares Rebello, compositor de musica muito estimado por el-rei D. João IV; e D. Antonio Mendes, que foi lente de Coimbra e bispo de Elvas.

As armas da villa são em escudo branco um castello de ouro com tres torres sobre mar de ondas verdes.

Freguezias do concelho dignas de menção

Ancora.—E' uma povoação antiquissima, pois ha vestigios da sua existencia no tempo dos gallos celtas e no anno de 563 era conhecida pelo nome de «Villar d'Ancora». O rei suevo Theodomiro deu ao bispo de Tuy, n'esse mesmo anno, a quarta parte dos rendimentos da igreja matriz de Santa Maria. Esta doação foi mais tarde confirmada pela rainha D. Thereza e por seu filho D. Affonso Henriques.

N'esta freguezia, diz a tradição, tiveram logar em epocas retrogadas renhidissimas batalhas entre as hostes phenicias, carthaginezas, romanas, mouriscas e lusitanas, e por isso ainda hoje ali existe um sitio chamado a «Matança», cujo nome é devido a uma derrota que os portuguezes inflingiram aos mouros. Em memoria d'essa victoria mandaram os nossos construir uma capella sob a invocação de Nossa Senhora do Soccorro, no logar chamado da «Lage».

Lanhellas.—Torna-se notavel esta povoação pela corpulencia, coragem e força dos seus habitantes, que antigamente tinham por costume, em occasiões de feiras, irem a Vianna luctar com os d'ali, ficando muitas vezes vencedores.

No dia 27 de abril de 1644, tentando os castelhanos, em grande numero, saquear e incendiar esta freguezia, avisados a tempo os lanhenses reuniram 60 homens que esperaram entrincheirados o inimigo. Era este commandado pelo capitão Toro, que a si mesmo se havia cognominado o «Trovão». Entrando a maior parte dos hespanhoes na povoação foram recebidos pelos lanhenses com uma descarga de mosqueteria, que foi muito bem empregada, e desembainhando as suas espadas e empunhando os seus chuços, dardos, partasanas e outras armas defensivas, saltaram fóra da trincheira, dando fortemente sobre o inimigo, que fugiu vergonhosamente, deixando entre mortos, feridos e prisioneiros o numero de 600 homens, sendo um d'estes ultimos o celebre «Trovão», que depois foi trocado pelos portuguezes Antonio Lourenço e seu filho Pedro Lourenço, dois lavradores corajosos, que haviam ficado prisioneiros dos hespanhoes.

Ainda na guerra civil, denominada da «Patuleia», se formou em Lanhellas uma companhia de voluntarios populares, commandados por um tal Cavallaria, que deu que fazer ás tropas do governo de Lisboa.

Muitos varões notaveis tiveram berço n'esta freguezia e entre elles citaremos como mais dignos de menção:

José Antonio Guerreiro, ministro de estado no tempo d'el-rei D. João VI.

Dr. Antonio Luiz Fetal Carneiro, distincto advogado, que foi mais de 20 annos administrador do concelho de Caminha.

Frei Paulo, provincial dos capuchos da observancia, grande lettrado e notavel orador sagrado.

Gosou o povo de Lanhellas o privilegio de não ir ás montarias, sob a condição de perseguir os roazes, que são uns peixes muito damninhos do Minho.

CAMPO MAIOR

Formando um triangulo com as praças de Elvas e de Badajoz e proximo á raia de Hespanha, está situada a praça d'armas e villa de Campo Maior, cujo concelho occupa uma superficie de 28:361 hectares, povoado por cêrca de 5:500 almas, divididas por tres freguezias, sendo uma na villa, a de Nossa Senhora da Expectação, e duas fóra, a de S. João Baptista e a de Nossa Senhora da Graça, segundo o censo de 1876.

Não ha abundancia de noticias relativamente á fundação da villa, denotando isso que não

teve importancia antes de vir ao poder dos christãos, o que succedeu em 1219, em que foi conquistada por um individuo de appellido Peres, de Badajoz, onde era bispo um parente do conquistador, D. Frei Pedro Peres, sendo logo doada á igreja de Santa Maria do Castello, d'aquella cidade fronteira. O bispo deu-lhe então por armas um escudo com a imagem de Nossa Senhora e um cordeiro, com este distico em volta: «Sygillum Capituli Pacensis».

Reinando D. Diniz passou a villa á posse da corôa portugueza, dando-lhe logo o monarcha foral, que tem a data de 1299, ordenando que no ponto mais alto se edificasse um castello, que se tornou uma das praças destinadas á defeza da fronteira.

D'esta construcção lhe resultou o nome que usa. Era costume, apenas construida uma fortaleza, edificarem-se muitas habitações em torno das muralhas; os povos procuravam este abrigo por causa das continuas luctas em que andavam empenhados, umas vezes com visinhos, outras com os arabes.

Havendo questão sobre o lado para onde mais conviria estender a povoação, decidiu-se que fosse no «campo maior», o que se levou a effeito; ficando este nome para o novo bairro, passou d'ahi a toda a villa.

No tratado de paz que houve em 1297 entre Portugal e Castella se assentou que d'ali em diante deixavam de ser castelhanas e ficavam pertencendo á corôa portugueza as villas de Campo Maior, Ouguella e Olivença.

D. Diniz deu a villa de Campo Maior ao concelho d'Elvas, por carta régia feita em Santarem, no dia 1 de dezembro da era de 1335 (19 de novembro de 1297 de J. C.).

Todavia, alguns auctores dizem que o mesmo monarcha fez doação da villa á infanta D. Branca, sua irmã, em 1301 e fallecendo esta princeza doôu aquelle senhorio a D. Affonso Sanches, seu filho natural.

Gosou Campo Maior todos os grandes privilegios da cidade d'Elvas, sendo os principaes os seguintes:

Não pagarem os moradores da villa e seu termo senão metade do cabeção, não se podendo em tempo algum accrescentar; não haverem aduanas, nem saccas, para os visinhos da villa e seu termo; nunca em tempo algum se poderem ali lançar sizas, fintas nem talhas, nem emprestimos, ou outros quaesquer impostos, por motivo nenhum; que todo o visinho da villa e termo fosse franco e não pagasse nenhum direito, «passage, costumage», nem «portage» por todos os reinos de Portugal e Castella; que se não podesse tirar da villa e termo gente nem armas para fazerem guerra aos naturaes do reino; que na villa se não pozesse presidio nem guarnição de soldados, ainda que estes fossem naturaes d'ella; que as rendas da camara se gastariam em reparos de muros e fortalezas da povoação; que os moradores da villa e seu termo podessem andar montados em mullas e «mûs» (machos) com sellas, e podessem trazer livremente sedas e vestirem-se d'ellas, ainda os mechanicos; que lhes não podesse ser imposta «pena vil», salvo se o delicto fosse de qualidade que por elle o criminoso perdesse a nobreza natural.

No tempo d'el-rei D. Manuel, que lhe deu foral novo, foi encorporada nos bens da corôa.

D. João II accrescentou alguns privilegios aos que Campo Maior possuia, dando-lhe novo brazão de armas, que é o que ainda hoje usa, e contém as armas reaes de um lado e do outro a imagem de S. João Baptista, patrono da villa.

Entre Hespanha e Portugal ateiou-se crua guerra no começo do reinado de D. João V. Veiu o exercito hespanhol, que se compunha de trinta e tres batalhões de infanteria e setenta esquadrões de cavallaria, e era commandado pelo general castelhano marquez de Bay, pôr um apertado cêrco á praça de Campo Maior. Era o marquez Alexandre de Bay, nascido em Salins em 1650, um valente cabo de guerra. Nas luctas, de que Hespanha foi theatro, por causa da successão, bateu-se sempre valentemente por Filippe V, mas apesar da sua bravura esteve a ponto de ser vencido completamente pelo marquez das Minas, que entrando triumphantemente por Hespanha dentro, chegou a ir pôr cêrco a Madrid.

Vindo o general francez duque de Vendome á peninsula, mudou de tal maneira a sorte das armas, que o general marquez de Bay saiu da posição defensiva e tomou a offensiva e passando a fronteira poz o cêrco a Campo Maior.

O sitio principiou a 28 de setembro de 1712. O inimigo tinha 10:000 homens de infanteria e 8:000 de cavallaria.

Abriram brécha no baluarte de S. João, a 27 de outubro, sendo atacada por 32 companhias de granadeiros, pelo regimento de dragões, apeados, chamado de Queluz, com espadas e rodellas, e por 16 regimentos de infanteria, tudo sob o commando de D. Pedro de Zuñiga, tido por um bravo militar entre os hespanhoes.

(Conclue no proximo numero).

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS: Series de 26 numeros... 500 réis; Series de 52 numeros... 1$000 réis; O pagamento é adiantado. | ANNO DE 1890 | CORRESPONDENCIA: Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 51

CAMPO MAIOR

(Concluido do numero antecedente)

Deram primeiro e segundo ataque, mas foram repellidos valorosamente com grandes perdas. Avançaram tambem com escadas pelo flanco da cortina da porta de S. Pedro, e igualmente foram repellidos e derrotados pela briosa guarnição auxiliada pela artilheria. Os castelhanos perderam n'este cêrco, que durou 36 dias, mais de 5:000 homens e muitos apetrechos de guerra. Durante elle lançaram os sitiantes sobre a praça 1:309 bombas, 10:870 balas de canhão, 350 de pedra e grande numero de granadas. Por estas cifras se póde julgar quanto padeceram as fortificações e a villa.

O inimigo levantou o sitio a 2 de novembro e n'esse mesmo dia se retirou corrido de vergonha, por vêr que o seu numeroso exercito não podéra tomar uma praça, cuja guarnição era tão diminuta.

Em commemoração d'esta grande victoria se fazia todos os annos, no dia 28 de outubro, uma procissão em que ia S. João Baptista, e era acompanhada pela camara e pela guarnição militar da praça.



Brazão d'armas de Campo Maior

N'aquelle tempo governava a provincia do Alemtejo, Pedro Mascarenhas, que depois foi conde de Sandomil e vice-rei da India.

O governador e bravissimo defensor da praça era Estevão da Gama de Moura e Azevedo, e n'ella se introduziu com coragem e astucia, pela porta falsa, no quarto dia do cêrco, o conde da Ribeira Grande, D. Luiz da Camara, afim de commandar a guarnição portugueza.

Constava a fortaleza de nove baluartes e dois fortes. Tinha revelins, meias luas, contra escarpa e um formoso castello.

No dia 16 de setembro de 1732, durante uma formidavel tempestade caiu um raio sobre a torre grande do castello, em que se achava o paiol de polvora bem sortido d'esta materia, que explosiu, em consequencia do incendio que se desenvolveu, reduzindo a ruinas uma grande parte da praça e fazendo consideravel numero de victimas. Cinco torres foram pelos ares e só em casas desmoronadas contaram-se 823.

O abalo produzido pelo sinistro sentiu-se em Elvas e Arronches, e em Badajoz e Albuquerque. Teve elle logar ás 3 horas da manhã. Estavam n'essa occasião no paiol 5:732 arrobas e 6 arrateis de polvora, 4:816 granadas ordinarias, 830 reaes, 711 bombas, tudo carregado, além de 2:575 granadas destacadas.

Por esta occasião todos os povos das visinhanças, sobre tudo os conventos, soccorreram por todos os modos que puderam os infelizes habitantes de Campo Maior.

Um dos regedores de Albuquerque veiu offerecer a sua villa a todos que para lá quizessem ir viver. O general de Badajoz mandou offerecer ao governador de Campo Maior os armazens e quanto se achasseno seu governo.

O conde d'Alva, que era general do Alemtejo, veiu logo de Villa Viçosa com grande quantidade de dinheiro para ser repartido pelos pobres, por conta de D. João V, que além d'isso mandou cirurgiões com medicamentos para os feridos e mais 960$000 réis para distribuir pelos moradores. Depois mandou mais 8:000$000 réis para se repararem as casas dos particulares.

Sob a iniciativa do mesmo monarcha foram reedificadas e ampliadas as fortificações da praça, pelos annos de 1735. E' todavia bem

murada, tem excellentes esplanadas e uma entrada coberta. Os fossos são bons; o da cortina, dos baluartes do Cavalleiro e Santa Cruz eram cheios de agua, mas em 1801 o general de engenheria Mathias José d'Azevedo o mandou seccar por differentes rasões. A praça tem actualmente duas portas geraes e uma falsa, para servir em tempo de guerra. As muralhas contam ao todo dez baluartes, principiando pela porta de S. Pedro e são: Cavalleiro, Santa Cruz, Curral dos Coelhos, Lisboa, S. Sebastião, Boa Vista, Santa Rosa, S. Francisco e Concelho.

O castello está no ponto mais elevado da villa, dominando-a por todos os lados. Dentro d'elle existia a torre de menagem, que voôu com a explosão do paiol e não se tornou a fazer.

Em 1801, alliando-se a Hespanha com a França, para fazerem guerra á Inglaterra, e não querendo Portugal fazer parte da alliança, pois não tinha motivos para hostilisar uma nação «amiga» e antiga alliada, nos declararam guerra aquelles dois paizes e Portugal foi invadido por um exercito de francezes e hespanhoes, sob o commando de Gonday, cognominado «Principe da Paz».

Tomaram-nos Olivença e pozeram cêrco a Campo Maior, chegando a abrir brecha no baluarte do Concelho, tendo a praça de capitular. Era governador d'esta o marechal de engenheria Mathias José d'Azevedo, o qual, depois de um sitio de dezesete dias e estando a praça em um montão de ruinas, tendo-se até ahi defendido com a maior bravura, conseguiu uma honrosa capitulação.

Com a paz de Badajoz, realisada a 6 de junho, e na qual deixámos em refens á Hespanha a praça de Olivença, que lá ficou usurpada contra todo o direito, terminou esta guerra.

Tambem a 12 de abril de 1811 o marechal Mortier, com uma divisão do exercito de Massena, sitiou Campo Maior, chegando a abrir brecha no mesmo baluarte do Concelho. Era então governador da praça o tenente coronel de engenheiros José Joaquim Talaya, que por não ter gente nem munições, capitulou no dia 21 de março, mas logo a 25, pela manhã, fugiram os francezes á approximação da divisão portugueza de Beresford, o qual por isto teve o titulo de marquez de Campo Maior.

A praça em março de 1811 era apenas defendida pelo regimento de milicias de Portalegre e um destacamento de artilheria n.° 3.

N'esta acção portou-se como brioso e aguerrido soldado o dr. José Joaquim Carneiro de Carvalho, que exercia o cargo de juiz de fóra. Este e Talaya foram promovidos nos postos immediatos, e os governadores do reino, em nome do principe regente, depois D. João VI, gratificaram a guarnição e em testemunho da lealdade e heroismo dos habitantes da villa, determinaram que d'ahi em diante ella se denominasse: «A leal e valorosa villa de Campo Maior».

Campo Maior tem sido berço de muitos varões notaveis, que se distinguiram por armas, lettras e virtudes, alguns dos quaes occuparam eminente posição na milicia, na administração do estado e no clero. Entre elles mencionaremos os seguintes: Ruy Gomes da Silva, grande capitão da Africa, pae do beato Amadeu e de D. Brites da Silva, fundadora do convento das freiras da Conceição de Toledo. Foi alcaide-mór de Campo Maior e Ouguella, feito por D. João I, e concorreu muito para a tomada de Ceuta.

Martinho Affonso Mexia, filho de Martinho Affonso Fouto, e de Maria Lourença. Era doutor pela universidade de Salamanca, prelado de Thomar, agente dos negocios de Portugal em Roma, secretario d'estado do conselho de Portugal, bispo de Leiria e depois de Lamego.

Foi elle que tratou da canonisação das rainhas Santa Isabel e Santa Mafalda, e passou por fim a bispo de Coimbra. Foi um dos tres governadores de Portugal, por Filippe III, e morreu em 30 de agosto de 1623. Jaz na igreja de Nossa Senhora da Expectação de Campo Maior.

D. Manuel de Menezes, filho de D. João de Menezes, «o de Campo Maior». Foi grande mathematico, profundo em historia grega e romana e na «sciencia do brazão». Era tambem poeta. Foi por quatro vezes capitão-mór das naus da India. Por morte de frei Bernardo de Brito, exerceu os cargos de chronista-mór do reino e cosmographo-mór. Escreveu a «Chronica de D. Sebastião», a «Restauração da Bahia», e fez importantes notas ao «Livro das Familias». Morreu a 28 de julho de 1628 e está sepultado na igreja da Madre de Deus, em Lisboa.

Affonso Mexia, vedor da fazenda e capitão de Cochim. Instituiu no termo de Campo Maior os morgados que depois foram de D. Antonio da Silveira e Albuquerque. Foi um valoroso capitão.

Diogo Mexia, que serviu em Ceuta, onde obrou prodigios de valor, recolhendo ao reino cheio de cicatrizes produzidas pelas lanças dos mouros.

Bartholomeu Rodrigues, tão valoroso capitão em Africa, que foi cognominado «Blandim Marte Portuguez».

Francisco Vaz Galvão, celebre soldado da acclamação de 1640, capitão de cavallos ligeiros, commissario geral de cavallaria. Tinha a patente de tenente general quando falleceu.

Gonçalo Mexia, que pelo seu muito saber foi chamado o «mestre Gonçalo». Em memoria d'este eminente homem de lettras se deu o seu nome a uma rua de Lisboa, que ainda hoje se chama «becco do Mexia».

João Rodrigues, que, cegando, de ambos os olhos, ainda no berço, em resultado de bexigas, mesmo assim aprendeu portuguez, latim e philosophia na universidade de Evora. Foi mestre da lingua latina em Tavira, onde casou e morreu.

Estevão da Gama de Moura e Azevedo, valoroso soldado das campanhas de 1704 a 1705. Ajudou á rendição das praças de Valença e Albuquerque, e foi notavel governador da praça de Campo Maior, que defendeu heroicamente em 1712, como já dissemos, com grande gloria das nossas armas.

Entre as noticias curiosas da villa cita-se a lenda do apparecimento de S. João Baptista, no logar onde hoje se acha edificada a capella d'este santo, e á qual concorrem ainda hoje grande numero de romarias, por se attribuir muitas virtudes á imagem, que na ermida tem o logar de honra.

D. João V mandou reedificar esta ermida á sua custa e com grande pompa.

O aventureiro rei D. Sebastião tambem ali fez contruir uma outra ermida, dedicada ao santo do seu nome.

A povoação e a fortaleza são abastecidas de aguas por diversas fontes e poços; entre aquellas, porém, distinguem-se duas denominadas uma de «S. João», visinha á ermida, a que já nos referimos e com cuja tradição anda ligada; outra a da «Fome», porque ás suas aguas se attribue a propriedade de despertarem o appetite.

Possue a villa hospital da Misericordia e uma boa igreja, que tiveram começo em 1718. No antigo convento de S. João de Deus, que pertenceu aos irmãos hospitaleiros, esteve sempre o hospital militar da praça; a sua construcção data de 1645.

De Campo Maior descobre-se dilatado horisonte e além da cidade de Elvas avista-se, em Hespanha, Badajoz, as villas de Albuquerque e Lobon e as serras de Merida; nos arredores cultiva-se muito trigo, cevada, legumes e algum centeio, assim como ha abundancia de gado, especialmente lanigero, cujas lãs teem grande reputação por sua excellente qualidade e constituem um ramo importante do commercio; a meia legua da villa corre o rio Caya, que extrema Portugal de Hespanha e em cujas margens ha muitas hortas e pomares.

CINTRA

Falemos agora de Cintra, a poetica Cintra, replecta de bellezas, de maravilhas e de attractivos, cantada por Byron, a formosa terra de encantos, berço de D. Affonso V, e do celebre bispo de Lisboa, D. Domingos Jardo. D'esta magestosa e verdejante villa, diz Byron na «Peregrinação de Childe Harold» (c. I, est. XIX):

«Mosteiros suspensos de horridos penedos; sobros seculares em volta de precipicios vestidos de musgo, que o ardor do sol crestou; arbustos gotejando á sombra no valle profundo; o azul suave d'um mar tranquillo; aereos pomos em viridentes ramos; torrentes que se despenham das cristas da serra; no alto as vinhas, cá em baixo as ramas dos salgueiros... Fórma tudo um quadro maravilhoso de variada belleza.»

Quem não terá visitado esta villa a quem os vates de todas as epocas teem dedicado famosos hymnos nas suas lyras de ouro? Quem não terá admirado dos pincaros da serra, a mais esplendida de toda a Estremadura, as luxuriantes producções da natureza que tanto nos seduzem e nos encantam? Cintra, a pittoresca Cintra, situada na falda da serra do mesmo nome, dista de Lisboa 26 kilometros. A linhas ferrea constitue para a villa um importantissimo melhoramento—um grandissimo progresso—que de ha muito era reclamado. A historia do caminho de ferro de Cintra abrange o largo periodo de 33 annos. E' de 30 de setembro de 1854, o primeiro contracto celebrado entre o governo e o conde de Claranges Lucotte.

Este contracto foi approvado pela lei de 26 de julho de 1855; não teve cumprimento, e por isso veiu a ser rescindido por decreto de 27 de março de 1861. Em 15 de setembro de 1874 fez-se novo contracto que tambem caducou por falta de cumprimento. O celebre «Larmanjat», inaugurado em 1 d'outubro de 1873, não podendo sustentar-se cahiu ridiculamente.

A construcção d'uma via ferrea que ligasse

Lisboa a Cintra, parecia a muitos um problema insoluvel; o nó gordio foi, porém, cortado pela Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes, e por intermedio da firma Burnay & C.ª. O governo, em 7 de maio de 1881, contractou com aquella companhia a construcção e exploração da referida linha, com obrigação de se fazer um ramal que, partindo de Torres Vedras, passasse pelas immediações de Runa, vindo a terminar na Merceana, prolongando-se a linha de Torres Vedras até Leiria, tocando nas Caldas da Rainha, S. Martinho do Porto e Marinha Grande, ligando-se á do norte, perto de Alfarellos, e á da Beira Alta na Figueira. Em 10 de junho de 1882 foi assignado o contracto definitivo, e em 2 de abril de 1887 teve logar a inauguração da linha.

A obra foi, como era de esperar, acolhida com enthusiasmo por toda a povoação, que nos transportes de alegria juntou os seus louvores aos manifestados em Lisboa e em todo o paiz á Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes, que tão patrioticamente levou á realidade o que para muitos constituia um sonho, uma esperança. Saudando egualmente tão grande progresso, que veiu poderosamente contribuir para a grandeza e prosperidade da villa, vamos, posto que ao correr da pena, proseguir na tarefa.

A villa de Cintra foi, segundo a tradição, fundada pelos celtas; mas, devemos observar, n'este ponto as opiniões divergem muito; uns pretendem attribuir a sua fundação aos turdulos, outros aos romanos; o que, porém, se sabe com certeza é que é uma povoação antiquissima e que já existia no tempo dos romanos. Sabe-se tambem que antigamente era conhecida pelo nome de «Promontorio Magno, ou da Lua», e que no tempo da dominação romana os povos que habitavam a serra edificaram um templo que primeiramente quizeram dedicar ao imperador Octaviano Augusto II e que por este o não consentir o consagraram á lua. Como chamassem ao nosso satéllite «Cynthio», passou este nome ao templo, e em seguida á serrania e á povoação. E' de «Cynthio» que se deriva o nome de Cintra, o que está confirmado por varios cippos, e outras pedras com inscripções, ali achadas.

A villa soffreu muito durante os tempos das invasões dos povos do norte e dos arabes, entrando no dominio dos vencedores.

Durante o periodo da occupação mauritana foi varias vezes tomada pelos christãos e reconquistada pelos arabes. Foi conquistada por D. Fernando Magno, que pouco depois teve de abandonal-a. Tomada por D. Affonso VI de Castella, cahiu novamente no poder dos mouros; o mesmo succedeu no tempo do conde D. Henrique, pae do fundador da monarchia portugueza. Finalmente el-rei D. Affonso Henriques, em 1147, quando fez a conquista de Lisboa, resgatou-a inteiramente do poder da bandeira da meia lua. A'cerca d'este feito de armas diz o nosso epico (C. III, est. LXII):

> A estas nobres villas submettidas
> Ajunta tambem Mafra em pouco espaço,
> E nas serras da lua conhecidas
> Subjuga a fria Cintra o duro braço.

El-rei D. Affonso Henriques mandou reedical-a e em 1154 concedeu-lhe foral, o qual foi por D. Sancho I confirmado e reformado por D. Manuel em 1514.

El-rei D. Fernando I fez conde de Cintra a D. Henrique Manuel de Vilhena, que, na guerra civil e estrangeira que se seguiu á morte d'este soberano, conseguiu sustentar por algum tempo o castello da villa em favor da rainha D. Leonor, e contra o mestre de Aviz.

O velho castello dos Mouros, que, devido ao genio artistico de D. Fernando II, está arborisado e ajardinado, é um dos mais antigos monumentos d'este genero, que possue o nosso paiz. E' considerado como pertencente á cêrca do real palacio da Pena. Da origem do castello pouco ou nada se sabe; é, porém, evidente que pertenceu aos arabes—assim o testemunham os restos da sua mesquita. Existe ali uma cisterna, ou casa de banhos, obra attribuida aos mouros, em bom estado de conservação, e sempre cheia de agua.

A villa, que está assente a dois terços da altura da encosta da serra em terreno desegual, constitue uma das mais apreciaveis vivendas de Portugal, durante a estação calmosa. Todos, ou quasi todos os nossos monarchas contribuiram para o seu engrandecimento. Existem ali varios edificios importantes pela antiguidade e estylo architectonico que representam. Entre outros citaremos o palacio real, de antiga fundação, e o castello da Pena, em estylo godo-arabico. Foi humilde convento de frades Jeronymos, mandado construir por el-rei D. Manuel, e convertido em sumptuosa vivenda por el-rei D. Fernando II.

(Conclue no proximo numero).

Typ. Lealdade — Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

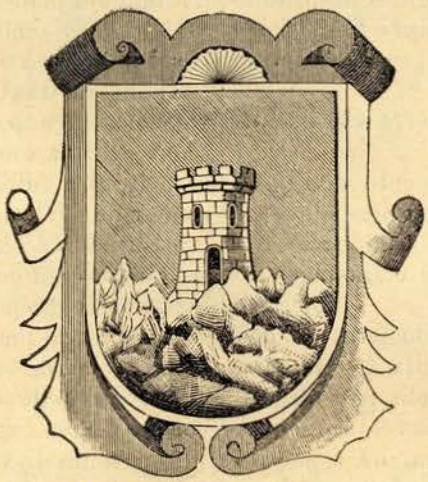
NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADES E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.

I.ª SERIE | ASSIGNATURAS Series de 26 numeros... 500 réis Series de 52 numeros... 1$000 réis O pagamento é adiantado. | ANNO DE 1890 | CORRESPONDENCIA Deve ser dirigida ao escriptorio da empreza—Rua do Terreirinho, 17, 1.º—Lisboa. | NUM.º 52

CINTRA

(Concluido do numero antecedente)

No paço real ha salas dignas de menção, como por exemplo a das armas ou brazões, mandada construir por el-rei D. Manuel, onde se vêem 72 veados, de cujos collos pendem outros tantos escudos, indicando os brazões das principaes familias d'aquella epoca, e a das pêgas, do tempo d'el-rei D. João I. Esta sala tem uma lenda romanesca. Conta-se que D. João I, estando ali a beijar uma dama da rainha, na occasião em que lhe offerecia uma rosa, foi surprehendido por sua esposa, a quem disse sorrindo — «Foi por bem». Sorriram-se tambem as damas, repetindo aquellas palavras, que correram de bocca em bocca por todo o palacio. Accrescenta-se que el-rei D. João I, para castigar a maliciosa loquacidade das aias da rainha mandou pintar o tecto da sala, como ainda hoje se conserva, isto é, de pêgas com uma rosa no bico, e a legenda—«Por bem».



Brazão d'armas de Cintra

N'este palacio morreu captivo o infeliz D. Affonso VI, a quem o irmão espoliou da mulher e da corôa, facto que não deve ser estranho aos nossos leitores.

A villa possue egualmente numerosas quintas, entre as quaes especialisaremos: a da Penha Verde, fundada pelo glorioso vice-rei da India, D. João de Castro, n'um terreno doado por D. Manuel, onde apenas existia matto e arvores silvestres; a de Monserrate, na estrada para Collares, com uma admiravel e luxuosa residencia em estylo oriental, jardim botanico e outras preciosidades; a da Penha Longa, na encosta da serra, onde existiu um convento que recebeu por hospedes el-rei D. Manuel e outros principes; a de Setiaes, com um espaçoso campo quadrado, que serve de passeio, e em cujo palacio se diz que o general inglez Darlymple assignou, em 1808, a celebre convenção de Cintra; a do Ramalhão, do Relogio, da Regaleira, e outras muitas que se recommendam pelos seus arvoredos e jardins.

Vamos agora mencionar uma anedocta que, a ser verdadeira, muito depõe a favor da finura dos lavradores de Cintra, no seculo XV. Eil-a:

As bôdas reaes mais ruidosamente festejadas em Portugal foram, como referem differentes escriptores, as do principe D. Affonso, que morreu em Santarem, em 1491. Era o filho unico de D. João II e da rainha D. Leonor, e casou com a princeza D. Isabel, filha dos reis catholicos D. Fernando e D. Isabel. Como dizemos as bôdas reaes foram espaventosamente festejadas em todo o reino, e Cintra não quiz ficar atraz das outras villas e cidades, pelo que a camara teve de fazer larguissimas despezas, conseguindo assim realisar pomposas e deslumbrantes funcções para solemnisar o fausto successo.

Entre outras maravilhas lembraram-se os vereadores de mandar construir uma fonte onde só corresse leite, divertimento em voga n'aquelle tempo e com o qual o povo muito se enthusiasmava. A ideia foi approvada e levada á execução, e, para que produzisse o effeito desejado, a camara ordenou aos lavradores do termo que cada um trouxesse uma bilha de leite, afim de ser despejada no deposito. Um lavrador, ratão por certo de bom gosto, pensou que levando a bilha cheia de agua ninguem conheceria a fraude; mas, ou porque communicasse a ideia aos demais lavradores, ou porque todos pensassem da mesma fórma, o que, devemos dizer, não é muito acceitavel.

o facto é que no dia da solemnidade, quando todos á hora aprasada esperavam que das bicas da fonte sahisse leite, leite puro, sahiu simplesmente agua. A's primeiras impressões todos ficaram estupefactos, sem saberem como explicar o caso, mas em breve se conheceu a fraude, rompendo então entre o povo a mais franca gargalhada.

D'esta fórma claro está que ficaram logrados os vereadores e... os gulosos. A anecdota é realmente curiosa.

Deixemos, porém, as anecdotas, algumas das quaes pouco credito merecem.

A serra de Cintra corre entre as duas villas de Cintra e de Collares pela parte do norte, e a de Cascaes e seu termo pelo meio dia; tem cinco leguas de circumferencia e 1:800 pés na sua maior altura, vindo acabar no Cabo da Roca. E' composta de enormes penedias. Tem pedreiras graniticas de varias especies, excellentes marmores pretos, brancos e cinzentos, minas de feldspatho e outras de ferro e manganez. Do lado de Collares encontram-se soberbos pinheiros, limpidos regatos deslisando por deliciosos tapetes de verdura e lindissimas tapadas pertencentes a varios proprietarios de Lisboa.

Os romanos chamavam á serra «Mons Lunæ» (Monte da Lua).

Na parte da serra pertencente á villa ha cumes onde se disfructam panoramas soberbos e surprehendentes, como por exemplo: a Cruz Alta, no parque da Pena, e as eminencias do castello dos Mouros.

Proximo de Cintra, a um kilometro de distancia, existe a encantadora villa Estephania, —pittoresco arrabalde—formada por elegantes «chalets» e algumas casas de campo. A estrada é excellente e adornada, de espaço a espaço, de lindas vivendas e formosissimos jardins, com a vista do mar defronte da praia das Maçãs. A quinta de «D. Caetano» merece ser visitada, quando mais não seja, para se admirar o seu famoso duche. Quando o comboio entra na estação de Cintra o viajante acha-se na villa Estephania, tendo na sua frente o risonho e surprehendente panorama da parte da serra e da villa. As impressões que se experimentam são agradaveis e o desejo de visitar a bella e magestosa povoação augmenta de momento—não ha que resistir. O viajante vê e gosa, sem saber o que ha ali mais a admirar—se os encantos da natureza, se as grandes e pomposas obras da industria.

A villa tem por brazão d'armas uma torre ou castello sobre uma serra, em campo verde.

COLLARES

A villa de Collares pertence ao concelho e comarca de Cintra, districto e patriarchado de Lisboa, dista 6 kilometros da cabeça do concelho, e está situada na falda da serra de Cintra, n'um ameno e delicioso valle. Pouco ou nada consta acêrca da sua origem e fundação; a este respeito muito divergem as opiniões. O que, porém, se sabe com inteira verdade é que a villa é antiquissima, que foi occupada pelos romanos, e que depois de differentes alternativas porque atravessou a Lusitania, passou ao dominio da corôa portugueza, após a conquista de Lisboa e de Cintra, por D. Affonso Henriques, filho do conde D. Henrique, em 1147. A prova incontestavel de que os romanos predominaram em Çollares é o numero de medalhas e inscripções romanas que ali se teem encontrado. Acêrca da etymologia do nome de Collares a confusão é egualmente enorme. Parece, porém, (e esta é a opinião mais seguida) que o nome lhe provém de dois «collos» ou «collinas» sobranceiras á pittoresca e amena varzea.

O nome de Collares vem de «Castello de Colir», edificado pela condessa de Compa, senhora allemã, que não lhe chegando o dinheiro para essa edificação, o obteve de «Zeilão», senhor de Lisboa, sob o penhor de «dois collares», e sob a clausula de que, se não pagasse o debito em certo tempo lhe seria tirado o castello. Tendo pago e satisfeito a quantia pedida no praso marcado, a condessa poz ao edificio o nome de «Castello de Colir», em memoria d'aquelle contracto, e d'ahi ficou á povoação o nome de «Collares».

O castello de Collares é antigo e tão antigo que pouco ou nada se sabe, com verdade, acêrca da sua fundação.

El-rei D. Affonso III deu foral a esta villa em maio de 1255. D. João I, em 1385, fez doação d'ella ao condestavel D. Nuno Alvares Pereira, testemunhando-lhe assim o seu reconhecimento pelos grandes serviços prestados ao reino.

A doação passou aos netos do condestavel, e chegou á posse da infanta D. Beatriz, mãe d'el-rei D. Manuel.

Por morte da infanta, Collares entrou novamente no dominio da corôa, e D. Manuel, em novembro de 1516, não só lhe concedeu novo foral, mas augmentou-lhe muito os antigos privilegios.

Acêrca do castello diremos egualmente que

a camara, muito antes do reinado de D. Sebastião, teve ali estabelecidas as suas repartições. D. Diniz de Mello e Castro, que foi bispo de Leiria, de Vizeu e da Guarda, pediu e obteve a posse d'elle, no tempo dos Filippes, transformando-o n'uma admiravel vivenda, e juntou-lhe uma bellissima quinta, o que tudo hoje pertence a seus herdeiros.

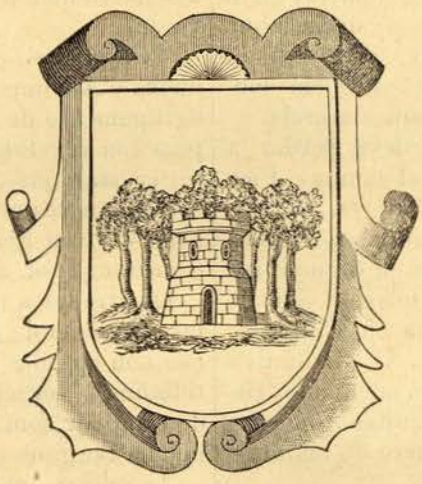
Collares possuiu um grande edificio, um convento de frades carmelitas calçados, fundado em 1450 por frei Constantino Pereira, sobrinho de D. Nuno Alvares Pereira. Foi construido proximo á villa, em logar elevado, mas plano. Acha-se ali sepultado, na capella-mór, o seu fundador. Igualmente, em dois tumulos de marmore e em varias sepulturas, se acham differentes pessoas de sua familia, e entre outras mencionaremos Antonio de Mello e Castro e seu filho Caetano de Mello e Castro, ambos vice-reis da India.

A villa de Collares, replecta de bellezas e de bons arvoredos, tem curiosidades que não podem nem devem ser olvidadas. Uma das principaes é a «Pedra de Alvidrar», no logar de Almoçageme, que consiste em um lanço de pedra vulcanica, quasi a prumo, cortado pela natureza. Em baixo se despedaçam em alva espuma e batem as vagas com espantosa furia. Por esse enorme rochedo descem, com o auxilio dos dedos dos pés e das mãos, os rapazes do sitio, cantarolando, a troco d'alguns cobres. O «Fojo» é outra curiosidade. E' um abysmo aberto na rocha em fórma de funil, no fundo do qual ruge o mar com medonho estampido. Ali se acoutam muitas aves de rapina, algumas d'ellas de grandes azas negras e de extraordinario tamanho. Na chamada «Praia do Cavallo» ha um monolitho, coberto de limos e de mariscos; junto existe uma caverna, escarvada pela agua, no fundo da montanha. Distilla agua por todos os lados e tem as paredes cobertas de crustaceos.

No logar do Penedo ha boas casas e a quinta do Casal. Perto d'esta existe a «Casa da agua», forrada de azulejos, que é digna de ser vista, e a quinta do Cadaval ou da «Piedade», com a sua excellente represa. Na porção da serra de Cintra, pertencente a esta villa, vê-se o antigo convento de Santa Cruz, que pertenceu aos religiosos arrabidos. E' vulgarmente denominado «Os Capuchinhos da Serra».

Foi fundado este pequeno convento por D. Alvaro de Castro, em 1560, por disposição testamentaria de seu pae o vice-rei D. João de Castro, que deixou dito — «se na graça ou justiça dos reis achasse alguma gratidão dos seus serviços, do premio d'elles edificasse na serra de Cintra um convento de recolhidos franciscanos, advertindo que elle fosse edificado com a invocação de Santa Cruz.»

No portal existe um chocalho, preso por uma vide, como denunciando a pobreza e humildade d'aquelles solitarios cenobitas. Tudo ali é pequeno. A sachristia, as cellas e o refeitorio é tudo em proporções acanhadissimas. Existem ali vinte cellas, todas forradas de cortiça, e de cortiça é tambem a cama, levantada apenas um palmo do chão. A egreja é apenas uma pequena capella, que não comporta mais de vinte pessoas, e mettida n'uma gruta natural; fórma o tecto um formidavel rochedo. Tem um altar de lindo mosaico e sacrario de fino marmore.



Brazão d'armas de Collares

Vê-se á esquerda da entrada do convento uma fonte, algumas arvores e assentos de cortiça; em frente uma mesa de pedra (granito escuro), na qual, diz-se, tomava sempre a sua refeição el-rei D. Sebastião, quando ali ia; servia tambem de mesa ao «touriste», ao qual era servido pão, queijo e o excellente vinho de Collares.

Existe tambem ali uma cellasinha, onde se penitenciava o cardeal D. Henrique.

Na cêrca ha uma gruta onde viveu o beato Honorio, durante trinta annos. Da gruta disfructa-se um bello panorama. Vê-se á direita a Peninha, as Berlengas e grande extensão do oceano; para a esquerda a opulenta e luxuriante vegetação da serra.

O convento tem um unico dormitorio, cujo corredor mede quarenta palmos de comprido e tres de largo.

El-rei D. Filippe II dizia que no seu reino tinha duas cousas celebres: uma, por muito

grande e muito rica, o «Escurial;» outra, por muito pequena e muito pobre, o «convento de Santa Cruz de Cintra».

Diz-se que indo este rei visitar o convento, os frades apresentaram-lhe um prato com pássas de uvas, dizendo o guardião que era o unico que tinha em casa. O rei disse que pedissem o que quizessem, que elle lh'o daria; a resposta não se fez esperar. «De nada precisamos, real senhor, nem mesmo azeite para a almotolia, pois veiu a semana passada».

D. Filippe, estupefacto com tal desapêgo, disse olhando para o convento da Pena:

«Allá es la Pena e esta la Gloria».

Perto d'este convento fica a ermida de Milides, ou «Milides», que foi a primeira que se fundou na serra. A origem do nome vem de mil christãos, que se armaram para expulsar os mouros da serra; mas, como tivessem receio, por serem em diminuto numero, diz a tradição, que ouviram uma voz mysteriosa que lhes disse: «Ide, que mil ides!»

Foram e derrotaram os mouros, e em memoria do glorioso feito fundaram a ermida.

Quem visitar Collares não deve perder a occasião de dar um passeio á «Peninha». Fica a cinco kilometros a SO. de Collares.

E' um passeio bonito e encantador. A ermida está situada 486 metros acima do mar, sobre um rochedo, que por ser inferior áquelle em que se acha edificada a Pena, em Cintra, se ficou denominando «Peninha». O diminutivo é, devemos observar, muito bem adequado. Todos os annos ali concorrem muitas romarias e cirios, sendo grande o numero de manifestações de veneração.

Proximo da Peninha, em um alto pincaro, existe uma outra curiosidade que não deve ser olvidada pelo viajante que pela primeira vez vae áquelles sitios:—falamos do dolmen. Sobre este monumento celtico levanta-se uma das pyramides da triangulação do reino. Este dolmen tem servido de muitas cogitações aos geologos, e em especial ao dr. F. A. Pereira da Costa, nos seus «Monumentos Prehistoricos».

Corre pela villa de Collares o rio das Maçãs, assim denominado pelos dourados pomos, que cahindo das arvores vão rio abaixo até á praia. Nasce no logar de Lourel, recebe as aguas que se despenham da serra e dos riachos de Brejo, e do tanque da Varzea, indo desaguar perto do cabo da Roca, a seis kilometros de distancia. Tem na sua origem o nome de Gallamares, que conserva desde o sitio da Fonte Redonda até á Varzea, tomando d'esta em deante o nome de «Rio das Maçãs».

A praia das Maçãs é muito frequentada no tempo dos banhos.

A «Varzea» é encantadora e luxuriante de vegetação. Segue desde Setiaes ao oceano. Abundam n'ella por uma fórma extraordinaria as arvores fructiferas, mui principalmente as larangeiras, cidreiras, pecegueiros e macieiras. O tanque da Varzea, onde as aguas da ribeira se despenham, é um logar de delicias e de perpetua primavera. Quem quizer gosar a lindissima e soberba perspectiva da Varzea póde ir rio abaixo, navegando a troco de pouco dinheiro no barquinho, sob uma constante abobada de verdura, ouvindo o murmurio das aguas e o gorgeio das avesinhas. O passeio é delicioso.

Collares é, como Cintra, o passeio favorito dos habitantes de Lisboa, principalmente no verão.

Tem uma só parochia dedicada a Nossa Senhora d'Assumpção. A villa, modesta com o agrupamento de ruas e edificios, é lindissima pela sua vegetação, frondosos arvoredos e fontes crystallinas. A rua principal da villa corre entre pomares até á Varzea. Deram-lhe por nome—«Rua Fria». O nome não corresponde, com franqueza, á sua belleza.

Os arredores de Collares apresentam mattas e quintas de grande valor. Como producção tem optimos fructos, que tira de seus fertillissimos vergeis, e magnifico vinho que póde competir com os apreciaveis vinhos de Bordeus e Borgonha.

As saloias, que vinham de Collares carregadas de fructa para vender em Lisboa, eram conhecidas pelo nome de «collarejas», que mais tarde se estendeu a todas as que vendem fructa na praça da Figueira.

Os bellissimos marmores de Collares em nada cedem aos melhores de Páros e Carrara.

Collares, diremos por ultimo, pela abundancia e mimo de suas fructas, excellencia de seus vinhos, e encantos dos seus passeios, é um delicioso jardim que ninguem deve deixar de visitar.

E' patria do celebre antiquario D. Jeronymo Contador de Argote.

O seu brazão d'armas é simplesmente um castello entre arvores.

FIM DA 1.ª SERIE E DO 1.º VOLUME

Typ. Lealdade—Rua do Terreirinho, 17, 1.º

ARCHIVO HISTORICO DE PORTUGAL

Indice da primeira série e do primeiro volume

A

	PAG.
Abrantes	2
Agueda	6
Aguiar da Beira	17
Alandroal	37
Albergaria a Velha	21
Albufeira	9
Alcacer do Sal	13
Alcobaça	49
Alcochete	105
Alcoutim	113
Aldegallega do Ribatejo	57
Alemquer	29
Alfandega da Fé	114
Alijó	65
Aljezur	61
Aljustrel	63
Almada	25
Almeida	41
»	76
Almeirim	89
Almodovar	68
Alter do Chão	45
Alvaiazere	71
Alvito	86
Amarante	97
Amares	106
Anciães (Carrazeda de)	93
Angola-Loanda	145
Angra do Heroismo	125
Arcos de Valle de Vez	129
Arganil	121
Armamar	116
Arouca	155
Arrayolos	103
Arronches	117
Arruda dos Vinhos	134
Athouguia da Baleia	110
Aveiro	137
Aviz	142
Azambuja	127

B

Barcellos	159
Beja	165
Benavente	171
Beringel	171
Borba	173
Braga	174
Bragança	187

C

Cabeço de Vide	192
Caldas da Rainha	193
Caminha	197
Campo Maior	199
Cintra	203
Collares	206